ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 240

Brasília - DF, sexta-feira, 15 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 22
Ministério da Educação 22
Ministério da Fazenda 40
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 49
Ministério da Integração Nacional 51
Ministério da Justiça e Segurança Pública 56
Ministério da Saúde 59
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 191
Ministério das Cidades 192
Ministério das Relações Exteriores 192
Ministério de Minas e Energia 192
Ministério do Desenvolvimento Social 199
Ministério do Esporte 199
Ministério do Meio Ambiente 199
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 200
Ministério do Trabalho 220
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 225
Ministério Público da União 228
Tribunal de Contas da União 231
Defensoria Pública da União 268
Poder Judiciário 268
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 270

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.823 **(1)**

ORIGEM	:5823 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**:MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S)	:ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S)	:ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF)
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, concluiu pela legitimidade ativa da requerente, Associação dos Magistrados Brasileiros, vencido o Ministro Marco Aurélio. Em seguida, após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), indeferindo a medida cautelar, e o voto do Ministro Edson Fachin, concedendo a medida cautelar, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Falaram, pela requerente, Associação dos Magistrados Brasileiros, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; e, pela Procuradoria-Geral Da República, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 6.12.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Celso de Mello, acompanhando o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), no sentido de indeferir a medida cautelar, e os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia (Presidente), acompanhando o voto do Ministro Edson Fachin, no sentido de deferir a medida cautelar, e após o voto do Ministro Dias Toffoli, deferindo em menor extensão a medida cautelar, para suspender a eficácia do art. 38, § 2º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, o julgamento foi suspenso para colher, em assentada posterior, os votos dos Ministros ausentes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Plenário, 7.12.2017.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.824 **(2)**

ORIGEM	:5824 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:RIO DE JANEIRO
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S)	:ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF)
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	:UNIÃO NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS - UNALE
ADV.(A/S)	:AFONSO HENRIQUES MAIMONI (67793/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), concedendo a medida cautelar, para fixar interpretação conforme a Constituição, nos termos de seu voto, e o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, entendia pela carência da ação por ilegitimidade ativa da requerente, e indeferia a medida cautelar, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Falaram: pela requerente, Associação dos Magistrados Brasileiros, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Rodrigo Lopes Lourenço, Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; pelo *amicus curiae* União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - UNALE, o Dr. André Maimoni; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 6.12.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia (Presidente), acompanhando o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), no sentido de deferir a medida cautelar, para fixar interpretação conforme a Constituição, nos termos de seu voto, e os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Celso de Mello, acompanhando o voto do Ministro Marco Aurélio, no sentido de indeferir a medida cautelar, e após o voto do Ministro Dias Toffoli, deferindo em menor extensão a medida cautelar, para suspender a eficácia do art. 102, § 2º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o julgamento foi suspenso para colher, em assentada posterior, os votos dos Ministros ausentes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Plenário, 7.12.2017.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.825 **(3)**

ORIGEM	:5825 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:MATO GROSSO
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S)	:ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF)
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), concedendo a medida cautelar, para fixar interpretação conforme a Constituição e suspender a eficácia da Resolução 5.211 da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, nos termos de seu voto, e o voto do Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, entendia pela carência da ação por ilegitimidade ativa da requerente, e indeferia a medida cautelar, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Falaram: pela requerente, Associação dos Magistrados Brasileiros, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pela interessada, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o Dr. Carlos Antonio Dornellas Filho, Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 6.12.2017.

Decisão: Após os votos dos Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia (Presidente), acompanhando o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), no sentido de deferir a medida cautelar, para fixar interpretação conforme a Constituição e para suspender a eficácia da Resolução 5.211 da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, nos termos de seu voto, e os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Celso de Mello, acompanhando o voto do Ministro Marco Aurélio, no sentido de indeferir a medida cautelar, e após o voto do Ministro Dias Toffoli, deferindo em menor extensão a medida cautelar, para suspender a eficácia do art. 29, § 2º, da Constituição do Estado do Mato Grosso, o julgamento foi suspenso para colher, em assentada posterior, os votos dos Ministros ausentes. Ausentes, justificadamente, os Ministros Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Plenário, 7.12.2017.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.293 **(4)**

ORIGEM	:ADI - 5293 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:SANTA CATARINA
RELATOR	**:MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação unicamente para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 8º da Lei 16.285/2013 do Estado de Santa Catarina. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.11.2017.

Ementa: CONSTITUCIONAL. PROTEÇÃO À SAÚDE E A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS. LEI 16.285/2013, DE SANTA CATARINA. ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS INCAPACITADAS POR QUEIMADURAS GRAVES. ALEGAÇÕES DIVERSAS DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIOS DE INICIATIVA. INEXISTÊNCIA. OCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS (ART. 30, V) E DA UNIÃO, QUANTO À AUTORIDADE PARA EXPEDIR NORMA GERAL (ART. 24, XIV, § 1º).

1. Os artigos 1º, 4º, 6º e 7º da lei impugnada não afrontam a regra, de reprodução federativamente obrigatória, que preserva sob a autoridade do chefe do Poder Executivo local a iniciativa para iniciar leis de criação e/ou extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública (art. 61, § 1º, II, "e", da CF). Mera especificação de quais cuidados médicos, dentre aqueles já contemplados nos padrões nacionais de atendimento da rede pública de saúde, devem ser garantidos a determinada classe de pacientes (portadores de sequelas graves causadas por queimaduras).

2. A cláusula de reserva de iniciativa inscrita no art. 61, § 1º, II, "b", da Constituição, por sua vez, não tem qualquer pertinência com a legislação objeto de exame, de procedência estadual, aplicando-se tão somente aos territórios federais. Precedentes.

3. Inocorrência, ainda, de violação a preceitos orçamentários, tendo em vista o acréscimo de despesas públicas decorrentes da garantia de assistência médica especializada a vítimas de queimaduras. Conforme reafirmado pelo Plenário Virtual desta Suprema Corte em sede repercussão geral (ARE 878.911, Rel. Min. GILMAR

MENDES, DJe de 10/10/2016): "*Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II,"a", "c" e "e", da Constituição Federal)*".

4. Ao dispor sobre transporte municipal, o art. 8º da Lei nº 16.285/2013 do Estado de Santa Catarina realmente interferiu na autonomia dos entes municipais, pois avançou sobre a administração de um serviço público de interesse local (art. 30, V, da CF). Além disso, o dispositivo criou presunção legal de restrição de mobilidade de vítimas de queimaduras graves, distanciando-se do critério prescrito em normas gerais expedidas pela União dentro de sua competência para legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV, e § 1º, da CF).

5. A norma prevista no art. 9º da Lei estadual 16.285/2013 funciona como cláusula de mero valor expletivo, que apenas conecta uma categoria normativa geral, de "*pessoas com deficiência*", com uma classe especial de destinatários sempre caracterizados por incapacidade laboral - "*pessoas com sequelas graves incapacitantes decorrentes de queimaduras*" - sem que exista qualquer contraste entre as duas disciplinas.

6. Ação direta parcialmente procedente quanto ao art. 8º da Lei 16.285/2013, do Estado de Santa Catarina.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99

Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

.....

§ 2º O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;

II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se:

.....

b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

III - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do **caput** do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do **caput** do art. 167 da Constituição Federal;

IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período.

§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no **caput** deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.

§ 4º No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal;

II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;

III - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no **caput** deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios;

IV - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do **caput** do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei." (NR)

Art. 2º O art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 102 .....

§ 1º .....

§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório." (NR)

Art. 3º O art. 103 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 103. .....

Parágrafo único. Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas desapropriações pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cujos estoques de precatórios ainda pendentes de pagamento, incluídos os precatórios a pagar de suas entidades da administração indireta, sejam superiores a 70% (setenta por cento) das respectivas receitas correntes líquidas, excetuadas as desapropriações para fins de necessidade pública nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transporte público, saneamento básico e habitação de interesse social." (NR)

Art. 4º O art. 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 105. .....

§ 1º .....

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão nas respectivas leis o disposto no **caput** deste artigo em até cento e vinte dias a partir de 1º de janeiro de 2018.

§ 3º Decorrido o prazo estabelecido no § 2º deste artigo sem a regulamentação nele prevista, ficam os credores de precatórios autorizados a exercer a faculdade a que se refere o **caput** deste artigo." (NR).

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de dezembro de 2017

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado RODRIGO MAIA Presidente	Senador EUNÍCIO OLIVEIRA Presidente
Deputado FÁBIO RAMALHO 1º Vice-Presidente	Senador CÁSSIO CUNHA LIMA 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ FUFUCA 2º Vice-Presidente	Senador JOÃO ALBERTO SOUZA 2º Vice-Presidente
Deputado GIACOBO 1º Secretário	Senador JOSÉ PIMENTEL 1º Secretário
Deputada MARIANA CARVALHO 2ª Secretária	Senador GLADSON CAMELI 2º Secretário
Deputado JHC 3º Secretário	Senador DAVI ALCOLUMBRE 3º Secretário-Suplente
Deputado RÔMULO GOUVEIA 4º Secretário	Senador ZEZE PERRELLA 4º Secretário

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Entidade: AC VALID
Processo nº: 99990.001007/2017-57

DEFIRO o pedido de manutenção do credenciamento da AC VALID, do PSS VALID S.A e da AR VALID.

Entidade: AR TRM DIGITAL
Processo nº: 99990.000494/2017-31

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR TRM DIGITAL, localizada na Rua Av Guapira, 942, Sala 06, Tucuruvi, São Paulo/SP, vinculada às AC ONLINE RFB e AC ONLINE BRASIL.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 120, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO SUBSTITUTO, usando das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 44, item XXII, do Regimento Interno das SFA"s, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, publicada no DOU de 14/06/2010; da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 2.158, de 17/10/2016, publicada no DOU de 20/10/2016, e o que consta do Processo nº 21018.004316/2017-16, resolve:

Art. 1º - Atualizar a Habilitação nº 010/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) JORGE BRAGANÇA NOGUEIRA inscrito(a) no CRMV ES nº 406 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para peixes ornamentais / moluscos / crustáceos no município de MARATAÍZES, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO MARQUINI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 311, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, MARINA GHELLER, inscrita no CRMV-SC 07834 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.008045/2017-63 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 159785 do Estado de Santa Catarina

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA 315, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, JONNATES JOSÉ MIOR, CRMV/SC Nº 3563, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008318/2017-70, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 269 de 05.08.2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, MÁRIO FACCIN JUNIOR, CRMV/SC Nº 2841, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008272/2017-99, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n°115 de 16.03.2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 318, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, EDENILSON NESPOLO, CRMV/SC Nº 4911, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008256/2017-04, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 340 de 30.09.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 319, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, MAURÍCIO SCHUH, CRMV/SC Nº5053, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008362/2017-80, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 489 de 22.11.2011.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 320, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, ANA CRISTINA DOS SANTOS, inscrita no CRMV-SC 2428 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº21050.008383/2017-03 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161454 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 321, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, BEATRIZ LUISA TIECHER, inscrita no CRMV-SC 07989 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.008381/2017-14 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 160571 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 322, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar o médico veterinário, DOGLAS LUNARDI, inscrito no CRMV-SC 8110 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.008380/2017-61 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161300 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 323, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, LUCAS FERREIRA BATISTA, CRMV/SC Nº07916, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI nº21050.008379/2017-37, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 247 de 12.09.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 325, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, ADRIANO FEILSTRECKER, CRMV/SC Nº2801, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008377/2017-48, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 145 de 29.04.2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 326, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA-, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, FERNANDO CÉSAR BELINATO, CRMV/SC Nº4620, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.008362/2017-80, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 331 de 01.08.2012.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 301, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.006262/2016-38, resolve:

Art. 1º - Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR SC 614 da empresa MADEIRAS BAGATTOLI LTDA., CNPJ nº 84.151.000/0001-82, localizada na Rua 5 de Julho, 82, José Boiteux/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: Secagem em Estufa (KD) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por quatro (4) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006, resolve:

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 302, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.003596/2006-88, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento sob o número BR SC250 da empresa INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS WF LTDA., CNPJ nº 01.043.653/0001-10, localizada na Estrada Geral Rio América Baixo, s/nº, Urussanga/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: Secagem em Estufa (KD) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco (5) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 306, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.003242/2015-24, resolve:

Art. 1º Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR SC 616 da empresa SUPERINSPECT LTDA., CNPJ nº 00.355.861/0014-07, localizada na Travessa Major Lúcio Caldeira, 56, Centro, São Francisco do Sul/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar o seguinte tratamento: Fumigação em Porões de Navio (FPN - Fosfina).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por quatro (4) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 307, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050. 006263/2016-82, resolve:

Art. 1º - Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR SC 615 da empresa DIEGO ANTUNES ME, CNPJ nº 19.579.223/0001-83, localizada na Estrada Geral Pedrinhas, s/nº, Pedras Grandes/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar o seguinte tratamento: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por quatro (4) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 308, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.004955/2016-96, resolve:

Art. 1º - Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR SC 612 da empresa EUCAPINUS INDÚSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DE MADEIRAS LTDA., CNPJ nº 02.604.716/0001-23, localizada na Rua Estrada da Ilha nº 6245, Pirabeiraba, Joinville/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar o seguinte tratamento: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por quatro (4) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 309, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050.005627/2016-15, resolve:

Art. 1º - Converter em definitivo o credenciamento sob o número BR SC 613 da empresa MADEIRAS SALMONI LTDA nº 83.054.544/0001-63, localizada na Rodovia Honorino Moro, 5520, Bairro Sorgato, Caçador/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar o Tratamento Térmico (HT)

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por quatro (4) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 91, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

Espécie	Denominação da Cultivar	Número do Protocolo
Glycine max (L.) Merr.	CD 2585RR	21806.000312/2012
Glycine max (L.) Merr.	6663 RSF	21806.000184/2013
Avena sativa L.	IPR Artemis	21806.000254/2016
Gossypium hirsutum L.	IMA 7501WS	21806.000299/2016
Eucalyptus spp	AEC 2724	21806.000003/2017

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 112, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

1. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Adama Brasil S.A. - CNPJ n° 02.290.510/0001-76 - Londrina/PR, Filiais: CNPJ n° 02.290.510/0004-19 - Taquari/RS a importar o produto Mancozeb Técnico Sabero, registro nº 11109, uma vez que a mesma consta como formulador do produto Dithiobin 780 WP, registro nº 1928708, conforme processo nº 21000.049155/2017-71.

2. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sinon do Brasil Ltda. - CNPJ nº 03.417.347/0001-22 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ nº 03.417.347/0004-75-Passo Fundo/RS, CNPJ nº 03.417.347/0005-56 - Pato Branco/PR, CNPJ nº 03.417.347/0007-18 - Hortolândia/SP, a importar o produto Emzeb 800 WP, registro nº 5610, conforme processo nº 21000.049356/2017-78.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sinon do Brasil Ltda. - CNPJ nº 03.417.347/0001-22 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ nº 03.417.347/0004-75 - Passo Fundo/RS, CNPJ nº 03.417.347/0005-56, CNPJ nº 03.417.347/0007-18 - Hortolândia/SP, a importar o produto Clorpirifos Sabero 480 EC, registro nº 19208, conforme processo nº 21000.049360/2017-36.

4. De acordo com o Artigo 22§ 1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Acetamiprido Nufarm 200 SC, registro nº 24417, para a marca comercial Stron, conforme processo nº 21000.046095/2017-34.

5. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Rubigan 120 EC, registro nº 3438203, conforme processo nº 21000.050182/2017-96.

6. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço do fabricante/formulador Bosquiroli & Santos Ltda. - Rua Salgado Filho, nº 2953, CEP: 85822-000 - Cascavel/PR para o endereço Estrada Linha Meneghel, s/nº - Distrito Sede Alvorada, CEP: 85822-000 - Cascavel/PR, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21034.018267/2017-92.

7. De acordo com o Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Blavity, processo nº 21000.009025/2014-52.

8. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Glifosato Técnico Chemtura III, registro nº 21417, para a marca comercial Glifosato Técnico ALS III, conforme processo nº 21000.051992/2017-60.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Ultrafine Tech. Ind. Com. de Produtos Químicos Ltda. - Indaiatuba/SP, no produto Imidan 500 WP, registro nº 2128503.

10. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Tiodicarbe 800 WG Genbra, registro nº 15917, para a marca comercial Temible, conforme processo nº 21000.051636/2017-46.

11. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Cletodim 240 EC Genbra, registro nº 28917, para a marca comercial Viance, conforme processo nº 21000.051637/2017-91.

12. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto 2,4-D Amina 806 SL Genbra, registro nº 6515, para a marca comercial 2,4-D Tecnomyl, conforme processo nº 21000.051630/2017-79.

13. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Diflubenzuron Técnico Genbra, registro nº 25917, para a marca comercial Diflubenzuron Técnico Tecnomyl, conforme processo nº 21000.051634/2017-57.

14. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Diafentiuron Genbra 500 SC, registro nº 7517, para a marca comercial Focker, conforme processo nº 21000.051633/2017-11.

15. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Nagarjuna Agrichem Limited, para NACL Industries Limited - Plot nº 177, P.O. Allinagaram, Etcherla Mandal Srikakulam Andhra Pradesh - Índia, permanecendo o mesmo endereço; esta alteração se aplica a todos os registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.052762/2017-18.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Hero, registro n° 16812, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Dichelops furcatus na cultura de Milho, conforme processo nº 21000.034723/2017-39.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Ametista, registro n° 5314, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Dichelops furcatus na cultura de Milho, conforme processo nº 21000.039802/2017-36.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Semevin 350, registro nº 138894, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Algodão para controle de Helicoverpa armigera e soja para controle de Helicoverpa armigera; inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente Aveia, Centeio e Cevada para controle de Elasmopalpus lignosellus, suportado pela cultura representativa de trigo, conforme processo nº 21000.058719/2016-85.

19. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Glifosato Nortox 480 SL, registro nº 5712, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de Pastagem, conforme processo nº 21000.006745/2015-47.

20. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Conquest, registro nº 2501, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de uso em pré-plentio de soja para controle das plantas daninhas Conyza bonariensis, Bidens pilosa e Raphanus raphanistrum, conforme processo nº 21000.003755/2012-88.

21. De acordo com o Artigo 22, § 2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quimica Agropecuária Ltda. - Salto de Pirapora/SP, Du Pont do Brasil Ltda. - Barra Mansa/RJ, UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Agropecuários S.A. - Ituverava/SP, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Indústrias Químicas Lorena Ltda. - Roseira/SP, Nortox S.A. - Arapongas/PR, Nortox S.A. - Rondonopólis/MT, Ouro Fino Química Ltda. - Uberaba/MG, Servatis S.A. - Resende/RJ, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Tagma Brasil Ind. e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Paulinia/SP e Agrofina S/A - Endereço: Camino de Santa Ana, D2800DDF, Zárate, Buenos Aires, Argentina, no produto Conquest, registro nº 2501, conforme processo nº 21000.003755/2012-88.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 23 de novembro de 2017, em Ato nº 105, Seção 1, item 5, onde se lê: ... Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda. - sito à Av. Brasil nº 5333, Distrito Industrial CEP: 13505-600 São Paulo/SP, leia-se: ... Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda. - sito à Av. das Nações Unidas, 4777 15º andar, conj. 15B, Alto de Pinheiros, CEP: 05477-000 - São Paulo/SP.

No DOU de 23 de novembro de 2017, em Ato nº 105, Seção 1, item 4, onde se lê: ... Lankess Soluntions Italy S.r.l - endereço: Via Pico dela Mirandola 8, leia-se: ... Lankess Solutions Italy S.r.l - endereço: Via Pico dela Mirandola 8.

No DOU de 7 de novembro de 2017, em Ato nº 98, Seção 1, item 14, onde se lê: ... indicação de uso pretendido: indicado para as culturas de amendoim, arroz, banana, batata, berinjela, cenoura, citros, feijão, maçã, melancia, melão, pimentão, soja, tomate, trigo e uva, leia-se: ... indicado para as culturas de amendoim, arroz, banana, batata, berinjela, cenoura, citros, feijão, maçã, melancia, melão, pepino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva, produto Nillus registro nº 25417, conforme processo nº 21000.048154/2017-17.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 639 - Processo nº 53524.003555/2013-93
Recorrente/Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA. CNPJ/MF nº 18.682.930/0001-38

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 3/2017/SEI/EC (SEI nº 2182669), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 640 - Processo nº 53500.009605/2008-57
Recorrente/Interessado: AT&T GLOBAL NETWORK SERVICES BRASIL LTDA. CNPJ/MF nº 03.341.093/0001-06

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 317/2017/SEI/AD (SEI nº 2160394), integrante deste acórdão: a) não conhecer do Recurso de Ofício; e, b) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 5.235/2012/ADPFA2/ADPF-Anatel para, no mérito, dar-lhe provimento parcial.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 642 - Processo nº 53500.026993/2009-11
Recorrente/Interessado: GLOBECALL DO BRASIL LTDA. CNPJ/MF nº 02.316.469/0001-60

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 325/2017/SEI/AD (SEI nº 2171021), integrante deste acórdão: a) não conhecer do Recurso de Ofício; e, b) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 4.119/2011/ADPFA2/SAD para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 643 - Processo nº 53500.028693/2009-77
Recorrente/Interessado: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. CNPJ/MF nº 89.398.473/0001-00

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 323/2017/SEI/AD (SEI nº 2169445), integrante deste acórdão: a) não conhecer do Recurso de Ofício; b) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 6.344/2013/AFFO/SAF para, no mérito, negar-lhe provimento; e, c) reformar, de ofício, o item "b" do Despacho nº 6.344/2013/AFFO/SAF.

Nº 644 - Processo nº 53500.027648/2007-33
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A. CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 329/2017/SEI/AD (SEI nº 2174010), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 176/2015/AFFO/SAD para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 645 - Processo nº 53500.025677/2013-17
Recorrente/Interessado: NET SÃO PAULO LTDA. CNPJ/MF nº 65.697.161/0001-21

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 322/2017/SEI/AD (SEI nº 2165557), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CLARO S.A. contra decisão exarada por meio do Despacho Decisório nº 7.707/2015-COQL/SCO, de 8 de setembro de 2015, para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.727, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53516.005421/2017-30.

Expede autorização à S.P.I. SEGURANCA PATRIMONIAL INTELIGENTE EIRELI - ME, CNPJ nº 22.226.700/0001-31, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas à(ao):

Nº 14.654 - HERRERA GRILLO RADIODIFUSÃO S/S LTDA - ME, CNPJ nº 01.776.557/0001-81;

Nº 14.673 - RÁDIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA, CNPJ nº 46.088.993/0001-04;

Nº 14.674 - RÁDIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA, CNPJ nº 46.088.993/0001-04

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 14.627, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53569.002844/2017-82.

Expede autorização à A3 - ADMINISTRADORA DE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 22236185000170, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.703 - Processo nº 53569.002881/2017-91 - SAGA SERVICOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00687730000536.

Nº 14.704 - Processo nº 53569.002882/2017-35 - SAGA SERVICOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00687730000617.

Nº 14.705 - Processo nº 53569.002883/2017-80 - SAGA SERVICOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00687730000455.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.128 - Processo nº 53500.082245/2017-29.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO TIBAGI LTDA, CNPJ 76.554.757/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cruzeiro do Oeste/PR.

Nº 14.129 - Processo nº 53500.082252/2017-21.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO VALE DO SALGADO LTDA, CNPJ 06.975.486/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Lavras da Mangabeira/CE.

Nº 14.131 - Processo nº 53500.082253/2017-75.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TROPICAL FM LTDA, CNPJ 03.816.796/0001-43, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Treze Tílias/SC.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.224 - Processo nº 53500.082430/2017-13.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO UIRAPURU DE MORADA NOVA LTDA, CNPJ 05.307.962/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Morada Nova/CE.

Nº 14.240 - Processo nº 53500.082482/2017-90.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO DIFUSORA PRINCESA DO SUL LTDA, CNPJ 27.468.008/0001-33, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Nº 14.241 - Processo nº 53500.082483/2017-34.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO EMISSORA DO GRANDE VALE LTDA - EPP, CNPJ 59.350.967/0001-46, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Caçapava/SP.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 14.317, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.082761/2017-53.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DIOCESANA N. S. DO CARMO, CNPJ 04.653.982/0001-71, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Campanha/MG.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.385 - Processo nº 53500.079085/2017-31.

Expede autorização à ARPANET TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 28.161.799/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 14.395 - Processo nº 53500.083192/2017-63.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 91.654.806/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Caxias do Sul/RS.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.463 - Processo nº 53500.081514/2017-30.

Expede autorização à PORTAL NET TELECOM LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 08.560.967/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.464 - Processo nº 53500.082429/2017-99.

Expede autorização à FRED FERREIRA DA SILVA TELECOMUNICACOES - ME, CNPJ/MF nº 27.858.137/0001-38, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.465 - Processo nº 53500.082175/2017-17.

Expede autorização à LINK SPEED PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.322.370/0001-24, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.466 - Processo nº 53500.082437/2017-35.

Expede autorização à BRASIL TELERURAL EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 02.477.047/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 11, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Esclarece sobre a necessidade de vinculação, ao sistema legal que regula o funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, dos centros públicos ou privados que utilizam animais em atividades de ensino, nas situações que especifica.

O CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL - CONCEA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 5º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, e tendo em vista o disposto no inciso XIII do art. 2º da Portaria nº 460, de 30 de abril de 2014;

CONSIDERANDO que a utilização de animais em atividades de ensino fica restrita a estabelecimentos de ensino superior e estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO que estabelecimento de educação profissional técnico de nível médio da área biomédica é todo aquele que contenha na grade curricular de seus cursos atividades e disciplinas das áreas de ciências agrárias, biológicas e da saúde e que envolvam práticas com animais, nos termos da Resolução Normativa nº 20, de 30 de dezembro de 2014, deste Conselho;

CONSIDERANDO que qualquer instituição legalmente estabelecida em território nacional que crie ou utilize animais para ensino ou pesquisa científica deverá constituir uma CEUA para requerer seu credenciamento no CONCEA, nos termos da Resolução Normativa nº 21, de 31 de dezembro de 2014, deste colegiado;

CONSIDERANDO que os centros públicos ou privados que realizam procedimentos em animais vivos, em atividades de ensino, extensão, capacitação, treinamento, transferência de tecnologia, ou quaisquer outras com finalidade didática, devem se vincular ao sistema legal que regula o funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, mediante a formalização de instrumento de cooperação com instituição de ensino credenciada junto ao CONCEA, nos termos da Resolução Normativa nº 19, de 25 de dezembro de 2014, deste Conselho;

CONSIDERANDO que, para efeitos da Resolução Normativa nº 19, de 2014, deste Conselho, são considerados centros públicos ou privados as instituições que não se enquadram nas disposições previstas no § 1º do art. 1º da Lei nº 11.794, de 2008;

CONSIDERANDO que a instituição de ensino credenciada no CONCEA determinará a vinculação da instalação do centro público ou privado à sua CEUA, para exame prévio dos protocolos pedagógicos com o uso de animais a serem desenvolvidos no âmbito do centro em cooperação, nos termos da Resolução Normativa nº 19, de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer o real alcance dos preceitos previstos na Resolução Normativa nº 19, de 2014, deste Conselho, nas hipóteses especificadas abaixo; e

Tendo em vista a aprovação da orientação técnica pelo plenário do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal em sua 35ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de março de 2017; resolve:

Art. 1º Os centros públicos ou privados que realizam procedimentos em animais vivos, em atividades de ensino de nível médio ou superior e em atividades de pesquisa científica com finalidade didática, que não se enquadram nas disposições previstas no § 1º do art. 1º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, deverão se vincular ao sistema legal que regulamenta a experimentação animal no país, mediante a formalização de instrumento de cooperação com instituição de ensino credenciada junto ao CONCEA, nos termos do art. 1º da Resolução Normativa nº 19, de 2014, deste Conselho.

§ 1º O instrumento de cooperação se aplica para atividade de ensino que ocorra uma única vez ou de forma periódica, devendo uma cópia ser enviada à CEUA da instituição credenciada no CONCEA, a quem caberá avaliar as atividades de ensino de nível médio ou superior e de pesquisa científica, com finalidade didática, incluindo a instalação da instituição onde será executada, bem como sua periodicidade e verificar a execução do protocolo que houver autorizado.

§ 2º A CEUA da instituição credenciada no CONCEA deverá ser comunicada sobre eventuais alterações do local de execução da atividade de ensino ou de pesquisa científica, com vistas a promover a inclusão da nova instalação no cadastro da instituição no CIUCA e, ao término do período constante no instrumento de cooperação, registrar a desativação da instalação que houver cadastrado, à luz do art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, deste Conselho.

Art. 2º O ensino das práticas zootécnicas direcionadas a estudantes de nível médio ou superior ou de pesquisa devem ser autorizadas pela CEUA da instituição credenciada no CONCEA com quem for firmado o instrumento de cooperação, não se enquadrando na regulamentação da Resolução Normativa nº 19, de 2014, deste Conselho, aquelas realizadas em centros públicos ou privados para formação de estudantes de nível médio ou superior ou de pesquisa científica, sem finalidade didática.

GILBERTO KASSAB
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de cassação, que por este ato fica convertida em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53566.000169/2014	Radio Tapuio Ltda	OM	Miguel Alves	PI	Multa	76.155,21	Parágrafo único do artigo 55, do Decreto nº 52.795/1963.	Portaria DECEF n° 6942, de 07/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53512.001768/2014	Associação Radiofônica De Produtores Rurais De Brejetuba (Brejetuba Fm)	RADCOM	Brejetuba	ES	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6866, de 07/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53508.010254/2014	Radio Comunitária Transvalle Fm	RADCOM	Bom Jesus do Itabapoana	SP	Advertência	Art. 40, XII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6872, de 07/12/2017	Portaria MC n° 112/2013
53560.005968/2014	Radio Monolitos De Quixada Ltda	OM	Quixadá	CE	Advertência	Parágrafo Único, do artigo 5º, da Portaria nº 26/1996.	Portaria DECEF n° 6889, de 07/12/2017	Portaria MC n° 112/2013

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIAS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.043120/2013	Televisão Borborema Ltda	TV	Campina Grande	PB	Multa	29.339,30	Art. 38 "c", art. 62 da Lei nº 10.610/2002 e art. 38 "b" da Lei 12.872/2013.	Portaria DECEF n° 6981, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC nº 858/2008

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de em multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicaões.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53528.005901/2014	Associação Comunitária Rádio Golfinho Fm	RADCOM	Imbé	RS	Multa	1.713,49	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7116, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.005751/2014	Associação De Radiodifusão Cultural E Comunitária Amigos De Cotiporã-Rs	RADCOM	Cotiporã	RS	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7119, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53539.000919/2014	Fundação José Quirino Filho	RADCOM	Barra de São Miguel	PB	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7124, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.005321/2014	Associação De Radiodifusão Comunitária União E Paz	RADCOM	Viamão	RS	Multa	1.142,33	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7126, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.005502/2014	Associação Comunitária Caseirense	RADCOM	Caseiros	RS	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7131, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.005913/2014	Associação Dos Moradores Do Bairro Monte Castelo	RADCOM	Tamboril	CE	Multa	1.713,49	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7134, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53542.001729/2014	Associação Comunitária De Edealina	RADCOM	Edealina	GO	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7136, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53545.001433/2014	Associação Tabaporãense De Desenvolvimento Artístico E Social	RADCOM	Tabaporã	MT	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7138, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.005320/2014	Associação Cultural De Radiodifusão Do Bairro Da Cohab "C"	RADCOM	Gravataí	RS	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7141, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53528.005910/2014	Associação Passofundense De Radiodifusão Comunitária	RADCOM	Passo Fundo	RS	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7143, de 11/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.856/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.014575/2017-87, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TVS EDUCATIVAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado do São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piedade, estado de São Paulo, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 6.856/SEI, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.014575/2017-87, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TVS EDUCATIVAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado do São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piedade, estado de São Paulo, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 847/SEI, DE 28 DE JUNHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.013026/2016-14, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de Itumbiara, estado de Goiás, utilizando o canal digital nº 48 (quarenta e oito), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 13461/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.034/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.061196/2010-55, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO DE APOIO A GERAÇÃO PRODUÇÃO CRIAÇÃO E DIFUSÃO DE RÁDIO E TV, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de CARUARU, estado de Pernambuco, utilizando o canal 31 (trinta e um), nos termos da Nota Técnica nº 28144/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 1.963/SEI, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 5º, Inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.029108/2017-51, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV CIDADE DE FORTALEZA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de FORTALEZA/CE, utilizando o canal digital 32 (trinta e dois), nos termos da Nota Técnica nº 27192/2017/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.912/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055746/2017-28, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ibaiti-PR, utilizando o canal n.º 216 (duzentos e dezesseis), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 26232/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.045/SEI, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.071698/2017-15, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de ITAREMA-CE, utilizando o canal n.º 229 (duzentos e vinte e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 28352/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.025/SEI, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.066529/2017-63, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO PIRATININGA DE PIRAJU LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Piraju-SP, utilizando o canal n.º 242 (duzentos e quarenta e dois), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 28011/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.072/SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.066032/2017-45, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 28774/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bauru, estado de São Paulo, mediante utilização do canal n.º 248 (duzentos e quarenta e oito), classe A4.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 143, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0177 - CORREDOR POLONÊS
Processo: 01416.000403/2016-13
Proponente: HB FILMES LTDA - EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 46.848.701/0001-86
Valor total aprovado: R$ 1.878.426,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 999.504,70
Banco: 001- agência: 1744-2 conta corrente: 108287-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 335.000,00
Banco: 001- agência: 1744-2 conta corrente: 108375-9
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual e sua análise complementar, o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0767 - NÃO SE ACEITAM DEVOLUÇÕES - DISTRIBUIÇÃO.
Processo: 01416.023609/2017-94
Proponente: TOTAL ENTERTAINMENT LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.269.363,54
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.205.895,36
Banco: 001- agência: 3520-3 conta corrente: 27979-X

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0426 - O PULO DO GATO.
Processo: 01580.073235/2014-11
Proponente: CASÉ FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.558.964/0001-24
Valor total aprovado: de R$ 10.950.000,00 para R$ 8.959.800,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 38339-2
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 1.500.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 38344-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1253-X conta corrente: 38345-7
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto.

12-0483 - NÃO PARE NA PISTA: A MELHOR HISTÓRIA DE PAULO COELHO.
Processo: 01580.030501/2012-41
Proponente: CUATRO DAMAS FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.645.237/0001-83
Prazo de captação: até 31/12/2017.
14-0069 - PEDRO.
Processo: 01580.043763/2013-57
Proponente: BURITI FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.238.621/0001-33
Prazo de captação: até 31/12/2018.
12-0421 - MADAME DUROCHER.
Processo: 01580.029362/2012-11
Proponente: NEXUS CINEMA E VIDEO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 53.976.478/0001-18
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 5º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0093 - TODOS OS PAULOS DO MUNDO.
Processo: 01416.013472/2016-89
Proponente: BANANEIRA FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total aprovado: R$ 812.196,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 121.586,20 para R$ 61.586,20
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 19799-8
Prazo de captação: até 31/12/2020.
13-0470 - CAYMMI MORENO CAYMMI
Processo: 01580.040802/2013-64
Proponente: BOSSA PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.876.666/0001-69
Valor total aprovado: R$ 1.180.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 50.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45614-4
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.121.000,00 para R$ 1.071.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 40481-0
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 6º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0831 - DEPOIS A LOUCA SOU EU.
Processo: 01416.012797/2016-44
Proponente: ATITUDE PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.551.480/0001-30
Valor total aprovado: de R$ 8.130.726,00 para R$ 8.100.726,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18576-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 0,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18316-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.685.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18314-8
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 315.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 18499-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.
15-0254 - VENTO SUDOESTE
Processo: 01580.029029/2015-47
Proponente: SOBRETUDO PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E ARTÍSTICA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.441.993/0001-90
Valor total aprovado: de R$ 2.885.000,00 para 2.836.624,42
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1191-6 conta corrente: 39347-9
Prazo de captação: 31/12/2018.
16-0031 - HENFIL DO BRASIL.
Processo: 01580.000250/2016-02
Proponente: DOCUMENTA PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 00.360.459/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 983.045,00 para R$ 980.045,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 390.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 17982-5
Prazo de captação: até 31/12/2020.

Art. 7º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo

17-0141 - De "MARIA BETHÂNIA, A MENINA DOS OLHOS DE OYÁ - DISTRIBUIÇÃO" para "FEVEREIROS - DISTRIBUIÇÃO".
Processo: 01416.010857/2016-94
Proponente: DEBÊ CONSULTORIA E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.045.026/0001-03
16-0297 - De "O LUTO DE JOANA" para "A PRIMEIRA MORTE DE JOANA".
Processo: 01416.001204/2016-14
Proponente: OKNA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 08.267.476/0001-03
14-0321 - De "FESTA DA FIRMA" para "TUDO ACABA EM FESTA".
Processo: 01580.053204/2014-36
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12

Art. 8º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

RETIFICAÇÕES

No Despacho Decisório nº 141 de 11/12/2017, publicada no DOU nº. 237 de 12/12/2017, Seção 1, página 09, em relação ao projeto "16-0688 - MEU ÚLTIMO DESEJO", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 2.500.000,00.
Leia-se:
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 3.000.000,00.

No Despacho Decisório nº 131 de 17/11/2017, publicada no DOU nº. 223 de 22/11/2017, Seção 1, página 26, em relação ao projeto "16-0226 - CONFISCADOS", para considerar o seguinte:

Onde se lê:
Prazo de captação: até 31/12/2021.
Leia-se:
Prazo de captação: até 31/12/2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 315, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1.COMUNIDADE PACOVAL, localizada no município Alenquer/PA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.561 fl.182 - Processo nº 01420.100580/2017-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 757, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

178758 - "Cidades Utopia" Circulação Nacional Os 10 Mandamentos da Capital - Norte e Centro Oeste
Associação Cultural Povo da Rua
CNPJ/CPF: 08.659.330/0001-03
Processo: 01400033841201718
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 420.308,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Cidades Utopia prevê a circulação inédita do espetáculo de teatro de rua Os Dez Mandamentos da Capital, do Povo da Rua Teatrodegrupo, por seis cidades da região Norte e Centro-Oeste (Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Campo Grande e Goiânia). Em cada cidade serão realizadas duas apresentações gratuitas, com disponibilidade de áudio-descrição para o público e o workshop gratuito, "Oficina Teatral de Intervenção e Cortejo", promovendo o intercâmbio cultural com grupos de teatro de rua em todas as cidades. Além de após cada espetáculo será realizado uma conversa entre atores, público e o grupos teatral local no qual o Povo da Rua estará intercambiando, será levantada questões como qual a cidade que gostaríamos de morar? Que podemos contribuir para a vida urbana mais igualitária e harmoniosa?

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178767 - "ZÉLIA DUNCAN EM TÔTATIANDO"
PATRICIA C. DE ALBUQUERQUE SERVICOS DE PRODUCOES - ME
CNPJ/CPF: 17.220.846/0001-30
Processo: 01400033855201723
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.258.189,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentação teatral a partir dos textos e canções de Luiz Tatit.

178821 - 1º Festival de Teatro de Nova Lima
WESTER ANASTACIO DE SOUZA
CNPJ/CPF: 092.816.136-62
Processo: 01400033953201761
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 49.142,75
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta do festival é realizar apresentações de peças de teatro, no Teatro Municipal Manoel Franzem de Lima na cidade de Nova Lima. O Festival é um Projeto relevante para a cidade, pois aproxima as artes cenicas da vida do cidão comum, contribuindo para sua mudança social, por meio de acesso a cultura

178040 - 28ª Expobento
CENTRO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 89.805.261/0001-92
Processo: 01400032821201711
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 494.520,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto 28ª Expobento, consiste na realização da maior feira multissetorial, do Brasil, com variada programação, são muitas as atrações paralelas, destinadas a públicos de todas as faixas etárias com espetáculos teatrais e circenses, apresentações de oficinas gastronômicas, moda em desfiles das últimas tendências, Atelier Culinário, e uma vasta oportunidade de novos negócios, proporcionando a população momentos de lazer com diversas atrações.

178808 - 2º Festival Nacional de Teatro de Passos
ADESC Regional - Associação de Desenvolvimento Cultural
CNPJ/CPF: 14.341.793/0001-17
Processo: 01400033928201787
Cidade: Passos - MG;
Valor Aprovado: R$ 265.213,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O 2º Festival Nacional de Teatro - Passos MG é um evento multicultural, realizado na cidade de Passos, Minas Gerais e com eventos em algumas cidades da microrregião. Acontece de 16 a 22 de julho de 2018, recebendo 33 apresentações teatrais de todo o Brasil, no formato de mostra competitiva, além de receber 4 oficinas culturais, 2 shows musicais, 2 exposições, mesas redondas e debates, tudo gratuito para a população!

178775 - 3º Encontro de Etnias e 10º Mostra de Danças da APAB
Associação Parafolclórica Angelina Blahobrazoff
CNPJ/CPF: 04.064.172/0001-80
Processo: 01400033868201701
Cidade: Balneário Piçarras - SC;
Valor Aprovado: R$ 162.049,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "3º Encontro de Etnias e 10º Mostra de Danças da APAB" consiste em uma mostra de danças e em palestras educativas na área do projeto.

178627 - A Escrava Isaura - O Musical (SP)
Marcenaria de Cultura Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 13.779.600/0001-41
Processo: 01400033674201705
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.913.790,98
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pré produção, produção e realização da temporada do espetáculo A ESCRAVA ISAURA - O MUSICAL

178386 - A Grande Diva
RHODE TRADE MARK CO.S/C-LTDA-ME
CNPJ/CPF: 01.502.351/0001-63
Processo: 01400033340201723
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 656.174,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O espetáculo teatral "A Grande Diva" busca homenagear uma das maiores damas do teatro brasileiro: Fernanda Montenegro, ao mesmo tempo em que visa trazer um pouco mais da cultura e diversidade brasileira à população - adicionando à realidade de cada um, um pedaço do sonho e da alegria do mundo do teatro. Com o propósito de compartilhar a história de uma das principais atrizes brasileiras, podendo também inspirar outros a seguirem seus caminhos e quem sabe um dia se tornarem grandes artistas brasileiros no futuro, propõe-se realizar uma temporada do espetáculo "A Grande Diva", uma comédia teatral cheia de vida, talento e inspiração, com a direção de Wallace Meirelles, estrelado por Rhafaela Castro, estrela da novela Pega Pega da Rede Globo. Para isso, pretende-se executar, ao todo, 36 (trinta e seis) apresentações aos sábados e domingos, em teatro de médio porte na cidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba (sendo 12 apresentações em cada cidade) a preços acessíveis à população.

178785 - A MISSÃO
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400033896201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 79.543,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este Projeto da Cia Base, tem como objetivo realizar diversas apresentações gratuitas do espetáculo "A Missão", em cinco regiões de SP.O projeto fala sobre a chegada dos Jesuítas no Brasil e a fundação da cidade de SP, buscando atingir uma população carente de ações artísticas, utilizando o circo, teatro e dança como ferramenta de formação de público e preservação da memória cultural brasileira. Ao final do espetáculo, será aberto um diálogo entre artistas e público com duração de 30 minutos, ondeas pessoaspoderão saber mais sobre o tema do espetáculo,processo de criação, produçãoe ensaios de um espetáculo.

178589 - A VOZ QUE NÃO SE CALA - ESPETÁCULO MUSICAL
Paulo Williams de Souza-ME
CNPJ/CPF: 11.395.909/0001-02
Processo: 01400033627201753
Cidade: Jacareí - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.406.991,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "A voz que não se cala" é um projeto de criação, produção e circulação de espetáculo teatral musical que faz um mergulho no universo pop apresentando a obra da multifacetada artista Sophia Abrahão. O espetáculo fará uma circulação nas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte e Porto Alegre, realizando duas apresentações por cidades, totalizando 10 apresentações. Terá como contrapartida ingressos a preços populares, cotas de ingressos gratuitos para ONGs, espaços culturais e população de baixa renda, permitindo a democratização do acesso a todos os públicos.

178730 - ABRAZO ITINERANTE
Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare
CNPJ/CPF: 01.414.372/0001-27
Processo: 01400033803201757
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 653.964,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Os Clowns de Shakespeare visam realizar uma caravana artística, para apresentar o espetáculo Abrazo, estando previstas também ação de formação de plateia (bate-papo) ao final de cada apresentação.

178672 - ACONTECEU NUMA NOITE
RHODE TRADE MARK CO.S/C-LTDA-ME
CNPJ/CPF: 01.502.351/0001-63
Processo: 01400033737201715
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 925.232,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Aconteceu Numa Noite" é um espetáculo de teatro musical natalino com roteiro e músicas originais que conta a história de um senhor que não gosta da época do natal, mas justamente neste dia do ano algo mágico acontece, que mudará sua percepção sobre essa data para sempre. A proposta é levar, com este projeto, uma manifestação cultural sobre esta época festiva do ano, além de levar a magia e o espírito natalino a uma população que tem pouco acesso a eventos culturais deste porte, em sete cidades ao redor do estado de São Paulo. Contemplando as cidades de São José do Rio Pardo, São José dos Campos, Guarulhos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, serão 14 apresentações no total, a preços populares (R$ 10,00 meia entrada e R$ 20,00 inteira). Além da apresentação musical, o projeto contará com arrecadação de brinquedos e alimentos não perecíveis que poderão ser trocados por ingressos.

178356 - Aldeia Por Aí
Aldeia Jabuticaba Ltda ME
CNPJ/CPF: 23.443.983/0001-36
Processo: 01400033298201741
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 802.776,48
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Aldeia Por Aí propõe atividades para crianças e suas famílias, que valorizam as culturas da infância e suas múltiplas linguagens, visando legitimar espaços para o brincar livre, o respeito à primeira infância, fomentar o debate, o convívio familiar e comunitário. O projeto engloba uma mostra de arte e cultura da infância, com ações de teatro, música, contação de história e oficinas, para fomentar a produção local; um bloco de carnaval, como espaço de manifestação cultural popular e ampla convivência; um seminário, que visa discutir profundamente temas relacionados à cultura da infância; oficinas teatral que promove ações educativo-culturais e de formação; bem como um podcast que abordará assuntos variados relativos à primeira infância, com foco no desenvolvimento pleno e na infância livre e saudável. Todas as ações visam a formação de público, para a promoção do respeito à infância, da transmissão da cultura popular, da valorização da criança como sujeito social.

178665 - Almoxarifado
SOPRO - ESCRITORIO DE CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.877.605/0001-03
Processo: 01400033724201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 499.095,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Ensaios, montagem e temporada de três meses do espetáculo teatral Almoxarifado, no Rio de Janeiro.O espetáculo foi escrito e idealizado pela autora e atriz Monica Bittencourt e terá direção de Roberto Naar.E se fosse possível lembrar de tudo o que se fez durante a vida? E se esquecer não fosse possível? Ao ler uma reportagem falando sobre uma síndrome rara em que a pessoa não consegue esquecer nenhum detalhe da sua própria vida, uma mulher se vê apegada as suas próprias memórias e não consegue dormir. Serão 3 meses de temporada, de sexta a domingo, totalizando 36 apresentações.

178606 - AMELY - UMA MULHER DE VERDADE
Terça Insana Produções Artísticas Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 56.536.691/0001-05
Processo: 01400033648201779
Cidade: Santa Isabel - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.884.720,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Amely - Uma Mulher de Verdadeé um espetáculo que leva aos palcos uma fábula moderna, na qual a personagem Amely, uma boneca inflável, ganha vida ao ser comprada por ZéRô. A boneca, filósofa e feminista, não corresponde às expectativas de seu novo dono. Com humor e irreverência, o texto trata de questões do universo feminino.

178809 - AS GEMEAS
Marcos Becker de Almeida Barbosa
CNPJ/CPF: 274.498.568-67
Processo: 01400033935201789
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 266.117,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto cultural para circulacao de espetáculode circointitulado "AS GEMEAS", em diversas cidades do Estado de Sao Paulo. AS GEMEAS é um espetáculo inédito criado de forma colaborativa entre os performers Marília Ennes e Marcos Becker da cia ParaladosanjoS (Brasil); a diretora, coreografa e dramaturga Dorothy Max Prior e o compositor e músico multi-instrumental James Foz Foster (Reino Unido). Indicado para todos os públicos! LIVRE Duração: 60 minutos Serão realizadas ao todo 30 apresentaçoes gratuitas do espetaculo AS GEMEAS em teatros, escolas, praças e/ou espaços alternativos, sendo duas apresentações por cidade. Ao todo o projeto prevê atingir as seguintes 15cidades do Estado de São Paulo: Paulínia, Itatiba, Hortolandia, Monte Mor, São Bernardo do Campo, Santos, Praia Grande, Guarujá, Cubatão, Caragutatuba, Ilhabela, São Sebastião, Campinas, Sumaré, Americana. Todas as sessões serão oferecidas gratuitamente a população.

178841 - As Mamas de Tirésias
ANDRE CARLOS CAPUANO 27315808876
CNPJ/CPF: 18.456.911/0001-93
Processo: 01400033973201731
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 169.287,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Objetiva-se com essa proposta a produção, montagem e temporada do espetáculo As Mamas de Tirésias, uma das peças mais famosas e controversas do início do séc. XX, escrita pelo poeta, dramaturgo, romancista e crítico de arte Guillaume Apollinaire, criador da palavra "Surrealismo". Esse projeto também preve compartilhamento de oficinas, ensaios abertos seguidos de debates durante todo o processo de criação.

178842 - As Rainhas do Rádio - Emilinha e Marlene
PRÓSPERAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 11.414.424/0001-19
Processo: 01400033974201786
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.168.500,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "As Rainhas do Rádio - Emilinha e Marlene" é um musical que aborda as trajetórias de duas das maiores cantoras brasileiras, Emilinha Borba e Marlene. E tem sua estreia prevista para 2018, na cidade de São Paulo.

178854 - AS TAIS FRENÉTICAS
FRAGA & FERRARA PRODUCOES LIMITADA - ME
CNPJ/CPF: 08.237.082/0001-02
Processo: 01400033988201708
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.021.129,12
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pretende-se apresentar o musical "As Tais Frenéticas", uma adaptação para os palcos do livro de mesmo nome da cantora e atriz Sandra Pêra, que foi lançado em 2008, a qual livro traz boas histórias de começo de carreira do grupo, que são sempre as mais saborosas em qualquer biografia de banda. As loucuras dos anos 70, os primeiros shows, o primeiro contrato com gravadora, o primeiro grande hit ("Perigosa") etc.

178336 - Bandeirantes em prol da Cultura
FEDERACAO DE BANDEIRANTES DO BRASIL
CNPJ/CPF: 33.858.184/0011-56
Processo: 01400033275201736
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.710,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Cultural "Cultura Ativa" oferecerá oficinas de chorinho, cavalo marinho, frevo e capoeira. Serão seis meses de oficinas, com duas aulas por semana. Ao final do projeto será realizada uma apresentação para a comunidade e para os pais dos jovens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178628 - Cancioneiro Queer convida Cida Moreira e Letícia Sabatella
Marcelo Fernandes Cunha
CNPJ/CPF: 066.487.986-10
Processo: 01400033675201741
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 699.681,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização e circulação do espetáculo "Cancioneiro Queer", com as atrizes e cantoras Cida Moreira e Letícia Sabatella (com seu grupo "Caravana Tonteria"), junto a uma orquestra Big Band formada por 18 instrumentistas. Tem-se a pretensão de realizar7 (sete) apresentações, sendo 3 (três) récitas na cidade de São Paulo - SP, 3 (três) na cidade de Belo Horizonte - MG, e uma apresentação única na cidade de São João del-Rei - MG, em 2018. "Cancioneiro Queer" apresenta canções de repertório erudito-popular que atravessam a Ópera, o Teatro Musical Brasileiro, Cabarés Alemães, além de canções da Broadway e Off Broadway que são encenadas em formato de cabaré. Essas canções dialogam com os diversos ativismos identificados com as pautas dos movimentos políticos queers, LGBTs e feministas. Nesta proposta, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será incorporada à performance artística, pretendendo extrapolar a função social da interpretação em LIBRAS para um campo de criação artística.
178779 - CARNAVAL DE CACHOEIRAS DE MACACU
Pedro Paulo da Rosa Ramos
CNPJ/CPF: 017.746.421-66
Processo: 01400033876201749
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 435.899,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Carnaval de Cachoeiras de Macacu é um dos mais visitados do interior do Estado do Rio de Janeiro. Marcado pela segurança urbana e pelos blocos carnavalescos de rua, contando com o carisma do povo de Cachoeiras de Macacu. Os blocos Presidiário, Pró Álcool e Beco do Gamboa são os mais tradicionais do município, com mais de 60 anos de existência, alegrando famílias nativas e visitantes de todo o Estado e regiões fronteiriças: os municípios de Silva Jardim, Nova Friburgo, Itaboraí e Teresópolis; abarcando também o Grande Rio: Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro. Há um aumento de 60% da população flutuante; e os principais Estados que visitam o Carnaval de Cachoeiras de Macacu são Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Entendemos as composições dos blocos, suas vestimentas e hinos, como parte integrante e legítima de nosso patrimônio imaterial.
178370 - CARNAVALIA 2018- ENCONTROS DO CARNAVAL
AMI 7 PROMOCAO E EVENTOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - ME.
CNPJ/CPF: 03.948.423/0001-26
Processo: 01400033317201739
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 405.347,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Encontro com todos os responsáveis pelo carnaval para trocar experiências, Seminários e palestras sobre o carnaval.
178761 - Casa Brasileira - Núcleo Cultural e Criativo do Instituto Mpumalanga
INSTITUTO MPUMALANGA - CULTURA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
CNPJ/CPF: 15.350.954/0001-00
Processo: 01400033844201743
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.085.339,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Núcleo Criativo e Cultural do Instituto Mpumalanga é um centro de cultura e formação artística localizado no centro de São Sebastião. O espaço pretende abrir as portas para as mais importantes manifestações culturais do litoral norte e do Brasil, de uma forma mais ampla. A Casa Brasil - como é chamada - tem o importante papel de disseminar a arte indígena, quilombola, caiçara, entre outras manifestações culturais de nosso país. Terá uma programação intensa com grupos de artes cênicas (dança, circo e teatro), música (pequenas orquestras ou bandas) e exposições de arte (fotos e pinturas). Faremos também no local um espaço de formação de professores com a metodologia do Instituto desenvolvida ao longo de 10 anos de atuação. Crianças e jovens da comunidade também estarão presentes nas ações do instituto para oficinas e atividades artísticas extra currículares. As ações são desenvolvidas em parceria com a secretaria de educação e a secretaria de cultura do município de São Sebastião.
178780 - CHARLOTTE - VIDA? OU TEATRO?
Memoria Producoes Artisticas LTDA.
CNPJ/CPF: 14.308.643/0001-01
Processo: 01400033882201704
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.077.839,33
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentar peça teatral com texto inédito de Lucienne Guedes sobre a vida da pintora judia Charlotte Salomon, a partir de sua obra "Vida? ou Teatro?". A obra aborda o tema do holocausto, do genocídio humano, visto sob a perspectiva do trágico como condição da existência.
178823 - Cheiro de chuva
PALAVRA Z GESTAO E PLANEJAMENTO DE PRJETOS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.075.103/0001-25
Processo: 01400033955201750
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 370.217,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e realização do espetáculo "Cheiro de Chuva", com Dramatúrgica de Bosco Brasil e direção de Duda Maia, em temporada de 2 meses a ser realizada em Teatro da Zona Sul do Rio de Janeiro.A peça conta uma história de amor não vivida, apresentando questões como desejo, desilusão, paixão reprimida e culpa. A direção irá abordar tais questões não apenas, por meio da palavra, mas por meio de imagens, estimulando o público, a interagir com a encenação a partir de suas lembranças. O corpo dos atores, é para a diretora, a peça chave de construção da linguagem, e nesse trabalho Duda Maia, partirá de um treinamento físico que desperte nos atores as sensações extremas, trazendo pra cena momentos que expressem o máximo de delicadeza, o máximo de desejo, o máximo de fuga, e, no meio dessa intensidade, o vazio da negação, da não conclusão, a repressão do desejo, o nada. Como proposta estética, serão usados elementos que trabalhem em contradição. Trata-se de explorar na cena a revelação de dois universos, o que é mostra do edito, e por dentro, na intimidade, o que é de fato sentido.E então, vamos embarcar nessa história de amor?
178345 - CIRCO TURMA DA MÔNICA
Maurício de Sousa Produções Ltda
CNPJ/CPF: 47.257.902/0001-71
Processo: 01400033286201716
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.393.136,67
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Um grandioso espetáculo circense, que resgata toda a magia das antigas tradições, onde o teatro inteiro será transformado em um fabuloso circo. Chamado nos Estados Unidos de "Carnival Circus", o conceito trará na identidade gráfica elementos circenses, com cores, luminosos, tipografia vernacular e arabescos num estilo vintage. Para realizar tudo dentro do Universo do Circo a Mauricio de Sousa, trará em cena junto com a Turma da Mônica uma grande Trupe Circense conceituada, com direção artística atual contemporânea.
178593 - CIRCOLANDO MT E MS - OFICINAS DE CULTURA E ARTE
Sustentabilidade e Cultura Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 19.541.589/0001-63
Processo: 01400033631201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 440.200,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Circolando MT e MS tem como objetivo levar para as escolas públicas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma peça teatral e oficinas que despertam a criatividade e incentivam o conhecimento da Arte . A itinerancia será por 10 cidades sendo: Barra dos bugres, Nova Maringa, Campo Novo do Parecis, Juara, Tangará da Serra, Maracajú, Sidrolândia, São Gabriel, Diamantino e Sapezal, ocorrerá nas escolas públicas a definir, em 3 dias cada escola. Além da peça e oficina dedicada aos alunos, iremos realizar 1 palestra por escola dedicada a professores e pais, para serem agentes multiplicadores.
178805 - Circuito Carnavalesco de Ouro Preto - Cultura, Arte e História no Carnaval
PULSAR CULTURA E ESPORTE EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 23.377.031/0001-61
Processo: 01400033925201743
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.822.262,39
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Circuito Carnavalesco de Ouro Preto - Cultura, Arte e História no Carnaval", pretende resgatar os antigos desfiles dos blocos caricatos e escolas de samba da cidade de Ouro Preto. O evento retratará através de apresentações teatrais, apresentações musicais de música instrumental e do maior conjunto homogêneo de arquitetura barroca do Brasil a história do carnaval ouro-pretano.Também realizará intervenções artístico-culturais nosseis dias do carnaval da cidade histórica de Ouro Preto. Todas as ações serão gratuitas e com plena acessibilidade ao público PNE, promovendo assim a cultura popular brasileira para toda a população municipal e de todo o estado de Minas Gerais.
178858 - Circuito Cultural de apresentações teatrais
Livia Gaudencio Ribeiro Silva ME
CNPJ/CPF: 21.850.399/0001-70
Processo: 01400033993201711
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 373.877,88
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto busca realizar de maio a novembro uma programação teatral para infância e juventude de forma continua e diversificada. Este projeto tem como pilar a descentralização e circulção dos bens culturais produzidos no País realizando diversas apresentações teatrais com o objetivo de formação de público.
178810 - CIRCUÍTO CULTURAL EM CACHOEIRINHA/RS
JANINE RIBAS MICHEL
CNPJ/CPF: 953.649.000-53
Processo: 01400033938201712
Cidade: Cachoeirinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 244.860,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a primeira edição do Circuito Cultural em Cachoeirinha, no Parcão da cidade, com entrada franca, proporcionando entretenimento à comunidade com grandes shows de teatro, música instrumental, cultura popular e a valorização dos artistas locais. O projeto também vai propôr a descentralização, levando a cultura aos bairros da cidade. Será também oferecido ampla programação cultural destinada as mais diversas faixas etárias.
178610 - Circulação espetáculo DO OUTRO LADO
KAUIDEA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.684.113/0001-65
Processo: 01400033652201737
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 669.017,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da circulação do espetáculo musical "Do outro lado" em um projeto que realizará apresentações divididas por 4 cidades, sendo duas grandes temporadas e duas curtas temporadas divididas em 4 estados brasileiros.
178601 - COMPANHIA MUNICIPAL DE MÚSICA
Fundação Cultural Camponovense
CNPJ/CPF: 74.097.114/0001-38
Processo: 01400033642201700
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado: R$ 351.167,45
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Estruturação da Companhia Municipal de Música de Campos Novos, possibilitando aos munícipes com idade a partir de 7 anos a oportunidade de comporem o grupo municpal de expressões musicais. Este grupo será composto pelos alunos das aulas de música, canto e coral da Fundação Cultural Camponovense, levando o nome de Campos Novos em suas apresentações, potencializando talentos e descobrindo novos, agregando valor ao município e contribuindo com sua elevação no âmbito cultural no cenário regional e, possivelmente, estadual, além de contribuir com o desenvolvimento turístico e, consequentemente, econômico do município.
178801 - Companhia Urbana de Dança pelo Brasil
MARIA SONIA DESTRI
CNPJ/CPF: 593.284.607-00
Processo: 01400033918201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 699.971,36
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Companhia Urbana de Dança é formada por 9 jovens, negros e moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro e são considerados uma das mais significativas, potentes e atuantes cias do Rio de Janeiro e recebidos com muito respeito e admiração no exterior. Já foram considerados "o futuro da dança urbana" pelo Encore Magazine e fizeram a "lista dos 10 mais pelo The New York Times" /2010 e 2014. Propomos a Manutenção das Atividades Artisticas da Cia, com ensaios diarios,residência,intercambio,criaçao,produçao enquanto acontece uma circulaçao de espetaculos e oficinas pelo Estado do Rio de Janeiro e Municipios.Iremos reunir o maior numero de jovens possiveis entre 14 a 25 anos,totalizando 6 meses de ações pelo Rio.Entre oficinas gratuitas e espetáculos a preços populares , teremos bate papo após as açoes culturais.Os espetaculos apresentados fazem parte do repertório das Companhia , alguns premiados e todos com trilha original . Atualmente os dançarinos fazem a Abertura do Fantástico ,Tv Globo.
178743 - Conexão Cultural
Fundação Casa da Cultura de Jundiaí
CNPJ/CPF: 54.690.367/0001-03
Processo: 01400033821201739
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 430.300,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Conexão Cultural é um projeto da Fundação Casa da Cultura em parceria com a Unidade de Gestão de Cultura de Jundiaí, com o intuito de criar uma programação cultural nos sete terminais de ônibus da cidade, sendo eles em locais estrategicamente distribuídos pelo território da cidade. A proposta é realizar pequenos shows, contações de histórias, cortejos de artes circenses e folclóricas, performances de artes visuais e também disponibilizar livros para leitura e retirada, tudo de forma gratuita e em formato "expresso" - sessões de 15 a 20 minutos. Além de ofertar ações culturais para uma grande quantidade de pessoas que circulam diariamente nos terminais, pretende-se também divulgar as outras atividades culturais - em sua maioria gratuitas - oferecidas pela Unidade de Gestão de Cultura.
178708 - Container Cultural - 2 edicao
RUMO EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 75.069.179/0001-32
Processo: 01400033775201778
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 930.846,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto Container Cultural - 2ªedição prevê circulação do espetáculo de teatro itinerante "Entre Tangos e Fandangos" por 15 cidades do interior do Paraná sobre um contêiner que se transforma em teatro a céu aberto junto com outras ações. Além da peça (texto:Joanita Ramos/direção:Mauro Zanatta), que já fez sucesso em 09 cidades do interior - executado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Paraná - PROFICE (2017), inclui formação de multiplicadores de conhecimentos sobre produção cultural; formação e bolsa-auxílio a jovens aprendizes de produção; campanha de doação de livros; compartilhamento do palco-container com artistas/grupos artísticos locais; alimentação do site/blog e facebook do Projeto com conteúdos sobre produção cultural e arte-educação, entre outras. Estima-se atingir cerca de 8.000 pessoas com "Entre Tangos e Fandangos" e ações diretas de formação, sendo que resultados subjetivos, como efeitos de leituras, motivação para iniciativas/produções locais são imensuráveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178662 - Contos Clássicos: Chapeuzinho Vermelho
giramundo teatro de bonecos
CNPJ/CPF: 19.295.450/0001-87
Processo: 01400033718201799
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.037.384,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A presente proposta tem por finalidade realizar a montagem teatral com marionetes do conto de fadas clássico, narrado por Charles Perrault e depois pelos Irmãos Grimm, chamado "Chapeuzinho Vermelho". O conto sofreu inúmeras adaptações, porém poucas são com marionetes. Trata-se de um espetáculo que será direcionado para todo tipo de público, principalmente o familiar e infanto juvenil. Será realizada uma circulação por cinco capitais brasileiras (três do Sudeste, uma do Nordeste e uma do Centro-Oeste) com o objetivo de construir e entreter o público infanto-juvenil como plateia do Giramundo. Paralelamente, será promovida uma mini-exposição dos bonecos da companhia e a realização de palestras e ensaios abertos para a comunidade.
178545 - CRÔNICAS DE NUESTRA AMÉRICA
OLHAR BRASILEIRO PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 05.271.175/0001-57
Processo: 01400033551201766
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 436.898,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentações do espetáculo "Crônicas de Nuestra América" em temporada de um mês, a ser realizada em um teatro na cidade de São Paulo, em 2018. O espetáculo é uma adaptação inédita das crônicas que Augusto Boal escreveu para o jornal O Pasquim durante o seu exílio na Argentina, nos anos de 1970. Desde 2014, o espetáculo fez temporadas no Teatro Oi Futuro - Flamengo e no Teatro Sesc-Tijuca, sendo considerado pela Veja-Rio como uma das 10 melhores peças em cartaz. "Crônicas de Nuestra América" é uma realização da Olhar Brasileiro Produções Artísticas a partir de projeto idealizado pelo Instituto Augusto Boal em conjunto com o produtor Luiz Boal, a atriz e pesquisadora Clara de Andrade e ainda Gustavo Guenzburger, diretor do espetáculo. O elenco é formado por Adriana Schneider, Carmen Luz, Clara de Andrade, Henrique Manoel Pinho, Larissa Siqueira e Lucas Oradovschi. Cenário e Figurinos de Dani Vidal e Ney Madeira, trilha sonora de João Gabriel Souto e iluminação de Paulo Cesar Medeiros.
178776 - CTG Querência da Amizade: passos gaúchos em terras germânicas
BOUGANVILLE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 28.588.845/0001-69
Processo: 01400033871201716
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 610.341,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto, prevê a circulação do CTG Querência da Amizade em âmbito internacional, através de seis apresentações que deverão acontecer em cidades alemãs: Frankfurt, Mainz, Koblenz, Trier, Speyer e Berlim. Todas as apresentações serão gratuitas e abertas ao público em geral, em espaços culturais das referidas cidades.
178722 - Da Terra Toda, Um Grande Espanto (De toute la Terre le Grand Effarement)
SILHUETA PRODUCAO CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 18.984.379/0001-87
Processo: 01400033793201750
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 603.649,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem do texto teatral do autor haitiano Guy Régis Junior, com tradução e direção de Brigitte Bentolila, que reflete oniricamente sobre o terremoto que devastou o Haiti, o país mais pobre das Américas, em janeiro de 2010, matando pelo menos duzentas mil pessoas, ferindo trezentas mil e deixando um milhão de desabrigados. A intenção é montar o espetáculo para uma temporada de dois meses em um Estado Brasileiro e um mês em outro Estado, num total aproximado de 40 apresentações.
178351 - Desde que o Samba é Samba
Cena 27 Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 16.972.577/0001-03
Processo: 01400033292201773
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.708.680,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem, temporada e circulação do espetáculo de teatro musical "Desde que o Samba é Samba". Baseado no romance homônimo de Paulo Lins: Uma história de amor e amizade embalada em samba, suor e sangue é o que será visto no projeto Desde que o Samba é Samba.
178728 - Desfile carnaval de rua fora de época de São Leopoldo 2018
Sociedade Cultural Beneficente Carnavalesca Império do Sol
CNPJ/CPF: 00.710.450/0001-78
Processo: 01400033801201768
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 407.463,75
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do desfile de carnaval de rua, fora de época, na cidade de São Leopoldo em 2018 de sete escolas de Samba. Contratação e montagem da estrutura para a realização dos desfiles tais como aluguel de arquibancadas, banheiros quimicos, camarotes, iluminação, som, segurança e cerca de proteção, assim como pagamento de cachês para as escolas desfilantes.
178803 - Desfiles Oktoberfest 2018
FUNDACAO PROMOTORA DE EXPOSICOES DE BLUMENAU
CNPJ/CPF: 82.665.001/0001-10
Processo: 01400033921201765
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.705.825,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar os desfiles da Oktoberfest. A ação visa promover e resgatar as expressões da cultura Alemã. O evento acontece ao longo da principal via da cidade. Participarão dos desfiles grupos folclóricos, bandas típicas e instrumentais, bandas escolares, carros alegóricos e sociedades culturais tradicionais que contribuíram no processo do resgate dos elementos da cultura alemã e na formação étnica do Vale do Itajaí em Santa Catarina.
178760 - Doutor, Eu quero Alta!
Claudia Miranda
CNPJ/CPF: 11.107.036/0001-95
Processo: 01400033843201707
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 864.945,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo a produção e temporada do espetáculo teatral Doutor, Eu quero alta! , de Fauzi Arap, com direção e atuação de Nuno Leal Maia e temporada de 12 semanas (36 apresentações) em São Paulo, em teatro ainda a ser definido com lotação aproximada de 400 lugares.
178824 - Ecos do Oriente: residência artística, espetáculo teatral e apresentações
Mateus Farinon Ferrari de Souza ME
CNPJ/CPF: 14.054.904/0001-04
Processo: 01400033956201702
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 299.993,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar uma residência artística de 2 artistas (atriz e músico) na Índia, a fim de aprender a arte do Kathakali, da dança indiana Mohiniyattam e da expressão artística Ottamthullal além de ofertar oficinas ministradas porgurus indianos no Brasil. O resultado dessa pesquisa será a montagem de um espetáculo teatral que fará uma temporada com apresentações seguidas de bate-papos após os espetáculos.
178777 - Educando - A Arte a Serviço da Vida
Associação Círculo de Arte Com Ciência
CNPJ/CPF: 08.707.949/0001-38
Processo: 01400033874201750
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 409.054,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Desenvolver uma ação integrada de arte-educação em 3 cidades de mineiras e paulistas, com oficinas de teatro, música, audiovisual, dança e artes plásticas, além de promover encontros com a comunidade em praças públicas e centros comunitários para sessões de cinema, saraus de poesia e música, apresentações artísticas e brincadeiras lúdicas de forma temática em módulos, orientadas pelas diretrizes do Código da Modernidade da UNESCO.
178735 - EGO
Bruno Martins Caldeira
CNPJ/CPF: 908.186.446-72
Processo: 01400033808201780
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 288.455,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Estrear espetáculo inédito na cidade do Rio de Janeiro intitulado "EGO" com estréia prevista para o 2º semestre de 2018. "EGO" é uma obra teatral filosófica de livre adaptação de um dos maiores bestseller do mundo, lido por mais de 9 milhões de pessoas, "O Despertar de Uma Nova Consciência", do conferencista e escritor alemão Eckhart Tolle. Nosso intuito é apresentar ao público o seu próprio ego sob um ponto de vista crítico/filosófico após anos de estudos sobre o tema. O espetáculo nos ensina a vencer as artimanhas que o ego utiliza para nos isolar uns dos outros e a enxergar com clareza (mas de forma inspiradora) que enquanto estivermos sob o domínio do ego, jamais seremos capazes de ver a dor que infligimos uns nos outros e principalmente a nós mesmos. No teatro, a força deste texto não será diferente, pois certamente haverá uma identificação dupla por parte do público durante o espetáculo: um reconhecimento do seu próprio ego ali analisado, mas sob a ótica de um livro já lido pela grande maioria ali presente.
178804 - Egotrip - Ser ou não Ser? Eis a Comédia
Marques e Mutti LTDA
CNPJ/CPF: 08.177.758/0001-01
Processo: 01400033923201754
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 1.159.431,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a circulação do espetáculo EGOTRIP - Ser ou Não Ser? Eis a Comédia,a realização de whorkshop e bate papo em três capitais brasileiras.
178578 - Eintracht Volkstanzgruppe aus Chapecó - Circulação Sul
SOCIEDADE CULTURAL ALEMA EINTRACHT
CNPJ/CPF: 04.943.588/0001-78
Processo: 01400033610201704
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 382.480,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Eintracht Volkstanzgruppe aus Chapecó - Circulação Sul prevê a circulação do grupo folclórico de dança de Chapecó por 10 cidades do Sul do País, incluindo oficinas, ensaios, aquisição de trajes, assim como a locação de espaço e aquisição de equipamentos para o grupo.
178741 - Espetáculo - A BUSCA
Grupo Teatral Moitará
CNPJ/CPF: 00.508.165/0001-79
Processo: 01400033818201715
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 523.096,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar a criação e montagem do espetáculo "A BUSCA" do Grupo Moitará; estreia e temporada de 2 meses, em um teatro do Rio de Janeiro (2 apresentações com Interprete de LIBRAS); sempre a preços populares sendo que em um dia da semana o ingresso será em troca de 1kg de alimento não perecível que será destinado à Instituições Beneficentes do RJ. Serão realizadas duas oficinas gratuitas de treinamento do ator com a Linguagem da máscara teatral para atores e estudantes de artes cênicas e uma palestra-espetáculo, gratuita, aberta para o público em geral. Com estreia prevista até julho de 2018, o espetáculo faz um paralelo entre diversas narrativas sobre o feminino, estabelecendo uma dramaturgia acerca de sua importância na Vida. A amplitude e relevância do tema potencializa a relação de identificação da plateia, provocando uma reflexão sobre o desenvolvimento da vida no planeta. A BUSCA é um espetáculo que abrange o público em geral a partir dos 14 anos.
178495 - ESPETÁCULO TEATRAL EU SOU UMA SOMBRA
ROSEMARY MIRANDA CAMPOS DO CARMO - MEI
CNPJ/CPF: 18.168.721/0001-70
Processo: 01400033496201712
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 711.007,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Diretor e Dramaturgo Eid Ribeiro propõe homenagear o poeta brasileiro Augusto dos Anjos em comemoração ao centenário de sua morte em 2014, com a montagem e circulação do espetáculo "EU SOU UMA SOMBRA", encenado pelos atores mineiros Kimura Schetino, Diego Roberto e Carolina Cândido, com estréia e apresentações em Belo Horizonte e apresentações nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.
178754 - Eu Faço Cultura - EFC
Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF
CNPJ/CPF: 34.267.237/0001-55
Processo: 01400033834201716
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 7.171.672,34
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Eu Faço Cultura tem como objetivo principal fomentar o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais, por meio da distribuição gratuita de ingressos e/ou produtos culturais à população, com a finalidade de incentivar a democratização de acesso, a formação de público para as artes e estimular a economia da cultura em todas as regiões do país.
178888 - Fantoches animados - Arte e tecnologia.
VANIA GONCALVES RODRIGUES
CNPJ/CPF: 932.544.239-68
Processo: 01400034024201779
Cidade: Palhoça - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.967,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Na oficina Fantoches animados - Arte e tecnologia, buscamos unir a arte, a cultura da criação de fantoches com as novas tecnologias, resgatando assim a cultura e a arte milenar do teatro de fantoches. Pensamos que as crianças só podem gostar daquilo que conhecem. Nesse sentido alguns valores culturais andam um tanto quanto esquecidos, e nesse mundo onde tudo acontece tão veloz, buscamos resgatar de alguma forma, vivências simples e lúdicas, evitando que a infância acabe de forma tão precoce. Oportuniza ainda a participação de crianças das escolas públicas em um projeto cultural, enriquecendo seu conhecimento.
178894 - FEMIX 2018
DANIELA TARTARI BRUSCO - ME
CNPJ/CPF: 14.023.350/0001-88
Processo: 01400034030201726
Cidade: Sananduva - RS;
Valor Aprovado: R$ 354.726,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de projeto que visa realizar três atrações culturais, sendo uma apresentação de teatro nacional, uma apresentação de artes cênicas circenses e uma apresentação de música instrumental, gratuitas, paralelas à realização da FEMIX 2018, na cidade de Concórdia, Santa Catarina, no mês de setembro de 2018.
178427 - Festival de Comédia
Bits Produções Ltda
CNPJ/CPF: 04.310.171/0001-78
Processo: 01400033404201796
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.323.378,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar festival de novos talentos do humor, que revele e exiba novos talentos da comédia na internet e em shows ao vivo. O projeto contempla plataforma online ao longo do período; e eventos finais ao longo de 3 dias, a preços populares em 7 cidades brasileiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178835 - Festival de Ópera de Petrópolis
MUSICA E TEXTO CRIACOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 19.230.634/0001-69
Processo: 01400033967201784
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.281.947,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização do 1º Festival de Ópera e Canto Lírico de Petrópolis, evento dedicado a difundir a ópera e o canto lírico entre diferentes públicos, com obras nacionais e internacionais consagradas ou inéditas dos mais variados estilos e épocas. O Festival está previsto para ser realizado no mês de agosto de 2018.
177350 - GAGÀ - Temporada em São Paulo e circulação
JACQUELINE APARECIDA TEIXEIRA OBRIGON
CNPJ/CPF: 27.539.560/0001-75
Processo: 01400030353201741
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.203.263,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em realizar uma temporada do espetáculo infantil denominado GAGÀ, na cidade de São Paulo, e a circulação por seis capitais brasileiras. Realizar bate-papo com a público após as apresentações e a criação e manuteanção de um site do espetáculo. O espetáculo reforça a pesquisa de uma dramaturgia para crianças que envolva toda a família e que considera o teatro para crianças uma arte que vai além do entretenimento. Sua linguagem pretende ser o conjunto de um pensamento artístico que converse com diferentes públicos em vários níveis ou camadas de entendimento.
178553 - II ENCONTRO DE ARTE TRADICIONAL
L C DRUZIAN CONSULTORIA
CNPJ/CPF: 15.237.091/0001-50
Processo: 01400033566201724
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Aprovado: R$ 673.929,30
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê apresentações de um ESPETÁCULO CÊNICO-MUSICAL e uma EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA que vai retratar aspectos culturais e históricos da formação cultural do Rio Grande do Sul e a participação do cavalo crioulo no contexto cultural local/regional e OFICINAS DE MÚSICA visando proteger as expressões culturais da sociedade rio-grandense, que é um dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsável pelo pluralismo da cultura nacional, salvaguardando assim a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira.
178615 - Iluminarte
CAROLINA PAIVA NEVES FRADE DA CRUZ
CNPJ/CPF: 016.592.626-07
Processo: 01400033658201712
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 432.484,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Iluminarte pretende realizar uma montagem cênica e duas apresentações gratuitas em praça pública na cidade de Cataguases -MG . A montagem cênica ,com texto original do dramaturgo, diretor e ator Marco Andrade busca por meio do teatro físico abordar o tema da criação universal , artística e humana a partir da matriz cultural brasileira.
178733 - JIM
ESTUPIDO CUPIDO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 52.576.691/0001-70
Processo: 01400033806201791
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 994.073,45
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O espetáculo "JIM" estreou em 2013 e teve uma trajetória de 3 anos de sucesso por onde passou. O projeto tem a intenção de trazer de volta este espetáculo-show não biográfico, e inspirado na obra poética de um dos maiores ícones do rock, Jim Morrison. Trazendo as referências ideológicas do líder do The Doors, a peça mostra João Motta, num conflito interno que irá mudar sua vida. Perpassando pelos ideais da contracultura, a poesia e a música da década de 60.
178603 - Lava Jato - O Musical
Confraria de Artistas
CNPJ/CPF: 21.370.092/0001-71
Processo: 01400033644201791
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 197.272,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Lava Jato - O Musical" é um espetáculo de teatro musical apartidário sobre o Brasil da atualidade, assim como um workshop de dramaturgia. A pretensão é ficar em cartaz no Sesc Ginástico, na cidade do Rio de Janeiro, realizando um total de 6 apresentações, de sexta a domingo, no mês de Setembro de 2018. Já o workshop de dramaturgia durará três dias, será ministrado para 10 alunos de alguma escola da rede pública de ensino localizada no município do Rio de Janeiro e será realizado após o mês de apresentação do espetáculo.
178796 - Legalmente Loira - O Musical
4 ACT PERFORMING ARTS ATIVIDADES ARTISTICAS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 11.063.027/0001-40
Processo: 01400033913201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 7.735.680,48
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada da adaptação nacional do filme de mesmo nome de 2001 e também musical da Broadway. Conta a história da Elle Woods, uma menina mimada e popular que leva um fora do namorado que a considera fútil demais. Para provar a ele do que é capaz, ela decide estudar Direito e, surpreendendo a todos, consegue ingressar na prestigiada Harvard, se tornando uma brilhante advogada. Ficará em cartaz durante 3 meses (sessões de quinta a domingo) no Teatro Opus, em São Paulo com previsão de realização de 60 sessões.
178664 - LILI MARLENE
FAUSE HATEN NAIM CONSULTORIA - EPP
CNPJ/CPF: 09.399.898/0001-97
Processo: 01400033723201700
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.221.246,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Lili Marlene" é um musical pop rock que utiliza a performance e as novas tecnologias para contar a história do Lili.
178580 - MACBETH - Genealogia de um Golpe
PROPOSTA A6 PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 15.275.998/0001-04
Processo: 01400033614201784
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 630.300,45
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a montagem e a primeira temporada do espetáculo teatral "MACBETH - Genealogia de um Golpe", adaptação teatral da peça "Macbeth" de William Shakespeare.
178549 - Mario Reis - O Bacharel do Samba
Irmãs Motta Produções Artísticas LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 11.377.390/0001-30
Processo: 01400033557201733
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.666.740,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do Espetáculo "Mário Reis - O Bacharel do Samba" a ser apresentado durante 4 meses.
178261 - Meu Querido Anarquista
MS39 PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 03.454.009/0001-60
Processo: 01400033188201789
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 582.025,76
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e Temporada do espetáculo "Meu Querido Anarquista" de Atílio Bari, texto premiado no Concurso Aldemar Bonates, da Cidade de Manaus - AM. O projeto contempla uma temporada de no mínimo 36 apresentações na cidade de São Paulo no Teatro Ruth Escobar, sempre a preços populares R$ 60,00 e R$ 30,00. 6 palestras de 45 minutos com o tema "A Comédia - Riso e Transformação. Queremos que o público tenha a oportunidade de tomar contato com os conceitos, acontecimentos históricos e reflexões sociais e politicas que o texto oferece, de maneira a levantar questionamentos e estimular a discussão sobre o momento atual, em que a participação da população em movimentos sociais e na política é cada vez mais importante e necessária.
178693 - MINAS DO LEÃO CULTURAL
SANDRO HENRIQUE SANTANA MACHADO
CNPJ/CPF: 05.282.568/0001-66
Processo: 01400033759201785
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 243.135,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de dois espetáculos de ARTES CÊNICAS: um espetáculo teatral infantojuvenile um espetáculo Stand Up Comedy, em Minas do Leão/RS, democratizando oacesso à cultura com gratuidade total de ingressos em município de pequeno porte noEstado do rio Grande do Sul.
178711 - MOMENTOS MÁGICOS COM EDSON IWASAKI - Itinerante
EDSON IWASSAKI DOS SANTOS PRODUCOES ARTISTICAS ME
CNPJ/CPF: 07.925.630/0001-16
Processo: 01400033778201710
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 340.011,88
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto Itinerante que visa a realização de um Espetáculo Circense de Magica a ser realizado em cinco cidades,doestado de São PAulo a partir do primeiro semestre de 2018, com distribuição gratuita de ingressos. Como subitem do projeto a realização de uma Palestra Motivacional de Magica como formação e plateia em áreas remotas do estado.
178696 - Montagem e Circulação do espetáculo - Cooperar é + que uma palavra
Oigalê Cultural
CNPJ/CPF: 12.750.818/0001-00
Processo: 01400033763201743
Cidade: Viamão - RS;
Valor Aprovado: R$ 271.946,70
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em montar cenicamente um espetáculo para o público infanto-juvenil e levar 20 apresentações do espetáculo Cooperar é + que uma palavra do grupo teatral Oigalê para escolas da rede pública de 5 cidades da Grande Porto Alegre, RS. Atingindo 6.000 crianças do ensino fundamental. O espetáculo tem como cenário o ambiente escolar e mostra a relação cotidiana de 4 colegas de sala de aula que têm que elaborar um trabalho para ser apresentado na Mostra Cultural. A partir das dificuldades encontradas, percebem que fazendo juntos chegam ao objetivo de forma mais fácil. O espetáculo mostra através da arte e do teatro de rua, com música, pernas de pau e muito colorido, como se pode fazer para abordar o tema Cooperativa na Escola. Trata-se de um trabalho de teatro de rua indo ao encontro das crianças com menor acesso a esta arte. Levar cultura para as escolas e transformá-las em cooperativa escolar é o princípio deste projeto.
178480 - Mostra Ibero-americano de Solos
Esfera Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 08.401.497/0001-61
Processo: 01400033479201777
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.664.711,25
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização uma mostra itinerante intitulada "Mostra Iberoamericano de Solos", com participação de 25 solos, sendo 8 internacionais e 17 espetáculos nacionais. Sendo 15 solos teatrais, 6 solos de dança e 4 musicais. Ainda, conta com5 mesas de diálogos com5 convidados, e integrantes dos espetáculos da programação, com temáticas e reflexões diversas como: a dramaturgia, encenação, o ator dramaturgo, dramaturgia da dança, festivais e mostras ibero-americanos, realidades e conceitos dos festivais e mostras, os compartilhamentos/bate-papo dos espetáculos que foram apresentados serão debatidos no dia posterior a apresentação. Produto secundário e a publicação de uma revista on-line, como forma de compartilhamento do resultado da Mostra e diálogos intitulada "Diálogos e reflexões da "Mostra Iberamericano de Solos".
178727 - MOSTRA LITERATURA EM CENA 2018
Renata de Oliveira Santos
CNPJ/CPF: 070.222.897-43
Processo: 01400033800201713
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 347.212,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de uma Mostra de Artes Cênicas que pretende apresentar um dos mais importantes diálogos entre as linguagens artísticas milenares: o binômio Artes Cênicas e Literatura. Esta Mostra irá contar com espetáculos de teatro e dança, inspirados em obras de grandes clássicos da literatura, como Machado de Assis, Lima Barreto, Paulo Freire, entre outros. Além dos espetáculos, a Mostra Literatura em Cena irá oferecer gratuitamente oficinas com diretores, atores, preparadores corporais, além de mesas de debates com importantes dramaturgos, escritores, pesquisadores.
178698 - Musical Chico em Francês
Gaia Produções Artísticas e Culturais - EPP
CNPJ/CPF: 40.186.140/0001-10
Processo: 01400033765201732
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.182.404,11
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um espetáculo musical, com direção geral de Luiz Estellita Lins e direção musical Ricco Viana, que apresentará uma narração a partir das traduções de 20 músicas de Chico Buarque para o francês, e contará a estória de uma atriz-cantora parisiense se aventurando pelo Rio de Janeiro, no ano de 1918. Um folhetim-operístico que explorará com muito humor comportamentos e costumes que atravessa séculos.
178594 - Musical Made in Brazil
VIACULTURA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS, TEATRAIS, PROJETOS CULTURAIS E AGENCIAMENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.245.733/0001-40
Processo: 01400033633201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.200.861,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da montagem, produção do espetáculo musical intitulado Made in Brazil. Será um espetáculo de celebração ao rock nacional de todas as épocas, gêneros e estilos. Uma grande homenagem a todos os artistas que entraram para a história e estarão para sempre gravados nas nossas memórias. O projeto prevê o desenvolvimento de cenários,figurinos, adereços, visagismo, projeto de iluminação, de som, dois meses de ensaios para atores e músicos e a manutenção de 6 meses de temporada em algumas cidades.
178294 - Nave de Luz - Uma Viagem Sensorial
INSTITUTO ETE
CNPJ/CPF: 06.293.692/0001-90
Processo: 01400033227201748
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.096.874,19
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "NAVE DE LUZ" pretende criar uma estrutura que funciona como uma espécie de "CIRCO MULTIMÍDIA" ou um "PLANETÁRIO TEATRAL", onde o público assista à adaptações dos grandes textos de nossa literatura, através de um espetáculo multissensorial, por meio de dramatização, espetáculo de luzes, projeções de conteúdo audiovisual e emanação de essências. Antes de chegar à nave, o público atravessará um túnel com exposições artísticas, que transportará para outro universo. NAVE DE LUZ é um projeto de cunho educativo e sociocultural que vai reunir diversas vertentes artísticas em prol do incentivo à leitura.O projeto prevê quatro apresentações diárias, com média de 50 minutos de duração, que acontecerão de terça a domingo, para um público de 200 pessoas por sessão. Diversos espetáculos serão destinados aos estudantes e professores da rede pública de ensino, gratuitamente. Será vendido o ingresso a preços populares, para atingir espectadores de todas as faixas etárias e classes sociais.
178781 - Noite de Improviso
Calama Treinamento Artístico Ltda.
CNPJ/CPF: 08.384.437/0001-88
Processo: 01400033884201795
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 585.969,12
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O espetáculo Noite de Improviso traz aos palcos o modelo de improvisação teatral com cenas e jogos de curta duração, através de desafios passados aos atores por um mestre de cerimônias, que por sua vez também participa dos jogos de cena e ainda interage com o público buscando neste os temas e estímulos para a criação instantânea das cenas.
178211 - O Auto da semeadura do mundo
NETT Núcleo Experimental Teatro de Tábuas
CNPJ/CPF: 03.377.377/0001-52
Processo: 01400033117201786
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.400.192,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a criação e circulação do espetáculo cênico "Auto da Semeadura do Mundo" por diferentes cidades de todo território nacional. Será levada uma incrível encenação que une teatro, música e circo com uma surpreendente estrutura sobre uma carreta de 15 metros de comprimento que serve de cenário para intervenções de circo-teatro que compõem o espetáculo. Tudo isso junto a uma estrutura de luz, som e uma cenografia que potencializam de forma criativa o espetáculo, que ousa ser o maior projeto de teatro de rua itinerante do Brasil. O projeto percorrerá 30 cidades, num total de 30 apresentações gratuitas.
178611 - O Boca do Inferno
96 PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 12.295.403/0001-94
Processo: 01400033653201781
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 148.955,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de 20 apresentações do espetáculo teatral "O Boca do Inferno", texto de Adailton Medeiros e direção de Licurgo, baseado na vida e obra do poeta barroco Gregório de Matos, no Rio de Janeiro, Teatro Glaucio Gill.
178209 - O Canto das Vitaminas - A viagem de Polyana
Mariana Wolf Fedrizzi
CNPJ/CPF: 000.514.811-11
Processo: 01400033115201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 501.970,38
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Canto das Vitaminas - A viagem de Polyana é um projeto integrado de uma peça de teatro, livro e CD com o enredo da peça e trilha sonora. Pretende realizar 20 apresentações do espetáculo musical homônimo, bem como a distribuição de 3 mil exemplares do livro e CD da peça, todos as apresentações e distribuiçoes serao gratuitas.
178671 - O DONO DO MUNDO
RAIA PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 06.304.773/0001-48
Processo: 01400033735201726
Cidade: Adamantina - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.018.480,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Destina-se à montagem do musical "O Dono do Mundo"e manutenção de 36 sessões do espetáculo na cidade de São Paulo, além de 01 apresentação gratuita e aberta ao público em geral. O projeto prevê também a realização de 02 apresentações exclusivas para alunos e professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, seguidas de um debate com a produção do espetáculosobre Produçãode Teatro Musical, como ação de formação de platéia.
178343 - O Fantasma da Ópera
T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ/CPF: 02.860.694/0003-24
Processo: 01400033284201727
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 9.689.669,94
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e produção do espetáculo musical e clássico da Broadway "O Fantasma da Ópera", que retorna a São Paulo após 13 anos de sua estreia no Brasil, para emocionar e encantar o público com a história do misterioso Fantasma e o romance do casal Christine Daaé e Raoul.
178825 - O Leão e a Rata
LEONEL DOS SANTOS - MEI
CNPJ/CPF: 12.039.831/0001-56
Processo: 01400033957201749
Cidade: Estância Velha - RS;
Valor Aprovado: R$ 588.142,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a circulação do espetáculo "O Leão e a Rata", texto de Leonel dos Santos, livremente adaptado da obra "O Leão e o Rato", de Jean de La Fontaine. Em ritmo de comédia, a montagem dirigida por Leonel dos Santos, fundador do grupo Teatro Produção Urbano, conta a história de uma vendedora de fantasias que, ao se encontrar na praça com um palhaço, descobre que para melhor vendê-las precisa de uma estratégia de marketing. Concluem que o melhor é montar uma peça teatral e, usando as fantasias, resolvem apresentar uma fábula.Também estão programadas duas oficinas de iniciação teatral para crianças,com o objetivo de repassar saberes, jogos lúdicos e práticas desenvolvidas pelo grupo, Teatro Produção Urbana, de Estância Velha-RS, ao longo de seus 23 anos de atividade continuadas.
178745 - O Nosso Villa: Um Musical Villa-Lobos
ASSOCIAÇÃO ÁRIA SOCIAL ESPAÇO DE DANÇA E ARTE
CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20
Processo: 01400033824201772
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado: R$ 813.277,25
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste nas apresentações do musical Villa Lobos, para estudantes da Grande Recife. Assim teremos apresentações nas escolas e algumas em teatro."Nosso Villa: Um Musical Villa-Lobos" é a nova montagem da Cia Aria Social Espaço de Dança e Arte.
178488 - O Pequeno Príncipe
CLAUDIO ARNEI MACHADO FOGACA - ME
CNPJ/CPF: 10.242.172/0001-25
Processo: 01400033487201713
Cidade: Igrejinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 223.605,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um espetaculo teatral que retrata uma adaptação do classico "O Pequeno Principe". Com a proposta, busca-se a realização de temporada de estreia da peça teatral que se pretende produzir, bem como a sua apresentação para escolas públicas no estado do Rio Grande do Sul objetivando ampliar a abrangência do seu público, estimular a formação de plateia e levar a peça para mais locais e para públicos diferenciados, mormente o público infantil.
178464 - O Que é Que Ele Tem
Louise Cardoso Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 30.714.927/0001-54
Processo: 01400033459201704
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.200.361,65
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e estréia do espetáculo "O Que Que Ele Tem" com a atriz Louise Cardoso. Início da temporada na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada de temporada na cidade de São Paulo. Direção de Fernando Philbert e texto baseado na obra de Olivia Byington.
178348 - O QUE FAZER COM O RESTO DAS ÁRVORES?
Fernando Rosa Motta Filho 01475613610
CNPJ/CPF: 14.630.229/0001-14
Processo: 01400033289201750
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 153.897,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo dar continuidade as pesquisas e atividades de um dos mais jovens e premiados grupos de teatro brasileiro, a Cia Afeta. Para isso propõem realizar montagem inédita do espetáculo teatral adulto "O que fazer com o resto das árvores?", além de temporadas de estreia em Belo Horizonte (10 apresentações) e São Paulo (24 apresentações), com áudio descrição (01 por cidade), além de 02 ensaios abertos didáticos gratuitos para aluno de escolas públicas, para um público estimado de mais de 7.000 pessoas.
178235 - O REI DE COPAS - TEATRO MUSICAL
FERNANDO PISANI DE AZEVEDO
CNPJ/CPF: 887.502.487-15
Processo: 01400033155201739
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 278.899,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir e executar a montagem de um espetáculo de teatro musical "O REI DE COPAS", , com alunos dos cursos fundamentais e do ensino médio do Instituto de Tecnologia ORT , bem como alunos de outras escolas da comunidade judaica do Rio de Janeiro, que frequentarão como atividade extra-curricular , por 9 meses, um curso completo de teatro , seguidos por 2 meses de ensaios e por apresentações em uma temporada de 2 meses, além de participações em festivais e concursos no País, sobretudo a possível realização do festival de Teatro Artístico Israelita Carioca , a ser realizado em dezembro de 2018. Editar uma cartilha , ou apostila, com tiragem de 100 exemplares e aproximadamente 120 páginas A4, contendo matéria teórica, exercícios práticos, cobrindo todo o programa do curso.
178274 - Ocupação Artistica Caixa Preta
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA
CNPJ/CPF: 76.659.820/0001-51
Processo: 01400033201201708
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 405.642,90
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de Ocupação Artística do espaço Caixa Preta da PUCPR - Teatro Laércio Ruffa - com sede na cidade de Curitiba a ser realizado no primeiro semestre de 2018 entre os meses de março e julho, durante um final de semana de cada mês. A ocupação acontecerá através de edital de chamamento público de ocupação nas áreas de Artes Cênicas, Música, Fotografia, Audiovisual e Literatura, constando em cada final de semana obrigatoriamente um produto de cada área. Poderão se inscrever artistas e coletivos artísticos interessados em apresentar seus trabalhos na Caixa Preta nos horários e datas determinados pela comissão composta pelos docentes da Escola de Comunicação e Artes da PUCPR. Os artistas e coletivos selecionados pela comissão poderão apresentar seus trabalhos de acordo com o calendário e horários oferecidos. Entrada franca em todas as atrações selecionadas e apresentadas dentro do projeto.
178099 - Oerol Festival edição Brasil
Oz Produções Artísticas, Musicais e Cinematográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 10.561.752/0001-85
Processo: 01400032978201747
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.497.880,23
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Oerol ocorre há mais de 35 anos nos Países Baixos e é um conceituado festival experimental de artes e performance realizado ao ar livre e em espaços alternativos. Pretendemos realizar uma edição deste festival na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. Ofereceremos processos de residência artística para artistas internacionais e brasileiros que se apresentarão durante o festival, nos mais diversos formatos de expressão, dentre artes visuais e performáticas. Em paralelo teremos diversas oficinas, palestras e encontros que discutirão cultura e natureza em relação a preservação e sustentabilidade. Ainda prevemos doar uma das obras (autossustentável) para espaço de lazer/cultura. O acesso para todos os eventos será feito através da aquisição de passaporte para um ou mais dias do festival (limitado à capacidade de cada apresentação e dos respectivos espaços).
178710 - Oficinas Artísticas
ASSOCIACAO PRO-CULTURA E PROMOCAO DAS ARTES
CNPJ/CPF: 70.945.209/0001-03
Processo: 01400033777201767
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.063.193,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto proporcionará à APPA - Associação Pró Cultura e Promoção das Artes a realização e oferta de capacitações artísticas que incluem a difusão da dança, música e teatro e formação de plateias na cidade de Belo Horizonte. O projeto trabalhará em 2 frentes sendo: Realização de capacitações constantes na capital mineira e formação de plateias com uma Mostra Cultural de Artes Integradas onde os educandos capacitados se apresentarão em palco. Todas as atividades serão gratuitas a todas as camadas sociais e com plena acessibilidade ao público PNE.
178390 - Oficinas Artísticas e Culturais
PAULA CRISTINA BERGER PELLISSARI 06345959979
CNPJ/CPF: 21.999.551/0001-80
Processo: 01400033345201756
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 295.269,05
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização de uma série de oficinas artísticas que serão oferecidas gratuitamente para crianças e adolescentes.
178426 - Ópera OLGA no Rio
SISTRUM COMERCIO EDIÇÕES E PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA
CNPJ/CPF: 00.488.320/0001-32
Processo: 01400033401201752
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 1.904.601,15
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto se constitui na montagem e apresentação pública, no Rio de Janeiro, da ópera de Jorge Antunes intitulada OLGA. A ópera OLGA tem libreto que conta a história de vida, luta e martírio de Olga Benario. O espetáculo já foi apresentado em duas Unidades da Federação com grande sucesso: em São Paulo (Theatro Municipal de São Paulo) em 2006 e em Brasília (Teatro Nacional Claudio Santoro) em 2013.
178497 - Orquestra de Senhoritas
Ulysses Cruz Artes e Entretenimento LTDA
CNPJ/CPF: 09.442.387/0001-00
Processo: 01400033499201748
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.639.616,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Objetivo deste projeto é a realização do espetáculo teatral "Orquestra de Senhoritas" um dos mais relevantes textos de Jean Anouilh, dramaturgo francês, com concepção e Direção Artística Geral de Ulysses Cruz. A produção realizará uma temporada de 03 meses na cidade de São Paulo.
178131 - Peri, O Indiozinho Amazônico
LEANDRO PAULO RASSY SOUSA
CNPJ/CPF: 910.011.452-91
Processo: 01400033017201750
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 325.061,36
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Peri, espetáculo que une o pequeno guerreiro pauxis e seu amigo Aruanã, é uma obra prima da nossa literatura paraense, onde a Companhia Luzes, pretende divulgar, valorizar, informar, dá referências sobre a vida de um índio e seu amigo morador da região do médio amazonas. Queremos transformar a caixa preta do teatro em uma verdadeira região indígena amazônica, onde levaremos para os palcos um espetáculo de uma de nossas tribos indígenas, mostrando ao público como um menino índio se torna um grande guerreiro.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
178757 - "Orquestra de Câmara Cussy de Almeida"
FABIO EDUARDO TEIXEIRA DE LIMA CUNHA
CNPJ/CPF: 088.855.874-02
Processo: 01400033839201731
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 199.992,59
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto busca a realização de uma oficina de música de câmara e de masterclass em instrumentos diversos para formação de orquestra de cordas, além de concertos de música de câmara itinerantes em regiões descentralizadas atendendo a todos os públicos, o projeto tem a previsão de ser realizado partir do segundo semestre de 2018. Com ingressos gratuitos aos concertos de inerência e concertos aulas como formação de plateia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178602 - 15° Festival ChorandoSemParar - Edição Radamés Gnattali
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI.UFSCar
CNPJ/CPF: 66.991.647/0001-30
Processo: 01400033643201746
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 526.158,75
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar, conforme o estabelecido pelo art.18 Lei Rouanet, a 15ª edição do Festival Instrumental ChorandoSemParar, no período de 03 a 09 de dezembro de 2018. Idealizado pelo Projeto Contribuinte da Cultura, o Festival é uma homenagem ao Choro, de modo especial, e também à música instrumental brasileira. Ocorre anualmente durante uma semana em vários pontos de São Carlos-SP (teatros, centros culturais e praça pública). Para o início da semana são programadas oficinas, workshops e debates sobre aspectos históricos, sócio culturais e artísticos do tema em questão. Nos 3 últimos dias há apresentações na Praça XV e o encerramento promove 12 horas de revezamento de renomados instrumentistas brasileiros e estrangeiros. Antes da semana do Festival, estão previstas ações culturais em escolas públicas, e interferências artísticas em locais públicos, bares e centros culturais, sempre buscando caminhos para a difusão do patrimônio musical brasileiro.

178726 - 1º Reponte Instrumental
JBA PRODUCOES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 14.568.565/0001-84
Processo: 01400033799201727
Cidade: Guaíba - RS;
Valor Aprovado: R$ 586.124,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto 1º Reponte Instrumental vem para oportunizar palco para a música instrumental dentro de um dos mais renomado e importante festival de música do Estado do Rio Grande do Sul, enaltecendo os instrumentistas e fomentando o consumo pela música instrumental.
178660 - Amizade
FRANCISCO GABRIEL TERRA DE CALAZANS FERNANDES PRATES DE MOUR
CNPJ/CPF: 324.344.518-37
Processo: 01400033716201708
Cidade: Franca - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.025,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Amizade é a circulação do trabalho autoral do compositor e guitarrista Gabriel Terra será realizado dez shows em sete cidades do estado de São Paulo. Essas apresentações terão como repertório as músicas do primeiro CD do compositor Gabriel Terra intitulado Amizade.
178746 - Amour
PRIMEIRA FILA PRODUÇÕES EIRELI
CNPJ/CPF: 19.099.135/0001-84
Processo: 01400033826201761
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 783.000,01
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um evento multicultural que irá celebrar o amor em todas as suas formas. Intitulado Amour, o projeto contempla espetáculos cênicos, saraus literários, música instrumental, mostra de filmes, mostra fotográfica, palestras e oficinas de poesia e fotografia. Além disso, uma série de ações irão envolver o público em sentimentos de amor, de afeto e de compaixão. As atividades terão o potencial gerar o debate e a reflexão sobre o amor na contemporaneidade e os seus mais diversos significados.
178378 - BAMMA - Banda Musical de Marcha de Amparo
Bruno Wellington Domingues - EPP
CNPJ/CPF: 09.402.853/0001-24
Processo: 01400033327201774
Cidade: Paulínia - SP;
Valor Aprovado: R$ 867.620,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Reativação, manutenção e formação de novos músicos instrumentistas da Banda Musical de Marcha de Amparo, bem como formação de artistas que compõe o corpo coreográfico e linha de frente da Corporação Musical de Marcha de Amparo. O público alvo será: crianças, jovens e adultos; visando inclusão social e melhora dos indivíduos cultural, social e psicologicamente, através do ensino e da formação musical.
178765 - Bike Fest Instrumental
NOMADE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.851.632/0001-24
Processo: 01400033852201790
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 337.941,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Bike Fest Instrumental, é um festival de musica instrumental experimental voltado para o publico de amantes do motociclismo, e busca subsidiar apresentações musicais de bandas independentes que se dediquem a musica instrumental experimental, onde o rock exerce um fio delineador se misturando ao jazz, blues, afrojazz, eletrônico, dub, mpb entre outros. O Festival terá duração de dois dias onde serão apresentadas seis bandas.
178342 - Capão Fest
MURLIKI - EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 07.083.950/0001-76
Processo: 01400033282201738
Cidade: Capão da Canoa - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.032.140,89
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende criar a Programação Cultural do Capão Fest, a programação contemplará apresentações de diversos espetáculos, teatrais, circenses, e música instrumental. Os eventos deste projeto acontecerão na cidade de Capãp da Canoa no estado do Rio Grande do Sul.
178630 - Circuito Cultural
Bruno Wellington Domingues - EPP
CNPJ/CPF: 09.402.853/0001-24
Processo: 01400033677201731
Cidade: Paulínia - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.111.505,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto irá levar a diferentes cidades de todo o país uma programação cultural especial, com a música como principal carro chefe, mas com diversas intersecções culturais tais como exposição visual, grupos circenses e teatrais. O projeto tem este nome pois os participantes estarão em constante movimento para acompanhar todas estas atrações. Serão montados 3 diferentes palcos cada qual com uma programação e horário determinados, além de outras atrações de rua, completando portanto um circuito cultural para os espectadores.
178411 - Clássico Internacionais
OROBORO SERVICOS E PROJETOS CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 04.613.777/0001-82
Processo: 01400033382201764
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 824.460,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Os Domingos Clássicos Internacionais, nas manhãs de domingo, 11 horas, objetivam a formação de plateia para a música clássica, com uma programação a mais variada possível que vai desde a música renascentista e barroca até a vanguarda atual. Com isto, a população local têm oportunidade de ouvir e falar com artistas de diferentes linguagens e em diferentes organizações instrumentais e/ou vocais. Tenho certeza que melhoraria bastante a moral do carioca, tão em baixa em nossos dias.O projeto Domingos Clássicos Internacionais vai abrir espaço para novos compositores contemporâneos bem como para grupos de câmera nacionais e estrangeiros, orquestras, coros, miniópera e solistas da música de concerto. Os concertos são didáticos e, ao final do concerto uma vez ao mês, workshops de curta-duração e chats après-concert (de 40 a 50 minutos de duração) serão realizados com artistas consagrados que participarem dos concertos no saguão anexo à sala.
178552 - Comida com Sotaque - Festival de Musica Instrumental e Gastronomia Nordestina.
Instituto Origami
CNPJ/CPF: 08.469.619/0001-51
Processo: 01400033565201780
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.809.636,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival que irá promover um grande encontro entre a gastronomia nordestina e a música instrumental durante os 30 dias de festejos juninos em Campina Grande - PB. O evento destaca-se por ser um Festival de Música Instrumental e Gastronomia que contempla os principais aspectos determinates da identidade cultural e histórica do povo Nordestino no período mais simbólico da região, o São João.
178380 - Concertos Magicos
Comasul Eventos Culturais Ltda. ME
CNPJ/CPF: 89.979.751/0001-05
Processo: 01400033331201732
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 263.025,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Concertos Mágicos é um projeto que visa proporcionar ao público no interior do Rio Grande do Sul o acesso gratuito à música erudita da melhor qualidade através de apresentações inéditas da Orquestra Sinfônica de Teutônica, um grupo aclamado pela crítica e hoje uma das principais orquestras do Brasil.
175956 - EDUCACAO MUSICAL CORAL VOZES DA AMAZONIA
VOZES DA AMAZÔNIA
CNPJ/CPF: 10.489.553/0001-03
Processo: 01400026106201740
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 580.400,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Consiste na execução de atividades planejadas para o Coral Vozes da Amazônia, de forma a propiciar aos seus integrantes, melhor técnica vocal, conhecimento de teoria musical e ainda a viabilização de eventos diversos durante o período de realização do projeto, oferecendo espetáculos cuidadosamente elaborados, promovendo qualidade de vida e dignidade tanto ao público como aos artistas que neles se apresentam. Além disso, visa realizar concertos didáticos, com o objetivo de agregar conhecimentos sobre a cultura musical, despertar talentos para o canto coral, desenvolver a disciplina, o trabalho em equipe e a formação de platéias.
178451 - ESPAÇO CULTURAL ALMA DE BATERA
INSTITUTO ALMA DE BATERA
CNPJ/CPF: 24.538.220/0001-31
Processo: 01400033439201725
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 960.810,14
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Custeio das atividades, manutenção, divulgação e locação do Espaço Cultural Alma de Batera. O Espaço realizará aulas de música do instrumento bateria e ações musicais instrumentais denominadas: CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES; JAM SESSIONS;POCKET-SHOWS; AULAS PARTICIPATIVAS; AULAS TEÓRICAS (Plano Individual/ Plano Misto/Plano Grupo I/ Plano Grupo II); VIVÊNCIAS -BATERISTAS CONVIDADOS; PALESTRAS EDUCACIONAIS; VISITAS MONITORADAS; MANHÃS CULTURAL OU TARDES CULTURAIS. As atividades acontecerão dentro e fora do Espaço Cultural Alma de Batera. Período de realização do projeto: 18 MESES/ Plano ANUAL. Local: São Paulo, capital e 6 capitas brasileiras. Classificação Livre. Público Alvo: Pessoa Com Deficiência Intelectual e Sociedade.
178598 - FAZENDO A FESTA NO NATAL LUZ
BRA.ZIL ARTE E CULTURA ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.451.742/0001-97
Processo: 01400033637201799
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 1.571.216,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar durante todos os finais de semana do mês de dezembro o evento Fazendo a Festa na praça do Gazebo da cidade de Campos do Jordão - SP. Um grande evento natalino com apresentações de música instrumental, performances, cortejo de natal com desfile a fantasia, carros alegóricos e orquestra sinfônica, aberto ao público em geral. Estima-se um público de 100(cem) mil pessoas atigidos diretamente com as ações do projeto.
178463 - Festival "Palmas para Elas"
EUREKA IMAGENS E IDEIAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.021.803/0001-58
Processo: 01400033458201751
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.130.878,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Festival "Palmas para Elas" consiste na realização de eventos culturais voltados para as artes cênicas (dança e teatro) e música instrumental. O festival contará com atrações locais e de outros Estados.
178341 - Festival ASSAD 2018
Clac Artes e Cultura Ltda - ME
CNPJ/CPF: 03.014.559/0001-69
Processo: 01400033281201793
Cidade: São João da Boa Vista - SP;
Valor Aprovado: R$ 340.665,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival ASSAD, em 2018, propõe a realização de um projeto de música instrumental com renomados artistas e instrumentistas que representarão as vertentes musicais da Família Assad. No ano de 2018, o Festival Assad contará com apresentações que acontecerão no palco do Theatro Municipal de São João da Boa Vista ,em praças públicas e igrejas,com oficinas em vários pontos pré agendados na cidade. Tudo gratuito.
178700 - FESTIVAL DE INVERNO SERRA CATARINA - Mostra de música instrumental, artes cênicas e audiovisual
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS
CNPJ/CPF: 84.958.248/0001-50
Processo: 01400033767201721
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 686.745,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover e difundir manifestações de música instrumental, artes cênicas e a produção de audiovisual regional em uma Mostra Cultural realizada simultaneamente em 11 (dez) cidades da serra catarinense, nos meses de junho, julho e agosto de 2018, integrando a programação do Festival de Inverno Serra Catarina.
178885 - Festival de Metais Brasília Brass
Derick Heliston Ferreira Batista
CNPJ/CPF: 021.104.951-46
Processo: 01400034021201735
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 312.736,45
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival de Metais Brasília Brass, fundado em 2016, recebe o mesmo nome do quinteto de metais que o idealizou. Tem o objetivo de colaborar para a movimentação cultural e musical no cenário do DF, com a criação e ampliação do público de música instrumental, oportunizando aos músicos de todo o país a possibilidade de ter aulas com grandes artistas do Brasil e do mundo. O alto nível educacional e dos concertos promovidos vem atraindo a participação de jovens estudantes, profissionais de orquestras, professores de conservatórios e escolas de música, integrantes de bandas sinfônicas e militares, além de grupos de música de câmara. A área acadêmica contempla todos os instrumentos da família dos metais - trompete, trompa, trombone, trombone baixo, eufônio e tuba. A qualidade do festival pode ser notada pelos artistas convidados para os master classes e concertos, todos músicos renomados no mundo da música. Esta proposta visa a realização do III Festival de Metais Brasília Brass.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178763 - FESTIVAL DE MUSICA GRAACC - 2018
GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANCA COM C GRAACC
CNPJ/CPF: 67.185.694/0001-50
Processo: 01400033847201787
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 819.406,25
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa realizar o "Festival de Música GRAACC - Edição 2018". Esse será um evento beneficente, com dois concertos, que reverterá ao GRAACC (Grupo de Apoio à Crianças e ao Adolescente com Câncer) a verba total arrecada com a venda dos ingressos.
178814 - Festival Internacional de Música de Londrina - 38ª edição.
Associação de amigos do Festival de Música de Londrina
CNPJ/CPF: 80.507.742/0001-47
Processo: 01400033942201781
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.318.063,29
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Internacional de Música de Londrina é considerado um dos eventos mais importantes da agenda cultural do país por sua trajetória histórica construída ao longo de 38 anos, realizando edições com características arrojadas e inovadoras, tanto no aspecto artístico como pedagógico. Tal processo construiu uma identidade alinhada com as políticas públicas de inclusão social, cultural e educacional.O presente projeto objetiva realizar a 38º edição do Festival Internacional de Música de Londrina, realizando em torno de 40 cursos e oficinas no eixo pedagógico, nas modalidades de música vocal e instrumental e cerca de 60 concertos abarcando as diversas correntes estético-musicais. Trata-se de um evento comprometido com os anseios da comunidade, abarcando a diversidade de faixas etárias e classes socioeconômicas. Contribui, assim, para a ampliação de novos públicos, com a educação musical que prima pela qualidade, envolvendo diferentes gerações, classes sociais, etnias, tendências estéticas, políticas e culturais. Realizar a ampliação geográfica do 38ª FIML com a o subprojeto "E o Festival continua..."
178673 - Festival Musimagem - IV Encontro de Trilhas Sonoras
Musimagem Brasil
CNPJ/CPF: 10.464.690/0001-93
Processo: 01400033739201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 538.532,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do Festival Musimagem - IV Encontro de Trilhas Sonoras, com workshops, debates, mostra de filmes infantil com música original dos compositores da Musimagem Brasil, grupos de trabalho e concertos ao vivo. Esta experiência acontecerá pela quarta vez no Brasil e é voltada não somente para o público profissional, mas também atrairá um grande público entusiasta, já que música para cinema, TV, comerciais, video-games, etc. É algo que habita o imaginário popular.
178772 - Festival Sanfona na Serra: 200 anos de história e memória
Sandra Costa Siaines de Castro
CNPJ/CPF: 221.657.547-04
Processo: 01400033864201714
Cidade: Nova Friburgo - RJ;
Valor Aprovado: R$ 228.206,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Sanfona na Serra: 200 anos de história e memória, em sua primeira edição, é um marco do reconhecimento e valorização do trabalho de resgate da sanfona protagonizado por um grupo de sanfoneiros da região serrana do estado do Rio de Janeiro, iniciado no distrito de Lumiar, Nova Friburgo, em 2007. Oferecendo shows, oficinas e palestras, incentivando novos talentos, colaborando com o desenvolvimento da cultura popular brasisleira, o Festival receberá sanfoneiros, grupos locais e regionais, pesquisadores, palestrantes e turistas, para celebrar a preservação da memória da sanfona e o aniversário de 200 anos da cidade, criada por decreto imperial em 16 de maio de 1818.
178441 - Fundinho Festival - Jazz e Blues
Marcelo Mamede Maia
CNPJ/CPF: 889.045.986-72
Processo: 01400033425201710
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 699.857,70
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da segunda edição do Fundinho Festival, na cidade de Uberlândia-MG. Evento de alta qualidade dedicado ao Jazz e ao Blues, com apresentações destes gêneros, tendo como produto principal a música instrumental. Além disso, pretende-se realizar atividades de formação de plateia em algumas escolas da cidade. Todos os eventos serão gratuitos e acessíveis a toda a população.
178622 - I Concurso de Composição de Música Contemporânea
Sonia Machado
DIOGO OLIVEIRA CAMPOS NETO
CNPJ/CPF: 066.301.856-09
Processo: 01400033668201740
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 109.450,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto visa fomentar a criação e execução de novo repertório na música clássica brasileira e internacional, através de um concurso para compositores clássicos onde os compositores inscritos enviarão trechos a serem designados para avaliação de uma banca de especialistas. Três (3) composições serão escolhidas como finalistas, as quais deverão então ser entregues em sua completude para avaliação final. As 3 obras finalistas receberão prêmio em dinheiro, e a primeira colocada será executada ao vivo na cerimônia de premiação. Pelo menos um dos finalistas deverá ser brasileiro. A banca examinadora (5 profissionais) não terá acesso ao nome dos inscritos até que a decisão final seja feita, para que a imparcialidade seja garantida. Acerimônia de premiação ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro. Um valor simbólico de inscrição (teto deR$50,00) poderá ser cobrado, com o intuito de garantir a seriedade dos concursantes inscritos.
178822 - Iluminarte - Música
CAROLINA PAIVA NEVES FRADE DA CRUZ
CNPJ/CPF: 016.592.626-07
Processo: 01400033954201713
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 250.889,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Iluminarte - Música pretende realizar dois espetáculos de música instrumental revelando duas facetas interessantes da música brasileira , uma relacionada ao espetáculo Valencianas Orquestra de Ouro Preto que trata-se da releitura de parte expressiva das musicas de Alceu Valença como música de concerto e a outra ligada as raízes nordestinas e sertanejas com o grupo paraibano percussivo Cabruêra.
178231 - Mia Cara Curitiba 2018
Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Processo: 01400033148201737
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 927.566,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de diversos eventos culturais com temas da cultura italiana.O projeto prevê apresentações musicais, ópera, teatro, exposicoes de fotografia e obras de arte, danças folclóricas e corais.
178788 - Mostra Cultural no 3º Canto Galponeiro
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Processo: 01400033902201739
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 143.910,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar uma mostra cultural de teatro e música instrumental no 3º Canto Galponeiro.
178314 - MÚSICA & CIA
B.L. OLIVEIRA DA SILVA PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 17.916.607/0001-19
Processo: 01400033250201732
Cidade: Pedra Bela - SP;
Valor Aprovado: R$ 548.952,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta é ofertar gratuitamente para 90 (noventa) crianças e adolescentes, na faixa etária de 08 a 18 anos, da pequena cidade do interior paulista, Pedra Bela, aulas de música instrumental e coreografia, formando a primeira Banda Marcial na história da cidade com previsão de 03 apresentações, além do desenvolvimento de cidadania e protagonismo infantojuvenil e formação de plateia. Publico Alvo ¸ 90 (noventa) crianças e adolescentes da cidade de Pedra Bela; ¸2.100 (dois mil e cem) total de espectadores nas 4 apresentações; ¸120 (cento e vinte) participantes das oficinas de formação de plateia, sendo 50% das vagas para profissionais e alunos da rede pública de ensino. Detalhes vide planilha (anexo) Local de Realização Oficinas: Escola Municipal João Miranda Espetáculos (apresentações da Banda Marcial) ¸Pedra Bela - SP (3 apresentações) ¸Cidade do interior de SP a definir
178404 - MUSICA E SOCIEDADE - Um Olhar Sobre a Música Brasileira
INSTITUTO SOM DA LINGUA
CNPJ/CPF: 21.179.048/0001-89
Processo: 01400033372201729
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 303.258,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto MUSICA E SOCIEDADE tem por objetivo oferecer aos jovens e adultos das comunidades e bairros dos municípios do ABDCDMR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Rio Grande da Serra) série de (05) espetáculos musicais com artistas do cenário musical brasileiro, com intuito de discutir a multiplicidade da musica brasileira; os caminhos, rumos e transformações na sociedade brasileira. Serão apresentados (05) cinco temas sobre Música no Brasil e para cada tema um espetáculo/show - encontro/debate sobre a formação musical brasileira.
178654 - MUSICA NAS ESCOLAS E NA COMUNIDADE - 13º EDIÇAO
JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA LAGES
CNPJ/CPF: 163.092.436-91
Processo: 01400033709201706
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 655.367,75
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de formação musical com cursos permanentes e gratuitos (violino, viola, violoncelo, flauta, fagote, oboé, etc.), para continuidade, aprimoramento e apresentações da Orquestra, Jovem da Comunidade do Barreiro, Orquestra Jovem da E. E. Padre João Botelho e do Grupo de Câmara, com circulação de 25 concertos didáticos gratuitos em Belo Horizonte e mais 5 (cinco) cidades, em escolas, espaços públicos e comunidades.
178499 - MUSICA NO PLANALTO
INSTITUTO SOCIO CULTURAL DE MUSICA E ARTES JOAQUIM THEOTONIO - ISMAJOTHE
CNPJ/CPF: 10.467.232/0001-08
Processo: 01400033501201789
Cidade: Curitibanos - SC;
Valor Aprovado: R$ 187.050,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover Oficinas de Violão e Aordeon para crianças e Adolescentes, durante um ano, na cidade de Curitibanos SC, atendendo a 100 estudantes de escolas publicas de Curitibanos e cidades vizinhas
178337 - Musical de violoncelos: Os sentimentos humanos - "O que te toca".
Ana Cristina Froner
CNPJ/CPF: 506.272.520-87
Processo: 01400033276201781
Cidade: Canoas - RS;
Valor Aprovado: R$ 150.783,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização do Musical de violoncelos: "O que te toca", obra emestreia mundial, durante o 20º Encontro Internacional de Violoncelos/RS, inovadora etotalmente diferenciada por seu estilo musical, sobre a relação entre os sentimentos humanos e o instrumento violoncelo. Montagem com orquestra de violoncelos, atores e dançarinos.
178308 - NÁUTICA JAZZ FESTIVAL - bossa, blues e jazz instrumental no Festival Blumenau a Bordo 2018.
ASSOCIAÇÃO NÁUTICA CATARINENSE PARA O BRASIL
CNPJ/CPF: 10.713.590/0001-53
Processo: 01400033244201785
Cidade: Biguaçu - SC;
Valor Aprovado: R$ 191.587,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover, gratuitamente, durante 02 (dois) dias, no final do mês de março de 2018, na cidade de Blumenau-SC, apresentações de música instrumental dos gêneros jazz, bossa nova e blues, com ênfase no jazz, como programação artística e cultural do Festival Náutico promovido pela ACATMAR - Associação Náutica Brasileira.

178229 - No Tom da Vida - Plano Anual de Atividades 2018
INSTITUTO ROBERTO SOUSA - IRS
CNPJ/CPF: 10.711.385/0001-59
Processo: 01400033146201748
Cidade: Paulista - PE;
Valor Aprovado: R$ 272.986,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano Anual de Atividades 2018 do projeto sociocultural No Tom da Vida atende, gratuitamente, crianças e jovens de baixa renda da comunidade do Janga, na Região Metropolitana do Recife. O programa objetiva promover a cidadania através de aulas de música clássica, instrumentos de cordas e percussão, flauta doce, teclado, percepção musical, teoria musical, prática coral e a orientação psicossocial.
178568 - Nossa Música
ROSANGELA PCHEIDT CLIVATI 68103930997
CNPJ/CPF: 14.538.395/0001-95
Processo: 01400033591201716
Cidade: Toledo - PR;
Valor Aprovado: R$ 330.070,08
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Nossa Música" busca viabilizar as atividades do Coral Cênico-Musical Sicoob Meridional, atendendoa coralistas em oficinas de Interpretação Cênica e Musicalização, tendo como produto cultural resultante a concepção de um espetáculo cênico-musical, realizando a sua itinerância emdiversasapresentações, a serem agendadas durante a etapa de produção do projeto, sempre com acesso gratuito ao público.
178619 - Oficina de Violão do Morro do Céu
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO MORRO DO CEU
CNPJ/CPF: 82.703.547/0001-18
Processo: 01400033664201761
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 127.179,05
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Aulas de violão gratuitas para crianças e adolescentes.
178317 - Oficinas de Expressões Artísticas e Culturais
INSTITUTO CACAU SHOW
CNPJ/CPF: 11.878.898/0001-11
Processo: 01400033253201776
Cidade: Itapevi - SP;
Valor Aprovado: R$ 912.433,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta contempla oficinas em diversas áreas, sendo elas: Canto,Capoeira,Dança,Percussão, Violão, totalizando 05 oficinas,estas já são desenvolvidas pelo proponente há mais de 5 anos. Serão disponibilizadas mais de 500 vagas gratuitas para estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino em Itapevi.
178764 - ÓPERAS DE PUCCINI- CIA. ÓPERA DE SANTA CATARINA
Associação Ópera de Santa Catarina
CNPJ/CPF: 11.304.261/0001-11
Processo: 01400033849201776
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.423.604,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Realizar no ano de 2017 as Óperas La Bohème e Madama Butterfly de Puccini em duas versões -montagem integral com solistas e orquestra e montagem reduzida em 1h30min com solistas e acompanhamento de piano, nas cidades de Florianópolis, Chapecó, Capivari de Baixo e Entre Rios,SC,com o seguinte cronograma: Outubro- Teatro do CIC em Florianópolis, SC- montagem integral da ópera La Bohème em duas récitas Outubro - Centro Cultural de Capivari de Baixo, SC-montagem reduzida da ópera La Bohème em uma récita Novembro-Teatro Municipal de Chapecó, SC- montagem integral da ópera Madama Butterfly em duas récitas Novembro- Centro Cultural de Entre Rios,SC,-montagem reduzida da ópera Madama Butterfly em uma récita

178396 - ORQUESTRA AFROREGGAE - MANUTENÇÃO
Grupo Cultural Afro Reggae - GCAR
CNPJ/CPF: 73.322.240/0001-86
Processo: 01400033351201711
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 658.730,39
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta proposta se destina à manutenção da Orquestra AfroReggae e de suas Oficinas de Música Instrumental. A Orquestra AfroReggae é um conjunto musical formado por jovens músicos oriundos das Oficinas de Música Instrumental realizadas pelo AfroReggae. Desta forma, a Orquestra AfroReggae, que tem caráter pré-profissional, se consolida como o último estágio de formação das Oficinas de Música Instrumental que continuamente formam novos artistas que irão compor seu corpo integrante.

178588 - Orquestra Cubatão Sinfonia - Ano III
ASSOCIACAO DE AMIGOS DA BANDA SINFONICA DE CUBATAO
CNPJ/CPF: 04.733.938/0001-71
Processo: 01400033626201717
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 627.464,30
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a continuidade e manutenção da Orquestra Cubatão Sinfonia em sua terceira temporada que se iniciou em 2015, com a proposta de oferecer oportunidade aos jovens e adolescentes que estudam música instrumental em outras instituições socioculturais a participação ativa em uma Orquestra, onde colocarão em prática o aprendizado individual de seu instrumento em uma formação coletiva nos moldes que encontrarão em um grupo profissional.

178742 - ORQUESTRA DE SCHOENBRUNN"
No Problem Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 15.201.428/0001-70
Processo: 01400033819201760
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 736.782,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar no Brasil 03 concertos da Orquestra de Schoenbrunn em 2018. A renomada orquestra realizará um verdadeiro espetáculo da música clássica de Viena, serão 03 concertos na região sul do país, preferencialmente na cidade de Florianópolis. Schoenbrunn Palace Orchestra, acompanhado por cantores e músicos renomados, onde executa as obras mais famosas de Wolfgang Amadeus Mozart e Johann Strauss. Será uma oportunidade única dos brasileiros apreciarem repertórios de melodias clássicas e ter acesso ao uma Orquestra de câmara de renome e internacionalmente aclamado vienense.

178436 - Orquestra Filarmônica da PUCRS - Programação 2018
UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA
CNPJ/CPF: 88.630.413/0001-09
Processo: 01400033416201711
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.498.472,70
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da programação anual de concertos da Orquestra Filarmônica da PUCRS, contemplando apresentações musicais com solistas e artistas convidados da música erudita e popular. Inclui, também, como ações complementares: concertos didáticos para estudantes; concurso jovens solistas; mostra de bandas; apresentações musicais em instituições comunitárias; masterclasses com artistas convidados; oficina de violino; palestras sobre arte, cultura e empreendedorismo.

177610 - ORQUESTRA SINFÔNICA E CORAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BETIM
Nó de Rosa Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 06.216.994/0001-64
Processo: 01400030992201714
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.732.120,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de concertos gratuitos da Orquestra Sinfônica de Betim com a participação dos Corais das Escolas Públicas municipais de Betim.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

178839 - A Cultura Conversa com a Arte Gaúcha
Quattro Projetos e Serviços Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.658.211/0001-32
Processo: 01400033971201742
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 532.922,88
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "A Cultura Conversa com a Arte Gaúcha" pretende realizar seis exposições ao longo do ano de 2018. Os conjuntos apresentados contarão com obras de artistas conhecidos no Rio Grande do Sul, trazendo visibilidade da produção artística gaúcha do século XIX aos dias atuais. As atividades terão obras do acervo dos Museus de Arte de Porto Alegre, na Pinacoteca Ruben Berta e na Pinacoteca Aldo Locatelli. Procurando estimular a sociedade a consumir cada vez mais conteúdos culturais, o projeto também prevê ações para escolas, estudantes e professores, oferecendo oficinas e palestras a serem realizadas pelos curadores e artistas das exposições que estarão em exibição durante o projeto.

178637 - A Marquise - Interpretações da não existência de um futuro passado
Elis de Oliveira Ribeirete
CNPJ/CPF: 041.012.429-09
Processo: 01400033684201732
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 469.951,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir uma exposição visual que apresentará quatorze obras tridimensionais, baesadas no conceito da assemblage, do artista plástico paranaense Jorge Pedro. A exposição que irá transitar pela cidade de Curitiba conta com a curadoria de Olívio Guedes. Além da exposição, o projeto prevê a produção de livro/catálogo trilíngue (português, inglês e espanhol) com uma tiragem de 1.000 exemplares para serem doados ao público presente na exposição.

178830 - Bauhaus100_Brasil
IN.VERTICE COMUNICAÇÃO E ARTE EIRELI
CNPJ/CPF: 06.232.399/0001-12
Processo: 01400033962201751
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.406.219,41
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Bauhaus100 O centenário Bauhaus será um dos grandes eventos culturais de 2019. O Brasil celebra 100 anos de Bauhaus olhando para o futuro e entrando no circuito mundial das grandes exposições, programas e projetos que estão planejados para o centenário Bauhaus nos próximos anos, com: uma mostra, um seminário internacional, um projeto educativo-pedagógico e uma publicação, intitulados Bauhaus100. Em 2019, a Alemanha estará comemorando o centenário da Escola Bauhaus, juntamente com parceiros em todo o mundo. Fundada em Weimar em 1919, mudou-se para Dessau em 1925 e fechou em Berlim sob pressão dos nazistas em 1933, a escola de design só existiu por um total de 14 anos e teve apenas 1.250 alunos, apesar disso, a influência da Bauhaus continua potente até os dias de hoje.

178705 - Cruzadas Multiculturais - Outros Brasis
Edinilson Aparecido da Silva
CNPJ/CPF: 986.694.436-00
Processo: 01400033772201734
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.679,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Mostra de Artes Visuais temática em mini-turnê que será composta por 20 obras de arte da produção do artista Edd Silva e artistas convidados, que utilizará as linguagens pintura, ilustração, e design gráfico com poética visual contemplativa a pluralidade cultural do Brasil propiciandoo resgate dos mitos, lendas e costumes regionais do Brasil.

178826 - Espetáculos na Fonte
ELFUS SERVICOS ARTISTICOS E TEATRAIS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 62.580.766/0001-40
Processo: 01400033958201793
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.359.431,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata o presente projeto de projeções de imagens, musicalidade e movimentação artística das águas da fonte multimídia, instalada no lago do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Uma instalação flutuante de 110 metros de comprimento por 2 metros de largura que movimenta cerca de 60 mil litros de água por minuto. Cada torre de água da fonte é capaz de movimentar 24 jatos verticais com até 15 metros de altura, formando uma cortina de água para exibir em sincronia, música, imagens temáticas universais e iluminação, gratuitamente para a população. Fonte Musical é um projeto cultural que tem como objetivo criar e projetar vídeos e música clássica, para um maior público possível.

178792 - Exposição Amazônia Imaginada
C.M.A DE FIGUEIREDO – ME
CNPJ/CPF: 10.292.875/0001-68
Processo: 01400033908201714
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 414.325,09
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A exposição "Amazônia Imaginada" é uma exposição de quadros da artista brasileira Kim Poor e o resultado de uma pesquisa realizada pela artista plástica há mais de dez anos. As lendas indígenas, a flora, a fauna e os recursos naturais da Amazônia foram a sua inspiração. Esta exposição visa o resgate de uma cultura que rapidamente esta desaparecendo do nosso planeta. Kim Poor, através de suas telas, nos transporta ao interior da Amazônia a fim de depararmos com suas reais riquezas, sua cultura e seu povo. Para construir essa narrativa artística, que se revela em diferentes telas, técnicas e diversos suportes Kim Poor reuniu histórias seculares e as conectou ao presente. O resultado desta pesquisa será apresentada ao público com cerca de 30 telas, em tamanhos variados. As obras são executadas através de uma técnica inédita desenvolvida pela própria artista. Suas pinturas usam a difícil combinação do vidro e pigmentos fundidos sobre aço. Todas as cores são pulverizadas e cada uma delas e aplicada obedeçendo a uma sequência determinada por sua durabilidade e resistência ao calor, que excede mil graus. Desde que Salvador Dali batizou seu estilo como "Diaphanism" ela tem contribuido muito para continuar desenvolvendo esta técnica. Camadas de vidro contribuem para o brilho especial que aprofunda suas cores e transmitem as imagens uma qualidade difusa que o termo "Diaphanism" tão bem retrata. Uma das diferenças entre estas obras e as demais que usam materiais mais conhecidos, como acrílico e óleo, ou tela, é que a luz vem através da superfície e é refletida de volta a base e isso torna os quadroscom profundidade e brilhos característicos.

177919 - Exposição da Arte em Conteiner
FRED - UMA ALTERNATIVA A REINTEGRAÇÃO
CNPJ/CPF: 03.691.369/0001-86
Processo: 01400032448201707
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.195.667,19
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de realização de Oficinas de artes plásticas (Tapeçaria) e Exposições de artes visuais itinerantes com o resultado dos trabalhos dos alunos durante as Oficinas de Arte (objeto: tapetes) que acontecerão em 7 cidades do estado de Minas Gerais. Todas as atividades enfocam as ações socioculturais do Projeto Fred e serão gratuitas. Não haverá cobrança de ingressos.

178582 - EXPOSIÇÃO HISTÓRIA DO SKATE
Cristelli´s Serviços Editoriais LTDA EPP
CNPJ/CPF: 11.547.249/0001-38
Processo: 01400033616201773
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 908.461,25
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto EXPOSIÇÃO HISTÓRIA DO SKATE visa criar e circular uma exposição sobre a história do esporte skate no Brasil e no Mundo. A exposição contará com paineis explicativos, imagens e documentos históricos sobre o desenvolvimento do esporte e momentos que fizeram parte da história do skate. A curadoria será de Marcelo Índio, skatista, pesquisador e fundador da ONG Sket Solidário. A exposição será gratuita e circulará por 5 cidades do Estado de São Paulo.

178674 - Exposição Sergio Vieira de Mello - cultura da paz na diversidade
Museu Céu Aberto, Cultura, Ecologoa e Desenvolvimento
CNPJ/CPF: 04.749.009/0001-50
Processo: 01400033740201739
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.125.820,17
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: exposição itinerante em homenagem ao grande brasileiro que deverá percorrer 3 capitais brasileiras; e no exterior, as duas cidades sede da ONU. Com enfoque nas temáticas trabalhadas por Sérgio: respeito e valorização das diversidades étnicas e culturais; e o desenvolvimento e aplicação na prática de suas teses no campo da Filosofia, de construção da paz pelo respeito à diversidade, fluxos migratórios, refugiados, direitos humanos, entre outros. Além da exposição: mesas de debates e catálogo da exposição.

178584 - FORA
Coletor Comércio de Objetos de Arte e Organização de Eventos LTDA EPP
CNPJ/CPF: 14.113.581/0001-82
Processo: 01400033618201762
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.736.553,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Fora é uma ação de cultura contemporânea que acontece no espaço público da cidade de São Paulo com objetivo de democratizar a cultura, promover melhorias em áreas de convívio, e discutir a respeito da qualidade de vida no contexto urbano. Com foco em arte, paisagem urbana e análise de dados, mobiliza ações de cultura contemporânea no espaço público, reabilita espaços subutilizados no contexto urbano e traz à tona as realidades e as demandas sociais através da escuta da sociedade e da análise de dados. Com um programa público de atividades culturais, de cidadania e pedagogia, irá abordar questões fundamentais sobre oimaginário social da cidade.

178557 - G9 - Galeria de Graffiti - 2018
Fundação Casa da Cultura de Jundiaí
CNPJ/CPF: 54.690.367/0001-03
Processo: 01400033571201737
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 264.084,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto G0 - Galeria de Graffiti - 2018 trata da recuperação, revitalização e nova exposição da galeria já existente, a G9, na Av. Nove de Julho em Jundiaí. Criada em 2015, a G9 é uma galeria de graffiti a céu aberto, numa das principais e mais movimentadas avenidas de Jundiaí, para a valorização dessa forma de expressão artística. Depois da primeira edição, totalmente custeada pelo poder público municipal, pretendemos com o apoio de patrocinadores e parceiros, revitalizar e realizar uma nova exposição, com artistas locais selecionador pelo Curador.

178798 - GRUPO GIRINO - TEATRO DE BONECOS
FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA
CNPJ/CPF: 00.961.315/0002-86
Processo: 01400033915201716
Cidade: Muriaé - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.942,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar na sede da Fundação Cristiano Varella, em Muriaé (MG), uma exposição de artes temporária com o tema "teatro de bonecos", baseada no acervo do Grupo Girino, e realizar 6 (seis) apresentações de 2 (dois) espetáculos de teatro de bonecos, "O PEQUENO PRÍNCIPE DE PAPEL" e "O FANTÁSTICO CIRCO DE PAPEL", beneficiando um público de 5.400 pessoas na exposição e 360 espectadores nos espetáculos de teatro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178778 - Michelangelo - Um outro olhar
Moleque Produções Artisticas LTDA
CNPJ/CPF: 35.810.324/0001-70
Processo: 01400033875201702
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 527.212,10
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pela primeira vez é mostrada fora do Vaticano uma exposição completa dos magníficos afrescos do teto e da parede do altar da Capela Sistina, realizados por Michelangelo, entre os anos 1508 e 1512, juntamente com os afrescos das paredes laterais realizados por outros artistas nos anos 1400, todos fielmente reproduzidos.
178493 - Movimento INFINITO - Arte em todos os tempos
GENERICKA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 06.889.843/0001-77
Processo: 01400033493201771
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 3.789.688,33
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Movimento Infinito pretende mostrar os caminhos criativos e estruturais dos artistas e suas obras, trazendo inspiração, conhecimento e repertório para os participantes, numa grande mostra, com duração de 3 dias na cidade de Curitiba, que apresenta obras para serem não somente apreciadas, mas também construídas e debatidas, representando várias formas de arte, sendo as quais: Design, Arte de Rua, Artes Plásticas, Arquitetura, Fotografia, Música, Artes Cênicas, Cenografia, Dança, Moda/Figurinos, Ilustração e Literatura.
178512 - MUSEU CONTEMPORÂNEO ARTE UNICA
Maria de Fátima Monteiro
CNPJ/CPF: 317.125.506-59
Processo: 01400033517201791
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 666.536,99
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A ideia que se tem de Museu geralmente é algo que abriga coleções antigas, memórias do passado. Isso não se aplica o Museu Contemporâneo Arte Única, o próprio nome já indica que algo está e é diferente. Idealizado pela Fotografa e Artista Plástica Fátima Monteiro o Museu em Construção fase vai abrigar diversas obras de arte confeccionadas a partir daquilo que seria jogado no lixo e agrediria de forma contumaz a natureza destruindo inclusive eco sistemas como : pneus, garrafas Pet, sacolas de plástico, resto de construção, sobra de tinta e tantos outros. Mas , graças a criatividade e iniciativa da Artista tudo isso ganhou vida através de esculturas , quadros e até mobiliário. E é esse o objetivo principal do Museu Contemporâneo Arte Única transformar o lixo em arte, arte pura que enche os olhos e encanta a alma de quem vê. O Museu não surge apenas como um espaço que abrigará peças de arte feitas a partir de poluidores, mas, traz em si um objetivo também educativo e social.
178506 - Onde mora a esperança
ASSOCIACAO INTERNACIONAL HABITAT PARA A HUMANIDADE
CNPJ/CPF: 18.093.824/0001-19
Processo: 01400033509201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 375.296,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a realização de uma exposição fotográfica sobre o tema: Lares ao redor do mundo, sua importância para seu habitante e seus costumes. A partir da ótica desta temática, a exposição mostrará a diversidade cultural e as tradições de várias etnias. A exposição será composta por fotos do acervo fotográfico da instituição Habitat for Humanity e, também, por fotos a serem realizadas por este projeto em duas localidades no Brasil. A Habitat for Humanity é uma entidade internacional que há 41 anos promove a construção ou a reforma de lares para famílias em condições de pobreza ou extrema pobreza. Presente em mais de 70 países, seu acervo fotográfico possui uma grande diversidade cultural já que tem imagens de todos os tipos de habitações e seus moradores nas mais diversas localidades pelo mundo. A exposição contará com cerca de 100 fotos e texto para contextualização; organizadas em 28 painéis fotográficos de grande formato, expostos em estruturas metálicas, do tipo biombo. O projeto contempla também a impressão de um catálogo com fotos e texto da exposição.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
178543 - 100 ANOS DE CARNAVAL DE RIO PARDO - UM PATRIMÔNIO IMATERIAL DA FESTA POPULAR AO BARRACÃO
EDUARDO SILVEIRA DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 002.403.910-12
Processo: 01400033549201797
Cidade: Rio Pardo - RS;
Valor Aprovado: R$ 90.143,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Rio Pardo é uma cidade histórica com mais 265 anos de territorialidade riograndense, sendo 207 anos de fundação e tendo como tradição a festa do Carnaval com 100 anos de atividade, nas quais as entidades Carnavalescas envolvidas estão localizadas em diversas comunidades, algumas com certas desigualdades e vulnerabilidade social. São 04 Escolas de Samba e 07 Blocos Carnavalescos que usam da cultura, da arte e da educação de conscientização do poder dos artesãos e dos mestres que cada ser possui em si, mesmo como forma de resistir e viver frente as dificuldades do dia-a-dia. Tais entidades realizam oficinas e atividades lúdico-recreativas e sócio-culturais na maioria das vezes de forma informal, numa roda da vida e das vivências em que os mestres possibilitam as aprendizagens desde as infâncias, possibilitando a promoção da cultura e da inclusão social das pessoas. O projeto resgata a valorização da Cultura e da arte nas Festividades Populares como Patrimônio Imaterial da cidade de Rio Pardo, possibilitando a qualificação e formação dos participantes das Entidades Carnavalescas, bem como as relações políticas-filosóficas de viver com os saberes e princípios dos mais velhos para alteridade das comunidades envolvidas, em relação a solidariedade, sustentabilidade e bem-viver.
178200 - CAMINHO DE SÃO FRANCISCO - OBRAS EMERGENCIAIS: ACESSIBILIDADE E BIBLIOTECA FRANCISCO DE ASSIS
FRATERNIDADE FRANCISCANA SECULAR DE SAO FRANCISCO DA PENITENCIA
CNPJ/CPF: 14.721.347/0001-38
Processo: 01400033091201776
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 42.658.604,48
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A etapa emergencial do projeto "Caminho de São Francisco" visa a acessibilidade universal dos diferentes públicos em conformidade com as normas, declarações, recomendações e tratados internacionais, para garantir o acesso de todos. Nesta etapa serão realizados projetos e instalação de elevadores. Nesses 400 anos de existência da Fraternidade Franciscana Secular, muitos de seus membros foram conhecidos personagens da história brasileira como D. Pedro II, Princesa Isabel, e seus familiares, que fizeram sua profissão de fé na Ordem Terceira. O resgaste da identidade e da história do Brasil, através da restauração dos livros da Biblioteca Francisco de Assis, que conta com um acervo inestimável de mais de 5.000 livros, democratizará o acesso a uma parte importante da memória tangível e intangível da ordem e a um conjunto de saberes culturais e religiosos, hoje ocultos da sociedade por falta de uma estrutura que proporcione acessibilidade e segurança aos usuários e ao patrimônio histórico.
178604 - Capoeira Capoeira
ALEXANDRO ANDRADE LOPES DA SILVA
CNPJ/CPF: 049.213.374-38
Processo: 01400033645201735
Cidade: Uruçuí - PI;
Valor Aprovado: R$ 197.622,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Capoeira Capoeira oferecerá uma oficina de capoeira para cem crianças e jovens que vivem em áreas de risco e com alta vulnerabilidade, na cidade de Uruçuí-PI.
178753 - Colégio Estadual Dr. Xavier da Silva
SERVICO SOCIAL AUTONOMO PARANAEDUCACAO
CNPJ/CPF: 02.392.034/0001-02
Processo: 01400033833201763
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 8.656.420,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê restauro e qualificação do Colégio Estadual Xavier da Silva, tombado pelo Estado do Paraná e situado no município de Curitiba. A recuperação visa, além da restauração do conjunto arquitetônico, à modernização das instalações, incluindo as adaptações necessárias de acessibilidade e conforto ambiental.

178655 - ENCONTRO DE CULTURAS
MAYCON VILELA ALVES
CNPJ/CPF: 079.980.736-24
Processo: 01400033710201722
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 160.001,28
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Potencializar e disseminar a arte da capoeira no interior de Minas Gerais, através da realização de um grande encontro de culturas. Conectando através de intercâmbio, oficinas e aulões, capoeiristas e "Capoeiristas iniciantes" do interior mineiro com profissionais/capoeiristas de diferentes regiões do país, que tenham trabalhos consolidados e de referência na arte da capoeira. O projeto visa em um primeiro momento, oportunizar que "iniciantes" de diferentes projetos sociais que são desenvolvidos no interior mineiro, tenham contato e vivência direta em localidades que desenvolvam trabalhos de referência nacional na arte da capoeira, e possam multiplicar as experiências vividas em diferentes comunidades afastadas dos grandes centros. Com a exploração deste efeito multiplicador o projeto culmina em um grande encontro de 4 dias, reunindo capoeiristas de diferentes regiões do Brasil em seminários, aulões, rodas de capoeira, cortejos culturais, danças folclóricas dentre outras manifestações.
177917 - Restauro da Capela Santa Luzia - SP
Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental - AMA BRASIL
CNPJ/CPF: 06.056.498/0001-90
Processo: 01400032445201765
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.932.167,85
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Restaurar a Capela Santa Luzia que foi fundada em 1922 pelo Conde Francisco Matarazzo, no bairro da Bela Vista, recém-chegado ao Brasil quando, entre os inúmeros projetos que desenvolveu, pelos quais ele é reconhecido até hoje, ele concebeu, em um gesto visionário, uma instituição que atendesse às necessidades da sua comunidade da época ? a Società Italiana di Beneficenza, criada logo após a chegada dos primeiros imigrantes italianos à São Paulo. A Capela faz parte de um conjunto de edificações tombadas que teve o reconhecimento do seu valor histórico através da Resolução de tombamento, Resolução SC 13, de 18/02/2014 (Livro do Tombo Histórico:inscrição nº 255, 23/01/1987, p. 67 e 68), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Ambiental do estado de São Paulo (CONDEPHAAT), também acompanhada, ex offício, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) dada a sua complexidade.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
178755 - A MADONA DE PLÁCIDO - HISTORIA DO CÍRIO DE NAZARÉ
José Roberto Ribeiro
CNPJ/CPF: 150.156.532-04
Processo: 01400033836201705
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 112.970,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Madona de Plácido - Historia do Círio de Nazaré , é a produção, publicação e lançamento de um livro de bolso com formato de souvenir 12 x 9cm com 340 paginas com capa dura em policromia e um audio Book em mídia Pen drive, sobre a historia da devoção e do desenvolvimento do Cirio de Nazaré em Belém do Pará a partir do seculo XVII (1616) até o seculo XXI (2017).
178624 - 33ª Feira do Livro de Bento Gonçalves
FUNDACAO CASA DAS ARTES DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 91.982.819/0001-57
Processo: 01400033671201763
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 319.382,30
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da 33ª Feira do Livro de Bento Gonçalves, de 17 a 28 de outubro de 2018, como meio de estímulo do criador com seu público. O evento ocorre na Praça Via Del Vino, direcionada à toda comunidade de forma gratuita com a realização de oficinas, palestras encontros de escritores com leitores,apresentações culturais, debates, venda e troca de livros com custos reduzidos e promoções, estimando atingir um universo de 50 mil pessoas.
178697 - A Comarca - um jornal de três séculos.
Larissa Carnecine de Oliveira
CNPJ/CPF: 407.692.938-16
Processo: 01400033764201798
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 693.842,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Dos 248 anos de Mogi Mirim, 117 deles estão registrados nas páginas de A COMARCA. Nascido no último ano do século XIX, atravessando o século XX e chegando ao século XXI como um dos mais tradicionais veículos de comunicação do estado de São Paulo, A COMARCA foi testemunha do progresso e do desenvolvimento de Mogi Mirim e região. A obra "O Jornal de Três Séculos" busca resgatar exatamente esse período, de 1900 até os dias atuais, traçando uma retrospectiva histórica através dos textos jornalísticos publicados por A COMARCA, que ajudam a compreender ainda a formação e as raízes do povo mogimiriano de lá para cá.
178605 - Arembepe - 50 anos do movimento hippie no Brasil
Editoria Origem Ltda - ME
CNPJ/CPF: 04.762.467/0001-20
Processo: 01400033647201724
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 412.486,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A ideia é produzir um livro de fotografia/arte que será realizado em Arembepe (Camaçari/Bahia)eserá acompanhado por duas exposições (uma em São Paulo e outra em Arembepe) para comemorar os 50 anos do mais importante evento que aconteceu no Brasil ligado a contra cultura: a criação da Vila Hippie em Arembepe no litoral da Bahia. O livro mostrará a importância do movimento hippie a partir daquele vilarejo que recebeu entre outras personalidades, Janis Joplin, Mick Jagger, Jack Nicholson, Caetano Veloso, Gilberto Gil O Projeto resgatará essa história e mostrará como é Arembepe nos dias de hoje, assim como a importância de suas belezas naturais, que influenciaram aquele grupo a eleger Arembepe como meca da contracultura no país no final da década de 60. Além do livro, o projeto prevê uma grande exposição que buscará oferecer ao visitante uma imersão no estilo de vida e espírito dos hippies e adeptos da contracultura que povoaram a pequena aldeia da Bahia na época do Woodstock. Local de realização: Arembepe - Camaçari/BA.
178590 - AUTOCONTROLE
BEI COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400033628201706
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 482.715,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte sobre a trajetória do artista contemporâneo Fabiano Rodrigues, que irá apresentar uma nova série de suas premiadas fotografias, nas quais explora a relação entre movimento e arquitetura, corpo e paisagem urbana. A edição será bilíngue (português/inglês).
178583 - Chapadas do Brasil
DANIEL CARNIELLI
CNPJ/CPF: 896.973.751-00
Processo: 01400033617201718
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 559.643,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O projeto consiste na elaboração e apresentação de uma coleção de foto-livros para promover as cinco regiões do Brasil que geologicamente são denominadas por chapadas, sendo elas a Chapada dos Veadeiros, Chapada Diamantina, Chapada dos Guimarães, Chapada das Mesas e Monte Roraima. O intuito do projeto é detalhar as riquezas culturais, o povo, a natureza, os limites e as carências que estas regiões enfrentam.

178759 - CONGADO - O BAILAR DA FÉ
FLAVIO SOUZA CRUZ DA SILVEIRA
CNPJ/CPF: 758.528.106-49
Processo: 01400033842201754
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 302.261,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na pesquisa e documentação sobre o Congado em Minas Gerais. O resultado da pesquisa será documentado em forma de um livro, com impressão de 1.000 unidades e uma exposição itinerante em 03 cidades de Minas Gerais.

178419 - Do Cacau ao Chocolate
CINTIA ANTUNES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 365.180.488-75
Processo: 01400033390201719
Cidade: Sumaré - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.752,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Do Cacau ao Chocolate" trata-se da pesquisa, desenvolvimento e publicação de um livro fotográfico quealcancea dimensão simbólica que o cacau produziu em nossa cultura, traçando uma linha geográfica do tempo entre o início do cultivo no Nordeste até a consolidação do chocolate, seu principal produto, no Sul do país.

178544 - DOZE MITOS TEMBÉ
Camera Books Editora Ltda
CNPJ/CPF: 07.883.439/0001-59
Processo: 01400033550201711
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 139.500,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição de 1.000 (hum mil) exemplares do livro DOZE MITOS DOS TEMBÉ COLETADOS POR CURT NIMUENDAJÚ, pela editora Camera Books, preservando para as futuras gerações o trabalho de um dos mais importantes etnólogos que conviveu com os índios brasileiros

178576 - Em Canto - A trajetória musical de Rute Gebler em Santa Catarina
RUTE FERREIRA GEBLER
CNPJ/CPF: 063.742.479-49
Processo: 01400033607201782
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 148.500,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Em Canto - A trajetória musical de Rute Gebler em Santa Catarina é uma obra multifacetada, que em formato de livro, narra a trajetória artística de Rute Ferreira Gebler. Rute, é cantora lírica, natural de Pelotas, RS, que desde 1969 participa ativamente da cena musical de Florianópolis como professora, cantora, regente, e produtora de grandes shows, sempre com o intuito de estimular e despertar a expressão musical de crianças, jovens e adultos. A obra compartilhará extenso conhecimento à pessoas ligadas ao canto escolas, canto coral e canto lírico, servindo de ferramenta para a difusão de arte e cultura. O contéudo tem como público alvo toda a comunidade artística, especialmente artistas relacionados ao canto. As 1.500 cópias impressas serão distribuídas gratuitamente a população no lançamento e em órgãos fomentadores da cultura, escolas e universidades de todo o estado de Santa Catarina.

178632 - Esquadrão dos Contos Contados
Patricia Brito Coimbra
CNPJ/CPF: 096.584.647-42
Processo: 01400033679201720
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 505.588,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Esquadrão dos Contos Contados consiste na produção de cópias do primeiro livro e áudiolivro da série "As Aventuras de Mani", além de realizar apresentações teatrais interativas com muito humor, troca de informação e aprendizado para alunos da rede pública. O objetivo das apresentações é promover um diálogo com a criança, sobre assuntos pertinentes a mensagem do livro, nosso produto principal, fazendo com que elas discutam questões como cultura, comportamento, gentileza, educação e meio ambiente.

178678 - Feira Literária Itinerante
SILAS PEREIRA DE ANDRADE 38528380106
CNPJ/CPF: 20.434.689/0001-70
Processo: 01400033744201717
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 524.982,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de evento/feira literária itinerante que passará por 25 escolas do Distrito Federal. A proposta conta com exposição e comercialização de livros, realização de palestras com presença de escritores, pequenos workshops de cordel, apresentação sobre produção de textos, contação de histórias e apresentações em outras esferas artísticas e culturais, como apresentação de grupos de dança, promoção de shows com música e realização de teatro e teatro de bonecos.

178372 - Festival do Livro e da Literatura de São Miguel Paulista 2018
FUNDAÇÃO TIDE AZEVEDO SETUBAL
CNPJ/CPF: 07.459.655/0001-71
Processo: 01400033319201728
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 464.128,64
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Será uma feira de literatura aberta ao público, onde ocorrerão contações de histórias, apresentações culturais, debates e palestras com autores de livros, feira de livros com os participantes do festival (frutos literários).

177753 - Festival Literário José de Alencar (FLIJA)
MARIA LILIAN MARTINS DE ABREU
CNPJ/CPF: 008.527.573-52
Processo: 01400031581201738
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 199.840,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se da realização da primeira edição do Festival Literário José de Alencar (FLIJA) que acontecerá na Casa José de Alencar, equipamento cultural e patrimônio histórico nacional vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). Com o tema: ?Coração Alencarino: as várias faces de um escritor ao correr da pena?, o festival objetiva apresentar o escritor José de Alencar (1829-1877) para além da figura do romancista e, assim, também evidenciá-lo como o jornalista, teatrólogo, jurista e político. Serão quatro dias de programação gratuita com atividades de pesquisa, formação e acessibilidade envolvendo as mais diversas linguagens artísticas como artes visuais, literatura, cinema, dança, circo e teatro. O homenageado desta edição será um editor escolhido pela curadoria, que tenha feito trabalhos divulgando a obra Alencarina.

178670 - Goiás
DANIELA REZENDE SEIXO DE BRITO MENDES FERNANDES
CNPJ/CPF: 587.094.601-87
Processo: 01400033734201781
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 555.830,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "João pelo Mundo" irá elaborar e imprimirdois livros e valor artístico interativos e utilizá-los para realizar oficinas de artes em três cidades do estado de Goiás, e em outros cinco países. Como resultado das oficinas será editado um terceiro livro que reunirá as experiências e trocas culturais vividas.

178415 - JORGINHO AMADO TÁ SEMPRE LIGADO
Carlos Alberto Sena Lopes
CNPJ/CPF: 364.633.455-04
Processo: 01400033386201742
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 218.793,54
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Inspirados na obra de Jorge Amado e no excelente trabalho realizado pela Fundação Casa de Jorge Amado, o publicitário Carlos de Sena Lopes e o escritor Rafael Vieira Júnior identificaram a necessidade de aproximar ainda mais a obra de Jorge do publico estudantil, especialmente crianças e jovens. Para isso criaram o personagem Jorginho Amado, que será retratado em uma série de livros ilustrado onde o personagem viverá aventuras com a abordagem de temas inseridos no universo desse público alvo. O Projeto consiste na publicação de 06 seis livros ilustrados que serão divididos em 03 temas totalizando seis mil livros que da nome a um personagem mirim do escritor Jorge Amado. JORGINHO AMADO TÁ SEMPRE LIGADO. O conteúdo das historias será escritade forma lúdica e divertida, de modo a capturar e prender a atenção das crianças.

178449 - JUSCELINO KUBITSCHEK: PROFETA DO DESENVOLVIMENTO; EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI
Mercado Comum - Comunicação e Publicações Ltda
CNPJ/CPF: 10.712.481/0001-11
Processo: 01400033437201736
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 662.480,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta obra, composta por dois volumes (1.- JUSCELINO KUBITSCHEK - Profeta do Desenvolvimento; 2.- JUSCELINO KUBITSCHEK - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI) - com aproximadamente 450 páginas cada um, pode ser considerada um verdadeiro compêndio sobre as administrações públicas, as realizações e a trajetória política de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente da República que, pela sua obstinação e a sua extraordinária capacidade de planejar e executar, conseguiu fazer o País crescer cinquenta anos em cinco. A edição terá tiragem de 3.000 (três mil) exemplares e lançamento previsto para ocorrer em Belo Horizonte, Brasília e São Paulo.

178738 - Liporema Meropil na floresta de alfabeto e o sumiço das vogais
DOMINGOS ANTUNES GUIMARAES
CNPJ/CPF: 161.245.706-10
Processo: 01400033812201748
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 89.600,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta proposta cultural refere-se a impressão, edição e publicação de um livro infanto-juvenil o qual pretende por meio de uma fábula, levar o leitor por uma floresta mágica onde cada vogal em determinado momento desaparece.Serão impressos3.000 exemplares e CD´s com audiodescrição de um livro único em sua essência.Olançamento ocorrerá em local acessível e aberto a toda a comunidade.

178608 - LIVRO : A CAIXA SAGRADA
KRISTIAN RENATO NILO
CNPJ/CPF: 922.620.156-00
Processo: 01400033650201748
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 183.367,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na edição de um romância de autoria do proponente, denominado A CAIXA SAGRADA.

178561 - livro artes plásticas - os 110 anos da imigração japonesa
Axis Mundi Editora
CNPJ/CPF: 67.568.774/0001-94
Processo: 01400033579201701
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 606.495,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pretendemos que este livro comemorativo dos 110 anos da imigração japonesa, mostre o intercambio cultural e de influencias entre artistas plasticos japoneses, brasileiros e nikkeis.

178555 - LIVRO DO OUTRO LADO DO MUNDO
ADRIANA LUCIA ZENAIDE PAIVA
CNPJ/CPF: 182.012.104-68
Processo: 01400033569201768
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 40.230,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação do livro intitulado DO OUTRO LADO DO MUNDO, romance que retrata a trajetória de uma menina órfã que consegue superar os obstáculos da vida, escrito por Adriana Lúcia Sobral.

178802 - Livro Gramado - Brasil
Leonid Streliaev
CNPJ/CPF: 97.144.356/0001-30
Processo: 01400033919201796
Cidade: Gramado - RS;
Valor Aprovado: R$ 417.752,49
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Editar o Livro Gramado - Brasil, em uma edição especial, de alta qualidade técnica, cultural e artística, mostrando dede a origem da colonização por alemães e italianos até os dias de hoje de uma cidade como Gramado, captadas pelas lentes de Leonid Streliaev, com textos de personalidades culturais, artista e convidados. A obra terá forte cunho histórico, mostrando as etnias que habitam e formam a cidade de Gramado.

178740 - Livro José Oiticica Filho (título provisorio)
CARCARA PHOTO ART LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 25.356.972/0001-44
Processo: 01400033816201726
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.488,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a produção do livro de fotografia "José Oiticica Filho", uma publicação que apresentará a obra desse importante artista brasileiro, uma das principais figuras da fotografia moderna brasileira. José Oiticica Filho foi um dos mais influentes membros do movimento fotoclubístico no país, integrou o Foto Clube Brasileiro e a Associação Brasileira de Arte Fotográfica, no Rio de Janeiro, e o Foto Cine Clube Bandeirante, em São Paulo. O livro apresentará toda a sua produção fotográfica associada ao Foto Cine Clube Bandeirante. Produção de 2.000 exemplares da publicação.

178647 - LIVRO PROSA E POESIA DOS ALUNOS DA CIDADE E LAR DOS MENINOS
ASSOCIACAO CULTURAL DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ/CPF: 04.792.229/0001-67
Processo: 01400033698201756
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 145.600,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Livro "Prosa e Poesia" dos alunos da Cidade e do Lar dos Meninos é o resultado das ações educativo-culturais e de incentivo à produção literária juvenil que tem como proposta a retratação da realidade vivida pelos alunos em suas comunidades carentes.

178592 - Mato Grosso
ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99
Processo: 01400033630201777
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 384.313,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Propomos reunir a memória e a natureza do estado do Mato Grosso em um documento bibliográfico que irá registrar o importante patrimônio cultural e natural que abriga, em um livro no formato 23 x 30 cm, com 200 páginas e cerca de 200 imagens.

178382 - Miniconto.
Karla Díbia
CNPJ/CPF: 19.085.030/0001-76
Processo: 01400033334201776
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 198.722,50

Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto literário Miniconto. visa produzir uma obra na modalidade graphic novel, tendo em vista que esta modalidade literária e sua difusão nas livrarias no Brasil ainda é deficiente e se faz necessária a criação e inserção de novas obras. O presente projeto visa contribuir para a produção, prevendo a editoração, impressão, publicação e divulgação de 2.000 cópias do livro que se intitulará Miniconto. e que conterá 5 histórias contadas por meio de ilustrações.
178322 - Naufrágios do Brasil - Uma Cultura Submersa 2ª Edição
ana carolina xavier silva
CNPJ/CPF: 309.062.498-21
Processo: 01400033259201743
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 377.700,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Livro Naufrágios do Brasil 2ª Edição, trará fotos e histórias de verdadeiras reliquias que se encontram embaixo das águas do litoral brasileiro. No lançamento do livro, levaremos a 5 capitais (São Paulo,Rio de Janeiro,Salvador, Recife e Florianopolis) exposições das fotos com especialistas para palestras a cerca do assunto. Tiragem:3.000 exemplares.
178304 - NOSSO PATRIMÔNIO, NOSSA HISTÓRIA: KITS PINTE, CORTE AS CASAS TOMBADAS DE ANTÔNIO PRADO - RS - 2ª Edição
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CULTURAL E NATURAL DO DE ANTONIO PRADO
CNPJ/CPF: 08.728.291/0001-40
Processo: 01400033238201728
Cidade: Antônio Prado - RS;
Valor Aprovado: R$ 95.910,40
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Imprimir 200 unidades de cada um dos 47 modelos de kits pinte, corte e monte as casas tombadas da cidade histórica de Antônio Prado (RS), totalizando 9400 (novel mil e quatrocentas unidades de kits), cujo objetivo é fornecer material didático para as professoras das escolas municipais e estaduais, trabalharem com educação patrimonial sobre o patrimônio histórico e cultural de Antônio Prado com os alunos em sala de aula, especialmente do quarto ano do ensino fundamental.
177942 - O Impetuoso
NILSON DO CARMO
CNPJ/CPF: 345.310.846-91
Processo: 01400032553201738
Cidade: Pedro Leopoldo - MG;
Valor Aprovado: R$ 190.650,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "O Impetuoso" irá elaborar e publicar três mil exemplares de um livro de valor literário que contará a emocionante e difícil jornada de um jovem negro em busca de tornar-se um grande jogador de futebol.
178428 - O SONGBOOK DO FOLCLORE DO PARANÁ
Ronaldo Gravino
CNPJ/CPF: 754.698.557-91
Processo: 01400033406201785
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 181.504,14
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trate-se de uma elaboração e edição oficial do álbum de partituras (songbook para voz, violão, flauta, acordeon e percussão) de pesquisa musical de resgate do folclore do Paraná com Master de DVD, áudio e vídeo.
176993 - Wilson Baptista - Obra Fotográfica
Paulo Baptista
CNPJ/CPF: 274.335.016-49
Processo: 01400028515201781
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 123.695,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Wilson Baptista ? Obra Fotográfica é o projeto que almeja a elaboração, editoração e impressão de um livro com os registros, em textos críticos e fotografias, da obra de Wilson Baptista, que lançou um olhar profundo e instigante sobre a cidade de Belo Horizonte/MG dos anos 1920 a 1970 com mais de 20.000 registros fotográficos. A publicação contará também com transcrição de relatos do próprio artista, falecido no ano de 2014, já aos 100 anos de idade.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
178828 - Brasil - Histórias e Memórias Estampadas no Dinheiro: Cédulas e Moedas Nacionais
INSTITUTO BUBONEM CULTURAL - IBC
CNPJ/CPF: 26.033.573/0001-05
Processo: 01400033960201762
Cidade: Itu - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.989,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto disponibilizará cédulas e moedas de vários períodos da história do Brasil em uma exposição itinerante, interativa e acessível. Também serão criadas mídias digitais da exposição para ampliar alcances e difundir saberes.
178562 - Discoteca Oneyda Alvarenga - Acervo de Partituras
Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo
CNPJ/CPF: 02.593.372/0001-02
Processo: 01400033580201728
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.049.350,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objeto a digitalização, catalogação e acondicionamento de uma média de 250 mil partituras pertencentes ao acervo da Discoteca Oneyda Alvarenga, sob salvaguarda do Centro Cultural da Cidade de São Paulo - equipamento público da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo. Visando a preservação e integridade física deste patrimônio - coleção de música erudita e popular raras e jamais editadas, será realizada a implementação de melhorias na estrutura tecnológica da Discoteca, com a modernização da base de dados e aquisição de servidores de armazenamento, possibilitando a difusão através da internet. Além disso, é prevista a realização de cinco mesas de debate, sete oficinas e visitas monitoradas.
178559 - GESTÃO DO ACERVO MARSUL - ETAPA 01
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400033576201760
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.205.638,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto trata da primeira etapa de preservação do acervo arqueológico, bibliográfico e documental do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), que consiste em diagnosticar as condições destes acervos e iniciar o tratamento técnico de conservação (limpeza e acondicionamento), gestão dos processos documentais e arquivísticos, criando um projeto de suporte tecnológico de informação arquivística (que permita agilizar os processos de registro, gestão, descrição e difusão arquivística/documental), classificação do acervo (tipologias documentais) e organização (readequação no espaço da Reserva técnica). Nesta etapa inicial de execução do Inventário do Acervo do MARSUL, serão produzidos os principais documentos de gestão museológica (Plano Museológico e Regimento Interno do museu), assim como a elaboração das diretrizes que guiarão a política de preservação, conservação e restauro dos acervos (Manual de procedimentos técnicos relativos ao acervo arqueológico).
178774 - Inventário do Acervo Museológico de Pinhal da Serra
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400033867201758
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 271.909,80
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto trata da realização do inventário das peças que compõem o acervo museológico de Pinhal da Serra, a partir do diagnóstico das condições dos objetos e o procedimento de tratamento técnico inicial de conservação (limpeza e acondicionamento), a elaboração de listagem relativa a tipologia e caracterização dos objetos e a instalação e organização do espaço da Reserva Técnica. A catalogação dos objetos será disponibilizada em site criado para divulgação das etapas de trabalho do projeto.
178586 - MANUTENÇÃO ANUAL INSTITUTO INTERNACIONAL JUAREZ MACHADO - PLANO ANUAL
Instituto Internacional Juarez Machado
CNPJ/CPF: 12.218.686/0001-70
Processo: 01400033621201786
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 494.868,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Plano anual de atividades - Projeto para a obtenção de recursos financeiros para cobrir despesas recorrentes a manutenção anual do Instituto Internacional Juarez Machado (IIJM) durante 12 meses entre profissionais, técnicos, serviços e equipamentos. O IIJM é uma entidade privada, sem fins lucrativos e localizado na cidade de Joinville/SC. Aberto à visitação, é dedicado exclusivamente à arte - difusão, incentivo a criação, acesso a produção e preservação da memória. No espaço ocorrem exposições de Juarez Machado (permanente) e outros artistas brasileiros e estrangeiros (itinerantes). Também é palco das mais diferentes manifestações como apresentações musicais, cênicas e lançamentos literários, ocupado por artistas, curadores, professores entre outros, que ministram palestras ou conversas multidisciplinares com estudantes, outros interessados ou profissionais da área e comunidade em geral.
178688 - Memorial do Café
INSTITUTO MEMORIA E VIDA
CNPJ/CPF: 10.629.952/0002-03
Processo: 01400033754201752
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.251.883,86
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem da Exposição Memorial do Café, valorizando os saberes humanos, possibilitando novas perspectivas sobre relação do homem e o ambiente, e comprometida com a educação, que utilizará a inovação tecnológica e a convergência de mídias como linguagem.
178302 - Modernização do Museu do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro
FUNDACAO DE APOIO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 06.982.460/0001-49
Processo: 01400033236201739
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 9.118.123,99
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar a modernização do Museu do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, localizado no centro da cidade, visando ampliar a participação de visitantes e valorizar um patrimônio histórico importante da cidade do Rio de Janeiro.
178170 - Museu Maria Regina Mundi - Obras Civis
Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte
CNPJ/CPF: 17.505.249/0001-51
Processo: 01400033056201757
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 13.123.093,33
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Construção de edificação de 2.119,97m² para implantação do Museu Maria Regina Mundi, dedicado à arte sacra e constituído por importante acervo histórico e devocional proveniente de diversas coleções, particularmente a coleção de Humberto Mattarelli. Com projeto de autoria do arquiteto mineiro Gustavo Penna o museu será instalado na Serra da Piedade, sítio tombado no Município de Caeté - Minas Gerais, município com menos de 100 mil habitantes, de propriedade do proponente, com alvará de construção expedido pela Prefeitura de Caeté e devidamente aprovado pelo IEPHA e IPHAN, e que será especialmente integrado à paisagem natural do local.
177292 - PLANO ANUAL DO MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO JUDAICA 2018
ASSOCIACAO CULTURAL BRASILEIRA KEHILAT ISRAEL
CNPJ/CPF: 63.018.972/0001-23
Processo: 01400030179201736
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.380.034,59
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é o Plano Anual de Atividades do Memorial da Imigração Judaica, ou seja: Programação dos eventos que ocorrerão no Memorial, durante o ano de 2018. Nesta programação estão previstas 17 ações + aquisição de alguns acervos + ampliação do site do Memorial para inserção do departamento conteúdo da "Ala Holocausto". Serão impressos 4.000 exemplares de um folder explicativo sobre a "Ala Holocausto"(cerca de 6/8 páginas) para os visitantes do Memorial.
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
178508 - Encanta Brasil
José Antonio de Souza
CNPJ/CPF: 130.261.436-34
Processo: 01400033511201714
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 396.113,60
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O "projeto Encanta Brasil" consiste em arrecadar fundos, para manter uma estrutura para criação da banda "Encanta Brasil" que ira gravar e divulgar 27 canções inéditas, nas quais divulgam a cultura, (Estado, Capital, turismo e o folclore Brasileiro). As canções tem ritimos alegres da MPB, facil de serem interpretadas, sendo uma música para cada Estado Brasileiro.
177931 - Festival - A Nova Bossa
Telezoom Produções e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 08.856.362/0001-90
Processo: 01400032501201761
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.821.715,50
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Rio de Janeiro é conhecido por sua criatividade e inovação. Berço de criações artísticas e movimentos musicais, é uma vitrine cultural do Brasil. Um verdadeiro ponto de encontro e de tendências, um grande espaço de experimentações e trocas.No Rio surgiu a bossa nova, atingindo grande sucesso e reconhecimento mundial. Um marco para o aniversário do gênero musical é o disco Chega de Saudade de João Gilberto, que completa 60 anos de seu lançamento em 2018.O Festival A Nova Bossa, idealizado e com curadoria de João Marcelo Gilberto, filho dos músicos Astrud e João Gilberto, abordará os novos caminhos da bossa nova e seu desenvolvimento no cenário mundial nos dias de hoje.O foco é o que tem sido feito de novo e as conexões e relações com o gênero tradicional. Como a música brasileira tem influenciado o mundo e como o mundo tem influenciado a música brasileira, mostrando que a bossa se tornou uma linguagem que músicos de várias partes do mundo adotaram.

178641 - Gravaêh Talentos do Sul - Verão 2018
ART Produes
CNPJ/CPF: 28.364.043/0001-75
Processo: 01400033691201734
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 278.131,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Gravaêh Talentos do Sul - Verão 2018 prevê a gravação de 10 bandas, grupos ou músicos autorais independentes de qualquer gênero musical para acontecer nas cidades de Cidreira e Tramandaí, serão escolhidas cinco por cidade. As bandas, grupos ou músicos serão selecionados por uma Comissão de Avaliação formada por críticos da música no Rio Grande do Sul e terão o direito de gravarem uma de suas músicas. Durante as gravações haverá atividades lúdicas no entorno do estúdio móvel, este ficará estacionado em praça pública, e serão conduzidas por um arte educador. As músicas gravadas serão disponibilizadas em redes sociais e ficarão totalmente disponíveis ao público. Teremos a escolha de duas mais votadas por meio de votação popular. Para divulgação do trabalho final de gravação e da votação realizaremos um show em cada cidade com as bandas selecionadas e uma banda principal da cena musical gaúcha.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

177743 - MPB Festival ANO II
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Processo: 01400031568201789
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 459.681,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um festival de música popular brasileira ,conectando artistas da cena local paraense a grandes nomes já consagrados nacionalmente em shows com ingressos a preços populares. Haverá também uma etapa classificatória, onde bandas do Pará concorrerão a abrir a noite do festival. Será feito um curta documental sobre o MPB Festival.
177506 - TRANSFORM AÇÃO
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400030734201720
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 239.320,20
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto TransformAção é uma imersão em ações culturais e artísticas com o objetivo de propor a transformação através da arte e consiste em uma mostra de danças de etnias, uma mostra de Orquestras formadas por crianças em projetos sociais e/ou culturais e um festival de música.
177827 - XIII ENCONTRO DE GAITEIROS
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Processo: 01400031966201703
Cidade: Barracão - RS;
Valor Aprovado: R$ 155.802,00
Prazo de Captação: 15/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Será realizado o Encontro anual de Gaiteiros no Centro de Eventos Galpão Crioulo com mostra de danças tradicionalistas gaúchas, Tertúlia Livre com apresentações de grupos da música tradicional gaúcha e uma palestra sobre a importância da inserção de crianças no tradicionalismo.

PORTARIA Nº 758, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
151278 - A História do Poder Legislativo do Brasil ? Através do Tempo ? 1826 ? 2009
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IBELB
CNPJ/CPF: 05.527.226/0001-69
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 192.960,00
Valor total atual: R$ 589.060,00

PORTARIA Nº 759, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
171649 - 24º PORTO ALEGRE EM CENA
PRIMEIRA FILA PRODUÇÕES EIRELI
CNPJ/CPF: 19.099.135/0001-84
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 26/09/2017 à 31/12/2017
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (Artigo 18 , § 1º)
16 1632 - Educando com Arte
PROART PROM E PROD ARTISTICAS CULTURAIS E ENSINO LTDA
CNPJ/CPF: 00.708.178/0001-91
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/09/2017 a 31/12/2017
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (Artigo 26)
17 1237 - 12º FESTIVAL CULTURAL CLARA NUNES
Associação dos Amigos do Museu Clara Nunes
CNPJ/CPF: 04.776.568/0001-50
MG - Caetanópolis
Período de captação: 01/10/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 760, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1511209 - BIBI FERREIRA EM MUSICAL, publicado na portaria nº 0306/16 de 27/05/2016, no D.O.U. de 31/05/2016, para BIBI, UMA VIDA EM MUSICAL.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 158855 - Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira ? Temporada 2016 - Plano Anual, publicado na portaria nº 0250/16 de 03/05/2016, no D.O.U. de 04/05/2016.

Onde se lê: A Temporada 2016 de concertos da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira, tem por objetivo realizar aproximadamente 50 concertos, durante o período de março até dezembro de 2016 no Rio de Janeiro, no Theatro Municipal, Sala Cecília Meireles e Cidade das Artes, além da manutenção do corpo orquestral, Coro de Crianças e seu do quadro administrativo.

Leia-se: A Temporada 2016 de concertos da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira, tem por objetivo realizar aproximadamente 20 concertos, durante o período de março até dezembro de 2016 no Rio de Janeiro, no Theatro Municipal, Sala Cecília Meireles e Cidade das Artes, além da manutenção do corpo orquestral e seu do quadro administrativo. A prorrogação do projeto para o período de janeiro a dezembro de 2017 contemplará o total de 06 concertos na Sala Cecília Meireles como a manutenção da orquestra e administração.

PRONAC: 164672 - Projeto Circular Campina / Cidade Velha - 2017, publicado na portaria nº 0820/16 de 23/12/2016, no D.O.U. de 26/12/2016.

Onde se lê: Dar continuidade ao Projeto Circular iniciado em dezembro de 2013, aprovado na Lei Rouanet em 2014 e prorrogada até dezembro de 2016. Em 2017 o projeto propõe realizar 5 Edições do Circular Campina/Cidade Velha, circuito cultural gratuito nos bairros de abrangência do projeto, produzir e publicar 5 edições da Revista Circular, revista eletrônica dedicada a abordar temas relativos ao patrimônio histórico, cultural e humano da região e um Edital do Circular de Estímulo à Valorização do Centro Histórico de Belém, que visa premiar 3 propostas apresentadas por espaços parceiros do projeto, fomentando a criação/produção de iniciativas que tenham como base as dimensões colaborativas - econômica, social, ambiental e cultural - importantes para revalorização do Centro Histórico.

Leia-se: Dar continuidade ao Projeto Circular iniciado em dezembro de 2013, aprovado na Lei Rouanet em 2014 e prorrogada até dezembro de 2016. Em 2017 o projeto propõe realizar 5 Edições do Circular Campina/Cidade Velha, circuito cultural gratuito nos bairros de abrangência do projeto,

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 761, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
172065 - Festa das Luzes 2017
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE BEITH LUBAVITCH
CNPJ/CPF: 40.188.450/0001-74
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 18.200,00
Valor total atual: R$ 474.978,40

PORTARIA Nº 762, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 1º, § 9º da Instrução Normativa nº 4, de 30 novembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e do inciso III do Art. 51 da Instrução Normativa MinC nº 4/2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do Art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 04/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
09-7927	Teatro dos Afásicos	Ser em Cena	07.051.916/0001-10	Realização de oficina teatral, palestras e workshops de musicalidade e ritmo gratuitos para portadores de distúrbios de comunicação, especialmente afásicos, na sede da Associação da SER EM CENA que resultarão na montagem de um espetáculo teatral a ser apresentado no Centro Cultural Grupo Silvio Santos - Teatro Imprensa.	R$ 320.267,20	R$ 192.160,32
12-9008	Filhos de Gandhy - Carnaval 2013	SIMPLES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	12.475.898/0001-33	Viabilizar o desfile do Afoxé Filhos de Gandhy no Carnaval de Salvador 2013. Serão, ao todo, 3 (três) apresentações, sendo 2 (duas) no circuito Osmar (Campo Grande), nos dias 10 e 12 de fevereiro, e 1 (uma) no0 101Circuito Dodô, dia 11	R$ 1.358.070,00	R$ 400.000,00

				de fevereiro, trajeto que vai do bairro da Barra (Farol) até o bairro de Ondina (Av. Ademar de Barros). Cada apresentação terá uma duração média de cinco horas.		
10-1210	Na Cola do Sapateado	CATSAPA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	31.397.870/0001-70	Remontagem e temporada de sete meses do espetáculo teatral, musical e sapateado "Na Cola do Sapateado". Sua primeira temporada foi na década de 80 e levou multidões ao teatro, influenciado duas gerações de artistas no teatro, cinema, TV e sapateado.	R$ 549.865,00	R$ 547.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
13-8627	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira - Temporada 2014	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	33.659.327/0001-29	A Temporada 2014 de concertos da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira tem por objetivo a manutenção do corpo orquestral e do quadro administrativo. Prevemos uma média de 50 concertos durante o período de março até dezembro de 2014, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e a continuidade do nosso programa de rádio, Rádio OSB na MEC (FM 98,9).	R$ 35.721.827,00	R$ 19.622.294,00	R$ 4.580.475,00
10-11419	Tear Comunitário Cultura e artesanato	Tear Comunitário - Potencialização do Ser Para a Construção de Ações Educativas e Economicamente Sust.	07.459.329/0001-64	O projeto visa fortalecer o patrimônio cultural do artesanato tradicional cearense, qualificando profissionalmente 36 artesões e garantindo a transmissão das artes e ofícios tradicionais para jovens e adultos de 12 comunidades de periferia de Fortaleza, a partir de um diagnóstico participativo e o intercâmbio entre 120 artesões tradicionais cearenses articulados com uma rede de parceiros, e a emancipação de 12 grupos produtivos orientados para o mercado do artesanato do município	R$ 237.900,00	R$ 178.950,00	R$ 178.950,00
10-6453	Deixa a Rosa dos Ventos Ventar, Deixa a Bússola Enlouquecer - Karina Buhr	VERDURA PRODUCOES CULTURAIS LTDA	09.399.099/0001-10	Em março de 2010 Karina Buhr lançou o surpreendente CD de estreia "Eu Menti Pra Você", com letras de poesia marcante, formato bem particular e shows que impressionam pela sonoridade experimental e vigorosa. O presente projeto visa a firmação desse trabalho, que se sustenta de forma independente, pleiteando apoio para apresentação no WOMEX, um dos principais festivais independentes do mundo, após convite oficial do mesmo, além da gravação do segundo CD da artista e turnê brasileira de lançamento.	R$ 300.000,00	R$ 300.000,00	R$ 300.00,00
11-1121	O inventário das coisas ausentes	Carola Andrea Saavedra Hurtado	029.094.937-84	Publicar e escrever o quarto romance da escritora Carola Saavedra, ganhador do Programa de patrocínio cultural da Petrobras de 2010, intitulado provisoriamente "O inventário das coisas ausentes", que deverá ter 24 capítulos (além de um prólogo).	R$ 60.000,00	R$ 54.000,00	R$ 54.000,00
11-3086	Projeto Ópera do Malandro - Cabaré	TERRA DO SOL EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA-ME	07.718.289/0001-28	Objetivamos a montagem da adaptação teatral "Ópera do Malandro - Cabaré" e a realização de uma Oficina de Percussão e Confecção de Instrumentos Musicais com material reciclado. Serão realizadas 20 (vinte) apresentações em espaço público a ser definido.	R$ 166.277,00	R$ 40.000,00	R$ 36.345,22

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 348 de 07/06/2017, publicada no D.O.U. em 08/06/2017, Seção 1, referente ao Projeto Orquestra Municipal de Carlos Barbosa - Concertos Especiais - Pronac: 17 0561

Onde se lê: Prazo de captação: 08/06/2017 a 30/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 08/06/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 201 de 30/03/2017, publicada no D.O.U. em 31/03/2017, Seção 1, referente ao Projeto LER É VIVER - Pronac: 17 0364

Onde se lê: Prazo de captação: 31/03/2017 a 29/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 31/03/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 348 de 07/06/2017, publicada no D.O.U. em 08/06/2017, Seção 1, referente ao Projeto Pimp my Carroça em Circuito 2017 - Pronac: 16 4982

Onde se lê: Prazo de captação: 08/06/2017 a 21/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 08/06/2017 a 31/12/2017

Na portaria nº 305 de 16/05/2017, publicada no D.O.U. em 17/05/2017, Seção 1, referente ao Projeto Programa Cubatão Sinfonia - Série III - Pronac: 16 4975

Onde se lê: Prazo de captação: 17/05/2017 a 29/12/2017

Leia-se: Prazo de captação: 17/05/2017 a 31/12/2017

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 338/MB, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil (MB).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1º Declarar, para o fim previsto na alínea f do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da MB, por meio do IEAPM, destinadas ao preparo e ao emprego da Força, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, conforme o disposto nos incisos V e VI do art. 4º da Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa.

Art. 2º Declarar que o IEAPM é responsável por pesquisar, desenvolver, inovar e prestar serviços tecnológicos na área de Ciências do Mar, a fim de contribuir para a ampliação do conhecimento e a eficaz utilização do meio ambiente marinho, no interesse da MB e do desenvolvimento socioeconômico do país. Dessa forma, o IEAPM desenvolve atividades científicas, destinadas ao preparo e ao emprego desta Força, notadamente, por intermédio dos seguintes projetos:

I - Laboratório de Monitoramento por Métodos Acústicos da Ressurgência (LABMMAR); e

II - Comunicações Submarinas (C-SUB).

Art. 3º A isenção do processo de licenciamento ambiental não exime o instituto de cumprir a legislação ambiental vigente, de acordo com o art. 5º da referida Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de dezembro de 2017

Processo nº: 23123.003014/2017-41

Interessada: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Assunto: Juízo de admissibilidade de apuração disciplinar em relação à denúncia de violação ao dever de informação

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01801/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, §1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino o arquivamento da presente denúncia, tendo em vista a ausência de indícios de infração funcional por parte da dirigente máxima da UFRN, nos termos do parágrafo

único do art. 144 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.

Processo nº: 23000.013190/2011-91

Interessada: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura

Assunto: Anulação de Decisão Ministerial. Despacho do Ministro de 11 de maio de 2017, publicado no DOU de 12 de maio de 2017.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, com base no Parecer nº 00959/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 4 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do artigo 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: ANULO a decisão proferida pelo Despacho do Ministro de 11 de maio de 2017, publicado no DOU de 12 de maio de 2017, REVOGO a Portaria nº 236, de 4 de março de 2015, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no DOU de 5 de março de 2015, conheço do recurso interposto pela entidade e DOU-LHE provimento para DEFERIR o pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS à Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, referente ao período de 29/4/2010 a 28/4/2013.

Processo nº: 23123.002952/2014-81

Interessada: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01821/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos e recomendações adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino a instauração de COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR a fim de apurar as supostas irregularidades no âmbito da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM, relativas às progressões funcionais de servidores aposentados e instituidores de pensão, após o enquadramento na estruturação do PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091/2005, bem como outras irregularidades que porventura surjam no curso de seu trabalho e guardem conexão com os objetos descritos no parecer acima mencionado.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nas Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e nº 10.870, de 19 de maio de 2004, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Parágrafo único. Em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº 10.861, de 2004, e regulamentação vigente, compete ao INEP, por intermédio da Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação da educação superior, nas modalidades presencial e a distância, no âmbito do Sinaes e à avaliação das escolas de governo.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO IN LOCO

Seção I

Da tramitação do processo na fase de avaliação

Art. 2º A atividade de avaliação, para fins de instrução dos processos de autorização e reconhecimento de cursos, bem como credenciamento de instituições de educação superior - IES e escolas de governo - EGov, e suas respectivas renovações, reavaliações e aditamentos, terá início a partir da tramitação eletrônica do processo à Fase INEP, com a criação de um código de avaliação, e se concluirá com a disponibilização do relatório de avaliação para manifestação das instituições avaliadas e da Secretaria competente deste Ministério.

Art. 3º O fluxo avaliativo dar-se-á na seguinte sequência:

I - criação da avaliação e respectivo código;

II - pagamento de taxa complementar de avaliação, quando necessário;

III - abertura do Formulário Eletrônico de avaliação - FE;

IV - preenchimento do FE pela IES ou pela EGov;

V - designação da Comissão Avaliadora;

VI - realização da avaliação in loco;

VII - elaboração do relatório de avaliação; e

VIII - finalização da avaliação com o envio do relatório para manifestação da instituição avaliada e da Secretaria competente do MEC.

Parágrafo único. Caberá às instituições o monitoramento do fluxo dos seus processos por meio do Sistema Eletrônico.

Art. 4º O processo tramitado pela Secretaria competente do MEC para o INEP terá avaliação cadastrada com código único, à qual será vinculado instrumento de avaliação pertinente ao respectivo ato autorizativo.

§ 1º Em caso de mais de um endereço (local de oferta) em um mesmo processo, cada avaliação criada terá um código próprio.

§ 2º A tramitação dos processos obedecerá preferencialmente à ordem cronológica de ingresso na fase de avaliação, podendo haver alteração dessa ordem, observadas a impessoalidade e a isonomia, em função:

I - da disponibilidade de avaliadores;

II - do processo de sorteio eletrônico para designação das comissões de avaliação in loco;

III - de questões relacionadas ao ciclo avaliativo; ou

IV - de eventuais adequações nos instrumentos de avaliação.

Art. 5º Caberá pagamento de taxa complementar de avaliação na Fase INEP quando:

I - a taxa básica não tiver sido paga na abertura do processo;

II - o valor pago não for suficiente para todas as avaliações do processo protocolado; ou

III - for criada mais de uma avaliação referente ao mesmo processo.

§ 1º Não caberá pagamento de taxa de avaliação em caso de nova avaliação determinada pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA.

§ 2º O valor da taxa de avaliação é fixado por avaliador, considerando-se a legislação vigente.

§ 3º Na fase de avaliação, caso não haja pagamento da taxa complementar, no prazo de trinta dias a partir da geração da pendência o processo será devolvido à Secretaria competente do MEC, com sugestão de arquivamento por falta de pagamento, encerrando a Fase INEP.

§ 4º Caberá recurso à Secretaria competente, no prazo de dez dias, a partir da disponibilização da fase recursal no Sistema Eletrônico.

§ 5º Sendo o recurso deferido, o processo reingressará na Fase INEP.

§ 6º O Sistema Eletrônico contará com módulo específico que registrará o histórico financeiro dos processos, exclusivo para cada instituição, indicando os pagamentos de taxas de avaliação realizados, os valores vinculados e utilizados nas avaliações, valores ressarcidos à instituição e saldo existente.

§ 7º O arquivamento do processo, antes de finalizado o preenchimento do FE, gerará, em favor do requerente, crédito do valor da taxa de avaliação correspondente.

§ 8º A instituição poderá reaproveitar valores não utilizados, que estarão disponibilizados em seu saldo.

§ 9º Quando não houver interesse em reaproveitar crédito eventualmente existente para outras avaliações dentro do Sistema Eletrônico, o ressarcimento do valor poderá ser requerido à Daes, conforme procedimentos vigentes.

§ 10. É vedado à mantenedora utilizar crédito de uma mantida para outra, mesmo nas hipóteses de unificação de mantidas ou transferência de mantença.

Art. 6º O Formulário Eletrônico de avaliação - FE é o instrumento de avaliação disponibilizado eletronicamente.

§ 1º O FE deve ser preenchido pela IES ou pela EGov, cujas informações e dados serão posteriormente verificados pela Comissão Avaliadora, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e com o Projeto Pedagógico do Curso - PPC, também devendo ser consideradas nos processos referentes ao Sinaes as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e demais normativos pertinentes.

§ 2º O preenchimento do FE é condição indispensável para a visita e deve respeitar o prazo estabelecido, sem possibilidade de prorrogação ou adiamento.

§ 3º Com a finalização do preenchimento, a instituição confirma que está apta a receber a visita.

§ 4º Poderão ser abertos até seis formulários simultaneamente, para a mesma instituição, sendo-lhe facultado solicitar a ampliação ou redução deste quantitativo.

§ 5º A falta do preenchimento do FE de cursos no prazo de quinze dias e de instituições, no prazo de trinta dias, ensejará o encerramento da Fase INEP, com sugestão de arquivamento à Secretaria competente do MEC.

§ 6º Poderá ser inserida no FE, pela IES ou EGov, versão atualizada do PDI e do PPC até dez dias antes da visita da Comissão Avaliadora.

Art. 7º Finalizado o preenchimento do FE, a IES ou EGov poderá solicitar o cancelamento da avaliação, com arquivamento do processo, exclusivamente para os atos de Autorização, Credenciamento e Aditamento de Credenciamento, por meio de solicitação à Daes, via Sistema Eletrônico.

Parágrafo único. Com o deferimento da solicitação de cancelamento da avaliação, a instituição perde o direito à restituição de valores pagos.

Seção II

Da Comissão Avaliadora

Art. 8º A Comissão Avaliadora será constituída por, no mínimo, dois avaliadores designados por sorteio eletrônico entre os integrantes do Banco de Avaliadores do Sinaes - BASis, ou do Banco de Avaliadores de Escolas de Governo para o Saeg, conforme o caso.

§ 1º Os avaliadores devem residir em Unidade da Federação distinta do local da avaliação e não podem possuir nenhuma pendência fiscal, tributária ou previdenciária na esfera federal.

§ 2º A cada designação, o avaliador firmará termo de aceitação da designação, no qual declarará estar ciente do disposto no Termo de Conduta Ética (Anexo I) e no Termo de Ciência e Compromisso (Anexos II e III).

§ 3º A Comissão Avaliadora será coordenada por um dos avaliadores, selecionado aleatoriamente pelo Sistema Eletrônico.

Art. 9º Para avaliação de curso, os avaliadores devem possuir formação correspondente ao curso avaliado, com referência nas Diretrizes Curriculares Nacionais ou no Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

Art. 10. Para a avaliação de cursos superiores de tecnologia - CST, os avaliadores devem ter experiência docente em cursos superiores de tecnologia de, no mínimo, um ano.

Art. 11. Para as avaliações na modalidade EaD, as comissões devem ser formadas por, no mínimo, três avaliadores, com os seguintes perfis:

I - para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica:

a) dois avaliadores com experiência docente em educação a distância e com experiência em gestão acadêmica de, no mínimo, um ano; e

b) um avaliador com competência técnica para análise de infraestrutura de tecnologia da informação para EaD, de acordo com perfil definido em documentação técnica elaborada pelo INEP;

II - para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento:

a) dois avaliadores com experiência docente em educação a distância de, no mínimo, um ano; e

b) um avaliador com competência técnica para análise de infraestrutura de tecnologia da informação para EaD, de acordo com perfil definido em regulamentação específica.

Art. 12. Para avaliação institucional, os avaliadores devem possuir experiência em gestão acadêmica de, no mínimo, um ano.

Art. 13. Para fins de designação, haverá adequação no Sistema Eletrônico nos casos de nomenclatura de curso não padronizada.

Parágrafo único. Na eventual insuficiência de avaliadores para áreas específicas, serão admitidos avaliadores com formação correlata, de acordo com documentação técnica elaborada pelo INEP.

Art. 14. As disposições contidas nos art. 9º a 13 desta Portaria Normativa devem ser observadas quando da composição de Comissões Avaliadoras de Protocolo de Compromisso e Reavaliação.

Seção III

Das Visitas

Art. 15. A Comissão Avaliadora procederá à avaliação in loco utilizando o instrumento de avaliação referente ao respectivo ato.

§ 1º Com a confirmação da Comissão Avaliadora, o Sistema Eletrônico enviará à IES ou à EGov comunicado referente ao período de visita e, aos avaliadores, ofício de designação.

§ 2º O coordenador da Comissão Avaliadora deverá entrar em contato com a IES ou EGov no prazo de até dez dias antes do deslocamento, para enviar a proposta de agenda de visita.

§ 3º A Comissão Avaliadora, na realização da visita, aferirá a exatidão dos dados informados pela IES ou EGov no FE, com especial atenção ao PDI, quando se tratar de avaliação institucional, ou PPC, quando se tratar de avaliação de curso.

§ 4º A verificação pela Comissão Avaliadora deverá ser pautada pelo registro fiel e circunstanciado das condições de funcionamento da instituição ou do curso, incluídas as eventuais deficiências, produzindo-se relatório que servirá como referencial básico à decisão da Secretaria competente do MEC ou do CNE, conforme o caso.

Art. 16. A avaliação in loco deverá ocorrer no endereço constante no processo eletrônico de solicitação do ato autorizativo.

§ 1º Os pedidos de alteração de endereço deverão ser protocolizados pela instituição na Secretaria competente do MEC.

§ 2º Constatada de divergência do endereço da visita, caberá à Daes orientar os avaliadores sobre o procedimento a ser adotado em cada caso.

Art. 17. As visitas terão duração mínima de dois dias, excluído o deslocamento.

§ 1º Em situações de impossibilidade de continuidade da visita, o INEP poderá providenciar o retorno antecipado dos avaliadores.

§ 2º É vedada a realização da visita caso a Comissão Avaliadora não esteja com todos os seus integrantes.

Art. 18. É vedado à Comissão Avaliadora fazer recomendações, dar sugestões ou oferecer qualquer tipo de aconselhamento às instituições avaliadas, sob pena de nulidade do relatório, além da exclusão dos avaliadores dos respectivos bancos, a juízo da CTAA.

Art. 19. Após a confirmação da data de avaliação in loco somente serão aceitos pedidos para adiamento de visita em situações extraordinárias que fujam à governabilidade da instituição a ser visitada e comprovadamente inviabilizem sua realização, a exemplo de greves, recesso acadêmico, feriado, calamidade pública, ou ocorrência de situações de risco à saúde ou segurança nos locais de visita.

Parágrafo único. A ausência de coordenador do curso, do procurador institucional ou do dirigente da instituição a ser visitada não justifica o adiamento da visita.

Art. 20. A instituição visitada deverá proporcionar as condições necessárias para a realização da visita pela Comissão Avaliadora.

§ 1º Deverá ser disponibilizada sala privativa para os trabalhos da Comissão, com computador e acesso à internet, bem como um acompanhante aos locais programados na agenda de visita.

§ 2º No ato da visita, deverão ser disponibilizados documentos complementares solicitados pela Comissão Avaliadora.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º A recusa da instituição em prover o acesso dos avaliadores às suas dependências físicas, no momento da visita, não impede a produção de um relatório de avaliação, cujo conceito atribuído será correspondente à inexistência de verificação das condições de oferta.

§ 4º Finalizada a visita, compete à instituição visitada avaliar a Comissão Avaliadora, por meio de registro próprio do Sistema Eletrônico e no prazo estabelecido em referenciais técnicos da Daes.

Art. 21. A critério da Daes a Comissão Avaliadora poderá ser acompanhada por um servidor do INEP, na condição de observador, a título de formação continuada e aprimoramento do modelo de gestão.

Art. 22. Realizada a visita à instituição ou EGov, a Comissão Avaliadora elaborará relatório, atribuindo os conceitos a cada indicador, com as devidas justificativas.

§ 1º Os conceitos de avaliação serão expressos em cinco níveis 1 (um) a 5 (cinco), em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória.

§ 2º São conceitos de avaliação, resultantes de avaliação in loco:

I - o Conceito Institucional - CI: considera as dez dimensões avaliativas definidas no art. 3º, incisos I a X da Lei nº 10.861, de 2004; e

II - o Conceito de Curso - CC: considera as três dimensões relativas à organização didático-pedagógica, ao perfil do corpo docente e às instalações físicas.

§ 3º O relatório produzido pela Comissão será finalizado pelo INEP, tramitado para a Fase de Manifestação e disponibilizado, simultaneamente, à instituição e à Secretaria competente do MEC.

Art. 23. Após o recebimento do relatório a Daes atestará o trabalho realizado, para fins de pagamento do Auxílio Avaliação Educacional - AAE a que fizer jus o avaliador, observados os termos da Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007 e do Decreto nº 6.092, de 24 de abril de 2007.

Seção IV

Da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA

Art. 24. A Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA é o órgão colegiado de acompanhamento dos processos periódicos de avaliação in loco do Sinaes, do Saeg e do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL - ARCU-SUL.

§ 1º A CTAA é instância recursal dos processos avaliativos relacionados a relatórios de avaliação e denúncias contra avaliadores do Sinaes e do Saeg, e suas decisões são irrecorríveis na esfera administrativa.

§ 2º A CTAA não efetuará verificação in loco.

§ 3º O funcionamento da CTAA será regulamentado por regimento interno, o qual poderá estabelecer critérios específicos para sua atuação, de acordo com a legislação vigente e documentação técnica elaborada pelo INEP.

Art. 25. A CTAA será presidida pelo Presidente do INEP e contará com uma Secretaria Executiva, vinculada à Daes, que será responsável por prestar informações acerca dos processos em andamento no âmbito da Comissão.

Art. 26. A fase processual de responsabilidade da CTAA inicia-se após o prazo concedido à instituição e à Secretaria competente do MEC para manifestação sobre o relatório de avaliação, com a impugnação do relatório por uma ou por ambas as partes.

§ 1º A CTAA apreciará as manifestações existentes e decidirá, motivadamente, por:

I - manutenção do parecer da Comissão Avaliadora;

II - reforma do parecer da Comissão Avaliadora, com alteração do conceito, conforme se acolham os argumentos interpostos;

III - anulação do relatório, determinando a realização de nova visita; ou

IV - não conhecimento do recurso, nos casos que assim se enquadrarem por perda de prazo, perda de objeto ou por solicitação fundamentada da Secretaria competente do MEC.

§ 2º Nos casos de impugnação de relatórios de avaliação, somente serão apreciadas pela CTAA as manifestações regularmente inseridas no Sistema Eletrônico.

§ 3º A CTAA poderá solicitar à Daes informações adicionais que subsidiem sua análise.

§ 4º Na hipótese do inciso III, a realização da nova visita não implicará ônus para a instituição.

§ 5º A CTAA poderá, diante da inconsistência no conteúdo do relatório ou de não fechamento do relatório de avaliação, determinar a recapacitação ou exclusão do avaliador.

§ 6º A Secretaria Executiva da CTAA notificará o avaliador sobre as determinações da Comissão.

Art. 27. Compete à CTAA analisar denúncias referentes à conduta de avaliadores.

§ 1º A Daes providenciará o encaminhamento à CTAA de denúncias contra avaliadores, que sejam identificadas em considerações sobre a conduta dos avaliadores feitas pela instituição.

§ 2º Quando for determinada interpelação de avaliador, este será comunicado e instado a se manifestar no prazo de dez dias a partir do recebimento do ofício.

§ 3º A CTAA somente poderá determinar o afastamento preventivo do avaliador quando presentes evidências cuja gravidade assim o justifique, devendo, sempre que viável, ser adotadas as medidas necessárias a mitigar o impacto deste afastamento na programação das visitas às instituições.

§ 4º Analisado o processo de interpelação, a decisão da CTAA poderá resultar em:

I - restauração da condição de avaliador apto a novas designações;

II - determinação de sua recapacitação; ou

III - exclusão do BASis ou do Banco de Avaliadores do Saeg, pelo prazo de três anos.

Art. 28. Em caso de impugnação de Relatório de Avaliação, a CTAA poderá determinar à Daes a recapacitação do avaliador.

§ 1º O avaliador ficará suspenso do processo de designação e somente estará apto a novas designações se concluir satisfatoriamente o processo de recapacitação, de acordo com documentação técnica elaborada pelo INEP.

§ 2º O desempenho insatisfatório do avaliador na recapacitação ensejará sua exclusão do Banco de Avaliadores.

§ 3º A recapacitação do avaliador poderá ser determinada por, no máximo, duas vezes.

Seção V

Dos avaliadores

Art. 29. Os avaliadores do BASis são docentes da educação superior com vínculo institucional público ou privado que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, podem ser designados para aferir a qualidade de IES e de seus cursos de graduação.

Art. 30. Os avaliadores das Escolas de Governo são docentes de EGov que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, podem ser designados para aferir a qualidade de escolas de governo.

Art. 31. Os avaliadores de que trata esta Portaria Normativa não possuem qualquer vínculo empregatício com o INEP.

Art. 32. A administração do BASis e do Banco de Avaliadores do Saeg caberá à Daes, que procederá à seleção, capacitação, recapacitação e ao acompanhamento de critérios de permanência dos avaliadores nos bancos.

§ 1º As inclusões e exclusões de avaliadores serão submetidas à CTAA.

§ 2º São condições básicas para participação nos processos seletivos no âmbito dos bancos possuir titulação universitária reconhecida pelo Ministério da Educação compatível com o perfil, assim como a experiência necessária à composição das Comissões Avaliadoras, conforme definido nos arts. 9º a 12 desta Portaria Normativa.

Art. 33. O avaliador deverá informar, em seu cadastro no BASis ou no Banco de Avaliadores do Saeg, os períodos disponíveis para participação em avaliações.

§ 1º Ficará registrado, no Sistema Eletrônico, o histórico de aceites, recusas e omissões do avaliador às designações.

§ 2º Após o aceite, as solicitações de substituição da Comissão serão analisadas pela Daes, que proporá à CTAA a adoção de medidas administrativas, conforme o caso.

Art. 34. A capacitação dos docentes será centralizada na aplicação dos instrumentos de avaliação.

§ 1º Na hipótese de modificações no conteúdo dos instrumentos ou na legislação pertinente, os avaliadores serão convocados para atualização de sua formação.

§ 2º A capacitação dos candidatos selecionados poderá ser presencial ou a distância.

§ 3º A inclusão do docente no Banco de Avaliadores está condicionada ao seu desempenho individual no processo de capacitação, a ser avaliado conforme referenciais técnicos definidos pelo INEP.

§ 4º Ao final do processo de capacitação, o candidato aprovado firmará Termo de Conduta Ética e Termo de Ciência e Compromisso, conforme modelos dispostos nos Anexos I, II e III a esta Portaria.

§ 5º Após a assinatura dos termos correspondentes, o docente será admitido como avaliador e inserido no BASis ou no Banco de Avaliadores do Saeg, por ato da Daes, homologado pela CTAA e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 35. O avaliador será excluído do BASis ou do Banco de Avaliadores do Saeg por solicitação própria ou por decisão da CTAA, assegurados neste último caso o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Publicado o ato de exclusão do avaliador, este fica impedido de nova inclusão no respectivo Banco pelo prazo de três anos.

Seção VI

Dos instrumentos de avaliação

Art. 36. A atividade da Comissão Avaliadora será orientada pelo Instrumento de Avaliação e pelo FE preenchido pela instituição, além do PDI e do PPC, conforme o caso.

§ 1º Os instrumentos de avaliação serão definidos em atos específicos, ouvidas a CONAES, o CNE o INEP e as Secretarias competentes do MEC.

§ 2º O cálculo do conceito das dimensões/eixos e do conceito final será realizado pelo Sistema Eletrônico, a partir dos conceitos atribuídos pelos avaliadores aos indicadores.

§ 3º O avaliador deverá justificar, no formulário de avaliação, o conceito aferido para cada indicador.

§ 4º O relatório de avaliação será elaborado pela Comissão Avaliadora, com base nos documentos apensados ao Sistema Eletrônico, nos dados informados no FE e na apreciação dos dados obtidos durante a avaliação in loco.

Seção VII

Disposições Finais

Art. 37. O relatório de autoavaliação institucional deverá ser postado no prazo de 1º de janeiro a 31 de março de cada ano, em versão parcial ou integral, e será mantido no cadastro em Sistema Eletrônico, junto ao registro da instituição, em campo próprio.

Parágrafo único. O prazo não será prorrogado, exceto nos casos em que houver comprovada falha do Sistema Eletrônico utilizado pelo MEC para este fim.

Art. 38. O curso ou instituição que não esteja mais em atividade deverá alterar sua situação para "extinto" junto à Secretaria competente do MEC.

Parágrafo único. Avaliações em trâmite serão mantidas enquanto não estiver adequada a situação no cadastro.

Art. 39. A Daes poderá adotar procedimentos adicionais que sejam necessários para garantir a continuidade das atividades de avaliação in loco, observados os princípios da Administração Pública.

Art. 40. Os cadastros realizados no BASis ou no Banco de Avaliadores do Saeg, cujos candidatos a avaliadores não tenham sido selecionados ou capacitados até 31 de dezembro de 2017, serão excluídos.

Parágrafo único. Novos cadastros poderão ser realizados a partir do primeiro dia útil de 2018, com validade até 31 de dezembro de 2020, configurando o primeiro período cadastral.

CAPÍTULO III

DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES - ENADE

Seção I

Da estrutura e realização

Art. 41. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

§ 1º O Enade será realizado pelo INEP, sob a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, e contará com o apoio técnico de comissões assessoras.

§ 2º As Comissões Assessoras de Área, nomeadas pelo INEP, serão compostas por docentes em exercício na graduação, conforme indicadores da educação superior, e em observância aos seguintes critérios:

I - formação acadêmica na área de avaliação;

II - experiência docente na área de avaliação;

III - representatividade regional;

IV - representatividade de categoria administrativa; e

V - representatividade de organização acadêmica.

Art. 42. O Enade será realizado todos os anos, em conformidade com o ciclo avaliativo trienal, considerando a seguinte referência:

I - Ano I:

a) Bacharelados nas áreas de Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins;

b) Bacharelados nas áreas de Engenharia;

c) Bacharelados na área de Arquitetura e Urbanismo;

d) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança;

II - Ano II:

a) Bacharelados nas áreas de Computação e áreas afins;

b) Áreas de avaliação com habilitação em Bacharelado e Licenciatura;

c) Áreas de avaliação com habilitação em Licenciatura;

d) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial;

III - Ano III:

a) Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins; e

b) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Parágrafo único. Compete à Daes apresentar à CONAES a relação das áreas de avaliação que compõem o calendário anual de provas do Enade, considerando critérios como a abrangência da oferta e a quantidade de estudantes matriculados, com base no ciclo avaliativo trienal, sendo facultado à CONAES complementar ou alterar a referida relação.

Seção II

Do Banco Nacional de Itens da Educação Superior (BNI-ES)

Art. 43. O Banco Nacional de Itens da Educação Superior (BNI-ES), mantido pelo INEP, é o acervo de itens elaborados por docentes colaboradores com o objetivo de compor instrumentos de avaliação da educação superior, assegurados os critérios de sigilo, segurança, ineditismo e qualidade técnico-pedagógica.

§ 1º Para composição das provas do Enade o INEP utilizará itens provenientes do BNI-ES.

§ 2º Os docentes colaboradores do BNI-ES serão selecionados mediante Edital de Chamada Pública, em conformidade com os princípios da Administração Pública e em observância à democratização e à representatividade regional.

§ 3º Os docentes referidos no § 2º devem assinar o Termo de Conhecimento, Compromisso e Sigilo (Anexo IV) e o Termo de Responsabilidade (Anexo V) para desenvolver atividades junto ao BNI-ES.

Seção III

Da aplicação do Enade

Art. 44. O Enade será aplicado a estudantes de cada curso a ser avaliado, observados os respectivos códigos constantes no Cadastro e-MEC, o disposto no art. 42 desta Portaria Normativa, assim como normativos e orientações expedidas pelo INEP.

§ 1º A prova será aplicada obrigatoriamente aos estudantes concluintes habilitados à respectiva edição do Enade.

§ 2º A prova poderá ser aplicada aos demais estudantes dos cursos a serem avaliados, de acordo com a necessidade do INEP de produzir levantamento de informações educacionais específicas.

§ 3º A prova do Enade será composta de formação geral e componente específico, voltados a aferir as competências, habilidades e conteúdos agregados durante a formação.

Art. 45. O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, devendo constar do histórico escolar de todo estudante concluinte a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa.

§ 1º O estudante que tenha participado do Enade terá registrada, no histórico escolar, a data de realização da prova.

§ 2º O estudante cuja conclusão no curso não coincidir com os anos de aplicação do Enade respectivo, ou que cole grau até o último dia do período de retificação das inscrições, observado o ciclo avaliativo trienal, terá registrada, no histórico escolar, a menção "estudante dispensado de realização do Enade, em razão do calendário trienal".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º O estudante que estiver em atividade curricular fora do país na data de aplicação da prova terá registrada, em seu histórico escolar, a menção "estudante dispensado da realização do Enade, em razão de realização de atividade curricular fora do país na data de aplicação da prova".

§ 4º O estudante cujo curso não participe do Enade, em virtude da ausência de aderência do Projeto Pedagógico do Curso com as Diretrizes de Prova, terá registrada, no histórico escolar, a menção "estudante dispensado da realização do Enade em razão da natureza do curso".

§ 5º O estudante que não tenha participado do Enade por motivos de saúde, mobilidade acadêmica ou outros impedimentos relevantes, de caráter pessoal, devida e formalmente justificados perante a instituição, terá registrada, no histórico escolar, a menção "estudante dispensado de realização do Enade, por motivo pessoal".

§ 6º O estudante que não tiver sido inscrito no Enade por ato de responsabilidade da instituição terá registrada, no histórico escolar, a menção "estudante não participante do Enade, por ato da instituição de ensino".

§ 7º A situação de regularidade do estudante em relação ao Enade constará do histórico escolar ou atestado específico, a ser fornecido pela instituição na oportunidade da conclusão do curso, de transferência ou quando solicitado.

§ 8º A ausência de informação sobre o Enade no histórico escolar ou a indicação incorreta de dispensa caracterizam irregularidade da instituição, passível de processo de supervisão a ser conduzido pela Secretaria competente do MEC.

§ 9º A soma dos estudantes concluintes dispensados de realização do Enade nas situações referidas nos §§ 5º e 6º deste artigo deverá ser informada anualmente ao INEP e, caso ultrapasse a proporção de cinco por cento dos concluintes habilitados por curso, a instituição estará sujeita a processo de supervisão conduzido pela Secretaria competente do MEC.

Seção IV

Da inscrição no Enade

Art. 46. A inscrição no Enade se dará por meio de sistema informatizado próprio.

Parágrafo único. O sistema informatizado será orientado pela interoperabilidade com as bases de dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem visando à simplificação do processo de inscrição pelas instituições.

Art. 47. A inscrição dos estudantes habilitados a participar do Enade é responsabilidade do dirigente da Instituição de Educação Superior.

§ 1º Devem ser inscritos na condição de ingressantes os estudantes que tenham iniciado o respectivo curso no ano da edição do Enade, devidamente matriculados, e que tenham de zero a vinte e cinco por cento da carga horária mínima do currículo do curso cumprida até o último dia do período de retificação de inscrições.

§ 2º Devem ser inscritos na condição de concluintes todos os estudantes:

I - de bacharelado e licenciatura: que tenham expectativa de conclusão do curso até julho do ano subsequente ou que tenham oitenta por cento ou mais da carga horária mínima do currículo do curso cumprida até o último dia do período de retificação de inscrições; e

II - de cursos superiores de tecnologia: que tenham expectativa de conclusão do curso até dezembro do ano corrente ou que tenham setenta e cinco por cento ou mais da carga horária mínima do currículo do curso cumprida até o último dia do período de retificação de inscrições.

Art. 48. É de inteira responsabilidade da IES acompanhar a divulgação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Enade, publicados no Diário Oficial da União ou na página do INEP, disseminando-os junto à comunidade acadêmica.

§ 1º A instituição deverá divulgar amplamente a realização do Enade junto ao corpo discente, a fim de que o processo avaliativo abranja todos os estudantes habilitados.

§ 2º A instituição efetuará as inscrições dos estudantes habilitados em sistema informatizado próprio do INEP, conforme cronograma divulgado anualmente.

Art. 49. É de responsabilidade dos estudantes inscritos o cadastramento no sistema informatizado do INEP, no prazo estabelecido por cronograma divulgado em edital.

§ 1º O estudante cadastrado terá acesso ao questionário do estudante, solicitação de atendimento especializado ou específico, informação sobre o local de prova, solicitação de dispensa e boletim de desempenho individual.

§ 2º O estudante que não identificar seu nome na lista de inscritos e que não estiver incluído nas situações de dispensa previstas no art. 45 desta Portaria poderá solicitar à instituição que realize sua inscrição no Exame.

Art. 50. O preenchimento do questionário do estudante é obrigatório e deve ser realizado pelos estudantes inscritos, por meio eletrônico, conforme prazos e condições estabelecidas em edital.

Parágrafo único. Os coordenadores de curso poderão consultar relatório gerencial no sistema informatizado, permitindo-lhes acompanhar a situação de preenchimento dos questionários pelos estudantes.

Art. 51. Compete aos coordenadores de curso cadastrados no Sistema Eletrônico preencher o Questionário do Coordenador de Curso, conforme prazos e condições estabelecidas em edital.

Art. 52. O INEP divulgará a relação definitiva de inscrições e os locais de prova, conforme cronograma estabelecido em edital.

Art. 53. O estudante inscrito no Enade realizará a prova no município de funcionamento do curso, conforme registro no Cadastro do Sistema Eletrônico.

§ 1º O estudante de curso na modalidade EAD realizará a prova no município do polo de apoio presencial ao qual esteja vinculado.

§ 2º O estudante que estiver em atividade curricular obrigatória fora do município de funcionamento da sede do curso, em instituição conveniada com a IES de origem, poderá realizar a prova na mesma localidade onde estiver cumprindo a respectiva atividade curricular, desde que esteja prevista aplicação de prova naquele local.

§ 3º A indicação do município para realização do exame, na hipótese dos §§ 1º e 2º, é de responsabilidade da IES de origem.

Art. 54. Os estudantes habilitados que não tenham sido inscritos ou não tenham realizado o Enade, excetuando-se as hipóteses de dispensa referidas nesta Portaria Normativa, estarão em situação irregular, impossibilitados de receber o histórico escolar final.

§ 1º O estudante inscrito que não tenha participado do Exame, pelos motivos previstos no § 5º do art. 45 desta Portaria, deverá apresentar justificativa de ausência à IES, por meio do sistema informatizado, conforme cronograma e condições estabelecidas em edital.

§ 2º Quando indeferida a justificativa apresentada pelo estudante à IES, cabe recurso ao INEP, ao qual compete analisar a justificativa do estudante e comunicar à instituição o deferimento ou indeferimento da dispensa, para os efeitos do art. 45, § 5º desta Portaria.

§ 3º O estudante que permanecer em situação irregular deverá ser inscrito pela IES no Enade do ano seguinte, para fins de regularização.

§ 4º Quando a responsabilidade pela não realização do Exame for do estudante, este deve requerer à instituição a regularização de sua situação.

§ 5º A instituição responsável pela não inscrição do estudante habilitado, extrapolado o limite previsto no § 9º do art. 45 desta Portaria, estará sujeita a processo de supervisão conduzido pela Secretaria competente do MEC.

§ 6º No caso das instituições públicas, os responsáveis pela não inscrição sujeitam-se a processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 10, § 2º, III, da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 7º Os estudantes em situação irregular não serão considerados para o cálculo de indicadores baseados nos resultados do Enade.

Seção V

Da divulgação dos resultados do Enade

Art. 55. Os resultados do Enade serão divulgados na forma de relatórios, microdados, sinopses estatísticas, boletins de desempenho ou outros meios, elaborados conforme referenciais técnicos estabelecidos pelo INEP.

Parágrafo único. A identificação nominal do resultado individual do estudante será feita exclusivamente por meio do Boletim de Desempenho Individual do Estudante, com acesso restrito a cada estudante, nos termos do § 9º do art. 5º da Lei 10.861, de 2004.

CAPÍTULO IV

DOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Seção I

Dos indicadores da educação superior

Art. 56. Compete ao INEP definir em ato próprio, calcular e divulgar os indicadores da educação superior, provenientes das bases de dados do Instituto e de outras que possam ser agregadas para subsidiar as políticas públicas voltadas para o setor, observada a legislação vigente.

Art. 57. Compete ao INEP calcular e divulgar Indicadores de Qualidade da Educação Superior, segundo metodologias específicas aprovadas pela CONAES, registradas anualmente em Notas Técnicas produzidas pela Daes, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004.

Seção II

Da divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior

Art. 58. O procedimento de divulgação dos Indicadores de Qualidade ao público observará o disposto neste artigo.

§ 1º As informações referentes aos insumos utilizados para fins de cálculo e divulgação dos Indicadores de Qualidade serão disponibilizadas às instituições em ambiente de acesso restrito no Sistema Eletrônico, para apreciação e eventual manifestação, no prazo determinado pelo INEP em portaria específica.

§ 2º A ausência de manifestações requerendo retificação de insumos, no período referido no § 1º deste artigo, implica na plena aceitação, por parte da instituição, dos insumos previamente divulgados.

§ 3º Os eventuais requerimentos de retificação, referidos no § 1º deste artigo, serão analisados, e os casos deferidos serão retificados antes do processo de cálculo dos indicadores.

§ 4º Os resultados dos Indicadores de Qualidade serão divulgados pelo INEP, associados aos respectivos códigos de cursos e instituições, para todos os cursos e instituições com resultados válidos para fins de avaliação.

§ 5º Os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior serão divulgados pelo INEP, para consulta pública, no Diário Oficial da União, no Sistema Eletrônico e no Portal do INEP.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. A Presidência do INEP poderá expedir normas complementares ao disposto nesta Portaria Normativa.

Art. 60. Integra a presente Portaria Normativa Glossário contendo a definição dos principais termos nela dispostos (Anexo VI).

Art. 61. Aplicam-se subsidiariamente ao contido nesta Portaria Normativa e às normas complementares de que trata o artigo anterior as disposições contidas na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 62. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO I

TERMO DE CONDUTA ÉTICA (BASis)

Como docente selecionado e capacitado para integrar o Banco de Avaliadores do Sinaes - BASis, firmo este Termo de Conduta Ética, comprometendo-me a seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade, segurança jurídica e interesse público, e em especial:

1. manter sigilo sobre as informações obtidas em função da avaliação in loco, disponibilizando-as exclusivamente ao MEC;

2. não promover ou indicar atividade de consultoria, assessoria ou organização de eventos relacionados à atividade educacional;

3. atuar com urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade e responsabilidade;

4. respeitar a diversidade e as especificidades das instituições de educação superior avaliadas;

5. não aceitar presentes, pagamento de hospedagem ou quaisquer benefícios;

6. comunicar o INEP sobre eventual impedimento ou conflito de interesses.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO (BASis)

Na condição de avaliador do BASis, atesto ciência de que cabe ao INEP a responsabilidade de pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, diárias, passagens e adicional de transporte, segundo a legislação, sem previsão de seguros de viagem, e comprometo-me a:

1. comparecer à instituição na data designada e cumprir com pontualidade o cronograma de avaliação;

2. apresentar relatórios claros, objetivos e suficientemente densos;

3. manter sob minha responsabilidade as senhas de acesso aos sistemas de informação do MEC;

4. reportar ao INEP quaisquer situações que dificultem ou impeçam a avaliação in loco;

5. participar, sempre que convocado, de atividades de capacitação no âmbito do Sinaes, promovidas pelo INEP;

6. não conceder entrevistas ou outras formas de exposição na mídia;

7. não antecipar o resultado da avaliação à instituição;

8. evitar comparações com experiências existentes em outras instituições de educação superior;

9. somente utilizar passagens aéreas autorizadas pelo INEP;

10. não usar a ocasião da visita para realizar palestras, cursos, promoção de livros ou outras atividades de caráter pessoal;

11. utilizar as informações coletadas exclusivamente para os objetivos da avaliação;

12. manter atualizados meus dados cadastrais;

13. comunicar a aposentadoria;

14. assegurar a compatibilidade entre as atividades na instituição à qual sou vinculado e o desempenho da atividade de avaliador junto ao INEP.

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO (Banco de Avaliadores do Saeg)

Na condição de avaliador do Banco de Avaliadores do Saeg, atesto ciência de que cabe ao INEP a responsabilidade de pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, diárias, passagens e adicional de transporte, segundo a legislação, sem previsão de seguros de viagem, e comprometo-me a:

1. comparecer à instituição na data designada e cumprir com pontualidade o cronograma de avaliação;

2. apresentar relatórios claros, objetivos e suficientemente densos;

3. manter sob minha responsabilidade as senhas de acesso aos sistemas de informação do MEC;

4. reportar ao INEP quaisquer situações que dificultem ou impeçam a avaliação in loco;

5. participar, sempre que convocado, de atividades de capacitação no âmbito do Sinaes, promovidas pelo INEP;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. não conceder entrevistas ou outras formas de exposição na mídia;
7. não antecipar o resultado da avaliação à instituição;
8. evitar comparações com experiências existentes em outras instituições de educação superior;
9. somente utilizar passagens aéreas autorizadas pelo INEP;
10. não usar a ocasião da visita para realizar palestras, cursos, promoção de livros ou outras atividades de caráter pessoal;
11. utilizar as informações coletadas exclusivamente para os objetivos da avaliação;
12. manter atualizados meus dados cadastrais;
13. comunicar a aposentadoria;
14. assegurar a compatibilidade entre as atividades na instituição à qual sou vinculado e o desempenho da atividade de avaliador junto ao INEP.

ANEXO IV

TERMO DE CONHECIMENTO, COMPROMISSO E SIGILO (BNI)

Declaro, sob as penas da lei, que reconheço a importância do trabalho a ser desenvolvido, bem como a responsabilidade que o mesmo exige, e, tendo em vista a sua natureza, assumo o dever ético de manter, sob rigoroso sigilo, assuntos, registros e informações pertinentes aos trabalhos e a todos os insumos necessários à minha atuação como participante do BNI, comprometendo-me a: (a) comunicar a Daes/INEP qualquer eventual impedimento ou conflito de interesses; (b) ser responsável perante meu empregador sobre a compatibilidade entre meu cargo/função e regime de trabalho e desempenho das atividades do BNI, uma vez que elas são retribuídas financeiramente, especialmente no caso de professor de carreira de Magistério Superior, no regime de dedicação exclusiva; (c) manter sigilo sobre as informações obtidas em função das atividades realizadas; (d) não promover atividades de consultoria e assessoria educacional, eventos, cursos e palestras, bem como não produzir matérias de orientação sobre os procedimentos adotados nos serviços desenvolvidos para a Daes/INEP; (e) reportar à Daes/INEP quaisquer dificuldades ou embaraços encontrados no decorrer da realização dos serviços; (f) atuar com pontualidade, assiduidade, urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade, responsabilidade e sigilo; (g) observar todos os procedimentos aplicáveis aos processos concernentes à realização dos serviços solicitados pela Daes/INEP; (h) não utilizar ou divulgar, em hipótese alguma, os instrumentos elaborados, revisados ou corrigidos, sob pena de responder judicialmente, uma vez que esses instrumentos serão objeto dos exames realizados pela Daes/INEP.

Declaro que li e estou rigorosamente de acordo com os termos do documento.

Local/ Data:
Nome:
CPF:
Assinatura

ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE (BNI)
Uso de Acesso Remoto

Eu,_____, docente da IES (nome da Instituição)_____, me comprometo a zelar pelos dados de acesso VPN do INEP -INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, que receberei para ter acesso remoto às dependências do Órgão para uso do sistema BNI.

Declaro estar ciente que todos os acessos efetuados com minhas informações de acesso VPN serão de minha total responsabilidade.

Declaro, ainda, estar ciente de que todos os meus acessos serão monitorados e, no caso de acessos indevidos, serei eu a pessoa a ser responsabilizada.

Brasília-DF, _____ de _____de _____.

CPF:
_____
E-mail:
_____
_____
Assinatura

ANEXO VI

GLOSSÁRIO

Termo	Definição
Agenda de visita	Registro dos compromissos diários da Comissão Avaliadora no período in loco.
Atualização	Processo formativo complementar de avaliadores do BASis, que ocorre após a reestruturação de instrumento de avaliação.
Auxílio Avaliação Educacional - AAE	Retribuição à participação em processos de avaliação, conforme normatizado no Decreto n° 7.114, de 19 de Fevereiro de 2010.
Avaliação cadastrada	Avaliação criada e que possui código de avaliação.
Avaliação in loco	Verificação in loco das condições de funcionamento de cursos de graduação ou instituições, realizada por Comissão Avaliadora, a fim de gerar insumos para a composição dos referenciais básicos para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior.
Avaliador	Docente da educação superior com vínculo institucional que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, afere a qualidade de instituições de educação superior e cursos de graduação.
Banco de Avaliadores do Sinaes - BASis	Base de dados dos avaliadores que aferem a qualidade de instituições de educação superior e cursos de graduação.
Capacitação	Processo formativo inicial de docentes selecionados para ingresso no BASis.
Cadastro de interessados	Módulo no Sistema Eletrônico no qual os interessados em compor o Banco poderão se registrar, de modo que: I - o docente forneça seus dados básicos como primeira etapa de possível seleção a ser realizada via edital específico; II - o INEP possua subsídios para a estimativa do potencial de oferta de avaliadores.
Código de avaliação	Identificação exclusiva de avaliações vinculadas a processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, protocolo de compromisso e reavaliação.
Criação da avaliação	Primeiro ato do processo conduzido pelo INEP na fase de avaliação.
Designação da Comissão Avaliadora	Processo eletrônico, automático e aleatório de associação de avaliadores a avaliações a serem realizadas pelo INEP.
Fase de avaliação	Processo realizado pelo INEP com o objetivo de mobilizar competências para a realização da avaliação in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior, gerando os insumos para a composição de referenciais básicos para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior.
Fase INEP	Ver "fase de avaliação".
Finalização da avaliação	Procedimento realizado pelo INEP após a elaboração e validação do relatório de avaliação pela Comissão Avaliadora
Fluxo avaliativo	Conjunto de procedimentos que compõem o processo desenvolvido na fase de avaliação.
Formulário Eletrônico de Avaliação - FE	Formulário espelho do instrumento de avaliação associado ao processo iniciado na Secretaria competente do MEC.
Instrumento de avaliação	Ferramenta que contém informações, contextualização da IES, do curso, eixos, dimensões, indicadores e critérios de análise associados, a serem observados pela Comissão Avaliadora no ato de verificação das condições de funcionamento de cursos de graduação e instituições de ensino superior.
Interpelação	Decisão exarada pela CTAA, que implica no questionamento de avaliador acerca de assunto específico e determinado.
Processo	Conjunto de informações e documentos instruídos na Secretaria competente do MEC.
Processo eletrônico	Processo tramitado exclusivamente no Sistema Eletrônico.
Recapacitação	Processo formativo para aperfeiçoamento de avaliadores do BASis.
Relatório de avaliação	Produto final da atuação da Comissão Avaliadora in loco.
Secretaria competente do MEC	Estrutura no Ministério da Educação responsável pelos processos de regulação e supervisão da Educação Superior.
Taxa básica	Taxa a ser paga pelas IES no momento do protocolo do processo na Secretaria competente do MEC.
Taxa complementar	Taxa a ser paga pelas IES caso seja necessária mais de uma avaliação no mesmo processo, observado que a taxa básica cobre somente uma avaliação.
Termo de Ciência e Compromisso e Termo de Conduta Ética	Documentos que contêm conjunto de condutas e princípios a serem cumpridos pelos avaliadores.

PORTARIA Nº 1.530, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto na Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, e ainda o que consta do Processo nº 23000.029703/2017-71, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MPDG nº 234, de 2017, a competência para a autorização excepcional, devidamente fundamentada, para locação de veículos, máquinas e equipamentos às seguintes autoridades:

I - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação; e

II - dirigentes máximos das entidades vinculadas a este Ministério.

Art. 2º É vedada a subdelegação das competências objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.548, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, e na Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídas, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino - IFEs que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Funções Comissionadas de Coordenação de Curso - FCC a eles referentes, constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

Do MEC para as IFEs

COD.	ÓRGÃO	FCC
26404	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	3
26410	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	12
26411	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	9
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	7
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	25
26420	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	101
	Total	157

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de dezembro de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 431/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu o recurso interposto pelo interessado, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de indeferimento pela Universidade Federal do Pará - UFPA do pleito de reconhecimento do diploma de mestrado em Ciências Biológicas, obtido por Jorge Antônio Filho, na Universidad Autónoma de Asunción, no Paraguai, e aceito as considerações encaminhadas pela UFPA, recomendando que o interessado encaminhe a solicitação de reconhecimento para outras Instituições de Educação Superiores que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, ou em área afim, nos termos da Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, conforme consta do Processo nº 23001.000507/2016-24.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 505/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET - Francisco Alves de Araújo Ltda. - EPP, para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC, expressa na Portaria SERES nº 822, de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016, para autorizar o funcionamento do curso de Matemática, licenciatura, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia de Teresina - CET - Francisco Alves de Araújo Ltda., instalada na Rua Firmino Pires, nº 527, bairro Centro, no município de Teresina, no estado do Piauí, mantida pelo Centro de Educação Tecnológica de Teresina - CET - Francisco Alves de Araújo Ltda. - EPP, com sede na Avenida João XXIII, nº 4500, bairro São Cristovão, no município de Teresina, no estado do Piauí, com 1.000 (mil) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.002945/2017-58 (registro e-MEC nº 200812196).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 588/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Regional da Bahia - FARB/UNIRB para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 1.020, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 2017, para autorizar o funcionamento do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, tecnólogo, a ser oferecido pela Faculdade Regional da Bahia - FARB/UNIRB, instalada na Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, s/n, bairro Subaé, no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, mantida pelo Centro Universitário da Bahia Ltda., com sede na Rua Altino Ribeiro Rocha, nº 100, bairro Alagoinhas Velha, no município de Alagoinhas, no estado da Bahia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.002987/2017-99 (registro e-MEC nº 201607104).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 560/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Sociedade Educacional Mater Christi para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.030, de 29 de setembro de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que deferiu o pedido de autorização do curso de Odontologia, bacharelado, com 95 (noventa e cinco) vagas totais anuais, que será ministrado pela Faculdade UNIRB - Mossoró, localizada na rua Ferreira Itajubá, nº 745, bairro Santo Antônio, no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Educacional Mater Christi Ltda., com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.003078/2017-78 (Registro e-MEC nº 201608471).

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.531, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 445/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201361026;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade IPEMED de Ciências Médicas, com sede na Avenida do Contorno, nº 2073 e 2075, Bairro Santa Tereza, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto de Pesquisa e Ensino Médico do Estado de Minas Gerais Ltda - EPP (CNPJ nº 07.890.065/0001-07).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.532, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 474/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200900797;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário Presidente Antônio Carlos por transformação da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), com sede na Rodovia MG 338 Km 12, Bairro Colônia Rodrigo Silva, no Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, mantido pela Fundação Presidente Antônio Carlos (CNPJ nº 17.080.078/0001-66).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.533, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 438/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201417959;

Art. 2º Fica recredenciada a FACULDADE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - FASB, localizada na Rua Américo Brasiliense 449, Centro, no Município de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, mantida pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO RAMALHO (CNPJ nº 59.170.084/0001-54);

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.534, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 439/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201511008;

Art. 2º Fica recredenciada a FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA, localizada na Rua Coronel Flauzino Barbosa Sandoval 1259, Cidade Universitária, no município de Ituverava no estado de São Paulo, mantida pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA (CNPJ nº 45.332.194/0001-60);

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.535, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 515/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201417264;

Art. 2º Fica recredenciada a FACULDADE DE ENGENHARIA E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL, localizada na Avenida Itororó 1445, Zona 02, no Município de Maringá no Estado do Paraná, mantida pela CENTRO DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL LTDA - CEITEP (CNPJ nº11.430.130/0001-80);

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.536, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 510/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510890;

Art. 2º Fica recredenciada a FACULDADE BAIANA DE DIREITO E GESTÃO, localizada na Rua Visconde de Itaboray 989, Amaralina, no município de Salvador no estado da Bahia, mantida pela ESCOLA BAIANA DE DIREITO E GESTÃO LTDA, (CNPJ nº 08.346.085/0001-76);

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.537, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 3/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201403273;

Art. 2º Fica credenciada Faculdade Serra Geral (FASG), a ser instalada na Rua Dom Aristides, nº 70, Centro, município de Janaúba, estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Educacional Nova Cidadania Limitada (CNPJ 12.283.329/0001-96).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.538, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 528/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201414876;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pitágoras de Juiz de Fora, a ser instalada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 499, Bairro Manoel Honório, no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (CNPJ 38.733.648/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.539, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 45/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201415548;

Art. 2º Fica credenciada Faculdade de Gestão e Negócios de Maceió, a ser instalada na Rua Desportista Carlos Gonzaga Brêda Júnior, nº 201, bairro Jatiúca, município de Maceió, estado de Alagoas, mantida pela Faculdade de Gestão e Negócios de Salvador Ltda. (CNPJ 11.666.868/0001-41).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.540, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 529/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507705;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Campos Giglio (FCG), a ser instalada na Rua Albertina Nascimento, nº 132, Centro, no Município de Votorantim, Estado de São Paulo, mantida pela Associação Educacional de Votorantim (ASSEVO) (CNPJ 23.012.119/0001-80).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.541, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 520/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602544;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade do Instituto Pecege (Ipecege), a ser instalada na Rua Alexandre Herculano, nº 120, Torre B, Bloco A, Sala T4, Bairro Vila Monteiro, no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto de Pesquisas e Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (CNPJ 19.412.795/0001-73).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.542, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 531/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602236;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Freire de Ensino (FFE), a ser instalada na Rua Otávio Mendes, nº 147, Bairro Jardim Professor Morato, no Município de Francisco Morato, no Estado de São Paulo, mantida pela R.A. Freire Ensino - ME (CNPJ 22.345.752/0001-27).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.543, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 523/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201355871;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Solidária do Oeste Paulista (Fasol), a ser instalada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 7.711, no bairro Jardim São Sebastião, Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, mantida pela Igreja Assembleia de Deus Ministério Presidente Prudente (CNPJ 15.709.500/0001-74).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.544, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 518/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201405652;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Joaquim Nabuco de Manaus, a ser instalada na Rua Tapajós, nº 200, Centro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, mantida pelo SER Educacional (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.545, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 530/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201607791;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário UniDeVry - FANOR, por transformação da Faculdade Nordeste - FANOR, a ser instalado na Rua Antônio Gomes Guimarães, nº 150, Bairro Dunas, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, mantida pela DeVry Educacional do Brasil S.A (CNPJ 03.681.572/0001-71).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007; nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010 resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 517/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609272;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Joaquim Nabuco - UNINABUCO, por transformação da Faculdade Uninabuco Paulista, a ser instalado na Avenida Senador Salgado Filho, s/n, Centro, no Município de Paulista, no Estado de Pernambuco, mantido pela Ser Educacional S.A. (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.547, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 470/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201415609.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Promove de Belo Horizonte (Promove) para oferta de cursos superiores na modalidade à distância, com sede à Rua Timbiras nº 1.532, Bairro Centro, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantida pela Única Educacional Ltda. (CNPJ: 10.739.240/0001-66).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição, nos polos EaD listados no anexo desta Portaria e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

Ordem	Polos EaD
1	Quadra QE 11 Área Especial E, S/N - Guará I - Brasília/Distrito Federal.
2	Avenida Osmani Barbosa, nº 11.111 - Conjunto Residencial JK - Montes Claros/Minas Gerais.
3	Rua José Dias Vieira, nº 46 - Rio Branco - Belo Horizonte/Minas Gerais.

DESPACHO DO MINISTRO
Em 14 de dezembro de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 506/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Associação Educacional Cristã do Brasil para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 638, de 9 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 10 de setembro de 2015, que aplicou, cautelarmente, dentre outras medidas, a suspensão de ingresso de alunos no curso de graduação em Pedagogia, por meio de processo seletivo e transferência, nos cursos de pós-graduação lato sensu e nos denominados cursos de extensão, oferecidos em sua sede e em outras localidades, pela Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA, localizada no município de Teresina, estado do Piauí, mantida pela Associação Educacional Cristã do Brasil, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23000.030252/2017-15.

MENDONÇA FILHO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Altera a Portaria nº 3, de 07 de agosto de 2017, que dispõe sobre os prazos-limite para empenho e reforço de dotações orçamentárias referentes ao exercício de 2017, no âmbito do Ministério da Educação, e dá outras providências.

A SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei nº 10.180/2001, na Lei nº 13.408/2016, na Lei nº 13.414/2017, na Lei nº 9.504/1997, no Decreto nº 93.872/1986, no Decreto nº 6.170/2007, no Decreto nº 7.654/2011, no Decreto nº 8.961/2017, nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 2.731/2008-P e nº 272/2017-P, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22/12/2016 - Aprova a Parte I - PCO, Portaria STN nº 840/2016, de 21/12/2016 - Aprova as Partes II, III, IV e V), no Manual SIAFI e na Portaria MPDG n° 426, de 11 de Dezembro de 2017, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A Portaria nº 3, de 07 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os órgãos e as unidades orçamentárias - UO vinculadas ao Ministério da Educação poderão empenhar/reforçar dotações orçamentárias até o dia 26 de dezembro de 2017.

§ 1º As dotações orçamentárias de cada unidade orçamentária, movimentadas por meio de provisão às unidades gestoras subordinadas, que não puderem ser empenhadas até a data estabelecida no caput deverão ser devolvidas/estornadas para a setorial orçamentária do respectivo órgão.

§ 2º Os pré-empenhos que não puderem ser empenhados até a data estabelecida no caput deverão ser anulados e as respectivas dotações orçamentárias restituídas às unidades concedentes.

§ 3º A emissão/reforço de empenho de dotações orçamentárias referentes aos créditos provenientes de descentralizações (Termo de Execução Descentralizada), de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação e das despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura de créditos extraordinários deverá ser efetuada até o dia 30 de dezembro de 2017."

"Art. 2º Os saldos constantes da conta 823200900 - Limite Orçamentário a Utilizar-Encerramento serão estornados pela Coordenação-Geral de Orçamento - CGO/SPO/SE/MEC, após o prazo estabelecido no caput do art. 1º."

"Art. 3º É vedada às unidades orçamentárias 26101 (MEC), 26290 (INEP), 26291 (CAPES), 26298 (FNDE) e 26443 (EBSERH) a descentralização de créditos com impossibilidade de execução até o prazo estabelecido no caput do art. 1º.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo acompanhamento da execução das dotações descentralizadas, bem como da solicitação de devolução de dotações não utilizadas, é do órgão e/ou entidade concedente constante do Termo de Execução Descentralizada."

Art. 2º Ficam convalidados os atos de execução orçamentária praticados após o dia 24 de novembro de 2017.

Art. 3º O Anexo I da Portaria nº 3, de 7 de agosto de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IARA FERREIRA PINHEIRO

ANEXO I

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
26/12/2017	Emissão/Reforço de Empenho para as dotações das unidades orçamentárias dos órgãos vinculados ao Ministério da Educação;
	Emissão/Reforço de Empenho de dotações orçamentárias dos créditos oriundos de descentralização (Termo de Execução Descentralizada) provenientes de órgãos vinculados ao Ministério da Educação (26000); e
30/12/2017	Emissão/Reforço de Empenho de dotações orçamentárias referentes aos créditos provenientes de descentralizações (Termo de Execução Descentralizada), de órgãos não vinculados ao Ministério da Educação.
	Emissão/Reforço de Empenho de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura e reabertura de créditos extraordinários.

(*)Republicada por ter saído no DOU de 13-12-2017, Seção 1, página 18, com incorreção no original.

COLÉGIO PEDRO II

PORTARIA Nº 3.972, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR pro tempore DO COLÉGIO PEDRO II, designado pela Portaria/MEC nº 1280 de 04 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, Seção 2, página 12, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano o prazo de validade do Concurso Público Edital nº 23, de 10 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2016, homologado no D.O.U. de. 12 de dezembro de 2016, destinado ao provimento de cargos efetivos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na classe inicial e nível inicial do Quadro de pessoal permanente do Colégio Pedro II.

OSCAR HALAC

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 1.953, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

No Ato da Reitoria n°. 1546/17, de 25/09/2017, publicado no D.O.U. de 28/09/2017, referente à homologação do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos, para o provimento de cargos da Carreira do Magistério Superior, onde se lê: DEODATO NARCISIO DE OLIVEIRA CASTRO NETO; leia-se: DEODATO NARCISO DE OLIVEIRA CASTRO NETO.(considerando o Processo nº. 23111.035255/2017-98).

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.833, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.008786/2016-15/Departamento de Odontologia/Campus Universitário Prof. Antonio Garcia Filho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 03/01/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 012/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Odontologia/Campus Universitário Prof. Antonio Garcia Filho, para as Disciplinas "(Tutorial, Laboratórios, Práticas de Ensino na Comunidade, Clínicas, Estágio) com ênfase em Prótese Dentária", homologado através da Portaria nº 1.711, de 27/12/2016, publicada no D.O.U. de 03/01/2017, seção 1, páginas 90 e 91.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.834, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.012364/2016-36/Núcleo de Zootecnia/Campus do Sertão; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 31/01/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 012/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Núcleo de Zootecnia/Campus do Sertão, para as Disciplinas "Zootecnia Geral, Habilidades e Atitudes em Zootecnia I, II e III; Produção de Animais Não Ruminantes; Produção de Animais Silvestres; Tecnologia para Melhoria da Produção Animal", homologado através da Portaria nº 207, de 27/01/2017, publicada no D.O.U. de 31/01/2017, seção 1, página 24.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 1.841, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.014564/2014-61/Departamento de Terapia Ocupacional/ Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho; resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 31/01/2018, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 010/2016, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Terapia Ocupacional/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, para as Disciplinas "II, III e IV Ciclos de Terapia Ocupacional", homologado através da Portaria nº 201, de 27/01/2017, publicada no D.O.U. de 31/01/2017, seção 1, página 24.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.299, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (2620) Faculdade de Ampére - FAMPER, com sede no Município de Ampére/PR, mantida pelo (1702) CAES - Centro Amperense de Ensino Superior LTDA - EPP, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201714022	(87452) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 461, de 15 de fevereiro de 2011, D.O.U. de 18 de fevereiro de 2011.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
02	201714023	(116664) Curso de graduação em Artes, Licenciatura.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 1092, de 24 de dezembro de 2015, D.O.U. de 30 de dezembro de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
03	201714024	(1323876) Curso de graduação em Ciência da Computação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 750, de 17 de julho de 2017, D.O.U. de 18 de julho de 2017.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
04	201714025	(1323877) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 816, de 29 de outubro de 2015, D.O.U. de 30 de outubro de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
05	201714026	(1048400) Curso de graduação em Engenharia de Produção, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 1110, de 25 de outubro de 2017, D.O.U. de 27 de outubro de 2017.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
06	201714027	(1324172) Curso de graduação em História, Licenciatura.	Autorização: Portaria SERES nº 213, de 22 de junho de 2016, D.O.U. de 24 de junho de 2016.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
07	201714028	(5000757) Curso de graduação em Letras com Português e Espanhol, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 340, de 06 de maio de 2015, D.O.U. de 08 de maio de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
08	201714029	(87456) Curso de graduação em Letras - Português e Espanhol, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 358, de 17 de agosto de 2011, D.O.U. de 19 de agosto de 2011.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09	201714030	(1322776) Curso de graduação em Letras - Português e Inglês, Licenciatura.	Autorização: Portaria SERES nº 213, de 22 de junho de 2016, D.O.U. de 24 de junho de 2016.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
10	201714031	(1074417) Curso de graduação em Matemática, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 1034, de 23 de dezembro de 2015, D.O.U. de 24 de dezembro de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
11	201714032	(87454) Curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 1092, de 24 de dezembro de 2015, D.O.U. de 30 de dezembro de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.
12	201714033	(106018) Curso de graduação em Serviço Social, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 820, de 30 de dezembro de 2014, D.O.U. de 02 de janeiro de 2015.	(659239) Rua dos Andradas, nº 144, Centro, Ampére/PR.	(1082344) Avenida Zilda Arns, nº 183, Floresta, Ampére/PR.

PORTARIA Nº 1.300, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (18653) Faculdade Maurício de Nassau de Garanhuns - FMN GARANHUNS, com sede no Município de Garanhuns/PE, mantida pela (1847) SER Educacional S.A., conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201711376	(1263109) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065692) Praça da Bandeira, nº 53, São José, Garanhuns/PE.	(1082109) Rua Ernesto Dourado, nº 362, Heliópolis, Garanhuns/PE.
02	201711377	(1263110) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065692) Praça da Bandeira, nº 53, São José, Garanhuns/PE.	(1082109) Rua Ernesto Dourado, nº 362, Heliópolis, Garanhuns/PE.
03	201711378	(1263112) Curso de graduação em Gestão Comercial, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065692) Praça da Bandeira, nº 53, São José, Garanhuns/PE.	(1082109) Rua Ernesto Dourado, nº 362, Heliópolis, Garanhuns/PE.
04	201711379	(1263113) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065692) Praça da Bandeira, nº 53, São José, Garanhuns/PE.	(1082109) Rua Ernesto Dourado, nº 362, Heliópolis, Garanhuns/PE.
05	201711380	(1263111) Curso de graduação em Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065692) Praça da Bandeira, nº 53, São José, Garanhuns/PE.	(1082109) Rua Ernesto Dourado, nº 362, Heliópolis, Garanhuns/PE.

PORTARIA Nº 1.301, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (3303) Faculdade Univest de Educação, com sede no Município de Cuiabá/MT, mantida pelo (16364) Instituto Invest de Educação Consultoria e Assessoria LTDA - ME, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201711171	(16867) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 100, de 04 de abril de 2016, D.O.U. de 05 de abril de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
02	201711172	(1284622) Curso de graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 214, de 22 de junho de 2016, D.O.U. de 23 de junho de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
03	201711173	(105953) Curso de graduação em Ciência da Computação, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 1094, de 24 de dezembro de 2015, D.O.U. de 30 de dezembro de 2015.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
04	201711174	(16868) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 590, de 22 de outubro de 2014, D.O.U. de 23 de outubro de 2014.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
05	201711175	(67639) Curso de graduação em Empreendedorismo, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 744, de 25 de novembro de 2016, D.O.U. de 28 de novembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
06	201711176	(108466) Curso de graduação em Gestão Contábil e Tributária, Sequencial.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2863, de 24 de agosto de 2005, D.O.U. de 25 de agosto de 2005.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
07	201711177	(74418) Curso de graduação em Gestão de Empresas de Varejo, Sequencial.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2864, de 24 de agosto de 2005, D.O.U. de 25 de agosto de 2005.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
08	201711178	(74421) Curso de graduação em Gestão de Finanças Empresarias, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 744, de 25 de novembro de 2016, D.O.U. de 28 de novembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09	201711179	(120100) Curso de graduação em Gestão de Organizações Públicas, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 744, de 25 de novembro de 2016, D.O.U. de 28 de novembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
10	201711180	(120098) Curso de graduação em Gestão de Pessoas em Organizações Públicas, Sequencial.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2863, de 24 de agosto de 2005, D.O.U. de 25 de agosto de 2005.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
11	201711181	(74420) Curso de graduação em Gestão de Suprimentos e Logística, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 744, de 25 de novembro de 2016, D.O.U. de 28 de novembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
12	201711182	(74422) Curso de graduação em Gestão Estratégica de Pessoas, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 567, de 30 de setembro de 2014, D.O.U. de 1º de outubro de 2014.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
13	201711183	(74419) Curso de graduação em Gestão Estratégica do Setor Público, Sequencial.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 744, de 25 de novembro de 2016, D.O.U. de 28 de novembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
14	201711184	(80819) Curso de graduação em Letras - Língua Portuguesa, Licenciatura.	Autorização: Portaria MEC nº 131, de 14 de janeiro de 2005, D.O.U. de 15 de janeiro de 2005.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
15	201711185	(80822) Curso de graduação em Letras - Português e Espanhol, Licenciatura.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 1094, de 24 de dezembro de 2015, D.O.U. de 30 de dezembro de 2015.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
16	201711186	(80820) Curso de graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 515, de 15 de outubro de 2013, D.O.U. de 16 de outubro de 2013.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
17	201711187	(16863) Curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 794, de 14 de dezembro de 2016, D.O.U. de 15 de dezembro de 2016.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.
18	201711188	(1284999) Curso de graduação em Redes de Computadores, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 400, de 29 de maio de 2015, D.O.U. de 1º de junho de 2015.	(659443) Avenida Europa, nº 63, Jardim Tropical, Cuiabá/MT.	(1079636) Rua Adauto Botelho, Esquina com Rua quatro, esquina com Rua Alves Nogueira n. 139, Nº 55, Coophema, Cuiabá/MT.

PORTARIA Nº 1.302, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (18659) Faculdade Educacional Fortaleza - EDUFOR, com sede no Município de Fortaleza/CE, mantida pela (16090) EDUFOR Prestadora de Serviços LTDA - ME, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201711532	(1263088) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 157, de 08 de março de 2017, D.O.U. de 9 de março de 2017.	(1065727) Rua Paraná, - de 121/122 ao fim, nº 1.020, Demócrito Rocha, Fortaleza/CE.	(1081416) Rua Carapinima, nº 1.615, Benfica, Fortaleza/CE.
02	201711533	(1263318) Curso de graduação em Enfermagem, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065727) Rua Paraná, - de 121/122 ao fim, nº 1.020, Demócrito Rocha, Fortaleza/CE.	(1081416) Rua Carapinima, nº 1.615, Benfica, Fortaleza/CE.
03	201711534	(1263385) Curso de graduação em Engenharia Civil, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065727) Rua Paraná, - de 121/122 ao fim, nº 1.020, Demócrito Rocha, Fortaleza/CE.	(1081416) Rua Carapinima, nº 1.615, Benfica, Fortaleza/CE.
04	201711535	(1263102) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 157, de 08 de março de 2017, D.O.U. de 9 de março de 2017.	(1065727) Rua Paraná, - de 121/122 ao fim, nº 1.020, Demócrito Rocha, Fortaleza/CE.	(1081416) Rua Carapinima, nº 1.615, Benfica, Fortaleza/CE.
05	201711536	(1263137) Curso de graduação em Serviço Social, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 157, de 08 de março de 2017, D.O.U. de 9 de março de 2017.	(1065727) Rua Paraná, - de 121/122 ao fim, nº 1.020, Demócrito Rocha, Fortaleza/CE.	(1081416) Rua Carapinima, nº 1.615, Benfica, Fortaleza/CE.

PORTARIA Nº 1.303, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (3430) Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem - FAESSA, com sede no Município de Uberlândia/MG, mantida pelo (15602) Instituto PATER de Educação e Cultura, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201511152	(1160981) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
02	201511153	(1161575) Curso de graduação em Gestão Ambiental, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
03	201511154	(1161001) Curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
04	201511155	(5001014) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 72, de 28 de fevereiro de 2008, D.O.U. de 29 de fevereiro de 2008.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
05	201511156	(5001016) Curso de graduação em Marketing, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 72, de 28 de fevereiro de 2008, D.O.U. de 29 de fevereiro de 2008.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
06	201511157	(1161576) Curso de graduação em Sistemas de Informação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1058390) Avenida Fernando Vilela, - até 1261/1262, nº 839, Martins, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
07	201511158	(5001012) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 194, de 19 de janeiro de 2011, D.O.U. de 21 de janeiro de 2011.	(1057356) Avenida João Naves de Ávila, até 266-lado par, nº 865, Centro, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
08	201511159	(5001013) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 194, de 19 de janeiro de 2011, D.O.U. de 21 de janeiro de 2011.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
09	201511160	(5001004) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
10	201511161	(5001010) Curso de graduação em Gestão Ambiental, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 140, de 09 de maio de 2016, D.O.U. de 10 de maio de 2016.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
11	201511162	(5001015) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 72, de 28 de fevereiro de 2008, D.O.U. de 29 de fevereiro de 2008.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
12	201511163	(5001017) Curso de graduação em Marketing, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 493, de 29 de junho de 2015, D.O.U. de 30 de junho de 2015.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.
13	201511164	(5001006) Curso de graduação em Sistemas de Informação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(1055838) Rua do Cinegrafista, nº 99, Planalto A, Uberlândia/MG.	(659486) Rua Bocaiúva, nº 82, Morada da Colina, Uberlândia/MG.

PORTARIA Nº 1.304, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pelo (1434) Instituto de Ensino Superior de Itapira - IESI, com sede no Município de Itapira/SP, mantido pelo (948) Centro de Estudos Superiores de Campinas, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201714841	(20747) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 270, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
02	201714842	(1280681) Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 877, de 13 de novembro de 2015, D.O.U. de 16 de novembro de 2015.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
03	201714843	(5000154) Curso de graduação em Ciência da Computação, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 687, de 31 de outubro de 2016, D.O.U. de 1º de novembro de 2016.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
04	201714844	(118614) Curso de graduação em Comércio Exterior, Tecnológico.	Autorização: Portaria SETEC nº 18, de 26 de janeiro de 2009, D.O.U. de 27 de janeiro de 2009.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
05	201714845	(46850) Curso de graduação em Comunicação Social, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 3757, de 24 de outubro de 2005, D.O.U. de 25 de outubro de 2005.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
06	201714846	(58790) Curso de graduação em Direito, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 936, de 15 de julho de 2009, D.O.U. de 16 de julho de 2009.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
07	201714847	(1101743) Curso de graduação em Educação Física, Licenciatura.	Autorização: Portaria SESU nº 29, de 06 de janeiro de 2011, D.O.U. de 10 de janeiro de 2011.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
08	201714849	(5000227) Curso de graduação em Fisioterapia, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 431, de 29 de julho de 2014, D.O.U. de 31 de julho de 2014.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
09	201714850	(108784) Curso de graduação em Gestão Comercial, Tecnológico.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 270, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
10	201714851	(1182128) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 577, de 09 de junho de 2017, D.O.U. de 12 de junho de 2017.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
11	201714852	(1280682) Curso de graduação em Nutrição, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 1040, de 23 de dezembro de 2015, D.O.U. de 24 de dezembro de 2015.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12	201714853	(1076118) Curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 1094, de 24 de dezembro de 2015, D.O.U. de 30 de dezembro de 2015.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
13	201714854	(20746) Curso de graduação em Turismo, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria MEC nº 2224, de 23 de junho de 2005, D.O.U. de 27 de junho de 2005.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
14	201714858	(117600) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 425, de 28 de julho de 2014, D.O.U. de 31 de julho de 2014.	(1073885) Rua Alfredo Pujol, nº 230, Santo Antônio, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
15	201714859	(1076117) Curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 686, de 31 de outubro de 2016, D.O.U. de 1º de novembro de 2016.	(105541) Avenida Rio Branco, nº 99, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
16	201714860	(5000226) Curso de graduação em Enfermagem, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 618, de 30 de outubro de 2014, D.O.U. de 31 de outubro de 2014.	(1058441) Rua Comendador João Cintra, nº 546, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
17	201714861	(1182267) Curso de graduação em Engenharia Civil, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 246, de 31 de maio de 2013, D.O.U. de 03 de junho de 2013.	(1058441) Rua Comendador João Cintra, nº 546, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
18	201714862	(1182172) Curso de graduação em Engenharia de Produção, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 179, de 08 de maio de 2013, D.O.U. de 09 de maio de 2013.	(1058441) Rua Comendador João Cintra, nº 546, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.
19	201714863	(1190623) Curso de graduação em Farmácia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 1, de 07 de janeiro de 2016, D.O.U. de 07 de janeiro de 2016.	(1058441) Rua Comendador João Cintra, nº 546, Centro, Itapira/SP.	(1082441) Rodovia SP 147, Km40,7, esquina coma Rua Santa Terezinha, nº 1381, Bairro dos Prados, Itapira/SP.

PORTARIA Nº 1.305, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (3396) Faculdade LS - FACELS, com sede no Distrito Federal, mantida pela (2148) Santana Instituto de Educação Superior LTDA - EPP, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201712084	(1071696) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 502, de 22 de dezembro de 2011, D.O.U. de 26 de dezembro de 2011.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.
02	201712085	(1071708) Curso de graduação em Gestão Financeira, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 433, de 30 de julho de 2014, D.O.U. de 1º de agosto de 2014.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.
03	201712086	(86676) Curso de graduação em Letras, Licenciatura.	Autorização: Portaria MEC nº 2554, de 15 de julho de 2005, D.O.U. de 19 de julho de 2005.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.
04	201712087	(86677) Curso de graduação em Letras - Português, Licenciatura.	Reconhecimento: Portaria SESU nº 1466, de 1º de outubro de 2009, D.O.U. de 02 de outubro de 2009.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.
05	201712129	(106992) Curso de graduação em Gestão Hospitalar, Tecnológico.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 821, de 30 de dezembro de 2014, D.O.U. de 02 de janeiro de 2015.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.
06	201717387	(1350145) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 1028, de 29 de setembro de 2017, D.O.U. de 03 de outubro de 2017.	(659478) Quadra Setor D Sul, Lote 05, Taguatinga Sul, Brasília/DF.	(1082140) Quadra QNM 12, Via NM 12/14, Lote 01, Ceilândia Norte, Brasília/DF.

PORTARIA Nº 1.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (3879) Faculdade UNINASSAU Campina Grande, com sede no Município de Campina Grande/PB, mantida pelo (2447) Instituto Campinense de Ensino Superior LTDA, conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201606298	(1300265) Curso de graduação em Farmácia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 915, de 27 de novembro de 2015, D.O.U. de 30 de novembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.
02	201606299	(1300163) Curso de graduação em Fisioterapia, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 914, de 27 de novembro de 2015, D.O.U. de 30 de novembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.
03	201606300	(1300264) Curso de graduação em Nutrição, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 914, de 27 de novembro de 2015, D.O.U. de 30 de novembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.
04	201615560	(1138947) Curso de graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 415, de 26 de agosto de 2016, D.O.U. de 29 de agosto de 2016.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05	201710573	(5000879) Curso de graduação em Direito, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 686, de 31 de outubro de 2016, D.O.U. de 1º de novembro de 2016.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
06	201710574	(1280889) Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 1041, de 23 de dezembro de 2015, D.O.U. de 24 de dezembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
07	201710575	(100230) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 269, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
08	201710576	(1258453) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 636, de 04 de setembro de 2015, D.O.U. de 08 de setembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
09	201710577	(1280373) Curso de graduação em Construção de Edifícios, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 878, de 13 de novembro de 2015, D.O.U. de 16 de novembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
10	201710578	(1280362) Curso de graduação em Design de Interiores, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 1041, de 23 de dezembro de 2015, D.O.U. de 24 de dezembro de 2015.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
11	201710579	(1163320) Curso de graduação em Engenharia Civil, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 179, de 08 de maio de 2013, D.O.U. de 09 de maio de 2013.	(1069891) Rua Antônio Guedes de Andrade, nº 190, Catolé, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
12	201710580	(1280450) Curso de graduação em Engenharia de Computação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 1040, de 23 de dezembro de 2015, D.O.U. de 24 de dezembro de 2015.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
13	201710581	(1164802) Curso de graduação em Engenharia de Produção, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 322, de 27 de maio de 2014, D.O.U. de 28 de maio de 2014.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
14	201710582	(1164862) Curso de graduação em Engenharia Elétrica, Bacharelado.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 1109, de 25 de outubro de 2017, D.O.U. de 27 de outubro de 2017.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
15	201710583	(1164655) Curso de graduação em Engenharia Mecânica, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 17, de 23 de janeiro de 2013, D.O.U. de 24 de janeiro de 2013.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
16	201710584	(1164863) Curso de graduação em Engenharia Química, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 112, de 07 de março de 2013, D.O.U. de 08 de março de 2013.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
17	201710585	(1132205) Curso de graduação em Gestão da Qualidade, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 385, de 19 de setembro de 2011, D.O.U. de 21 de setembro de 2011.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
18	201710586	(1139479) Curso de graduação em Gestão de Recursos Humanos, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 169, de 13 de setembro de 2012, D.O.U. de 14 de setembro de 2012.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
19	201710587	(1137482) Curso de graduação em Gestão Financeira, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 502, de 22 de dezembro de 2011, D.O.U. de 26 de dezembro de 2011.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
20	201710588	(1280484) Curso de graduação em Jornalismo, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 399, de 29 de maio de 2015, D.O.U. de 1º de junho de 2015.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
21	201710589	(1132804) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 304, de 16 de abril de 2015, D.O.U. de 20 de abril de 2015.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
22	201710590	(1133577) Curso de graduação em Marketing, Tecnológico.	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES nº 269, de 03 de abril de 2017, D.O.U. de 04 de abril de 2017.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
23	201710591	(1168130) Curso de graduação em Negócios Imobiliários, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 120, de 15 de março de 2013, D.O.U. de 18 de março de 2013.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
24	201710592	(1259917) Curso de graduação em Pedagogia, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 488, de 26 de junho de 2015, D.O.U. de 29 de junho de 2015.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
25	201710593	(1132283) Curso de graduação em Redes de Computadores, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 467, de 22 de novembro de 2011, D.O.U. de 24 de novembro de 2011.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
26	201710594	(1133073) Curso de graduação em Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Reconhecimento: Portaria SERES nº 248, de 30 de junho de 2016, D.O.U. de 1º de julho de 2016.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
27	201710595	(1259719) Curso de graduação em Serviço Social, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 332, de 27 de maio de 2014, D.O.U. de 28 de maio de 2014.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
28	201710596	(1258696) Curso de graduação em Sistemas de Informação, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 241, de 05 de março de 2015, D.O.U. de 6 de março de 2015.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..
29	201710597	(1132449) Curso de graduação em Sistemas para Internet, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 468, de 22 de novembro de 2011, D.O.U. de 24 de novembro de 2011.	(659659) Rua Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/nº, Estação Velha, Campina Grande/PB.	(1076038) Rua Vereador Manoel Uchôa, nº 237, Palmeira, Campina Grande/PB..

PORTARIA Nº 1.307, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (18642) Unama Faculdade da Amazônia de Ananindeua, com sede no Município de Ananindeua/PA, mantida pela (1847) SER Educacional S.A., conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201711290	(1263940) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065676) Travessa We-31, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, nº 55, Cidade Nova, Ananindeua/PA.	(1082082) Travessa WE-26, (Cidade Nova IV/VIII), nº 2, Cidade Nova, Ananindeua/PA.
02	201711291	(1263941) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065676) Travessa We-31, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, nº 55, Cidade Nova, Ananindeua/PA.	(1082082) Travessa WE-26, (Cidade Nova IV/VIII), nº 2, Cidade Nova, Ananindeua/PA.
03	201711292	(1263942) Curso de graduação em Gestão Comercial, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065676) Travessa We-31, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, nº 55, Cidade Nova, Ananindeua/PA.	(1082082) Travessa WE-26, (Cidade Nova IV/VIII), nº 2, Cidade Nova, Ananindeua/PA.
04	201711293	(1263943) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065676) Travessa We-31, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, nº 55, Cidade Nova, Ananindeua/PA.	(1082082) Travessa WE-26, (Cidade Nova IV/VIII), nº 2, Cidade Nova, Ananindeua/PA.
05	201711294	(1263944) Curso de graduação em Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 180, de 21 de março de 2017, D.O.U. de 22 de março de 2017.	(1065676) Travessa We-31, (Cj Cidade Nova V) - até 1262 - lado par, nº 55, Cidade Nova, Ananindeua/PA.	(1082082) Travessa WE-26, (Cidade Nova IV/VIII), nº 2, Cidade Nova, Ananindeua/PA.

PORTARIA Nº 1.308, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, bem como a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam, provisoriamente, aditados, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos referentes aos cursos superiores ministrados pela (18651) Unama Faculdade da Amazônia de Boa Vista, com sede no Município de Boa Vista/RR, mantida pela (1847) SER Educacional S.A., conforme planilha anexa.

Art. 2º O deferimento provisório de mudança de local de oferta de cursos implica a obrigatoriedade de visita in loco para expedição do próximo ato regulatório dos cursos.

Art. 3º A decisão final acerca da mudança de local de oferta de curso será proferida no âmbito do próximo ato regulatório do curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

Nº de Ordem	Processo e-MEC	Código/Curso	Ato Autorizativo Aditado	Endereço Atual	Novo Endereço de Oferta
01	201711295	(1263945) Curso de graduação em Administração, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 66, de 08 de fevereiro de 2017, D.O.U. de 09 de fevereiro de 2017.	(1065688) Avenida Ville Roy, nº 1.672, Caçari, Boa Vista/RR.	(1082083) Rua Capitão Franco de Carvalho, nº 195, São Francisco, Boa Vista/RR.
02	201711296	(1263946) Curso de graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado.	Autorização: Portaria SERES nº 66, de 08 de fevereiro de 2017, D.O.U. de 09 de fevereiro de 2017.	(1065688) Avenida Ville Roy, nº 1.672, Caçari, Boa Vista/RR.	(1082083) Rua Capitão Franco de Carvalho, nº 195, São Francisco, Boa Vista/RR.
03	201711297	(1263948) Curso de graduação em Gestão Comercial, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 66, de 8 de fevereiro de 2017, D.O.U. de 9 de fevereiro de 2017.	(1065688) Avenida Ville Roy, nº 1.672, Caçari, Boa Vista/RR.	(1082083) Rua Capitão Franco de Carvalho, nº 195, São Francisco, Boa Vista/RR.
04	201711298	(1263947) Curso de graduação em Logística, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 66, de 8 de fevereiro de 2017, D.O.U. de 9 de fevereiro de 2017.	(1065688) Avenida Ville Roy, nº 1.672, Caçari, Boa Vista/RR.	(1082083) Rua Capitão Franco de Carvalho, nº 195, São Francisco, Boa Vista/RR.
05	201711299	(1263950) Curso de graduação em Segurança no Trabalho, Tecnológico.	Autorização: Portaria SERES nº 66, de 8 de fevereiro de 2017, D.O.U. de 9 de fevereiro de 2017.	(1065688) Avenida Ville Roy, nº 1.672, Caçari, Boa Vista/RR.	(1082083) Rua Capitão Franco de Carvalho, nº 195, São Francisco, Boa Vista/RR.

PORTARIA Nº 1.309, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 3º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	06.955.504/0001-41	GREMIO CULTURAL E RECREATIVO ANJO DA GUARDA	São Luís/MA	71000.003255/2015-67	1321/2017	Concessão	3 (três) anos
2	03.435.443/0001-01	CARITAS DIOCESANA DE RONDONÓPOLIS	Rondonópolis/MT	71000.070660/2015-91	1229/2017	Renovação	17/11/2015 a 16/11/2018
3	01.258.640/0001-69	ORDEM FRANCISCANA SECULAR - FRATERNIDADE FONTE COLOMBO	Franca/SP	23000.011846/2015-65	1417/2017	Concessão	3 (três) anos
4	61.573.424/0001-30	ASSOCIACAO EDUCATIVA MARIA TERESA	São Paulo/SP	23000.017927/2015-79	1540/2017	Renovação	01/01/2016 a 31/12/2018
5	47.889.696/0001-12	ASSOCIACAO DE PEDAGOGIA ANTROPOSÓFICA DE SÃO PAULO	São Paulo/SP	23000.021523/2015-80	1648/2017	Concessão	3 (três) anos
6	06.091.004/0001-09	ADEBEH - AÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO E BEM ESTAR HUMANO	Marau/BA	71000.070541/2015-38	1384/2017	Concessão	3 (três) anos
7	90.094.137/0001-45	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE JARDIM DE INFÂNCIA PINÓQUIO	Canoas/RS	23000.024529/2015-17	1342/2017	Concessão	3 (três) anos
8	03.243.160/0001-50	INSTITUTO JACARANDA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Campinas/SP	23000.016409/2015-38	1289/2017	Renovação	08/02/2016 a 07/02/2019
9	51.892.917/0001-89	LAR INFANTIL ANINHA	Mogi Mirim/SP	23000.012709/2015-48	1889/2017	Renovação	18/11/2015 a 19/11/2020
10	91.695.577/0001-10	ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA FLORESTA IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO	Novo Hamburgo/ RS	23000.009876/2015-10	2034/2017	Renovação	01/01/2015 a 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	91.695.577/0001-10	ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA FLORESTA IMPERIAL DE NOVO HAMBURGO	Novo Hamburgo/ RS	23000.001784/2015-83 e 23000.054966/2016-38	2034/2017

PORTARIA Nº 1.310, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	09.113.291/0001-07	INSTITUTO DOM ADAUTO	João Pessoa/PB	23123.002901/2010-25	1203/2017
2	46.022.315/0001-30	CENTRO SOCIAL PRESIDENTE KENNEDY	Campinas /SP	71000.125087/2015-60	1196/2017

PORTARIA Nº 1.311, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1.937/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23000.011154/2012-74, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, nº 23000.011154/2012-74, da entidade CRECHE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrita no CNPJ sob nº 54.159.728/0001-90, com sede em Franca/SP, pelo período de 05/02/2013 a 04/02/2018, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Será arquivado o processo nº 23000.006690/2016-81, na hipótese prevista no art. 24 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º A entidade deverá protocolar novo pedido de certificação tempestivamente, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.312, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1947/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23000.015411/2012-47, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23000.015411/2012-47, da entidade INSTITUTO ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, inscrita no CNPJ sob nº 30.115.687/0001-71, com sede em Niterói/RJ, pelo período de 01/12/2012 a 30/11/2015, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.313, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1952/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23123.003596/2010-99, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23123.003596/2010-99, da entidade IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS, inscrita no CNPJ sob nº 18.776.971/0001-93, com sede em Belo Horizonte - MG, pelo período de 24/04/2011 a 23/04/2016, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.314, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1953/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 71000.019120/2011-90, resolve:

Art. 1º. Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 71000.019120/2011-90, da entidade LAR ASSISTENCIAL MARIA DE NAZARÉ, inscrita no CNPJ sob nº. 01.181.400/0001-03, com sede em Brasília/DF, com validade para o período de 19/07/2011 a 18/07/2016, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Será arquivado o processo nº 23000.004119/2017-11, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.315, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1955/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do processo nº 71000.036156/2010-57, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 71000.036156/2010-57, da entidade SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE VOLTA REDONDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.507.022/0001-39, com sede em Volta Redonda - RJ, pelo período de 01/04/2010 a 31/03/2015, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Será arquivado o processos nº 23000.004799/2013-31, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 3º. Para assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade deverá protocolar novo pedido de certificação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta decisão.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.316, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1989/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.002454/2011-95, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23123.002454/2011-95, da entidade CENTRO SOCIAL SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob nº 59.998.211/0001-08, com sede em São José do Rio Preto/SP, pelo período de 16/05/2012 a 15/05/2017, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Serão arquivados os processos nº 23000.052341/2016-31 e nº 23000.010372/2015-34, na hipótese prevista no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, em decorrência de perda de objeto.

Art. 3º. Para assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade deverá protocolar novo pedido de certificação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta decisão.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.317, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 2008/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23123.000209/2012-24, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23123.000209/2012-24, da entidade GRUPO ESPÍRITA SAMARITANO, inscrita no CNPJ sob nº 54.138.482/0001-70, com sede em São José do Rio Pardo/SP, pelo período de 03/02/2013 a 02/02/2016, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.318, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1950/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23123.001309/2011-97, resolve:

Art. 1º. Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 23123.001309/2011-97, da entidade ASSOCIAÇÃO PARNASIANA DE EDUCAÇÃO DE BENEMERÊNCIA, inscrita no CNPJ sob nº 10.572.412/0001-50, com sede em São Paulo/SP, com validade pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação da decisão no Diário Oficial da União.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.319, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 1982/2017/DIAN/CGCE-BAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71010.001250/2011-57, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO, em grau recursal, o requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS nº 71010.001250/2011-57, da entidade CONSELHO PARTICULAR DE ESPIRÍTO SANTO DO PINHAL SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 54.231.741/0001-02, com sede em Espírito Santo do Pinhal/SP, pelo período de 20/06/2011 a 19/06/2016, em face do atendimento aos requisitos dispostos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º. Para assegurar a tempestividade do próximo processo de renovação do certificado, a entidade deverá protocolar novo pedido de certificação no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta decisão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS

PROVIMENTO Nº 11, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Resolução nº 006/2015, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 053/2015, de 23 de março de 2015. CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.075080/2017-15. Resolve:

Art. 1º Homologar, por ad referendum da Câmara de Gestão de Pessoas, o resultado final do concurso público para Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme relação abaixo, objeto do Edital nº 018/2017-PROGESP, publicado no DOU nº 135, de 17 de julho de 2017, posteriormente retificado nos DOU nº 137, de 19 de julho de 2017, nº 141, de 25 de julho de 2017 e nº 143, de 27 de julho de 2017. Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMPLA CONCORRÊNCIA				
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
Assistente Social	820060682	ANDREZA OLIVEIRA COSTA	1	8,9
Assistente Social	820002771	BRUNA MASSUD DE LIMA	2	8,75
Assistente Social	820272841	RODRIGO DE SOUZA MEDEIROS	3	8,4
Assistente Social	820217417	MAIARA PACIFICO DOS SANTOS	4	8,325
Assistente Social	820096555	JUARY LUÍS CHAGAS	5	8,15
Assistente Social	820264458	GILIANE ALVES DE CARVALHO	6	8,125
Assistente Social	820092347	NATÁLIA DANIELA AQUINO DE SOUSA	7	8,075
Assistente Social	820163015	LIVIA DAIANE GOMES	14	7,725
Assistente Social	820212881	ROSANA AZEVEDO DE SOUZA GOMES	20	7,6
Fisioterapeuta	820031135	DAYSE ALEIXO BEZERRA	1	8,8087
Fisioterapeuta	820034690	THAIANA BARBOSA FERREIRA PACHECO	2	8,2478
Fisioterapeuta	820094960	ANA PRICILLA LELLYS INACIO	3	8,2174
Fisioterapeuta	820122629	MELISSA MENDES ZIDAN	4	7,987
Fisioterapeuta	820192295	HARYELLE NÁRYMA CONFESSOR FERREIRA	12	7,0739
Auditor	820199923	RORN JOSÉ EMANOEL PEREIRA DE MEDEIROS DA NÓBREGA SILVA	1	8,52
Auditor	820137332	HELLEN PRISCILLA MARINHO CAVALCANTE	2	8,36
Auditor	820130397	GILDERLANIO ALVES HOLANDA	3	7,94
Auditor	820062278	FRANCISCO DIEGO JACINTO ALVES DE OLIVEIRA	4	7,86
Auditor	820129208	ARNALDO RODRIGUES BEZERRA NETO	5	7,8
Contador	820044520	MONIQUE MACÊDO FREIRE LIMA	1	8,5878
Contador	820088757	JOHNATAN BEZERRA DE MELO	2	8,4878
Contador	820227471	ANDRÉ FELIPE BEZERRA DE MEDEIROS	3	8,1653
Contador	820004740	CECÍLIA MARIA MEDEIROS DANTAS DE MELO	4	8,0653
Contador	820100749	IZABEL CRISTINA DA SILVA	5	7,998
Contador	820090913	LEONEL RITCHIE DE SOUZA MOURA	6	7,9878
Contador	820270024	LILIANE ARRUDA SILVA DE MENEZES FAGONI	7	7,9755
Contador	820192198	RAÍSSA CAINNY GONÇALVES FERREIRA	8	7,9102
Contador	820256048	KATIANE LEITE FERREIRA	10	7,6755
Engenheiro / Engenharia Química	820221066	FERNANDO SÁBATO FONSECA JÚNIOR	1	8,2
Engenheiro / Engenharia Química	820016446	LUIZ EDUARDO PEREIRA SANTIAGO	2	7,5334
Engenheiro / Engenharia Química	820018481	VITOR FERNANDES DIAS LOPES	3	7,4667
Engenheiro / Engenharia Química	820118834	MAXWELL GOMES DA SILVA	10	7,3334
Engenheiro / Engenharia Química	820172200	HELOIZE DOS SANTOS PEREIRA	15	6
Pedagogo	820308323	VICTOR VARELA FERREIRA MEDEIROS DE OLIVEIRA	1	8,56
Pedagogo	820277002	HARUMI MATSUMIYA ALVES ARRUDA	2	8,22
Pedagogo	820027529	LAURA MEDEIROS SOUTO	3	7,96
Pedagogo	820222623	MARIA DO DESTERRO DAS NEVES SOUZA	4	7,88
Pedagogo	820087416	THIAGO MATIAS DE SOUSA ARAUJO	5	7,84
Pedagogo	820270580	CHRISTOMYSLLEY ROMEIRO DA SILVA	6	7,78
Pedagogo	820162620	ÉRIKA NOGUEIRA MARTINS DE ALBUQUERQUE	7	7,68
Pedagogo	820025550	RAIANE DOS SANTOS MARTINS	8	7,62
Pedagogo	820273716	JOARACY LIMA DE PAULA	9	7,6
Pedagogo	820315427	KATYUSCIA MARIA DA SILVA	10	7,58
Pedagogo	820038288	TAIRONE LIMA DE SOUSA	11	7,54
Pedagogo	820017710	MARILIANE DELMIRO FILGUEIRA DA SILVA BARROS	12	7,46
Pedagogo	820278432	ANA RITA RODRIGUES DOS SANTOS	13	7,38
Pedagogo	820300250	PATRICIA LUCIANA ROCHA DE SOUZA MACIEL	14	7,36
Pedagogo	820263281	MILENA DE FRANÇA MONTEIRO	15	7,36
Pedagogo	820251356	MARCIZO VEIMAR CORDEIRO VIANA FILHO	16	7,34
Pedagogo	820040517	PAULA BATISTA DA TRINDADE	17	7,32
Pedagogo	820125873	ANNA KAROLINA ALVES DO NASCIMENTO	18	7,32
Pedagogo	820263613	JULIANA TALINE PEREIRA NOGUEIRA	21	7,24
Pedagogo	820164283	GISELE PATRICIA DA SILVA FERRAZ	25	7,08
Pedagogo	820306223	MANOEL TAVARES DOS SANTOS NETO	34	6,72
Psicólogo Clínico	820067369	ALLANA DE CARVALHO ARAÚJO	1	8,275
Psicólogo Clínico	820045802	YLGUÉM DÓRIA COSTA	2	8,2
Psicólogo Clínico	820253103	ADRIANA RAQUEL NEGRAO DUARTE	3	8,075
Psicólogo Clínico	820066745	FRANCISCO EMANUEL SOARES GOMES	4	7,925
Psicólogo Clínico	820277797	IZAK ALVES DOS SANTOS	20	6,775
Odontólogo	820180696	CLÁUDIA REGINA BASTOS PRAXEDES BARROS	1	8,698
Odontólogo	820066222	RAFAELA ALBUQUERQUE MELO	2	8,6428
Odontólogo	820041289	ENEAS PEREIRA DA SILVA JUNIOR	3	7,9306
Odontólogo	820221538	ANNIE KAROLINE BEZERRA DE MEDEIROS	4	7,9306
Odontólogo	820300004	DAYANE GONSALO FURTADO	5	7,8531
Odontólogo	820061930	CIBELE ARAÚJO ARRUDA CÂMARA DE ANDRADE	6	7,8306
Odontólogo	820000973	MARINA FERNANDES DE SENA	7	7,7755
Odontólogo	820146749	MICHELLE ALMEIDA SILVA	8	7,7306
Odontólogo	820009130	ANDRÉ AZEVEDO DOS SANTOS	9	7,7081
Médico / Medicina de Família e Comunidade	820103004	JOSÉ DE ARIMATEIA RODRIGUES FRANÇA FILHO	1	7,3633
Médico / Medicina de Família e Comunidade	820315028	SUELISSON DA SILVA ARAUJO	2	7,2857
Médico / Medicina de Família e Comunidade	820144789	BRUNO OLIVEIRA CARREIRO	3	7,0408
Psicólogo Organizacional	820159565	JULLIANA DA COSTA MACÊDO PAIVA	1	7,82
Psicólogo Organizacional	820256641	RAFAELE DE ARAÚJO PINHEIRO	2	7,3
Psicólogo Organizacional	820186627	CAROLINE CRISTINA DE ARRUDA CAMPOS	3	7,08
Psicólogo Organizacional	820104957	SARAH DANIELLE GIRÃO DOS SANTOS	4	7
Psicólogo Organizacional	820199915	VITOR ALEXANDER CORTEZ DE OLIVEIRA	5	6,96
Assistente em Administração	820070700	DANIEL OMAR DA NÓBREGA	1	9,034
Assistente em Administração	820001074	ARTUR HENRIQUE ALENCAR CABRAL	2	8,8447
Assistente em Administração	820024716	LANISA VIANA ARAÚJO	3	8,7893

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assistente em Administração	820292796	JOAO MANOEL CORREIA RIBEIRO	4	8,7893
Assistente em Administração	820160717	ANNA BEATRIZ ALVES DE OLIVEIRA	5	8,734
Assistente em Administração	820194301	ALINE SANTANA FRANCO DE SIQUEIRA	6	8,6893
Assistente em Administração	820189430	GUSTAVO BRUNO DE FREITAS PAULO	7	8,6617
Assistente em Administração	820236560	LILIANE AZEVEDO RODRIGUES	8	8,634
Assistente em Administração	820095907	JOSÉ ANDRÉ ALVES FRAZÃO	9	8,634
Assistente em Administração	820068390	JUDITH TEIXEIRA DIEB	10	8,617
Assistente em Administração	820150789	ANTHONY FRANCIS NUNES TEIXEIRA	11	8,5893
Assistente em Administração	820024856	ITAJÁ DANTAS DE SOUZA JÚNIOR	12	8,5893
Assistente em Administração	820044369	MANUELA SOUSA SALAZAR	13	8,5617
Assistente em Administração	820011207	MARINA YASMIM FERNANDES DE MORAES	14	8,5617
Assistente em Administração	820236012	WILSON SIMONAL PINTO	15	8,534
Assistente em Administração	820054569	WENDERSON VANIERY SILVA OLIVEIRA	16	8,534
Assistente em Administração	820175218	TAINARA CELI AZEVEDO DE CARVALHO	17	8,517
Assistente em Administração	820308145	LUCAS REGNIER DA SILVA CORREIA	18	8,517
Assistente em Administração	820005126	JOÃO PAULO GONÇALVES DE MELO	19	8,5064
Assistente em Administração	820178080	HANNA KELLY DE MEDEIROS CRUZ SÁ TEIXEIRA	20	8,5064
Assistente em Administração	820285560	FRANCISCO JANILSON MORAIS DA SILVA	21	8,434
Assistente em Administração	820078298	JÉSSICA MONYK TIBURCIO DE SOUZA	22	8,434
Assistente em Administração	820042056	MARIA GLEYCIANE DA SILVA	23	8,417
Assistente em Administração	820242489	ERIKA SPENCER DE ALBUQUERQUE	24	8,4064
Assistente em Administração	820132446	WILLYANNY PÂMELA ARAÚJO CELESTINO DA SILVA	25	8,3787
Assistente em Administração	820193488	MARCOS LEANDRO PIRES DE OLIVEIRA	26	8,334
Assistente em Administração	820180343	FERNANDA PACHECO FERNANDES DE NEGREIROS	27	8,334
Assistente em Administração	820061425	ALYSSON DINIZ FONSECA	28	8,334
Assistente em Administração	820003557	MARIA THEREZA PEREIRA MONTENEGRO	29	8,334
Assistente em Administração	820210773	VALDIR DE OLIVEIRA JUNIOR	30	8,334
Assistente em Administração	820005452	GILMARA DA SILVA LIMA	31	8,334
Assistente em Administração	820231983	CECÍLIA PEIXOTO CORTEZ	32	8,3064
Assistente em Administração	820237418	LUÍS ULISSES ARAÚJO DE MELO	33	8,3064
Assistente em Administração	820250708	VANESSA PINHEIRO DA SILVA	34	8,3064
Assistente em Administração	820176010	ALYNE CRISTINE GOMES DO EGITO	35	8,2787
Assistente em Administração	820221988	HELOISA SILVA SOLINO DE SOUZA	36	8,2787
Assistente em Administração	820214795	ELI EDSON CABRAL DE LIMA JÚNIOR	48	8,1617
Assistente em Administração	820177474	LAURY RELFA PRAXEDES MARIZ LIMA	49	8,134
Assistente em Administração	820177512	RAFAEL VICTOR POMPEU ANGELO DA SILVA	52	8,134
Assistente em Administração	820264202	DILMA MARIANNA DA SILVA	60	8,0787
Assistente em Administração	820031526	DANIEL BRUNO DE MELO OLIVEIRA	64	8,0511
Assistente em Administração	820188603	TALITA CHINTIA VALE LAGE	66	8,034
Assistente em Administração	820028851	JOSÉ FRANCISCO NUNES	82	7,9787
Assistente em Administração	820133639	KARINA ZAIRA SILVA MARINHO	92	7,9234
Assistente em Administração	820079600	HENRIQUE EDUARDO MARTINS DA SILVA FILHO	137	7,6064
Assistente em Administração	820222151	RAUL GUSTAVO DANTAS	150	7,4511
Assistente em Administração	820084328	LEONARDO MARCOS DE MENEZES	156	7,2958
Assistente em Administração	820314285	ÉRICKA FABRÍCIA JÁCOME DE SOUSA COSTA	157	7,2511
Assistente em Administração	820248126	COSME NOBERTO	162	7,2234
Assistente em Administração	820130893	JULIO CESAR PONTES	163	7,1958
Assistente em Administração	820266540	RICARDO FERNANDES DE LIMA	164	7,1958
Assistente em Administração	820248827	AMANDA COSTA DA SILVA	165	7,1681
Técnico em Prótese Dentária	820198226	CLÉBYA ROSÁLIA PEREIRA DE MEDEIROS	1	8,12
Técnico em Prótese Dentária	820201294	IRAMILTON DE ARAUJO SANTOS	2	6,84
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820126306	LARISSE ARAÚJO DANTAS	1	9,0102
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820001708	VANESSA MILENA ALVES DE SOUSA	2	8,8551
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820262862	JÉSSICA DA SILVA CAMPOS	3	8,4428
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820100293	ÍZOLA MORAIS DE MEDEIROS RAMALHO	4	8,3653
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820018813	DIANA LUZIA ZUZA ALVES	10	7,8306
Técnico de Laboratório / Biotério	820013277	ROSANA KARLA AIRES DE MACÊDO	1	7,56
Técnico de Laboratório / Biotério	820260363	RAMON TADEU GALVÃO ALVES RODRIGUES	2	7,56
Técnico de Laboratório / Biotério	820189545	PAULA GABRIELA MELO DE OLIVEIRA	3	7,54
Técnico de Laboratório / Biotério	820255017	PRISCILA MARIA OLIVEIRA CAMPOS MEDEIROS	4	7,52
Técnico de Laboratório / Informática	820252034	DAVID GLEYDSON GADELHA DE MORAIS	1	8,9064
Técnico de Laboratório / Informática	820065102	ESDRAS CAVALCANTE DE MENEZES SANTOS	2	8,3617
Técnico de Laboratório / Informática	820007269	ALYSSON MONTEIRO SILVA	3	8,2787
Técnico de Laboratório / Informática	820053465	CAMILA JORDANA RIBEIRO TEIXEIRA	4	8,1064
Técnico de Laboratório / Informática	820096334	JOSÉ ANDERSON SILVA DOS SANTOS	5	7,8681
Técnico de Laboratório / Edificações	820246727	JEANDSON WILLCK NOGUEIRA DE MACEDO	1	8,1204
Técnico de Laboratório / Edificações	820031488	JOSÉ DOUGLAS DOS SANTOS SILVA	2	8,0204
Técnico de Laboratório / Edificações	820192058	ÁTILA ALVES PINTO	3	7,798
Técnico de Laboratório / Edificações	820220671	VÍTOR HENRIQUE DE OLIVEIRA AZEVEDO	4	7,798
Técnico em Arquivo	820315516	LUCAS LIMA SANTOS	1	8,46
Técnico em Arquivo	820114740	FRANCISCA ALINNE FERNANDES BRAGA	2	8
Técnico em Arquivo	820103446	MARCELO DE LIMA FERREIRA	3	7,88
Técnico em Arquivo	820214108	THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS	4	7,8
Técnico em Arquivo	820021830	ANANDA FERNANDES VALÉRIO	7	7,52
Técnico em Segurança do Trabalho	820198722	KLÉBER URBANO DOS SANTOS	1	6,96
Técnico em Segurança do Trabalho	820007110	NAYARA NAGLY DE ARAÚJO SOBRINHO	2	6,96
Técnico em Segurança do Trabalho	820199966	LARISSA CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	3	6,94
Técnico em Segurança do Trabalho	820003271	ANTÔNIO CARLOS ZEFERINO	4	6,48
Auxiliar em Administração	820181366	ROBERTO TADEU MARINHO SALES	1	9,1893
Auxiliar em Administração	820151890	FRANCINE CHIESA BECKER	2	8,817
Auxiliar em Administração	820278050	JARYNA GABRIELLA DANTAS GALVÃO	3	8,6893
Auxiliar em Administração	820213918	ROBERTO DE AZEVEDO SANTOS BRITTO FILHO	4	8,6064
Auxiliar em Administração	820018040	LEILANE CLARISSE FERNANDES OLIVEIRA	5	8,5893
Auxiliar em Administração	820152013	ISADORA BEATRIZ ANDRADE DE OLIVEIRA BESSA	6	8,5617
Auxiliar em Administração	820085332	NICHOLAS DE OLIVEIRA SILVESTRE	7	8,5617
Auxiliar em Administração	820063738	AVANY ENEAS COSTA	9	8,4893
Auxiliar em Administração	820253839	LARISSA ALVES DE LIMA	19	8,1064

NEGROS (PRETOS E PARDOS)				
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
Assistente Social	820096555	JUARY LUÍS CHAGAS	5	8,15
Assistente Social	820163015	LIVIA DAIANE GOMES	14	7,725
Assistente Social	820212881	ROSANA AZEVEDO DE SOUZA GOMES	20	7,6
Fisioterapeuta	820192295	HARYELLE NÁRYMA CONFESSOR FERREIRA	12	7,0739
Auditor	820062278	FRANCISCO DIEGO JACINTO ALVES DE OLIVEIRA	4	7,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Contador	820044520	MONIQUE MACÊDO FREIRE LIMA	1	8,5878
Contador	820192198	RAÍSSA CAINNY GONÇALVES FERREIRA	8	7,9102
Contador	820256048	KATIANE LEITE FERREIRA	10	7,6755
Engenheiro / Engenharia Química	820016446	LUIZ EDUARDO PEREIRA SANTIAGO	2	7,5334
Engenheiro / Engenharia Química	820118834	MAXWELL GOMES DA SILVA	10	7,3334
Pedagogo	820278432	ANA RITA RODRIGUES DOS SANTOS	13	7,38
Pedagogo	820040517	PAULA BATISTA DA TRINDADE	17	7,32
Pedagogo	820263613	JULIANA TALINE PEREIRA NOGUEIRA	21	7,24
Pedagogo	820164283	GISELE PATRICIA DA SILVA FERRAZ	25	7,08
Pedagogo	820306223	MANOEL TAVARES DOS SANTOS NETO	34	6,72
Psicólogo Clínico	820066745	FRANCISCO EMANUEL SOARES GOMES	4	7,925
Odontólogo	820009130	ANDRÉ AZEVEDO DOS SANTOS	9	7,7081
Psicólogo Organizacional	820104957	SARAH DANIELLE GIRÃO DOS SANTOS	4	7
Assistente em Administração	820292796	JOAO MANOEL CORREIA RIBEIRO	4	8,7893
Assistente em Administração	820044369	MANUELA SOUSA SALAZAR	13	8,5617
Assistente em Administração	820236012	WILSON SIMONAL PINTO	15	8,534
Assistente em Administração	820005126	JOÃO PAULO GONÇALVES DE MELO	19	8,5064
Assistente em Administração	820132446	WILLYANNY PÂMELA ARAÚJO CELESTINO DA SILVA	25	8,3787
Assistente em Administração	820005452	GILMARA DA SILVA LIMA	31	8,334
Assistente em Administração	820176010	ALYNE CRISTINE GOMES DO EGITO	35	8,2787
Assistente em Administração	820221988	HELOISA SILVA SOLINO DE SOUZA	36	8,2787
Assistente em Administração	820214795	ELI EDSON CABRAL DE LIMA JÚNIOR	48	8,1617
Assistente em Administração	820177474	LAURY RELFA PRAXEDES MARIZ LIMA	49	8,134
Assistente em Administração	820264202	DILMA MARIANNA DA SILVA	60	8,0787
Assistente em Administração	820031526	DANIEL BRUNO DE MELO OLIVEIRA	64	8,0511
Assistente em Administração	820188603	TALITA CHINTIA VALE LAGE	66	8,034
Técnico de Laboratório / Análises Clínicas	820018813	DIANA LUZIA ZUZA ALVES	10	7,8306
Técnico de Laboratório / Informática	820096334	JOSÉ ANDERSON SILVA DOS SANTOS	5	7,8681
Técnico de Laboratório / Edificações	820246727	JEANDSON WILLCK NOGUEIRA DE MACEDO	1	8,1204
Técnico de Laboratório / Edificações	820031488	JOSÉ DOUGLAS DOS SANTOS SILVA	2	8,0204
Técnico em Arquivo	820021830	ANANDA FERNANDES VALÉRIO	7	7,52
Auxiliar em Administração	820213918	ROBERTO DE AZEVEDO SANTOS BRITTO FILHO	4	8,6064
Auxiliar em Administração	820063738	AVANY ENEAS COSTA	9	8,4893
Auxiliar em Administração	820253839	LARISSA ALVES DE LIMA	19	8,1064

DEFICIENTES				
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
Engenheiro / Engenharia Química	820172200	HELOIZE DOS SANTOS PEREIRA	15	6
Pedagogo	820164283	GISELE PATRICIA DA SILVA FERRAZ	25	7,08
Psicólogo Clínico	820277797	IZAK ALVES DOS SANTOS	20	6,775
Assistente em Administração	820028851	JOSÉ FRANCISCO NUNES	82	7,9787
Assistente em Administração	820133639	KARINA ZAIRA SILVA MARINHO	92	7,9234
Assistente em Administração	820079600	HENRIQUE EDUARDO MARTINS DA SILVA FILHO	137	7,6064
Assistente em Administração	820222151	RAUL GUSTAVO DANTAS	150	7,4511
Assistente em Administração	820084328	LEONARDO MARCOS DE MENEZES	156	7,2958
Assistente em Administração	820314285	ÉRICKA FABRÍCIA JÁCOME DE SOUSA COSTA	157	7,2511
Assistente em Administração	820248126	COSME NOBERTO	162	7,2234
Assistente em Administração	820130893	JULIO CESAR PONTES	163	7,1958
Assistente em Administração	820266540	RICARDO FERNANDES DE LIMA	164	7,1958
Assistente em Administração	820248827	AMANDA COSTA DA SILVA	165	7,1681

MIRIAN DANTAS DOS SANTOS
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas / Presidente da Câmara de Gestão de Pessoas/CONSAD

PROVIMENTO Nº 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Resolução nº 006/2015, de 19 de março de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 053/2015, de 23 de março de 2015. CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.075288/2017-34. RESOLVE: Art. 1º Homologar, por ad referendum da Câmara de Gestão de Pessoas, o resultado final do concurso público para Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme relação abaixo, objeto do Edital nº 019/2017-PROGESP, publicado no DOU nº 135, de 17 de julho de 2017, posteriormente retificado nos DOU nº 137, de 19 de julho de 2017 e nº 143, de 27 de julho de 2017. Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AMPLA CONCORRÊNCIA				
CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
Assistente de Direção e Produção	830003258	LUIZ HENRIQUE GEHLEN	1	9,3102
Assistente de Direção e Produção	830013253	LUCIANA SALVIANO MARQUES DA SILVA	2	9,1051
Assistente de Direção e Produção	830001069	PRISCILA NOGUEIRA KRUGER	3	8,4102
Assistente de Direção e Produção	830010343	FRANCISCO DAS CHAGAS SALES JÚNIOR	4	8,3918
Assistente de Direção e Produção	830014365	JOÃO VICTOR PEREIRA LEAL	10	7,602
Editor de Imagens	830006311	SUELAYNE CRIS MEDEIROS DE SOUSA	1	8,8469
Editor de Imagens	830002812	TAIANE CRISTINA DE MEDEIROS SILVA	2	8,252
Editor de Imagens	830006834	ARTUR CORREIA DE LIMA	3	8,1469
Editor de Imagens	830006931	RODRIGO DO NASCIMENTO DA SILVA	4	8,1388
Editor de Imagens	830013040	PAULO HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA	5	7,1469
Mestre de Edificações e Infraestrutura	830008004	EDIVAN DO NASCIMENTO	1	6,9667
Mestre de Edificações e Infraestrutura	830010157	JOÃO PAULO FELIPE PINTO	2	6,88
Mestre de Edificações e Infraestrutura	830000844	JOSÉ WILSON BATISTA DOS SANTOS	3	6,8433
Mestre de Edificações e Infraestrutura	830013024	GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA	4	6,64
Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras	830011790	MARIANA DAMIÃO FARIAS	1	8,76
Sonoplasta	830009914	JAIR DA SILVA ALVES	1	8,98
Sonoplasta	830013814	GIL EDUARDO DE ALBUQUERQUE MACEDO	2	8,62
Sonoplasta	830014349	PAULO HENRIQUE SANTIAGO DANTAS	3	8,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sonoplasta	830009973	MARCOS VINICIUS OLIVEIRA DO FORTE	4	8,49
Sonoplasta	830000534	ANDERSON AUGUSTO SILVA DE ALMEIDA	5	8,41
Sonoplasta	830001824	WALDECIO LUIZ DA SILVA	6	8,41
Sonoplasta	830001034	MAILSON SILVA DE ANDRADE	7	8,4
Sonoplasta	830013229	PAULO HENRIQUE SARMENTO PEDROZA	8	8,32
Sonoplasta	830007490	DEMÓSTENES NOGUEIRA CAVALCANTE	9	8,28
Sonoplasta	830006117	PEDRO HENRIQUE FORMIGA BARBOSA JOTHA	10	8,12
Sonoplasta	830009213	DANIEL ARAÚJO DE OLIVIERA	11	8,04
Sonoplasta	830000631	CESAR AUGUSTO SILVA MEDEIROS	12	7,92
Sonoplasta	830002189	ALYSSON MARCELI SILVA DE SOUZA	16	7,4
Sonoplasta	830009370	CLEITON WALLACE DA SILVA SANTOS	17	7,09

NEGROS (PRETOS E PARDOS)

CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
Assistente de Direção e Produção	830014365	JOÃO VICTOR PEREIRA LEAL	10	7,602
Mestre de Edificações e Infraestrutura	830013024	GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA	4	6,64
Sonoplasta	830002189	ALYSSON MARCELI SILVA DE SOUZA	16	7,4
Sonoplasta	830009370	CLEITON WALLACE DA SILVA SANTOS	17	7,09

DEFICIENTES

CARGO	Inscrição	Nome	Classificação	Nota Final
NÃO HÁ CANDIDATOS APROVADOS NESSA CONDIÇÃO				

MIRIAN DANTAS DOS SANTOS
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas / Presidente da Câmara de Gestão de Pessoas/CONSAD

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Tributário. Imposto de importação. Mercadoria com destino a outro país. Dano ou avaria em trânsito no território nacional. Transportador. Responsabilidade.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1764/2016, de 01 de dezembro de 2016, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, com relação às ações judiciais que visem obter a declaração de que é indevida a imputação de responsabilidade tributária ao transportador em relação ao imposto de importação e de eventuais penalidades decorrentes da constatação de dano ou avaria em mercadorias em trânsito para outro país.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Tributário. Imposto de importação. Mercadoria sob o regime de isenção. Dano ou avaria. Transportador. Responsabilidade.
Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Aprovo o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1874/2016, de 19 de dezembro de 2016, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de apresentação de contestação, de interposição de recursos e pela desistência dos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, com relação às ações judiciais que visem obter a declaração de inexistência de responsabilidade tributária do transportador no caso de dano ou avaria de mercadoria importada sob o regime de isenção.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA E LOGÍSTICA

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.102838/2017-36.
Interessado: Estado do Rio de Janeiro.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e do TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda., e Contrato de Contragarantia, a ser firmado ente a União e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., ambos relativos ao Contrato de Mútuo a ser celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco BNP Paribas Brasil S.A., no valor de R$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), nos termos do disposto na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e no Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, com a redação dada pelo Decreto nº 9.181, de 26 de outubro de 2017.
Contrato de Penhor de Ações, a ser firmado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, nos termos do disposto no § 2º do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 11, VI e §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar nº 159, de 2017, e dos arts. 11 e 13, § 4º, do Decreto nº 9.109, de 2017, com a redação dada pelo Decreto nº 9.181, de 2017, as contratações mediante o cumprimento das exigências legais cabíveis.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000163/98-86.
Interessado: Estado de Santa Catarina
Assunto: Décimo Primeiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 012/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina, em 31 de março de 1998, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 10 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000744/97-28.
Interessado: Estado de Rondônia
Assunto: Quinto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 003/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado de Rondônia em 12 de fevereiro de 1998, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, tendo em vista as disposições da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 10 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

DESPACHO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000601/97-71
Interessado: Estado do Mato Grosso do Sul.
Assunto: Quarto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 009/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado do Mato Grosso do Sul, em 30 de março de 1998, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 10 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.866, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece procedimentos para registro contábil e divulgação de informações pela instituição emissora de Letra Imobiliária Garantida (LIG), na condição de administradora das carteiras de ativos submetidas ao regime fiduciário previsto no art. 69 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 13 de dezembro de 2017, com base nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A instituição emissora de Letra Imobiliária Garantida (LIG), na condição de administradora das carteiras de ativos submetidas ao regime fiduciário previsto no art. 69 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, deve registrar os ativos componentes dessas carteiras em rubricas contábeis específicas, de forma segregada dos demais ativos da instituição.

Parágrafo único. O registro de que trata o caput deve ser acompanhado dos controles contábeis que possibilitem individualizar os componentes de cada carteira de ativos.

Art. 2º A instituição emissora de LIG deve elaborar, mensalmente, relatório denominado Demonstrativo da Carteira de Ativos (DCA), individualizado por carteira de ativos, contendo informações sobre:

I - os ativos que integram a carteira de ativos;

II - as séries de LIG em circulação emitidas pela instituição;

III - os compromissos relacionados com as LIGs em circulação e as demais obrigações relacionadas com a administração da carteira de ativos, conforme o art. 27 da Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - o atendimento aos requisitos da carteira de ativos.

Art. 3º O DCA deve ser:

I - divulgado pela instituição em seu sítio na internet até o dia 30 do mês subsequente à data-base; e

II - mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 4º As instituições emissoras de LIG devem evidenciar em notas explicativas às suas demonstrações financeiras semestrais e anuais, relativamente às LIGs em circulação, além dos esclarecimentos exigidos pela legislação em vigor:

I - as informações agregadas sobre a composição da carteira de ativos, os compromissos relacionados com as LIGs e as demais obrigações relacionadas com a administração da carteira de ativos;

II - o atendimento aos requisitos da carteira de ativos;

III - a relação percentual entre a soma dos ativos que integram as carteiras de ativos e o ativo total da instituição; e

IV - o endereço na internet no qual a instituição divulga o Termo de Emissão de LIG, na forma do art. 11 da Resolução nº 4.598, de 2017.

Art. 5º Fica o Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor) autorizado a divulgar os procedimentos operacionais necessários ao cumprimento do disposto nesta Circular, inclusive quanto ao conteúdo e aos requisitos de divulgação do DCA.

Art. 6º Esta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Regulação
Substituto

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SESSÃO DE JULGAMENTO

Extrato da Reabertura da Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2014/10556 para Declaração Retificadora

Acusados: Fernando José Soares Estima
Luis Fernando Costa Estima

Ementa: Exercício ilegal do direito de voto do administrador pela suspensão da deliberação sobre as contas dos administradores da companhia - exercício indevido de voto do administrador pela suspensão de deliberação relativa à propositura de ação de responsabilidade contra si - configuração de conflito de interesses. Absolvição e Advertência.

Decisão: Com fulcro no disposto no art. 65, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99, a Sessão de Julgamento, iniciada em 24 de outubro de 2017, foi reaberta em 28 de novembro de 2017 especificamente para a leitura de uma declaração retificadora relativa ao resultado do julgamento. Dessa forma, o Relator, Diretor Pablo Renteria, na qualidade de Presidente da Sessão, RETIFICOU :

1.A declaração do resultado da sessão de julgamento realizada em 24 de outubro de 2017, visando a esclarecer que o Colegiado da CVM, por unanimidade de votos, decidiu aplicar ao acusado Luis Fernando Costa Estima a penalidade de advertência, por infração ao disposto no art. 115, §1º, da Lei nº 6.404/76, ao ter votado, indiretamente, por meio da Estimapar Investimentos e Participações Ltda., pela suspensão da deliberação relativa à desaprovação das contas dos administradores da Forjas Taurus S.A., relativas aos exercícios sociais de 2012 e 2013.

2.Por fim, declarou que o Colegiado MANTINHA inalterada a decisão absolutória relativa ao defendente Fernando José Soares Estima.

Os demais membros do Colegiado acompanharam os termos da declaração retificadora proferida pelo Presidente da Sessão de Julgamento.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Borba, Gustavo Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira e Pablo Renteria, Relator e Presidente da Sessão.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2017.
PABLO RENTERIA
Relator e Presidente da Sessão de Julgamento

SESSÃO DE JULGAMENTO

Extrato da Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2015/12856

Acusado:Pedro Demenato Fernandes.

Ementa:Não realização obrigatória de Oferta Pública de Aquisição de Ações por alienação de controle. Multa.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

1.APLICAR ao acusado Pedro Demenato Fernandes a penalidade de multa pecuniária no valor de R$400.00,00 por não ter realizado Oferta Pública de Aquisição de Ações quando da aquisição do controle acionário da companhia Marambaia Energia Renovável S.A., descumprindo, dessa forma, o disposto nos artigos 254-A da Lei nº 6.404/76 e 29 da Instrução CVM nº 361/02.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538/2008.

Ausente o acusado e o seu representante constituído.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Gustavo Borba,

Gustavo Gonzalez, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2017.
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO SANTOS BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SESSÃO DE JULGAMENTO

Extrato da Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2012/13740

Acusados: Carlos Alexandre Bonatti
Hoje Participações Investimentos S/C Ltda.

Ementa:Não realização obrigatória de Oferta Pública de Aquisição de Ações por alienação de controle. Absolvição e multa.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

1.ABSOLVER Carlos Alexandre Bonatti da imputação de responsabilidade pela não realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações, em suposta infração aos artigos 254-A da Lei nº 6.404/76 e 29 da Instrução CVM nº 361/02; e

2.APLICAR à companhia Hoje Participações Investimentos S/C Ltda. a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 100.000,00 pela não realização obrigatória de Oferta Pública de Aquisição de Ações, descumprindo, dessa forma, o disposto no art. 254-A da Lei nº 6.404/76 e no art. 29 da Instrução CVM nº 361/02.

A companhia punida terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538/2008.

Por força do disposto no Decreto nº 8.652/2016, a decisão absolutória transita em julgado na 1ª Instância, sem a interposição de recurso de ofício por parte da CVM.

Ausentes os acusados e o representante constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Gustavo Borba,

Gustavo Gonzalez, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2017.
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO SANTOS BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

SESSÃO DE JULGAMENTO ADIADA

PAS CVM Nº 11/2013 - Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Acusados	Advogados
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.	Carlos Augusto Junqueira de Siqueira OAB/RJ nº 114.289
Mauro César Medeiros de Mello	Carlos Augusto Junqueira de Siqueira OAB/RJ nº 114.289
Eagle Capital Ltda.	Rodrigo de Mello Santos OAB/SP nº 158.108
Ivany Yara de Medeiros	Rodrigo de Mello Santos OAB/SP nº 158.108

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de sexta-feira, 24 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 56, para informar que a Sessão de Julgamento do PAS CVM nº 11/2013, foi adiada para o dia 16 de janeiro de 2018, às 15h00min.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2017.
JOSÉ PAULO DIUNA DE CASTRO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/4719 (SEI 19957.009486/2017-27)
OI S.A. / BANCO BTG PACTUAL S.A.

Objeto: Apurar a responsabilidade do Fundo de Investimento Multicredito Crédito Privado LS Investimento no Exterior, Banco BTG Pactual S.A., Legan Xpres Total Return Fundo de Investimento Multimercado, AZ Legan Administração de Recursos Ltda., Ashmore Brasil Long short Master Fundo de Investimento Multimercado, Ashmore Brasil Gestora de Recursos Ltda., Credit Suisse International, UBS AG - London Branch e José Affonso Araujo de Mello pela ocorrência de vendas a descoberto em período de cinco pregões que antecedem a data de fixação do preço da Oferta da OI S.A. e, concomitantemente, subscrição na oferta, infringindo assim o disposto no artigo 1º da Instrução CVM nº 530/12, que é considerado grave para fins do §3º do art. 11 da Lei nº 6385/76, na forma do art. 2º da Instrução CVM nº 530/12.

Assunto: Pedido de Dilação de Prazo para Apresentação de Defesa

Acusados	Advogados
ASHMORE BRASIL GESTORA DE RECURSOS LTDA	Não constituiu advogado
ASHMORE BRASIL LONG SHORT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	Não constituiu advogado
AZ LEGAN ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	RAUL DE PAULA LEITE FILHO OAB/SP 148.986
BANCO BTG PACTUAL S.A.	Não constituiu advogado
CREDIT SUISSE INTERNATIONAL	ALOYSIO MEIRELLES DE MIRANDA FILHO OAB/SP 106.459A
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO LS INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Não constituiu advogado
JOSÉ AFFONSO ARAUJO DE MELLO	WASHINGTON EDUARDO PEROZIM DA SILVA OAB/SP 131.825
LEGAN XPRES TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	RAUL DE PAULA LEITE FILHO OAB/SP 148.986
UBS AG, LONDON BRANCH	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de dilação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por ITAÚ UNIBANCO S.A. ("Itaú Unibanco"), na qualidade de representante legal do investidor não-residente UBS AG, London Branch ("UBS"), acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 04/02/2018, para todos os acusados no processo.

DOV RAWET
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SP2017/294
(SEI 19957.005789/2017-71)
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Objeto: Apurar eventual responsabilidade, na medida de sua participação para cada período correspondente: (i) membros da Diretoria: infração aos artigos 153 (exceto Dfs 31.12.2014), 176 e 177, §3º, da Lei 6.404/76, e aos artigos 14 e 26 da ICVM nº 480/09; (ii) membros do Conselho de Administração: infração aos artigos 142, III e V, 153 (exceto Dfs 31.12.2014), e do art. 160 da Lei 6.404/76 para os conselheiros membros do Comitê de Auditoria (exceto Dfs 31.12.2014); e (iii) membros do Conselho Fiscal, por infração aos artigos, 163, VII, e 165 (exceto Dfs 31.12.2014) da Lei 6.404/76, da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, por conta de infrações às normas contábeis aplicáveis, em vista de irregularidades e inconsistências na elaboração dos testes de recuperabilidade ("impairment") efetuados, ou não, para a "UGC Abastecimento" (subárea "UGC Refino"), notadamente para os ativos RNEST e COMPERJ, com vistas às demonstrações financeiras datas-base 31.12.2010, 31.12.2011, 31.12.2012, 31.12.2013 e 31.12.2014.
Assunto: Pedido de devolução de prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogados
Aldemir Bendine	Mauro Eduardo Rapassi Dias OAB/SP 134.706
Almir Guilherme Barbassa	Nelson Laks Eizirik OAB/SP 256.441
César Acosta Rech	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Fábio Colletti Barbosa	Celso Cintra Mori OAB/SP 23.639
Francisco Roberto de Albuquerque	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Guido Mantega	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Guilherme de Oliveira Estrella	Não Constituiu Advogado
Hugo Repsold Junior	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Ivan De Souza Monteiro	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
João Adalberto Elek Júnior	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Jorge Celestino Ramos	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Jorge Gerdau Johannpeter	Não Constituiu Advogado
Jorge Luiz Zelada	Felipe Henrique Braz OAB/PR 69.406
José Alcides Santoro Martins	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
José Antônio de Figueiredo	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
José Carlos Cosenza	Não Constituiu Advogado
José Maria Ferreira Rangel	Jorge Normando de Campos Rodrigues OAB/RJ 71.545
José Miranda Formigli Filho	Não Constituiu Advogado
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Antonio Perilo de Sousa Teixeira Neto OAB/ DF 21.359
Josué Christiano Gomes da Silva	Não Constituiu Advogado
Luciano Galvão Coutinho	Não Constituiu Advogado
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho	Não Constituiu Advogado
Marcio Pereira Zimmermann	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Marcus Pereira Aucélio	Luis Renato Ferreira da Silva OAB/RS 24.321
Maria das Graças Silva Foster	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Maria Lúcia de Oliveira Falcón	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Marisete Fátima Dadald Pereira	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Miriam Aparecida Belchior	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Nelson Rocha Augusto	Não Constituiu Advogado
Paulo José dos Reis Souza	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Paulo Roberto Costa	João Mestieri OAB/RJ 13.645
Reginaldo Ferreira Alexandre	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754
Renato de Souza Duque	Não Constituiu Advogado
Roberto Moro	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Sergio Franklin Quintella	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Silas Rondeau Cavalcante Silva	Luiz Antonio Sampaio Campos OAB/RJ 75.714
Silvio Sinedino Pinheiro	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754
Solange da Silva Guedes	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Túlio Luiz Zamin	Luis Renato Ferreira da Silva OAB/RS 24.321
Walter Luis Bernardes Albertoni	Maria Lucia de Moraes Cantidiano Ribeiro OAB/RJ 33.754

Trata-se de pedido de devolução de prazo para apresentação de defesa, formulado por Jorge Luiz Zelada, acusado nos autos do processo em epígrafe.
Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 17/01/2018 para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1.Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Smallsoft Tecnologia em Informática Eireli	07.426.598/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1162017,nome: Small Commerce, versão: 2018.0.0.2, código MD-5: 4F32CAD1F355B8CA1C78AD00766E42E9 * FRENTE
PB e RL Processamento de Dados Ltda - EPP	57.814.881/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1172017,nome: SPARTAKUS, versão: V17.11.01, código MD-5: 82E2E79218D6167448707CA110E9B8DD *SPARTAKUS

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 173, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sebastião de Oliveira Pessoa - Microinformática - ME	04.241.966/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1202017R1,nome: Salc, versão: 12.17, código MD-5: 303686071E872255C4AF57639D465EB7 * SALC

Intelidata Informática Ltda	01.212.344/0001-27	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1232017,nome: UNIPAF, versão: 7.5.1, código MD-5: DC5E28B05C428F9967DFE683AB8AE41E *UNIPAF

2. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PSP0202017,nome:SV01 LINUX, versão: 15.00.00, código MD-5: E7E9EBB0B79BC3D63047F0DF916D328E
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PSP0212017,nome: SV02, versão: 14.00.00, código MD-5: 23224E4E839D0241169E37ECEBA120F
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PSP0222017,nome: SV03, versão: 14.01.12, código MD-5: A48B08064E67C3376B359CAB9F4899AC
LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PSP0232017,nome: SV01 WINDOWS, versão: 15.00.00, código MD-5: EAE7552E4FF8313C36C9D481E82C5682

3. Instituto Filadélfia de Londrina

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MERCODATA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	00.606.458/0001.99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:IFL0162017Rn01,nome:ECOPAF, versão: 1.5, código MD-5: 11200C16EE8B80CF99F6E76D9ED23219

4. FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU -FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
PROINFO SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA	12.594.503/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:FVC0612017R1,nome: SIV-SISTEMA INTEGRADO DE VENDAS, versão: 3.3.7 , código MD-5: 160B4D27B0354FF64DFB2080C9339B0F VCAIXA

5. Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Harro Roberto Gutz - Me	23.078.797/0001-45	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:UNO2702017,nome: Script ECF, versão: 2.0, código MD-5: 8E6E548DDF8C5256C7EBD9068FA0ACC0

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.767, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 e a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, para estabelecer a forma de cumprimento das obrigações previdenciárias acessórias durante a implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e adequar o cronograma da entrada em produção da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) ao do eSocial.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º O art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. .....

.....

§ 1º-A Durante a implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), conforme calendário fixado por Resolução do Comitê Diretivo do eSocial e por Instrução Normativa da RFB:

I - a inscrição no RGPS dos segurados previstos nos incisos I e II do caput dar-se-á na forma prevista nos citados incisos e mediante o envio, com sucesso, dos eventos S-2200 e S-2300 ao eSocial;

II - a obrigação acessória prevista no inciso III do caput será cumprida na forma prevista no citado inciso e mediante o envio, com sucesso, dos eventos S-1200, S-1202 e S-1210 ao eSocial;

III - a obrigação acessória prevista no inciso VIII do caput será cumprida na forma prevista no citado inciso e mediante o envio, com sucesso, dos eventos S-1299 - Fechamento dos Eventos Periódicos ao eSocial e R-2099 - Fechamento dos Eventos Periódicos à EFD-Reinf; e

IV - as obrigações acessórias previstas nos incisos XI e XIII do caput serão cumpridas nas formas previstas nos citados incisos e mediante o envio, com sucesso, dos eventos S-1060, S-2210, S-2220, S-2240 e S-2241, relativos a Saúde e Segurança do Trabalhador (SST), ao eSocial.

§ 1º-B Após a implementação do eSocial e da EFD-Reinf, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, será emitido ato normativo da RFB fixando o termo a quo, a partir do qual as obrigações acessórias previstas nos incisos I, II, III, VIII, XI e XIII do caput passarão a ser cumpridas integralmente mediante o envio dos eventos pertinentes ao eSocial e à EFD-Reinf.

§ 1º-C A partir da competência julho de 2018 (para o 1º grupo), janeiro de 2019 (para o 2º grupo) e julho de 2019 (para o 3º grupo), conforme calendário de implementação progressiva do eSocial e da EFD-Reinf, publicados, respectivamente, em Resolução do Comitê Diretivo do eSocial e em ato da RFB, as contribuições sociais previdenciárias serão recolhidas por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), gerado no sistema Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), conforme disciplinado em ato específico da RFB.

....." (NR)

Art. 2º Os arts. 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 1º .....

I - para o 1º grupo, que compreende as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com faturamento no ano de 2016 acima de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), a partir das 8 (oito) horas de 1º de maio de 2018, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir dessa data;

II - para o 2º grupo, que compreende os demais contribuintes, exceto os previstos no inciso III, a partir das 8 (oito) horas de 1º de novembro de 2018, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir dessa data; e

III - para o 3º grupo, que compreende os entes públicos, integrantes do Grupo 1 - Administração Pública, do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, a partir das 8 (horas) de 1º de maio de 2019, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir dessa data.

§ 1º-A O faturamento mencionado no inciso I do § 1º compreende o total da receita bruta, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, auferida no ano-calendário de 2016 e declarada na Escrituração Contábil Fiscal (ECF), relativa ao ano calendário de 2016.

§ 1º-B As entidades integrantes do Grupo 2 - Entidades Empresariais, do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016 com faturamento no ano de 2016, nos termos do § 1º-A, menor ou igual a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e as entidades integrantes do Grupo 3 - Entidades Sem Fins Lucrativos, do referido Anexo podem optar pela utilização da EFD-Reinf na forma do inciso I do §1º (1º grupo), desde que o façam de forma expressa e irretratável, em conformidade com a sistemática a ser disponibilizada em ato específico.

§ 1º-C Não integram o grupo dos contribuintes a que se refere o inciso I do § 1º as entidades cuja natureza jurídica os enquadre nos grupos 1 - Administração Pública, 4 - Pessoas Físicas e 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

§ 1º-D A partir da competência de julho de 2018 (para o 1º grupo), janeiro de 2019 (para o 2º grupo) e julho de 2019 (para o 3º grupo), as contribuições sociais previdenciárias passarão a ser recolhidas por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), gerado no sistema Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), conforme disciplinado em em ato específico da RFB.

....." (NR)

"Art. 3º A EFD-Reinf será transmitida ao Sped mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao qual se refira a escrituração, observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

....." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.768, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.731, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre a emissão de documento fiscal pelas concessionárias operadoras de rodovias.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 1º da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994, no art. 35 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, nos arts. 61 a 63 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, no inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no art. 7º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no art. 1º da Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.731, de 22 de agosto de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art 2º .....

.....

§ 3º O número de inscrição no CNPJ ou no CPF do tomador poderá ser incluído posteriormente à prestação do serviço, em terminais de autoatendimento (totens), localizados na praça de pedágio, ou mediante acesso ao portal eletrônico a que se refere o § 5º, em até 7 (sete) dias contados da data da operação.

§ 4º Se o documento fiscal equivalente a que se refere o caput não for emitido pela concessionária no momento da passagem do veículo, poderá o consumidor fazê-lo na forma e no prazo previstos no § 3º, mediante inserção, no ato da emissão, de informações que possam individualizar a operação, inclusive dos algarismos da placa e do número de inscrição no CNPJ ou no CPF.

§ 5º Em relação aos documentos fiscais emitidos consoante a sistemática de que trata este artigo, a concessionária deverá implantar e manter portal eletrônico por meio do qual o tomador do serviço ou consumidor poderá acessar, conferir, recuperar ou, sendo o caso, contestar os dados da transação registrada.

§ 6º O registro da placa do veículo no documento fiscal equivalente será obrigatório a partir de 1º de julho de 2018." (NR)

"Art. 4º .....

Parágrafo único. .....

.....

III - COD_CTA (código de conta analítica contábil debitada/creditada) do registro F100: Demais Documentos e Operações Geradoras de Contribuição e Créditos, no caso de operações que, em função de sua natureza ou documentação, não sejam passíveis de escrituração nos registros anteriormente referidos." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de IMPLANTAÇÃO do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto no art. 59 da Instrução Normativa SRF 267, de 23 de dezembro de 2002, considerando ainda o processo administrativo nº 113117.720446/2017-45, declara:

1. A empresa AGRONORTE NUTRICAO ANIMAL LTDA faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 46/2017, expedido pela SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, órgão integrante do Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: AGRONORTE NUTRICAO ANIMAL LTDA

II - CNPJ: 13.291.693/0001-60;

III - Endereço da Unidade Produtora: Av Nossa Senhora de Fátima, 2800, Setor Industrial, Tocantinópolis-TO, CEP 77.9000-000

IV - Incentivo fiscal objeto do Laudo Constitutivo: Redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis;

V - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art. 69 da Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e na Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007;

VI - Condição onerosa: IMPLANTAÇÃO de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

VII - Setor prioritário considerado: ALIMENTOS E BEBIDAS, conforme art. 2º, inciso VI, alínea "h" do Decreto 4.213, de 26 de abril de 2002;

VIII - Produto Incentivado: Ração (aves, suínos, bovinos e peixes)

IX - Capacidade instalada do empreendimento: 64.896 toneladas;

X - Prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

XI - Prazo para a fruição do benefício: Inicío ano calendário de 2017 e Término ao ano calendário de 2026;

XII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%

2. A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 46/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

3. Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 227, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.035211/1017-09, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 21100, DE 05 DE JUNHO DE 2017, em relação a empresa: C.F.C. AUTO ESCOLA MENDES LTDA-ME-ME, CNPJ - 84.489.178/0001-38, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inaptas as inscrições das pessoas jurídicas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, por omissão de declarações.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 41, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Declarar INAPTAS as inscrições das pessoas jurídicas, abaixo relacionadas, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por omissão de declarações.

NOME	CNPJ
ADRIANO JUSTINO SILVA 03498154613	21.773.208/0001-13
ALINE ADRIANA DE LIMA 07097253614	19.117.133/0001-70
ANTONIO ALVES DA SILVA 27158357600	12.415.248/0001-00
AROLDO ANTONIO DA SILVA 78049288668	20.261.113/0001-58
CACILDA ANICE SABAG GARCIA 91796407615	21.655.814/0001-34
DIEGO DOS REIS SILVA 10276643690	19.954.832/0001-75
DIONESIO BARBOSA SILVA FILHO - ME	08.351.179/0001-33
ERICA CRISTINA REZENDE 07178669632	22.126.407/0001-00
FABIO HENRIQUE DOS SANTOS FONSECA 26465709880	21.322.285/0001-57
FERNANDO LUIZ ANTONIO 85998770625	21.281.828/0001-35
GABRIELLA AMANDA BARRETTA COSTA 03779962977	12.354.870/0001-48
GILMAR SILVA 84677767653	21.691.040/0001-05
ILMA CORREA GOMES 92965300678	17.408.996/0001-71
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA 57477442672	21.709.915/0001-40
JOAO HENRIQUE BEVILAQUA 01741792860	21.136.102/0001-09
JOAO JACOB MIQUERI 70656029668	21.141.141/0001-02
JOAO RODRIGUES DIAS 34618139668	19.955.247/0001-90
JOICE SCRAMAGNAN BEVILAQUA 00231910150	21.035.067/0001-31
JOSE MARIA DE LIMA 67906915887	16.571.654/0001-05
KERULLYN KAROLINE SALES 09267320645	21.113.971/0001-18
MARCOS JOSE DE REZENDE 96179562687	19.233.461/0001-32
MARGARIDA DE FATIMA GARCIA RIBEIRO 03119588695	20.348.540/0001-78
MARIA EVANI DA SILVA PRIMO 05916142609	20.199.662/0001-40
MARLENE APARECIDA DOS SANTOS DIAS 05266627603	19.294.986/0001-88
NEUSA REGINA DE PAULO 35357606668	18.560.056/0001-66
NILVA EVANGELISTA DA SILVA - ME	03.028.938/0001-08
RENATO FERREIRA DE SOUZA 18565315894	20.484.428/0001-64
RONALDO HENRIQUE DA SILVA 41260821668	17.695.566/0001-88
SEBASTIAO BARROSO DA SILVEIRA NETO 35268280678	21.890.899/0001-35
SIDNEI LOURENCO FAGUNDES 97369900606	19.767.527/0001-74
SIMIEL SANTOS TASSOTE 31068198800	19.879.835/0001-91
SOLANGE FAGUNDES OLIVEIRA 85996530678	12.515.593/0001-08
TELMA SILVESTRE MOREIRA FERREIRA 08676807680	22.037.189/0001-20
VALDOMIRO LIMIRO DA SILVA 00586012605	20.025.504/0001-73
WANDERSON FERREIRA ARAUJO 06235546661	19.934.648/0001-63
WEDER GALHARDO 08899341699	21.100.600/0001-00

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.037800/1017-13, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 36.600 (Trinta e Seis mil e Seiscentos) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 24/10/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do Produto	Unidades	Caixas
William Lawson"s	Em caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40Gl, idade até 04 anos.	14.400	1200
Jim Beam White	Em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40Gl, idade até 08 anos.	7.800	650
Dewar"s 12 YO	Em caixas de 06 garrafas de 1.000 ml, 40Gl, idade 12 anos.	14.400	2.400

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

CELIA VENDRAMIN MARTINELLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.021000/1117-43, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 13.200 (Treze mil, e duzentos) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 14/11/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do Produto	Unidades	Caixas
Jim Beam White	Em caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40Gl, idade até 08 anos.	6600	550
Jim Beam White	Em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40Gl, idade até 08 anos.	6600	550

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

CELIA VENDRAMIN MARTINELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui os sujeitos passivos que especifica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso III do art. 2º da Portaria DRF/PCA nº 057, de 25 de abril de 2011 e publicada no Boletim de Serviço do GRA/SP em 29 de abril de 2011, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4. de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas e física relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço www. receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no seguinte endereço: Av. Independência, 3601, Bairro dos Alemães, Piracicaba, SP, CEP 13416-240.

Art. 4º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR RICARDO BRAGAIA

ANEXO ÚNICO

Relação de NI de contribuintes excluídos do Parcelamento Especial do art. 1º da Lei nº 10.684/2003 (Paes):

CPF/CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
51.408.805/0001-00	Hospedaria Lisboa S/C Ltda - ME
54.363.700/0001-70	Covadis Comércio de Vidros e Acessórios Indutrial Ltda
72.010.614/0001-65	Assunta Maria La Torre Fernandes - ME

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

SUSPENDE, de pleno direito, no período indicado, o benefício da imunidade tributária da instituição, por inobservância das disposições legais contidas no Artigo 14 do Código Tributário Nacional - lei nº 5.172/1966.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no Artigo 12 e no Inciso I do Artigo 14 todos da Lei nº 9.532/1997 , no Artigo 14 do Código Tributário Nacional - lei nº 5.172/1966, e , em cumprimento ao determinado no Artigo 13 da Lei nº 9.532/1997 c/c o Artigo 32 da Lei nº 9.430/1996 e, ainda, no processo administrativo de nº 15983.720173/2017-55, resolve:

I - SUSPENDER de pleno direito, em cumprimento ao determinado no Artigo 13 da Lei nº 9.532, de 1997 c/c o Artigo 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o benefício fiscal da imunidade tributária concedido na letra "c" do Inciso VI do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988, usufruído pela instituição CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE - CEUBAN, portador do CNPJ nº 02.837.041/0001-62, nos anos-calendário de 2012 a 2015, por inobservância das disposições legais contidas no Artigo 14 da Lei nº 5.172, de 1966 - Código Tributário Nacional e no § 2º da Lei nº 9.532, de 1997.

II - DETERMINAR o lançamento de ofício para constituição do crédito tributário relativo aos fatos geradores ocorridos no período objeto deste Ato Declaratório.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorrogação do prazo de vigência do alfandegamento concedido a instalações portuárias marítimas localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, com a competência estabelecida na Portaria RFB nº 1.882, de 31 de outubro de 2014, e no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.002710/2007-07, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 66, de 15 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alfandegadas, a título permanente, com fiscalização aduaneira ininterrupta, até 9 de maio de 2018, as instalações portuárias marítimas localizadas dentro da poligonal do Porto Organizado de Paranaguá, com um total de área de 46.599,71 m2, qualificadas como Armazéns 01, 02 e 03 (AZ-01, AZ-02 e AZ-03), balanças rodoferroviárias e de fluxo, moega, tombador, elevadores, torre de transferência e correias transportadoras, que se encarregam do transporte de granéis sólidos desde as referenciadas estruturas de armazenagem até o denominado Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá, arrendadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA por meio dos Contratos de Arrendamento nº 067/98 e de Transição nº 068/2017, celebrados em 20 de outubro de 1998 e 10 de outubro de 2017, respectivamente, administradas pelo estabelecimento filial nº 64 da empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, inscrito no CNPJ sob o nº 75.904.383/0064-05." (NR)

Art. 2º Permanecem válidas e eficazes as demais disposições do supracitado ADE SRRF09 nº 66, de 2008.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde o dia 11 de novembro de 2017.

REINALDO CESAR MOSCATO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorrogação do prazo de vigência do alfandegamento concedido a instalações portuárias localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, com a competência estabelecida na Portaria RFB nº 1.882, de 31 de outubro de 2014, e no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.001712/2001-85, declara:

Art. 1º Os incisos I dos arts. 1º e 1º-A do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 16 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008, com a redação que lhes foi dada pelo ADE SRRF09 nº 15, de 7 de agosto de 2014, publicado no DOU de 8 de agosto de 2014, que tratam do recinto alfandegado administrado pela empresa BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ 84.046.101/0281-01, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - Armazém 04 (AZ 04), Silo Vertical (AZ 03) e demais estruturas acessórias, tais como, tombador, moega ferroviária, balanças, inclusive, as correias transportadoras que interligam as estruturas de armazenagem ao berço público recém-mencionado, em um montante de área de 23.486 m2, cujo direito de utilização pela interessada encontra amparo no Contrato de Transição nº 071/2017, celebrado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em 5 de outubro de 2017;

"Art. 1º-A .....

I - relativamente às instalações públicas constituídas pelos Armazém 04, Silo Vertical e demais estruturas acessórias: o acordado perante a Cláusula Nona do supracitado Contrato de Transição nº 071/2017, com término no dia 4 de abril de 2018, ou em menor prazo, caso se encerre o procedimento licitatório da área conduzido pela autoridade competente em matéria de infraestrutura portuária;" (NR)

Art. 2º Permanecem válidas e eficazes as demais disposições do supracitado ADE SRRF09 nº 67, de 2008.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no DOU, produzindo efeitos desde o dia 07 de outubro de 2017.

REINALDO CESAR MOSCATO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	e-Processo
266.386.268-17	Patricia Carla Araujo dos Santos	12719.721002/2017-85

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	e-Processo
038.625.369-20	Giselli Costa	12719.721001/2017-31

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 295, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.840 (quinze mil, oitocentos e quarenta) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para o produto e quantidade abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
13.200	1.100	Jack Daniel´s	Uísque americano, em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40% GL idade até 8 anos.
2.640	440	Woodford Reserve	Uísque americano, em caixas de 06 garrafas de 750ml, 43,2% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do dia 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e considerando o que consta do processo administrativo nº 10945.722117/2017-98, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a pessoa jurídica a seguir identificada, por ficar constatada a ocorrência da situação para exclusão de ofício abaixo indicada:

Nome	C. G. DORINI & CIA. LTDA. - ME
CNPJ	09.676.666/0001-39
Descrição	Manutenção de contas bancárias à margem da contabilidade, não permitindo a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.
Fundamento legal	Art. 29, VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de dia 01/01/2013, impedindo nova opção pelo Simples Nacional pelos 3 (três) anos-calendário subsequentes, conforme disposto § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva, sujeitando-se a empresa às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do dia 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e considerando o que consta do processo administrativo nº 10945.722236/2017-41, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a pessoa jurídica a seguir identificada, por ficar constatada a ocorrência da situação para exclusão de ofício abaixo indicada:

Nome	G. MAFFINI COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EPP
CNPJ	05.894.840/0001-69
Descrição	Manutenção de contas bancárias à margem da contabilidade, não permitindo a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.
Fundamento legal	Art. 29, VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de dia 01/01/2013, impedindo nova opção pelo Simples Nacional pelos 3 (três) anos-calendário subsequentes, conforme disposto § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva, sujeitando-se a empresa às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do dia 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e considerando o que consta do processo administrativo nº 10945.722116/2017-43, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a pessoa jurídica a seguir identificada, por ficar constatada a ocorrência da situação para exclusão de ofício abaixo indicada:

Nome	O. DORINI - MÓVEIS - EPP
CNPJ	14.947.561/0001-07
Descrição	Manutenção de contas bancárias à margem da contabilidade, não permitindo a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.
Fundamento legal	Art. 29, VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de dia 01/01/2013, impedindo nova opção pelo Simples Nacional pelos 3 (três) anos-calendário subsequentes, conforme disposto § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o artigo 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva, sujeitando-se a empresa às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Engarrafador de bebidas alcoólicas do contribuinte que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e tendo em vista o disposto nos arts. 331, 333 e 335 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em face ao que consta do processo administrativo nº 10920.003845/2009-75, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de ENGARRAFADOR dos produtos descritos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1432/2013, sob o número 09202/022, o estabelecimento relacionado abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF	ENDEREÇO
TAICO INDUSTRIAL LTDA	05.897.662/0002-00	Rodovia BR 280, 7557, Km 24 - Centro - Araquari - SC

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/JOI nº 150, de 4 de setembro de 2009.
Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela Registro Especial de Engarrafador de bebidas alcoólicas do contribuinte que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e tendo em vista o disposto nos arts. 331, 333 e 335 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em face ao que consta do processo administrativo nº 10920.000098/00-03, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de ENGARRAFADOR dos produtos descritos no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1432/2013, sob o número 09202/023, o estabelecimento relacionado abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF	ENDEREÇO
INDUSTRIA DE BEBIDAS AGUA VERDE LTDA - ME	75.477.893/0001-60	Rua Alfredo Mayer, S/N - Bairro Campo da Água Verde - Canoinhas - SC

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/JOI nº 224, de 30 de outubro de 2009.
Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.054, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria MF SE nº 1.048, de 23 de novembro de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, resolve:

Art. 1º Autorizar o cancelamento de 1.272 (hum mil, duzentos e setenta e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, sendo 1.003 (hum mil e três) títulos vincendos e 269 (duzentos e sessenta e nove) títulos já resgatados, em cumprimento a decisão judicial e despacho autorizativo, conforme Ofícios INCRA nºs 232 e 4786, de 24/11/2017 e 08/12/2017, respectivamente:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro na data de emissão (R$)	Financeiro em 14/12/2017 (R$)
01/11/2006	88,30	15 anos	3% a.a.	262	23.134,60	25.932,76
01/12/2013	93,80	15 anos	3% a.a.	741	69.505,80	73.158,93
TOTAL				1.003	92.640,40	99.091,69

Parágrafo Único. Os 269 (duzentos e sessenta e nove) Títulos da Dívida Agrária - TDA resgatados e os juros pagos referente aos TDAs vincendos equivalem, nesta data, a R$ 47.762,62 (quarenta e sete mil, e setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 1.002 DE 30 NOVEMBRO DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38 do ANEXO I do Decreto nº 9.009 de 13 de março de 2017, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, no art. 6º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real - RLR, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de dezembro de 2017.

R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
ACRE	4.154.191.716,60	346.182.643,05
ALAGOAS	7.236.497.530,08	603.041.460,84
AMAPÁ	Faltam Dados	Faltam Dados
AMAZONAS	11.406.558.704,52	950.546.558,71
BAHIA	28.925.349.189,36	2.410.445.765,78
CEARÁ	16.737.357.232,44	1.394.779.769,37
DISTRITO FEDERAL	17.103.439.213,80	1.425.286.601,15
ESPÍRITO SANTO	11.038.967.967,48	919.913.997,29
GOIÁS	16.046.706.697,68	1.337.225.558,14
MARANHÃO	12.437.691.486,12	1.036.474.290,51
MATO GROSSO	12.104.459.544,84	1.008.704.962,07
MATO GROSSO DO SUL	8.056.430.289,96	671.369.190,83
MINAS GERAIS	47.019.370.215,60	3.918.280.851,30
PARÁ	17.045.650.148,76	1.420.470.845,73
PARAÍBA	8.166.386.374,20	680.532.197,85
PARANÁ	33.676.387.467,48	2.806.365.622,29
PERNAMBUCO	18.686.384.203,68	1.557.198.683,64
PIAUÍ	8.766.324.051,24	730.527.004,27
RIO DE JANEIRO	42.929.831.865,24	3.577.485.988,77
RIO GRANDE DO NORTE	8.373.470.553,36	697.789.212,78
RIO GRANDE DO SUL	29.048.448.309,24	2.420.704.025,77
RONDÔNIA	5.879.632.184,16	489.969.348,68
RORAIMA	2.822.544.905,76	235.212.075,48
SANTA CATARINA	19.415.274.909,72	1.617.939.575,81
SÃO PAULO	123.150.264.149,16	10.262.522.012,43
SERGIPE	6.547.048.408,32	545.587.367,36
TOCANTINS	6.511.358.591,76	542.613.215,98

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
Apucarana/PR	Faltam Dados	Faltam Dados
Bacabal/MA	Faltam Dados	Faltam Dados
Bauru/SP	Faltam Dados	Faltam Dados
Blumenau/SC	625.052.295,96	52.087.691,33
Campina Grande/PB	Faltam Dados	Faltam Dados
Coelho Neto/MA	Faltam Dados	Faltam Dados
Cristalina/GO	Faltam Dados	Faltam Dados
Diadema/SP	Faltam Dados	Faltam Dados
Guarapuava/PR	280.760.342,76	23.396.695,23
Juazeiro/BA	Faltam Dados	Faltam Dados
Maringá/PR	966.264.452,64	80.522.037,72
Porto Seguro/BA	Faltam Dados	Faltam Dados
Rio de Janeiro/RJ	15.388.490.533,56	1.282.374.211,13
São Carlos/SP	480.732.519,36	40.061.043,28
São Paulo/SP	39.703.953.421,80	3.308.662.785,15
Umuarama/PR	Faltam Dados	Faltam Dados
Valinhos/SP	354.441.953,16	29.536.829,43

§ 1º A apuração da RLR dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.
§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da RLR indica que o ente da Federação não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727 de 1993, e/ou da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
Art. 2º As retificações dos valores da RLR da unidade da Federação abaixo, tendo em vista alterações nas apurações, são as seguintes:

R$ 1,00

SANTA CATARINA					
MÊS PAGTº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
nov/17	895 de 30/10/17	19.406.588.067,60	1.617.215.672,30	19.406.587.624,32	1.617.215.635,36

Art. 3º Os valores da RLR calculados em decorrência de concessão de efeito suspensivo em recurso administrativo interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul ou em função de medidas liminares obtidas pelos Estados a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos efetuados no mês de dezembro de 2017, são:

R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
BAHIA	28.211.258.996,04	2.350.938.249,67
GOIÁS	15.591.401.620,92	1.299.283.468,41
MATO GROSSO DO SUL	8.004.769.895,28	667.064.157,94
RIO DE JANEIRO	34.105.665.579,48	2.842.138.798,29
RIO GRANDE DO SUL	28.719.820.383,16	2.393.318.365,27

Art. 4º As retificações dos valores da RLR publicados em meses anteriores que foram recalculados em função de medida liminar ou em decorrência de concessão administrativa de efeito suspensivo em recurso administrativo, são:

R$ 1,00

MATO GROSSO DO SUL					
MÊS PAGTº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
nov/17	895 de 30/10/17	7.976.596.278,00	664.716.356,50	7.979.117.546,64	664.926.462,22

R$ 1,00

RIO DE JANEIRO					
MÊS PAGTº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL (1/12 AVOS)
out/17	895 de 30/10/17	32.213.650.248,00	2.684.470.854,00	32.270.162.163,96	2.689.180.180,33
nov/17	895 de 30/10/17	33.561.351.996,24	2.796.779.333,02	33.762.616.095,36	2.813.551.341,28

Art. 5º A RLR é calculada a partir da receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele que se está apurando. A RLR MÉDIA MENSAL corresponde à média aritmética simples dos doze meses usados no cálculo.
Art. 6º Fica mantido o cálculo com as deduções do Fundo Estadual de Combate à Pobreza no âmbito da Ação Cautelar nº 231, apensada à Ação Cível Originária nº 720, para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido de esclarecimentos formulado por intermédio das Petições nº 53.262/2012 e nº 3.959/2014 da Advocacia-Geral da União.
Art. 7º Fica mantido o cálculo com as deduções dos royalties e participações especiais aportados ao Rioprevidência no âmbito da Ação Cautelar nº 4.087, para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, dos pedidos da Advocacia-Geral da União de contestação aos termos e pretensões da petição inicial e de impugnação do valor da causa (Petições nº 6.376/2016 e nº 6.379/2016.
Art. 8º Fica mantido o cálculo sem os recursos de Depósitos Judiciais aportados ao Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul para a apuração da RLR do referido Estado até a apreciação do Recurso Administrativo interposto pelo Estado (Processo 17944.000880/2016-32).
Art. 9º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do Rio Grande do Sul - AMPARA/RS no âmbito da Ação Cível Originária (ACO) no 2.922, para a apuração da RLR do Estado do Rio Grande do Sul até a apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, das Petições nº 71.158/2016 e nº 71.160/2016 da Advocacia-Geral da União.
Art. 10º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de dezembro de 2017.

PRICILLA MARIA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 1.141, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial, o disposto no Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir o calendário de Reuniões Ordinárias do Comitê Estratégico de Supervisão (COES), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, para o ano de 2018, com as seguintes datas:
I - 3ª Reunião Ordinária - 26 de abril de 2018;
II - 4ª Reunião Ordinária - 30 de agosto de 2018;
III - 5ª Reunião Ordinária - 06 de dezembro de 2018.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

DECISÃO

O Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XV do artigo 23 do Decreto nº 8992, de 20 de fevereiro de 2017, combinado com o artigo 62 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e com o artigo 26 da Lei nº 6024, de 13 de março de 1974, decide:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. APROVAR, por seus próprios fundamentos, o Parecer elaborado para as impugnações apresentadas pelos ex-participantes do Plano de Benefícios RP2 (MinasCaixa), sob o regime de administração especial com poderes de liquidação extrajudicial, na Fundação Libertas de Seguridade Social, onde contestam os créditos descritos no Quadro Geral de Credores Provisório, elaborados pelo administrador especial do plano.

2. APROVAR, por seus próprios fundamentos, a Nota nº 1707/2017/PREVIC, de 11 de dezembro de 2017.

3. INDEFERIR, com fundamento nos documentos aludidos nos itens 1 e 2 da presente decisão, as impugnações a seguir relacionadas:

Nomes:

DANIEL LOPES MARTINS

LUIZ CARLOS PINHEIRO

SÉRGIO DJUNDI TANIGUCHI

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 1.142, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina o procedimento para o reconhecimento de instituições autônomas certificadoras para fins de habilitação.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, na 381ª sessão ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso X, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, o art. 2º, inciso X, e o art. 10, inciso XXIII, ambos do Anexo I do Decreto nº 8.922, de 20 de fevereiro de 2017, e com fundamento no inciso II do art. 2º da Resolução nº 19, de 16 de abril de 2017, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, resolve:

Art. 1º O procedimento administrativo de reconhecimento de capacidade técnica de instituições autônomas certificadoras obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Licenciamento- DILIC a responsabilidade de analisar os requerimentos de reconhecimento de capacidade técnica para fins de habilitação de dirigentes.

Art. 3º Somente serão reconhecidos os certificados emitidos por instituições certificadoras que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

I - possuir expertise na emissão, guarda, controle e renovação de certificados técnicos;

II - alinhamento do certificado com os requisitos técnicos necessários para o exercício de cargo ou função em entidade fechada de previdência complementar- EFPC; e

III - estabelecimento de rotina de troca de informações acerca dos certificados emitidos.

§ 1º Não serão aceitos certificados com prazo de validade superior a quatro anos.

§ 2º A instituição certificadora deverá manter registro permanente dos certificados emitidos, especificando, no mínimo, dados da pessoa certificada, tipo de certificado, conteúdo avaliado, forma de avaliação, aproveitamento, data de emissão e prazo de validade.

§ 3º Para o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, o diretor de investimentos e os demais responsáveis pela aplicação de recursos de EFPC, somente será admitida a certificação específica para profissionais de investimentos.

Art. 4º Será admitida certificação obtida por aprovação prévia em exames por provas, por provas e títulos ou por experiência, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou função.

Parágrafo único. No caso de emissão de certificado por experiência, a instituição certificadora deverá caracterizar o notório saber da pessoa certificada.

Art. 5º Para fins de reconhecimento, a instituição certificadora deverá instruir o requerimento com a seguinte documentação:

I - identificação dos certificados a serem reconhecidos;

II - comprovação do cumprimento dos requisitos mínimos previstos no art. 2º;

III - edital ou regulamento do exame de certificação;

IV - conteúdo programático exigido para a prova de conhecimentos, quando aplicável;

V- requisitos para aprovação em exame por experiência, quando aplicável;

VI - estatuto ou contrato social da requerente; e

VII - outros documentos que facilitem a análise de reconhecimento.

Parágrafo único. O requerimento de reconhecimento será analisado no prazo de trinta dias, a partir da data de protocolo.

Art. 6º O reconhecimento da capacidade técnica de instituição certificadora será por tempo indeterminado.

Parágrafo único. A DILIC poderá, a qualquer tempo, cassar o reconhecimento da capacidade técnica, bem como deixar de aceitar os certificados emitidos por instituições que descumprirem os requisitos previstos nesta Portaria.

Art. 7º Para o exercício de 2018, serão aceitos os seguintes certificados para fins de habilitação:

Cargo na EFPC	Instituição Certificadora	Certificados admitidos
AETQ, Diretor de Investimentos, membros dos comitês assessoramento que atuem diretamente com investimentos e demais empregados responsáveis pela aplicação de recursos	ANBIMA	CPA-20, CEA, CGA
	ANCORD	Agentes Autônomos de Investimento - AAI
	APIMEC	CNPI, CNPI-P, CGRPF
	ICSS	Profissional de Investimentos
	PLANEJAR	CFP
Demais membros da diretoria-executiva, membro do conselho deliberativo e membro do conselho fiscal	ANBIMA	CPA-20, CEA, CGA
	ANCORD	Agentes Autônomos de Investimento - AAI
	APIMEC	CNPI, CNPI-P, CGRPF
	FGV	FGV - Previdência Complementar
	IBGC	IBGC Conselheiros
	ICSS	Profissional de Investimentos, Administradores em Geral
	PLANEJAR	CFP

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

PORTARIA Nº 1.146, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece parâmetros para análise do requisito de reputação ilibada no âmbito do processo de habilitação.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR- PREVIC, na 381ª sessão ordinária, realizada em 06 de dezembro de 2017, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, o art. 2º e 10, do Anexo I do Decreto nº 8.922, de 20 de fevereiro de 2017, e com fundamento no art. 3º da Lei Complementar nº 109, de 21 de maio de 2001, combinado com o art. 2º da Resolução nº 19, de 16 de abril de 2017, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, resolve:

Art. 1º A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc deverá observar o disposto nesta Portaria para fins de avaliação do requisito de reputação ilibada previsto no art. 5º da Instrução Previc nº 6, de 29 de maio de 2017.

Art. 2º Para analisar o requisito de reputação ilibada, serão considerados atos, situações ou circunstâncias incompatíveis com a natureza do cargo ou função a ser exercida no âmbito da entidade fechada de previdência complementar- EFPC.

§ 1º Para efeito de análise de reputação ilibada, serão consideradas, dentre outras, a existência das seguintes ocorrências:

I - processo crime ou inquérito policial a que esteja respondendo o eleito ou indicado;

II - processo judicial ou administrativo, que tenha relação com Sistema Financeiro Nacional, mercado de capitais, seguridade social, economia popular e "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; e

III - outras situações, ocorrências ou circunstâncias análogas julgadas relevantes pela Previc.

§ 2º Somente serão considerados, para efeito de análise de reputação ilibada, os processos administrativos com decisão já proferida em primeira instância.

§ 3º A existência de penalidade administrativa de advertência ou de multa não impede o deferimento de Atestado de Habilitação.

Art 3º A Previc deverá analisar as circunstâncias de cada caso, podendo deferir ou indeferir requerimentos, visando o interesse público, a proteção do patrimônio dos planos de benefícios e a preservação do dever fiduciário em relação a participantes e assistidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 357, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Consulta Pública. Proposta de revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC aprovados pela Portaria Inmetro n.° 16, de 14 de janeiro de 2016. ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC aprovados pela Portaria Inmetro n.° 16, de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Rua Santa Alexandrina, nº 416 - 5º andar - Rio Comprido

Cep. 20.261-232- Rio de Janeiro - RJ, ou

E-mail: dconf.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1° As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2° O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou e-mail citado no caput.

Art. 4º Findo o prazo estipulado no art. 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Portaria de Consulta Pública iniciará a sua vigência na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 105, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.069325/2017-84, e no processo MDIC nº 52001.101289/2017-23, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa NERY ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 86.385.150/0001-86, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação do seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA MÁQUINAS HOSPITALARES DE RESSONÂNCIA	QDF-01; QDF-02; QDF-03

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA MÁQUINAS HOSPITALARES DE RAIO X E TOMÓGRAFOS	QDF-04; QDF-05; QDF-06; QDF-07; QDF-08; QDF-09; QDF-10

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 106, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.073246/2017-78, e no processo MDIC nº 52001.101387/2017-61, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Perto S.A. Periféricos p/ Automação, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 92.080.035/0001-04, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Aparelho de controle de entrada e/ou saída de veículos em estacionamentos, baseado em técnica digital	TET-1000; TFT-1000

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 835, de 17 de dezembro de 2001.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 107, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.073891/2017-91, e no processo MDIC nº 52001.101397/2017-04, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Sense Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 47.922.042/0001-43, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Transmissor de Temperatura	TTS501

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 615, de 19 de setembro de 2007.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 108, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.067028/2017-02, e no processo MDIC nº 52001.101251/2017-51, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do §1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Advansat Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 06.154.366/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, mediante a inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

Produto	Modelos
Antena linear para recepção de sinal terrestre de TV digital.	Antena Linear ADV 01 até 63 ; ADV-ADTT-01-01; ADV T MKZ 01; ADV T MKZ 01-F; ADV-ADTT-01-01-A; ADV-ADTT-01-01-F; ADV-ADTT-01-01-AF; ADV-ADTT-01-02; ADV-ADTT-01-02-A; ADV-ADTT-01-02-F; ADV-ADTT-01-02-AF; ADV-ADTT-10-01; ADV-ADTT-10-01-F; ADV-ADTT-10-01-S; ADV-ADTT-10-01-K; ADV-ADTT-10-01-FS; ADV-ADTT-10-01-FK; ADV-ADTT-10-01-FKS; ADV-ADTT-14-01; ADV-ADTT-14-01-F; ADV-ADTT-14-01-S; ADV-ADTT-14-01-K; ADV-ADTT-14-01-FS; ADV-ADTT-14-01-FK; ADV-ADTT-14-01-FKS; ADV-ADTT-19-01; ADV-ADTT-19-01-F; ADV-ADTT-19-01-S; ADV-ADTT-19-01-K; ADV-ADTT-19-01-FS; ADV-ADTT-19-01-FK; ADV-ADTT-19-01-FKS; ADV-ADTT-14-02; ADV-ADTT-14-02-F; ADV-ADTT-14-02-S; ADV-ADTT-14-02-K; ADV-ADTT-14-02-FS; ADV-ADTT-14-02-FK; ADV-ADTT-14-02-FKS; ADV-ADTT-19-02; ADV-ADTT-19-02-F; ADV-ADTT-19-02-S; ADV-ADTT-19-02-K; ADV-ADTT-19-02-FS; ADV-ADTT-19-02-FK; ADV-ADTT-19-02-FKS; ADV-TER-01; ADV-TER-01-F; ADV-TER-03; ADV-TER-03-F; ADV-ADTT-14-03; ADV-ADTT-14-03-F; ADV-ADTT-14-03-S; ADV-ADTT-14-03-K; ADV-ADTT-14-03-FS; ADV-ADTT-14-03-FK; ADV-ADTT-14-03-FKS; ADV-ADTT-16-01; ADV-ADTT-16-01-F; ADV-ADTT-16-01-S; ADV-ADTT-16-01-K; ADV-ADTT-16-01-FS; ADV-ADTT-16-01-FK; ADV-ADTT-16-01-FKS.

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 2.428-SEI, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21030.004187/2016-17, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento antigo, em processo de conversão para a embarcação pesqueira denominada "AGUIA III", de propriedade de Durval Costa Ferreira, arrendada para Aguia Pesca Industria e Comercio de Pescados Ltda, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0009371-5 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-030349-2.

Art. 2º Concede conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento à embarcação "AGUIA III", para espinhel horizontal de superfície (albacoras-atuns e afins) litoral Brasileiro, de propriedade de Durval Costa Ferreira, arrendada para Aguia Pesca Industria e Comercio de Pescados Ltda, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0009371-5 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-030349-2.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 644, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Miracema/RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Miracema/RJ, no valor de R$ 35.933,33 (trinta e cinco mil novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.0001165/2017-92.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 645, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São João da Barra/RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São João da Barra/RJ, no valor de R$ 53.334,00 (cinquenta e três mil trezentos e trinta e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001263/2017-20.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 646, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Placas/PA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Placas/PA, no valor de R$ 41.300,00 (quarenta e um mil e trezentos reais) , para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.000603/2017-03.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 647, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado da Bahia, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Governo do Estado da Bahia, no valor de R$ 14.215.500,00 (quatorze milhões, duzentos e quinze mil e quinhentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001063/2017-77.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 648, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Monte Alegre/PA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Monte Alegre/PA, no valor de R$ 55.669,13 (cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e treze centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.000785/2017-12.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 649, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Pederneiras/SP, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Pederneiras/SP, no valor de R$ 463.874,95 (quatrocentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) , para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59051.001124/2016-25.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Notas de Empenho n. 2016NE000156, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012 e 2017NE000390, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da união somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 650, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, no valor de R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) , para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001282/2017-56.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 651, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Óbidos - PA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Óbidos - PA, no valor de R$ 27.353,82 (vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.000526/2017-83.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 652, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) , para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001166/2017-37.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 653, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Itaituba/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 12.873.795,64 (doze milhões, oitocentos e setenta e três mil setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos) a ser repassado para o Município de Itaituba/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.007476/2017-84.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 3.862.138,69 (três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil cento e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000472, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 9.011.656,95 (nove milhões, onze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 654, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ananindeua/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 25.650.856,17 (vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil oitocentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos) a ser repassado para o Município de Ananindeua/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000746/2017-61.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 7.695.256,85 (sete milhões, seiscentos e noventa e cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000473, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 17.955.599,32 (dezessete milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 655, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Altamira/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 15.951.798,79 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e um mil setecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos) a ser repassado para o Município de Altamira/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000750/2017-20.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 4.785.539,64 (quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) , Nota de Empenho n. 2017NE000470, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 11.166.259,15 (onze milhões, cento e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ponta de Pedras/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 3.377.672,66 (três milhões, trezentos e setenta e sete mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos) a ser repassado para o Município de Ponta de Pedras/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.002273/2017-00

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 1.013.301,80 (um milhão, treze mil trezentos e um reais e oitenta centavos) , Nota de Empenho n. 2017NE000436, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0188, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 2.364.370,86 (dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil trezentos e setenta reais e oitenta e seis centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 657, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Mãe do Rio/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 6.000.244,90 (seis milhões, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos) a ser repassado para o Município de Mãe do Rio/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.004759/2017-74.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 1.800.073,47 (um milhão, oitocentos mil setenta e três reais e quarenta e sete centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000313, de 24/11/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 4.200.171,43 (quatro milhões, duzentos mil cento e setenta e um reais e quarenta e três centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 658, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Castanhal/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 18.999.130,25 (dezoito milhões, novecentos e noventa e nove mil cento e trinta reais e vinte e cinco centavos) a ser repassado para o Município de Castanhal/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.003014/2017-98.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 5.699.739,08 (cinco milhões, seiscentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e nove reais e oito centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000468, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0188, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 13.299.391,17 (treze milhões, duzentos e noventa e nove mil trezentos e noventa e um reais e dezessete centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 659, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Redenção/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 3.887.100,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e cem reais) a ser repassado para o Município de Redenção/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000768/2017-21.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 1.166.130,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil e cento e trinta reais), Nota de Empenho n. 2017NE000471, de 8/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 2.720.970,00 (dois milhões, setecentos e vinte mil e novecentos e setenta reais) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 660, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Abaetetuba/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 18.779.584,32 (dezoito milhões, setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos) a ser repassado para o Município de Abaetetuba/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.002580/2017-82.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 5.633.875,30 (cinco milhões, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000434, de 8/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 13.145.709,02 (treze milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e nove reais e dois centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 661, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Curuçá/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 13.581.179,10 (treze milhões, quinhentos e oitenta e um mil cento e setenta e nove reais e dez centavos) a ser repassado para o Município de Curuçá/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59101.000058/2017-14.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 4.074.353,73 (quatro milhões, setenta e quatro mil trezentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos) , Nota de Empenho n. 2017NE000428, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 9.506.825,37 (nove milhões, quinhentos e seis mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 662, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de São Fidélis - RJ, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Fidélis - RJ, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) , para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001141/2017-33.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 663, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Catalão/GO, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 20.699.795,89 (vinte milhões, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos) a ser repassado para o Município de Catalão/GO, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.003097/2017-15.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 6.209.938,77 (seis milhões, duzentos e nove mil novecentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000325, de 28/11/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 14.489.857,12 (quatorze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e doze centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 664, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Monte Alegre/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 16.021.968,45 (dezesseis milhões, vinte e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) a ser repassado para o Município de Monte Alegre/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59020.000322/2017-10.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 4.806.590,54 (quatro milhões, oitocentos e seis mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos), Nota de Empenho n. 2017NE000317, de 28/11/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 11.215.377,91 (onze milhões, duzentos e quinze mil, trezentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 665, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Cametá/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 8.080.000,00 (oito milhões e oitenta mil reais) a ser repassado para o Município de Cametá/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59101.000099/2017-19.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 2.424.000,00 (dois milhões quatrocentos e vinte e quatro mil reais), Nota de Empenho n. 2017NE000432, de 08/12/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 5.656.000,00 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e seis mil reais) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 666, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Marabá/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o valor de R$ 66.883.180,48 (sessenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e três mil cento e oitenta reais e quarenta e oito centavos) a ser repassado para o Município de Marabá/PA, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, na forma prevista no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59020.000235/2017-62.

Art. 2º Autorizar o empenho e repasse dos recursos financeiros, à título de Transferência Obrigatória, relativos ao presente exercício. Os recursos correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento-Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 20.064.954,14 (vinte milhões, sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos) , Nota de Empenho n. 2017NE000323, de 28/11/2017, Programa de Trabalho 06.182.2040.8348.0001, Natureza da Despesa: 4.4.40.42, Fonte: 0100, UG 530012.

Art. 3º Os recursos previstos para o exercício de 2018, estão consignados no Plano Plurianual no valor de R$ 46.818.226,34 (quarenta e seis milhões, oitocentos e dezoito mil duzentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos) e serão alocados por simples apostilamento ou Portaria onde serão indicados os créditos e empenhos para a sua cobertura.

Art. 4º A transferência de recursos obedecerá ao disposto no art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente beneficiário, do disposto nos artigos 11, 12 e § 2º do art. 13 da Portaria MI n.624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 6º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 395 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 7º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria devendo, o ente beneficiário, obedecer ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 8º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 667, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Quilombo/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Quilombo/SC, no valor de R$ 264.466,99 (duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000525/2017-29.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000397, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 668, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Santa Rosa/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Santa Rosa/RS, no valor de R$ 388.518,59 (trezentos e oitenta e oito mil quinhentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000681/2017-90

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000374, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 669, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Constantina/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Constantina/RS, no valor de R$ 143.527,42 (cento e quarenta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000593/2017-98.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000344, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 670, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Não-Me-Toque/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1] de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Não-Me-Toque/RS, no valor de R$ 297.456,06 (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e seis centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000626/2017-08.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000372, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 671, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Catuípe/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Catuípe/RS, no valor de R$ 529.021,65 (quinhentos e vinte e nove mil vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.008374/2016-03.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000394, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 672, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga o resultado da análise de projetos de infraestrutura no setor de irrigação quanto à solicitação de enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei n.11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto n. 6.144, de 3 de julho de 2007 e alterações posteriores, e ainda a Portaria n. 403, de 29 de agosto de 2013, resolve:

APROVAR a solicitação de enquadramento ao REIDI do projeto de irrigação por gotejamento em área de 1.158 hectares, que inclui reforma, aquisição e instalação de sistema de irrigação por gotejamento, implantação de adutoras, aquisição de motobombas, filtros, válvulas e demais obras e equipamentos para a infraestrutura de irrigação, no total de R$ 6.724.717,24 (seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos), com estimativa de desoneração de R$ 447.009,64 (quatrocentos e quarenta e sete mil, nove reais e sessenta e quatro centavos), referente ao Processo n. 59204.006000/2017-26, localizado no endereço Fazenda Entre Rios, Estrada Municipal Boa Esperança do Sul a Ibitinga, km 25, Boa Esperança do Sul - SP, CEP: 14.930-000, cujo titular é a empresa Citrosuco S/A Agroindústria, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o n. 33.010.786/0014-00, possibilitando ao seu titular, a partir da publicação desta Portaria, requerer habilitação ou co-habilitação ao REIDI, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 263, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Wenceslau Braz	Enxurradas -1.2.2.0.0	139	02/12/17	59051.004817/2017-51
SC	Novo Horizonte	Enxurradas -1.2.2.0.0	2368	06/11/17	59051.004727/2017-60

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 65 REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Hora: 14:17
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo e Mauricio Oscar Bandeira Maia que nos últimos blocos de sorteio - nas 158ª e 159ª Sessões Ordinárias de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.005995/2017-76

Requerentes: Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. e Cryovac Brasil Ltda.

Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Amadeu Ribeiro e outros.

Terceiro Interessado: Spumapac - Industrial e Distribuidora de Artefatos Plásticos Ltda.

Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil e outros.

Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

DESPACHOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 26 - Processo nº 08012.001395/2011-00
Representante: SDE ex officio
Representadas:
Philips & Lite-on Digital Solutions Corp.
Royal Philips Electronics N.V
Lite-On IT Corporation
Peggy (ChaoJung) Su, Charlie (Huan Hsiung) Tseng, Y.M (Yiming) Chang, Freddie Hsieh, Jerry (Yow Tsong) Hsieh, Michael Hong Ming Chang, Frederick (Kwong Yew) Wong, Nina (Jui Ping) Wang, Michael (Ren-Wu) Gong, Chang-Der Liu, William Earl Reynolds Jr, Jenn Chiang Lim, Mike (Minghsing) Wu, Leland Key
Hitachi LG Data Storage
Toshiba Samsung Storage Technology Corporation
Sony Optiarc Inc.
Teac Corporation
BenQ Corporation (atual Qisda Corporation)
Quanta Storage Inc - QSI.
Advogados:
Daniel Oliveira Andreoli, Mario Glauco Pati Neto
Fabio Amaral Figueira, Mariana Villela Corrêa
Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Frederico Carrilho Donas
Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Douek
André Marques Gilberto, Álvaro Adelino Marques Bayeux
Carlos Augusto Behrensdorf Derrak, Ana Cristina Von Gusseck Kleindienst, Paulo de Abreu Leme Filho, André Fonseca Leme
Mário Roberto Villanova Nogueira
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

1. Intimem-se as Representadas para, querendo, apresentarem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 199 do RiCade.

Nº 27 - Processo nº 08012.004674/2006-50
Representante: Senador Eduardo Suplicy
Representadas: Associação Brasileira de Embalagens Flexíveis (ABIEF), Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens laminadas (ABRAFLEX), Alberto Carlos da Silva Carvalheiro, Alcoa Alumínio S.A., Antônio Adão Scarfella Parra, Bafema S/A Indústria e Comércio, Canguru Embalagens Ltda., Celocorte Embalagens Ltda., Converplast Embalagens Ltda., Eduardo Domingues de Oliveira Belleza, Embalagens Flexíveis Diadema S.A., Peeqflex Embalagens Ltda. (atual denominação de Empax Embalagens Ltda.), Hélio Robles de Oliveira, Inapel Embalagens Flexíveis Ltda., Itap Bemis Ltda., João Abatepietro, Márcio Luiz Viviani, Nelson Fazenda, Nicolau Baladi, Roberto Tubel, Rodrigo Amado Alvarez, Ronaldo Cappa Otero Mello, Santa Rosa Embalagens Flexíveis Ltda., Sérgio Haberfeld, Sérgio Hamilton Angelucci, Shellmar Embalagem Moderna Ltda., Synésio Batista da Costa, Tecnoval Laminados Plásticos Ltda., Victório Murer, Walter Schalka, Zaraplast S.A.
Advogados: Batuíra Rogério Menguesso Lino, Célio Benevides de Carvalho, Celso Cintra Mori, Celso Alves, Fábio de Campos Lilla, Fábio Eduardo Berti, Fábio Francisco Beraldi, Francisco Ribeiro Todorov, George Leo Grozmann, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Gustavo César Leal Farias, Heloisa Harari Mônaco, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Juliana Assolari, , Marco Antônio Dias Gandelman, Maria Rita Ferragut, Maria Sylvia de Toledo Ridolfo, Paulo Haipek Filho, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Pietro Ariboni, Renê Guilherme da Silva Medrado, Alessandro Pezzolo Giacaglia, Roberto Pádua Cosini, Tomás Filipi Schoeller Borges Ribeiro Paiva, Tito Amaral de Andrade, Túlio Freitas do Egito Coelho, José Antônio Miguel Neto, Rodrigo Orlandini, Guilherme Teno Castilho Missali, José Antônio Miguel Neto, Flávia Chiquito dos Santos, André Marques Gilberto e outros.
Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

1. Intimem-se as Representadas para, querendo, apresentarem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 199 do RiCade.

JOÃO PAULO DE RESENDE
Conselheiro Relator

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.816 - Ato de Concentração nº 08700.007490/2017-46. Requerentes: O.V.D. Importadora e Distribuidora e Ferramentas Gerais Comércio e Importação de Ferramentas e Máquinas Ltda. Advogadas: Leonor Cordovil e Karen Caldeira Ruback. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.817 - Ato de Concentração nº 08700.007469/2017-41. Requerentes: Inventure Restaurantes Ltda. e FCA Comércio de Alimentos Ltda. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Isabella Neves Giorgi e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.336, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95518 - DPF/CRU/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRITAR COMERCIO INDUSTRIA DE MINERAÇÃO SÃO CAETANO LTDA, CNPJ nº 13.233.740/0001-10 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.392, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97799 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0039-08, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1440 (uma mil e quatrocentas e quarenta) Munições calibre .380

567 (quinhentas e sessenta e sete) Munições calibre 12

2079 (duas mil e setenta e nove) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.482, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97376 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HAGANA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.115.200/0003-14, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.506, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80908 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMERICO E AMERICO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 10.701.683/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2552/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.553, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/94877 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BEHRING SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.748.912/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2598/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.570, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/65272 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.775.654/0004-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2522/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.592, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79403 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO, CNPJ nº 55.983.670/0001-67 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2633/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.629, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100982 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ETHICS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.344.300/0001-13, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

650 (seiscentas e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.634, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69517 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SABER VIGILANCIA S/S LTDA, CNPJ nº 85.446.813/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2254/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.644, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84340 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REVATI S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 08.614.277/0001-16 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.658, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97357 - DPF/PGZ/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MADERO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ nº 13.783.221/0004-78, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.659, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97217 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REGIONAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13.987.152/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2630/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.671, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85363 - DPF/SNM/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRANCO CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.893.215/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2608/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.672, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89701 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AB&B SOLUCOES EM SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 21.052.807/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2641/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.680, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75841 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNIPAZ SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.831.569/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2650/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.681, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83732 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CANTAO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2579/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.683, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95732 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.457.677/0001-77, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8000 (oito mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.685, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/96283 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0003-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2681/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.690, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/89338 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOINATZ SEGURANCA PRIVADA EIRELI ME, CNPJ nº 02.746.492/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2419/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.691, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101467 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MINER SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 24.252.092/0001-65, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.705, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100590 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFENSIVA F. FREITAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.649.674/0001-51, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.706, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98671 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BELLATOR SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA-EPP, CNPJ nº 18.341.488/0001-86, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente DEFENDER SEGURANÇA EIRELI EPP, CNPJ nº 05.871.369/0001-93:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5 (cinco) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
108 (cento e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.708, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98061 - DPF/PHB/PI, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0012-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2587/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.709, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19135 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SOARES SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.143.759/0003-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2362/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 34.009, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08501.007247/2017-74 - CV/DPF/BRU/SP, resolve:

Cancelar a Autorização concedida para exercer atividades em ESCOLTA ARMADA e SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA à empresa PROSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 03.805.877/0001-48, localizada no Estado de SÃO PAULO.

CARLOS ROGÉRIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 104, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa ODETI TADEO DESTEFANI - ME da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08669.005198/2005-99, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa ODETI TADEO DESTEFANI - ME, credencial nº 156, inscrita no CNPJ sob nº 03.117.111/0001-70, estabelecida à Rua Otacílio de Souza, nº 610, Fundos, Bairro Conjunto União I, Campo Grande/MS, CEP: 79.091-700, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 023/2006-CGO, publicada em 13/07/2006, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

PORTARIA Nº 106, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa EXPRESSO FLEXA DE PRATA LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08669.002803/2008-12, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa EXPRESSO FLECHA DE PRATA LTDA, credencial nº 189, inscrita no CNPJ sob nº 24.640.211/0001-57, estabelecida à Rua Carlos Henrique Spengler, Nº 1284, Bairro Distrito Industrial Norte, Campo Grande/MS, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 058/2008-CGO, publicada em 21/10/2008, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

PORTARIA Nº 109, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa TRANSPRATA - TRANSPORTES PESADOS E COMERCIO LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08661001735/1998-66, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa TRANSPRATA - TRANSPORTES PESADOS E COMERCIO LTDA, credencial nº 89, inscrita no CNPJ sob nº 00.341.859/0001-64, estabelecida à Rua Nova Olinda, Nº 12, Sala 01 Qda 04, Bairro Jardim Presidente, Cuiabá/MT, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA e de TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

PORTARIA Nº 112, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa ADJLM Escolta e Locação de Veículos LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo Nº 08669.005053/2008-31 e Nº 08650.025169/2017-69, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa ADJLM Escolta e Locação de Veículos LTDA , credencial nº 186, inscrita no CNPJ sob nº 09.537.410/0001-40, estabelecida à Rua José Luiz Pereira, nº 310, Bairro Monte Líbano, Campo Grande/MS, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 046/2008-CGO, publicada em 02/09/2008, que credenciou a referida empresa, e a Portaria nº 105/2017-CGO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.887, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 08000.069869/2017-37.

Trata-se de pedido de reabertura de prazo formulado pelo Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, referente ao processo administrativo SEI n 08000.028827/2013-12, no qual foi concedido o prazo de trinta dias, contato a partir de 16.11.2017 (data do recebimento do AR), para manifestação sobre os termos da Nota Técnica firmada pela assessoria desta Secretaria Nacional do Consumidor.

O pedido de prorrogação vem datado de 01.12.2017, mas o AR foi recebido nesta Secretaria em 05.12.2017. O pedido de reabertura do prazo, assim, foi formulado tempestivamente, sendo relevantes os motivos apresentados, quais sejam: grave estado de saúde e posterior falecimento do pai da responsável pela entidade e internação em UTI cardiológica de seu Tesoureiro e Diretor de Projetos.

O processo administrativo busca a verdade real, o prazo assinalado não é peremptório e deve ser prestigiada a boa-fé da requerente, respaldada na documentação apresentada. Sendo assim, a fim de que não se alegue cerceamento de defesa, DEFIRO em caráter extraordinário, pelos motivos e pela documentação apresentada a reabertura do prazo anteriormente concedido, a partir da notificação da presente decisão por AR

ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO
Secretário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO

Considerando a informação de que o Requerente já obteve a permanência definitiva, INDEFIRO o recurso, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2014, Seção 1, página 27. Processo nº 08505.079033/2009-50 - MBONGO JOAO MATEUS

Considerando a informação de que o Requerente já obteve a permanência definitiva, INDEFIRO o recurso, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista a perda do objeto, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/01/2013, Seção 1, página 33. Processo nº 08362.004094/2011-50 - ORLANDO GARCIA RIOFRIO - V632600-S

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que o interessado não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 02/07/2015, Seção 1, pág. 30. Processo nº 08389.030838/2011-93 - ALI EL YOUSSEF - (V607267-5)

ANDRE ZACA FURQUIM
Diretor Adjunto

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO

Face as diligências procedidas pelo Departamento Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo nº 08505.075896/2015-04 - LIANQIN HUANG

Considerando que o interessado é portador de visto permanente com o registro ativo, conforme consulta no SINCRE (5606071), DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente processo.Processo nº 08000.052264/2016-26 - ERIC VISSER

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Chefe
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.309, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidade de Suporte Avançado Fluvial, pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Macapá (AP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.555/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Estado do Amapá com sede no Município de Macapá (AP);

Considerando o Anexo III, Título II, art. 924 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que se enquadram no art. 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192); e

Considerando o Relatório de Fiscalização nº 201408581/2014, da Controladoria-Geral da União (CGU), a Nota Técnica nº 50-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/GUE/DAHU/SAS/MS, constante do NUP-SEI nº 25000.415108/2017-81, resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidade de Suporte Avançado Fluvial, pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Macapá (AP), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará as medidas necessárias para que o Fundo Estadual de Saúde do Amapá proceda à devolução do repasse do incentivo de custeio, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO
Central de Regulação e Unidade Móvel (SAMU 192)

UF	Município	Descrição	CNES	Gestão	Valor mensal do repasse do custeio a ser suspenso
AP	Macapá	CRU	6931693	Estadual	R$ 89.180,00
AP	Macapá	01 Suporte Avançado Fluvial	7025645	Estadual	R$ 58.500,00
	TOTAL				R$ 147.680,00

PORTARIA Nº 3.318, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Desabilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Uruburetama (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XIV e os arts. 579 a 595 da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os Anexos I, II e XL e os arts. 202 a 221 da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências;

Considerando o não atendimento às condições e características definidas nas Portarias de Consolidação nº 5 e nº 6, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a informação de encerramento das atividades do CEO em setembro de 2016 obtida através do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde- SCNES;e

Considerando o Ofício nº 569/2017 - Secretaria Municipal de Saúde de Uruburetama, que solicita o descredenciamento do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de Uruburetama (CE), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNI-CÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSI-FICAÇÃO	INCENTIVO (R$)		PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE AUMENTO DO RECURSO DE CUSTEIO MENSAL	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO PMAQ-CEO
						CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL	PMAQ-CEO HOMOLOGAÇÃO			
CE	231380	Uruburetama	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	6259642	Municipal	I	8.250,00	1.650,00	N° 3.242/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009	Nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012	Nº 2.513/GM/MS, de 29 de outubro de 2013

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para interromper a transferência, regular e automática, dos incentivos, dos respectivos valores do art. 1º, para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Art. 3º Fica estabelecido que o Fundo Municipal de Saúde de Uruburetama (CE) reembolse o Fundo Nacional de Saúde os recursos financeiros de custeio mensal, do respectivo valor do art. 1º, repassado desde a competência setembro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.319, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui, para o ano de 2017, o repasse financeiro, referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária - PVVISA, destinado aos Estados e Municípios para fortalecimento das ações de vigilância sanitária relacionadas ao controle do risco sanitário nos estabelecimentos de Sangue, Tecidos e Células (STC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Consolidada nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a relevância clínica terapêutica dos produtos de sangue, tecidos e células para a saúde pública brasileira e a necessidade de controle efetivo para garantir sua qualidade e segurança; e

Considerando a importância do fortalecimento das ações de vigilância sanitária, com vistas a ampliar à taxa de cobertura de avaliação de risco sanitário em estabelecimento de STC, de forma a promover o gerenciamento e a redução dos riscos envolvidos nos produtos e serviços relacionados, resolve,

Art. 1º Instituir para o ano de 2017, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária - PVVISA, do componente vigilância sanitária, do Bloco de Financiamento da Vigilância em Saúde, destinado aos Estados e Municípios para fortalecimento das ações de vigilância sanitária relacionadas ao controle do risco sanitário nos estabelecimentos de Sangue, Tecidos e Células (STC).

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, considera-se estabelecimentos de STC os serviços de hemoterapia, os Bancos de Células e Tecidos Germinativos e os laboratórios de processamento de Células Progenitoras Hematopoiéticas.

Art. 2º Farão jus ao repasse financeiro de que trata esta Portaria, Municípios, Estados e Distrito Federal com atuação da vigilância sanitária nos estabelecimentos de STC em seu território, que atenderem aos seguintes critérios:

I - Critérios Habilitadores:

a) envio da relação atualizada de todos os estabelecimentos cadastrados na Vigilância Sanitária local, conforme formulário disponibilizado pela Anvisa; e

b) envio da relação atualizada de inspetores de vigilância sanitária definidos em cada unidade federada para atuar na área de STC com respectiva descrição de formação, conforme formulário disponibilizado pela Anvisa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Critério para Repasse:

a) Envio do Formulário de avaliação de risco dos estabelecimentos de STC inspecionados, conforme planilha Microsoft Excel disponibilizada pela Anvisa.

§ 1º Fica adotado para o cálculo do repasse dos recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal o valor de R$ 1.000,00 (hum mil) reais por formulário de avaliação de risco de cada estabelecimento encaminhado a Anvisa até 28 de outubro do ano de 2017.

§ 2º Os anexos I e II a esta Portaria apresentam a relação dos estados e municípios que atenderam aos critérios definidos nesta Portaria, bem como os respectivos valores a serem repassados.

Art. 3º Os recursos financeiros federais necessários ao repasse desta Portaria totalizam R$ 1.167.000,00 (um milhão, cento e sessenta e sete mil reais), oriundos do orçamento da Anvisa devendo onerar o Programa de Trabalho 10.304.1289.8719.0001 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos -Nacional.

Art. 4º Os recursos de que trata a presente Portaria visam atender a execução das ações de vigilância sanitária voltadas para o custeio das inspeções e avaliações de risco nos estabelecimentos de STC nos Municípios, Estados e do Distrito Federal.

Art. 5º A comprovação da execução das ações dar-se-á por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) em cada esfera de gestão, submetido ao respectivo conselho de saúde.

Art. 6º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 7º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária fica autorizada a transferir ao Fundo Nacional de Saúde as dotações orçamentárias de que trata a presente Portaria.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros, conforme anexo, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em parcela única.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I - Distribuição dos Valores por Estados

ESTADOS HABILITADOS	CÓDIGO DO IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Alagoas	270000	8	R$ 8.000,00
Amapá	160000	1	R$ 1.000,00
Bahia	290000	25	R$ 25.000,00
Ceará	230000	71	R$ 71.000,00
Distrito Federal	530000	24	R$ 24.000,00
Espírito Santo	320000	42	R$ 42.000,00
Goiás	520000	18	R$ 18.000,00
Maranhão	210000	28	R$ 28.000,00
Mato Grosso	510000	2	R$ 2.000,00
Minas Gerais	310000	120	R$ 120.000,00
Pará	150000	11	R$ 11.000,00
Paraíba	250000	14	R$ 14.000,00
Paraná	410000	10	R$ 10.000,00
Pernambuco	260000	26	R$ 26.000,00
Piauí	220000	28	R$ 28.000,00
Rio de Janeiro	330000	29	R$ 29.000,00
Rio Grande do Norte	240000	8	R$ 8.000,00
Rio Grande do Sul	430000	54	R$ 54.000,00
Rondônia	110000	4	R$ 4.000,00
Santa Catarina	420000	36	R$ 36.000,00
São Paulo	350000	70	R$ 70.000,00
Sergipe	280000	16	R$ 16.000,00
Tocantins	170000	21	R$ 21.000,00
Total	23	666	R$ 666.000,00

ANEXO II - Distribuição dos Valores por Municípios

ALAGOAS	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Arapiraca	270030	2	R$ 2.000,00
Maceió	270430	9	R$ 9.000,00
Total	2	11	R$ 11.000,00

AMAZONAS	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Manaus	130260	10	R$ 10.000,00
Total	1	10	R$ 10.000,00

GOIAS	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Goiânia	520870	9	R$ 9.000,00
Total	1	9	R$ 9.000,00

MARANHÃO	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
São Luís	211130	7	R$ 7.000,00
Total	1	7	R$ 7.000,00

MINAS GERAIS	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Barbacena	310560	1	R$ 1.000,00
Belo Horizonte	310620	26	R$ 26.000,00
Betim	310670	10	R$ 10.000,00
Conselheiro Lafaiete	311830	2	R$ 2.000,00
Contagem	311860	2	R$ 2.000,00
Coronel Fabriciano	311940	1	R$ 1.000,00
Divinópolis	312230	2	R$ 2.000,00
Governador Valadares	312770	6	R$ 6.000,00
Ipatinga	313130	5	R$ 5.000,00
Janaúba	313510	2	R$ 2.000,00
Joao Pinheiro	313630	1	R$ 1.000,00
Juiz de Fora	313670	10	R$ 10.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Montes Claros	314330	7	R$ 7.000,00
Para de Minas	314710	1	R$ 1.000,00
Patos de Minas	314800	1	R$ 1.000,00
Poços de Caldas	315180	3	R$ 3.000,00
Pouso Alegre	315250	1	R$ 1.000,00
Salinas	315700	1	R$ 1.000,00
São Gotardo	316210	1	R$ 1.000,00
São Joao Del Rei	316250	1	R$ 1.000,00
Sete Lagoas	316720	2	R$ 2.000,00
Uberlândia	317020	4	R$ 4.000,00
Vazante	317100	1	R$ 1.000,00
Total	23	91	R$ 91.000,00

MATO GROSSO	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Cuiabá	510340	12	R$ 12.000,00
Total	1	12	R$ 12.000,00

PARÁ	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Belém	150140	16	R$ 16.000,00
Total	1	16	R$ 16.000,00

PARAÍBA	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Joao Pessoa	250750	7	R$ 7.000,00
Total	1	7	R$ 7.000,00

PARANÁ	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Apucarana	410140	1	R$ 1.000,00
Cascavel	410480	4	R$ 4.000,00
Cianorte	410550	1	R$ 1.000,00
Curitiba	410690	18	R$ 18.000,00
Francisco Beltrão	410840	1	R$ 1.000,00
Irati	411070	1	R$ 1.000,00
Londrina	411370	1	R$ 1.000,00
Maringá	411520	6	R$ 6.000,00
Paranavaí	411840	1	R$ 1.000,00
Pato Branco	411850	1	R$ 1.000,00
Total	10	35	R$ 35.000,00

RIO GRANDE DO NORTE	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Natal	240810	10	R$ 10.000,00
Total	1	10	R$ 10.000,00

RIO GRANDE DO SUL	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Porto Alegre	431490	23	R$ 23.000,00
Gravataí	430920	1	R$ 1.000,00
Total	2	24	R$ 24.000,00

SANTA CATARINA	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Florianópolis	420540	1	R$ 1.000,00
Total	1	1	R$ 1.000,00

SÃO PAULO	COD.IBGE	Nº DE AVALIAÇÕES	VALOR A SER TRANSFERIDO
Adamantina	350010	1	R$ 1.000,00
Americana	350160	4	R$ 4.000,00
Amparo	350190	1	R$ 1.000,00
Andradina	350210	1	R$ 1.000,00
Araçatuba	350280	3	R$ 3.000,00
Araraquara	350320	3	R$ 3.000,00
Araras	350330	1	R$ 1.000,00
Assis	350400	2	R$ 2.000,00
Atibaia	350410	3	R$ 3.000,00
Avaré	350450	2	R$ 2.000,00
Barra Bonita	350530	1	R$ 1.000,00
Barretos	350550	1	R$ 1.000,00
Barueri	350570	3	R$ 3.000,00
Batatais	350590	1	R$ 1.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bauru	350600	5	R$ 5.000,00
Bebedouro	350610	1	R$ 1.000,00
Bertioga	350635	1	R$ 1.000,00
Birigui	350650	1	R$ 1.000,00
Borborema	350740	1	R$ 1.000,00
Botucatu	350750	2	R$ 2.000,00
Bragança Paulista	350760	2	R$ 2.000,00
Caçapava	350850	1	R$ 1.000,00
Cajuru	350940	1	R$ 1.000,00
Campinas	350950	8	R$ 8.000,00
Capivari	351040	2	R$ 2.000,00
Caraguatatuba	351050	1	R$ 1.000,00
Carapicuíba	351060	1	R$ 1.000,00
Catanduva	351110	4	R$ 4.000,00
Cotia	351300	1	R$ 1.000,00
Cruzeiro	351340	1	R$ 1.000,00
Cubatão	351350	1	R$ 1.000,00
Descalvado	351370	1	R$ 1.000,00
Dois Córregos	351410	1	R$ 1.000,00
Espírito Santo do Pinhal	351518	1	R$ 1.000,00
Franca	351620	5	R$ 5.000,00
Franco da Rocha	351640	2	R$ 2.000,00
Garça	351670	1	R$ 1.000,00
Guaratinguetá	351840	2	R$ 2.000,00
Guariba	351860	1	R$ 1.000,00
Guarujá	351870	1	R$ 1.000,00
Guarulhos	351880	10	R$ 10.000,00
Hortolândia	351907	1	R$ 1.000,00
Ibitinga	351960	1	R$ 1.000,00
Igarapava	352010	1	R$ 1.000,00
Ilha Solteira	352044	1	R$ 1.000,00
Indaiatuba	352050	2	R$ 2.000,00
Itanhaém	352210	1	R$ 1.000,00
Itapecerica da Serra	352220	1	R$ 1.000,00
Itapetininga	352350	2	R$ 2.000,00
Itapeva	352250	1	R$ 1.000,00
Itapevi	352250	1	R$ 1.000,00
Itapira	352260	2	R$ 2.000,00
Itaquaquecetuba	352310	1	R$ 1.000,00
Itatiba	352340	1	R$ 1.000,00
Ituverava	352410	2	R$ 2.000,00
Itu	352390	1	R$ 1.000,00
Jaboticabal	352430	2	R$ 2.000,00
Jacareí	352440	2	R$ 2.000,00
Jaguariúna	352470	1	R$ 1.000,00
Jaú	352530	3	R$ 3.000,00
Jundiaí	352590	4	R$ 4.000,00
Laranjal Paulista	352640	1	R$ 1.000,00
Leme	352670	1	R$ 1.000,00
Lençóis Paulista	352680	1	R$ 1.000,00
Limeira	352690	1	R$ 1.000,00
Lins	352710	2	R$ 2.000,00
Lorena	352720	1	R$ 1.000,00
Marília	352900	2	R$ 2.000,00
Matão	352930	1	R$ 1.000,00
Mauá	352940	2	R$ 2.000,00
Mirandópolis	353010	1	R$ 1.000,00
Mococa	353050	1	R$ 1.000,00
Mogi das Cruzes	353060	4	R$ 4.000,00
Mogi Guaçu	353070	2	R$ 2.000,00
Mogi Mirim	353080	2	R$ 2.000,00
Mongaguá	353110	1	R$ 1.000,00
Morro Agudo	353190	1	R$ 1.000,00
Novo Horizonte	353350	1	R$ 1.000,00
Olímpia	353390	1	R$ 1.000,00
Orlândia	353430	1	R$ 1.000,00
Osasco	353440	6	R$ 6.000,00
Osvaldo Cruz	353460	1	R$ 1.000,00
Ourinhos	353470	1	R$ 1.000,00
Palmital	353530	1	R$ 1.000,00
Paraguaçu Paulista	353550	1	R$ 1.000,00
Paulínia	353650	1	R$ 1.000,00
Penápolis	353730	1	R$ 1.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pindamonhangaba	353800	1	R$ 1.000,00
Piracicaba	353870	3	R$ 3.000,00
Piraju	353880	1	R$ 1.000,00
Porto Feliz	354060	1	R$ 1.000,00
Praia Grande	354100	1	R$ 1.000,00
Presidente Prudente	354140	3	R$ 3.000,00
Presidente Venceslau	354150	1	R$ 1.000,00
Promissão	354160	1	R$ 1.000,00
Rancharia	354220	1	R$ 1.000,00
Registro	354260	1	R$ 1.000,00
Ribeirão Preto	354340	16	R$ 16.000,00
Rio Claro	354390	2	R$ 2.000,00
Salto	354520	2	R$ 2.000,00
Santa Barbara Doeste	354580	1	R$ 1.000,00
Santa Rita do Passa Quarto	354750	1	R$ 1.000,00
Santo André	354780	4	R$ 4.000,00
Santos	354850	3	R$ 3.000,00
São Bernardo do Campo	354870	6	R$ 6.000,00
São Caetano do Sul	354880	3	R$ 3.000,00
São Carlos	354890	1	R$ 1.000,00
São Joaquim da Barra	354940	1	R$ 1.000,00
São José do Rio Pardo	354970	1	R$ 1.000,00
São José do Rio Preto	354980	6	R$ 6.000,00
São José dos Campos	354990	12	R$ 12.000,00
São Manuel	355010	1	R$ 1.000,00
São Paulo	355030	15	R$ 15.000,00
São Sebastião	355070	1	R$ 1.000,00
São Vicente	355100	1	R$ 1.000,00
Sertãozinho	355170	2	R$ 2.000,00
Socorro	355210	1	R$ 1.000,00
Sorocaba	355220	5	R$ 5.000,00
Sumaré	355240	1	R$ 1.000,00
Suzano	355250	1	R$ 1.000,00
Taboão da Serra	355280	1	R$ 1.000,00
Taubaté	355410	4	R$ 4.000,00
Tupã	355500	1	R$ 1.000,00
Ubatuba	355540	1	R$ 1.000,00
Valinhos	355620	2	R$ 2.000,00
Vinhedo	355670	1	R$ 1.000,00
Votuporanga	355710	1	R$ 1.000,00
Total	127	268	R$ 268.000,00

Total Brasil	172	501	R$ 501.000,00

PORTARIA Nº 3.331, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia Municípios a receberem o incentivo referente às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Seção IV das Unidades Básicas de Saúde Fluviais, do Capítulo II das Equipes, do anexo XXII da Portaria nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção III das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, do Capítulo II das Equipes, do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção IX do Capítulo I Dos Profissionais que atuam na Atenção Básica, do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a aprovação de credenciamento da UBSF e da ESFF formulada pela Comissão Intergestora Bipartite dos Estados, enviada ao Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo I a esta Portaria a receberem o incentivo de custeio mensal referente às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

Art. 2º As UBSFs ficam condicionadas às regras instituídas pela seção III do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define o arranjo organizacional das ESFR e ESFF dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Art. 3º As UBSF descritas no Anexo I desta Portaria encontram-se aptas ao recebimento mensal dos incentivos financeiros de acordo a redefinição do arranjo organizacional:

I - as embarcações de pequeno porte (para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades) credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

II - as unidades de apoio credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

III - a relação do número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFF para fins de recebimento dos repasses consta do Anexo III a esta Portaria.

Paragrafo único. O repasse dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do art. 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os às respectivas UBSF.

Art. 4º O repasse do custeio às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) dependerá do cadastro da Equipe de Saúde da Família Fluvial (ESFF) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculada a esta UBSF.

Art. 5º As UBSF listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO - 0000 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Municípios credenciados para recebimento dos Incentivos a UBSF

UF	IBGE	Município	UBSF	com Consultório Odontológico
AM	1300508	Barreirinha	1	1
AM	1304062	Tabatinga	1	1
Total UF		2	2	2
Total Geral		2	2	2

ANEXO II

Embarcação e Unidades de Apoio credenciadas ao recebimento de incentivo financeiro mensal à UBSF

UF	IBGE	Município	UBSF	INE	Unidade de Apoio	Número de Embarcações	Identificação da Embarcação de pequeno porte
AM	1300508	Barreirinha	1	0001594177	4	4	Nº 01;02;03;04
AM	1304062	Tabatinga	1	0000014575	1	1	Nº 01

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da UBSF para recebimento de incentivo financeiro mensal

UF	IBGE	Município	UBSF	INE	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	Auxiliar ou Técnico de Saúde Bucal	Profissional de nível superior
AM	1300508	Barreirinha	1	0001594177	10*	-	5	-	2
AM	1304062	Tabatinga	1	0000014575	13*	-	3	-	2

* Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) acrescidos à composição mínima das UBSF já se encontram credenciados para o respectivo município.

PORTARIA Nº 3.333, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui, para o ano de 2017, no âmbito do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, incentivo financeiro destinado à organização e fortalecimento do processo de descentralização das ações de Vigilância Sanitária.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Consolidada nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Resolução IBGE n° 4, de 28 de agosto de 2017, que atualizou a população dos Municípios brasileiros, resolve:

Art. 1º Fica instituído para o ano de 2017, no âmbito do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, incentivo financeiro destinado ao fortalecimento das ações de vigilância sanitária, preferencialmente nas ações de educação em saúde como forma de promover a integração da vigilância sanitária e a atenção básica.

Art. 2º Farão jus ao incentivo financeiro de que trata esta Portaria, os municípios com população inferior a 20 mil habitantes que atenda aos seguintes critérios:

I. tenham realizado, no mínimo, 5 grupos de ações do Indicador 20 - Pactuação Interfederativa 2017- 2021, Resolução CIT nº 8, de 24 de novembro de 2016, no primeiro semestre de 2017; e

II. encontrem-se regulares no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e quanto a alimentação da produção da vigilância sanitária no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS), sendo observados para tal o primeiro e segundo monitoramentos do ano de 2017.

Art. 3º Ao município selecionado a partir dos critérios definidos no art. 2º, será repassado, a título de Piso Variável, em parcela única, o valor de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Art. 4º Os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de que trata esta Portaria totalizam R$ 5.933.000,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e três mil reais) e serão oriundos dos orçamentos do Ministério da Saúde e da Anvisa, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.304.2015.20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária, no montante total de R$ 2.808.347,40 (dois milhões, oitocentos e oito mil trezentos e quarenta e sete reais quarenta centavos); e

II - 10.304.2015.8719.0001 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional, no montante total de R$ 3.124.652,60 (três milhões, cento e vinte e quatro mil seiscentos e cinquenta e dois reais sessenta centavos).

Art. 5º A comprovação da execução das ações dar-se-á por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG), em cada esfera de gestão, submetido ao respectivo Conselho de Saúde.

Art. 6º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 7º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária fica autorizada a transferir ao Fundo Nacional de Saúde as dotações orçamentárias de que trata a presente Portaria.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros, conforme anexo, aos Estados e Distrito Federal, em parcela única.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO - Distribuição dos Recursos Financeiros do Piso Variável aos Municípios (Fontes: FNS e Anvisa)

ACRE	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Acrelândia	120001	14.120	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Assis Brasil	120005	6.863	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Jordão	120032	7.685	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Mâncio Lima	120033	17.545	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Porto Walter	120039	11.059	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Rodrigues Alves	120042	17.464	3.400,00	1.435,32	1.964,68
Xapuri	120070	17.894	3.400,00	1.435,32	1.964,68
TOTAIS	7	92.630	23.800,00	10.047,25	13.752,75

ALAGOAS	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Anadia	270020	17.832	3.400,00	346,91	3.053,09
Barra de Santo Antônio	270050	15.909	3.400,00	346,91	3.053,09
Barra de São Miguel	270060	8.336	3.400,00	346,91	3.053,09
Branquinha	270110	10.709	3.400,00	346,91	3.053,09
Cacimbinhas	270120	10.859	3.400,00	346,91	3.053,09
Campestre	270135	7.002	3.400,00	346,91	3.053,09
Canapi	270160	17.980	3.400,00	346,91	3.053,09
Carneiros	270180	9.065	3.400,00	346,91	3.053,09
Chã Preta	270190	7.424	3.400,00	346,91	3.053,09
Coité do Nóia	270200	10.939	3.400,00	346,91	3.053,09
Coqueiro Seco	270220	5.895	3.400,00	346,91	3.053,09
Estrela de Alagoas	270255	18.373	3.400,00	346,91	3.053,09
Flexeiras	270280	12.943	3.400,00	346,91	3.053,09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inhapi	270330	18.637	3.400,00	346,91	3.053,09
Jacaré dos Homens	270340	5.391	3.400,00	346,91	3.053,09
Jacuípe	270350	7.148	3.400,00	346,91	3.053,09
Japaratinga	270360	8.403	3.400,00	346,91	3.053,09
Jaramataia	270370	5.685	3.400,00	346,91	3.053,09
Jequiá da Praia	270375	11.824	3.400,00	346,91	3.053,09
Mar Vermelho	270490	3.600	3.400,00	346,91	3.053,09
Maribondo	270480	13.587	3.400,00	346,91	3.053,09
Messias	270520	17.789	3.400,00	346,91	3.053,09
Monteirópolis	270540	7.251	3.400,00	346,91	3.053,09
Novo Lino	270560	12.735	3.400,00	346,91	3.053,09
Palestina	270620	5.036	3.400,00	346,91	3.053,09
Pariconha	270642	10.674	3.400,00	346,91	3.053,09
Paripueira	270644	13.076	3.400,00	346,91	3.053,09
Paulo Jacinto	270660	7.680	3.400,00	346,91	3.053,09
Pindoba	270700	2.954	3.400,00	346,91	3.053,09
Poço das Trincheiras	270720	14.535	3.400,00	346,91	3.053,09
Porto de Pedras	270740	8.055	3.400,00	346,91	3.053,09
Quebrangulo	270760	11.542	3.400,00	346,91	3.053,09
Roteiro	270780	6.788	3.400,00	346,91	3.053,09
Santa Luzia do Norte	270790	7.357	3.400,00	346,91	3.053,09
São Brás	270820	7.046	3.400,00	346,91	3.053,09
São Miguel dos Milagres	270870	7.951	3.400,00	346,91	3.053,09
Tanque d"Arca	270900	6.293	3.400,00	346,91	3.053,09
TOTAIS	37	374.303	125.800,00	12.835,53	112.964,47

AMAPÁ	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Amapá	160010	8.690	3.400,00	-	3.400,00
Cutias	160021	5.523	3.400,00	-	3.400,00
Ferreira Gomes	160023	7.087	3.400,00	-	3.400,00
Pedra Branca do Amapari	160015	14.560	3.400,00	-	3.400,00
Serra do Navio	160005	5.025	3.400,00	-	3.400,00
Tartarugalzinho	160070	15.665	3.400,00	-	3.400,00
TOTAIS	6	56.550	20.400,00	-	20.400,00

AMAZONAS	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alvarães	130002	15.729	3.400,00	3.400,00	-
Amaturá	130006	11.047	3.400,00	3.400,00	-
Anamã	130008	12.653	3.400,00	3.400,00	-
Caapiranga	130083	12.622	3.400,00	3.400,00	-
Canutama	130090	15.312	3.400,00	3.400,00	-
Envira	130150	19.143	3.400,00	3.400,00	-
Japurá	130210	4.660	3.400,00	3.400,00	-
Silves	130400	9.147	3.400,00	3.400,00	-
Tonantins	130423	18.632	3.400,00	3.400,00	-
TOTAIS	9	118.945	30.600,00	30.600,00	-

BAHIA	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abaíra	290010	9.212	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Abaré	290020	19.939	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Acajutiba	290030	15.764	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Adustina	290035	17.254	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Almadina	290090	6.062	3.400,00	1.847,33	1.552,67
América Dourada	290115	16.781	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Andaraí	290130	13.732	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Anguera	290150	11.402	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Antônio Cardoso	290170	12.200	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Antônio Gonçalves	290180	11.989	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Araças	290205	12.495	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Aracatu	290200	14.023	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Aramari	290220	11.385	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Aratuípe	290230	9.150	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Baianópolis	290250	14.262	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Banzaê	290265	13.738	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Barra do Mendes	290300	14.570	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Barro Alto	290323	15.093	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Barrocas	290327	16.167	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Belo Campo	290350	18.312	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Biritinga	290360	16.628	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Bom Jesus da Serra	290395	10.515	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Bonito	290405	17.006	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Brejões	290430	15.166	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Brotas de Macaúbas	290450	11.049	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Caatiba	290480	10.044	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Caém	290510	10.179	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Cairu	290540	17.985	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Caldeirão Grande	290550	13.643	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Candeal	290640	8.894	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Capela do Alto Alegre	290685	12.203	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Cardeal da Silva	290700	9.809	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Caturama	290755	9.764	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Chorrochó	290770	11.558	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Conceição do Almeida	290830	18.278	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Condeúba	290870	18.229	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Contendas do Sincorá	290880	4.312	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Cordeiros	290900	8.870	3.400,00	1.847,33	1.552,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cotegipe	290940	14.409	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Cravolândia	290950	5.568	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Cristópolis	290970	14.354	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Dom Basílio	291010	12.553	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Elísio Medrado	291030	8.448	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Filadélfia	291085	17.184	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Firmino Alves	291090	5.804	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Floresta Azul	291100	11.279	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Gavião	291125	4.740	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Gentio do Ouro	291130	11.603	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Glória	291140	15.810	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Gongogi	291150	7.961	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Guajeru	291165	8.322	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ibiassucê	291200	10.337	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ibicoara	291220	19.578	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ibicuí	291230	16.748	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ibipeba	291240	18.563	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ibititá	291310	17.957	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ichu	291330	6.418	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Igaporã	291340	16.255	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Igrapiúna	291345	14.288	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Irajuba	291420	7.497	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Iramaia	291430	10.184	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itamari	291570	8.495	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itanagra	291590	8.038	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itapitanga	291660	10.799	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itaquara	291670	8.557	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itatim	291685	14.895	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Itiruçu	291690	13.280	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ituaçu	291720	19.494	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Jaguaripe	291780	18.849	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Jandaíra	291790	11.092	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Jitaúna	291830	12.985	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Jucuruçu	291845	10.032	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Lagoa Real	291875	15.920	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Lajedão	291890	4.046	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Lajedo do Tabocal	291905	8.862	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Lamarão	291910	9.099	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Lençóis	291930	11.544	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Licínio de Almeida	291940	12.967	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Macarani	291970	18.954	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Maetinga	291995	4.796	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Maiquinique	292000	10.183	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Mairi	292010	19.736	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Malhada de Pedras	292030	8.875	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Matina	292105	12.404	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Mirangaba	292140	18.588	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Mirante	292145	9.735	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Mucugê	292190	10.096	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Mulungu do Morro	292205	12.159	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Muniz Ferreira	292220	7.650	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Muquém de São Francisco	292225	11.571	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Nilo Peçanha	292260	14.279	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Nordestina	292265	13.552	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Nova Canaã	292270	17.113	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Nova Fátima	292273	8.101	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Nova Ibiá	292275	7.010	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Novo Horizonte	292303	12.381	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Novo Triunfo	292305	16.016	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ouriçangas	292330	8.895	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Pau Brasil	292390	10.784	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Pé de Serra	292405	14.229	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Pedrão	292410	7.486	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Pedro Alexandre	292420	18.173	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Pintadas	292465	11.036	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Piraí do Norte	292467	10.386	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ponto Novo	292525	15.892	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Presidente Dutra	292560	15.699	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Quixabeira	292593	9.414	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ribeira do Amparo	292650	15.308	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Ribeirão do Largo	292665	7.835	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Rio do Antônio	292680	15.720	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Santa Brígida	292760	15.091	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Santa Inês	292790	11.169	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Santa Luzia	292805	13.508	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Santa Teresinha	292850	10.619	3.400,00	1.847,33	1.552,67
São Domingos	292895	9.381	3.400,00	1.847,33	1.552,67
São José da Vitória	292935	6.081	3.400,00	1.847,33	1.552,67
São Miguel das Matas	292940	12.051	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Sapeaçu	292960	18.083	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Saúde	292980	13.343	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Serra Dourada	293030	18.352	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Serra Preta	293040	16.171	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Serrolândia	293060	13.774	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Sítio do Quinto	293076	11.517	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Tanque Novo	293105	17.797	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Tanquinho	293110	8.214	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Tapiramutá	293130	17.855	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Teolândia	293160	15.269	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Terra Nova	293170	13.527	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Tremedal	293180	17.854	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Urandi	293260	17.329	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Várzea da Roça	293305	14.632	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Várzea Nova	293315	13.500	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Wagner	293340	9.743	3.400,00	1.847,33	1.552,67
Wanderley	293345	12.971	3.400,00	1.847,33	1.552,67
TOTAIS	134	1.694.363	455.600,00	247.542,55	208.057,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CEARÁ	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abaiara	230010	11.483	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Aiuaba	230040	17.098	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Altaneira	230060	7.413	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Alto Santo	230070	16.927	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Antonina do Norte	230080	7.253	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Apuiarés	230090	14.644	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Ararendá	230125	10.800	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Banabuiú	230185	17.968	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Barroquinha	230205	14.854	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Capistrano	230290	17.621	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Cariré	230310	18.653	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Carnaubal	230340	17.549	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Chaval	230390	12.931	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Choró	230393	13.340	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Chorozinho	230395	19.194	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Croatá	230423	17.802	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Deputado Irapuan Pinheiro	230426	9.483	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Ererê	230427	7.134	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Fortim	230445	16.115	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Frecheirinha	230450	13.606	3.400,00	1.625,52	1.774,48
General Sampaio	230460	6.845	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Graça	230465	15.300	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Groaíras	230490	10.931	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Guaramiranga	230510	3.632	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Ibaretama	230526	13.203	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Ibicuitinga	230533	12.242	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Icapuí	230535	19.554	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Ipaporanga	230565	11.499	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Iracema	230600	14.098	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Itaiçaba	230620	7.698	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Itapiúna	230650	19.872	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Jaguaretama	230670	17.977	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Jati	230720	7.827	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Jijoca de Jericoacoara	230725	19.224	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Madalena	230763	19.616	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Milhã	230835	13.152	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Monsenhor Tabosa	230860	17.025	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Moraújo	230880	8.579	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Mulungu	230910	12.682	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Nova Olinda	230920	15.310	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Pacoti	230980	11.936	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Pacujá	230990	6.186	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Palmácia	231010	13.022	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Paramoti	231040	11.564	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Penaforte	231060	8.888	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Pereiro	231080	16.139	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Piquet Carneiro	231090	16.599	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Pires Ferreira	231095	10.730	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Poranga	231100	12.234	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Porteiras	231110	14.965	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Potiretama	231123	6.337	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Quixelô	231135	14.903	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Saboeiro	231190	15.715	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Salitre	231195	16.248	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Santana do Cariri	231210	17.479	3.400,00	1.625,52	1.774,48
São João do Jaguaribe	231250	7.670	3.400,00	1.625,52	1.774,48
São Luís do Curu	231260	12.805	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Senador Sá	231280	7.442	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Solonópole	231300	18.127	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Tarrafas	231325	8.875	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Tejuçuoca	231335	18.709	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Tururu	231355	15.768	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Umari	231370	7.668	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Umirim	231375	19.602	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Uruoca	231390	13.600	3.400,00	1.625,52	1.774,48
Varjota	231395	18.188	3.400,00	1.625,52	1.774,48
TOTAIS	66	889.533	224.400,00	107.284,29	117.115,71

ESPÍRITO SANTO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Apiacá	320050	7.928	3.400,00	2.869,67	530,33
Bom Jesus do Norte	320110	10.215	3.400,00	2.869,67	530,33
Conceição do Castelo	320170	12.856	3.400,00	2.869,67	530,33
Divino de São Lourenço	320180	4.630	3.400,00	2.869,67	530,33
Dores do Rio Preto	320200	6.920	3.400,00	2.869,67	530,33
Iconha	320260	13.904	3.400,00	2.869,67	530,33
Itaguaçu	320270	14.822	3.400,00	2.869,67	530,33
Jerônimo Monteiro	320310	11.957	3.400,00	2.869,67	530,33
Laranja da Terra	320316	11.447	3.400,00	2.869,67	530,33
Montanha	320350	19.309	3.400,00	2.869,67	530,33
Mucurici	320360	5.873	3.400,00	2.869,67	530,33
Ponto Belo	320425	7.826	3.400,00	2.869,67	530,33
Presidente Kennedy	320430	11.396	3.400,00	2.869,67	530,33
Rio Novo do Sul	320440	12.070	3.400,00	2.869,67	530,33
São Domingos do Norte	320465	8.764	3.400,00	2.869,67	530,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São José do Calçado	320480	11.024	3.400,00	2.869,67	530,33
Vila Valério	320517	14.677	3.400,00	2.869,67	530,33
TOTAIS	17	185.618	57.800,00	48.784,44	9.015,56

GOIÁS	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abadia de Goiás	520005	8.053	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Abadiânia	520010	18.427	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Adelândia	520015	2.561	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Água Fria de Goiás	520017	5.560	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Americano do Brasil	520085	5.969	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Amorinópolis	520090	3.447	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Araçu	520160	3.753	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Aragoiânia	520180	9.607	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Arenópolis	520235	3.011	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Aruanã	520250	8.945	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Aurilândia	520260	3.465	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Avelinópolis	520280	2.496	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Buriti de Goiás	520393	2.589	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Buritinópolis	520396	3.391	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Cabeceiras	520400	7.882	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Cachoeira Alta	520410	11.844	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Cachoeira de Goiás	520420	1.419	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Cachoeira Dourada	520425	8.369	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Caçu	520430	15.065	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Campinorte	520470	12.198	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Campo Alegre de Goiás	520480	7.024	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Carmo do Rio Verde	520500	9.767	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Caturaí	520520	5.010	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Colinas do Sul	520552	3.540	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Córrego do Ouro	520570	2.539	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Corumbá de Goiás	520580	11.024	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Corumbaíba	520590	9.206	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Cromínia	520650	3.611	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Davinópolis	520690	2.130	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Fazenda Nova	520760	6.125	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Firminópolis	520780	12.783	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Flores de Goiás	520790	14.747	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Gameleira de Goiás	520815	3.721	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Goiandira	520850	5.578	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Guapó	520920	14.462	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Guaraíta	520929	2.237	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Guarinos	520945	2.093	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Heitoraí	520960	3.744	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Hidrolina	520980	3.889	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Israelândia	521030	2.916	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Itaguaru	521060	5.472	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Itarumã	521130	6.927	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Jandaia	521170	6.263	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Jaupaci	521200	3.014	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Joviânia	521210	7.445	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Jussara	521220	19.292	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Mara Rosa	521280	10.320	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Maurilândia	521300	13.170	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Mimoso de Goiás	521305	2.708	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Moiporá	521340	1.684	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Montividiu do Norte	521377	4.417	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Nova América	521470	2.366	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Novo Brasil	521520	3.291	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Ouro Verde de Goiás	521540	3.993	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Palminópolis	521590	3.664	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Paranaiguara	521630	9.841	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Paraúna	521640	11.210	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Pontalina	521770	17.933	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Porteirão	521805	3.715	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Rialma	521860	11.003	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Rianápolis	521870	4.808	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Sanclerlândia	521900	7.791	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Santa Bárbara de Goiás	521910	6.327	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Santa Rita do Araguaia	521940	8.069	3.400,00	1.608,92	1.791,08
São Domingos	521980	12.448	3.400,00	1.608,92	1.791,08
São João da Paraúna	522005	1.571	3.400,00	1.608,92	1.791,08
São João d"Aliança	522000	12.360	3.400,00	1.608,92	1.791,08
São Simão	522040	19.407	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Serranópolis	522050	8.236	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Sítio d"Abadia	522070	2.984	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Teresina de Goiás	522108	3.327	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Terezópolis de Goiás	522119	7.513	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Turvânia	522150	4.837	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Turvelândia	522155	4.978	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Uruana	522170	14.193	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Varjão	522190	3.842	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Vianópolis	522200	13.567	3.400,00	1.608,92	1.791,08
Vila Boa	522220	5.615	3.400,00	1.608,92	1.791,08
TOTAIS	78	553.798	265.200,00	125.496,09	139.703,91

MARANHÃO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Afonso Cunha	210010	6.421	3.400,00	1.979,90	1.420,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Água Doce do Maranhão	210015	12.360	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Altamira do Maranhão	210040	10.210	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Alto Parnaíba	210050	10.979	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Apicum-Açu	210083	18.169	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Araguanã	210087	15.182	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Bacabeira	210125	16.812	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Bacuri	210130	17.388	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Bacurituba	210135	5.544	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Barão de Grajaú	210150	18.496	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Belágua	210173	7.350	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Benedito Leite	210180	5.524	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Brejo de Areia	210215	10.444	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Buritirana	210235	15.142	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Cajari	210250	19.030	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Conceição do Lago-Açu	210355	15.995	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Duque Bacelar	210390	11.148	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Esperantinópolis	210400	16.833	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Feira Nova do Maranhão	210407	8.347	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Fernando Falcão	210408	10.204	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Fortuna	210420	15.251	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Gonçalves Dias	210440	17.583	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Governador Archer	210450	10.648	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Governador Edison Lobão	210455	18.042	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Governador Eugênio Barros	210460	16.522	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Governador Newton Bello	210465	9.965	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Igarapé do Meio	210515	13.968	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Igarapé Grande	210520	11.718	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Itaipava do Grajaú	210535	15.817	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Jatobá	210545	10.027	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Jenipapo dos Vieiras	210547	16.226	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Junco do Maranhão	210565	3.330	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lago do Junco	210580	10.638	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lago dos Rodrigues	210594	8.689	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lago Verde	210590	15.962	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lagoa do Mato	210592	11.034	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lagoa Grande do Maranhão	210596	11.202	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lajeado Novo	210598	7.427	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Lima Campos	210600	11.670	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Loreto	210610	11.943	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Luís Domingues	210620	6.829	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Marajá do Sena	210635	7.630	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Mata Roma	210640	16.567	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Matões do Norte	210663	16.552	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Morros	210710	19.116	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Nina Rodrigues	210720	14.259	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Nova Colinas	210725	5.298	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Nova Iorque	210730	4.589	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Olho d''Água das Cunhãs	210740	19.145	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Olinda Nova do Maranhão	210745	14.474	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Pastos Bons	210800	19.140	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Paulino Neves	210805	15.779	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Pirapemas	210880	18.302	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Poção de Pedras	210890	17.384	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Porto Rico do Maranhão	210905	5.847	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Presidente Juscelino	210920	12.532	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Primeira Cruz	210940	15.068	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Riachão	210950	19.771	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Santa Filomena do Maranhão	210975	7.645	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Santana do Maranhão	211023	13.199	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Santo Antônio dos Lopes	211030	14.237	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São Francisco do Maranhão	211090	11.971	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São João do Paraíso	211105	10.963	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São João do Soter	211107	18.225	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São José dos Basílios	211125	7.489	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São Pedro da Água Branca	211153	12.461	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São Pedro dos Crentes	211157	4.583	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São Raimundo das Mangabeiras	211160	18.548	3.400,00	1.979,90	1.420,10
São Roberto	211167	6.620	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Senador Alexandre Costa	211174	10.955	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Senador La Rocque	211176	13.975	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Sítio Novo	211180	17.760	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Tasso Fragoso	211200	8.382	3.400,00	1.979,90	1.420,10
Tufilândia	211227	5.731	3.400,00	1.979,90	1.420,10
TOTAIS	74	930.266	251.600,00	146.512,93	105.087,07

MATO GROSSO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alto Araguaia	510030	17.841	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Alto Boa Vista	510035	6.308	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Alto Garças	510040	11.383	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Alto Taquari	510060	9.963	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Apiacás	510080	9.551	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Araguaiana	510100	3.059	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Araguainha	510120	953	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Arenápolis	510130	9.576	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Brasnorte	510190	18.258	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Campinápolis	510260	15.252	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Campos de Júlio	510268	6.336	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Carlinda	510279	10.258	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Chapada dos Guimarães	510300	18.906	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Cláudia	510305	11.632	3.400,00	1.610,91	1.789,09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cocalinho	510310	5.533	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Cotriguaçu	510337	18.209	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Denise	510345	9.040	3.400,00	1.610,91	1.789,09
General Carneiro	510390	5.286	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Ipiranga do Norte	510452	6.903	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Itanhangá	510454	6.252	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Itaúba	510455	3.905	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Itiquira	510460	12.620	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Jangada	510490	7.961	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Juruena	510517	14.430	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Marcelândia	510558	10.639	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Matupá	510560	15.654	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nobres	510590	14.938	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nova Bandeirantes	510615	14.106	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nova Canaã do Norte	510621	12.355	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nova Marilândia	510885	3.133	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nova Nazaré	510617	3.574	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Nova Olímpia	510623	19.218	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Novo Horizonte do Norte	510627	3.862	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Novo Mundo	510626	8.549	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Novo Santo Antônio	510631	2.434	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Novo São Joaquim	510628	5.200	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Paranaíta	510629	10.864	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Pedra Preta	510637	16.811	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Planalto da Serra	510645	2.620	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Pontal do Araguaia	510665	6.259	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Porto Alegre do Norte	510677	11.837	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Porto dos Gaúchos	510680	5.308	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Porto Esperidião	510682	11.535	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Porto Estrela	510685	3.064	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Poxoréo	510700	16.209	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Querência	510706	16.061	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Ribeirão Cascalheira	510718	9.681	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Ribeirãozinho	510719	2.306	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Rosário Oeste	510770	17.016	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Salto do Céu	510775	3.423	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Santa Cruz do Xingu	510774	2.353	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Santo Afonso	510726	3.044	3.400,00	1.610,91	1.789,09
São Félix do Araguaia	510785	11.209	3.400,00	1.610,91	1.789,09
São José do Rio Claro	510730	19.395	3.400,00	1.610,91	1.789,09
São José do Xingu	510735	5.396	3.400,00	1.610,91	1.789,09
São Pedro da Cipa	510740	4.493	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Serra Nova Dourada	510788	1.548	3.400,00	1.610,91	1.789,09
Terra Nova do Norte	510805	9.816	3.400,00	1.610,91	1.789,09
União do Sul	510830	3.509	3.400,00	1.610,91	1.789,09
TOTAIS	59	546.834	200.600,00	95.043,95	105.556,05

MATO GROSSO DO SUL	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alcinópolis	500025	5.114	3.400,00	510,24	2.889,76
Aral Moreira	500124	11.586	3.400,00	510,24	2.889,76
Bandeirantes	500150	6.783	3.400,00	510,24	2.889,76
Batayporã	500200	11.228	3.400,00	510,24	2.889,76
Bodoquena	500215	7.859	3.400,00	510,24	2.889,76
Brasilândia	500230	11.884	3.400,00	510,24	2.889,76
Camapuã	500260	13.712	3.400,00	510,24	2.889,76
Caracol	500280	5.906	3.400,00	510,24	2.889,76
Corguinho	500310	5.622	3.400,00	510,24	2.889,76
Costa Rica	500325	19.835	3.400,00	510,24	2.889,76
Deodápolis	500345	12.712	3.400,00	510,24	2.889,76
Dois Irmãos do Buriti	500348	11.049	3.400,00	510,24	2.889,76
Eldorado	500375	12.176	3.400,00	510,24	2.889,76
Fátima do Sul	500380	19.200	3.400,00	510,24	2.889,76
Iguatemi	500430	15.738	3.400,00	510,24	2.889,76
Inocência	500440	7.641	3.400,00	510,24	2.889,76
Jaraguari	500490	6.940	3.400,00	510,24	2.889,76
Juti	500515	6.476	3.400,00	510,24	2.889,76
Laguna Carapã	500525	7.097	3.400,00	510,24	2.889,76
Mundo Novo	500568	17.994	3.400,00	510,24	2.889,76
Pedro Gomes	500640	7.738	3.400,00	510,24	2.889,76
Porto Murtinho	500690	16.686	3.400,00	510,24	2.889,76
Rio Negro	500730	4.871	3.400,00	510,24	2.889,76
Selvíria	500780	6.469	3.400,00	510,24	2.889,76
Sete Quedas	500770	10.811	3.400,00	510,24	2.889,76
Sonora	500793	17.941	3.400,00	510,24	2.889,76
TOTAIS	26	281.068	88.400,00	13.266,18	75.133,82

MINAS GERAIS	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abadia dos Dourados	310010	7.037	3.400,00	2.909,39	490,61
Abre Campo	310030	13.726	3.400,00	2.909,39	490,61
Águas Vermelhas	310100	13.513	3.400,00	2.909,39	490,61
Alagoa	310130	2.756	3.400,00	2.909,39	490,61
Alfredo Vasconcelos	310163	6.709	3.400,00	2.909,39	490,61
Alpercata	310180	7.497	3.400,00	2.909,39	490,61
Alto Jequitibá	315350	8.525	3.400,00	2.909,39	490,61
Alvorada de Minas	310240	3.669	3.400,00	2.909,39	490,61
Angelândia	310285	8.502	3.400,00	2.909,39	490,61
Antônio Carlos	310290	11.584	3.400,00	2.909,39	490,61

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Araporã	310375	6.717	3.400,00	2.909,39	490,61
Arinos	310450	18.232	3.400,00	2.909,39	490,61
Astolfo Dutra	310460	14.030	3.400,00	2.909,39	490,61
Baldim	310500	8.061	3.400,00	2.909,39	490,61
Barra Longa	310570	5.710	3.400,00	2.909,39	490,61
Bela Vista de Minas	310600	10.399	3.400,00	2.909,39	490,61
Belmiro Braga	310610	3.502	3.400,00	2.909,39	490,61
Belo Vale	310640	7.829	3.400,00	2.909,39	490,61
Berizal	310665	4.691	3.400,00	2.909,39	490,61
Biquinhas	310700	2.630	3.400,00	2.909,39	490,61
Bom Jardim de Minas	310750	6.648	3.400,00	2.909,39	490,61
Bom Sucesso	310800	17.883	3.400,00	2.909,39	490,61
Bonfinópolis de Minas	310820	5.797	3.400,00	2.909,39	490,61
Bonito de Minas	310825	10.797	3.400,00	2.909,39	490,61
Brás Pires	310870	4.577	3.400,00	2.909,39	490,61
Brasópolis	310890	14.911	3.400,00	2.909,39	490,61
Cachoeira da Prata	310960	3.716	3.400,00	2.909,39	490,61
Campanário	311080	3.745	3.400,00	2.909,39	490,61
Campanha	311090	16.532	3.400,00	2.909,39	490,61
Campo Azul	311115	3.853	3.400,00	2.909,39	490,61
Campos Altos	311150	15.289	3.400,00	2.909,39	490,61
Candeias	311200	15.128	3.400,00	2.909,39	490,61
Caparaó	311210	5.472	3.400,00	2.909,39	490,61
Capinópolis	311260	16.183	3.400,00	2.909,39	490,61
Capitão Andrade	311265	5.362	3.400,00	2.909,39	490,61
Capitão Enéas	311270	15.157	3.400,00	2.909,39	490,61
Capitólio	311280	8.648	3.400,00	2.909,39	490,61
Carbonita	311350	9.526	3.400,00	2.909,39	490,61
Carlos Chagas	311370	19.857	3.400,00	2.909,39	490,61
Carmésia	311380	2.615	3.400,00	2.909,39	490,61
Carmo da Mata	311400	11.518	3.400,00	2.909,39	490,61
Carmo de Minas	311410	14.736	3.400,00	2.909,39	490,61
Carmópolis de Minas	311450	18.812	3.400,00	2.909,39	490,61
Carneirinho	311455	10.030	3.400,00	2.909,39	490,61
Carvalhos	311480	4.625	3.400,00	2.909,39	490,61
Casa Grande	311490	2.309	3.400,00	2.909,39	490,61
Catas Altas da Noruega	311540	3.652	3.400,00	2.909,39	490,61
Catuji	311545	6.646	3.400,00	2.909,39	490,61
Catuti	311547	5.163	3.400,00	2.909,39	490,61
Coluna	311680	9.162	3.400,00	2.909,39	490,61
Comendador Gomes	311690	3.127	3.400,00	2.909,39	490,61
Conceição da Barra de Minas	311520	4.052	3.400,00	2.909,39	490,61
Conceição do Mato Dentro	311750	18.160	3.400,00	2.909,39	490,61
Conceição do Pará	311760	5.488	3.400,00	2.909,39	490,61
Conceição dos Ouros	311780	11.367	3.400,00	2.909,39	490,61
Congonhal	311790	11.588	3.400,00	2.909,39	490,61
Congonhas do Norte	311810	5.128	3.400,00	2.909,39	490,61
Cordisburgo	311890	9.014	3.400,00	2.909,39	490,61
Coronel Murta	311950	9.405	3.400,00	2.909,39	490,61
Córrego Fundo	311995	6.252	3.400,00	2.909,39	490,61
Couto de Magalhães de Minas	312010	4.428	3.400,00	2.909,39	490,61
Cristiano Otoni	312040	5.215	3.400,00	2.909,39	490,61
Cristina	312050	10.483	3.400,00	2.909,39	490,61
Cuparaque	312083	4.972	3.400,00	2.909,39	490,61
Curral de Dentro	312087	7.559	3.400,00	2.909,39	490,61
Delfim Moreira	312110	8.203	3.400,00	2.909,39	490,61
Desterro de Entre Rios	312140	7.317	3.400,00	2.909,39	490,61
Desterro do Melo	312150	3.026	3.400,00	2.909,39	490,61
Dionísio	312180	8.373	3.400,00	2.909,39	490,61
Divinésia	312190	3.446	3.400,00	2.909,39	490,61
Divisópolis	312245	10.382	3.400,00	2.909,39	490,61
Dom Joaquim	312260	4.609	3.400,00	2.909,39	490,61
Dom Silvério	312270	5.349	3.400,00	2.909,39	490,61
Dom Viçoso	312280	3.073	3.400,00	2.909,39	490,61
Dona Eusébia	312290	6.483	3.400,00	2.909,39	490,61
Dores de Campos	312300	10.026	3.400,00	2.909,39	490,61
Durandé	312352	7.852	3.400,00	2.909,39	490,61
Engenheiro Caldas	312370	11.032	3.400,00	2.909,39	490,61
Engenheiro Navarro	312380	7.369	3.400,00	2.909,39	490,61
Ervália	312400	18.944	3.400,00	2.909,39	490,61
Estiva	312450	11.411	3.400,00	2.909,39	490,61
Estrela Dalva	312460	2.459	3.400,00	2.909,39	490,61
Estrela do Indaiá	312470	3.593	3.400,00	2.909,39	490,61
Felício dos Santos	312540	5.046	3.400,00	2.909,39	490,61
Fernandes Tourinho	312580	3.337	3.400,00	2.909,39	490,61
Fervedouro	312595	10.989	3.400,00	2.909,39	490,61
Fortaleza de Minas	312630	4.382	3.400,00	2.909,39	490,61
Francisco Badaró	312650	10.553	3.400,00	2.909,39	490,61
Franciscópolis	312675	5.708	3.400,00	2.909,39	490,61
Fronteira dos Vales	312705	4.743	3.400,00	2.909,39	490,61
Funilândia	312720	4.237	3.400,00	2.909,39	490,61
Galiléia	312730	7.047	3.400,00	2.909,39	490,61
Glaucilândia	312735	3.145	3.400,00	2.909,39	490,61
Goiabeira	312737	3.304	3.400,00	2.909,39	490,61
Gonzaga	312750	6.206	3.400,00	2.909,39	490,61
Grão Mogol	312780	15.870	3.400,00	2.909,39	490,61
Guarani	312840	9.031	3.400,00	2.909,39	490,61
Guidoval	312880	7.313	3.400,00	2.909,39	490,61
Guimarânia	312890	7.895	3.400,00	2.909,39	490,61

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gurinhatã	312910	6.002	3.400,00	2.909,39	490,61
Ibiaí	312960	8.357	3.400,00	2.909,39	490,61
Ibiraci	312970	13.444	3.400,00	2.909,39	490,61
Ibitiúra de Minas	312990	3.528	3.400,00	2.909,39	490,61
Ibituruna	313000	3.009	3.400,00	2.909,39	490,61
Igaratinga	313020	10.420	3.400,00	2.909,39	490,61
Ilicínea	313050	12.289	3.400,00	2.909,39	490,61
Indaiabira	313065	7.525	3.400,00	2.909,39	490,61
Indianópolis	313070	6.751	3.400,00	2.909,39	490,61
Inhaúma	313100	6.200	3.400,00	2.909,39	490,61
Itacambira	313200	5.343	3.400,00	2.909,39	490,61
Itacarambi	313210	18.414	3.400,00	2.909,39	490,61
Itaguara	313220	13.253	3.400,00	2.909,39	490,61
Itamogi	313290	10.517	3.400,00	2.909,39	490,61
Itanhandu	313310	15.200	3.400,00	2.909,39	490,61
Itapagipe	313340	14.916	3.400,00	2.909,39	490,61
Itatiaiuçu	313370	10.882	3.400,00	2.909,39	490,61
Itaú de Minas	313375	15.992	3.400,00	2.909,39	490,61
Itinga	313400	15.104	3.400,00	2.909,39	490,61
Jaboticatubas	313460	19.305	3.400,00	2.909,39	490,61
Jacuí	313480	7.797	3.400,00	2.909,39	490,61
Japaraíba	313530	4.275	3.400,00	2.909,39	490,61
Japonvar	313535	8.664	3.400,00	2.909,39	490,61
Jeceaba	313540	5.250	3.400,00	2.909,39	490,61
Jequitaí	313560	7.932	3.400,00	2.909,39	490,61
José Gonçalves de Minas	313652	4.637	3.400,00	2.909,39	490,61
José Raydan	313655	4.845	3.400,00	2.909,39	490,61
Juvenília	313695	5.861	3.400,00	2.909,39	490,61
Lagamar	313710	7.797	3.400,00	2.909,39	490,61
Lagoa dos Patos	313730	4.260	3.400,00	2.909,39	490,61
Lagoa Dourada	313740	12.999	3.400,00	2.909,39	490,61
Lagoa Grande	313753	9.369	3.400,00	2.909,39	490,61
Limeira do Oeste	313862	7.436	3.400,00	2.909,39	490,61
Luisburgo	313867	6.408	3.400,00	2.909,39	490,61
Luislândia	313868	6.733	3.400,00	2.909,39	490,61
Maravilhas	313970	7.812	3.400,00	2.909,39	490,61
Maria da Fé	313990	14.502	3.400,00	2.909,39	490,61
Mário Campos	314015	14.811	3.400,00	2.909,39	490,61
Martins Soares	314053	8.073	3.400,00	2.909,39	490,61
Materlândia	314060	4.631	3.400,00	2.909,39	490,61
Matias Cardoso	314085	10.905	3.400,00	2.909,39	490,61
Mercês	314160	10.842	3.400,00	2.909,39	490,61
Minduri	314190	3.967	3.400,00	2.909,39	490,61
Mirabela	314200	13.685	3.400,00	2.909,39	490,61
Montalvânia	314270	15.689	3.400,00	2.909,39	490,61
Montezuma	314345	8.106	3.400,00	2.909,39	490,61
Morada Nova de Minas	314350	8.813	3.400,00	2.909,39	490,61
Morro da Garça	314360	2.612	3.400,00	2.909,39	490,61
Morro do Pilar	314370	3.358	3.400,00	2.909,39	490,61
Munhoz	314380	6.282	3.400,00	2.909,39	490,61
Nacip Raydan	314420	3.270	3.400,00	2.909,39	490,61
Nova Porteirinha	314505	7.642	3.400,00	2.909,39	490,61
Nova União	313660	5.792	3.400,00	2.909,39	490,61
Olhos-d"Água	314545	5.878	3.400,00	2.909,39	490,61
Olímpio Noronha	314550	2.743	3.400,00	2.909,39	490,61
Oratórios	314585	4.698	3.400,00	2.909,39	490,61
Padre Carvalho	314625	6.295	3.400,00	2.909,39	490,61
Pai Pedro	314655	6.173	3.400,00	2.909,39	490,61
Paineiras	314640	4.663	3.400,00	2.909,39	490,61
Paiva	314660	1.580	3.400,00	2.909,39	490,61
Palmópolis	314675	6.280	3.400,00	2.909,39	490,61
Passa Quatro	314760	16.413	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedra Bonita	314875	7.085	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedra Dourada	314900	2.427	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedralva	314910	11.596	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedras de Maria da Cruz	314915	11.297	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedrinópolis	314920	3.661	3.400,00	2.909,39	490,61
Pedro Teixeira	314940	1.842	3.400,00	2.909,39	490,61
Pequi	314960	4.369	3.400,00	2.909,39	490,61
Piedade do Rio Grande	315030	4.703	3.400,00	2.909,39	490,61
Piranguçu	315090	5.495	3.400,00	2.909,39	490,61
Piranguinho	315100	8.553	3.400,00	2.909,39	490,61
Pirapetinga	315110	10.848	3.400,00	2.909,39	490,61
Planura	315160	11.656	3.400,00	2.909,39	490,61
Poço Fundo	315170	16.841	3.400,00	2.909,39	490,61
Pocrane	315190	8.889	3.400,00	2.909,39	490,61
Porto Firme	315230	11.178	3.400,00	2.909,39	490,61
Pouso Alto	315260	6.210	3.400,00	2.909,39	490,61
Prados	315270	8.972	3.400,00	2.909,39	490,61
Presidente Bernardes	315310	5.578	3.400,00	2.909,39	490,61
Presidente Juscelino	315320	3.851	3.400,00	2.909,39	490,61
Presidente Olegário	315340	19.536	3.400,00	2.909,39	490,61
Recreio	315410	10.682	3.400,00	2.909,39	490,61
Resplendor	315430	17.695	3.400,00	2.909,39	490,61
Riachinho	315445	8.283	3.400,00	2.909,39	490,61
Rio Doce	315500	2.611	3.400,00	2.909,39	490,61
Rio Paranaíba	315550	12.431	3.400,00	2.909,39	490,61
Rio Vermelho	315600	13.523	3.400,00	2.909,39	490,61
Ritápolis	315610	4.862	3.400,00	2.909,39	490,61

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rosário da Limeira	315645	4.553	3.400,00	2.909,39	490,61
Rubelita	315650	6.937	3.400,00	2.909,39	490,61
Sabinópolis	315680	15.961	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Bárbara do Leste	315725	8.144	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Bárbara do Tugúrio	315730	4.603	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Juliana	315770	13.165	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Margarida	315790	16.080	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Rita de Caldas	315920	9.208	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Rita do Itueto	315950	5.719	3.400,00	2.909,39	490,61
Santa Vitória	315980	19.520	3.400,00	2.909,39	490,61
Santana do Deserto	315860	4.024	3.400,00	2.909,39	490,61
Santana do Garambéu	315870	2.419	3.400,00	2.909,39	490,61
Santana do Riacho	315900	4.280	3.400,00	2.909,39	490,61
Santo Antônio do Aventureiro	316000	3.664	3.400,00	2.909,39	490,61
Santo Antônio do Retiro	316045	7.315	3.400,00	2.909,39	490,61
São Bento Abade	316080	5.103	3.400,00	2.909,39	490,61
São Brás do Suaçuí	316090	3.730	3.400,00	2.909,39	490,61
São Félix de Minas	316105	3.460	3.400,00	2.909,39	490,61
São Francisco de Paula	316120	6.671	3.400,00	2.909,39	490,61
São João da Lagoa	316225	4.922	3.400,00	2.909,39	490,61
São João do Pacuí	316265	4.369	3.400,00	2.909,39	490,61
São José do Alegre	316320	4.213	3.400,00	2.909,39	490,61
São José do Divino	316330	3.945	3.400,00	2.909,39	490,61
São Miguel do Anta	316380	7.032	3.400,00	2.909,39	490,61
São Sebastião do Anta	316447	6.355	3.400,00	2.909,39	490,61
São Tiago	316500	11.046	3.400,00	2.909,39	490,61
São Tomás de Aquino	316510	7.230	3.400,00	2.909,39	490,61
Sapucaí-Mirim	316540	6.796	3.400,00	2.909,39	490,61
Sardoá	316550	6.142	3.400,00	2.909,39	490,61
Sem-Peixe	316556	2.794	3.400,00	2.909,39	490,61
Senador Firmino	316570	7.747	3.400,00	2.909,39	490,61
Senador Modestino Gonçalves	316590	4.446	3.400,00	2.909,39	490,61
Senhora de Oliveira	316600	5.886	3.400,00	2.909,39	490,61
Senhora do Porto	316610	3.600	3.400,00	2.909,39	490,61
Serra Azul de Minas	316650	4.368	3.400,00	2.909,39	490,61
Serra da Saudade	316660	815	3.400,00	2.909,39	490,61
Serranópolis de Minas	316695	4.741	3.400,00	2.909,39	490,61
Setubinha	316555	11.952	3.400,00	2.909,39	490,61
Taquaraçu de Minas	316830	4.053	3.400,00	2.909,39	490,61
Teixeiras	316850	11.815	3.400,00	2.909,39	490,61
Tiros	316890	6.832	3.400,00	2.909,39	490,61
Tocantins	316900	16.703	3.400,00	2.909,39	490,61
Tombos	316920	8.899	3.400,00	2.909,39	490,61
Turmalina	316970	19.612	3.400,00	2.909,39	490,61
Turvolândia	316980	4.995	3.400,00	2.909,39	490,61
União de Minas	317043	4.463	3.400,00	2.909,39	490,61
Varzelândia	317090	19.712	3.400,00	2.909,39	490,61
Verdelândia	317103	9.140	3.400,00	2.909,39	490,61
Virgínia	317170	8.868	3.400,00	2.909,39	490,61
Virginópolis	317180	10.801	3.400,00	2.909,39	490,61
Virgolândia	317190	5.638	3.400,00	2.909,39	490,61
TOTAIS	239	1.957.048	812.600,00	695.344,77	117.255,23

PARÁ	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abel Figueiredo	150013	7.179	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Belterra	150145	17.145	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Bom Jesus do Tocantins	150157	16.375	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Bonito	150160	15.563	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Brasil Novo	150172	14.834	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Colares	150260	11.721	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Curuá	150285	13.783	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Faro	150300	7.168	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Inhangapi	150340	11.224	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Mojuí dos Campos	150475	15.548	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Nova Timboteua	150500	14.791	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Ourém	150540	17.237	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Palestina do Pará	150549	7.404	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Peixe-Boi	150560	7.867	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Quatipuru	150611	13.142	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Santa Luzia do Pará	150655	19.348	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Santarém Novo	150690	6.482	3.400,00	1.419,77	1.980,23
São Caetano de Odivelas	150710	17.492	3.400,00	1.419,77	1.980,23
São Francisco do Pará	150740	15.418	3.400,00	1.419,77	1.980,23
São João do Araguaia	150750	13.569	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Senador José Porfírio	150780	11.587	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Terra Santa	150797	18.105	3.400,00	1.419,77	1.980,23
Vitória do Xingu	150835	14.566	3.400,00	1.419,77	1.980,23
TOTAIS	23	307.548	78.200,00	32.654,80	45.545,20

PARAÍBA	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alcantil	250053	5.475	3.400,00	966,51	2.433,49
Araçagi	250080	17.061	3.400,00	966,51	2.433,49
Arara	250090	13.448	3.400,00	966,51	2.433,49
Areia de Baraúnas	250115	2.137	3.400,00	966,51	2.433,49
Aroeiras	250130	19.178	3.400,00	966,51	2.433,49

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assunção	250135	3.876	3.400,00	966,51	2.433,49
Baraúna	250153	4.843	3.400,00	966,51	2.433,49
Barra de Santana	250157	8.245	3.400,00	966,51	2.433,49
Barra de São Miguel	250170	5.943	3.400,00	966,51	2.433,49
Bernardino Batista	250205	3.398	3.400,00	966,51	2.433,49
Boa Ventura	250210	5.410	3.400,00	966,51	2.433,49
Bom Jesus	250220	2.550	3.400,00	966,51	2.433,49
Boqueirão	250250	17.757	3.400,00	966,51	2.433,49
Brejo do Cruz	250280	14.006	3.400,00	966,51	2.433,49
Caldas Brandão	250380	5.986	3.400,00	966,51	2.433,49
Camalaú	250390	5.996	3.400,00	966,51	2.433,49
Caraúbas	250407	4.143	3.400,00	966,51	2.433,49
Carrapateira	250410	2.635	3.400,00	966,51	2.433,49
Casserengue	250415	7.436	3.400,00	966,51	2.433,49
Curral Velho	250530	2.520	3.400,00	966,51	2.433,49
Diamante	250560	6.570	3.400,00	966,51	2.433,49
Duas Estradas	250580	3.606	3.400,00	966,51	2.433,49
Gado Bravo	250625	8.443	3.400,00	966,51	2.433,49
Gurinhém	250640	14.126	3.400,00	966,51	2.433,49
Ingá	250680	18.105	3.400,00	966,51	2.433,49
Itatuba	250720	10.809	3.400,00	966,51	2.433,49
Jericó	250740	7.730	3.400,00	966,51	2.433,49
Joca Claudino	251365	2.685	3.400,00	966,51	2.433,49
Juarez Távora	250760	7.901	3.400,00	966,51	2.433,49
Juripiranga	250790	10.721	3.400,00	966,51	2.433,49
Lastro	250840	2.745	3.400,00	966,51	2.433,49
Logradouro	250855	4.299	3.400,00	966,51	2.433,49
Lucena	250860	12.965	3.400,00	966,51	2.433,49
Marizópolis	250915	6.569	3.400,00	966,51	2.433,49
Massaranduba	250920	13.755	3.400,00	966,51	2.433,49
Maturéia	250939	6.516	3.400,00	966,51	2.433,49
Mogeiro	250940	13.300	3.400,00	966,51	2.433,49
Monte Horebe	250960	4.793	3.400,00	966,51	2.433,49
Nova Floresta	251010	10.644	3.400,00	966,51	2.433,49
Nova Olinda	251020	5.971	3.400,00	966,51	2.433,49
Olho d"Água	251040	6.578	3.400,00	966,51	2.433,49
Ouro Velho	251060	3.033	3.400,00	966,51	2.433,49
Passagem	251070	2.404	3.400,00	966,51	2.433,49
Paulista	251090	12.263	3.400,00	966,51	2.433,49
Pedra Lavrada	251110	8.053	3.400,00	966,51	2.433,49
Picuí	251140	18.704	3.400,00	966,51	2.433,49
Pilar	251150	11.863	3.400,00	966,51	2.433,49
Pilões	251160	6.667	3.400,00	966,51	2.433,49
Pocinhos	251200	18.451	3.400,00	966,51	2.433,49
Puxinanã	251240	13.638	3.400,00	966,51	2.433,49
Salgadinho	251300	3.927	3.400,00	966,51	2.433,49
Salgado de São Félix	251310	12.145	3.400,00	966,51	2.433,49
Santa Helena	251330	5.902	3.400,00	966,51	2.433,49
Santo André	251385	2.529	3.400,00	966,51	2.433,49
São Bentinho	251392	4.497	3.400,00	966,51	2.433,49
São João do Rio do Peixe	250070	17.934	3.400,00	966,51	2.433,49
São José da Lagoa Tapada	251420	7.678	3.400,00	966,51	2.433,49
São José de Caiana	251430	6.256	3.400,00	966,51	2.433,49
São Sebastião de Lagoa de Roça	251510	11.762	3.400,00	966,51	2.433,49
Serra Grande	251570	3.089	3.400,00	966,51	2.433,49
Sertãozinho	251593	4.969	3.400,00	966,51	2.433,49
Sumé	251630	16.872	3.400,00	966,51	2.433,49
Teixeira	251670	15.085	3.400,00	966,51	2.433,49
Uiraúna	251690	15.307	3.400,00	966,51	2.433,49
Várzea	251710	2.784	3.400,00	966,51	2.433,49
Zabelê	251740	2.227	3.400,00	966,51	2.433,49
TOTAIS	66	558.913	224.400,00	63.789,57	160.610,43

PARANÁ	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abatiá	410010	7.795	3.400,00	579,03	2.820,97
Adrianópolis	410020	6.293	3.400,00	579,03	2.820,97
Alto Piquiri	410070	10.253	3.400,00	579,03	2.820,97
Alvorada do Sul	410080	11.148	3.400,00	579,03	2.820,97
Ampére	410100	18.740	3.400,00	579,03	2.820,97
Anahy	410105	2.908	3.400,00	579,03	2.820,97
Ângulo	410115	2.969	3.400,00	579,03	2.820,97
Antônio Olinto	410130	7.582	3.400,00	579,03	2.820,97
Arapuã	410165	3.384	3.400,00	579,03	2.820,97
Araruna	410170	14.056	3.400,00	579,03	2.820,97
Ariranha do Ivaí	410185	2.330	3.400,00	579,03	2.820,97
Assaí	410190	16.104	3.400,00	579,03	2.820,97
Atalaia	410220	4.002	3.400,00	579,03	2.820,97
Balsa Nova	410230	12.471	3.400,00	579,03	2.820,97
Barbosa Ferraz	410250	12.393	3.400,00	579,03	2.820,97
Barracão	410260	10.273	3.400,00	579,03	2.820,97
Bela Vista da Caroba	410275	3.811	3.400,00	579,03	2.820,97
Bela Vista do Paraíso	410280	15.634	3.400,00	579,03	2.820,97
Bituruna	410290	16.511	3.400,00	579,03	2.820,97
Boa Esperança	410300	4.438	3.400,00	579,03	2.820,97
Boa Esperança do Iguaçu	410302	2.694	3.400,00	579,03	2.820,97
Boa Ventura de São Roque	410304	6.674	3.400,00	579,03	2.820,97
Bocaiúva do Sul	410310	12.320	3.400,00	579,03	2.820,97
Bom Sucesso do Sul	410322	3.361	3.400,00	579,03	2.820,97

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Borrazópolis	410330	7.387	3.400,00	579,03	2.820,97
Cafeara	410340	2.892	3.400,00	579,03	2.820,97
Cafelândia	410345	16.896	3.400,00	579,03	2.820,97
Cafezal do Sul	410347	4.266	3.400,00	579,03	2.820,97
Califórnia	410350	8.545	3.400,00	579,03	2.820,97
Campo do Tenente	410410	7.762	3.400,00	579,03	2.820,97
Cândido de Abreu	410440	16.198	3.400,00	579,03	2.820,97
Cantagalo	410445	13.478	3.400,00	579,03	2.820,97
Capanema	410450	19.320	3.400,00	579,03	2.820,97
Centenário do Sul	410510	11.279	3.400,00	579,03	2.820,97
Cerro Azul	410520	17.821	3.400,00	579,03	2.820,97
Céu Azul	410530	11.707	3.400,00	579,03	2.820,97
Chopinzinho	410540	19.951	3.400,00	579,03	2.820,97
Cidade Gaúcha	410560	12.199	3.400,00	579,03	2.820,97
Clevelândia	410570	17.311	3.400,00	579,03	2.820,97
Conselheiro Mairinck	410610	3.849	3.400,00	579,03	2.820,97
Contenda	410620	17.745	3.400,00	579,03	2.820,97
Corbélia	410630	17.135	3.400,00	579,03	2.820,97
Coronel Domingos Soares	410645	7.607	3.400,00	579,03	2.820,97
Corumbataí do Sul	410655	3.682	3.400,00	579,03	2.820,97
Cruz Machado	410680	18.858	3.400,00	579,03	2.820,97
Cruzeiro do Sul	410670	4.628	3.400,00	579,03	2.820,97
Cruzmaltina	410685	3.128	3.400,00	579,03	2.820,97
Diamante do Norte	410710	5.425	3.400,00	579,03	2.820,97
Diamante do Sul	410712	3.562	3.400,00	579,03	2.820,97
Douradina	410725	8.335	3.400,00	579,03	2.820,97
Engenheiro Beltrão	410750	14.311	3.400,00	579,03	2.820,97
Entre Rios do Oeste	410753	4.357	3.400,00	579,03	2.820,97
Espigão Alto do Iguaçu	410754	4.494	3.400,00	579,03	2.820,97
Farol	410755	3.355	3.400,00	579,03	2.820,97
Faxinal	410760	17.233	3.400,00	579,03	2.820,97
Fênix	410770	4.903	3.400,00	579,03	2.820,97
Fernandes Pinheiro	410773	5.929	3.400,00	579,03	2.820,97
Flor da Serra do Sul	410785	4.792	3.400,00	579,03	2.820,97
Floresta	410790	6.535	3.400,00	579,03	2.820,97
Formosa do Oeste	410820	7.214	3.400,00	579,03	2.820,97
Foz do Jordão	410845	5.144	3.400,00	579,03	2.820,97
General Carneiro	410850	14.038	3.400,00	579,03	2.820,97
Grandes Rios	410870	6.251	3.400,00	579,03	2.820,97
Guamiranga	410895	8.552	3.400,00	579,03	2.820,97
Guaporema	410910	2.291	3.400,00	579,03	2.820,97
Guaraci	410920	5.463	3.400,00	579,03	2.820,97
Guaraniaçu	410930	13.817	3.400,00	579,03	2.820,97
Ibema	410975	6.374	3.400,00	579,03	2.820,97
Icaraíma	410990	8.561	3.400,00	579,03	2.820,97
Iguaraçu	411000	4.309	3.400,00	579,03	2.820,97
Iguatu	411005	2.303	3.400,00	579,03	2.820,97
Inácio Martins	411020	11.319	3.400,00	579,03	2.820,97
Inajá	411030	3.128	3.400,00	579,03	2.820,97
Indianópolis	411040	4.493	3.400,00	579,03	2.820,97
Iretama	411080	10.648	3.400,00	579,03	2.820,97
Itaguajé	411090	4.629	3.400,00	579,03	2.820,97
Itambaracá	411100	6.835	3.400,00	579,03	2.820,97
Ivaté	411155	8.067	3.400,00	579,03	2.820,97
Jaboti	411170	5.226	3.400,00	579,03	2.820,97
Jaguapitã	411190	13.287	3.400,00	579,03	2.820,97
Japira	411230	5.078	3.400,00	579,03	2.820,97
Japurá	411240	9.238	3.400,00	579,03	2.820,97
Jardim Alegre	411250	12.104	3.400,00	579,03	2.820,97
Jataizinho	411270	12.560	3.400,00	579,03	2.820,97
Jesuítas	411275	8.912	3.400,00	579,03	2.820,97
Joaquim Távora	411280	11.639	3.400,00	579,03	2.820,97
Jundiaí do Sul	411290	3.443	3.400,00	579,03	2.820,97
Jussara	411300	6.995	3.400,00	579,03	2.820,97
Kaloré	411310	4.402	3.400,00	579,03	2.820,97
Laranjal	411325	6.248	3.400,00	579,03	2.820,97
Leópolis	411340	4.147	3.400,00	579,03	2.820,97
Lidianópolis	411342	3.717	3.400,00	579,03	2.820,97
Lindoeste	411345	5.129	3.400,00	579,03	2.820,97
Lobato	411360	4.721	3.400,00	579,03	2.820,97
Luiziana	411373	7.463	3.400,00	579,03	2.820,97
Lunardelli	411375	5.095	3.400,00	579,03	2.820,97
Mallet	411390	13.611	3.400,00	579,03	2.820,97
Manfrinópolis	411435	2.907	3.400,00	579,03	2.820,97
Mangueirinha	411440	17.301	3.400,00	579,03	2.820,97
Manoel Ribas	411450	13.684	3.400,00	579,03	2.820,97
Maria Helena	411470	5.957	3.400,00	579,03	2.820,97
Marilândia do Sul	411490	9.073	3.400,00	579,03	2.820,97
Marilena	411500	7.150	3.400,00	579,03	2.820,97
Mariluz	411510	10.548	3.400,00	579,03	2.820,97
Mariópolis	411530	6.612	3.400,00	579,03	2.820,97
Maripá	411535	5.784	3.400,00	579,03	2.820,97
Marmeleiro	411540	14.505	3.400,00	579,03	2.820,97
Marquinho	411545	4.826	3.400,00	579,03	2.820,97
Matelândia	411560	17.491	3.400,00	579,03	2.820,97
Mato Rico	411573	3.622	3.400,00	579,03	2.820,97
Mauá da Serra	411575	9.874	3.400,00	579,03	2.820,97
Mercedes	411585	5.437	3.400,00	579,03	2.820,97
Missal	411605	10.863	3.400,00	579,03	2.820,97

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Moreira Sales	411610	12.664	3.400,00	579,03	2.820,97
Munhoz de Melo	411630	3.934	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Aliança do Ivaí	411650	1.527	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Aurora	411670	11.418	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Cantu	411680	6.471	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Esperança do Sudoeste	411695	5.200	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Fátima	411700	8.357	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Laranjeiras	411705	11.947	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Prata do Iguaçu	411725	10.733	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Santa Rosa	411722	8.140	3.400,00	579,03	2.820,97
Nova Tebas	411727	6.644	3.400,00	579,03	2.820,97
Novo Itacolomi	411729	2.907	3.400,00	579,03	2.820,97
Ourizona	411740	3.491	3.400,00	579,03	2.820,97
Palmital	411780	14.332	3.400,00	579,03	2.820,97
Paranacity	411810	11.168	3.400,00	579,03	2.820,97
Paula Freitas	411860	5.808	3.400,00	579,03	2.820,97
Paulo Frontin	411870	7.326	3.400,00	579,03	2.820,97
Peabiru	411880	14.171	3.400,00	579,03	2.820,97
Pérola	411890	11.020	3.400,00	579,03	2.820,97
Pérola d"Oeste	411900	6.710	3.400,00	579,03	2.820,97
Piên	411910	12.334	3.400,00	579,03	2.820,97
Pinhal de São Bento	411925	2.749	3.400,00	579,03	2.820,97
Pinhalão	411920	6.433	3.400,00	579,03	2.820,97
Pitangueiras	411965	3.107	3.400,00	579,03	2.820,97
Planalto	411980	13.907	3.400,00	579,03	2.820,97
Porto Barreiro	412015	3.527	3.400,00	579,03	2.820,97
Prado Ferreira	412033	3.693	3.400,00	579,03	2.820,97
Pranchita	412035	5.517	3.400,00	579,03	2.820,97
Quarto Centenário	412065	4.794	3.400,00	579,03	2.820,97
Quatro Pontes	412085	4.014	3.400,00	579,03	2.820,97
Querência do Norte	412100	12.284	3.400,00	579,03	2.820,97
Quinta do Sol	412110	4.941	3.400,00	579,03	2.820,97
Realeza	412140	17.068	3.400,00	579,03	2.820,97
Rebouças	412150	14.926	3.400,00	579,03	2.820,97
Renascença	412160	6.981	3.400,00	579,03	2.820,97
Reserva do Iguaçu	412175	7.872	3.400,00	579,03	2.820,97
Ribeirão do Pinhal	412190	13.601	3.400,00	579,03	2.820,97
Rio Bom	412210	3.348	3.400,00	579,03	2.820,97
Rio Bonito do Iguaçu	412215	13.545	3.400,00	579,03	2.820,97
Roncador	412250	10.921	3.400,00	579,03	2.820,97
Rondon	412260	9.535	3.400,00	579,03	2.820,97
Rosário do Ivaí	412265	5.298	3.400,00	579,03	2.820,97
Salgado Filho	412280	4.072	3.400,00	579,03	2.820,97
Santa Cecília do Pavão	412320	3.570	3.400,00	579,03	2.820,97
Santa Fé	412340	11.562	3.400,00	579,03	2.820,97
Santa Lúcia	412382	3.965	3.400,00	579,03	2.820,97
Santo Antônio do Caiuá	412420	2.749	3.400,00	579,03	2.820,97
Santo Inácio	412450	5.494	3.400,00	579,03	2.820,97
São Carlos do Ivaí	412460	6.797	3.400,00	579,03	2.820,97
São Jerônimo da Serra	412470	11.535	3.400,00	579,03	2.820,97
São João	412480	10.676	3.400,00	579,03	2.820,97
São João do Ivaí	412500	11.115	3.400,00	579,03	2.820,97
São Jorge do Ivaí	412530	5.675	3.400,00	579,03	2.820,97
São Jorge do Patrocínio	412535	5.980	3.400,00	579,03	2.820,97
São Jorge d"Oeste	412520	9.296	3.400,00	579,03	2.820,97
São José das Palmeiras	412545	3.832	3.400,00	579,03	2.820,97
São Manoel do Paraná	412555	2.184	3.400,00	579,03	2.820,97
São Pedro do Ivaí	412580	10.864	3.400,00	579,03	2.820,97
São Sebastião da Amoreira	412600	8.968	3.400,00	579,03	2.820,97
São Tomé	412610	5.686	3.400,00	579,03	2.820,97
Sapopema	412620	6.906	3.400,00	579,03	2.820,97
Saudade do Iguaçu	412627	5.410	3.400,00	579,03	2.820,97
Serranópolis do Iguaçu	412635	4.645	3.400,00	579,03	2.820,97
Sertaneja	412640	5.678	3.400,00	579,03	2.820,97
Sertanópolis	412650	16.429	3.400,00	579,03	2.820,97
Tamarana	412667	13.939	3.400,00	579,03	2.820,97
Tapejara	412680	15.835	3.400,00	579,03	2.820,97
Tapira	412690	5.824	3.400,00	579,03	2.820,97
Teixeira Soares	412700	11.666	3.400,00	579,03	2.820,97
Terra Roxa	412740	17.573	3.400,00	579,03	2.820,97
Tijucas do Sul	412760	16.161	3.400,00	579,03	2.820,97
Três Barras do Paraná	412785	12.242	3.400,00	579,03	2.820,97
Tuneiras do Oeste	412790	8.847	3.400,00	579,03	2.820,97
Tupãssi	412795	8.269	3.400,00	579,03	2.820,97
Turvo	412796	13.712	3.400,00	579,03	2.820,97
Uraí	412840	11.678	3.400,00	579,03	2.820,97
Vera Cruz do Oeste	412855	8.958	3.400,00	579,03	2.820,97
Verê	412860	7.745	3.400,00	579,03	2.820,97
Vitorino	412870	6.853	3.400,00	579,03	2.820,97
Wenceslau Braz	412850	19.852	3.400,00	579,03	2.820,97
TOTAIS	193	1.663.709	656.200,00	111.751,97	544.448,03

PERNAMBUCO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alagoinha	260060	14.431	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Angelim	260100	10.965	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Barra de Guabiraba	260130	14.091	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Belém de Maria	260150	11.941	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Betânia	260180	12.589	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Brejão	260240	8.980	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Calçado	260330	11.094	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Calumbi	260340	5.741	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Capoeiras	260380	19.994	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Carnaíba	260390	19.380	3.400,00	1.610,43	1.789,57

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Carnaubeira da Penha	260392	12.706	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Casinhas	260415	14.247	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Correntes	260470	18.033	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Cortês	260480	12.581	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Fernando de Noronha	260545	2.974	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Frei Miguelinho	260580	15.234	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Ibirajuba	260670	7.730	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Iguaraci	260690	12.156	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Ingazeira	260710	4.549	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Itacuruba	260740	4.807	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Itapetim	260770	13.708	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Jaqueira	260795	11.649	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Jupi	260830	14.620	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Lagoa do Carro	260845	17.654	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Lagoa do Ouro	260860	12.951	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Machados	260910	15.571	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Mirandiba	260930	15.185	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Moreilândia	261430	11.240	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Palmeirina	261010	7.864	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Quixaba	261153	6.812	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Sairé	261200	10.247	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Saloá	261230	15.761	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Santa Cruz	261245	15.032	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Santa Cruz da Baixa Verde	261247	12.439	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Santa Filomena	261255	14.265	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Santa Maria do Cambucá	261270	13.921	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Santa Terezinha	261280	11.682	3.400,00	1.610,43	1.789,57
São Benedito do Sul	261290	15.497	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Serrita	261400	19.049	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Solidão	261440	5.964	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Tacaimbó	261470	12.872	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Terezinha	261510	7.089	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Triunfo	261570	15.235	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Verdejante	261610	9.471	3.400,00	1.610,43	1.789,57
Vertente do Lério	261618	7.693	3.400,00	1.610,43	1.789,57
TOTAIS	45	547.694	153.000,00	72.469,15	80.530,85

PIAUÍ	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Agricolândia	220010	5.069	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Água Branca	220020	17.068	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Alagoinha do Piauí	220025	7.515	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Alegrete do Piauí	220027	4.835	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Amarante	220050	17.317	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Angical do Piauí	220060	6.688	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Avelino Lopes	220110	11.471	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Baixa Grande do Ribeiro	220115	11.302	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Barro Duro	220140	6.930	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Bela Vista do Piauí	220155	3.934	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Beneditinos	220160	10.032	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Cajazeiras do Piauí	220207	3.485	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Campinas do Piauí	220210	5.515	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Canavieira	220225	3.898	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Capitão Gervásio Oliveira	220245	4.021	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Caxingó	220265	5.306	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Cocal dos Alves	220272	6.042	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Conceição do Canindé	220280	4.540	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Coronel José Dias	220285	4.605	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Cristalândia do Piauí	220300	8.130	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Demerval Lobão	220330	13.575	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Elesbão Veloso	220350	14.406	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Eliseu Martins	220360	4.822	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Francisco Ayres	220410	4.309	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Geminiano	220435	5.337	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Guadalupe	220450	10.337	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Ipiranga do Piauí	220480	9.626	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Jaicós	220520	18.725	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Jardim do Mulato	220525	4.422	3.400,00	1.983,94	1.416,06
João Costa	220535	2.963	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Joca Marques	220545	5.331	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Lagoa Alegre	220555	8.365	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Lagoa de São Francisco	220557	6.630	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Lagoa do Barro do Piauí	220556	4.580	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Madeiro	220585	8.143	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Manoel Emídio	220590	5.265	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Marcolândia	220595	8.299	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Marcos Parente	220600	4.479	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Massapê do Piauí	220605	6.332	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Monsenhor Gil	220640	10.409	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Monsenhor Hipólito	220650	7.605	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Morro do Chapéu do Piauí	220667	6.672	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Novo Oriente do Piauí	220690	6.474	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Palmeirais	220750	14.253	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Patos do Piauí	220777	6.271	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Pimenteiras	220810	11.925	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Redenção do Gurguéia	220870	8.618	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Riacho Frio	220885	4.248	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Ribeiro Gonçalves	220890	7.185	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Rio Grande do Piauí	220900	6.330	3.400,00	1.983,94	1.416,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Cruz dos Milagres	220915	3.940	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Santa Rosa do Piauí	220937	5.177	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Santana do Piauí	220935	4.552	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Santo Inácio do Piauí	220950	3.726	3.400,00	1.983,94	1.416,06
São Félix do Piauí	220960	2.909	3.400,00	1.983,94	1.416,06
São João da Canabrava	220985	4.529	3.400,00	1.983,94	1.416,06
São João da Serra	220990	6.064	3.400,00	1.983,94	1.416,06
São José do Peixe	221010	3.692	3.400,00	1.983,94	1.416,06
São Miguel do Fidalgo	221039	2.992	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Sebastião Leal	221063	4.217	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Simplício Mendes	221080	12.458	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Sussuapara	221093	6.581	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Tamboril do Piauí	221095	2.861	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Tanque do Piauí	221097	2.712	3.400,00	1.983,94	1.416,06
Vera Mendes	221150	3.028	3.400,00	1.983,94	1.416,06
TOTAIS	65	453.077	221.000,00	128.956,21	92.043,79

RIO DE JANEIRO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Areal	330022	12.058	3.400,00	3.400,00	-
Cantagalo	330110	19.727	3.400,00	3.400,00	-
Engenheiro Paulo de Frontin	330180	13.521	3.400,00	3.400,00	-
Macuco	330245	5.417	3.400,00	3.400,00	-
Mendes	330280	18.111	3.400,00	3.400,00	-
Porto Real	330411	18.552	3.400,00	3.400,00	-
Quatis	330412	13.666	3.400,00	3.400,00	-
Santa Maria Madalena	330460	10.198	3.400,00	3.400,00	-
São José de Ubá	330513	7.236	3.400,00	3.400,00	-
Sapucaia	330540	17.604	3.400,00	3.400,00	-
Sumidouro	330570	15.153	3.400,00	3.400,00	-
Trajano de Morais	330590	10.351	3.400,00	3.400,00	-
Varre-Sai	330615	10.500	3.400,00	3.400,00	-
TOTAIS	13	172.094	44.200,00	44.200,00	-

RIO GRANDE DO NORTE	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Afonso Bezerra	240030	11.207	3.400,00	942,98	2.457,02
Água Nova	240040	3.235	3.400,00	942,98	2.457,02
Almino Afonso	240060	4.876	3.400,00	942,98	2.457,02
Alto do Rodrigues	240070	14.143	3.400,00	942,98	2.457,02
Angicos	240080	11.908	3.400,00	942,98	2.457,02
Bodó	240165	2.332	3.400,00	942,98	2.457,02
Bom Jesus	240170	10.185	3.400,00	942,98	2.457,02
Brejinho	240180	12.616	3.400,00	942,98	2.457,02
Caiçara do Norte	240185	6.606	3.400,00	942,98	2.457,02
Campo Redondo	240210	11.156	3.400,00	942,98	2.457,02
Carnaúba dos Dantas	240240	8.117	3.400,00	942,98	2.457,02
Carnaubais	240250	10.592	3.400,00	942,98	2.457,02
Cruzeta	240300	8.155	3.400,00	942,98	2.457,02
Doutor Severiano	240320	7.187	3.400,00	942,98	2.457,02
Espírito Santo	240350	10.714	3.400,00	942,98	2.457,02
Fernando Pedroza	240375	3.055	3.400,00	942,98	2.457,02
Florânia	240380	9.258	3.400,00	942,98	2.457,02
Frutuoso Gomes	240400	4.204	3.400,00	942,98	2.457,02
Galinhos	240410	2.650	3.400,00	942,98	2.457,02
Grossos	240440	10.293	3.400,00	942,98	2.457,02
Guamaré	240450	14.975	3.400,00	942,98	2.457,02
Ipanguaçu	240470	15.308	3.400,00	942,98	2.457,02
Itajá	240485	7.515	3.400,00	942,98	2.457,02
Jaçanã	240500	8.949	3.400,00	942,98	2.457,02
Japi	240540	5.306	3.400,00	942,98	2.457,02
Jardim de Piranhas	240560	14.734	3.400,00	942,98	2.457,02
Jardim do Seridó	240570	12.566	3.400,00	942,98	2.457,02
João Dias	240590	2.693	3.400,00	942,98	2.457,02
Jucurutu	240610	18.490	3.400,00	942,98	2.457,02
Lajes	240670	11.234	3.400,00	942,98	2.457,02
Lucrécia	240690	3.968	3.400,00	942,98	2.457,02
Martins	240740	8.750	3.400,00	942,98	2.457,02
Olho-d"Água do Borges	240840	4.359	3.400,00	942,98	2.457,02
Parazinho	240880	5.215	3.400,00	942,98	2.457,02
Passagem	240920	3.092	3.400,00	942,98	2.457,02
Patu	240930	12.776	3.400,00	942,98	2.457,02
Pedra Grande	240950	3.392	3.400,00	942,98	2.457,02
Pedra Preta	240960	2.550	3.400,00	942,98	2.457,02
Pedro Avelino	240970	6.998	3.400,00	942,98	2.457,02
Portalegre	241020	7.861	3.400,00	942,98	2.457,02
Serra Caiada>d -H/10<(3)	241030	9.958	3.400,00	942,98	2.457,02
Pureza	241040	9.451	3.400,00	942,98	2.457,02
Rafael Fernandes	241050	5.078	3.400,00	942,98	2.457,02
Rafael Godeiro	241060	3.224	3.400,00	942,98	2.457,02
Riacho de Santana	241080	4.278	3.400,00	942,98	2.457,02
Riachuelo	241090	7.970	3.400,00	942,98	2.457,02
Ruy Barbosa	241110	3.673	3.400,00	942,98	2.457,02
Santa Maria	240933	5.422	3.400,00	942,98	2.457,02
Santana do Seridó	241142	2.688	3.400,00	942,98	2.457,02
São Bento do Norte	241160	2.875	3.400,00	942,98	2.457,02
São Fernando	241180	3.603	3.400,00	942,98	2.457,02
São Miguel do Gostoso	241255	9.518	3.400,00	942,98	2.457,02
São Paulo do Potengi	241260	17.407	3.400,00	942,98	2.457,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São Rafael	241280	8.345	3.400,00	942,98	2.457,02
São Tomé	241290	11.214	3.400,00	942,98	2.457,02
São Vicente	241300	6.435	3.400,00	942,98	2.457,02
Senador Elói de Souza	241310	6.138	3.400,00	942,98	2.457,02
Serra de São Bento	241330	5.877	3.400,00	942,98	2.457,02
Serrinha	241350	6.470	3.400,00	942,98	2.457,02
Serrinha dos Pintos	241355	4.819	3.400,00	942,98	2.457,02
Severiano Melo	241360	3.517	3.400,00	942,98	2.457,02
Taipu	241390	12.398	3.400,00	942,98	2.457,02
Tangará	241400	15.700	3.400,00	942,98	2.457,02
Tenente Ananias	241410	10.731	3.400,00	942,98	2.457,02
Tenente Laurentino Cruz	241415	5.835	3.400,00	942,98	2.457,02
Tibau do Sul	241420	13.609	3.400,00	942,98	2.457,02
Umarizal	241450	10.808	3.400,00	942,98	2.457,02
Vera Cruz	241480	12.196	3.400,00	942,98	2.457,02
Viçosa	241490	1.722	3.400,00	942,98	2.457,02
TOTAIS	69	554.179	234.600,00	65.065,56	169.534,44

RIO GRANDE DO SUL	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Água Santa	430005	3.841	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Agudo	430010	17.102	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ajuricaba	430020	7.372	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Alpestre	430050	7.533	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Alto Alegre	430055	1.815	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ametista do Sul	430064	7.573	3.400,00	1.264,62	2.135,38
André da Rocha	430066	1.300	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Anta Gorda	430070	6.216	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Antônio Prado	430080	13.296	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Araricá	430087	5.349	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Arroio do Sal	430105	8.921	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Arroio do Tigre	430120	13.353	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Arroio dos Ratos	430110	14.227	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Augusto Pestana	430150	7.117	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Balneário Pinhal	430163	12.493	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Barão	430165	6.086	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Barra Funda	430195	2.507	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Boa Vista do Buricá	430220	6.822	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Bom Princípio	430235	13.064	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Bom Progresso	430237	2.238	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Bom Retiro do Sul	430240	12.158	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Boqueirão do Leão	430245	7.913	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Bossoroca	430250	6.836	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Bozano	430258	2.233	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Braga	430260	3.667	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cacequi	430290	13.616	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cacique Doble	430320	5.090	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Camargo	430355	2.726	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Campestre da Serra	430367	3.400	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Campina das Missões	430370	6.031	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cândido Godói	430430	6.587	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Candiota	430435	9.362	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Capão Bonito do Sul	430462	1.764	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Capivari do Sul	430467	4.320	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Caseiros	430495	3.174	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cerro Largo	430520	14.024	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Chapada	430530	9.605	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Chiapetta	430540	4.043	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cidreira	430545	14.511	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ciríaco	430550	4.993	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Colorado	430560	3.499	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Condor	430570	6.826	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Cotiporã	430595	4.004	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Derrubadas	430632	3.125	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Dois Irmãos das Missões	430642	2.166	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Dom Feliciano	430650	15.224	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Doutor Maurício Cardoso	430673	5.154	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Entre-Ijuís	430693	9.008	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Erval Seco	430730	7.715	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Esmeralda	430740	3.307	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Esperança do Sul	430745	3.224	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Estação	430755	6.165	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Estrela Velha	430781	3.744	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Eugênio de Castro	430783	2.721	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Fontoura Xavier	430830	10.861	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Gaurama	430870	5.897	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Gentil	430885	1.708	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Giruá	430900	17.132	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Gramado dos Loureiros	430912	2.258	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Gramado Xavier	430915	4.232	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Guarani das Missões	430950	8.114	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Harmonia	430955	4.630	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Herval	430710	6.978	3.400,00	1.264,62	2.135,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Herveiras	430957	3.067	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Horizontina	430960	19.286	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ibiaçá	430980	4.847	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ibiraiaras	430990	7.449	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ibirapuitã	430995	4.159	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ilópolis	431030	4.205	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Inhacorá	431041	2.315	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ipê	431043	6.448	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Itaara	431053	5.357	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Jaboticaba	431085	4.099	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Jacuizinho	431087	2.656	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Jaguari	431110	11.551	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Liberato Salzano	431160	5.718	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Lindolfo Collor	431162	5.719	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Machadinho	431170	5.645	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Mampituba	431173	3.081	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Maratá	431179	2.668	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Mariano Moro	431200	2.200	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Mato Queimado	431217	1.789	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Minas do Leão	431225	8.035	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Montauri	431235	1.551	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Monte Belo do Sul	431238	2.696	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Mormaço	431242	2.968	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Morro Redondo	431245	6.548	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Mostardas	431250	12.758	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Muçum	431260	4.998	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Muliterno	431262	1.899	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Não-Me-Toque	431265	17.094	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nonoai	431270	12.270	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Alvorada	431275	3.457	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Araçá	431280	4.429	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Bassano	431290	9.540	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Boa Vista	431295	1.942	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Bréscia	431300	3.337	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Esperança do Sul	431303	5.087	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Nova Ramada	431333	2.428	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Palmares do Sul	431365	11.431	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Palmitinho	431380	7.177	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pantano Grande	431395	9.887	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Paraí	431400	7.357	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pareci Novo	431403	3.743	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pedras Altas	431417	2.181	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pinhal	431445	2.613	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pinhal da Serra	431446	2.115	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pinheirinho do Vale	431449	4.783	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pinheiro Machado	431450	12.944	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pinto Bandeira	431454	2.847	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pirapó	431455	2.651	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Planalto	431470	10.650	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ponte Preta	431478	1.717	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Porto Lucena	431500	5.269	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Porto Xavier	431510	10.737	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Pouso Novo	431513	1.832	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Presidente Lucena	431514	2.729	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Progresso	431515	6.376	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Protásio Alves	431517	2.037	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Putinga	431520	4.172	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Redentora	431540	11.108	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Relvado	431545	2.191	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Roca Sales	431580	11.040	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Rodeio Bonito	431590	5.961	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ronda Alta	431610	10.675	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Roque Gonzales	431630	7.267	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Salvador do Sul	431650	7.377	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Sananduva	431660	16.189	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santa Cecília do Sul	431673	1.696	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santa Clara do Sul	431675	6.235	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santa Maria do Herval	431695	6.344	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santa Tereza	431725	1.780	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santo Antônio das Missões	431770	11.111	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santo Antônio do Planalto	431775	2.058	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santo Augusto	431780	14.341	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Santo Expedito do Sul	431795	2.476	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Francisco de Assis	431810	19.437	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São João da Urtiga	431842	4.836	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São João do Polêsine	431843	2.649	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São José do Ouro	431860	7.117	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São José do Sul	431861	2.279	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Miguel das Missões	431915	7.742	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Pedro da Serra	431935	3.612	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Pedro das Missões	431936	1.991	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Pedro do Butiá	431937	2.987	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Pedro do Sul	431940	16.775	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Valentim	431970	3.600	3.400,00	1.264,62	2.135,38
São Vicente do Sul	431980	8.802	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Seberi	432020	11.154	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Selbach	432030	5.143	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Senador Salgado Filho	432032	2.882	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Serafina Corrêa	432040	16.004	3.400,00	1.264,62	2.135,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Silveira Martins	432065	2.484	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Sobradinho	432070	14.982	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tabaí	432085	4.494	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Taquaruçu do Sul	432132	3.096	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tavares	432135	5.561	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tenente Portela	432140	14.023	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tio Hugo	432146	2.930	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Travesseiro	432162	2.390	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Três Cachoeiras	432166	10.859	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Três Palmeiras	432185	4.464	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Trindade do Sul	432195	5.961	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tucunduva	432210	5.979	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tupandi	432225	4.421	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Tuparendi	432230	8.533	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Ubiretama	432234	2.248	3.400,00	1.264,62	2.135,38
União da Serra	432235	1.393	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Unistalda	432237	2.474	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Vanini	432255	2.094	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Vespasiano Correa	432285	1.966	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Viadutos	432290	5.237	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Vila Lângaro	432335	2.189	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Vista Alegre	432350	2.882	3.400,00	1.264,62	2.135,38
Westfalia	432377	2.965	3.400,00	1.264,62	2.135,38
TOTAIS	175	1.098.998	595.000,00	221.307,66	373.692,34

RONDÔNIA	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Alto Alegre dos Parecis	110037	13.993	3.400,00	2.548,12	851,88
Cabixi	110003	6.289	3.400,00	2.548,12	851,88
Campo Novo de Rondônia	110070	14.354	3.400,00	2.548,12	851,88
Chupinguaia	110092	10.364	3.400,00	2.548,12	851,88
Colorado do Oeste	110006	18.639	3.400,00	2.548,12	851,88
Corumbiara	110007	8.749	3.400,00	2.548,12	851,88
Costa Marques	110008	17.031	3.400,00	2.548,12	851,88
Itapuã do Oeste	110110	10.155	3.400,00	2.548,12	851,88
Ministro Andreazza	110120	10.786	3.400,00	2.548,12	851,88
Parecis	110145	5.802	3.400,00	2.548,12	851,88
Pimenteiras do Oeste	110146	2.417	3.400,00	2.548,12	851,88
Santa Luzia D"Oeste	110029	8.362	3.400,00	2.548,12	851,88
São Francisco do Guaporé	110149	19.353	3.400,00	2.548,12	851,88
Teixeirópolis	110155	4.966	3.400,00	2.548,12	851,88
Vale do Anari	110175	10.999	3.400,00	2.548,12	851,88
TOTAIS	15	162.259	51.000,00	38.221,87	12.778,13

RORAIMA	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Iracema	140028	10.592	3.400,00	3.400,00	-
TOTAIS	1	10.592	3.400,00	3.400,00	-

SANTA CATARINA	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Abelardo Luz	420010	17.782	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Agronômica	420030	5.371	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Águas de Chapecó	420050	6.412	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Águas Frias	420055	2.397	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Águas Mornas	420060	6.206	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Alfredo Wagner	420070	9.905	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Antônio Carlos	420120	8.223	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Arabutã	420127	4.278	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Arroio Trinta	420160	3.564	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Atalanta	420180	3.268	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Aurora	420190	5.681	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Balneário Barra do Sul	420205	10.073	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Bandeirante	420208	2.779	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Barra Bonita	420209	1.764	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Benedito Novo	420220	11.297	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Bombinhas	420245	18.052	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Botuverá	420270	5.022	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Caibi	420310	6.228	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Campo Alegre	420330	12.002	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Campo Belo do Sul	420340	7.237	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Campo Erê	420350	8.890	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Caxambu do Sul	420410	3.939	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Cerro Negro	420417	3.308	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Chapadão do Lageado	420419	2.933	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Coronel Freitas	420440	10.165	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Correia Pinto	420455	13.591	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Corupá	420450	15.337	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Cunhataí	420475	1.949	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Descanso	420490	8.452	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Dionísio Cerqueira	420500	15.395	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Dona Emma	420510	4.039	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Entre Rios	420517	3.167	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Erval Velho	420520	4.472	3.400,00	1.134,85	2.265,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Faxinal dos Guedes	420530	10.758	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Governador Celso Ramos	420600	14.087	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Guarujá do Sul	420660	5.118	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ibirama	420690	18.567	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ilhota	420710	13.676	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Iomerê	420757	2.899	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ipira	420760	4.599	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Iporã do Oeste	420765	8.876	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Irani	420780	10.202	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Irati	420785	2.004	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Irineópolis	420790	11.061	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Itapiranga	420840	16.541	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Jaborá	420860	4.006	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Jaguaruna	420880	19.254	3.400,00	1.134,85	2.265,15
José Boiteux	420915	4.874	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Laurentino	420950	6.694	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Lauro Muller	420960	15.073	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Lindóia do Sul	420985	4.630	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Luzerna	421003	5.703	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Major Vieira	421030	7.957	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Maracajá	421040	7.051	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Marema	421055	1.952	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Massaranduba	421060	16.240	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Mirim Doce	421085	2.399	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Modelo	421090	4.181	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Mondaí	421100	11.343	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Monte Castelo	421110	8.473	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Morro Grande	421125	2.918	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Nova Itaberaba	421145	4.339	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Nova Trento	421150	13.861	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Nova Veneza	421160	14.654	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Otacílio Costa	421175	18.075	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ouro	421180	7.381	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ouro Verde	421185	2.254	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Palma Sola	421200	7.604	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Paraíso	421223	3.688	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Passo de Torres	421225	8.142	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Passos Maia	421227	4.279	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Pinhalzinho	421290	19.105	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Pinheiro Preto	421300	3.438	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Ponte Alta do Norte	421335	3.405	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Porto Belo	421350	19.744	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Pouso Redondo	421370	16.692	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Princesa	421415	2.891	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Quilombo	421420	10.096	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Rio das Antas	421440	6.246	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Rio do Campo	421450	6.078	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Rio do Oeste	421460	7.428	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Rio Fortuna	421490	4.594	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Riqueza	421507	4.705	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Rodeio	421510	11.434	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Romelândia	421520	5.120	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Salete	421530	7.614	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Santa Cecília	421550	16.606	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Santa Helena	421555	2.288	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Santa Rosa de Lima	421560	2.133	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Santa Terezinha	421567	8.855	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São Bernardino	421575	2.496	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São João do Itaperiú	421635	3.662	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São João do Oeste	421625	6.285	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São José do Cedro	421670	13.899	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São Ludgero	421700	12.688	3.400,00	1.134,85	2.265,15
São Martinho	421710	3.217	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Schroeder	421740	19.463	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Seara	421750	17.483	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Siderópolis	421760	13.778	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Taió	421780	18.161	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Três Barras	421830	19.046	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Treviso	421835	3.824	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Trombudo Central	421860	7.135	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Tunápolis	421875	4.612	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Turvo	421880	12.649	3.400,00	1.134,85	2.265,15
União do Oeste	421885	2.650	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Vargeão	421910	3.590	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Vargem	421915	2.586	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Vargem Bonita	421917	4.635	3.400,00	1.134,85	2.265,15
Vitor Meireles	421935	5.089	3.400,00	1.134,85	2.265,15
TOTAIS	110	904.011	374.000,00	124.834,03	249.165,97

SÃO PAULO	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Águas da Prata	350040	8.065	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Águas de São Pedro	350060	3.205	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Álvares Florence	350120	3.824	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Américo de Campos	350180	5.955	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Analândia	350200	4.789	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Anhembi	350230	6.397	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Anhumas	350240	4.026	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Arealva	350340	8.402	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Areias	350350	3.869	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Areiópolis	350360	11.078	3.400,00	2.055,82	1.344,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ariranha	350370	9.365	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Aspásia	350395	1.845	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Auriflama	350420	15.024	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Bady Bassitt	350460	16.604	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Balbinos	350470	5.006	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Bálsamo	350480	8.841	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Bernardino de Campos	350630	11.169	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Bocaina	350680	11.926	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Bom Sucesso de Itararé	350715	3.860	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Borebi	350745	2.548	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Buritama	350810	16.714	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Caconde	350870	19.001	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Cananéia	350990	12.606	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Catiguá	351120	7.652	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Cedral	351130	8.870	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Conchas	351230	17.523	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Cosmorama	351290	7.381	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Cristais Paulista	351320	8.343	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Cruzália	351330	2.185	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Dourado	351430	8.903	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Echaporã	351470	6.281	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Eldorado	351480	15.388	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Estrela do Norte	351530	2.765	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Estrela d"Oeste	351520	8.464	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Fartura	351540	15.994	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Fernando Prestes	351560	5.771	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Floreal	351590	2.996	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Flórida Paulista	351600	14.143	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Gastão Vidigal	351680	4.634	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Gavião Peixoto	351685	4.714	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Guaiçara	351720	11.752	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Guaraçaí	351780	8.495	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Guaraci	351790	10.872	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Guarani d"Oeste	351800	2.018	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Iaras	351925	8.230	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ibirá	351940	11.980	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Igaratá	352020	9.397	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ilha Comprida	352042	10.476	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Indiana	352060	4.936	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Indiaporã	352070	3.960	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ipiguá	352115	5.101	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Iporanga	352120	4.316	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ipuã	352130	15.752	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Irapuã	352150	7.827	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itajobi	352190	15.212	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itaju	352200	3.655	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itaóca	352215	3.339	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itaporanga	352280	15.140	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itariri	352330	16.913	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itirapina	352360	17.377	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Itobi	352380	7.842	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Jeriquara	352540	3.209	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Joanópolis	352550	12.837	3.400,00	2.055,82	1.344,18
João Ramalho	352560	4.442	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Juquiá	352610	19.274	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Lavínia	352650	10.876	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Lupércio	352780	4.561	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Maracaí	352880	13.948	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Marapoama	352885	2.917	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Meridiano	352960	3.902	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Mesópolis	352965	1.928	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Monções	353100	2.242	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Monte Alegre do Sul	353120	7.804	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Morungaba	353200	13.085	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Neves Paulista	353250	9.003	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Nipoã	353270	4.916	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Nova Aliança	353280	6.645	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Nova Canaã Paulista	353284	2.005	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Nova Europa	353290	10.599	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Nova Independência	353320	3.667	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Orindiúva	353420	6.614	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ouroeste	353475	9.733	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pacaembu	353490	14.024	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Palmares Paulista	353510	12.536	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Palmeira d"Oeste	353520	9.545	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Paraibuna	353560	18.166	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Paranapanema	353580	19.545	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Paranapuã	353590	4.035	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pardinho	353610	6.191	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Parisi	353625	2.142	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pedranópolis	353690	2.558	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pedro de Toledo	353720	11.053	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pinhalzinho	353820	14.595	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Piquerobi	353830	3.686	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Piquete	353850	14.048	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Pirangi	353900	11.272	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Planalto	353960	5.005	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Platina	353970	3.461	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Poloni	353990	5.884	3.400,00	2.055,82	1.344,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pontes Gestal	354030	2.593	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Populina	354040	4.254	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Porangaba	354050	9.434	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Potirendaba	354080	16.857	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Quadra	354165	3.634	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Queiroz	354180	3.217	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Queluz	354190	12.777	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Quintana	354200	6.484	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Regente Feijó	354240	19.860	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Restinga	354270	7.304	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ribeirão do Sul	354320	4.572	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Riolândia	354420	11.928	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Riversul	354350	5.866	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Rubinéia	354450	3.081	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Sabino	354460	5.526	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Sales	354480	6.074	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Salesópolis	354500	16.797	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santa Adélia	354560	15.255	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santa Lúcia	354690	8.723	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santa Maria da Serra	354700	5.962	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santa Mercedes	354710	2.941	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santa Rita d''Oeste	354740	2.554	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Santo Antônio do Pinhal	354820	6.784	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São Bento do Sapucaí	354860	10.880	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São Francisco	354900	2.854	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São João de Iracema	354925	1.894	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São José do Barreiro	354960	4.183	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São Lourenço da Serra	354995	15.323	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São Pedro do Turvo	355050	7.596	3.400,00	2.055,82	1.344,18
São Sebastião da Grama	355080	12.335	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Sarapuí	355110	9.936	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Sarutaiá	355120	3.687	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Sebastianópolis do Sul	355130	3.373	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Serra Azul	355140	13.516	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Severínia	355190	16.962	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Tabapuã	355260	12.178	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Tapiraí	355350	8.010	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Tarumã	355395	14.378	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Torrinha	355470	9.890	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Turiúba	355520	2.013	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ubarana	355535	5.996	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Ubirajara	355550	4.711	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Uchoa	355560	10.008	3.400,00	2.055,82	1.344,18
União Paulista	355570	1.773	3.400,00	2.055,82	1.344,18
Vargem	355635	10.000	3.400,00	2.055,82	1.344,18
TOTAIS	144	1.206.642	489.600,00	296.038,04	193.561,96

SERGIPE	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Arauá	280040	10.467	3.400,00	3.400,00	-
Areia Branca	280050	18.329	3.400,00	3.400,00	-
Campo do Brito	280100	17.986	3.400,00	3.400,00	-
Cedro de São João	280160	5.912	3.400,00	3.400,00	-
Cristinápolis	280170	18.092	3.400,00	3.400,00	-
Macambira	280370	6.873	3.400,00	3.400,00	-
Maruim	280400	17.225	3.400,00	3.400,00	-
Monte Alegre de Sergipe	280420	15.017	3.400,00	3.400,00	-
Neópolis	280440	18.956	3.400,00	3.400,00	-
Pacatuba	280490	14.293	3.400,00	3.400,00	-
Ribeirópolis	280600	18.503	3.400,00	3.400,00	-
Rosário do Catete	280610	10.533	3.400,00	3.400,00	-
Santa Luzia do Itanhy	280630	13.936	3.400,00	3.400,00	-
São Domingos	280680	11.053	3.400,00	3.400,00	-
São Francisco	280690	3.916	3.400,00	3.400,00	-
Telha	280730	3.196	3.400,00	3.400,00	-
TOTAIS	16	204.287	54.400,00	54.400,00	-

TOCANTINS	Cód IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2016	Valor PV-Visa Municipal parcela única	Repasse PV-VISA Fonte: FNS	Repasse PV-VISA Fonte: ANVISA
Aliança do Tocantins	170035	5.565	3.400,00	318,98	3.081,02
Alvorada	170070	8.526	3.400,00	318,98	3.081,02
Ananás	170100	9.798	3.400,00	318,98	3.081,02
Aparecida do Rio Negro	170110	4.672	3.400,00	318,98	3.081,02
Araguaçu	170200	8.734	3.400,00	318,98	3.081,02
Augustinópolis	170255	17.861	3.400,00	318,98	3.081,02
Brejinho de Nazaré	170370	5.475	3.400,00	318,98	3.081,02
Campos Lindos	170384	9.604	3.400,00	318,98	3.081,02
Cariri do Tocantins	170386	4.238	3.400,00	318,98	3.081,02
Chapada da Natividade	170510	3.363	3.400,00	318,98	3.081,02
Cristalândia	170610	7.380	3.400,00	318,98	3.081,02
Darcinópolis	170650	5.912	3.400,00	318,98	3.081,02
Dueré	170730	4.725	3.400,00	318,98	3.081,02
Esperantina	170740	10.651	3.400,00	318,98	3.081,02
Filadélfia	170770	8.871	3.400,00	318,98	3.081,02
Formoso do Araguaia	170820	18.713	3.400,00	318,98	3.081,02
Ipueiras	170980	1.918	3.400,00	318,98	3.081,02
Itacajá	171050	7.434	3.400,00	318,98	3.081,02
Itaguatins	171070	6.007	3.400,00	318,98	3.081,02
Jaú do Tocantins	171150	3.791	3.400,00	318,98	3.081,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lagoa da Confusão	171190	12.501	3.400,00	318,98	3.081,02
Lagoa do Tocantins	171195	4.115	3.400,00	318,98	3.081,02
Lajeado	171200	3.059	3.400,00	318,98	3.081,02
Lizarda	171240	3.791	3.400,00	318,98	3.081,02
Luzinópolis	171245	2.992	3.400,00	318,98	3.081,02
Mateiros	171270	2.570	3.400,00	318,98	3.081,02
Maurilândia do Tocantins	171280	3.386	3.400,00	318,98	3.081,02
Miranorte	171330	13.363	3.400,00	318,98	3.081,02
Monte do Carmo	171360	7.654	3.400,00	318,98	3.081,02
Muricilândia	171395	3.470	3.400,00	318,98	3.081,02
Natividade	171420	9.301	3.400,00	318,98	3.081,02
Nova Olinda	171488	11.616	3.400,00	318,98	3.081,02
Nova Rosalândia	171500	4.159	3.400,00	318,98	3.081,02
Novo Acordo	171510	4.213	3.400,00	318,98	3.081,02
Palmeirópolis	171575	7.666	3.400,00	318,98	3.081,02
Paranã	171620	10.568	3.400,00	318,98	3.081,02
Pedro Afonso	171650	13.097	3.400,00	318,98	3.081,02
Pequizeiro	171665	5.418	3.400,00	318,98	3.081,02
Piraquê	171720	3.038	3.400,00	318,98	3.081,02
Pium	171750	7.447	3.400,00	318,98	3.081,02
Ponte Alta do Tocantins	171790	7.872	3.400,00	318,98	3.081,02
Porto Alegre do Tocantins	171800	3.071	3.400,00	318,98	3.081,02
Praia Norte	171830	8.298	3.400,00	318,98	3.081,02
Rio Sono	171875	6.500	3.400,00	318,98	3.081,02
Sampaio	171880	4.498	3.400,00	318,98	3.081,02
Santa Maria do Tocantins	171888	3.305	3.400,00	318,98	3.081,02
Santa Rita do Tocantins	171889	2.322	3.400,00	318,98	3.081,02
Santa Tereza do Tocantins	171900	2.794	3.400,00	318,98	3.081,02
São Félix do Tocantins	172015	1.559	3.400,00	318,98	3.081,02
São Miguel do Tocantins	172020	11.754	3.400,00	318,98	3.081,02
São Salvador do Tocantins	172025	3.071	3.400,00	318,98	3.081,02
Silvanópolis	172065	5.372	3.400,00	318,98	3.081,02
Sítio Novo do Tocantins	172080	9.217	3.400,00	318,98	3.081,02
Sucupira	172085	1.921	3.400,00	318,98	3.081,02
Taguatinga	172090	16.386	3.400,00	318,98	3.081,02
Talismã	172097	2.757	3.400,00	318,98	3.081,02
Tupiratins	172130	2.518	3.400,00	318,98	3.081,02
Xambioá	172210	11.695	3.400,00	318,98	3.081,02
TOTAIS	58	391.572	197.200,00	18.500,57	178.699,43
TOTAL BRASIL	1745	15.916.531	5.933.000,00	2.808.347,40	3.124.652,60

PORTARIA Nº 3.336, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa da Santa Casa - Associação Beneficente de Campo Grande e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Titulo IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru - UCINCa, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 11.806	Hospital	Nº leitos
CNES: 0009717	Santa Casa - Associação Beneficente de Campo Grande - Campo Grande/MS	
Leito: 28.03 UCINCa		04

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande (MS), no montante anual de R$ 197.100,00 (cento e noventa e sete mil e cem reais).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Campo Grande (MS), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 3º relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.338, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 4º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde: e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência agosto/2017 resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira setembro de 2017, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados nos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AL	270030	ARAPIRACA	1	0	0	1	0	8
AL	270180	CARNEIROS	1	0	0	1	0	6
AL	270440	MAJOR ISIDORO	0	0	0	1	0	0
AL	270520	MESSIAS	1	0	0	1	0	6
AL	270560	NOVO LINO	1	0	0	1	0	7
AL	270710	PIRANHAS	1	0	0	1	0	8
TOTAL		6	5	0	0	6	0	35

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AM	130160	FONTE BOA	1	0	0	1	0	8
AM	130210	JAPURÁ	0	0	0	1	0	0
TOTAL		2	1	0	0	2	0	8

ANEXO III

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
BA	290060	AIQUARA	1	0	0	1	0	5
BA	290080	ALCOBAÇA	0	0	0	1	0	0
BA	290120	ANAGÉ	0	0	0	1	0	0
BA	290330	BARRO PRETO	0	0	0	1	0	0
BA	290475	BURITIRAMA	1	0	0	1	0	12
BA	290490	CACHOEIRA	0	0	0	1	0	0
BA	290570	CAMAÇARI	2	0	0	1	0	12
BA	290690	CARAVELAS	0	0	0	1	0	0
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0	0	0	1	0	0
BA	291005	DIAS D"ÁVILA	1	0	0	1	0	5
BA	291480	ITABUNA	2	0	0	1	0	13
BA	291490	ITACARÉ	1	0	0	1	0	5
BA	291670	ITAQUARA	1	0	0	1	0	3
BA	291800	JEQUIÉ	1	0	0	1	0	5
BA	291920	LAURO DE FREITAS	1	0	0	0	0	6
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	1	0	0	1	0	6
BA	292380	PARIPIRANGA	0	0	0	0	0	11
BA	292520	POJUCA	2	0	0	0	0	16
BA	292740	SALVADOR	2	0	0	1	0	10
BA	293070	SIMÕES FILHO	0	0	0	2	0	0
TOTAL		20	16	0	0	18	0	109

ANEXO IV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
CE	230230	BELA CRUZ	1	0	0	1	0	7
CE	230310	CARIRÉ	1	0	0	1	0	6
CE	230420	CRATO	1	0	0	0	0	4
CE	230423	CROATÁ	1	0	0	1	0	3
CE	230480	GRANJEIRO	1	0	0	1	0	10
CE	230655	ITAREMA	0	0	0	1	0	0
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	0	0	0	1	0	0
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0	6
CE	230770	MARANGUAPE	1	0	0	1	0	5
CE	230837	MIRAÍMA	0	0	0	1	0	0
CE	230840	MISSÃO VELHA	1	0	0	1	0	8
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	0	0	0	1	0	0
CE	230910	MULUNGU	1	0	0	1	0	7
CE	230970	PACATUBA	1	0	0	0	0	4
TOTAL		14	10	0	0	12	0	60

ANEXO V

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
DF	530010	BRASÍLIA	0	0	0	1	0	0
TOTAL		1	0	0	0	1	0	0

ANEXO VI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0	0
ES	320300	IÚNA	1	0	0	0	0	11
ES	320320	LINHARES	0	0	0	1	0	0
ES	320460	SANTA TERESA	1	0	0	2	0	7
ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	1	0	0	1	0	9
ES	320520	VILA VELHA	1	0	0	0	0	10
TOTAL		6	4	0	0	5	0	37

ANEXO VII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
GO	520110	ANÁPOLIS	1	0	0	1	0	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520870	GOIÂNIA	1	0	0	0	0	4
GO	521040	ITABERAÍ	0	0	0	1	0	0
GO	521150	ITUMBIARA	0	0	0	0	0	8
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	1	0	0	1	0	6
TOTAL		5	3	0	0	3	0	25

ANEXO VIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MA	210010	AFONSO CUNHA	1	0	0	1	0	8
MA	210055	AMAPÁ DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	7
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0	0	0	1	0	0
MA	210790	PASSAGEM FRANCA	0	0	0	1	0	0
MA	211000	SANTA LUZIA	1	0	0	1	0	12
MA	211050	SÃO BENTO	1	0	0	0	0	11
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	0	0	0	1	0	0
MA	211220	TIMON	1	0	0	1	0	6
TOTAL		8	5	0	0	7	0	44

ANEXO IX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MG	310900	BRUMADINHO	1	0	0	0	0	6
MG	311950	CORONEL MURTA	0	0	0	0	1	0
MG	312270	DOM SILVÉRIO	0	0	0	1	0	0
MG	312400	ERVÁLIA	1	0	0	1	0	6
MG	312410	ESMERALDAS	1	0	0	0	0	6
MG	312420	ESPERA FELIZ	0	0	0	1	0	0
MG	312560	FELISBURGO	1	0	0	1	0	6
MG	313130	IPATINGA	1	0	0	0	0	5
MG	313190	ITABIRITO	0	0	0	0	2	0
MG	313320	ITANHOMI	1	0	0	1	0	9
MG	313410	ITUETA	0	0	0	1	0	0
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	2	0	0	0	0	10
MG	313700	LADAINHA	0	0	0	0	1	0
MG	313720	LAGOA DA PRATA	1	0	0	0	0	6
MG	313780	LAMBARI	1	0	0	1	0	7
MG	313840	LEOPOLDINA	0	0	0	1	0	0
MG	314055	MATA VERDE	1	0	0	1	0	6
MG	314140	MEDINA	1	0	0	1	0	8
MG	314730	PARAISÓPOLIS	1	0	0	0	0	6
MG	315110	PIRAPETINGA	1	0	0	0	1	6
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2	0	0	0	1	13
MG	315600	RIO VERMELHO	1	0	0	1	0	10
MG	315620	ROCHEDO DE MINAS	1	0	0	1	0	5
MG	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	1	0	0	0	1	7
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	1	0	0	0	0	3
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	1	0	0	1	0	6
TOTAL		26	21	0	0	13	7	131

ANEXO X

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MS	500450	ITAPORÃ	1	0	0	0	0	4
MS	500470	IVINHEMA	1	0	0	1	0	6
MS	500797	TAQUARUSSU	1	0	0	1	0	6
TOTAL		3	3	0	0	2	0	16

ANEXO XI

UF	IBGE	MUNICIPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MT	510385	GAÚCHA DO NORTE	0	0	0	1	0	0
MT	510860	VILA RICA	1	0	0	1	0	10
TOTAL		2	1	0	0	2	0	10

ANEXO XII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PA	150080	ANANINDEUA	1	0	0	0	0	6
PA	150390	JURUTI	0	0	0	0	0	12
PA	150405	MÃE DO RIO	1	0	0	0	0	4
PA	150410	MAGALHÃES BARATA	1	0	0	0	0	5
PA	150530	ORIXIMINÁ	1	0	0	1	0	8
PA	150700	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	1	0	0	1	0	9
TOTAL		6	5	0	0	2	0	44

ANEXO XIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PB	250100	ARARUNA	0	0	0	1	0	0
PB	250135	ASSUNÇÃO	1	0	0	1	0	5
PB	250750	JOÃO PESSOA	1	0	0	1	0	11
PB	251070	PASSAGEM	1	0	0	1	0	5
PB	251090	PAULISTA	0	0	0	1	0	0
PB	251140	PICUÍ	1	0	0	1	0	8
PB	251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	1	0	0	1	0	4
PB	251530	SAPÉ	1	0	0	1	0	5
PB	251620	SOUSA	0	0	0	1	0	0
TOTAL		9	6	0	0	9	0	38

ANEXO XIV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PE	260030	AGRESTINA	0	0	0	1	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260190	BEZERROS	1	0	0	1	0	7
PE	260510	CUSTÓDIA	1	0	0	1	0	6
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	0	1	0	0
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2	0	0	2	0	18
PE	260930	MIRANDIBA	1	0	0	1	0	6
PE	261000	PALMARES	1	0	0	1	0	3
PE	261070	PAULISTA	1	0	0	0	0	12
PE	261110	PETROLINA	1	0	0	1	0	6
PE	261220	SALGUEIRO	1	0	0	1	0	8
PE	261530	TIMBAÚBA	0	0	0	1	0	0
PE	261620	VERTENTES	0	0	0	1	0	0
TOTAL		12	9	0	0	12	0	66

ANEXO XV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PI	220550	JOSÉ DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
PI	220580	LUZILÂNDIA	0	0	0	1	0	0
PI	220665	MORRO CABEÇA NO TEMPO	0	0	0	1	0	0
PI	220760	PARNAGUÁ	1	0	0	1	0	6
PI	220770	PARNAÍBA	0	0	0	1	0	0
PI	221100	TERESINA	1	0	0	0	0	7
PI	221110	UNIÃO	0	0	0	1	0	0
TOTAL		7	2	0	0	6	0	13

ANEXO XVI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PR	410070	ALTO PIQUIRI	1	0	0	1	0	4
PR	410110	ANDIRÁ	1	0	0	0	0	2
PR	410340	CAFEARA	1	0	0	0	1	5
PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	1	0	0	1	0	8
PR	410850	GENERAL CARNEIRO	1	0	0	1	0	6
PR	410895	GUAMIRANGA	1	0	0	1	0	7
PR	410960	GUARATUBA	1	0	0	1	0	5
PR	411140	IVAÍ	1	0	0	0	0	5
PR	411620	MORRETES	1	0	0	1	0	7
PR	411950	PIRAQUARA	0	0	0	1	0	0
PR	412170	RESERVA	1	0	0	1	0	9
PR	412215	RIO BONITO DO IGUAÇU	0	0	0	1	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	2	0	0	1	0	8
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	0	0	0	0	2
TOTAL		14	13	0	0	10	1	68

ANEXO XVII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	2	0	0	2	0	13
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0	0
RJ	330045	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	8
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1	0	0	0	0	4
RJ	330250	MAGÉ	4	0	0	2	0	36
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	1	0	0	0	0	6
RJ	330400	PIRAÍ	1	0	0	1	0	5
RJ	330410	PORCIÚNCULA	1	0	0	1	0	5
RJ	330412	QUATIS	1	0	0	0	0	7
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2	0	0	0	2	10
RJ	330490	SÃO GONÇALO	3	0	0	2	0	18
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	1	0	0	1	0	4
RJ	330560	SILVA JARDIM	1	0	0	2	0	6
RJ	330580	TERESÓPOLIS	1	0	0	1	0	6
RJ	330630	VOLTA REDONDA	1	0	0	0	1	4
TOTAL		15	21	0	0	13	3	132

ANEXO XVIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RN	240080	ANGICOS	1	0	0	1	0	5
RN	240800	MOSSORÓ	1	0	0	1	0	6
RN	241370	SÍTIO NOVO	0	0	0	1	0	0
TOTAL		3	2	0	0	3	0	11

ANEXO XIX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RO	110004	CACOAL	1	0	0	0	0	5
RO	110020	PORTO VELHO	0	0	0	1	0	0
RO	110028	ROLIM DE MOURA	1	0	0	0	0	11
RO	110150	SERINGUEIRAS	1	0	0	1	0	8
TOTAL		4	3	0	0	2	0	24

ANEXO XX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RS	430105	ARROIO DO SAL	1	0	0	0	0	9
RS	430160	BAGÉ	1	0	0	1	0	3
RS	430460	CANOAS	3	0	0	1	0	20
RS	430490	CASCA	0	0	0	1	0	0
RS	430535	CHARQUEADAS	2	0	0	0	0	7
RS	430673	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	1	0	0	1	0	10
RS	430810	FELIZ	1	0	0	0	0	8
RS	431180	MARAU	0	0	0	1	0	0
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0	0	0	1	0	0
RS	431830	SÃO GABRIEL	1	0	0	0	0	7
RS	432300	VIAMÃO	1	0	0	0	0	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL		11	11	0	0	6	0	65

ANEXO XXI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SC	420340	CAMPO BELO DO SUL	0	0	0	1	0	0
SC	420395	CAPIVARI DE BAIXO	1	0	0	1	0	5
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1	0	0	0	0	1
SC	421870	TUBARÃO	1	0	0	1	0	11
TOTAL		4	3	0	0	3	0	17

ANEXO XXII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SE	280030	ARACAJU	1	0	0	1	0	5
TOTAL		1	1	0	0	1	0	5

ANEXO XXIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SP	350290	ARAÇOIABA DA SERRA	1	0	0	1	0	6
SP	350920	CAJAMAR	1	0	0	1	0	4
SP	351350	CUBATÃO	1	0	0	0	0	7
SP	351630	FRANCISCO MORATO	1	0	0	0	0	6
SP	351870	GUARUJÁ	0	0	0	1	0	0
SP	352940	MAUÁ	0	0	0	1	0	0
SP	353420	ORINDIÚVA	0	0	0	1	0	0
SP	353470	OURINHOS	0	0	0	1	0	0
SP	353730	PENÁPOLIS	1	0	0	0	1	6
SP	353880	PIRAJU	1	0	0	1	0	7
SP	354120	PRESIDENTE BERNARDES	0	0	0	1	0	0
SP	354190	QUELUZ	1	0	0	1	0	7
SP	354300	RIBEIRÃO BRANCO	1	0	0	1	0	5
SP	355000	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	1	0	0	0	0	5
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	1	0	0
SP	355380	TAQUARITUBA	1	0	0	1	0	5
TOTAL		16	10	0	0	12	1	58

ANEXO XXIV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
TO	171875	RIO SONO	1	0	0	1	0	7
TO	172100	PALMAS	0	0	0	1	0	0
TOTAL		2	1	0	0	2	0	7

PORTARIA Nº 3.339, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Benevides (PA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 2.436/GM/MS, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira outubro/2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipe de Saúde da Família do Município de Benevides (PA), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Pará, especialmente no que tange ao descumprimento da carga horária por parte dos profissionais que compõem as Equipes de Saúde Bucal e infraestrutura inadequada em uma Unidade Básica de Saúde conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 9 (nove) Equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por supervisão técnica da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.343, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, no Município de Candeias do Jamari (RO), Estado de Rondônia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro, Parte Variável do Piso da Atenção Básica - PAB, para a Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira outubro de 2017, a transferência do incentivo financeiro referente à Equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, do Município de Candeias do Jamari (RO), em virtude de irregularidades/impropriedades detectadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, especialmente no que tange ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 2º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á em 3 (três) Equipes de Saúde da Família e 3 (três) equipes de Saúde Bucal e perdurará até a adequação das irregularidades por parte do Município, devidamente comprovadas por meio de supervisão técnica por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.344 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do Hospital Santo Antônio e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave;

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado, o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 17.712	Hospital	Nº leitos
CNES: 2558254	Hospital Santo Antônio - Fundação Hospitalar de Blumenau - Blumenau/SC	
Leito: 26.01 Adulto		15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau, no montante anual de R$ 698.931,20 (seiscentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e um reais e vinte centavos).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau/SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 3º relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.348, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita a Clínica de Diálise de Volta Redonda (RJ) como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica - DRC e estabelece recurso financeiro anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC Nº. 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação da CIB/RJ nº 4.002, de 29 de março de 2017, retificada em 13 de julho de 2017, conforme publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição nº 128; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Clínica de Diálise de Volta Redonda/RJ, CNES 9097457, CNPJ 20.204493/0001-99, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com diálise peritoneal, códigos 15.04 e 15.05.

Art. 2º Fica estabelecido recurso anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser disponibilizado por meio do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação, no montante anual de R$ 8.253.184,54 (oito milhões, duzentos e cinquenta e três mil cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), ao Município de Volta Redonda (RJ), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 3º O custeio da habilitação de que trata esta Portaria dar-se-á com ônus para o Ministério da Saúde conforme Deliberação da CIB/RJ nº 4.002, de 29 de março de 2017, retificada em 13 de julho de 2017 - Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição n.º 128.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Volta Redonda/RJ, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 5º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Plano Orçamentário 0000 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.354, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela a Habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de Maracanaú (CE), por solicitação do proponente, de acordo com Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS e 6/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 1.344/GM/MS, de 29 de junho de 2012, que habilita Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h);
Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde; e
Considerando a solicitação recebida do proponente, por meio do Ofício nº 95/SMS/2017, solicitando o cancelamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), referente à proposta nº 07605.850000/1120-07, habilitada pelo Ministério da Saúde em Portaria específica; resolve:
Art. 1º Fica cancelada a habilitação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) do Município de Maracanaú (CE), por solicitação do proponente, conforme anexo a esta Portaria.
Art. 2º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Maracanaú (CE), para a devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e as providências para a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Programa da UPA	Categoria	Porte	Proposta	SIPAR	Habilitação	Valor da Proposta R$	Valor Repassado R$
CE	Maracanaú	PAC 2	Nova	I	07605.850000/1120-07	25000.401490/2017-45	Constante do anexo da PT 1.344/GM/MS de 29/6/2012	1.400.000,00	1.260.000,00

PORTARIA Nº 3.369, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes de Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), nos municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;
Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;
Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
Considerando o Anexo XXIII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;
Considerando o art. 4º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de Setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e
Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, na competência julho/2017 resolve:
Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira agosto de 2017, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFRB), Equipes Saúde Bucal (ESB) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados nos Anexos a esta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

		ANEXO I						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AL	270030	ARAPIRACA	1	0	0	1	0	8
AL	270180	CARNEIROS	1	0	0	1	0	6
AL	270440	MAJOR ISIDORO	0	0	0	1	0	0
AL	270520	MESSIAS	1	0	0	1	0	6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270560	NOVO LINO	1	0	0	1	0	7
AL	270710	PIRANHAS	1	0	0	1	0	8
TOTAL		6	5	0	0	6	0	35
		ANEXO II						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
AM	130160	FONTE BOA	1	0	0	1	0	8
AM	130210	JAPURÁ	0	0	0	1	0	0
TOTAL		2	1	0	0	2	0	8
		ANEXO III						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
BA	290060	AIQUARA	1	0	0	1	0	5
BA	290080	ALCOBAÇA	0	0	0	1	0	0
BA	290120	ANAGÉ	0	0	0	1	0	0
BA	290330	BARRO PRETO	0	0	0	1	0	0
BA	290475	BURITIRAMA	1	0	0	1	0	12
BA	290490	CACHOEIRA	0	0	0	1	0	0
BA	290570	CAMAÇARI	2	0	0	1	0	12
BA	290690	CARAVELAS	0	0	0	1	0	0
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0	0	0	1	0	0
BA	291005	DIAS D"ÁVILA	1	0	0	1	0	5
BA	291480	ITABUNA	2	0	0	1	0	13
BA	291490	ITACARÉ	1	0	0	1	0	5
BA	291670	ITAQUARA	1	0	0	1	0	3
BA	291800	JEQUIÉ	1	0	0	1	0	5
BA	291920	LAURO DE FREITAS	1	0	0	0	0	6
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	1	0	0	1	0	6
BA	292380	PARIPIRANGA	0	0	0	0	0	11
BA	292520	POJUCA	2	0	0	0	0	16
BA	292740	SALVADOR	2	0	0	1	0	10
BA	293070	SIMÕES FILHO	0	0	0	2	0	0
TOTAL		20	16	0	0	18	0	109
		ANEXO IV						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
CE	230230	BELA CRUZ	1	0	0	1	0	7
CE	230310	CARIRÉ	1	0	0	1	0	6
CE	230420	CRATO	1	0	0	0	0	4
CE	230423	CROATÁ	1	0	0	1	0	3
CE	230480	GRANJEIRO	1	0	0	1	0	10
CE	230655	ITAREMA	0	0	0	1	0	0
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	0	0	0	1	0	0
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0	6
CE	230770	MARANGUAPE	1	0	0	1	0	5
CE	230837	MIRAÍMA	0	0	0	1	0	0
CE	230840	MISSÃO VELHA	1	0	0	1	0	8
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	0	0	0	1	0	0
CE	230910	MULUNGU	1	0	0	1	0	7
CE	230970	PACATUBA	1	0	0	0	0	4
TOTAL		14	10	0	0	12	0	60
		ANEXO V						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
DF	530010	BRASÍLIA	0	0	0	1	0	0
TOTAL		1	0	0	0	1	0	0
		ANEXO VI						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0	0
ES	320300	IÚNA	1	0	0	0	0	11
ES	320320	LINHARES	0	0	0	1	0	0
ES	320460	SANTA TERESA	1	0	0	2	0	7
ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	1	0	0	1	0	9
ES	320520	VILA VELHA	1	0	0	0	0	10
TOTAL		6	4	0	0	5	0	37
		ANEXO VII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
GO	520110	ANÁPOLIS	1	0	0	1	0	7
GO	520870	GOIÂNIA	1	0	0	0	0	4
GO	521040	ITABERAÍ	0	0	0	1	0	0
GO	521150	ITUMBIARA	0	0	0	0	0	8
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	1	0	0	1	0	6
TOTAL		5	3	0	0	3	0	25
		ANEXO VIII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MA	210010	AFONSO CUNHA	1	0	0	1	0	8
MA	210055	AMAPÁ DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	7
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0	0	0	1	0	0
MA	210790	PASSAGEM FRANCA	0	0	0	1	0	0
MA	211000	SANTA LUZIA	1	0	0	1	0	12
MA	211050	SÃO BENTO	1	0	0	0	0	11
MA	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	0	0	0	1	0	0
MA	211220	TIMON	1	0	0	1	0	6
TOTAL		8	5	0	0	7	0	44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO IX						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MG	310900	BRUMADINHO	1	0	0	0	0	6
MG	311950	CORONEL MURTA	0	0	0	0	1	0
MG	312270	DOM SILVÉRIO	0	0	0	1	0	0
MG	312400	ERVÁLIA	1	0	0	1	0	6
MG	312410	ESMERALDAS	1	0	0	0	0	6
MG	312420	ESPERA FELIZ	0	0	0	1	0	0
MG	312560	FELISBURGO	1	0	0	1	0	6
MG	313130	IPATINGA	1	0	0	0	0	5
MG	313190	ITABIRITO	0	0	0	0	2	0
MG	313320	ITANHOMI	1	0	0	1	0	9
MG	313410	ITUETA	0	0	0	1	0	0
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	2	0	0	0	0	10
MG	313700	LADAINHA	0	0	0	0	1	0
MG	313720	LAGOA DA PRATA	1	0	0	0	0	6
MG	313780	LAMBARI	1	0	0	1	0	7
MG	313840	LEOPOLDINA	0	0	0	1	0	0
MG	314055	MATA VERDE	1	0	0	1	0	6
MG	314140	MEDINA	1	0	0	1	0	8
MG	314730	PARAISÓPOLIS	1	0	0	0	0	6
MG	315110	PIRAPETINGA	1	0	0	0	1	6
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	2	0	0	0	1	13
MG	315600	RIO VERMELHO	1	0	0	1	0	10
MG	315620	ROCHEDO DE MINAS	1	0	0	1	0	5
MG	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	1	0	0	0	1	7
MG	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	1	0	0	0	0	3
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	1	0	0	1	0	6
TOTAL		26	21	0	0	13	7	131

		ANEXO X						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MS	500450	ITAPORÃ	1	0	0	0	0	4
MS	500470	IVINHEMA	1	0	0	1	0	6
MS	500797	TAQUARUSSU	1	0	0	1	0	6
TOTAL		3	3	0	0	2	0	16

		ANEXO XI						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
MT	510385	GAÚCHA DO NORTE	0	0	0	1	0	0
MT	510860	VILA RICA	1	0	0	1	0	10
TOTAL		2	1	0	0	2	0	10

		ANEXO XII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PA	150080	ANANINDEUA	1	0	0	0	0	6
PA	150390	JURUTI	0	0	0	0	0	12
PA	150405	MÃE DO RIO	1	0	0	0	0	4
PA	150410	MAGALHÃES BARATA	1	0	0	0	0	5
PA	150530	ORIXIMINÁ	1	0	0	1	0	8
PA	150700	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	1	0	0	1	0	9
TOTAL		6	5	0	0	2	0	44

		ANEXO XIII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PB	250100	ARARUNA	0	0	0	1	0	0
PB	250135	ASSUNÇÃO	1	0	0	1	0	5
PB	250750	JOÃO PESSOA	1	0	0	1	0	11
PB	251070	PASSAGEM	1	0	0	1	0	5
PB	251090	PAULISTA	0	0	0	1	0	0
PB	251140	PICUÍ	1	0	0	1	0	8
PB	251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	1	0	0	1	0	4
PB	251530	SAPÉ	1	0	0	1	0	5
PB	251620	SOUSA	0	0	0	1	0	0
TOTAL		9	6	0	0	9	0	38

		ANEXO XIV						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PE	260030	AGRESTINA	0	0	0	1	0	0
PE	260190	BEZERROS	1	0	0	1	0	7
PE	260510	CUSTÓDIA	1	0	0	1	0	6
PE	260640	GRAVATÁ	0	0	0	1	0	0
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2	0	0	2	0	18
PE	260930	MIRANDIBA	1	0	0	1	0	6
PE	261000	PALMARES	1	0	0	1	0	3
PE	261070	PAULISTA	1	0	0	0	0	12
PE	261110	PETROLINA	1	0	0	1	0	6
PE	261220	SALGUEIRO	1	0	0	1	0	8
PE	261530	TIMBAÚBA	0	0	0	1	0	0
PE	261620	VERTENTES	0	0	0	1	0	0
TOTAL		12	9	0	0	12	0	66

		ANEXO XV						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PI	220550	JOSÉ DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
PI	220580	LUZILÂNDIA	0	0	0	1	0	0
PI	220665	MORRO CABEÇA NO TEMPO	0	0	0	1	0	0
PI	220760	PARNAGUÁ	1	0	0	1	0	6
PI	220770	PARNAÍBA	0	0	0	1	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	221100	TERESINA	1	0	0	0	0	7
PI	221110	UNIÃO	0	0	0	1	0	0
TOTAL		7	2	0	0	6	0	13
		ANEXO XVI						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
PR	410070	ALTO PIQUIRI	1	0	0	1	0	4
PR	410110	ANDIRÁ	1	0	0	0	0	2
PR	410340	CAFEARA	1	0	0	0	1	5
PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	1	0	0	1	0	8
PR	410850	GENERAL CARNEIRO	1	0	0	1	0	6
PR	410895	GUAMIRANGA	1	0	0	1	0	7
PR	410960	GUARATUBA	1	0	0	1	0	5
PR	411140	IVAÍ	1	0	0	0	0	5
PR	411620	MORRETES	1	0	0	1	0	7
PR	411950	PIRAQUARA	0	0	0	1	0	0
PR	412170	RESERVA	1	0	0	1	0	9
PR	412215	RIO BONITO DO IGUAÇU	0	0	0	1	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	2	0	0	1	0	8
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1	0	0	0	0	2
TOTAL		14	13	0	0	10	1	68
		ANEXO XVII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	2	0	0	2	0	13
RJ	330020	ARARUAMA	0	0	0	1	0	0
RJ	330045	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	8
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	1	0	0	0	0	4
RJ	330250	MAGÉ	4	0	0	2	0	36
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	1	0	0	0	0	6
RJ	330400	PIRAÍ	1	0	0	1	0	5
RJ	330410	PORCIÚNCULA	1	0	0	1	0	5
RJ	330412	QUATIS	1	0	0	0	0	7
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	2	0	0	0	2	10
RJ	330490	SÃO GONÇALO	3	0	0	2	0	18
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	1	0	0	1	0	4
RJ	330560	SILVA JARDIM	1	0	0	2	0	6
RJ	330580	TERESÓPOLIS	1	0	0	1	0	6
RJ	330630	VOLTA REDONDA	1	0	0	0	1	4
TOTAL		15	21	0	0	13	3	132
		ANEXO XVIII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RN	240080	ANGICOS	1	0	0	1	0	5
RN	240800	MOSSORÓ	1	0	0	1	0	6
RN	241370	SÍTIO NOVO	0	0	0	1	0	0
TOTAL		3	2	0	0	3	0	11
		ANEXO XVIII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RO	110004	CACOAL	1	0	0	0	0	5
RO	110020	PORTO VELHO	0	0	0	1	0	0
RO	110028	ROLIM DE MOURA	1	0	0	0	0	11
RO	110150	SERINGUEIRAS	1	0	0	1	0	8
TOTAL		4	3	0	0	2	0	24
		ANEXO XIX						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
RS	430105	ARROIO DO SAL	1	0	0	0	0	9
RS	430160	BAGÉ	1	0	0	1	0	3
RS	430460	CANOAS	3	0	0	1	0	20
RS	430490	CASCA	0	0	0	1	0	0
RS	430535	CHARQUEADAS	2	0	0	0	0	7
RS	430673	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	1	0	0	1	0	10
RS	430810	FELIZ	1	0	0	0	0	8
RS	431180	MARAU	0	0	0	1	0	0
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0	0	0	1	0	0
RS	431830	SÃO GABRIEL	1	0	0	0	0	7
RS	432300	VIAMÃO	1	0	0	0	0	1
TOTAL		11	11	0	0	6	0	65
		ANEXO XX						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SC	420340	CAMPO BELO DO SUL	0	0	0	1	0	0
SC	420395	CAPIVARI DE BAIXO	1	0	0	1	0	5
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1	0	0	0	0	1
SC	421870	TUBARÃO	1	0	0	1	0	11
TOTAL		4	3	0	0	3	0	17
		ANEXO XXI						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SE	280030	ARACAJU	1	0	0	1	0	5
TOTAL		1	1	0	0	1	0	5
		ANEXO XXII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
SP	350290	ARAÇOIABA DA SERRA	1	0	0	1	0	6
SP	350920	CAJAMAR	1	0	0	1	0	4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351350	CUBATÃO	1	0	0	0	0	7
SP	351630	FRANCISCO MORATO	1	0	0	0	0	6
SP	351870	GUARUJÁ	0	0	0	1	0	0
SP	352940	MAUÁ	0	0	0	1	0	0
SP	353420	ORINDIÚVA	0	0	0	1	0	0
SP	353470	OURINHOS	0	0	0	1	0	0
SP	353730	PENÁPOLIS	1	0	0	0	1	6
SP	353880	PIRAJU	1	0	0	1	0	7
SP	354120	PRESIDENTE BERNARDES	0	0	0	1	0	0
SP	354190	QUELUZ	1	0	0	1	0	7
SP	354300	RIBEIRÃO BRANCO	1	0	0	1	0	5
SP	355000	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	1	0	0	0	0	5
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	1	0	0
SP	355380	TAQUARITUBA	1	0	0	1	0	5
TOTAL		16	10	0	0	12	1	58
		ANEXO XXIII						
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB1	ESB2	ACS
TO	171875	RIO SONO	1	0	0	1	0	7
TO	172100	PALMAS	0	0	0	1	0	0
TOTAL		2	1	0	0	2	0	7

PORTARIA Nº 3.370, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), nos Municípios com ausência de alimentação do SISAB.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 534/SAS/MS, de 23 de junho de 2015, que altera o anexo da Portaria nº 14/SAS/MS, de 7 de janeiro de 2014, que institui os prazos para o envio da base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando a Portaria nº 97/SAS/MS, de 6 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2017;

Considerando o art. 294 e o art. 311 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o art. 4º da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica e a responsabilidade pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a ausência de alimentação, por três meses consecutivos, relativo aos meses de julho, agosto e setembro de 2017, do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira outubro de 2017, a transferência de incentivos financeiros referente ao número Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Equipes de Consultório na Rua (eCR), que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB), aos Municípios relacionados no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

		ANEXO I					
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AC	120020	CRUZEIRO DO SUL	0	0	0	1	0
TOTAL		1	0	0	0	1	0
		ANEXO II					
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AL	270430	MACEIÓ	0	0	0	1	0
TOTAL		1	0	0	0	1	0
		ANEXO III					
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
AM	130260	MANAUS	5	0	0	0	0
TOTAL		1	5	0	0	0	0
		ANEXO IV					
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
BA	290190	APORÁ	0	0	0	1	0
BA	290340	BELMONTE	0	0	0	1	0
BA	290630	CANAVIEIRAS	0	0	0	1	0
BA	290650	CANDEIAS	0	0	0	1	0
BA	290730	CASTRO ALVES	0	0	0	1	0
BA	291600	ITANHÉM	3	0	0	0	0
BA	291810	JEREMOABO	0	0	0	1	0
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	8	1	1	0	0
BA	292290	NOVA SOURE	0	0	0	1	0
BA	292690	RIO DO PIRES	0	0	0	1	0
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0	0	0	1	0
BA	293190	TUCANO	37	3	0	0	0
TOTAL		12	48	4	1	9	0
		ANEXO V					
UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
CE	230080	ANTONINA DO NORTE	0	0	0	1	0
CE	230150	ARNEIROZ	0	0	0	1	0
CE	230440	FORTALEZA	27	2	2	3	0
CE	230450	FRECHEIRINHA	1	1	1	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230533	IBICUITINGA	1	0	0	0	0
CE	230763	MADALENA	0	0	0	1	0
CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU	0	0	0	1	0
TOTAL		7	29	3	3	7	0

ANEXO VI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
DF	530010	BRASÍLIA	79	25	4	0	0
TOTAL		1	79	25	4	0	0

ANEXO VII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0
ES	320140	CASTELO	0	0	0	1	0
ES	320245	IBATIBA	28	2	2	0	0
ES	320370	MUNIZ FREIRE	0	0	0	1	0
TOTAL		4	28	2	2	3	0

ANEXO VIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0	0	0	1	0
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	1	0	0	0	0
GO	520355	BONFINÓPOLIS	0	0	0	1	0
GO	520740	EDÉIA	0	0	0	1	0
GO	520870	GOIÂNIA	1	0	0	0	0
GO	521560	PADRE BERNARDO	0	0	0	1	0
GO	522045	SENADOR CANEDO	0	0	0	1	0
GO	522145	TROMBAS	0	0	0	1	0
TOTAL		8	2	0	0	6	0

ANEXO IX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	0	0	0	1	0
MA	210300	CAXIAS	1	0	0	0	0
MA	210360	COROATÁ	12	1	0	0	0
MA	210515	IGARAPÉ DO MEIO	0	0	0	1	0
MA	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	0	0	0	1	0
MA	211065	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	0	0	0	1	0
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	5	1	0	0	0
MA	211180	SÍTIO NOVO	7	0	0	0	0
TOTAL		8	25	2	0	4	0

ANEXO X

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MG	310050	AÇUCENA	5	1	0	0	0
MG	310160	ALFENAS	0	1	1	2	0
MG	310170	ALMENARA	5	1	0	0	0
MG	310280	ANDRELÂNDIA	0	0	0	1	0
MG	310350	ARAGUARI	3	0	0	0	0
MG	310850	BOTUMIRIM	4	1	0	0	0
MG	311110	CAMPINA VERDE	1	0	0	0	0
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	6	1	0	0	0
MG	312360	ELÓI MENDES	0	0	0	1	0
MG	312800	GUANHÃES	1	0	0	0	0
MG	313030	IGUATAMA	4	1	0	1	0
MG	313130	IPATINGA	0	0	0	1	0
MG	313160	IRAÍ DE MINAS	0	0	0	1	0
MG	313240	ITAJUBÁ	5	1	0	0	0
MG	313420	ITUIUTABA	8	1	0	0	0
MG	313510	JANAÚBA	0	0	0	0	1
MG	313580	JEQUITINHONHA	4	0	0	0	0
MG	314625	PADRE CARVALHO	0	0	0	1	0
MG	314795	PATIS	1	0	0	0	0
MG	315130	PIRAÚBA	10	2	2	0	0
MG	315250	POUSO ALEGRE	4	0	0	0	0
MG	315670	SABARÁ	11	2	0	0	0
MG	316070	SANTOS DUMONT	0	1	0	0	0
MG	317070	VARGINHA	7	1	0	0	0
TOTAL		24	79	14	3	8	1

ANEXO XI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MS	500080	ANAURILÂNDIA	17	3	2	1	0
MS	500270	CAMPO GRANDE	121	0	0	0	0
MS	500290	CASSILÂNDIA	18	4	4	0	0
MS	500540	MARACAJU	0	0	0	1	0
MS	500635	PARANHOS	5	0	0	0	0
MS	500790	SIDROLÂNDIA	2	0	0	0	0
MS	500800	TERENOS	0	0	0	1	0
TOTAL		7	163	7	6	3	0

ANEXO XII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
MT	510340	CUIABÁ	32	0	0	0	0
MT	510343	CURVELÂNDIA	5	1	0	0	0
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	4	0	0	0	0
MT	510562	MIRASSOL D"OESTE	54	6	1	0	0
MT	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	5	0	0	0	0
MT	510630	PARANATINGA	1	0	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0	0	0	1	0
MT	510757	RONDOLÂNDIA	0	0	0	1	0
MT	510760	RONDONÓPOLIS	9	0	0	0	0
TOTAL		9	110	7	1	2	0

ANEXO XIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PA	150060	ALTAMIRA	5	0	0	0	0
PA	150130	BARCARENA	7	0	0	1	0
PA	150140	BELÉM	37	6	0	1	0
PA	150240	CASTANHAL	6	0	0	0	0
PA	150285	CURUÁ	1	0	0	0	0
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	1	0	0	0
PA	150770	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	6	0	0	0	0
PA	150835	VITÓRIA DO XINGU	0	0	0	1	0
TOTAL		8	66	7	0	3	0

ANEXO XIV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PB	250400	CAMPINA GRANDE	5	1	1	1	0
PB	250750	JOÃO PESSOA	2	0	0	0	0
PB	250820	LAGOA DE DENTRO	0	0	0	1	0
PB	250905	MARCAÇÃO	1	0	0	0	0
PB	251610	SOLEDADE	1	0	0	0	0
TOTAL		5	9	1	1	2	0

ANEXO XV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PE	260130	BARRA DE GUABIRABA	4	2	2	0	0
PE	260345	CAMARAGIBE	0	0	0	0	1
PE	260370	CANHOTINHO	1	0	0	0	0
PE	260670	IBIRAJUBA	1	1	1	0	0
PE	260840	JUREMA	0	0	0	1	0
PE	261100	PETROLÂNDIA	0	0	0	1	0
PE	261160	RECIFE	6	0	0	0	0
PE	261310	SÃO CAITANO	8	0	0	0	0
PE	261530	TIMBAÚBA	3	0	0	0	0
TOTAL		9	23	3	3	2	1

ANEXO XVI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PI	220150	BATALHA	1	0	0	0	0
PI	220325	CURRALINHOS	0	0	0	1	0
PI	220620	MIGUEL ALVES	14	2	2	1	0
PI	221038	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	5	1	1	1	0
PI	221100	TERESINA	9	0	0	0	0
TOTAL		5	29	3	3	3	0

ANEXO XVII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
PR	410010	ABATIÁ	1	0	0	0	0
PR	410442	CANDÓI	22	4	3	1	0
PR	410580	COLOMBO	1	0	0	0	0
PR	410753	ENTRE RIOS DO OESTE	1	0	0	0	0
PR	410785	FLOR DA SERRA DO SUL	0	0	0	1	0
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	7	1	0	0	0
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	1	0	0	0	0
PR	411120	ITAPEJARA D"OESTE	1	0	0	0	0
PR	411170	JABOTI	1	0	0	0	0
PR	411220	JANIÓPOLIS	0	0	0	1	0
PR	411250	JARDIM ALEGRE	12	1	0	0	0
PR	411310	KALORÉ	0	0	0	1	0
PR	411695	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	0	0	0	1	0
PR	411750	PAIÇANDU	3	2	0	0	0
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	7	0	0	0	0
PR	412040	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	7	1	0	0	0
PR	412230	RIO NEGRO	1	0	0	0	0
PR	412382	SANTA LÚCIA	0	0	0	1	0
PR	412430	SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	0	0	0	1	0
PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	0	0	0	1	0
PR	412795	TUPÃSSI	9	2	0	0	0
TOTAL		21	74	11	3	8	0

ANEXO XVIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0	2	0	0	0
RJ	330040	BARRA MANSA	4	0	0	0	0
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	15	3	3	0	0
RJ	330290	MIGUEL PEREIRA	20	4	0	0	0
RJ	330380	PARATI	0	0	0	1	0
RJ	330390	PETRÓPOLIS	3	0	0	0	0
RJ	330411	PORTO REAL	0	0	0	1	0
RJ	330414	QUEIMADOS	3	1	0	0	0
RJ	330420	RESENDE	1	0	0	0	0
RJ	330430	RIO BONITO	3	2	2	1	0
RJ	330450	RIO DAS FLORES	0	0	0	1	0
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0	4	0	0	0
RJ	330580	TERESÓPOLIS	2	0	0	0	0
TOTAL		13	51	16	5	4	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XIX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RN	240180	BREJINHO	2	0	0	0	0
RN	240480	IPUEIRA	0	0	0	1	0
RN	241250	SÃO MIGUEL	7	0	0	0	0
TOTAL		3	9	0	0	1	0

ANEXO XX

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RO	110140	MONTE NEGRO	14	1	0	0	0
TOTAL		1	14	1	0	0	0

ANEXO XXI

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RR	140040	NORMANDIA	0	0	0	1	0
TOTAL		1	0	0	0	1	0

ANEXO XXII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
RS	430060	ALVORADA	0	0	0	1	0
RS	430085	ARAMBARÉ	3	1	0	1	0
RS	430310	CACHOEIRINHA	5	0	0	0	0
RS	430360	CAMBARÁ DO SUL	2	1	0	0	0
RS	430435	CANDIOTA	6	1	1	0	0
RS	430463	CAPÃO DA CANOA	1	1	0	0	0
RS	430530	CHAPADA	0	0	0	1	0
RS	430535	CHARQUEADAS	0	1	0	0	0
RS	430570	CONDOR	1	0	0	0	0
RS	430770	ESTEIO	0	0	0	1	0
RS	431112	JAQUIRANA	0	0	0	1	0
RS	431301	NOVA CANDELÁRIA	0	0	0	1	0
RS	431445	PINHAL	0	0	0	1	0
RS	431490	PORTO ALEGRE	2	0	0	0	0
RS	431560	RIO GRANDE	4	1	0	1	0
RS	431643	SALDANHA MARINHO	0	0	0	1	0
RS	431670	SANTA BÁRBARA DO SUL	0	0	0	1	0
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	5	1	1	0	0
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	0	0	0	1	0
RS	431930	SÃO PAULO DAS MISSÕES	12	2	0	0	0
RS	432220	TUPANCIRETÃ	5	0	0	0	0
RS	432300	VIAMÃO	5	2	0	0	0
RS	432350	VISTA ALEGRE	0	0	0	1	0
TOTAL		23	51	11	2	12	0

ANEXO XXIII

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SC	420127	ARABUTÃ	0	0	0	1	0
SC	420330	CAMPO ALEGRE	5	0	0	0	0
SC	420460	CRICIÚMA	2	0	0	0	0
SC	420519	ERMO	5	1	1	1	0
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0	0	0	1	0
SC	420580	GARUVA	0	0	0	1	0
SC	420850	ITUPORANGA	0	0	0	1	0
SC	420870	JACINTO MACHADO	10	1	0	1	0
SC	420930	LAGES	2	0	0	0	0
SC	420970	LEBON RÉGIS	0	0	0	1	0
SC	421030	MAJOR VIEIRA	0	0	0	1	0
SC	421230	PAULO LOPES	0	0	0	1	0
SC	421380	PRAIA GRANDE	18	2	2	1	0
SC	421545	SANGÃO	0	0	0	1	0
SC	421810	TIMBÉ DO SUL	13	2	1	0	0
SC	422000	BALNEÁRIO RINCÃO	0	0	0	1	0
TOTAL		16	55	6	4	12	0

ANEXO XXIV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
SP	350270	APIAÍ	3	1	0	0	0
SP	350420	AURIFLAMA	6	1	0	0	0
SP	350610	BEBEDOURO	2	0	0	0	0
SP	350770	BRAÚNA	0	0	0	1	0
SP	350830	CABRÁLIA PAULISTA	4	1	1	0	0
SP	350860	CACHOEIRA PAULISTA	3	1	1	0	0
SP	350920	CAJAMAR	71	10	8	0	0
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	18	3	0	0	0
SP	350995	CANAS	0	0	0	1	0
SP	351090	CÁSSIA DOS COQUEIROS	0	0	0	1	0
SP	351240	CORDEIRÓPOLIS	3	1	0	0	0
SP	351280	COSMÓPOLIS	14	2	1	0	0
SP	351310	CRAVINHOS	0	0	0	1	0
SP	351350	CUBATÃO	28	1	1	0	0
SP	351380	DIADEMA	2	0	0	0	0
SP	351500	EMBU	1	0	0	0	0
SP	351880	GUARULHOS	18	0	0	0	0
SP	351925	IARAS	5	1	1	0	0
SP	352210	ITANHAÉM	0	0	0	1	0
SP	352265	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	352320	ITARARÉ	7	0	0	0	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352350	ITATINGA	2	0	0	0	0
SP	352590	JUNDIAÍ	27	0	0	0	1
SP	352680	LENÇÓIS PAULISTA	8	0	0	0	0
SP	352690	LIMEIRA	0	1	0	1	0
SP	352700	LINDÓIA	0	0	0	1	0
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0	0	0	1	0
SP	353170	MONTEIRO LOBATO	4	1	0	0	0
SP	353360	NUPORANGA	0	0	0	1	0
SP	353510	PALMARES PAULISTA	0	0	0	1	0
SP	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	6	1	1	0	0
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	3	0	0	0	0
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0	0	0	4	0
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	5	2	0	0	0
SP	354890	SÃO CARLOS	16	1	1	0	0
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	0	0	0	0
SP	355020	SÃO MIGUEL ARCANJO	4	0	0	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	8	1	3	0
SP	355370	TAQUARITINGA	5	0	0	0	0
SP	355660	VERA CRUZ	4	1	1	0	0
TOTAL		40	270	37	17	18	1

ANEXO XXV

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	eCR
TO	170220	ARAGUATINS	1	0	0	0	0
TO	170300	BABAÇULÂNDIA	0	0	0	1	0
TO	171820	PORTO NACIONAL	1	0	0	0	0
TOTAL		3	2	0	0	1	0

PORTARIA Nº 3.371, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera, para o ano de 2017, artigo 464 da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 que dispõe sobre o valor do Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-VISA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º. O art. 464º da Portaria Consolidada nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar, para o ano de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 9º O PV-VISA é constituído pelo montante de R$ 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil reais) para implementação de estratégias nacionais de interesse da vigilância sanitária, definidas de forma tripartite e publicada em ato específico". (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.373, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o anexo da Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece recurso a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio de Janeiro nº 3.940/CIB/RJ, de 13 de dezembro de 2016, que pactua a transferência de recursos da Rede Cegonha e Rede de Urgência do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Rio de Janeiro referente aos Hospitais Rocha Faria e Albert Schweitzer, resolve:

Art. 1º A gestão do Hospital Albert Schweitzer prevista no anexo da Portaria nº 3.016/GM/MS, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 2011, Seção 1, página 69, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Município	Unidade	Gestão	Valor Anual
RJ	Rio de Janeiro	Hospital Albert Schweitzer	Municipal	3.600.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 3.383, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e estabelece recursos do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Alagoas e Município de Passo do Camaragibe (AL).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, do Município de Passo do Camaragibe (AL), CNES 6907377, IBGE 270650, para realizar os procedimentos específicos previstos na tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme descrito a seguir:

UF	TIPO	PLANO INTERNO	CNES	CGC/CNPJ	MUNICÍPIO	IBGE	GESTÃO	Nº SAIPS
AL	CAPS I	RSM-RSME	6907377	11.408.429/0001-39	Passo do Camaragibe	270650	MUNICIPAL	15059

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 339.660,00 (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Alagoas e Município de Passo do Camaragibe (AL).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Passo de Camaragibe (AL), mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 000F.

Parágrafo único - os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.384, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Formiga, nova), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Minas Gerais e Município de Formiga (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/MS/SAS, de 25 de setembro de 2017, que Redefine os Incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título IV da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada e cadastrada no SAIPS nº 15988, de 28 de outubro de 2017, Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Formiga, nova), localizada no Município de Formiga (MG).

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) a serem destinados ao Estado de Minas Gerais e Município de Formiga (MG), para o custeio da habilitação da unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Formiga (MG).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0031 (MG) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
MG	Formiga	312610	2168650	Opção III	4 (quatro)	82.41	25000.410078/2017-16	1.200.000,00	Municipal	15988

PORTARIA Nº 3.385, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais relativos aos Adicionais da Assistência Financeira Complementar da União (AFC) e do Incentivo Financeiro (IF) para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) para o cumprimento do piso salarial profissional nacional dos ACE para o ano de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando a Portaria n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando os arts. 1º a 16 do anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando os arts. 1º a 8º, 416 a 455 e 1.147 a 1.154 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas;

Considerando a Portaria nº 3.240/GM/MS, de 29 de novembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o repasse dos recursos da assistência financeira complementar da União para o cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais relativos aos Adicionais da Assistência Financeira Complementar da União (AFC) e do Incentivo Financeiro (IF) para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) para o cumprimento do piso salarial profissional nacional dos ACE para o ano de 2017.

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos Municipais e do Distrito Federal constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 53.662.908,00 (cinquenta e três milhões seiscentos e sessenta e dois mil novecentos e oito reais) conforme Anexos I a XXVII.

Parágrafo único. Os Municípios com valores zerados constantes dos Anexos I a XXVII não possuíam ACE elegíveis ao recebimento da AFC e do IF no Relatório do cadastro dos ACE no SCNES do mês de setembro de 2017.

Art. 3º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 4º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 6º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGÍVEIS	Adicional IF (R$):	Adicional AFC (R$):
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00
AC	120005	Assis Brasil	1	50,70	963,30
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00
AC	120020	Cruzeiro do Sul	116	5.881,20	111.742,80
AC	120025	Epitaciolândia	0	0,00	0,00
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90
AC	120033	Mâncio Lima	10	507,00	9.633,00
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	1	50,70	963,30
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00
AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80
AC	120040	Rio Branco	117	5.931,90	112.706,10
AC	120042	Rodrigues Alves	4	202,80	3.853,20
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80
AC	120050	Sena Madureira	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00
		Total	289	14.652,30	278.393,70
		ANEXO II			
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50
AL	270030	Arapiraca	12	608,40	11.559,60
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20
AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10
AL	270180	Carneiros	3	152,10	2.889,90
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90
AL	270230	Coruripe	20	1.014,00	19.266,00
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50
AL	270240	Delmiro Gouveia	1	50,70	963,30
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00
AL	270460	Maravilha	1	50,70	963,30
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90
AL	270550	Murici	8	405,60	7.706,40
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20
AL	270570	Olho d"Água das Flores	7	354,90	6.743,10
AL	270580	Olho d"Água do Casado	3	152,10	2.889,90
AL	270590	Olho d"Água Grande	3	152,10	2.889,90
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80
AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10
AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20
AL	270900	Tanque d"Arca	3	152,10	2.889,90
AL	270910	Taquarana	3	152,10	2.889,90
AL	270915	Teotônio Vilela	2	101,40	1.926,60
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00
		Total	1.181	59.876,70	1.137.657,30
		ANEXO III			
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00
AM	130008	Anamã	2	101,40	1.926,60
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00
AM	130040	Barcelos	0	0,00	0,00
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00
AM	130080	Borba	1	50,70	963,30
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00
AM	130110	Careiro	23	1.166,10	22.155,90
AM	130115	Careiro da Várzea	0	0,00	0,00
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00
AM	130130	Codajás	8	405,60	7.706,40
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90
AM	130170	Humaitá	17	861,90	16.376,10
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00
AM	130240	Lábrea	68	3.447,60	65.504,40
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50
AM	130260	Manaus	19	963,30	18.302,70
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20
AM	130290	Maués	0	0,00	0,00
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00
AM	130356	Rio Preto da Eva	32	1.622,40	30.825,60
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	5	253,50	4.816,50
AM	130370	Santo Antônio do Içá	41	2.078,70	39.495,30
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00
AM	130390	São Paulo de Olivença	18	912,60	17.339,40
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00
AM	130406	Tabatinga	7	354,90	6.743,10
AM	130410	Tapauá	23	1.166,10	22.155,90
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00
AM	130423	Tonantins	0	0,00	0,00
AM	130426	Uarini	14	709,80	13.486,20
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50
		Total	515	26.110,50	496.099,50
		ANEXO IV			
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00
AP	160027	Laranjal do Jari	12	608,40	11.559,60
AP	160030	Macapá	173	8.771,10	166.650,90
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20
AP	160050	Oiapoque	12	608,40	11.559,60
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00
		Total	318	16.122,60	306.329,40
		ANEXO V			
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20
BA	290080	Alcobaça	0	0,00	0,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20
BA	290195	Apuarema	3	152,10	2.889,90
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30
BA	290320	Barreiras	47	2.382,90	45.275,10
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20
BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00
BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00
BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20
BA	290670	Cândido Sales	8	405,60	7.706,40
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60
BA	290860	Conde	5	253,50	4.816,50
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20
BA	291005	Dias d"Ávila	38	1.926,60	36.605,40
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40
BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00
BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90
BA	291140	Glória	4	202,80	3.853,20
BA	291150	Gongogi	0	0,00	0,00
BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80
BA	291185	Heliópolis	4	202,80	3.853,20
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20
BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60
BA	291430	Iramaia	3	152,10	2.889,90
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90
BA	291600	Itanhém	8	405,60	7.706,40
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20
BA	291670	Itaquara	1	50,70	963,30
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40
BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50
BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40
BA	291840	Juazeiro	1	50,70	963,30
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60
BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	8	405,60	7.706,40
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60
BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20
BA	292090	Mascote	1	50,70	963,30
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40
BA	292105	Matina	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50
BA	292205	Mulungu do Morro	1	50,70	963,30
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00
BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00
BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40
BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40
BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50
BA	292905	São Félix do Coribe	5	253,50	4.816,50
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50
BA	292920	São Francisco do Conde	5	253,50	4.816,50
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50
BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50
BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40
BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30
BA	293330	Vitória da Conquista	164	8.314,80	157.981,20
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40
		Total	5.462	276.923,40	5.261.544,60
		ANEXO VI			
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10
CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40
CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20
CE	230300	Caridade	3	152,10	2.889,90
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80
CE	230400	Coreaú	3	152,10	2.889,90
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70
CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70
CE	230440	Fortaleza	1.270	64.389,00	1.223.391,00
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20
CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90
CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40
CE	230835	Milhã	2	101,40	1.926,60
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50
CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90
CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80
CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70
CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00
		Total	3.582	181.607,40	3.450.540,60
		ANEXO VII			
DF	530000	SES/DF	446	22.612,20	429.631,80
		Total	446	22.612,20	429.631,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO VIII			
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20
ES	320020	Alegre	10	507,00	9.633,00
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	77	3.903,90	74.174,10
ES	320130	Cariacica	66	3.346,20	63.577,80
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00
ES	320210	Ecoporanga	1	50,70	963,30
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00
ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00
ES	320265	Irupi	0	0,00	0,00
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20
ES	320300	Iúna	6	304,20	5.779,80
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00
ES	320310	Jerônimo Monteiro	5	253,50	4.816,50
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00
ES	320350	Montanha	9	456,30	8.669,70
ES	320360	Mucurici	0	0,00	0,00
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50
ES	320380	Muqui	2	101,40	1.926,60
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00
ES	320450	Santa Leopoldina	0	0,00	0,00
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20
ES	320495	São Roque do Canaã	1	50,70	963,30
ES	320500	Serra	148	7.503,60	142.568,40
ES	320501	Sooretama	6	304,20	5.779,80
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	0	0,00	0,00
ES	320510	Viana	0	0,00	0,00
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60
ES	320520	Vila Velha	117	5.931,90	112.706,10
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00
		Total	993	50.345,10	956.556,90
		ANEXO IX			
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80
GO	520013	Acreúna	7	354,90	6.743,10
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	95	4.816,50	91.513,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30
GO	520140	Aparecida de Goiânia	159	8.061,30	153.164,70
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	0	0,00	0,00
GO	520150	Aporé	0	0,00	0,00
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90
GO	520235	Arenópolis	1	50,70	963,30
GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60
GO	520380	Britânia	2	101,40	1.926,60
GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30
GO	520495	Campos Verdes	2	101,40	1.926,60
GO	520500	Carmo do Rio Verde	3	152,10	2.889,90
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90
GO	520540	Ceres	11	557,70	10.596,30
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20
GO	520620	Cristalina	8	405,60	7.706,40
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60
GO	520640	Crixás	0	0,00	0,00
GO	520650	Cromínia	0	0,00	0,00
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20
GO	520850	Goiandira	0	0,00	0,00
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60
GO	520870	Goiânia	704	35.692,80	678.163,20
GO	520880	Goianira	28	1.419,60	26.972,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520890	Goiás	11	557,70	10.596,30
GO	520910	Goiatuba	18	912,60	17.339,40
GO	520915	Gouvelândia	3	152,10	2.889,90
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50
GO	521000	Inhumas	18	912,60	17.339,40
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20
GO	521120	Itapuranga	13	659,10	12.522,90
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90
GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00
GO	521205	Jesúpolis	1	50,70	963,30
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90
GO	521280	Mara Rosa	0	0,00	0,00
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521308	Minaçu	13	659,10	12.522,90
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	521375	Montividiu	3	152,10	2.889,90
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90
GO	521410	Mutunópolis	2	101,40	1.926,60
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20
GO	521460	Niquelândia	20	1.014,00	19.266,00
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60
GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20
GO	521520	Novo Brasil	1	50,70	963,30
GO	521523	Novo Gama	33	1.673,10	31.788,90
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50
GO	521640	Paraúna	3	152,10	2.889,90
GO	521645	Perolândia	0	0,00	0,00
GO	521680	Petrolina de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50
GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521740	Pires do Rio	12	608,40	11.559,60
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70
GO	521800	Porangatu	19	963,30	18.302,70
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00
GO	521850	Quirinópolis	18	912,60	17.339,40
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30
GO	521870	Rianápolis	0	0,00	0,00
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60
GO	521880	Rio Verde	51	2.585,70	49.128,30
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	50,70	963,30
GO	521925	Santa Fé de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30
GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	0	0,00	0,00
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	26	1.318,20	25.045,80
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90
GO	522000	São João d"Aliança	4	202,80	3.853,20
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00
GO	522045	Senador Canedo	52	2.636,40	50.091,60
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60
GO	522070	Sítio d"Abadia	2	101,40	1.926,60
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60
GO	522140	Trindade	36	1.825,20	34.678,80
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60
GO	522150	Turvânia	1	50,70	963,30
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30
GO	522160	Uruaçu	23	1.166,10	22.155,90
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60
GO	522185	Valparaíso de Goiás	67	3.396,90	64.541,10
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00
GO	522200	Vianópolis	4	202,80	3.853,20
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90
GO	522230	Vila Propício	0	0,00	0,00
		Total	2.832	143.582,40	2.728.065,60
		ANEXO X			
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40
MA	210010	Afonso Cunha	3	152,10	2.889,90
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90
MA	210020	Alcântara	2	101,40	1.926,60
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50
MA	210050	Alto Parnaíba	0	0,00	0,00
MA	210055	Amapá do Maranhão	2	101,40	1.926,60
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40
MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00
MA	210125	Bacabeira	3	152,10	2.889,90
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210160	Barra do Corda	26	1.318,20	25.045,80
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00
MA	210173	Belágua	2	101,40	1.926,60
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00
MA	210250	Cajari	0	0,00	0,00
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20
MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40
MA	210470	Graça Aranha	1	50,70	963,30
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50
MA	210530	Imperatriz	134	6.793,80	129.082,20
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00
MA	210550	João Lisboa	5	253,50	4.816,50
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20
MA	210592	Lagoa do Mato	4	202,80	3.853,20
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90
MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90
MA	210630	Magalhães de Almeida	5	253,50	4.816,50
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00
MA	210710	Morros	0	0,00	0,00
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10
MA	210740	Olho d"Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20
MA	210810	Paulo Ramos	2	101,40	1.926,60
MA	210820	Pedreiras	15	760,50	14.449,50
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60
MA	210927	Presidente Sarney	1	50,70	963,30
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00
MA	210955	Ribamar Fiquene	1	50,70	963,30
MA	210960	Rosário	13	659,10	12.522,90
MA	210970	Sambaíba	3	152,10	2.889,90
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90
MA	210980	Santa Helena	8	405,60	7.706,40
MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	5	253,50	4.816,50
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80
MA	211065	São Domingos do Azeitão	0	0,00	0,00
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20
MA	211090	São Francisco do Maranhão	3	152,10	2.889,90
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20
MA	211107	São João do Soter	4	202,80	3.853,20
MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90
MA	211130	São Luís	538	27.276,60	518.255,40
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00
MA	211157	São Pedro dos Crentes	0	0,00	0,00
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50
MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20
MA	211180	Sítio Novo	0	0,00	0,00
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00
MA	211210	Timbiras	0	0,00	0,00
MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00
MA	211260	Urbano Santos	8	405,60	7.706,40
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40
		Total	2.044	103.630,80	1.968.985,20
		ANEXO XI			
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90
MG	310020	Abaeté	0	0,00	0,00
MG	310030	Abre Campo	2	101,40	1.926,60
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00
MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60
MG	310090	Águas Formosas	0	0,00	0,00
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30
MG	310120	Aiuruoca	2	101,40	1.926,60
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00
MG	310205	Alto Caparaó	1	50,70	963,30
MG	310210	Alto Rio Doce	2	101,40	1.926,60
MG	310220	Alvarenga	0	0,00	0,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	2	101,40	1.926,60
MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90
MG	310290	Antônio Carlos	1	50,70	963,30
MG	310300	Antônio Dias	0	0,00	0,00
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00
MG	310330	Aracitaba	2	101,40	1.926,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90
MG	310360	Arantina	1	50,70	963,30
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90
MG	310410	Arceburgo	5	253,50	4.816,50
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60
MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60
MG	310450	Arinos	2	101,40	1.926,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50
MG	310520	Bandeira	2	101,40	1.926,60
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90
MG	310540	Barão de Cocais	13	659,10	12.522,90
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90
MG	310560	Barbacena	33	1.673,10	31.788,90
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00
MG	310600	Bela Vista de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00
MG	310630	Belo Oriente	5	253,50	4.816,50
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90
MG	310650	Berilo	4	202,80	3.853,20
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60
MG	310670	Betim	191	9.683,70	183.990,30
MG	310680	Bias Fortes	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00
MG	310740	Bom Despacho	26	1.318,20	25.045,80
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00
MG	310760	Bom Jesus da Penha	2	101,40	1.926,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	1	50,70	963,30
MG	310790	Bom Repouso	1	50,70	963,30
MG	310800	Bom Sucesso	7	354,90	6.743,10
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40
MG	310840	Botelhos	1	50,70	963,30
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90
MG	310855	Brasilândia de Minas	7	354,90	6.743,10
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60
MG	310930	Buritis	0	0,00	0,00
MG	310940	Buritizeiro	0	0,00	0,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20
MG	310950	Cabo Verde	0	0,00	0,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90
MG	311020	Cajuri	1	50,70	963,30
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00
MG	311060	Cambuí	11	557,70	10.596,30
MG	311070	Cambuquira	0	0,00	0,00
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60
MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40
MG	311100	Campestre	0	0,00	0,00
MG	311110	Campina Verde	9	456,30	8.669,70
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60
MG	311120	Campo Belo	28	1.419,60	26.972,40
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20
MG	311150	Campos Altos	5	253,50	4.816,50
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30
MG	311180	Canápolis	4	202,80	3.853,20
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90
MG	311200	Candeias	6	304,20	5.779,80
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00
MG	311220	Capela Nova	0	0,00	0,00
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20
MG	311240	Capetinga	1	50,70	963,30
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00
MG	311260	Capinópolis	8	405,60	7.706,40
MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00
MG	311320	Carandaí	0	0,00	0,00
MG	311330	Carangola	0	0,00	0,00
MG	311340	Caratinga	16	811,20	15.412,80
MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60
MG	311360	Careaçu	0	0,00	0,00
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20
MG	311400	Carmo da Mata	5	253,50	4.816,50
MG	311410	Carmo de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00
MG	311455	Carneirinho	4	202,80	3.853,20
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	0	0,00	0,00
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90
MG	311550	Caxambu	5	253,50	4.816,50
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	311580	Centralina	0	0,00	0,00
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00
MG	311600	Chalé	2	101,40	1.926,60
MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30
MG	311670	Coimbra	1	50,70	963,30
MG	311680	Coluna	3	152,10	2.889,90
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90
MG	311710	Conceição da Aparecida	2	101,40	1.926,60
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	0	0,00	0,00
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90
MG	311787	Confins	1	50,70	963,30
MG	311790	Congonhal	2	101,40	1.926,60
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30
MG	311860	Contagem	237	12.015,90	228.302,10
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00
MG	311910	Corinto	13	659,10	12.522,90
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	0	0,00	0,00
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90
MG	312040	Cristiano Otoni	3	152,10	2.889,90
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90
MG	312060	Crucilândia	1	50,70	963,30
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10
MG	312083	Cuparaque	3	152,10	2.889,90
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50
MG	312100	Datas	2	101,40	1.926,60
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00
MG	312120	Delfinópolis	1	50,70	963,30
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20
MG	312130	Descoberto	0	0,00	0,00
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90
MG	312220	Divinolândia de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	312230	Divinópolis	106	5.374,20	102.109,80
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90
MG	312240	Divisa Nova	3	152,10	2.889,90
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30
MG	312270	Dom Silvério	2	101,40	1.926,60
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30
MG	312320	Dores do Indaiá	1	50,70	963,30
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60
MG	312350	Douradoquara	2	101,40	1.926,60
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50
MG	312380	Engenheiro Navarro	0	0,00	0,00
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90
MG	312390	Entre Rios de Minas	1	50,70	963,30
MG	312400	Ervália	2	101,40	1.926,60
MG	312410	Esmeraldas	21	1.064,70	20.229,30
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10
MG	312430	Espinosa	7	354,90	6.743,10
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	2	101,40	1.926,60
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60
MG	312480	Estrela do Sul	3	152,10	2.889,90
MG	312490	Eugenópolis	1	50,70	963,30
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30
MG	312510	Extrema	13	659,10	12.522,90
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20
MG	312610	Formiga	34	1.723,80	32.752,20
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	312650	Francisco Badaró	0	0,00	0,00
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90
MG	312690	Frei Inocêncio	1	50,70	963,30
MG	312695	Frei Lagonegro	0	0,00	0,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	1	50,70	963,30
MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60
MG	312738	Goianá	1	50,70	963,30
MG	312740	Gonçalves	1	50,70	963,30
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60
MG	312800	Guanhães	0	0,00	0,00
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90
MG	312870	Guaxupé	20	1.014,00	19.266,00
MG	312880	Guidoval	3	152,10	2.889,90
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20
MG	312900	Guiricema	2	101,40	1.926,60
MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90
MG	312920	Heliodora	0	0,00	0,00
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60
MG	312950	Ibiá	4	202,80	3.853,20
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20
MG	312965	Ibiracatu	0	0,00	0,00
MG	312970	Ibiraci	2	101,40	1.926,60
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40
MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313050	Ilicínea	5	253,50	4.816,50
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00
MG	313090	Inhapim	5	253,50	4.816,50
MG	313100	Inhaúma	3	152,10	2.889,90
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20
MG	313115	Ipaba	2	101,40	1.926,60
MG	313120	Ipanema	7	354,90	6.743,10
MG	313130	Ipatinga	123	6.236,10	118.485,90
MG	313140	Ipiaçu	2	101,40	1.926,60
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	313170	Itabira	57	2.889,90	54.908,10
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00
MG	313190	Itabirito	0	0,00	0,00
MG	313200	Itacambira	2	101,40	1.926,60
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50
MG	313230	Itaipé	0	0,00	0,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00
MG	313250	Itamarandiba	9	456,30	8.669,70
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90
MG	313300	Itamonte	2	101,40	1.926,60
MG	313310	Itanhandu	7	354,90	6.743,10
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90
MG	313370	Itatiaiuçu	3	152,10	2.889,90
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40
MG	313380	Itaúna	29	1.470,30	27.935,70
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30
MG	313400	Itinga	2	101,40	1.926,60
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90
MG	313420	Ituiutaba	39	1.977,30	37.568,70
MG	313430	Itumirim	2	101,40	1.926,60
MG	313440	Iturama	0	0,00	0,00
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60
MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90
MG	313490	Jacutinga	11	557,70	10.596,30
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40
MG	313520	Januária	21	1.064,70	20.229,30
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30
MG	313590	Jesuânia	2	101,40	1.926,60
MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80
MG	313610	Joanésia	2	101,40	1.926,60
MG	313620	João Monlevade	12	608,40	11.559,60
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30
MG	313655	José Raydan	0	0,00	0,00
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00
MG	313665	Juatuba	10	507,00	9.633,00
MG	313670	Juiz de Fora	205	10.393,50	197.476,50
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60
MG	313690	Juruaia	0	0,00	0,00
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20
MG	313720	Lagoa da Prata	26	1.318,20	25.045,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60
MG	313740	Lagoa Dourada	0	0,00	0,00
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50
MG	313760	Lagoa Santa	0	0,00	0,00
MG	313770	Lajinha	1	50,70	963,30
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60
MG	313835	Leme do Prado	1	50,70	963,30
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90
MG	313870	Luminárias	2	101,40	1.926,60
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00
MG	313900	Machado	4	202,80	3.853,20
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90
MG	313930	Manga	4	202,80	3.853,20
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10
MG	313950	Manhumirim	1	50,70	963,30
MG	313960	Mantena	11	557,70	10.596,30
MG	313970	Maravilhas	3	152,10	2.889,90
MG	313980	Mar de Espanha	3	152,10	2.889,90
MG	313990	Maria da Fé	0	0,00	0,00
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30
MG	314010	Marilac	1	50,70	963,30
MG	314015	Mário Campos	0	0,00	0,00
MG	314020	Maripá de Minas	1	50,70	963,30
MG	314030	Marliéria	1	50,70	963,30
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00
MG	314050	Martinho Campos	8	405,60	7.706,40
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60
MG	314070	Mateus Leme	11	557,70	10.596,30
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50
MG	314110	Matozinhos	17	861,90	16.376,10
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60
MG	314140	Medina	1	50,70	963,30
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00
MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90
MG	314180	Minas Novas	3	152,10	2.889,90
MG	314190	Minduri	1	50,70	963,30
MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00
MG	314220	Miraí	6	304,20	5.779,80
MG	314225	Miravânia	1	50,70	963,30
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	5	253,50	4.816,50
MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50
MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30
MG	314390	Muriaé	44	2.230,80	42.385,20
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00
MG	314465	Ninheira	2	101,40	1.926,60
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60
MG	314500	Nova Ponte	6	304,20	5.779,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20
MG	314537	Novorizonte	0	0,00	0,00
MG	314540	Olaria	1	50,70	963,30
MG	314545	Olhos-d"Água	3	152,10	2.889,90
MG	314550	Olímpio Noronha	0	0,00	0,00
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00
MG	314585	Oratórios	1	50,70	963,30
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90
MG	314630	Padre Paraíso	0	0,00	0,00
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00
MG	314670	Palma	2	101,40	1.926,60
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00
MG	314690	Papagaios	0	0,00	0,00
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20
MG	314810	Patrocínio	34	1.723,80	32.752,20
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60
MG	314850	Pavão	0	0,00	0,00
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50
MG	314870	Pedra Azul	5	253,50	4.816,50
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60
MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00
MG	314950	Pequeri	2	101,40	1.926,60
MG	314960	Pequi	2	101,40	1.926,60
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20
MG	314980	Perdizes	5	253,50	4.816,50
MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30
MG	315000	Pescador	0	0,00	0,00
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60
MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60
MG	315053	Pingo-d"Água	3	152,10	2.889,90
MG	315057	Pintópolis	2	101,40	1.926,60
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00
MG	315070	Pirajuba	1	50,70	963,30
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00
MG	315120	Pirapora	8	405,60	7.706,40
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50
MG	315140	Pitangui	12	608,40	11.559,60
MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80
MG	315180	Poços de Caldas	76	3.853,20	73.210,80
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50
MG	315250	Pouso Alegre	45	2.281,50	43.348,50
MG	315260	Pouso Alto	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20
MG	315300	Pratinha	1	50,70	963,30
MG	315310	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60
MG	315320	Presidente Juscelino	0	0,00	0,00
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90
MG	315360	Prudente de Morais	6	304,20	5.779,80
MG	315370	Quartel Geral	0	0,00	0,00
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40
MG	315410	Recreio	4	202,80	3.853,20
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00
MG	315420	Resende Costa	4	202,80	3.853,20
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30
MG	315520	Rio Espera	2	101,40	1.926,60
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90
MG	315540	Rio Novo	0	0,00	0,00
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10
MG	315570	Rio Piracicaba	4	202,80	3.853,20
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30
MG	315630	Rodeiro	3	152,10	2.889,90
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30
MG	315645	Rosário da Limeira	0	0,00	0,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50
MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50
MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50
MG	315710	Salto da Divisa	0	0,00	0,00
MG	315720	Santa Bárbara	10	507,00	9.633,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00
MG	315733	Santa Cruz de Minas	0	0,00	0,00
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	1	50,70	963,30
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	1	50,70	963,30
MG	315760	Santa Fé de Minas	1	50,70	963,30
MG	315765	Santa Helena de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80
MG	315830	Santana da Vargem	3	152,10	2.889,90
MG	315840	Santana de Cataguases	0	0,00	0,00
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30
MG	315935	Santa Rita de Minas	1	50,70	963,30
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00
MG	315950	Santa Rita do Itueto	3	152,10	2.889,90
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90
MG	315970	Santa Rosa da Serra	1	50,70	963,30
MG	315980	Santa Vitória	7	354,90	6.743,10
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	1	50,70	963,30
MG	316010	Santo Antônio do Grama	0	0,00	0,00
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	0	0,00	0,00
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00
MG	316060	Santo Hipólito	0	0,00	0,00
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00
MG	316120	São Francisco de Paula	2	101,40	1.926,60
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60
MG	316165	São Geraldo do Baixio	1	50,70	963,30
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00
MG	316210	São Gotardo	4	202,80	3.853,20
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20
MG	316255	São João do Manhuaçu	2	101,40	1.926,60
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90
MG	316260	São João do Oriente	0	0,00	0,00
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50
MG	316280	São João Evangelista	0	0,00	0,00
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90
MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00
MG	316340	São José do Goiabal	2	101,40	1.926,60
MG	316350	São José do Jacuri	2	101,40	1.926,60
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00
MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30
MG	316380	São Miguel do Anta	2	101,40	1.926,60
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60
MG	316420	São Romão	0	0,00	0,00
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	0	0,00	0,00
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	0	0,00	0,00
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	34	1.723,80	32.752,20
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50
MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00
MG	316530	São Vicente de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	316540	Sapucaí-Mirim	0	0,00	0,00
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10
MG	316555	Setubinha	3	152,10	2.889,90
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60
MG	316600	Senhora de Oliveira	2	101,40	1.926,60
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50
MG	316690	Serrania	2	101,40	1.926,60
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00
MG	316730	Silveirânia	0	0,00	0,00
MG	316740	Silvianópolis	0	0,00	0,00
MG	316750	Simão Pereira	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60
MG	316810	Tapira	0	0,00	0,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	1	50,70	963,30
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00
MG	316860	Teófilo Otoni	2	101,40	1.926,60
MG	316870	Timóteo	45	2.281,50	43.348,50
MG	316880	Tiradentes	3	152,10	2.889,90
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10
MG	316905	Tocos do Moji	0	0,00	0,00
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20
MG	316930	Três Corações	8	405,60	7.706,40
MG	316935	Três Marias	1	50,70	963,30
MG	316940	Três Pontas	11	557,70	10.596,30
MG	316950	Tumiritinga	1	50,70	963,30
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00
MG	316990	Ubá	28	1.419,60	26.972,40
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00
MG	317043	União de Minas	0	0,00	0,00
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20
MG	317057	Vargem Alegre	2	101,40	1.926,60
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50
MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30
MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60
MG	317120	Vespasiano	0	0,00	0,00
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10
MG	317210	Volta Grande	1	50,70	963,30
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00
		Total	6.646	336.952,20	6.402.091,80

		ANEXO XII			
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90
MS	500085	Angélica	2	101,40	1.926,60
MS	500090	Antônio João	1	50,70	963,30
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00
MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60
MS	500210	Bela Vista	10	507,00	9.633,00
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30
MS	500260	Camapuã	7	354,90	6.743,10
MS	500270	Campo Grande	231	11.711,70	222.522,30
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90
MS	500290	Cassilândia	11	557,70	10.596,30
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40
MS	500310	Corguinho	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30
MS	500325	Costa Rica	1	50,70	963,30
MS	500330	Coxim	8	405,60	7.706,40
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20
MS	500350	Douradina	1	50,70	963,30
MS	500370	Dourados	109	5.526,30	104.999,70
MS	500375	Eldorado	5	253,50	4.816,50
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	0	0,00	0,00
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00
MS	500490	Jaraguari	0	0,00	0,00
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00
MS	500525	Laguna Carapã	3	152,10	2.889,90
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10
MS	500580	Nioaque	3	152,10	2.889,90
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00
MS	500660	Ponta Porã	26	1.318,20	25.045,80
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30
MS	500720	Rio Brilhante	14	709,80	13.486,20
MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	8	405,60	7.706,40
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00
MS	500755	Santa Rita do Pardo	3	152,10	2.889,90
MS	500769	São Gabriel do Oeste	4	202,80	3.853,20
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20
MS	500790	Sidrolândia	18	912,60	17.339,40
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50
MS	500795	Tacuru	1	50,70	963,30
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60
MS	500800	Terenos	5	253,50	4.816,50
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90
		Total	938	47.556,60	903.575,40
		ANEXO XIII			
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00
MT	510020	Água Boa	0	0,00	0,00
MT	510025	Alta Floresta	21	1.064,70	20.229,30
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00
MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90
MT	510040	Alto Garças	0	0,00	0,00
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00
MT	510125	Araputanga	1	50,70	963,30
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60
MT	510170	Barra do Bugres	13	659,10	12.522,90
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80
MT	510250	Cáceres	40	2.028,00	38.532,00
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90
MT	510267	Campo Verde	16	811,20	15.412,80
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80
MT	510325	Colniza	12	608,40	11.559,60
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10
MT	510335	Confresa	9	456,30	8.669,70
MT	510336	Conquista D"Oeste	1	50,70	963,30
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00
MT	510340	Cuiabá	260	13.182,00	250.458,00
MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90
MT	510345	Denise	4	202,80	3.853,20
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20
MT	510370	Feliz Natal	5	253,50	4.816,50
MT	510380	Figueirópolis D"Oeste	1	50,70	963,30
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00
MT	510390	General Carneiro	2	101,40	1.926,60
MT	510395	Glória D"Oeste	1	50,70	963,30
MT	510410	Guarantã do Norte	13	659,10	12.522,90
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30
MT	510452	Ipiranga do Norte	2	101,40	1.926,60
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60
MT	510455	Itaúba	0	0,00	0,00
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90
MT	510500	Jauru	2	101,40	1.926,60
MT	510510	Juara	7	354,90	6.743,10
MT	510515	Juína	16	811,20	15.412,80
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30
MT	510523	Lambari D"Oeste	2	101,40	1.926,60
MT	510525	Lucas do Rio Verde	28	1.419,60	26.972,40
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80
MT	510562	Mirassol d"Oeste	13	659,10	12.522,90
MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20
MT	510617	Nova Nazaré	0	0,00	0,00
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20
MT	510624	Nova Ubiratã	4	202,80	3.853,20
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00
MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00
MT	510629	Paranaíta	3	152,10	2.889,90
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60
MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	4	202,80	3.853,20
MT	510719	Ribeirãozinho	2	101,40	1.926,60
MT	510720	Rio Branco	0	0,00	0,00
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30
MT	510726	Santo Afonso	1	50,70	963,30
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60
MT	510730	São José do Rio Claro	5	253,50	4.816,50
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30
MT	510757	Rondolândia	1	50,70	963,30
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30
MT	510775	Salto do Céu	0	0,00	0,00
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90
MT	510779	Santo Antônio do Leste	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60
MT	510790	Sinop	43	2.180,10	41.421,90
MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40
MT	510800	Tapurah	4	202,80	3.853,20
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20
MT	510810	Tesouro	0	0,00	0,00
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60
MT	510890	Nova Maringá	2	101,40	1.926,60
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90
		Total	1.171	59.369,70	1.128.024,30
		ANEXO XIV			
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90
PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00
PA	150060	Altamira	5	253,50	4.816,50
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80
PA	150080	Ananindeua	228	11.559,60	219.632,40
PA	150085	Anapu	27	1.368,90	26.009,10
PA	150090	Augusto Corrêa	3	152,10	2.889,90
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60
PA	150100	Aveiro	3	152,10	2.889,90
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90
PA	150140	Belém	757	38.379,90	729.218,10
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20
PA	150150	Benevides	13	659,10	12.522,90
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20
PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90
PA	150180	Breves	4	202,80	3.853,20
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90
PA	150210	Cametá	55	2.788,50	52.981,50
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20
PA	150270	Conceição do Araguaia	15	760,50	14.449,50
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50
PA	150309	Goianésia do Pará	10	507,00	9.633,00
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50
PA	150360	Itaituba	66	3.346,20	63.577,80
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50
PA	150380	Jacundá	8	405,60	7.706,40
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150405	Mãe do Rio	13	659,10	12.522,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90
PA	150420	Marabá	63	3.194,10	60.687,90
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40
PA	150440	Marapanim	2	101,40	1.926,60
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30
PA	150460	Mocajuba	12	608,40	11.559,60
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20
PA	150475	Mojuí dos Campos	7	354,90	6.743,10
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50
PA	150497	Nova Ipixuna	0	0,00	0,00
PA	150500	Nova Timboteua	3	152,10	2.889,90
PA	150503	Novo Progresso	19	963,30	18.302,70
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60
PA	150520	Oeiras do Pará	13	659,10	12.522,90
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30
PA	150548	Pacajá	25	1.267,50	24.082,50
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70
PA	150555	Pau D"Arco	0	0,00	0,00
PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00
PA	150580	Portel	13	659,10	12.522,90
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40
PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	3	152,10	2.889,90
PA	150640	Santa Cruz do Arari	5	253,50	4.816,50
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20
PA	150680	Santarém	102	5.171,40	98.256,60
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80
PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80
PA	150775	Sapucaia	0	0,00	0,00
PA	150780	Senador José Porfírio	7	354,90	6.743,10
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50
PA	150810	Tucuruí	4	202,80	3.853,20
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60
PA	150815	Uruará	6	304,20	5.779,80
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10
		Total	2.676	135.673,20	2.577.790,80
		ANEXO XV			
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20
PB	250020	Aguiar	2	101,40	1.926,60
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50
PB	250110	Areia	4	202,80	3.853,20
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00
PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90
PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90
PB	250400	Campina Grande	114	5.779,80	109.816,20
PB	250403	Capim	3	152,10	2.889,90
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60
PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10
PB	250485	Coxixola	1	50,70	963,30
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10
PB	250520	Cuitegi	3	152,10	2.889,90
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60
PB	250600	Esperança	9	456,30	8.669,70
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50
PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20
PB	250650	Gurjão	0	0,00	0,00
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90
PB	250750	João Pessoa	0	0,00	0,00
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50
PB	250870	Mãe d"Água	2	101,40	1.926,60
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90
PB	250910	Mari	9	456,30	8.669,70
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20
PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20
PB	250950	Montadas	3	152,10	2.889,90
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60
PB	251040	Olho d"Água	3	152,10	2.889,90
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00
PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60
PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60
PB	251270	Remígio	8	405,60	7.706,40
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60
PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60
PB	251400	São João do Cariri	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	2	101,40	1.926,60
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60
PB	251480	São José dos Cordeiros	0	0,00	0,00
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60
PB	251580	Serra Redonda	3	152,10	2.889,90
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60
		Total	1.155	58.558,50	1.112.611,50

		ANEXO XVI			
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40
PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30
PE	260140	Barreiros	20	1.014,00	19.266,00
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90
PE	260180	Betânia	0	0,00	0,00
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50
PE	260200	Bodocó	6	304,20	5.779,80
PE	260210	Bom Conselho	19	963,30	18.302,70
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70
PE	260230	Bonito	14	709,80	13.486,20
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20
PE	260280	Buíque	0	0,00	0,00
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40
PE	260410	Caruaru	165	8.365,50	158.944,50
PE	260415	Casinhas	3	152,10	2.889,90
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00
PE	260430	Cedro	0	0,00	0,00
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10
PE	260460	Condado	0	0,00	0,00
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50
PE	260630	Granito	2	101,40	1.926,60
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	283	14.348,10	272.613,90
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00
PE	260810	João Alfredo	8	405,60	7.706,40
PE	260820	Joaquim Nabuco	5	253,50	4.816,50
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00
PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60
PE	260890	Limoeiro	25	1.267,50	24.082,50
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00
PE	261030	Paranatama	0	0,00	0,00
PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40
PE	261060	Paudalho	6	304,20	5.779,80
PE	261070	Paulista	140	7.098,00	134.862,00
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20
PE	261100	Petrolândia	6	304,20	5.779,80
PE	261110	Petrolina	112	5.678,40	107.889,60
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80
PE	261153	Quixaba	1	50,70	963,30
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10
PE	261190	Rio Formoso	1	50,70	963,30
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60
PE	261220	Salgueiro	0	0,00	0,00
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30
PE	261240	Sanharó	0	0,00	0,00
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	0	0,00	0,00
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	0	0,00	0,00
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00
PE	261350	São José do Belmonte	2	101,40	1.926,60
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80
PE	261380	São Vicente Ferrer	6	304,20	5.779,80
PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20
PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30
PE	261440	Solidão	0	0,00	0,00
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90
PE	261460	Tabira	13	659,10	12.522,90
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50
PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20
PE	261580	Tupanatinga	0	0,00	0,00
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50
PE	261600	Venturosa	0	0,00	0,00
PE	261610	Verdejante	0	0,00	0,00
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10
PE	261650	Xexéu	0	0,00	0,00
		Total	2.921	148.094,70	2.813.799,30
		ANEXO XVII			
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	2	101,40	1.926,60
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20
PI	220117	Barra D"Alcântara	2	101,40	1.926,60
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220200	Buriti dos Lopes	5	253,50	4.816,50
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30
PI	220220	Campo Maior	19	963,30	18.302,70
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10
PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220380	Flores do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220385	Floresta do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220390	Floriano	28	1.419,60	26.972,40
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00
PI	220450	Guadalupe	6	304,20	5.779,80
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90
PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20
PI	220620	Miguel Alves	1	50,70	963,30
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50
PI	220710	Olho D"Água do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20
PI	220770	Parnaíba	71	3.599,70	68.394,30
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220779	Pau D"Arco do Piauí	1	50,70	963,30
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20
PI	220830	Piracuruca	10	507,00	9.633,00
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	221100	Teresina	394	19.975,80	379.540,20
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60
		Total	1.116	56.581,20	1.075.042,80
		ANEXO XVIII			
PR	410010	Abatiá	3	152,10	2.889,90
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30
PR	410040	Almirante Tamandaré	10	507,00	9.633,00
PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60
PR	410050	Altônia	8	405,60	7.706,40
PR	410060	Alto Paraná	7	354,90	6.743,10
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90
PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60
PR	410110	Andirá	4	202,80	3.853,20
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70
PR	410150	Arapongas	43	2.180,10	41.421,90
PR	410160	Arapoti	9	456,30	8.669,70
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60
PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70
PR	410210	Astorga	14	709,80	13.486,20
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10
PR	410260	Barracão	2	101,40	1.926,60
PR	410270	Barra do Jacaré	1	50,70	963,30
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30
PR	410320	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30
PR	410345	Cafelândia	7	354,90	6.743,10
PR	410347	Cafezal do Sul	1	50,70	963,30
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90
PR	410380	Cambira	3	152,10	2.889,90
PR	410390	Campina da Lagoa	7	354,90	6.743,10
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30
PR	410400	Campina Grande do Sul	5	253,50	4.816,50
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90
PR	410430	Campo Mourão	44	2.230,80	42.385,20
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20
PR	410445	Cantagalo	4	202,80	3.853,20
PR	410450	Capanema	7	354,90	6.743,10
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20
PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90
PR	410590	Colorado	13	659,10	12.522,90
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30
PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90
PR	410712	Diamante do Sul	1	50,70	963,30
PR	410715	Diamante D"Oeste	0	0,00	0,00
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	2	101,40	1.926,60
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90
PR	410785	Flor da Serra do Sul	1	50,70	963,30
PR	410790	Floresta	4	202,80	3.853,20
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20
PR	410840	Francisco Beltrão	38	1.926,60	36.605,40
PR	410845	Foz do Jordão	1	50,70	963,30
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30
PR	410860	Goioerê	13	659,10	12.522,90
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60
PR	410970	Ibaiti	2	101,40	1.926,60
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90
PR	411010	Imbituva	4	202,80	3.853,20
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60
PR	411040	Indianópolis	2	101,40	1.926,60
PR	411050	Ipiranga	2	101,40	1.926,60
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90
PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20
PR	411110	Itambé	2	101,40	1.926,60
PR	411120	Itapejara d"Oeste	4	202,80	3.853,20
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60
PR	411140	Ivaí	3	152,10	2.889,90
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411155	Ivaté	4	202,80	3.853,20
PR	411160	Ivatuba	1	50,70	963,30
PR	411170	Jaboti	2	101,40	1.926,60
PR	411180	Jacarezinho	5	253,50	4.816,50
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90
PR	411230	Japira	3	152,10	2.889,90
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50
PR	411250	Jardim Alegre	0	0,00	0,00
PR	411260	Jardim Olinda	2	101,40	1.926,60
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80
PR	411275	Jesuítas	4	202,80	3.853,20
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50
PR	411290	Jundiaí do Sul	1	50,70	963,30
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60
PR	411320	Lapa	1	50,70	963,30
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60
PR	411345	Lindoeste	1	50,70	963,30
PR	411350	Loanda	11	557,70	10.596,30
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40
PR	411420	Mandaguari	18	912,60	17.339,40
PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60
PR	411435	Manfrinópolis	0	0,00	0,00
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90
PR	411540	Marmeleiro	4	202,80	3.853,20
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20
PR	411580	Medianeira	21	1.064,70	20.229,30
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	0	0,00	0,00
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	1	50,70	963,30
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90
PR	411710	Nova Londrina	6	304,20	5.779,80
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90
PR	411750	Paiçandu	17	861,90	16.376,10
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50
PR	411780	Palmital	4	202,80	3.853,20
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20
PR	411800	Paraíso do Norte	5	253,50	4.816,50
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80
PR	411820	Paranaguá	6	304,20	5.779,80
PR	411830	Paranapoema	2	101,40	1.926,60

PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90
PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80
PR	411900	Pérola d"Oeste	2	101,40	1.926,60
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30
PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20
PR	411990	Ponta Grossa	66	3.346,20	63.577,80
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10
PR	412010	Porto Amazonas	0	0,00	0,00
PR	412015	Porto Barreiro	2	101,40	1.926,60
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60
PR	412035	Pranchita	1	50,70	963,30
PR	412040	Presidente Castelo Branco	2	101,40	1.926,60
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50
PR	412065	Quarto Centenário	1	50,70	963,30
PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60
PR	412120	Quitandinha	1	50,70	963,30
PR	412125	Ramilândia	2	101,40	1.926,60
PR	412130	Rancho Alegre	3	152,10	2.889,90
PR	412135	Rancho Alegre D"Oeste	2	101,40	1.926,60
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10
PR	412150	Rebouças	4	202,80	3.853,20
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90
PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50
PR	412175	Reserva do Iguaçu	1	50,70	963,30
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	2	101,40	1.926,60
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00
PR	412265	Rosário do Ivaí	3	152,10	2.889,90
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30
PR	412520	São Jorge d"Oeste	1	50,70	963,30
PR	412530	São Jorge do Ivaí	1	50,70	963,30
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	3	152,10	2.889,90
PR	412580	São Pedro do Ivaí	5	253,50	4.816,50
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60
PR	412625	Sarandi	35	1.774,50	33.715,50
PR	412627	Saudade do Iguaçu	0	0,00	0,00
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40
PR	412660	Siqueira Campos	2	101,40	1.926,60
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90
PR	412700	Teixeira Soares	2	101,40	1.926,60
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40
PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80
PR	412760	Tijucas do Sul	2	101,40	1.926,60
PR	412770	Toledo	57	2.889,90	54.908,10
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30
PR	412810	Umuarama	53	2.687,10	51.054,90
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50
PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60
PR	412840	Uraí	2	101,40	1.926,60
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90
PR	412862	Alto Paraíso	2	101,40	1.926,60
PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60
PR	412870	Vitorino	3	152,10	2.889,90
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90
		Total	2.679	135.825,30	2.580.680,70
		ANEXO XIX			
RJ	330010	Angra dos Reis	1	50,70	963,30
RJ	330015	Aperibé	0	0,00	0,00
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00
RJ	330045	Belford Roxo	172	8.720,40	165.687,60
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00
RJ	330090	Cambuci	1	50,70	963,30
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	195	9.886,50	187.843,50
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60
RJ	330170	Duque de Caxias	28	1.419,60	26.972,40
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80
RJ	330185	Guapimirim	0	0,00	0,00
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90
RJ	330190	Itaboraí	109	5.526,30	104.999,70
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00
RJ	330220	Itaperuna	42	2.129,40	40.458,60
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00
RJ	330227	Japeri	0	0,00	0,00
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30
RJ	330285	Mesquita	16	811,20	15.412,80
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90
RJ	330300	Miracema	13	659,10	12.522,90
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00
RJ	330340	Nova Friburgo	33	1.673,10	31.788,90
RJ	330350	Nova Iguaçu	191	9.683,70	183.990,30
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70
RJ	330380	Paraty	1	50,70	963,30
RJ	330385	Paty do Alferes	0	0,00	0,00
RJ	330390	Petrópolis	53	2.687,10	51.054,90
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10
RJ	330430	Rio Bonito	0	0,00	0,00
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.036	103.225,20	1.961.278,80
RJ	330460	Santa Maria Madalena	2	101,40	1.926,60
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	0	0,00	0,00
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00
RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10
RJ	330610	Valença	0	0,00	0,00
RJ	330615	Varre-Sai	3	152,10	2.889,90
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80
		Total	3.535	179.224,50	3.405.265,50

		ANEXO XX			
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50
RN	240020	Açu	27	1.368,90	26.009,10
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20
RN	240145	Baraúna	1	50,70	963,30
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00
RN	240260	Ceará-Mirim	20	1.014,00	19.266,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20
RN	240310	Currais Novos	25	1.267,50	24.082,50
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60
RN	240400	Frutuoso Gomes	2	101,40	1.926,60
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20
RN	240450	Guamaré	4	202,80	3.853,20
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00
RN	240550	Jardim de Angicos	1	50,70	963,30
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60
RN	240620	Lagoa d"Anta	3	152,10	2.889,90
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60
RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30
RN	240720	Macau	10	507,00	9.633,00
RN	240725	Major Sales	0	0,00	0,00
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80
RN	240810	Natal	451	22.865,70	434.448,30
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90
RN	240840	Olho-d"Água do Borges	2	101,40	1.926,60
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00
RN	240930	Patu	0	0,00	0,00
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60
RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90
RN	241030	Serra Caiada	3	152,10	2.889,90
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60
RN	241060	Rafael Godeiro	0	0,00	0,00
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60
RN	241105	Tibau	0	0,00	0,00
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90
RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90
RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80
RN	241410	Tenente Ananias	2	101,40	1.926,60
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60
RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60
		Total	1.413	71.639,10	1.361.142,90
		ANEXO XXI			
RO	110001	Alta Floresta D"Oeste	0	0,00	0,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30
RO	110009	Espigão D"Oeste	8	405,60	7.706,40
RO	110010	Guajará-Mirim	11	557,70	10.596,30
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50
RO	110012	Ji-Paraná	36	1.825,20	34.678,80
RO	110013	Machadinho D"Oeste	6	304,20	5.779,80
RO	110014	Nova Brasilândia D"Oeste	3	152,10	2.889,90
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	0	0,00	0,00
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10
RO	110020	Porto Velho	136	6.895,20	131.008,80
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90
RO	110029	Santa Luzia D"Oeste	3	152,10	2.889,90
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10
RO	110034	Alvorada D"Oeste	0	0,00	0,00
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20
RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50
RO	110045	Buritis	11	557,70	10.596,30
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	0	0,00	0,00
RO	110060	Cacaulândia	0	0,00	0,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	5	253,50	4.816,50
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00
RO	110092	Chupinguaia	0	0,00	0,00
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110120	Ministro Andreazza	4	202,80	3.853,20
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60
RO	110148	São Felipe D"Oeste	1	50,70	963,30
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00
		Total	331	16.781,70	318.852,30
		ANEXO XXII			
RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70
RR	140010	Boa Vista	152	7.706,40	146.421,60
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20
RR	140017	Cantá	22	1.115,40	21.192,60
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80
RR	140023	Caroebe	1	50,70	963,30
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40
RR	140047	Rorainópolis	26	1.318,20	25.045,80
RR	140050	São João da Baliza	5	253,50	4.816,50
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90
		Total	284	14.398,80	273.577,20

		ANEXO XXIII			
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60
RS	430030	Alecrim	2	101,40	1.926,60
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00
RS	430060	Alvorada	25	1.267,50	24.082,50
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30
RS	430085	Arambaré	2	101,40	1.926,60
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60
RS	430105	Arroio do Sal	0	0,00	0,00
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00
RS	430140	Arvorezinha	2	101,40	1.926,60
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60
RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30
RS	430160	Bagé	31	1.571,70	29.862,30
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00
RS	430170	Barão de Cotegipe	1	50,70	963,30
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60
RS	430190	Barra do Ribeiro	0	0,00	0,00
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30
RS	430200	Barros Cassal	1	50,70	963,30
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	0	0,00	0,00
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00
RS	430237	Bom Progresso	0	0,00	0,00
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50
RS	430310	Cachoeirinha	5	253,50	4.816,50
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00
RS	430340	Caiçara	1	50,70	963,30
RS	430350	Camaquã	0	0,00	0,00
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00
RS	430370	Campina das Missões	1	50,70	963,30
RS	430380	Campinas do Sul	0	0,00	0,00
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90
RS	430460	Canoas	15	760,50	14.449,50
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50
RS	430465	Capão do Cipó	0	0,00	0,00
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30
RS	430468	Capela de Santana	3	152,10	2.889,90
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00
RS	430470	Carazinho	9	456,30	8.669,70
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00
RS	430480	Carlos Barbosa	2	101,40	1.926,60
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00
RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00
RS	430500	Catuípe	1	50,70	963,30
RS	430510	Caxias do Sul	64	3.244,80	61.651,20
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00
RS	430520	Cerro Largo	2	101,40	1.926,60
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00
RS	430545	Cidreira	1	50,70	963,30
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00
RS	430560	Colorado	1	50,70	963,30
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00
RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30
RS	430700	Erechim	35	1.774,50	33.715,50
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30
RS	430730	Erval Seco	1	50,70	963,30
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30
RS	430750	Espumoso	0	0,00	0,00
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30
RS	430807	Fazenda Vilanova	0	0,00	0,00
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00
RS	430830	Fontoura Xavier	0	0,00	0,00
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00
RS	430850	Frederico Westphalen	3	152,10	2.889,90
RS	430860	Garibaldi	2	101,40	1.926,60
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60
RS	430870	Gaurama	1	50,70	963,30
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30
RS	430890	Getúlio Vargas	2	101,40	1.926,60
RS	430900	Giruá	2	101,40	1.926,60
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00
RS	430910	Gramado	5	253,50	4.816,50
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00
RS	430920	Gravataí	67	3.396,90	64.541,10
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00
RS	431000	Ibirubá	7	354,90	6.743,10
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00
RS	431033	Imbé	8	405,60	7.706,40
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30
RS	431050	Iraí	0	0,00	0,00
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00
RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30
RS	431173	Mampituba	2	101,40	1.926,60
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00
RS	431230	Miraguaí	0	0,00	0,00
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00
RS	431250	Mostardas	0	0,00	0,00
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00
RS	431337	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60
RS	431349	Novo Barreiro	1	50,70	963,30
RS	431350	Osório	0	0,00	0,00
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00
RS	431390	Panambi	16	811,20	15.412,80
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30
RS	431402	Paraíso do Sul	0	0,00	0,00
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00
RS	431415	Paverama	1	50,70	963,30
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00
RS	431430	Pejuçara	0	0,00	0,00
RS	431440	Pelotas	0	0,00	0,00
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00
RS	431449	Pinheirinho do Vale	0	0,00	0,00
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30
RS	431478	Ponte Preta	0	0,00	0,00
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00
RS	431490	Porto Alegre	116	5.881,20	111.742,80
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60
RS	431505	Porto Mauá	1	50,70	963,30
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20
RS	431513	Pouso Novo	0	0,00	0,00
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00
RS	431515	Progresso	0	0,00	0,00
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00
RS	431530	Quaraí	0	0,00	0,00
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30
RS	431545	Relvado	1	50,70	963,30
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00
RS	431690	Santa Maria	16	811,20	15.412,80
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00
RS	431710	Sant"Ana do Livramento	26	1.318,20	25.045,80
RS	431720	Santa Rosa	32	1.622,40	30.825,60
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	4	202,80	3.853,20
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80
RS	431750	Santo Ângelo	31	1.571,70	29.862,30
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00
RS	431770	Santo Antônio das Missões	4	202,80	3.853,20
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	0	0,00	0,00
RS	431780	Santo Augusto	5	253,50	4.816,50
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00
RS	431810	São Francisco de Assis	0	0,00	0,00
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90
RS	431840	São Jerônimo	0	0,00	0,00
RS	431842	São João da Urtiga	1	50,70	963,30
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90
RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00
RS	431880	São Lourenço do Sul	5	253,50	4.816,50
RS	431890	São Luiz Gonzaga	15	760,50	14.449,50
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00
RS	431950	São Sebastião do Caí	3	152,10	2.889,90
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70
RS	432000	Sapucaia do Sul	13	659,10	12.522,90
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20
RS	432020	Seberi	0	0,00	0,00
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30
RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30
RS	432040	Serafina Corrêa	0	0,00	0,00
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60
RS	432080	Soledade	6	304,20	5.779,80
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00
RS	432100	Tapera	1	50,70	963,30
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00
RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30
RS	432145	Teutônia	4	202,80	3.853,20
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30
RS	432150	Torres	0	0,00	0,00
RS	432160	Tramandaí	9	456,30	8.669,70
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00
RS	432170	Três Coroas	3	152,10	2.889,90
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00
RS	432190	Três Passos	10	507,00	9.633,00
RS	432195	Trindade do Sul	1	50,70	963,30
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30
RS	432240	Uruguaiana	27	1.368,90	26.009,10
RS	432250	Vacaria	7	354,90	6.743,10
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00
RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00
		Total	1.173	59.471,10	1.129.950,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO XXIV			
SC	420005	Abdon Batista	0	0,00	0,00
SC	420010	Abelardo Luz	2	101,40	1.926,60
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30
SC	420030	Agronômica	0	0,00	0,00
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30
SC	420055	Águas Frias	2	101,40	1.926,60
SC	420060	Águas Mornas	1	50,70	963,30
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00
SC	420080	Anchieta	0	0,00	0,00
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30
SC	420130	Araquari	0	0,00	0,00
SC	420140	Araranguá	3	152,10	2.889,90
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30
SC	420170	Ascurra	1	50,70	963,30
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60
SC	420208	Bandeirante	1	50,70	963,30
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00
SC	420210	Barra Velha	3	152,10	2.889,90
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30
SC	420215	Belmonte	1	50,70	963,30
SC	420220	Benedito Novo	2	101,40	1.926,60
SC	420230	Biguaçu	2	101,40	1.926,60
SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00
SC	420245	Bombinhas	3	152,10	2.889,90
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00
SC	420253	Bom Jesus	1	50,70	963,30
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80
SC	420300	Caçador	4	202,80	3.853,20
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30
SC	420315	Calmon	1	50,70	963,30
SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00
SC	420350	Campo Erê	3	152,10	2.889,90
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90
SC	420390	Capinzal	2	101,40	1.926,60
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80
SC	420425	Cocal do Sul	1	50,70	963,30
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60
SC	420440	Coronel Freitas	3	152,10	2.889,90
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00
SC	420455	Correia Pinto	0	0,00	0,00
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60
SC	420490	Descanso	2	101,40	1.926,60
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30
SC	420515	Doutor Pedrinho	0	0,00	0,00
SC	420517	Entre Rios	0	0,00	0,00
SC	420519	Ermo	0	0,00	0,00
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30
SC	420550	Fraiburgo	1	50,70	963,30
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30
SC	420570	Garopaba	2	101,40	1.926,60
SC	420580	Garuva	3	152,10	2.889,90
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00
SC	420620	Gravatal	1	50,70	963,30
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90
SC	420660	Guarujá do Sul	1	50,70	963,30
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60
SC	420670	Herval d"Oeste	2	101,40	1.926,60
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00
SC	420720	Imaruí	1	50,70	963,30
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50
SC	420740	Imbuia	0	0,00	0,00
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00
SC	420765	Iporã do Oeste	2	101,40	1.926,60
SC	420768	Ipuaçu	0	0,00	0,00
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00
SC	420775	Iraceminha	0	0,00	0,00
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00
SC	420820	Itajaí	74	3.751,80	71.284,20
SC	420830	Itapema	11	557,70	10.596,30
SC	420840	Itapiranga	3	152,10	2.889,90
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30
SC	420870	Jacinto Machado	0	0,00	0,00
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00
SC	420940	Laguna	4	202,80	3.853,20
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00
SC	420985	Lindóia do Sul	0	0,00	0,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00
SC	421003	Luzerna	0	0,00	0,00
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60
SC	421020	Major Gercino	0	0,00	0,00
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30
SC	421070	Matos Costa	1	50,70	963,30
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00
SC	421085	Mirim Doce	0	0,00	0,00
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00
SC	421100	Mondaí	2	101,40	1.926,60
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00
SC	421125	Morro Grande	1	50,70	963,30
SC	421130	Navegantes	4	202,80	3.853,20
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30
SC	421145	Nova Itaberaba	0	0,00	0,00
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00
SC	421165	Novo Horizonte	0	0,00	0,00
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60
SC	421175	Otacílio Costa	2	101,40	1.926,60
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421190	Palhoça	1	50,70	963,30
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90
SC	421205	Palmeira	0	0,00	0,00
SC	421210	Palmitos	2	101,40	1.926,60
SC	421220	Papanduva	2	101,40	1.926,60
SC	421223	Paraíso	1	50,70	963,30
SC	421225	Passo de Torres	1	50,70	963,30
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30
SC	421250	Penha	2	101,40	1.926,60
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00
SC	421265	Pescaria Brava	0	0,00	0,00
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30
SC	421280	Balneário Piçarras	3	152,10	2.889,90
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00
SC	421320	Pomerode	0	0,00	0,00
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00
SC	421350	Porto Belo	4	202,80	3.853,20
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30
SC	421380	Praia Grande	1	50,70	963,30
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60
SC	421400	Presidente Getúlio	0	0,00	0,00
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60
SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30
SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00
SC	421500	Rio Negrinho	3	152,10	2.889,90
SC	421505	Rio Rufino	0	0,00	0,00
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30
SC	421510	Rodeio	1	50,70	963,30
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30
SC	421550	Santa Cecília	0	0,00	0,00
SC	421555	Santa Helena	1	50,70	963,30
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2	101,40	1.926,60
SC	421569	Santiago do Sul	0	0,00	0,00
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60
SC	421605	São Cristovão do Sul	0	0,00	0,00
SC	421610	São Domingos	2	101,40	1.926,60
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00
SC	421670	São José do Cedro	3	152,10	2.889,90
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	0	0,00	0,00
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40
SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30
SC	421750	Seara	2	101,40	1.926,60
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30
SC	421770	Sombrio	0	0,00	0,00
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00
SC	421830	Três Barras	1	50,70	963,30
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00
SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30
SC	421890	Urubici	2	101,40	1.926,60
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00
SC	421900	Urussanga	2	101,40	1.926,60
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30
SC	421930	Videira	3	152,10	2.889,90
SC	421935	Vitor Meireles	1	50,70	963,30
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30
SC	421950	Xanxerê	10	507,00	9.633,00
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30
SC	421970	Xaxim	12	608,40	11.559,60
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30
		Total	683	34.628,10	657.933,90
		ANEXO XXV			
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30
SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50
SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90
SE	280170	Cristinápolis	0	0,00	0,00
SE	280190	Cumbe	0	0,00	0,00
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20
SE	280290	Itabaiana	22	1.115,40	21.192,60
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90
SE	280320	Itaporanga d"Ajuda	8	405,60	7.706,40
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60
SE	280350	Lagarto	18	912,60	17.339,40
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60
SE	280370	Macambira	3	152,10	2.889,90
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60
SE	280390	Malhador	3	152,10	2.889,90
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50
SE	280550	Poço Verde	0	0,00	0,00
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10
		Total	765	38.785,50	736.924,50
		ANEXO XXVI			
SP	350010	Adamantina	19	963,30	18.302,70
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00
SP	350070	Agudos	13	659,10	12.522,90
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30
SP	350100	Altinópolis	5	253,50	4.816,50
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30
SP	350160	Americana	0	0,00	0,00
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00
SP	350210	Andradina	24	1.216,80	23.119,20
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00
SP	350240	Anhumas	1	50,70	963,30
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90
SP	350260	Aparecida d"Oeste	3	152,10	2.889,90
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00
SP	350280	Araçatuba	118	5.982,60	113.669,40
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60
SP	350320	Araraquara	102	5.171,40	98.256,60
SP	350330	Araras	37	1.875,90	35.642,10
SP	350335	Arco-Íris	1	50,70	963,30
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60
SP	350400	Assis	44	2.230,80	42.385,20
SP	350410	Atibaia	3	152,10	2.889,90
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60
SP	350450	Avaré	29	1.470,30	27.935,70
SP	350460	Bady Bassitt	7	354,90	6.743,10
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00
SP	350510	Barbosa	3	152,10	2.889,90
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50
SP	350530	Barra Bonita	12	608,40	11.559,60
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00
SP	350550	Barretos	73	3.701,10	70.320,90
SP	350560	Barrinha	8	405,60	7.706,40
SP	350570	Barueri	41	2.078,70	39.495,30
SP	350580	Bastos	6	304,20	5.779,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350590	Batatais	18	912,60	17.339,40
SP	350600	Bauru	120	6.084,00	115.596,00
SP	350610	Bebedouro	1	50,70	963,30
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90
SP	350635	Bertioga	19	963,30	18.302,70
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60
SP	350650	Birigui	47	2.382,90	45.275,10
SP	350660	Biritiba-Mirim	0	0,00	0,00
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00
SP	350700	Boituva	16	811,20	15.412,80
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	5	253,50	4.816,50
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00
SP	350740	Borborema	8	405,60	7.706,40
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30
SP	350750	Botucatu	48	2.433,60	46.238,40
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30
SP	350780	Brodowski	0	0,00	0,00
SP	350790	Brotas	4	202,80	3.853,20
SP	350800	Buri	4	202,80	3.853,20
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70
SP	350820	Buritizal	1	50,70	963,30
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00
SP	350860	Cachoeira Paulista	0	0,00	0,00
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30
SP	350880	Cafelândia	10	507,00	9.633,00
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00
SP	350910	Caiuá	2	101,40	1.926,60
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50
SP	350940	Cajuru	2	101,40	1.926,60
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00
SP	350950	Campinas	117	5.931,90	112.706,10
SP	350960	Campo Limpo Paulista	6	304,20	5.779,80
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00
SP	350980	Campos Novos Paulista	0	0,00	0,00
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60
SP	351000	Cândido Mota	1	50,70	963,30
SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30
SP	351015	Canitar	1	50,70	963,30
SP	351020	Capão Bonito	9	456,30	8.669,70
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70
SP	351050	Caraguatatuba	8	405,60	7.706,40
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60
SP	351080	Casa Branca	6	304,20	5.779,80
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00
SP	351150	Cerquilho	4	202,80	3.853,20
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00
SP	351230	Conchas	6	304,20	5.779,80
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10
SP	351250	Coroados	2	101,40	1.926,60
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20
SP	351290	Cosmorama	2	101,40	1.926,60
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90
SP	351310	Cravinhos	10	507,00	9.633,00
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90
SP	351330	Cruzália	1	50,70	963,30
SP	351340	Cruzeiro	4	202,80	3.853,20
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10
SP	351380	Diadema	23	1.166,10	22.155,90
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20
SP	351410	Dois Córregos	7	354,90	6.743,10
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00
SP	351470	Echaporã	2	101,40	1.926,60
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60
SP	351500	Embu das Artes	10	507,00	9.633,00
SP	351510	Embu-Guaçu	19	963,30	18.302,70
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60
SP	351515	Engenheiro Coelho	0	0,00	0,00
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	8	405,60	7.706,40
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00
SP	351520	Estrela d"Oeste	4	202,80	3.853,20
SP	351530	Estrela do Norte	2	101,40	1.926,60
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90
SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	4	202,80	3.853,20
SP	351580	Flora Rica	1	50,70	963,30
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60
SP	351600	Flórida Paulista	4	202,80	3.853,20
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00
SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30
SP	351680	Gastão Vidigal	1	50,70	963,30
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60
SP	351690	General Salgado	5	253,50	4.816,50
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60
SP	351720	Guaiçara	4	202,80	3.853,20
SP	351730	Guaimbê	2	101,40	1.926,60
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20
SP	351750	Guapiaçu	1	50,70	963,30
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20
SP	351800	Guarani d"Oeste	2	101,40	1.926,60
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90
SP	351820	Guararapes	14	709,80	13.486,20
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00
SP	351840	Guaratinguetá	17	861,90	16.376,10
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00
SP	351885	Guatapará	3	152,10	2.889,90
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00
SP	351910	Iacanga	5	253,50	4.816,50
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60
SP	351960	Ibitinga	0	0,00	0,00
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00
SP	352044	Ilha Solteira	9	456,30	8.669,70
SP	352050	Indaiatuba	29	1.470,30	27.935,70
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00
SP	352100	Iperó	7	354,90	6.743,10
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00
SP	352115	Ipiguá	2	101,40	1.926,60
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50
SP	352150	Irapuã	1	50,70	963,30
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50
SP	352180	Itaí	0	0,00	0,00
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20
SP	352215	Itaóca	1	50,70	963,30
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60
SP	352250	Itapevi	45	2.281,50	43.348,50
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30
SP	352270	Itápolis	18	912,60	17.339,40
SP	352280	Itaporanga	0	0,00	0,00
SP	352290	Itapuí	3	152,10	2.889,90
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00
SP	352340	Itatiba	12	608,40	11.559,60
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90
SP	352390	Itu	31	1.571,70	29.862,30
SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90
SP	352410	Ituverava	17	861,90	16.376,10
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00
SP	352480	Jales	12	608,40	11.559,60
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00
SP	352500	Jandira	33	1.673,10	31.788,90
SP	352510	Jardinópolis	6	304,20	5.779,80
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60
SP	352570	José Bonifácio	15	760,50	14.449,50
SP	352580	Júlio Mesquita	3	152,10	2.889,90
SP	352585	Jumirim	1	50,70	963,30
SP	352590	Jundiaí	27	1.368,90	26.009,10
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30
SP	352690	Limeira	89	4.512,30	85.733,70
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30
SP	352760	Luís Antônio	5	253,50	4.816,50
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00
SP	352900	Marília	80	4.056,00	77.064,00
SP	352910	Marinópolis	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70
SP	352930	Matão	31	1.571,70	29.862,30
SP	352940	Mauá	43	2.180,10	41.421,90
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90
SP	352960	Meridiano	1	50,70	963,30
SP	352965	Mesópolis	1	50,70	963,30
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00
SP	352980	Mineiros do Tietê	4	202,80	3.853,20
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60
SP	353050	Mococa	12	608,40	11.559,60
SP	353060	Mogi das Cruzes	0	0,00	0,00
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50
SP	353080	Mogi Mirim	22	1.115,40	21.192,60
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60
SP	353110	Mongaguá	12	608,40	11.559,60
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00
SP	353150	Monte Azul Paulista	4	202,80	3.853,20
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50
SP	353300	Nova Granada	8	405,60	7.706,40
SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60
SP	353325	Novais	2	101,40	1.926,60
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00
SP	353340	Nova Odessa	1	50,70	963,30
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00
SP	353380	Óleo	1	50,70	963,30
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70
SP	353400	Onda Verde	2	101,40	1.926,60
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00
SP	353420	Orindiúva	2	101,40	1.926,60
SP	353430	Orlândia	17	861,90	16.376,10
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00
SP	353470	Ourinhos	48	2.433,60	46.238,40
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20
SP	353490	Pacaembu	3	152,10	2.889,90
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50
SP	353510	Palmares Paulista	4	202,80	3.853,20
SP	353520	Palmeira d"Oeste	4	202,80	3.853,20
SP	353530	Palmital	9	456,30	8.669,70
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00
SP	353550	Paraguaçu Paulista	22	1.115,40	21.192,60
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00
SP	353580	Paranapanema	2	101,40	1.926,60
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90
SP	353600	Parapuã	2	101,40	1.926,60
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30
SP	353625	Parisi	1	50,70	963,30
SP	353630	Patrocínio Paulista	5	253,50	4.816,50
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30
SP	353660	Paulo de Faria	5	253,50	4.816,50
SP	353670	Pederneiras	3	152,10	2.889,90
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00
SP	353730	Penápolis	18	912,60	17.339,40
SP	353740	Pereira Barreto	15	760,50	14.449,50
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00
SP	353770	Piacatu	0	0,00	0,00
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90
SP	353790	Pilar do Sul	0	0,00	0,00
SP	353800	Pindamonhangaba	5	253,50	4.816,50
SP	353810	Pindorama	0	0,00	0,00
SP	353820	Pinhalzinho	2	101,40	1.926,60
SP	353830	Piquerobi	2	101,40	1.926,60
SP	353850	Piquete	1	50,70	963,30
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20
SP	353900	Pirangi	4	202,80	3.853,20
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00
SP	353980	Poá	13	659,10	12.522,90
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00
SP	354020	Pontal	9	456,30	8.669,70
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30
SP	354030	Pontes Gestal	1	50,70	963,30
SP	354040	Populina	2	101,40	1.926,60
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60
SP	354060	Porto Feliz	5	253,50	4.816,50
SP	354070	Porto Ferreira	1	50,70	963,30
SP	354075	Potim	6	304,20	5.779,80
SP	354080	Potirendaba	7	354,90	6.743,10
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60
SP	354100	Praia Grande	50	2.535,00	48.165,00
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30
SP	354140	Presidente Prudente	72	3.650,40	69.357,60
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00
SP	354165	Quadra	0	0,00	0,00
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00
SP	354220	Rancharia	15	760,50	14.449,50
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90
SP	354260	Registro	15	760,50	14.449,50
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30
SP	354323	Ribeirão dos Índios	0	0,00	0,00
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20
SP	354340	Ribeirão Preto	295	14.956,50	284.173,50
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90
SP	354390	Rio Claro	47	2.382,90	45.275,10
SP	354400	Rio das Pedras	5	253,50	4.816,50
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60
SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90
SP	354470	Sagres	0	0,00	0,00
SP	354480	Sales	3	152,10	2.889,90
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00
SP	354510	Salmourão	4	202,80	3.853,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00
SP	354520	Salto	8	405,60	7.706,40
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70
SP	354540	Salto Grande	3	152,10	2.889,90
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90
SP	354580	Santa Bárbara d"Oeste	0	0,00	0,00
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00
SP	354610	Santa Clara d"Oeste	1	50,70	963,30
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	0	0,00	0,00
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30
SP	354730	Santana de Parnaíba	41	2.078,70	39.495,30
SP	354740	Santa Rita d"Oeste	2	101,40	1.926,60
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	10	507,00	9.633,00
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30
SP	354770	Santo Anastácio	9	456,30	8.669,70
SP	354780	Santo André	0	0,00	0,00
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0,00	0,00
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60
SP	354910	São João da Boa Vista	19	963,30	18.302,70
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60
SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60
SP	354930	São João do Pau d"Alho	2	101,40	1.926,60
SP	354940	São Joaquim da Barra	20	1.014,00	19.266,00
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70
SP	354980	São José do Rio Preto	40	2.028,00	38.532,00
SP	354990	São José dos Campos	102	5.171,40	98.256,60
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20
SP	355030	São Paulo	2.002	101.501,40	1.928.526,60
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00
SP	355090	São Simão	5	253,50	4.816,50
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20
SP	355150	Serrana	0	0,00	0,00
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30
SP	355170	Sertãozinho	40	2.028,00	38.532,00
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60
SP	355220	Sorocaba	156	7.909,20	150.274,80
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50
SP	355250	Suzano	24	1.216,80	23.119,20
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355260	Tabapuã	5	253,50	4.816,50
SP	355270	Tabatinga	1	50,70	963,30
SP	355280	Taboão da Serra	16	811,20	15.412,80
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90
SP	355350	Tapiraí	0	0,00	0,00
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00
SP	355410	Taubaté	98	4.968,60	94.403,40
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60
SP	355475	Trabiju	1	50,70	963,30
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00
SP	355510	Tupi Paulista	6	304,20	5.779,80
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60
SP	355600	Urupês	5	253,50	4.816,50
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00
SP	355640	Vargem Grande do Sul	5	253,50	4.816,50
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00
SP	355650	Várzea Paulista	17	861,90	16.376,10
SP	355660	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60
SP	355670	Vinhedo	0	0,00	0,00
SP	355680	Viradouro	7	354,90	6.743,10
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00
SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30
SP	355700	Votorantim	8	405,60	7.706,40
SP	355710	Votuporanga	60	3.042,00	57.798,00
SP	355715	Zacarias	2	101,40	1.926,60
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60
		Total	7.146	362.302,20	6.883.741,80
		ANEXO XXVII			
TO	170025	Abreulândia	1	50,70	963,30
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	170307	Barra do Ouro	2	101,40	1.926,60
TO	170310	Barrolândia	1	50,70	963,30
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	170380	Buriti do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60
TO	170550	Colinas do Tocantins	18	912,60	17.339,40
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00
TO	170820	Formoso do Araguaia	6	304,20	5.779,80
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	0	0,00	0,00
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20
TO	170930	Guaraí	14	709,80	13.486,20
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00
TO	171050	Itacajá	2	101,40	1.926,60
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00
TO	171190	Lagoa da Confusão	0	0,00	0,00
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60
TO	171215	Lavandeira	0	0,00	0,00
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70
TO	171330	Miranorte	5	253,50	4.816,50
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	3	152,10	2.889,90
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90
TO	171630	Pau D"Arco	2	101,40	1.926,60
TO	171650	Pedro Afonso	1	50,70	963,30
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00
TO	171880	Sampaio	1	50,70	963,30
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	3	152,10	2.889,90
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00
TO	172120	Tocantinópolis	9	456,30	8.669,70
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00
TO	172210	Xambioá	6	304,20	5.779,80
		Total:	628	31.839,60	604.952,40
		Total Geral:	52.922	2.683.145,40	50.979.762,60

PORTARIA Nº 3.417, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	BUIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11421766000117013	38130014	199.993,00	199.993,00	10301201585810026
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11358235000117711	37930012	595.605,00	595.605,00	10301201585810043
TOTAL			2 PROPOSTAS			795.598,00	

PORTARIA Nº 3.418, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117737	33220020	448.802,00	448.802,00	10301201585813327
TOTAL			1 PROPOSTAS			448.802,00	

PORTARIA Nº 3.419, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	PMDSL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160207201700	32640011	91.427,00	91.427,00	10122201545250032
MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160000201700	14050008	1.301.070,00	1.301.070,00	10122201545250031
MG	ROSARIO DA LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROSARIO DA LIMEIRA	36000160193201700	37310020	64.820,00	64.820,00	10122201545252998
MT	POXOREO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160221201700	25500006	170.000,00	170.000,00	10122201545250051
PR	ENEAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160152201700	19680007	55.986,00	55.986,00	10122201545250041
PR	IVATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160158201700	23990005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LUIZIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZIANA	36000160039201700	23990005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000160057201700	27830001	345.284,00	345.284,00	10122201545250033
RN	AUGUSTO SEVERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO GRANDE-RN	36000160104201700	20330008	64.771,00	64.771,00	10122201545250024
RN	LAGOA SALGADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SALGADA	36000160109201700	24480008	165.000,00	165.000,00	10122201545250024
TOTAL			10 PROPOSTAS			2.458.358,00	

PORTARIA Nº 3.420, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	CACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACU	03381462000117001	36720008	120.000,00	120.000,00	10301201585810052
MG	LUMINARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUMINARIAS	13500127000117001	27540009	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
PA	MAGALHAES BARATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGALHAES BARATA	13711955000117007	37640007	84.790,00	84.790,00	10301201585810015
PA	TRAIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAIRAO-PA	14910511000117010	36970003	104.505,00	104.505,00	10301201585810015
PB	CACIMBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBAS	10541009000117001	38500002	50.000,00	50.000,00	10301201585810025
PR	PAULO FRONTIN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN	12082670000117009	28470010	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
RJ	MACUCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACUCO	11504310000117712	15040005 27860013	87.000,00 123.000,00	210.000,00	10301201585810033 10301201585813311
SP	ARACARIGUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACARIGUAMA	97542008000117705	33460002	241.500,00	241.500,00	10301201585810035
SP	ARACARIGUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACARIGUAMA	97542008000117706	28200024	199.970,00	199.970,00	10301201585810035
SP	MONTE AZUL PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12183698000117004	21830011	149.950,00	149.950,00	10301201585810035
TOTAL			10 PROPOSTAS			1.460.715,00	

PORTARIA Nº 3.421, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	DELMIRO GOUVEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELMIRO GOUVEIA	11261089000117009	36840003	124.990,00	124.990,00	10301201585810027
AL	MINADOR DO NEGRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINADOR DO NEGRAO	12237038000117001	36840003	125.000,00	125.000,00	10301201585810027
AM	CANUTAMA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANUTAMA	09601841000117005	30760002	499.930,00	499.930,00	10301201585810189

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	11751227000117002	29090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810013
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	13342490000117020	29090002	23.686,00	23.686,00	10301201585810013
AP	SERRA DO NAVIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DO NAVIO	11840565000117709	29190012 11350004	49.990,00 100.000,00	149.990,00	10301201585810016 10301201585810016
BA	CAMACAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACAN	09466021000117006	27370009	215.980,00	215.980,00	10301201585810029
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000117021	24700006 30910007	350,00 332.250,00	332.600,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	LAURO DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO DE FREITAS	13881550000117002	30610007	262.950,00	262.950,00	10301201585810029
BA	PAULO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO AFONSO	08704475000117013	12570015	399.950,00	399.950,00	10301201585812219
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11795661000117009	37950019	664.820,00	664.820,00	10301201585812275
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117001	31660009	36.080,00	36.080,00	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117009	31660009	36.080,00	36.080,00	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117010	31660009	36.080,00	36.080,00	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117011	31660009	17.680,00	17.680,00	10301201585810029
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235051000117013	31660009	36.080,00	36.080,00	10301201585810029
CE	MAURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURITI	11421453000117012	30310002	47.940,00	47.940,00	10301201585810023
CE	URUOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUOCA	11423060000117001	33760006	249.710,00	249.710,00	10301201585810023
GO	GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GOIAS	11152150000117006	32570007	28.820,00	28.820,00	10301201585810052
MA	SUCUPIRA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUCUPIRA DO NORTE	13823998000117003	37580007	351.650,00	351.650,00	10301201585810021
MG	SANTA RITA DO ITUETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DO ITUETO	14172334000117014	32970004	166.000,00	166.000,00	10301201585810031
PB	BAIA DA TRAICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIA DA TRAICAO-PB	13923732000117003	21270002	114.790,00	114.790,00	10301201585810025
PB	CAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08730943000117002	38500002	30.000,00	30.000,00	10301201585810025
PB	IGARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARACY	11463951000117004	38500002	60.050,00	60.050,00	10301201585810025
PB	MONTADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTADAS	13884126000117003	38500002	28.250,00	28.250,00	10301201585810025
PB	NAZAREZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZAREZINHO	12445365000117002	38500002	60.000,00	60.000,00	10301201585810025
PB	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES	10598364000117003	38500002	60.000,00	60.000,00	10301201585810025
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000117718	28850006	100.000,00	100.000,00	10301201585810026
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	09209932000117707	28430005 37050001	1.850,00 17.860,00	19.710,00	10301201585810041 10301201585810041
PR	NOVA SANTA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09157410000117006	30950013	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	08878760000117006	31760001	49.990,00	49.990,00	10301201585810041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	09271457000117003	28450003	118.160,00	118.160,00	10301201585810041
PR	XAMBRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09318853000117001	30950013	99.930,00	99.930,00	10301201585810041
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000117011	15040003	150,00	150,00	10301201585813288
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117743	26160008	396.050,00	396.050,00	10301201585810033
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117744	33220020	51.150,00	51.150,00	10301201585813327
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297536000117745	37990001	4.100,00	4.100,00	10301201585810033
RO	GUAJARA-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	23273682000117002	37250004	10.730,00	10.730,00	10301201585810011
RS	CHARRUA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CHARRUA	12288184000117003	28640005	34.880,00	34.880,00	10301201585810043
RS	ERVAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ERVAL GRANDE	11772998000117720	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	ITAQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12187088000117025	28650010	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502833000117716	36850011	46.634,00	46.634,00	10301201585810043
RS	MONTENEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MONTENEGRO/RS	12035129000117020	32980002 21720004	70,00 25.600,00	25.670,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	MOSTARDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS	11958524000117007	19830012	44.990,00	44.990,00	10301201585810043
SP	DOIS CORREGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS	11859367000117011	28010002	49.930,00	49.930,00	10301201585810035
SP	PEDREGULHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDREGULHO	11952144000117004	23560011	93.300,00	93.300,00	10301201585810035
SP	PEDREGULHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDREGULHO	11952144000117005	23560011	36.580,00	36.580,00	10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	12427437000117011	15930002	99.920,00	99.920,00	10301201585810035
TOTAL			48 PROPOSTAS			5.890.980,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.422, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	AMELIA RODRIGUES	PMAR-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12426325000117025	26010012	380.000,00	380.000,00	10301201585810029
BA	IBIPEBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11457129000117702	34770017	242.000,00	242.000,00	10301201585810029
BA	PE DE SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PE DE SERRA	10651489000117005	37380004	190.000,00	190.000,00	10301201585810029
CE	MAURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURITI	11421453000117011	30310002	242.000,00	242.000,00	10301201585810023
GO	COCALZINHO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11337362000117007	26620009	190.000,00	190.000,00	10301201585815483
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - QUIRINOPOLIS	04752947000117001	28350006	190.000,00	190.000,00	10301201585810052
MA	GRAJAU	MUNICIPIO DE GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11354569000117726	30430003	190.000,00	190.000,00	10301201585810021
MT	SANTA CARMEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CARMEM	13022743000117007	28250007	190.000,00	190.000,00	10301201585810051
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENTRE RIOS DO OESTE	08931196000117001	31760001	242.000,00	242.000,00	10301201585810041
PR	PIRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUARA	09468040000117005	30410010	190.000,00	190.000,00	10301201585810041
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000117005	27780006	242.000,00	242.000,00	10301201585810033
RJ	NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12396542000117001	27780006	190.000,00	190.000,00	10301201585810033
RN	SAO FERNANDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FERNANDO	12050421000117001	30540005	210.000,00	210.000,00	10301201585810024
SE	CRISTINAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTINAPOLIS	11398566000117001	27320005	242.000,00	242.000,00	10301201585810028
SE	NEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11367491000117005	29080002	190.000,00	190.000,00	10301201585810028
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000117003	30440004 28010002	90.000,00 100.000,00	190.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	FERNANDO PRESTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERNANDO PRESTES - SP	11580190000117716	37300010	432.000,00	432.000,00	10301201585810035
SP	GUARACAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARACAI	13871048000117002	37370016	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	SANTA ERNESTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11858604000117001	25200001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	12273871000117001	25310012	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	SAO LOURENCO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DA SERRA	11140541000117007	25200001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
TO	ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMAS	12271064000117007	30860006	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TO	CARMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13397778000117006	30860006	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TO	CASEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEARA	11374226000117006	36950008	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	11439826000117002	36950008	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TO	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO DO TOCANTINS-TO	11952334000117003	26910003	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TO	XAMBIOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11964908000117007	29180004	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TOTAL			27 PROPOSTAS			5.842.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.423, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	MACAPARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07165026000117010	37260002	125.000,00	125.000,00	10301201520YL0026
TOTAL			1 PROPOSTAS			125.000,00	

PORTARIA Nº 3.424, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	36000159966201700	37900005	46.585,00	46.585,00	10122201545250012
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159967201700	30720011	18.186,00	18.186,00	10122201545250012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159153201700	29130013	18.186,00	18.186,00	10122201545250012
AL	PORTO CALVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO CALVO	36000159920201700	37530001	74.820,00	74.820,00	10122201545250027
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	36000159047201700	16190002	187.724,00	187.724,00	10122201545250013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000159429201700	37910007	45.000,00	45.000,00	10122201545255428
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159685201700	30900003	104.824,00	104.824,00	10122201545250021
MG	CATAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159930201700	24870004	27.955,00	27.955,00	10122201545250031
MG	MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159674201700	29240008	600.524,00	600.524,00	10122201545252849
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIEDADE DO RIO GRANDE	36000159774201700	27550002	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	SAO JOAO DA LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159132201700	36820008	200.000,00	200.000,00	10122201545253068
MG	TRES MARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159201201700	28890006 24880004	195.233,00 250.000,00	445.233,00	10122201545250031 10122201545250031
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159598201700	27630009	22.880,00	22.880,00	10122201545250031
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159626201700	27630009	9.060,00	9.060,00	10122201545250031
PE	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRINHA	36000144290201700	36860003	600.000,00	600.000,00	10122201545250026
PE	IBIRAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144282201700	36860003	100.000,00	100.000,00	10122201545250026
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144268201700	36860003	100.000,00	100.000,00	10122201545250026
PR	BOM SUCESSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO DO SUL	36000159105201700	37020012	13.186,00	13.186,00	10122201545250041
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159148201700	23990005	18.186,00	18.186,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000159180201700	19630011	132.504,00	132.504,00	10122201545250041
PR	GRANDES RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANDES RIOS	36000159140201700	38090007 20520009	48.186,00 100.000,00	148.186,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159192201700	30920003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PIRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUARA	36000159281201700	37050002	68.186,00	68.186,00	10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000159185201700	37710006	77.954,00	77.954,00	10122201545250041
PR	TIBAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE TIBAGI	36000159671201700	30410009	44.634,00	44.634,00	10122201545250041
RJ	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	36000159882201700	29230019	299.186,00	299.186,00	10122201545253338
RN	JARDIM DE ANGICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JARDIM DE ANGICOS	36000159700201700	37790009	127.955,00	127.955,00	10122201545250024
RN	RUY BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159508201700	30490006	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	SERRA DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DE SAO BENTO/RN	36000159208201700	38060009	150.000,00	150.000,00	10122201545250024
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000159051201700	38240001	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159238201700	31830002	17.186,00	17.186,00	10122201545250042
SC	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159239201700	31830002	17.187,00	17.187,00	10122201545250042
SE	CANHOBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159596201700	30340006	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159499201700	26080013	74.820,00	74.820,00	10122201545250028
SP	CANITAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANITAR	36000159905201700	15930022	4.000,00	4.000,00	10122201545250035
SP	DOLCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOLCINOPOLIS	36000159465201700	15930022	25.000,00	25.000,00	10122201545250035
SP	PARDINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159961201700	28180008	99.000,00	99.000,00	10122201545250035
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	36000159908201700	30570012	235.324,00	235.324,00	10122201545253779
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159059201700	30640011	250.918,00	250.918,00	10122201545250035
TO	XAMBIOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159382201700	24290003	268.186,00	268.186,00	10122201545250017
TOTAL			40 PROPOSTAS			5.222.575,00	

PORTARIA Nº 3.425, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	ITABUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABUNA - SMS	08218991000117003	349.980,00	0006	10301201520YI0001
MG	TRES CORACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13759512000117004	1.999.984,00	0006	10301201520YI0001
TOTAL			2 PROPOSTAS	2.349.964,00		

PORTARIA Nº 3.427, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Ambiência.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHEIRO	11782162000117025	250.000,00	0000	10302201520R40001
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	06023953000117005	250.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			2 PROPOSTAS	500.000,00		

PORTARIA Nº 3.428, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	VITORIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06893466000117023	324.790,00	0000	10303201576900001
GO	GOIANIA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	00544963000117007	200.000,00	0000	10303201576900001
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	87182846000117001	360.000,00	0000	10303201576900001
TOTAL			3 PROPOSTAS	884.790,00		

PORTARIA Nº 3.429, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJE	11714799000117005	242.000,00	0000	10302201585350001
BA	LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJE	11714799000117006	125.860,00	0000	10302201585350001
PB	LAGOA DE DENTRO	LAGOA DE DENTRO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12375571000117003	190.000,00	0000	10302201585350001
PB	MULUNGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MULUNGU	18767963000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA HELENA-PB	11245287000117004	190.000,00	0000	10302201585350001
PE	SALGADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13167387000117012	399.950,00	0000	10302201585350001
PR	ARAPOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09277712000117003	500.000,00	0000	10302201585350001
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09256935000117008	599.950,00	0000	10302201585350001
TOTAL			8 PROPOSTAS	2.417.760,00		

PORTARIA Nº 3.430, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	ABRE CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159946201700	71140011	184.300,00	184.300,00	10122201545250031
MG	ALMENARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159360201700	71140011	92.000,00	92.000,00	10122201545250031
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159747201700	71140011	90.000,00	90.000,00	10122201545250031
MG	BOM JESUS DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159762201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	CACHOEIRA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159107201700	71140011	92.000,00	92.000,00	10122201545250031
MG	CAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159372201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	36000159476201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	CAPIM BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIM BRANCO	36000159419201700	71140011	256.646,00	256.646,00	10122201545250031
MG	CARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158827201700	71140011	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	CENTRAL DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTRAL DE MINAS	36000159451201700	71140011	42.798,00	42.798,00	10122201545250031
MG	COROMANDEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COROMANDEL	36000159906201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159285201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	FORMIGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159955201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	FRUTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158927201700	71140011	19.310,00	19.310,00	10122201545250031
MG	IGARAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE	36000159475201700	71140011	462.600,00	462.600,00	10122201545250031
MG	ITABIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABIRINHA	36000159373201700	71140011	635.835,00	635.835,00	10122201545250031
MG	ITAGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159811201700	71140011	54.346,00	54.346,00	10122201545250031
MG	ITAIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159821201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	ITURAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITURAMA - MG - FMSI	36000158749201700	71140011	190.860,00	190.860,00	10122201545250031
MG	LAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	36000159572201700	71140011	111.126,00	111.126,00	10122201545250031
MG	MALACACHETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159459201700	71140011	117.775,00	117.775,00	10122201545250031
MG	MANHUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159787201700	71140011	304.914,00	304.914,00	10122201545250031
MG	MENDES PIMENTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159348201700	71140011	285.665,00	285.665,00	10122201545250031
MG	MONTALVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159412201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159560201700	71140011	120.601,00	120.601,00	10122201545250031
MG	OURO FINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159668201700	71140011	47.834,00	47.834,00	10122201545250031
MG	PIRAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPETINGA	36000159541201700	71140011	150.523,00	150.523,00	10122201545250031
MG	PITANGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PITANGUI	36000159816201700	71140011	97.682,00	97.682,00	10122201545250031
MG	POTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POTE	36000159679201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	POUSO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159037201700	71140011	108.329,00	108.329,00	10122201545250031
MG	REDUTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159435201700	71140011	28.031,00	28.031,00	10122201545250031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000159485201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO GLORIA	36000159437201700	71140011	135.271,00	135.271,00	10122201545250031
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159433201700	71140011	192.150,00	192.150,00	10122201545250031
MG	SERRA AZUL DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159531201700	71140011	92.150,00	92.150,00	10122201545250031
MG	TEIXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEIXEIRAS	36000159604201700	71140011	64.163,00	64.163,00	10122201545250031
MG	TIMOTEO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159890201700	71140011	470.238,00	470.238,00	10122201545250031
PI	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	36000158045201700	71190015	70.000,00	70.000,00	10122201545250022
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA DO PIAUI	36000159866201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	RIBEIRA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRA DO PIAUI	36000158472201700	71190015	71.573,00	71.573,00	10122201545250022
SC	AGROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGROLANDIA	36000153779201700	71260001	256.458,00	256.458,00	10122201545250042
SC	IRACEMINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	36000155314201700	71260001	70.000,00	70.000,00	10122201545250042
SC	MODELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MODELO SC	36000158560201700	71260001	39.682,00	39.682,00	10122201545250042
SC	OURO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VERDE	36000153179201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	PONTE ALTA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE	36000153752201700	71260001	50.000,00	50.000,00	10122201545250042
SC	RIO RUFINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO RUFINO	36000151995201700	71260001	63.500,00	63.500,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	SANTA ROSA DE LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA	36000154878201700	71260001	185.000,00	185.000,00	10122201545250042
TO	BREJINHO DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152787201700	71280002	129.872,00	129.872,00	10122201545250017
TO	DARCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DARCINOPOLIS	36000150957201700	71280002	113.924,00	113.924,00	10122201545250017
TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152585201700	71280002	163.901,00	163.901,00	10122201545250017
TO	ITAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUATINS	36000152709201700	71280002	125.496,00	125.496,00	10122201545250017
TO	LAGOA DA CONFUSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DA CONFUSAO	36000154974201700	71280002	205.384,00	205.384,00	10122201545250017
TO	NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATIVIDADE	36000152806201700	71280002	165.331,00	165.331,00	10122201545250017
TO	PARAISO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO DO TOCANTINS	36000152887201700	71280002	474.957,00	474.957,00	10122201545250017
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS	36000152703201700	71280002	181.154,00	181.154,00	10122201545250017
TOTAL			55 PROPOSTAS			7.984.879,00	

PORTARIA Nº 3.431, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159681201700	218.000,00	36880001	218.000,00	10122201545250021	2457571	218.000,00
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	36000159325201700	118.186,00	27600001	118.186,00	10122201545250031	2126494	118.186,00
MG	CRUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159448201700	7.600,00	29380005	7.600,00	10122201545250031	6323251	7.600,00
MG	JABOTICATUBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159631201700	237.773,00	27660004	237.773,00	10122201545250031	7291914	237.773,00
MG	MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159670201700	64.296,00	29240008	64.296,00	10122201545252849	2162334	64.296,00
MT	BRASNORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159284201700	150.000,00	31010001	150.000,00	10122201545250051	2471795	150.000,00
PA	BUJARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BUJARU	36000159690201700	150.000,00	37640008	150.000,00	10122201545250015	2314231	150.000,00
PA	PORTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEL	36000159548201700	2.825,00	36970006	2.825,00	10122201545250015	2676923	2.825,00
PB	CONCEICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO	36000159842201700	150.000,00	27120004	150.000,00	10122201545250025	2603748	150.000,00
PE	PESQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159183201700	42.272,00	37000012	42.272,00	10122201545250026	2638878	42.272,00
PE	PESQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159184201700	150.000,00	38130013	150.000,00	10122201545250026	2638878	150.000,00
PR	ARAPONGAS	ASSOCIACAO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER	36000159054201700	395.264,00	19700001	395.264,00	10122201545250041	2576341	395.264,00
PR	PEROLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA	36000159856201700	100.000,00	23990005	100.000,00	10122201545250041	2738198	100.000,00
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	36000158740201700	531.814,00	13340008	531.814,00	10122201545250033	2270528	531.814,00
RJ	SEROPEDICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEROPEDICA	36000159522201700	64.771,00	30580008	64.771,00	10122201545250033	5349893	64.771,00
RS	MARAU	ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MARAU	36000159612201700	80.000,00	19830025	80.000,00	10122201545250043	2246953	80.000,00
SP	AGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159549201700	108.228,00	30570008	108.228,00	10122201545250035	2069164	108.228,00
SP	CAMPINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAS	36000159953201700	150.000,00	37360007	150.000,00	10122201545250035	2075857	150.000,00
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159887201700	303.000,00	37090002	303.000,00	10122201545250035	5007402	303.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	IPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUA	36000159203201700	128.000,00	23560010	128.000,00	10122201545250035	2057093	128.000,00
SP	PARDINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152080201700	29.376,00	33600007	29.376,00	10122201545250035	2048183	29.376,00
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159969201700	200.000,00	30370002	200.000,00	10122201545250035	2069776	200.000,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	36000159616201700	649.330,00	31820008	649.330,00	10122201545253922	2798298	649.330,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	36000159618201700	15.490,00	31820008	15.490,00	10122201545253922	2097613	15.490,00
SP	SAO PAULO	CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA	36000158741201700	414.820,00	29170001	414.820,00	10122201545253928	2807092	414.820,00
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE	36000159556201700	70.000,00	15930022	70.000,00	10122201545250035	3021378	70.000,00
TOTAL			26 PROPOSTAS	4.531.045,00					

PORTARIA Nº 3.432, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACOIABA	09625350000117006	74.464,00	0003	10301201585770001
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACOIABA	09625350000117007	99.996,00	0003	10301201585770001
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACOIABA	09625350000117008	125.529,00	0003	10301201585770001
PB	AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMPARO-PB	08612869000117003	99.996,00	0003	10301201585770001
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	CUITE DE MAMANGUAPE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13099820000117004	200.480,00	0003	10301201585770001
PB	JUNCO DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUNCO DO SERIDO-PB	13069201000117002	149.644,00	0003	10301201585770001
PB	SUME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11285069000117006	227.602,00	0003	10301201585770001
PE	MANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11819732000117010	74.993,00	0003	10301201585770001
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	11299001000117003	74.993,00	0003	10301201585770001
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	11299001000117004	149.987,00	0003	10301201585770001
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	11299001000117005	74.993,00	0003	10301201585770001
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	11299001000117006	199.993,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117017	150.722,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117018	144.301,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117019	135.903,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117020	142.774,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117021	144.988,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117022	203.091,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117023	179.422,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117024	139.995,00	0003	10301201585770001
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09240360000117025	258.797,00	0003	10301201585770001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117707	149.996,00	0003	10301201585770001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117708	179.995,00	0003	10301201585770001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117710	250.004,00	0003	10301201585770001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117711	249.988,00	0003	10301201585770001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000117712	430.000,00	0003	10301201585770001
TOTAL			26 PROPOSTA(S)	4.312.646,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.433, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Atenção Psicossocial.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Atenção Psicossocial.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000117725	37550003	1.312.000,00	1.312.000,00	10302201520B00053
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000117732	14790006	1.312.000,00	1.312.000,00	10302201520B00053
MG	UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBA	15582382000117004	24770005	1.568.000,00	1.568.000,00	10302201585350031
MG	UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBA	15582382000117005	24770005	1.346.000,00	1.346.000,00	10302201585350031
TOTAL			4 PROPOSTAS			5.538.000,00	

PORTARIA Nº 3.434, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159828201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	0027391	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159832201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	0027529	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159835201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	0027596	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159838201700	222.252,00	71140011	222.252,00	10122201545250031	2200414	222.252,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159841201700	575.033,00	71140011	575.033,00	10122201545250031	2200422	575.033,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159843201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	2695723	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159845201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	3058506	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159847201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	6210902	94.000,00
MG	BOM JARDIM DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM DE MINAS	36000159952201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2796589	92.150,00
MG	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BONFIM	36000159867201700	96.067,00	71140011	96.067,00	10122201545250031	2117193	96.067,00
MG	CAETANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAETANOPOLIS	36000159790201700	138.225,00	71140011	138.225,00	10122201545250031	2127091	138.225,00
MG	CAMPANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CAMPANHA	36000159876201700	184.300,00	71140011	184.300,00	10122201545250031	2765306 2794640	92.150,00 92.150,00
MG	CAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159776201700	100.000,00	71140011	100.000,00	10122201545250031	2146509	100.000,00
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159925201700	98.150,00	71140011	98.150,00	10122201545250031	2764733	98.150,00
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159928201700	176.574,00	71140011	176.574,00	10122201545250031	2114267	176.574,00
MG	CARMO DO RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159807201700	376.450,00	71140011	376.450,00	10122201545250031	2796376	376.450,00
MG	CLAUDIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLAUDIO	36000159857201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2160307	92.150,00
MG	DOM SILVERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159810201700	108.761,00	71140011	108.761,00	10122201545250031	2100398	108.761,00
MG	ITAMBACURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159975201700	50.476,00	71140011	50.476,00	10122201545250031	6043798	50.476,00
MG	ITAU DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159763201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	4041283	92.150,00
MG	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA SANTA	36000159982201700	184.300,00	71140011	184.300,00	10122201545250031	2198622 6983219	92.150,00 92.150,00
MG	MERCES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159877201700	193.788,00	71140011	193.788,00	10122201545250031	2161575	193.788,00
MG	MONSENHOR PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159785201700	85.192,00	71140011	85.192,00	10122201545250031	2761181	85.192,00
MG	MORADA NOVA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORADA NOVA DE MINAS	36000159830201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2155850	92.150,00
MG	MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159796201700	2.341.702,00	71140011	2.341.702,00	10122201545250031	2195453	2.341.702,00
MG	PIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRANGA	36000159902201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2109700	92.150,00
MG	PIUMHI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159805201700	304.914,00	71140011	304.914,00	10122201545250031	2776006	304.914,00
MG	POCRANE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCRANE	36000159911201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2760959	92.150,00
MG	PRADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159895201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2123436	92.150,00
MG	PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRATA-MG	36000159761201700	184.300,00	71140011	184.300,00	10122201545250031	2145588 5227461	92.150,00 92.150,00
MG	RAPOSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159804201700	96.067,00	71140011	96.067,00	10122201545250031	2198797	96.067,00
MG	RIO ESPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO ESPERA	36000159848201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2112531	92.150,00
MG	RIO VERMELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO VERMELHO	36000159959201700	94.331,00	71140011	94.331,00	10122201545250031	2134853	94.331,00
MG	SANTA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159873201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2215268	92.150,00
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159963201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2173565	92.150,00
MG	SERITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159815201700	20.336,00	71140011	20.336,00	10122201545250031	2763591	20.336,00
MG	SOLEDADE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159896201700	54.356,00	71140011	54.356,00	10122201545250031	2794527	54.356,00
TOTAL			37 PROPOSTAS	7.171.074,00					

PORTARIA Nº 3.435, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	CODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159745201700	81000173	5.000.000,00	5.000.000,00	10122201545257280
MG	AGUA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159515201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159746201700	81000173	168.466,00	168.466,00	10122201545257280
MG	BOM SUCESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO MG	36000159851201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	CATAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159929201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	DIVISA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA NOVA	36000159495201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
MG	INHAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159555201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	IPABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPABA MG	36000159654201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	MATEUS LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATEUS LEME	36000159422201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	PIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRACEMA	36000159507201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SANTA CRUZ DO ESCALVADO	36000159971201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159958201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MG	SAO JOAO DEL REI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159737201700	81000173	140.000,00	140.000,00	10122201545257280
MG	SAO SEBASTIAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159798201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	OLIVEDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLIVEDOS	36000159662201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PI	PAU D"ARCO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159957201700	81000173	151.204,00	151.204,00	10122201545257280
PI	PICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICOS-PI	36000159990201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	36000159875201700	81000173	163.000,00	163.000,00	10122201545257280
PR	BRAGANEY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-MUNICIPIO DE BRAGANEY	36000159949201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	ITAMBARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159858201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	JESUITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JESUITAS	36000159452201700	81000173	179.000,00	179.000,00	10122201545257280
PR	MANGUEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159583201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	RIO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BOM	36000159638201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PR	SABAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABAUDIA	36000145135201700	81000173	278.973,00	278.973,00	10122201545257280
RN	PEDRO AVELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AVELINO	36000159709201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ	36000159754201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	NOVA BRASILANDIA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D"OESTE - RO.	36000159987201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RO	SERINGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERINGUEIRAS	36000159688201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	TEIXEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRPOLIS	36000159496201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159591201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	CERRO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO LARGO	36000159458201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	CIRIACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159424201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	HORIZONTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159743201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RS	PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAL	36000159425201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000159546201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	SELBACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SELBACH-RS	36000159453201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RS	TRES PASSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159432201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	BALNEARIO CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159646201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SE	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159665201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159680201700	81000173	900.000,00	900.000,00	10122201545257280
SE	ITAPORANGA D"AJUDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159697201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
SE	JAPARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPARATUBA	36000159692201700	81000173	174.624,00	174.624,00	10122201545257280
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159660201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SE	SIMAO DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUNICIPIO DE SIMAO DIAS	36000159672201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
SP	AREIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159837201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	BORACEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159617201700	81000173	15.278,00	15.278,00	10122201545257280
SP	CACONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CACONDE	36000159635201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159886201700	81000173	140.000,00	140.000,00	10122201545257280
SP	ELISIARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELISIARIO - SP	36000159509201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	GABRIEL MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GABRIEL MONTEIRO	36000159622201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	LINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINS	36000159770201700	81000173	170.000,00	170.000,00	10122201545257280
SP	MIGUELOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIGUELOPOLIS	36000159602201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	36000159854201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	MONTEIRO LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159938201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	NOVA CANAA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANAA PAULISTA	36000159864201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	NOVA GRANADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA GRANADA	36000159820201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	PALMARES PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMARES PAULISTA - SP	36000159518201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	PATROCINIO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159934201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	36000159907201700	81000173	80.000,00	80.000,00	10122201545257280
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA	36000159547201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SP	RINCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINCAO	36000159593201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SALES OLIVEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALES OLIVEIRA	36000159461201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SP	TAMBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159853201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SP	UBIRAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRAJARA	36000159849201700	81000173	70.000,00	70.000,00	10122201545257280
SP	ZACARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZACARIAS	36000159661201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	ARRAIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAS	36000159715201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
TO	BARRA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO OURO	36000159840201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	BERNARDO SAYAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159927201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	COLMEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000159912201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159542201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
TO	IPUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159806201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TOTAL			71 PROPOSTAS			18.180.545,00	

PORTARIA Nº 3.436, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159962201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000159965201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
AM	BENJAMIN CONSTANT	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159693201700	81000173	900.000,00	900.000,00	10122201545257280
BA	IRECE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRECE - FUMSAUDE	36000159748201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
GO	DAMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159686201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000159636201700	81000173	100.152,00	100.152,00	10122201545257280
MA	ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCANTARA - MA	36000159996201700	81000173	274.383,00	274.383,00	10122201545257280
MA	ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCANTARA - MA	36000159997201700	81000173	75.617,00	75.617,00	10122201545257280
MA	APICUM-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APICUM - ACU	36000159924201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FORTALEZA DOS NOGUEIRAS -MA	36000159779201700	81000173	7.111,00	7.111,00	10122201545257280
MA	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE PRESIDENTE MEDICI	36000159666201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159931201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MG	CIPOTANEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIPOTANEA	36000159462201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TOTAL			13 PROPOSTAS			3.157.263,00	

PORTARIA Nº 3.437, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	ALVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVINOPOLIS	36000159553201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2100371	92.150,00
MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159491201700	416.678,00	71140011	416.678,00	10122201545250031	2164604 2164620 2180766	70.000,00 235.552,00 111.126,00
MG	BARROSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159477201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2123061	92.150,00
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	36000159479201700	1.124.776,00	71140011	1.124.776,00	10122201545250031	2126494	1.124.776,00
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	36000159483201700	48.270,00	71140011	48.270,00	10122201545250031	2125919	48.270,00
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	36000159484201700	92.151,00	71140011	92.151,00	10122201545250031	2125943	92.151,00
MG	BICAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BICAS	36000159633201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2184176	92.150,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	36000159552201700	138.771,00	71140011	138.771,00	10122201545250031	2098326	138.771,00
MG	COQUEIRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159601201700	193.788,00	71140011	193.788,00	10122201545250031	2793784	193.788,00
MG	CRISTAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTAIS	36000159628201700	295.426,00	71140011	295.426,00	10122201545250031	2144255 3828050	193.788,00 101.638,00
MG	CRUCILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159444201700	39.288,00	71140011	39.288,00	10122201545250031	2117177	39.288,00
MG	CURVELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159481201700	215.631,00	71140011	215.631,00	10122201545250031	2148307 2178559	92.150,00 123.481,00
MG	DIVINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159651201700	239.962,00	71140011	239.962,00	10122201545250031	4040570	239.962,00
MG	ERVALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159566201700	192.150,00	71140011	192.150,00	10122201545250031	2161729	192.150,00
MG	FORTALEZA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159585201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2147866	92.150,00
MG	GUAXUPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159534201700	94.331,00	71140011	94.331,00	10122201545250031	2198061	94.331,00
MG	IGARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159592201700	138.410,00	71140011	138.410,00	10122201545250031	2183315	138.410,00
MG	JANAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000159663201700	766.008,00	71140011	766.008,00	10122201545250031	2105004 2205939 6920977	92.150,00 383.255,00 290.603,00
MG	JOAO MONLEVADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159469201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2709848	92.150,00
MG	JOAO MONLEVADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159471201700	206.125,00	71140011	206.125,00	10122201545250031	2171627	206.125,00
MG	MARIA DA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159640201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2208849	92.150,00
MG	MARIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159447201700	476.450,00	71140011	476.450,00	10122201545250031	2200945	476.450,00
MG	MINAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159589201700	120.601,00	71140011	120.601,00	10122201545250031	2134268	120.601,00
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159565201700	94.792,00	71140011	94.792,00	10122201545250031	2776022	94.792,00
MG	MUTUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUTUM	36000159677201700	187.383,00	71140011	187.383,00	10122201545250031	4042298	187.383,00
MG	PADRE CARVALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159614201700	50.795,00	71140011	50.795,00	10122201545250031	2149788	50.795,00
MG	PAINS	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	36000159639201700	150.000,00	71140011	150.000,00	10122201545250031	2168626	150.000,00
MG	PAIVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159609201700	27.725,00	71140011	27.725,00	10122201545250031	2098598	27.725,00
MG	PARAISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159611201700	120.000,00	71140011	120.000,00	10122201545250031	2127695	120.000,00
MG	PERDOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PERDOES	36000159643201700	150.000,00	71140011	150.000,00	10122201545250031	2139871	150.000,00
MG	PERDOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PERDOES	36000159645201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2221985	92.150,00
MG	PERDOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PERDOES	36000159649201700	3.645,00	71140011	3.645,00	10122201545250031	2139871	3.645,00
MG	RIO PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARANAIBA	36000159720201700	112.499,00	71140011	112.499,00	10122201545250031	2184680	112.499,00
MG	RIO PIRACICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159607201700	188.462,00	71140011	188.462,00	10122201545250031	2144611	188.462,00
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159535201700	460.750,00	71140011	460.750,00	10122201545250031	2208822	460.750,00
MG	SANTANA DO GARAMBEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DO GARAMBEU	36000159603201700	24.405,00	71140011	24.405,00	10122201545250031	2098571	24.405,00
MG	SANTANA DO MANHUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159576201700	28.850,00	71140011	28.850,00	10122201545250031	2115468	28.850,00
MG	SAO JOSE DA VARGINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA VARGINHA	36000159468201700	34.466,00	71140011	34.466,00	10122201545250031	2160560	34.466,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	TRES CORACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159597201700	230.375,00	71140011	230.375,00	10122201545250031	2794667	230.375,00
MG	TRES CORACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159600201700	230.375,00	71140011	230.375,00	10122201545250031	7793553	230.375,00
MG	TRES CORACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159605201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	3337448	92.150,00
MG	TRES CORACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159608201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2760657	92.150,00
MG	TUPACIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159434201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2797542	92.150,00
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159567201700	109.597,00	71140011	109.597,00	10122201545250031	2135108	109.597,00
MG	UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBA	36000159629201700	96.312,00	71140011	96.312,00	10122201545250031	2195437	96.312,00
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159595201700	1.551.447,00	71140011	1.551.447,00	10122201545250031	2146355 2152940 2152967 2153009 6601804	664.026,00 131.245,00 92.150,00 92.150,00 479.726,00
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159595201700	1.551.447,00	71140011	1.551.447,00	10122201545250031	7636970	92.150,00
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159599201700	128.492,00	71140011	128.492,00	10122201545250031	2152908	128.492,00
MG	UNAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNAI	36000159696201700	230.375,00	71140011	230.375,00	10122201545250031	2760924	230.375,00
MG	VARZELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159657201700	92.150,00	71140011	92.150,00	10122201545250031	2104741	92.150,00
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000159707201700	319.379,00	71140011	319.379,00	10122201545250031	2760843	319.379,00
TOTAL			50 PROPOSTAS	10.342.590,00					

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 195, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre embalagens e advertências sanitárias para produtos fumígenos derivados do tabaco.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 31 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos para as embalagens de todos os produtos fumígenos derivados do tabaco comercializados no país.

Art. 2º As embalagens primárias e secundárias dos produtos fumígenos derivados do tabaco deverão conter todas as advertências sanitárias sobre os riscos decorrentes do uso desses produtos, estabelecidas pela Lei nº 9.294/96 e pelo Decreto nº 2.018/96, e suas alterações, conforme disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução se aplica a todos os produtos fumígenos derivados do tabaco comercializados em território nacional, de fabricação nacional e importados.

Art. 4º Para efeitos desta Resolução entende-se por:

I. advertência sanitária frontal: conjunto gráfico contendo mensagem de advertências sanitárias escritas, acompanhada do Selo Disque Saúde do Ministério da Saúde, impresso na face frontal externa das embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme disposto no anexo II desta Resolução;

II. advertência sanitária lateral: conjunto gráfico contendo mensagens de advertências sanitárias escritas, impresso em uma das faces laterais externas das embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme disposto no anexo III desta Resolução;

III. advertência sanitária padrão: conjunto gráfico contendo mensagens de advertências sanitárias escritas, acompanhadas de imagem, impresso na face posterior externa das embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme disposto no anexo I desta Resolução;

IV. embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento destinada a conter os produtos fumígenos derivados do tabaco, possuindo a seguinte classificação:

a) embalagem primária: embalagem que acondiciona o produto fumígeno derivado do tabaco, destinada ao consumidor final;

b) embalagem secundária: embalagem externa do produto e que acondiciona mais de uma embalagem primária, destinada ou não ao consumidor final; e

c) embalagem terciária: embalagem externa do produto, que acondiciona mais de uma embalagem, não destinada ao consumidor final.

V. embalagem padrão: embalagem primária ou secundária de produtos fumígenos derivados do tabaco contendo 06 (seis) faces;

VI. produto fumígeno: produto manufaturado, derivado ou não do tabaco, que contenha folhas ou extratos de folhas ou outras partes de plantas em sua composição;

VII. produto fumígeno derivado do tabaco: qualquer produto manufaturado que contenha tabaco em sua composição;

VIII. identidade visual: conjunto de elementos gráficos que representam visualmente e de forma sistematizada o produto, como imagens, textos, tipografias, padrões cromáticos e a disposição de elementos;

IX. nome do produto fumígeno: nome, acompanhado ou não de qualquer descritor, como palavra, número ou cor da embalagem, aposto à embalagem do produto, que será reconhecido como forma de distinguir o produto de outros da mesma natureza;

X. face ou vista frontal: a maior face externa da embalagem, onde está contido o nome do produto fumígeno;

XI. face ou vista posterior: a maior face externa da embalagem oposta à face ou vista frontal.

CAPÍTULO II

DAS EMBALAGENS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 5º As embalagens primárias e secundárias de todos os produtos fumígenos derivados do tabaco destinados à comercialização no mercado nacional devem apresentar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

I. nome do produto;

II. dados do fabricante: nome do fabricante, CNPJ, contato do fabricante, origem do produto;

III. dados do importador, quando aplicável: nome do importador, CNPJ, contato do importador, origem do produto;

IV. tipo do produto;

V. data de fabricação;

VI. número do lote;

VII. quantidade de produto na embalagem; e

VIII. ingredientes: tipo de tabaco ou, quando for utilizado mais de um tipo de tabaco, o termo "mistura de tabacos", e todas as categorias dos aditivos utilizados na fabricação do produto.

Parágrafo único. Os incisos II a VIII devem estar obrigatoriamente no idioma português, podendo ser acompanhadas de informações em outro idioma.

Art. 6º É vedada a utilização de dispositivos sonoros, palavras, símbolos, desenhos ou imagens nas embalagens primárias e secundárias dos produtos fumígenos derivados do tabaco que possam:

I. induzir diretamente o consumo;

II. sugerir o consumo exagerado ou irresponsável;

III. induzir o consumo em locais ou situações perigosas ou ilegais;

IV. sugerir ou induzir bem-estar ou saúde;

V. criar falsa impressão de que uma marca seja menos prejudicial à saúde do que outra;

VI. atribuir aos produtos propriedades calmantes ou estimulantes, que reduzam a fadiga ou tensão ou produzam efeito similar;

VII. insinuar o aumento de virilidade masculina ou feminina ou associar ideia ou imagem de maior êxito na sexualidade das pessoas fumantes;

VIII. associar o uso do produto a atividades culturais ou esportivas ou a celebrações cívicas ou religiosas; e

IX. conduzir a conclusões errôneas quanto às características e à composição do produto e quanto aos riscos à saúde inerentes ao seu uso.

Seção II

Das advertências sanitárias e mensagens

Art. 7º As embalagens primárias e secundárias de todos os produtos fumígenos derivados do tabaco devem conter advertências sanitárias sobre os malefícios decorrentes do uso desses produtos e a mensagem de proibição da venda a menor de dezoito anos, conforme disposto nesta Resolução.

§1º Todas as advertências sanitárias e a mensagem de proibição da venda a menor de dezoito anos devem ser impressas na parte externa da embalagem, em alta resolução, de forma legível e ostensivamente destacadas, conforme os modelos dos Anexos desta Resolução, disponíveis no portal eletrônico da Anvisa, sem alteração da proporcionalidade entre os seus elementos, bem como dos seus parâmetros gráficos.

§2º Excepcionalmente, para os produtos fumígenos derivados do tabaco que não sejam cigarro, a impressão das advertências sanitárias e da mensagem de proibição da venda a menor de 18 anos poderá ser substituída por adesivo, desde que sejam observadas todas as determinações contidas nesta Resolução.

§3º A aplicação de adesivo, conforme previsto no §2º deste artigo, não pode ser inserida na parte externa do invólucro que envolve a embalagem, devendo-se ainda garantir a integridade das cores e do material com o qual o adesivo for confeccionado, de modo a impedir que o adesivo seja retirado parcial ou totalmente.

Art. 8º Nas embalagens padrão em que a face superior possuir área maior do que as demais faces, a face superior será considerada como a face frontal.

Art. 9º A advertência sanitária padrão deve ocupar, obrigatoriamente, 100% (cem por cento) da área da face posterior externa, e ser impressa conforme modelos do Anexo I desta Resolução, disponibilizados no portal eletrônico da Anvisa.

§ 1º Se a face posterior externa da embalagem tiver proporções diferentes dos modelos do Anexo I desta Resolução, a advertência sanitária padrão deverá ser ampliada ou reduzida até ocupar a maior área possível da face, sem alteração da proporcionalidade entre os seus elementos, bem como dos seus parâmetros gráficos.

§2º Nos casos de necessidade de redução, as advertências sanitárias padrão somente podem ser reduzidas até atingir a proporção de 65% (sessenta e cinco por cento) do tamanho dos modelos do Anexo I desta Resolução, a fim de manter sua legibilidade.

§3º A área da face posterior externa que não for ocupada pela advertência sanitária padrão deverá ser preenchida com a cor PANTONE 448C ou sua correspondente na escala CMYK, ficando proibida qualquer outra impressão ou adesivagem nesta área.

§4º As advertências sanitárias padrão devem ser sequencialmente usadas de forma simultânea ou rotativa e, nesta última hipótese, devem variar no máximo a cada 05 (cinco) meses.

§5º A empresa fabricante ou importadora deve manter registros dos processos de embalagem e distribuição, que comprovem a opção pela simultaneidade ou rotatividade das advertências sanitárias.

Art. 10 A advertência sanitária frontal deve ocupar, no mínimo, 30% (trinta por cento) da altura da parte inferior da face frontal externa e toda extensão da largura desta face, contendo 03 (três) elementos: 02 (duas) frases "ESTE PRODUTO CAUSA CÂNCER" e "PARE DE FUMAR" com letras pretas (escala PANTONE Process Black C ou correspondente na escala CMYK), em negrito, caixa alta, fonte Arial, espaçamento simples e o Selo Disque Saúde do Ministério da Saúde, todos impressos em fundo amarelo (escala PANTONE 116C ou sua correspondente na escala CMYK), conforme modelo do Anexo II desta Resolução, disponibilizado no portal eletrônico da Anvisa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1º No caso de embalagens com dimensões que necessitem que a altura da advertência frontal seja menor do que o modelo do Anexo II desta Resolução, os 03 (três) elementos deverão ser aumentados sem alterar a proporção entre si e a disposição entre estes elementos deverá ser alterada para ocupar o tamanho máximo da área da advertência frontal, de forma a garantir a sua legibilidade.

§2º A advertência frontal não poderá ocupar menos que 30% (trinta por cento) da altura da área da face frontal, independente do tamanho da embalagem.

Art. 11 A advertência sanitária lateral deve ocupar, obrigatoriamente, 75% (setenta e cinco por cento) da área de uma das maiores laterais, deve conter 02 (dois) elementos: a frase "Perigo: Produto Tóxico" em letras vermelhas (escala PANTONE 485C ou correspondente na escala CMYK), em negrito, caixa alta, fonte Arial, e a frase sobre os malefícios causados pelo tabaco com letras brancas, em negrito, fonte Arial, todos impressos sobre fundo preto (escala PANTONE Process Black C ou correspondente na escala CMYK), conforme modelos do Anexo III desta Resolução, disponibilizados no portal eletrônico da Anvisa.

§ 1º Se a maior face lateral externa tiver proporções diferentes dos modelos do Anexo III desta Resolução, os 02 (dois) elementos deverão ser aumentados sem alterar a proporção entre si e a disposição entre estes elementos deverá ser alterada para ocupar o tamanho máximo da área da advertência lateral, de forma a garantir a sua legibilidade.

§2º A advertência lateral não poderá ocupar menos que 75% (setenta e cinco por cento) da área de uma das maiores faces laterais, independente do tamanho da embalagem.

§3º Cada advertência sanitária lateral deve ser usada de forma vinculada à advertência sanitária padrão correspondente, conforme consta no Anexo III, obedecendo à mesma simultaneidade e rotatividade da advertência padrão.

Art. 12 A mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos - "Venda proibida a menor de 18 anos" - deve ocupar, obrigatoriamente, 25% (vinte e cinco por cento) da área da mesma face ocupada pela advertência sanitária lateral, e ser impressa com letras brancas, em negrito, fonte Arial, sobre fundo vermelho (escala PANTONE 485C ou correspondente na escala CMYK), conforme modelo do Anexo IV desta Resolução, disponível no portal eletrônico da Anvisa.

§1º Se a face lateral externa da embalagem padrão tiver proporções diferentes dos modelos do Anexo IV desta Resolução, a mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos deverá ser ampliada ou reduzida até ocupar 25% (vinte e cinco por cento) da área da mesma face ocupada pela advertência sanitária lateral.

§2º Se a maior face lateral externa tiver proporções diferentes dos modelos do Anexo IV desta Resolução, o texto deverá ser aumentado sem alterar a proporção entre si e a disposição entre as palavras deverá ser alterada para ocupar o tamanho máximo da área desta mensagem, de forma a garantir a sua legibilidade.

§3º A mensagem prevista no caput não poderá ocupar menos que 25% (vinte e cinco por cento) da área da mesma face ocupada pela advertência sanitária lateral, independente do tamanho da embalagem.

Seção III

Das exceções

Art. 13 Nas embalagens primárias e secundárias, que possuam menos de 06 (seis) faces, devem ser impressas:

I - a advertência sanitária padrão, conforme modelo do Anexo I desta Resolução, que ocupará, no mínimo, 60% (sessenta por cento) da área da face ou vista posterior externa da embalagem;

II - a advertência sanitária frontal, conforme modelo do Anexo II desta Resolução, que ocupará, no mínimo, 30% (trinta por cento) da altura da parte inferior da face ou vista frontal externa e toda extensão da largura desta face ou vista;

III - a advertência sanitária lateral, conforme modelo do Anexo III desta Resolução, que ocupará, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área da face ou vista posterior externa da embalagem;

IV - a mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos, conforme modelo do Anexo IV desta Resolução, que ocupará, no mínimo, 10% (dez por cento) da face ou vista posterior externa da embalagem.

§1º Para o cumprimento do disposto no inciso I, se a face posterior externa da embalagem tiver proporções diferentes dos modelos do Anexo I desta Resolução, a advertência sanitária padrão deverá ser ampliada ou reduzida sem alteração da proporcionalidade entre os seus elementos, bem como dos seus parâmetros gráficos.

§2º Nos casos em que o modelo disponibilizado no Anexo I desta Resolução inviabilizar a ocupação de 60% (sessenta por cento) da face posterior externa da embalagem, a advertência sanitária padrão deverá ser reduzida e o restante desta área destinada a esta advertência deverá ser preenchido com a cor PANTONE 448C ou sua correspondente na escala CMYK, ficando proibida qualquer outra impressão ou adesivagem nesta área.

§3º Para o cumprimento do disposto no inciso III, nos casos em que o modelo disponibilizado no Anexo III desta Resolução, inviabilizar a ocupação de 20% (vinte por cento) da face posterior externa da embalagem, os 02 (dois) elementos da advertência sanitária lateral: a frase "Perigo: Produto Tóxico" e a frase sobre os malefícios causados pelo tabaco deverão ser aumentados sem alterar a proporção entre si e a disposição entre estes elementos deverá ser alterada para ocupar o tamanho máximo da área da advertência lateral, de forma a garantir a sua legibilidade.

§4º Para o cumprimento do disposto no inciso IV, a mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos deverá ser ampliada ou reduzida até ocupar 10% (dez por cento) da área da face posterior externa.

§5º A disposição das palavras contidas na mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos poderá ser ajustada para ocupar o tamanho máximo da área desta advertência, desde que seja mantida sua legibilidade.

§6º As embalagens com menos de seis faces devem atender ao disposto no caput dos Art. 9, Art. 11 e art. 12, excetuando-se as porcentagens de ocupação e as faces onde deverão ser impressas, que estão previstas nos incisos I, III e IV deste artigo.

§7º As embalagens com menos de seis faces também devem atender ao disposto no §§ 2º, 4º e 5º do art. 9º, no art. 10, § 3º do art. 11 e §2º do art. 12.

Seção IV

Das proibições

Art. 14 Fica proibido o uso de qualquer tipo de invólucro, dispositivo ou qualquer recurso que encubra, impeça, ou dificulte a visualização das advertências sanitárias e da mensagem de venda proibida a menor de dezoito anos nas embalagens dos produtos mencionados nesta Resolução.

§1º O selo de controle da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFBr, ou qualquer outro selo, não poderá ser sobreposto às advertências sanitárias e mensagem de venda proibida a menor de dezoito anos.

§2º Não poderá haver redução ou alteração dos parâmetros gráficos das advertências sanitárias e da mensagem de venda proibida a menor de dezoito anos para aposição do selo de controle da SRFBr ou qualquer outro selo.

§3º Nas embalagens do tipo maço, o selo indicado no §1º poderá se sobrepor apenas à área de cor amarela (Pantone 116C ou correspondente na escala CMYK) da advertência sanitária padrão, sem cobrir o texto ou a imagem.

Art. 15 Quanto às embalagens, mencionadas nesta Resolução, fica proibido seccionar de qualquer forma, total ou parcial, as advertências sanitárias e a mensagem de venda proibida a menor de dezoito anos, ainda que seja somente durante o ato de abertura da embalagem.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso da advertência sanitária lateral e da mensagem de proibição de venda a menor de 18 anos, estas poderão ser fracionadas entre os dois lados da abertura da embalagem, desde que as palavras não sejam seccionadas por dobras ou por cortes de abertura da embalagem.

Art. 16 Quanto às embalagens de cigarro, mencionadas nesta Resolução, fica proibida a impressão dos teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, presentes na corrente primária, secundária ou no tabaco total.

Art. 17 Quanto às embalagens secundárias, mencionadas nesta Resolução, fica proibida:

I- a utilização de embalagem secundária que contenha uma única embalagem primária;

II - a utilização de embalagem secundária que não tenha a mesma identidade visual da embalagem primária.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18 Os dispositivos previstos nesta norma cumprem o disposto na Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para o Controle do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial da Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, promulgada pelo Decreto nº 5.658, de 02 de janeiro de 2006, e observam as Diretrizes para sua implementação, aprovadas na Conferência das Partes.

Art. 19 Fica permitido que as empresas fabricantes e importadoras disponibilizem ao comércio varejista embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco em conformidade com as determinações contidas nesta Resolução, mesmo antes de sua entrada em vigor.

Art. 20 Após a entrada em vigor da presente Resolução, as embalagens de produtos fumígenos derivados do tabaco, que não estiverem de acordo com esta Resolução, não poderão ser produzidas, distribuídas, expostas à venda ou comercializadas e deverão ser recolhidas pela empresa detentora do registro.

Art. 21 Ficam revogadas as Resoluções da Diretoria Colegiada RDC nº 335, de 21 de novembro de 2003; RDC nº 168, de 07 de julho de 2004; RDC nº 10, de 15 de fevereiro de 2007; RDC nº 30, de 23 de maio de 2013; RDC nº 43, de 03 de setembro de 2013 e RDC nº 14, 10 de abril de 2015.

Art. 22 O não cumprimento desta Resolução constitui infração sanitária, sujeitando os infratores às penalidades das Leis nº 9.294, de 02 de julho de 1996, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais sanções aplicáveis, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

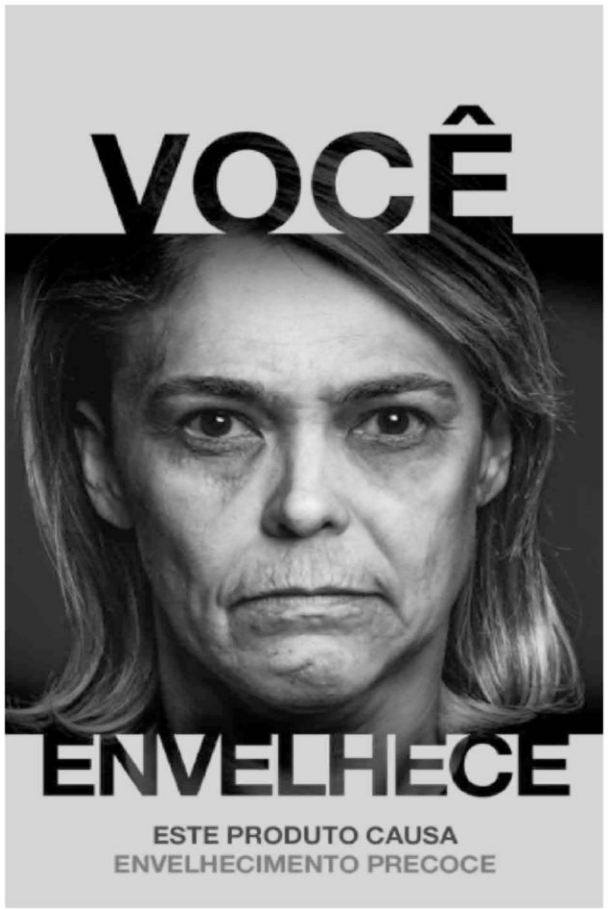
Art. 23 Esta Resolução entra em vigor em 25 de maio de 2018.

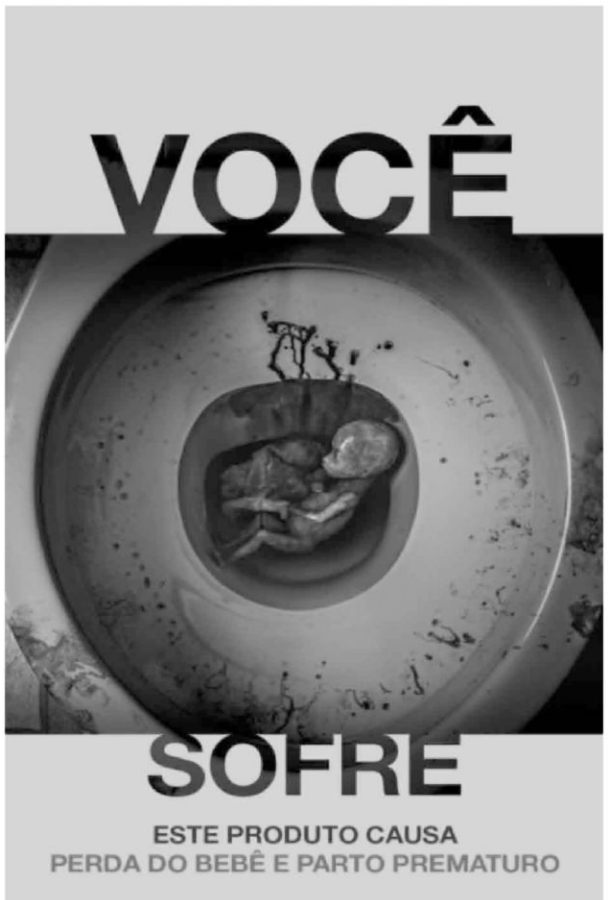
JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

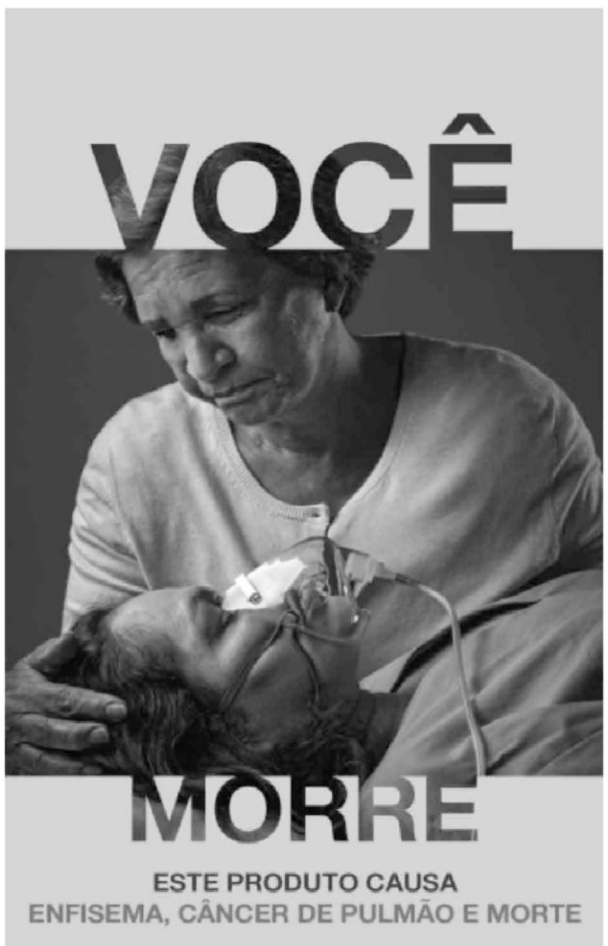
ANEXO I

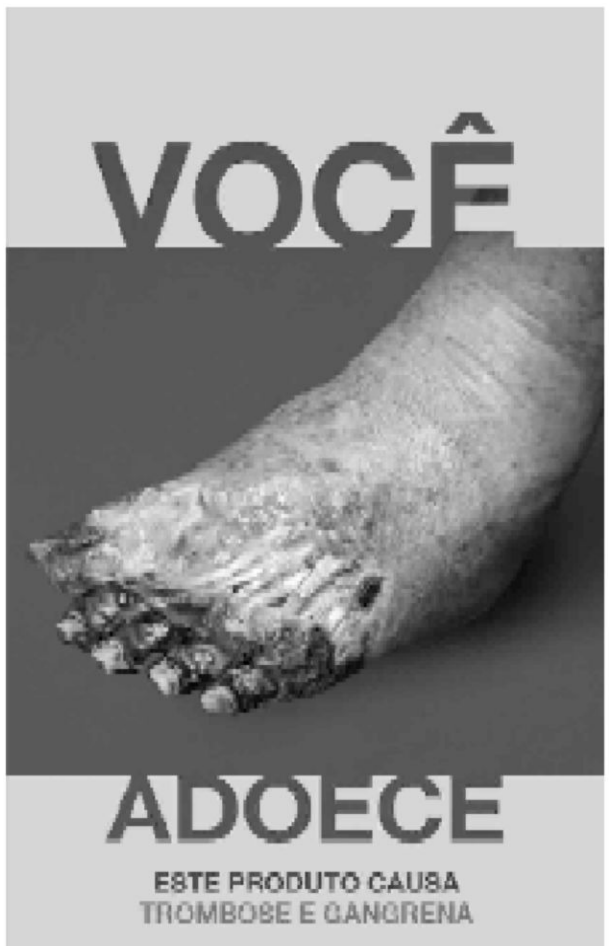
Advertência sanitária padrão

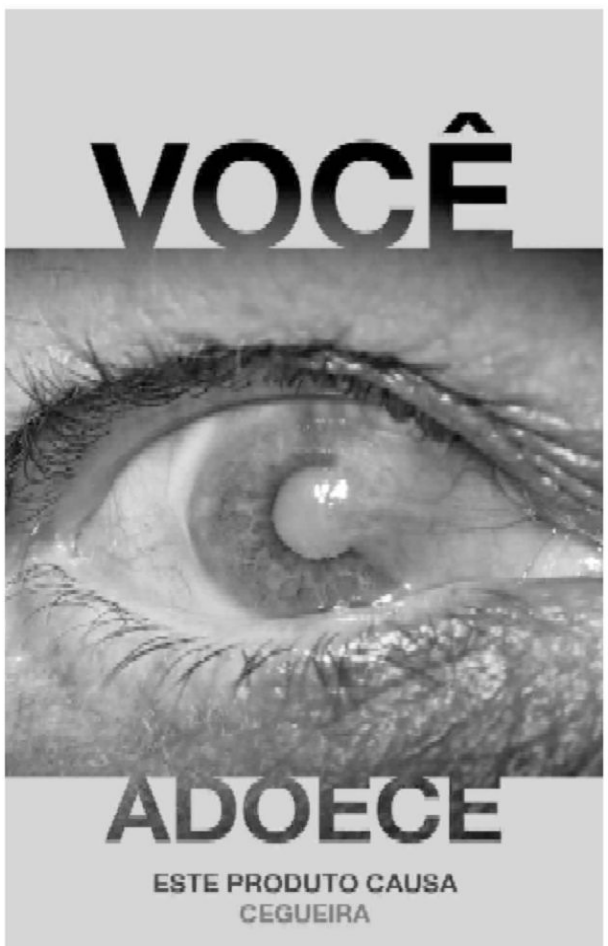
"VOCÊ ENVELHECE. ESTE PRODUTO CAUSA ENVELHECIMENTO PRECOCE"

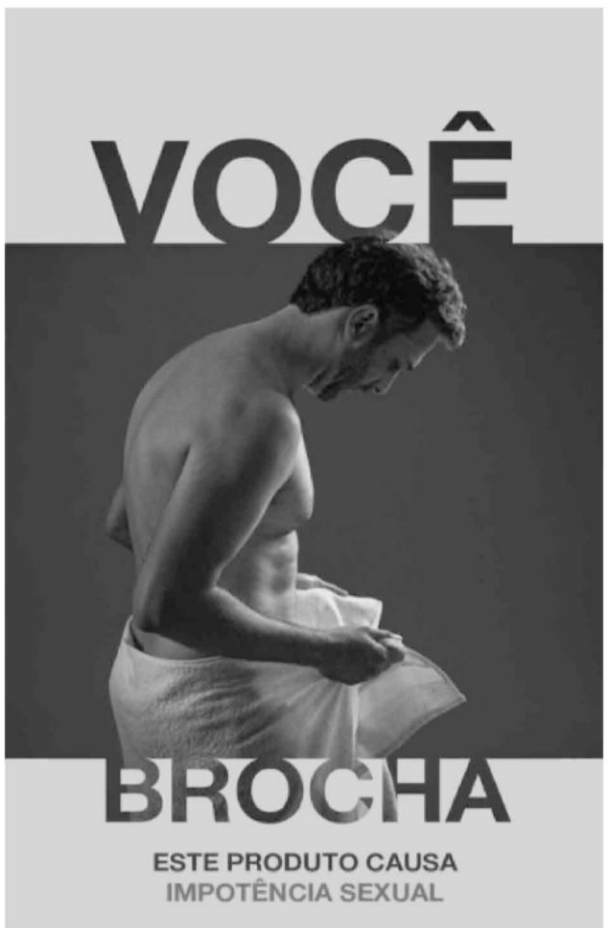


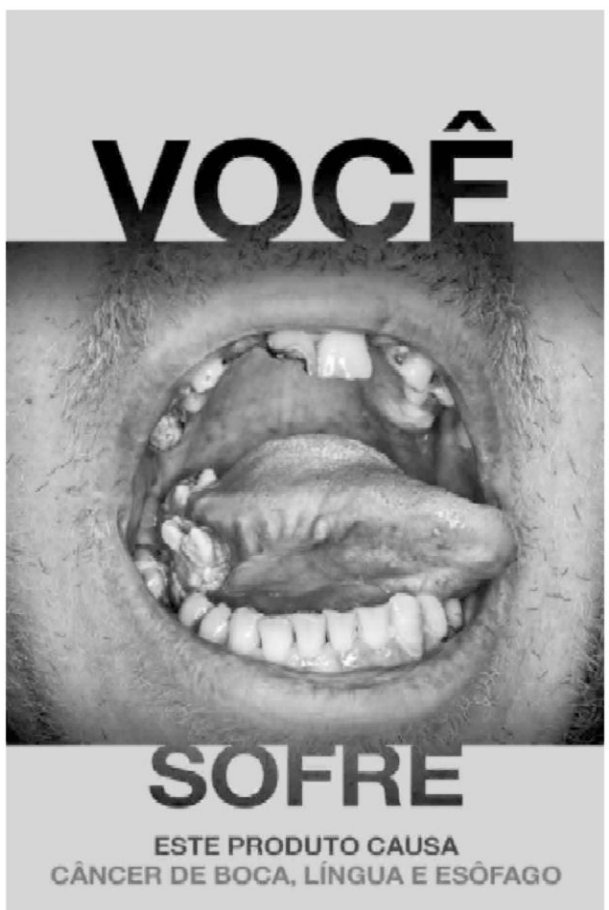


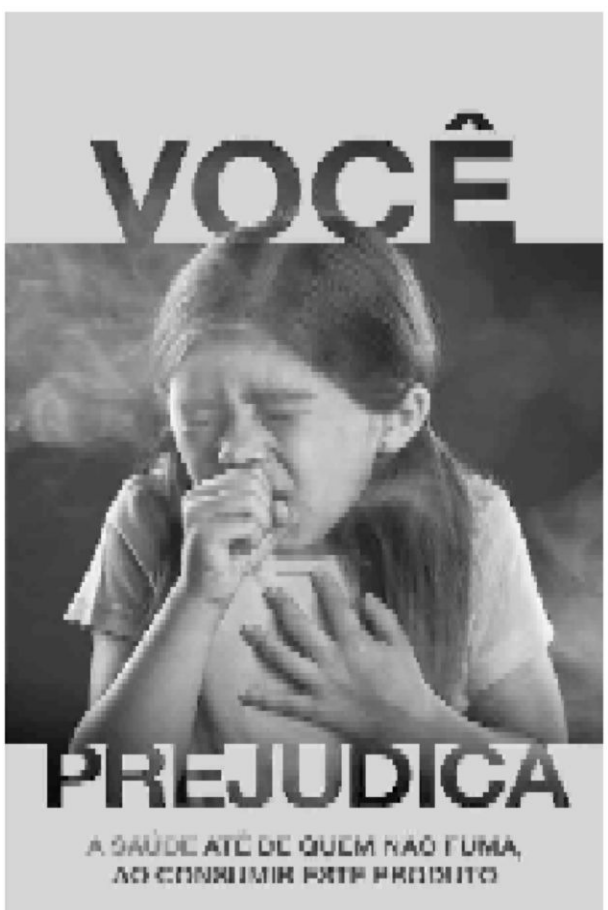






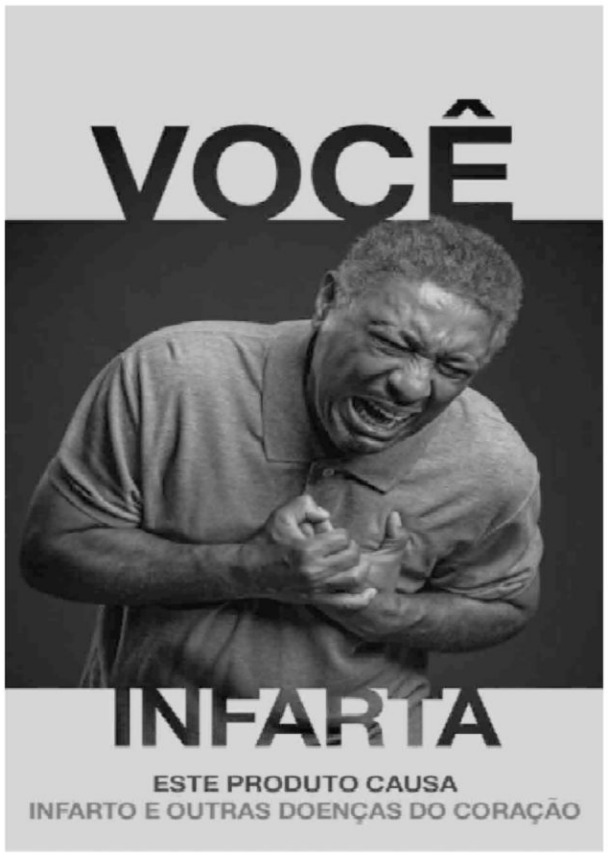






Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500182

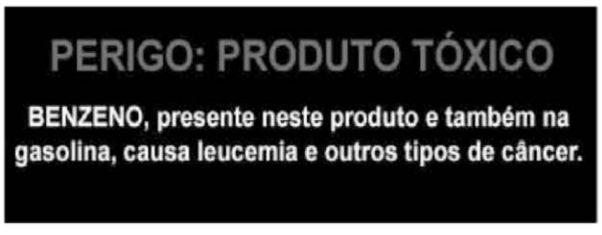
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO II
Advertência sanitária frontal

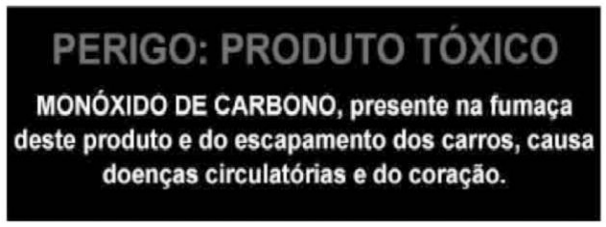


ANEXO III
Advertência sanitária lateral



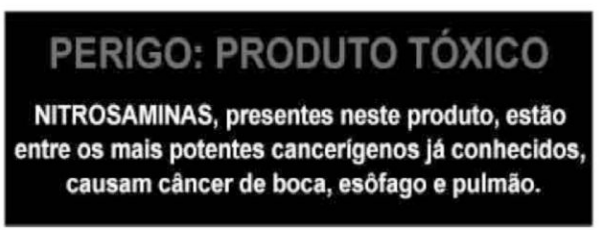


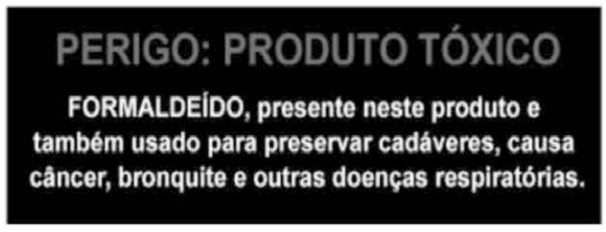


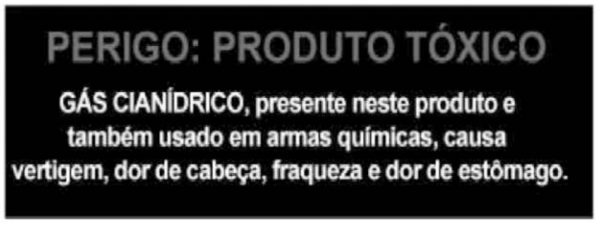












ANEXO IV
Mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos





DESPACHO Nº 105, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar a proposta de iniciativa em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme deliberado em reunião realizada em 05 de dezembro de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo nº: 25351.912448/2017-75
Agenda Regulatória AR 2017/2020, tema "7.1 - Registro, pós-registro e notificação de medicamentos"
Assunto: Proposta de iniciativa sobre revisão da norma de registro de medicamentos Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 60/2014
Área responsável: GESEF
Regime de Tramitação: Especial
Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.258, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto saneante DESINFETANTE ESTRELA, pela empresa Estrela Produtos de Limpeza LTDA-ME, CNPJ 03.990.391/0001-27, cujo registro junto à Anvisa encontra-se vencido desde 06/2013, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto DESINFETANTE ESTRELA, fabricados pela empresa Estrela Produtos de Limpeza LTDA-ME, CNPJ 03.990.391/0001-27.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no Art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.259, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto cosmético sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, HYDRALISS, fabricado por empresa desconhecida, e constando, indevidamente, como fabricante do produto, a empresa Lyre Professional Comércio e Fabricação de Cosméticos EIRELI, CNPJ 22.422.233/0001-15, RESOLVE:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto HYDRALISS, fabricado por empresa desconhecida, e constando, indevidamente, como fabricante do produto, a empresa Lyre Professional Comércio e Fabricação de Cosméticos EIRELI, CNPJ 22.422.233/0001-15.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.260, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016:

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação do produto saneante ÁLCOOL GEL 70 HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO, pela empresa ADITTI COSMÉTICOS LTDA - ME com teor alcoólico abaixo do valor declarado, conforme Laudo de Análise 29.1P.0/2017 emitido pelo Laboratório de Saúde Pública do Paraná, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição, divulgação, comercialização e uso dos lotes: 040116, 080116, 080216, 060316, 090316, 010416, 030416, 040416, 050416, 070416, 020516, 050516, 080516, 020616, 030716, 080816, 081216, 110217, 020317 e 050317 do produto saneante ÁLCOOL GEL 70 HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO fabricado por ADITTI COSMÉTICOS LTDA - ME (CNPJ: 24.178.985/0001-09).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.261, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 ;

Considerando que o Laudo de Análise 1344.1P.0/2016 é inicial e ainda está no prazo legal para a realização de perícia de contraprova no lote 4/2 do produto CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução-RE nº 3.199, de 29/11/2016, publicada no D.O.U. nº 229 de 30 de novembro de 2016, Seção 1, pág. 63 que determinou, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 4/2 do produto CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO, fabricado pela empresa Phitoteraphia Biofitogenia Laboratorial Biota Ltda. (CNPJ 00.104.603/0001-33).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.262, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a comprovação da comercialização do produto DESENGRAXANTE IMBRASQUIM em data anterior à sua notificação na Anvisa, ocorrida em 23/08/2017, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto DESENGRAXANTE IMBRASQUIM fabricados antes de 23/08/2017, pela empresa IMBRASQUIM QUÍMICA DO BRASIL LTDA - ME (CNPJ 03.810.344/0001-54)

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes do produto descrito no Art. 1º, fabricados antes de 23/08/2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.263, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto cosmético sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, GLOSS PROGRESSIVA - ESCOVA INDIANA - FASE 2 - 1000 mL - USO PROFISSIONAL, fabricado por empresa desconhecida, sem endereço e CNPJ, em cujo rótulo consta como Químico Responsável Arthur A. Mello, inccrição no CRQ 3ª Região - nº 0435417;

Considerando as ações adotadas pela Superintendência de Vigilância Sanitária do estado de Minas Gerais, referentes ao produto em questão, culminando na emissão da Notificação da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária DVMC.SVS. n. 16/17 - 281/17, que interditou cautelarmente, em todo o Estado de Minas Gerais, o produto supracitado, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GLOSS PROGRESSIVA - ESCOVA INDIANA - FASE 2 - 1000 mL - USO PROFISSIONAL, sem registro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, sem endereço e CNPJ, em cujo rótulo consta como Químico Responsável Arthur A. Mello, inscrição no CRQ 3ª Região - nº 0435417.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.264, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Notificação da Gerência Colegiada da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais - DVMC.SVS.N.34/17-498/17, publicada a partir da comprovação do comércio de produtos saneantes sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa RODRIGO BORGES DIAS - ME, CNPJ 11.015.846/0001-11, Autorização de Funcionamento ANVISA (AFE) nº 3.053.614, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS fabricados pela empresa - RODRIGO BORGES DIAS - ME, (CNPJ 11.015.846/0001-11).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.265, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de comercialização de produto GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS - FIXED, fabricado pela empresa MZ3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA -EPP, CNPJ: 08.170.462/0001-69, sem registro/notificação na Anvisa, uma vez que, o registro Nº 244380007.001-1 expirou em 01/2015 e não foi revalidado, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GEL HIGIENIZANTE PARA AS MAOS - FIXED, fabricado pela empresa MZ3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA -EPP, CNPJ: 08.170.462/0001-69.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o Laudo de Análise 78.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Paraná - LACEN, tornado definitivo após a repetição dos resultados em análise de contraprova (Laudo de Análise nº 78.CP.0/2017), que considerou o lote 16043615 do produto ÁLCOOL GEL - CICLO GEL 70 insatisfatório na análise de rotulagem e no ensaio de Teor Alcoólico a 20 °C , resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 16043615 do produto ÁLCOOL GEL - CICLO GEL 70, fabricado pela empresa CICLO FARMA (CNPJ 05.854.999/0001).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.267, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de Contraprova n.º 91.CP.0/2017, emitido pelo Laboratório Central do Estado do Paraná, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de teor alcoólico e análise de rotulagem para o lote 1607650 do produto ÁLCOOL GEL XÔ H1, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 1607650 do produto ÁLCOOL GEL XÔ H1 fabricado por Nutracom Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 25.859.018/0001-74).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.268, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o Laudo de Análise 420.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Paraná - LACEN, que referente à análise do lote 1A2160 do produto ÁGUA SANITÁRIA FLORA, insatisfatório nas análises de aspecto, teor de cloro ativo e rotulagem;

Considerando que a empresa fabricante abdicou da análise de contraprova, o que tornou definitivo o Laudo supracitado, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 1A2160 do produto ÁGUA SANITÁRIA FLORA, fabricado pela empresa SOLAR BRAUNA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA (CNPJ 00.004.298/0001-08).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque que se encontre no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o inciso XV, art. 7º e inciso II, § 1º, art. 8º da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 5f, anexo I, Resolução - RDC nº 12, de 02 de janeiro de 2001;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando o Laudo de Análise Fiscal (conclusivo) 498.1P.0.2017, emitido pelo LACEN-SC, com resultado insatisfatório para Salmonella spp., elementos histológicos não característicos do produto (Petroselium sativum - salsa) e partes indesejáveis de matéria-prima (vasos e tendões);

considerando a publicação em Diário Oficial do Estado de SC n. 20641, Notificação da Diretoria/GEIPS/DIALI N. 24/2017, de 17 de outubro de 2017, que determinou apreensão e inutilização de produtos, resolve:

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 1.1 do produto LINGUIÇA DE CARNE DE FRANGO, marca C. VALE, com data de validade 03/05/2018, fabricado pela empresa C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, CNPJ 77.863.223/0043-66, localizada à Av. Ariosvaldo Bitencourt, 2000 - Linha Santa Fé - Palotina/PR , Registro SIF/DIPOA n. 0207/3300.

Art. 2º Determinar que a empresa C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL promova o recolhimento do estoque existente no mercado do produto citado no Art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 2º e 56 do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de1969;

considerando o inciso XV, art. 7º e o inciso II, § 1º, art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 2.2 da Resolução - RDC nº 277,de 22 de setembro de 2005;

considerando a Resolução - RDC nº 267, de 22 de setembro de 2005, que exclui as espécies vegetais com finalidade medicamentosa e ou terapêutica;

considerando o disposto na Notificação da Diretoria/GEISP/DIALI nº 14/2017, da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, publicada no Diário Oficial - SC, de 13/07/2017, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes do produto CHÁ DE ALCACHOFRA, marca Chileno Chás e Ervas, fabricado por Laboratório Industrial Vida e Saúde (CNPJ 83.017.061/0001-99) situado à Rua A, n. 58D, Distrito Industrial, Quedas do Palmital, Chapecó/SC, por conter na sua composição a espécie vegetal Alcachofra (Cynara scolymus L.), a qual não é autorizada pela legislação de alimentos para o preparo de chás.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos lotes do produto citado no Art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o inciso XV, art. 7º e inciso II, § 1º, art. 8º da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os incisos VI e VII, art. 16 e item 4 do Anexo I da Resolução - RDC nº 14, de 28 de março de 2014;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o Laudo de Análise Fiscal Definitivo 365.AT.0/2017, emitido pelo LACEN-SC, com resultado insatisfatório para matérias estranhas, que acusou presença de insetos vivos e mortos;

considerando a publicação em Diário Oficial do Estado de SC n. 20.604, Notificação da Diretoria/GEIPS/DIALI N. 17/2017, de 22 de agosto de 2017, que determinou apreensão e inutilização de produto, resolve:

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 02917 do produto CHÁ DE CAMOMILA, marca CHILENO, data de validade 01/2019, fabricado pela empresa LABORATÓRIO INDUSTRIAL VIDA E SAÚDE LTDA, CNPJ 83.017.061/0001-99, localizada à Rua Jacinto Patussi, 58, Quedas Do Palmital, Chapecó/SC, CEP 89815-220

Art. 2º Determinar que a empresa LABORATÓRIO INDUSTRIAL VIDA E SAÚDE LTDA promova o recolhimento do estoque existente no mercado do produto citado no Art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 21, 23, 31 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de1969;

considerando os incisos XV e XXVI do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 4.3 da Resolução Anvisa n° 16, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.5 da Resolução Anvisa n° 18, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.1, alíneas b, e, f e g da Resolução - RDC n° 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando que no sítio eletrônico http://naturald.com.br/ são veiculadas propagandas que atribuem propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas ao alimento, tais como: "diminuição no índice de açúcar no sangue e aumento na produção de insulina, conseguindo reverter a Diabetes Tipo 2, Pré-Diabetes e na Diabetes Tipo 1 reduzir até 83% a quantidade de insulina aplicada", dentre outras, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes do produto NATURAL-D - Tratamento Avançado, cujo fabricante é desconhecido.

Art. 2º Suspender, em todo território nacional, todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais ao produto NATURAL-D - TRATAMENTO AVANÇADO, veiculadas no sítio eletrônico http://naturald.com.br/.

Art. 3º As determinações previstas no Art. 2º desta Resolução aplicam-se a qualquer tipo de mídia, não se restringindo ao sítio eletrônico citado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o inciso XV, art. 7º e inciso II, § 1º, art. 8º da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os itens c e f, inciso XI, art. 4º da Resolução - RDC nº 14, de 28 de março de 2014;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando os Laudos de Análise Fiscal Definitivos 549.CP.0/2017, 550.CP.0/2017, 551.CP.0/2017, emitidos pelo LACEN-SC, com resultado insatisfatório para matérias estranhas, com presença de fibras sintéticas e pêlo semelhante ao humano;

considerando a publicação em Diário Oficial do Estado de SC n. 20646, Notificação da Diretoria/GEIPS/DIALI N. 26/2017, de 27 de outubro de 2017, que determinou apreensão e inutilização de produtos, resolve:

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição dos lotes dos produtos listados abaixo, fabricados pela empresa JJ MATTOS IND E COM DE CAFÉ LTDA, CNPJ 00.214.257/0001-46, localizada à Rua Augusto Bayer, 600, Praça Tijucas/SC, CEP 88200-000.

Produto	Lote	Fabricação-Validade
Café Torrado e Moído - Café Tradicional - Marca Jurerê	0311AGO	11/08/2017-10/08/2019
Café Torrado e Moído - Café Extraforte - Marca Jurêrê	0419JUN	19/06/2017-18/06/2019
Café Torrado e Moído - Café Superior Extraforte - Marca Santa Catarina	0205SET	05/09/2017-04/09/2019

Art. 2º Determinar que a empresa JJ MATTOS IND E COM DE CAFÉ LTDA promova o recolhimento do estoque existente no mercado dos produtos citados no Art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização do produto cosmético sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, MARROQUINA SISTEMA BIO RESTORE, cujo rótulo apresenta indevidamente como fabricante a empresa V. V. Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda, e o CNPJ 07.596.077/0001-05, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto MARROQUINA SISTEMA BIO RESTORE, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, cujo rótulo apresenta indevidamente como fabricante a empresa V. V. Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda, e o CNPJ 07.596.077/0001-05, constando ainda os seguintes dizeres: Distribuído por CORPORE COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ 11.493.397/0001-17, Av. Jamil Scaff, 1315 ID. Belo Horizonte, CEP 86037-000 - Londrina - PR.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.277, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 21, 23, 31 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de1969;

considerando os incisos XV e XXVI do art. 7º e o inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o art. 45 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o item 4.3 da Resolução Anvisa n° 16, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.5 da Resolução Anvisa n° 18, de 30 de abril de 1999;

considerando o item 3.1, alíneas b, e, f e g da Resolução - RDC n° 259, de 20 de setembro de 2002;

considerando o Anexo II da Resolução - RDC n° 27, de 06 de agosto de 2010;

considerando que o produto CONTROL PRO - Premium não possui o devido registro obrigatório;

considerando que no sítio eletrônico http://www.saudemaisagora.com/control-pro/conheca/ são veiculadas propagandas que atribuem propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais não autorizadas ao alimento, tais como: "Melhora do sistema imunológico", "Redução da insulina. Em muitos casos, os médicos reduziram a insulina e os medicamentos para controlar o diabetes", "Auxilia no controle da glicose", "Melhora a visão" , dentre outras, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes do produto CONTROL PRO - Premium, cujo fabricante é desconhecido.

Art. 2º Suspender, em todo território nacional, todas as propagandas e publicidades que atribuam propriedades terapêuticas, de saúde ou funcionais ao produto CONTROL PRO - Premium, veiculadas no sítio eletrônico http://www.saudemaisagora.com/control-pro/conheca/

Art. 3º As determinações previstas no Art. 2º desta Resolução aplicam-se a qualquer tipo de mídia, não se restringindo ao sítio eletrônico citado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.278, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7º, XV e o art. 8º, § 1º, II, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Resolução - RDC n° 12, de 02 de janeiro de 2001;

considerando a Resolução - RDC n° 24, de 08 de junho de 2015;

considerando o comunicado de RECOLHIMENTO VOLUNTÁRIO encaminhado pela empresa Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda, em decorrência da identificação, durante investigação de desvio de qualidade, de contaminação microbiológica no produto FUNCHICALM, com alteração de cor e aspecto de empedramento, resolve:

Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, dos lotes 170039 e 170058, fabricados em maio e julho de 2017, data de validade maio e julho 2019, respectivamente, do produto FUNCHICALM, fabricado pela empresa Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda, CNPJ 22.966.065/0001-29, localizada à Rua 260, Qd 13, Lote 28-E, Setor Coimbra, Goiânia-GO.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado referente aos lotes supracitados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.279, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituta no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o arts. 3º, 29, e o inciso I, art. 48 do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o inciso XV, art. 7º e inciso II, § 1º, art. 8º da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Resolução - RDC nº 27, de 09 de agosto de 2010;

considerando a Resolução - RDC nº 24, de 08 de junho de 2015;

considerando que o produto GLUTAMINE POWDER, marca X-PAND, possui a necessidade de registro obrigatório na Anvisa por enquadrar-se na categoria Novos Alimentos e Novos Ingredientes, e não o detém; resolve:

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a fabricação, a distribuição e a comercialização, de todos os lotes do produto GLUTAMINE POWDER, marca X-PAND, manipulado, envasado e rotulado pela empresa PEIXOTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME, CNPJ 00.856.058/0001-31, localizada à Rua Washington Luis, 57, Barauna, Feira de Santana-BA, CEP 44.020-022.

Art. 2º Determinar que a empresa PEIXOTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME promova o recolhimento do estoque existente no mercado do produto citado no Art. 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.281, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016:

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Revogar parcialmente o Art. 1º da Resolução RE n° 2.826 de 24/10/2017, publicada no DOU em 26/10/2017 n°206, Seção 1, pág. 111, permanecendo em vigor, como medida de interesse sanitário, a suspensão da importação do medicamento BONAR (sulfato de bleomicina) pó liofilizado, fabricado pela empresa Lemery S.A. de C.V., localizada no México, e importado por Biosintética Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 53.162.095/0001-06).

Art. 2° Revogar o Art. 2º da Resolução RE n° 2.826 de 24/10/2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PORTARIA Nº 1.709, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Uso de suas atribuições e da competência que lhe foi delegada pela Portaria do MS/nº 938, de 22.07.99, resolve:

Encerrar as atividades da Farmácia Popular do Brasil, Unidade FPB-Nova Iguaçu/RJ, filial da Fiocruz, na data de 11 de Dezembro de 2017,situada á Av. Marechal Floriano Peixoto , nº 2487 - Nova Iguaçu/RJ CEP: 26.210-000. Inscrita no CNPJ nº 33.781.055/0061-76 Inscrição estadual nº 77949461.

NÍSIA TRINDADE LIMA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.786, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere "sub judice", a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Mossoró, com sede em Mossoró (RN).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Ação Ordinária nº 0800637-65.2014.4.05.8401/RN (00737.017914/2017-51/MS), da Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte; e

Considerando a Nota Técnica nº 282-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.230472/2014-20, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, "sub judice", a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Mossoró, CNPJ nº 08.256.240/0001-63, com sede em Mossoró (RN).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 08 de dezembro de 2014 à 07 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.818, DE 28 DE NOVEMBRO 2017

Cancela o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS da sociedade Médica Assistencial de Iguaí, de Iguaí - BA.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto nº Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto na Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde; e

Considerando o Parecer Técnico SEI nº 11-SEI/2017-DCEBAS/SAS/MS - FTS nº 422- DCEBAS/SAS/MS, relativo ao Processo de Supervisão SIPAR nº 25000.015959/2015-65, que concluiu não serem atendidos os requisitos obrigatórios contidos na Lei 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, concedido à Sociedade Médica Assistencial de Iguaí, CNPJ nº 13.858.154/0001-60, com sede em Iguaí - BA.

Parágrafo único. Registra-se como início do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação a data de 19/12/2009.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.837, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Cancela o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS da Irmandade dos Pobres de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto da Portaria de Consolidação nº 1 /GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que redefine os procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde; e

Considerando o Parecer nº 15-SEI/2017-DCEBAS/SAS/MS - FTS nº 596, relativo ao Processo de Supervisão SIPAR nº 25000.048835/2016-47, que concluiu não serem atendidos os requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde concedido à Irmandade dos Pobres de Engenheiro Paulo de Frontin, CNPJ nº 32.411.738/0001-38, com sede em Engenheiro Paulo de Frontin/RJ.

Parágrafo único. Registra-se como início do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação a data de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.874, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, com sede em Canoinhas (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 272-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.069878/2017-47, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Canoinhas, CNPJ nº 83.786.400/0001-00, com sede em Canoinhas (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.875, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Alcides D"Andrade Lima, com sede em Bezerros (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 318/2017-SEI-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.657124/2009-39, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Alcides D"Andrade Lima, CNPJ nº 10.072.296/0001-00, com sede em Bezerros (PE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 914/SAS/MS, de 24 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 100, de 26 de maio de 2017, seção 1, página 47.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.882, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, com sede em Blumenau (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 291-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.446681/2017-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, CNPJ nº 82.653.163/0001-38, com sede em Blumenau (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de maio de 2018 à 7 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.883, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Caridade de Jaguarão, com sede em Jaguarão (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 288-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.045262/2015-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Caridade de Jaguarão, CNPJ nº 88.413.661/0001-90, com sede em Jaguarão (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 26 de abril de 2015 á 25 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.884, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação de Saúde Três Marias, com sede em Três Marias (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 281-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.404048/2017-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde Três Marias, CNPJ nº 18.048.223/0001-94, com sede em Três Marias (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de outubro de 2017 à 22 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.885, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Piratininga, com sede em Piratininga (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 290-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.459750/2017-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Piratininga, CNPJ nº 54.916.309/0001-55, com sede em Piratininga (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.886, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Taiobeiras, com sede em Taiobeiras (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 294-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.435873/2017-17, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Taiobeiras, CNPJ nº 18.699.918/0001-36, com sede em Taiobeiras (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2018 à 20 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.887, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Iguatuense de Assistência Social de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede em Iguatu (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 286-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.177339/2016-08, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Iguatuense de Assistência Social de Proteção à Maternidade e à Infância, CNPJ nº 07.507.205/0001-07, com sede em Iguatu (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de novembro de 2016 à 09 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.889, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospitalar de Caridade Serro Azul, com sede em Cerro Largo (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 283-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.460220/2017-76, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar de Caridade Serro Azul, CNPJ nº 08.636.725/0001-82, com sede em Cerro Largo (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.894, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Beneficente Santa Lúcia, com sede em Casca (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando a Nota Técnica nº 320-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.024420/2014-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Beneficente Santa Lúcia, CNPJ nº 88.590.369/0001-42, com sede em Casca (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 2.094/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2016, Seção 1, página 43.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.901, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, com sede em Maracanaú (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 278-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.201950/2016-56, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Médica de Pajuçara, CNPJ nº 06.578.611/0001-06, com sede em Maracanaú (CE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.906, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere, sub judice, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, do Hospital Santa Terezinha, com sede em Palmitinho (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a decisão proferida nos autos da ação judicial nº 5001722-95.2017.4.04.7127 (Processo nº 00737.020713.2017-31), em trâmite na Procuradoria-Seccional da União em Passo Fundo/RS, que determinou à União a obrigação de conceder a Renovação do Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, no processo nº 25000.150414/2015-02, e

Considerando a Nota Técnica nº 335-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.150414/2015-02, que em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação nº 5001722-95.2017.4.04.7127, acatou pela da Renovação do CEBAS, processo nº 25000.150414/2015-02/MS, resolve:

Art. 1º Fica deferida, sub judice, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 87.664.793/0001-21, com sede em Palmitinho (RS),

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 30 de outubro de 2015 à 29 de outubro de 2018.

Art. 2º Fica suspensa a eficácia da decisão administrativa que indeferiu o pedido de renovação do CEBAS, nos termos da Portaria nº 2.276/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 246, de 23 de dezembro de 2016, seção 1, página 184, até ulterior deliberação judicial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica cancelada, a Portaria nº 1.798/SAS/MS, de 24 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 08 de dezembro de 2017, seção1, página 201, até ulterior deliberação judicial.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 389, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga o resultado preliminar do processamento eletrônico da seleção de municípios, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos na primeira fase para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital SGTES/MS nº 12, de 27 de novembro de 2017.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de dezembro de 2016, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar, através do site http://maismedicos.gov.br, a lista do resultado preliminar do processamento eletrônico da seleção de municípios, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos na primeira fase para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do subitem 8.1.1 do Edital SGTES/MS nº 12/2017.

Art. 2º O resultado que trata o art. 1º poderá sofrer alterações após análise e decisão de recursos, nos termos do subitem 8.1.2 e do item 13 do Edital SGTES/MS nº 12/2017, nas datas previstas no cronograma publicado no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br.

Art. 3º Nos termos do subitem 8.1.3 do Edital SGTES/MS nº 12/2017, será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no endereço eletrônico http://maismedicos.gov.br, o resultado final do processamento eletrônico da seleção de municípios, após o julgamento dos recursos na forma do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO ZERAIK ABDALLA

PORTARIA Nº 390, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.038185/2014-60	TÂNIA PERDOMO GONZALEZ	4100415	PR	IVAIPORÃ

PORTARIA Nº 392, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 376/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 376/SGTES/MS, de 23 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.201225/2015-05	RAFAEL MARTIN CASTILLO	3502291	SP	MIGUELÓPOLIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 393, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 164/SGTES/MS, de 23 de junho de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 164/SGTES/MS, de 23 de junho de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.082824/2017-77	LISANDRA DE LA CARIDAD REYES RODRIGUEZ	3503123	SP	FRANCA

PORTARIA Nº 394, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 65/SGTES/MS, de 26 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 65/SGTES/MS, de 26 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.043802/2014-49	JOSE MANUEL RIOS VALERA	1300415	MA	COROATÁ

PORTARIA Nº 395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 526/SGTES/MS, de 31 de outubro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº Portaria nº 526/SGTES/MS, de 31 de outubro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.160672/2016-70	IBRAHIM MORENO RUIZ	3503876	GO	CIDADE OCIDENTAL

PORTARIA Nº 396, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 190/SGTES/MS, de 13 de Junho de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 190/SGTES/MS, de 13 de Junho de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075403/2014-47	RICHARD ALFONSO BONACHEA CARRIEGOS	2600489	PE	2600489

PORTARIA Nº 397, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 181/SGTES/MS, de 24 de julho de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 181/SGTES/MS, de 24 de julho de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.085972/2017-43	MARIA CARIDAD SENTIL BUENO	3503272	SP	SÃO PEDRO

PORTARIA Nº 398, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 345/SGTES/MS, de 19 de setembro de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº Portaria nº 345/SGTES/MS, de 19 de setembro de 20144, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.161805/2014-63	ENNA LEUREIRO HERNANDEZ	1500580	PA	IPIXUNA/PA

PORTARIA Nº 399, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria nº 295/SGTES/MS, de 26 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 186, de 27 de setembro de 2017, seção 1, páginas 64.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

PORTARIA Nº 400, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 8 de fevereiro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 35/SGTES/MS, de 8 de fevereiro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.006175/2017-16	ARIANNE VIDAL ROJAS	2700291	AL	CANAPI

PORTARIA Nº 401, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 117/SGTES/MS, de 12 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 117/SGTES/MS, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075319/2014-23	YOAN MANUEL DOMINGUEZ MEDINA	3101043	MG	POTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 402, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICIPIO
2500 070516/2014-56	ALEXI TOMAYO HERRA	4200745	SC	BELA VISTA DO TOLDO

PORTARIA Nº 403, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 117/SGTES/MS, de 12 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

- O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 117/SGTES/MS, de 12 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.073336/2014-26	JIANNEYIS ALFONSO LEYVA	2100606	MA	MONÇÃO

PORTARIA Nº 404, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 164/SGTES/MS, de 23 de junho de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

- O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 164/SGTES/MS, de 23 de junho de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.082848/2017-98	LISIS SUAREZ RIVERA	3503126	SP	MONTE AZUL PAULISTA

PORTARIA Nº 405, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 111/SGTES/MS, de 06 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 111/SGTES/MS, de 06 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.073345/2014-17	YAMIL ELIZET SERRA SUAREZ	4100713	PR	PIRAQUARA

PORTARIA Nº 406, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
AMANDA SANTOS DIAS	1279665874	2902089	25000.436985/2017-95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - CUIABÁ

PORTARIA INTERNA Nº 1, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Coordenador Distrital de Saúde Indígena do DSEI CUIABÁ, no uso de competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 7.336, de 19 de Outubro de 2010, publicado no D.O.U de 20/10/2010, que criou no âmbito do Ministério da Saúde a Secretaria Especial Indígena, e no uso de suas atribuições que lhe confere a delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 2.409, de 19 de Setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União:

Considerando a necessidade de instruir o regulamento nos casos de sinistros e/ou multas de veículos locados ou oficiais no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena Cuiabá, resolve:

Art. 1º. Estabelecer condutas básicas, a serem seguidas no caso de sinistro e/ou multas com veículos locados ou oficiais do Distrito Sanitário Especial Indígena Cuiabá, quando dirigidos por motoristas terceirizados.

Art. 2º. No caso de ocorrer sinistro e/ou multas envolvendo os veículos, o DSEI Cuiabá irá designar 2 (dois) servidores do quadro, para juntamente com 1 (um) representante da Contratada de locação de veículos e 1 (um) representante da Contratada de prestação de serviços de motoristas, seja formada a comissão para averiguação do ocorrido.

Art. 3º. Cabe a comissão a apuração dos fatos e de eventual responsabilidade das contratadas, em determinada infração ou sinistro.

Art. 4º. A Comissão terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar as conclusões dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 5º. Verificada a culpa ou dolo de 1 (uma) das Contratadas, deve ser garantido a ela, ao longo de todo o seu procedimento, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV, da Constituição Federal.

Art. 6º. O descumprimento das disposições desta Portaria implicará na apuração de responsabilidades, nos termos dos dispositivos legais vigentes.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 8º. Registre-se e cumpra-se.

ARGON NORBERTO HACHMANN

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 00190.010713/2013-14

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto, como fundamento deste ato, os Pareceres nº 00355, 356 e 357/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU, o Despacho nº 00676/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU e o Despacho nº 00678/2017/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, razão pela qual decido pelo

A) conhecimento e DEFERIMENTO PARCIAL do Pedido de Reconsideração formulado pela empresa RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA. (CPNJ: 30.090.575/0001-03), para que a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública seja alterada para suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 4 (quatro) meses, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

B) conhecimento e DEFERIMENTO PARCIAL do Pedido de Reconsideração formulado pela empresa TV TÉCNICA VIÁRIA CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ: 76.641.448/0001-56) para que a penalidade aplicada inicialmente de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses seja reduzida para suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 8 (oito) meses, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

C) conhecimento e DEFERIMENTO PARCIAL do Pedido de Reconsideração formulado pela empresa ECR ENGENHARIA LTDA. (CNPJ: 42.161.372/0001-40) para que a penalidade aplicada inicialmente de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 1 (um) ano seja reduzida para suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 6 (seis) meses, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO
Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União
Substituto



Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria DENATRAN nº 234, de 07 de dezembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 235, de 8 de dezembro de 2016, Seção 1, Página 74, onde se lê:

"Art. 1º Homologar os Cursos de Reciclagem para Condutores, Atualização para Condutores Infratores, Mototaxista, Moto fretista, Atualização para Motofretista e Atualização para Mototaxista na modalidade à distância, apresentado pela empresa INOVE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ no 18.192.524/0001-97, com sede na Rua Bento Ferreira, 1051, Bairro Mercês, Uberaba-MG, CEP 38060-240."

Leia-se:

"Art. 1º Homologar os Cursos de Reciclagem para Condutores Infratores, Atualização para Renovação da Carreira Nacional de Habilitação, Mototaxista, Moto fretista, Atualização para Motofretista e Atualização para Mototaxista na modalidade à distância, apresentado pela empresa INOVE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ no 18.192.524/0001-97, com sede na Rua Bento Ferreira, 1051, Bairro Mercês, Uberaba-MG, CEP 38060-240."

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1° Fica instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de estabelecer um sistema integrado de planejamento da política externa brasileira no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2° Compete ao Grupo de Trabalho:

I - definir parâmetros para o pensamento estratégico, de médio e longo prazos, em todos os níveis da estrutura organizacional do MRE, no Brasil e no exterior;

II - recomendar a participação de unidades do MRE, no Brasil e no exterior, no processo de planejamento estratégico;

III - implementar o processo de planejamento estratégico no MRE, integrando as áreas políticas e administrativas na consecução dos objetivos da política externa brasileira;

IV - realizar estudos e elaborar documentos para apoiar a tomada de decisão das altas instâncias do MRE sobre o planejamento estratégico e seus ciclos de implementação, monitoramento e revisão;

V - propor iniciativas que possam contribuir para a formulação e a execução do planejamento estratégico do MRE, incluindo o aperfeiçoamento de políticas de governança e de gestão financeira, de pessoas, de processos, de projetos, de riscos e de controles internos;

VI - elaborar documento de referência para a adoção de um sistema de planejamento estratégico no MRE, que tenha o propósito de subsidiar, de modo sistemático e coerente, a formulação e a condução da política externa brasileira, bem como atender às demandas dos órgãos de supervisão e controle da Administração Pública.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho deverá encaminhar ao Ministro de Estado das Relações Exteriores os resultados de suas atividades, podendo recomendar a adoção de medidas e a apreciação de determinados temas pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles do MRE.

Art. 3° O Grupo de Trabalho será composto por representantes das seguintes unidades do Ministério das Relações Exteriores:

I- Gabinete;

II - Secretaria-Geral;

III - Secretaria de Planejamento Diplomático;

IV - Coordenação-Geral de Modernização; e

V - Divisão de Informática.

§ 1º As atividades do Grupo de Trabalho serão coordenadas pelas chefias da Secretaria de Planejamento Diplomático e da Coordenação-Geral de Modernização.

§ 2° O Grupo de Trabalho poderá convidar a participar de suas atividades representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, além de pesquisadores, especialistas e integrantes de instituições da sociedade civil, quando considerar necessário para o cumprimento de suas finalidades.

§ 3° Os representantes designados para compor o Grupo de Trabalho desempenharão suas atividades sem prejuízo daquelas decorrentes de seus respectivos cargos ou funções, sendo a participação considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

Art. 4° O documento de referência citado no inciso VI do art. 2º desta Portaria deverá ser elaborado e encaminhado, até 31 de janeiro de 2018, à apreciação do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 483, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 9º, §§ 3º e 4º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no art. 51, parágrafo único, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48340.005333/2017-57, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, à Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, a ampliar o volume de combustível em estoque para oito dias de operação das Usinas Termelétricas que atendem o Sistema de Boa Vista, bem como manter esse volume de estoque em disponibilidade.

Art. 2º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá adotar as providências cabíveis para a execução do disposto nesta Portaria, inclusive quanto ao enquadramento na sistemática de rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

PORTARIA Nº 484, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 29, 35, 36 e 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e o que consta nos Processos nº 48500.004780/2016-28 e nº 48500.001020/2017-40, resolve:

Art. 1º Declarar a Caducidade das Concessões outorgadas às empresas Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia Ltda. e Linhas de Laranjal Transmissora de Energia Ltda., por meio dos Contratos de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 12/2013-ANEEL e nº 4/2015-ANEEL, respectivamente, tendo por consequência a Extinção das Concessões.

§ 1º A aplicação da penalidade de que trata o caput não exime as Concessionárias de outras penalidades previstas na legislação e no respectivo Contrato de Concessão.

§ 2º Caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL adotar as providências decorrentes da Declaração de Caducidade das Concessões, inclusive quanto à aplicação de outras penalidades previstas na legislação e no respectivo Contrato de Concessão.

Art. 2º Reconhecer não haver bens reversíveis vinculados às Concessões.

Art. 3º Determinar à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético avaliar a necessidade de estudos para viabilizar o acesso dos usuários ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em razão da não implantação das obras previstas nos Contratos de Concessão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005099/2017-88. Interessado: CELG Distribuição S.A - CELG-D. Objeto: Estabelece os limites para os indicadores de continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC dos conjuntos da CELG Distribuição S.A - CELG-D, para o ano de 2018. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.758, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003115/2015-36. Interessado: Delta Indústria Cerâmica Ltda. Objeto: Autorizar a Delta Indústria Cerâmica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.595.863/0001-12, a explorar a UTE Delta Cerâmica, CEG UTE.GN.SP.035148-2.01, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica, com 11.200 kW de potência instalada, localizada no município de Rio Claro, estado de São Paulo. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.759, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004485/2007-81. Interessado: Fibria Celulose S.A. Objeto: Transfere para a empresa Fibria Celulose S.A. a autorização da UTE Fibria-MS, cadastrado sob o CEG UTE.FL.MS.029694-5.01.

Nº 6.760. Processo nº 48500.003348/2017-09. Interessado: Fibria Celulose S.A. Objeto: Transfere para a empresa Fibria Celulose S.A. a autorização da UTE Fibria MS-II, cadastrado sob o CEG UTE.FL.MS.037624-8.01.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.761, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005108/2017-31. Interessada: Empresa Transmissora Capixaba S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias às passagens dos seccionamentos da LT 345 kV Campos - Vitória e da LT 345 kV Campos - Viana, ao acesso para a SE Rio Novo do Sul; e desapropriação de área de terra necessária à implantação da Subestação Rio Novo do Sul 345/138-13,8 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.762, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005984/2017-67. Interessada: Rialma Transmissora de Energia I S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Currais Novos II 230/69 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.765, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002385/2017-91. Interessada: EDP Transmissão S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Linhares 2 - São Mateus 2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.767, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005006/2016-34. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: Revogar a Resolução Autorizativa nº 6.235, de 14 de março de 2017, que autorizou a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf a implantar reforços na Subestação Xingó e estabeleceu as parcelas adicionais da Receita Anual Permitida - RAP. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.356, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003259/2003-04. Interessadas: Centrais Elétricas do Pará - Celpa. Objeto: Homologa o Plano de Universalização Rural das Centrais Elétricas do Pará - Celpa para o período de 2017 e 2018 e dá outras providências.A íntegra desta Resolução, e de seus anexos, está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 798, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 40, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) no âmbito da Agência.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no artigo 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.002425/2017-03 e considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 44/2017, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a revisão da Norma de Organização ANEEL nº 40, que dispõe sobre realização de Análise de Impacto Regulatório - AIR - no âmbito da Agência.

Art. 2º Revogar a Resolução Normativa nº 540, de 12 de março de 2013, e o seu anexo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO

NORMA DE ORGANIZAÇÃO ANEEL Nº 40, DE 12 DE MARÇO DE 2013

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º Esta Norma dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer Análise de Impacto Regulatório (AIR) previamente à expedição de ato normativo pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CAPÍTULO II

DA CONCEITUAÇÃO

Art. 2º Para os efeitos desta Norma, entende-se:

I - Análise de Impacto Regulatório (AIR) é o processo sistemático de análise baseado em evidências que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das alternativas de ação disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos, tendo como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão; e

II - Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) é um instrumento de avaliação do desempenho do ato normativo adotado ou alterado, considerando o atingimento dos objetivos e resultados pretendidos, bem como demais impactos observados sobre o mercado e a sociedade, em decorrência de sua implementação.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 3º O titular da unidade organizacional é o responsável pela instauração e condução da AIR e da ARR relacionadas com os atos normativos propostos pela sua unidade organizacional.

Art. 4º A AIR deverá ser apresentada em forma de relatório específico - Relatório de AIR, e conterá, no mínimo, informações relativas aos seguintes aspectos:

I - sumário executivo, utilizando linguagem simples e acessível ao público em geral;

II - identificação do problema regulatório que se quer solucionar, apresentando suas causas e extensão;

III - identificação dos atores ou grupos afetados pelo problema regulatório identificado;

IV - identificação da base legal que ampara a ação da Agência no tema tratado;

V - justificativas para a possível necessidade de intervenção da Agência;

VI - objetivos pretendidos com a intervenção da Agência;

VII - descrição das possíveis alternativas para o enfrentamento do problema regulatório identificado, considerando a opção de não ação e, sempre que possível, alternativas que não ensejam ato regulamentar;

VIII - exposição dos possíveis impactos das alternativas identificadas;

IX - comparação das alternativas consideradas, apontando, justificadamente, a alternativa ou a combinação de alternativas que se mostra mais adequada para alcançar os objetivos pretendidos;

X - identificação de formas de acompanhamento e fiscalização dos resultados decorrentes do novo ato normativo;

XI - identificação de eventuais alterações ou revogações de regulamentos em vigor em função da edição do novo ato normativo;

XII - considerações referentes às informações, contribuições e manifestações recebidas para a elaboração da AIR em eventuais processos de participação pública ou outros processos de recebimento de subsídios de interessados no tema sob análise; e

XIII - prazo para início da vigência das alterações propostas.

§ 1º Caso o problema regulatório objeto da análise revista-se de significativa complexidade ou caso as alternativas identificadas para seu enfrentamento apresentem impactos significativos, o Relatório de AIR deverá promover a análise dos seguintes aspectos, adicionalmente àqueles elencados no caput:

I - mapeamento da experiência nacional e internacional no tratamento do problema regulatório sob análise;

II - mensuração, sempre que possível quantitativa, dos possíveis impactos das alternativas de ação identificadas sobre os consumidores ou usuários dos serviços prestados e sobre os demais principais segmentos da sociedade afetados; e

III - mapeamento dos riscos envolvidos em cada uma das alternativas consideradas.

§ 2º O Relatório de AIR deverá conter nome completo, cargo ou função e assinatura dos responsáveis.

§ 3º A metodologia a ser empregada poderá ser definida, justificadamente, de forma a se adequar ao caso concreto, em conformidade com as características e a complexidade da matéria objeto da análise e das informações e dados disponíveis, e deverá ser descrita de modo claro e objetivo.

Art. 5º O Relatório de AIR deverá ser submetido à primeira fase de Audiência Pública específica anteriormente à elaboração de eventual minuta de ato normativo.

§ 1º O Relatório de AIR, atualizado com base nas contribuições recebidas na Audiência Pública, deverá ser submetido à deliberação da Diretoria para:

I - aprovação da alternativa de não regulamentar, quando for o caso; ou

II - instauração de segunda fase da Audiência Pública, destinada a receber contribuições à minuta de ato normativo.

§ 2º A critério da Diretoria, a primeira fase da Audiência Pública referenciada no caput poderá ser dispensada nos casos em que o Relatório de AIR já tenha sido submetido a Consulta Pública específica instaurada pela unidade organizacional.

§ 3º O Relatório de AIR poderá ser submetido a Audiência Pública em conjunto com minuta de ato normativo, cabendo contribuições a ambos:

I - nos casos do art. 6º em que a AIR for realizada a critério da unidade organizacional;

II - nos casos do parágrafo único do art. 6º em que a AIR não for dispensada pela Diretoria;

III - nos casos previstos na Agenda Regulatória, devidamente justificados; e

IV - em demais casos aprovados pela Diretoria.

§ 4º Quando instaurada Audiência Pública ou Consulta Pública, o Relatório de AIR em sua versão mais atualizada e o material necessário à reprodutibilidade dos estudos nele apresentados deverão ser disponibilizados, ressalvadas as informações de caráter sigiloso.

Art. 6º O disposto nesta Norma é dispensável para atos normativos:

I - de natureza administrativa;

II - voltados à correção de erro material;

III - que visam consolidar outros atos normativos, desde que não haja alteração de mérito; e

IV- voltados a adequações de texto e referências, desde que não haja alteração de mérito.

Parágrafo único. Para atos normativos de evidente baixo impacto, atos normativos voltados a disciplinar direitos ou obrigações definidos em instrumento legal superior que não permitam diferentes alternativas regulatórias ou em casos de urgência, a AIR poderá ser dispensada, mediante justificativa e decisão da Diretoria.

Art. 7º Deverá constar nos atos normativos a previsão de prazo para realização de ARR.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput aos atos normativos de que tratam os incisos de I a IV do caput do art. 6º e aos atos normativos de evidente baixo impacto, nos termos do parágrafo único do art. 6º.

§ 2º Para os casos de dispensa de AIR em virtude de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 6º, a realização da ARR deverá observar o prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da entrada em vigor do ato normativo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As Agendas Regulatórias elaboradas a partir da entrada em vigor desta Norma deverão conter, para todos os temas propostos, a previsão de elaboração da respectiva AIR, ou a justificativa de sua dispensa, e a previsão de elaboração de ARR.

Art. 9º A presente Norma será objeto de ARR decorridos 3 (três) anos de vigência.

DESPACHO N° 4.081, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.006728/2011-00, 48500.006710/2011-08, 48500.006716/2011-77, 48500.006731/2011-15, 48500.006738/2011-37 e 48500.005588/2013-14, decide por não conhecer do Pedido de Impugnação interposto pela Atlantic Energias Renováveis S.A. contra a penalidade por insuficiência de lastro das Usinas do Complexo Eólico Morrinhos, emitida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na 892ª Reunião do Conselho de Administração, pois foi interposto perante órgão incompetente, sem observância aos requisitos de admissibilidade

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.216, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005491/2012-12, resolve conceder prazo adicional para que a São Roque Energética S.A. apresente à ANEEL: (i) até 28 de fevereiro de 2018 (i.1) comprovação da celebração do contrato vinculante para transferência do controle societário à nova controladora e (i.2) pleito de transferência de controle societário; e (ii) até 30 de abril de 2018 (ii.1) comprovação de assinatura dos termos aditivos dos contratos de fornecimento de equipamentos e serviços necessários à conclusão das obras de implantação da UHE São Roque; e (ii.2) comprovação da retomada das obras.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.214, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003747-2016-81, decide deferir o requerimento da Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR de expurgo de indisponibilidades das unidades geradoras da UHE Jirau decorrentes do rompimento do Log Boom em 2016, para determinar que o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS expurgue 327 horas e 19 minutos, descontadas as 4.553 horas e 15 minutos expurgadas em face do disposto no item a, do Anexo I da Resolução Normativa nº 614, de 3 de junho de 2014.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.211, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005753/2017-53, decide indeferir o pedido de medida cautelar interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee com vistas ao sobrestamento da aplicação do inciso I do Art. 6º da REN 545/131, vez que não foram comprovados o fumus boni iuris e o periculum in mora.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.210, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004161/2017-14, decide conhecer do pedido interposto pela Paranaíba Transmissora de Energia S.A. - PTE pelo reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 007/2013, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.209, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.000262/2016-35 e nº 48500.000780/2016-59, decide conhecer do Pedido de Reconsideração, com efeito suspensivo, interposto pelas empresas Clime Trading Comercializadora de Energia Ltda., Nova Energia Trading Ltda., BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. e Comerc Power Trading Ltda. em face do Despacho 3.028/2016, de 22/11/2016, que negou provimento ao Pedido de Impugnação interposto em face da decisão do Conselho de Administração - CAd da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, relativa à recontabilização da matriz de desconto de energia incentivada, e, no mérito, negar-lhe provimento

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.206, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48100.002178/1997-81, decide: conhecer do pedido de recomposição do prazo da autorização da PCH Salto Cafesoca, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.AP.002586-0.01, com 7.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de Oiapoque, estado do Amapá, outorgada à Oiapoque Energia S.A., por meio da Resolução nº 11, de 16 de janeiro de 2001, c/c a Resolução Autorizativa nº 5.244, de 2 de junho de 2015, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.205, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006107/2017-11, decide: (i) alterar os marcos intermediários do Cronograma Físico do Empreendimento, disposto no Anexo III do Contrato de Concessão nº 11/2016, da BJL SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A., conforme Anexo I deste Despacho e, (ii) alterar os marcos intermediários do Cronograma Físico do Empreendimento, disposto no Anexo III do Contrato de Concessão nº 15/2016, da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A., conforme Anexo II deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO N° 4.194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004541/2016-78, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB-D em face do Despacho nº 1.758/2017, que não aprovou a proposta de projeto de Eficiência Energética - EE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da Recorrente no âmbito da Chamada de Projeto Prioritário nº 1/2016 - Eficiência Energética e Minigeração em Instituições Públicas de Ensino Superior, para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de aprovar da proposta de projetos denominados "Geração Distribuída no Campus da Universidade de Brasília Integrada à Rede de Distribuição da CEB" e "Eficiência Energética em prédios públicos da Universidade de Brasília".

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.187, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000733/2017-96, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Panelaço Indústria de Alumínio Ltda. em face do Despacho nº 1.044/2017, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, mantendo a decisão exarada, que anuiu o faturamento realizado pela Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - EPB,nos meses de setembro e outubro de 2014.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.185, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.003658/2017-15, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S.A., em face do Auto de Infração nº 2/2016-ARPB-SFE aplicado pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB, em decorrência do descumprimento de dispositivos legais relacionados aos indicadores de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; (ii) manter a Determinação DT.2, que deve ser cumprida em até 90 (noventa) dias; e (iii) reduzir a penalidade de multa aplicada, em sede de juízo de reconsideração, de R$ 434.848,08 (quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oito centavos) para R$ 197.087,49 (cento e noventa e sete mil, oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.176, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do processo 48500.003408/2017-85, decide conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela Água Limpa Energia S.A. em face do Auto de Infração nº 46/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, no sentido de manter o valor da penalidade de multa aplicada em R$ 77.637,62 (setenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos) pelo descumprimento do cronograma de implantação da PCH Antônio Dias.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.175, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003385/2017-17, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT em face do Auto de Infração nº 45/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, mantendo a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 1.258.188,11 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta e oito reais e onze centavos), o qual deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.174, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003423/2016-42, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 52/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência do atraso para entrada em operação dos reforços autorizados pelas Resoluções Autorizativas nº 3.698/2012 e nº 3.744/2012, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a penalidade de multa no valor de R$ 1.959.131,94 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, cento e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), valor esse que deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.173, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002385/2016-19, decide conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela CEB Distribuição - CEB-DIS em face do Auto de Infração nº 48/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa no valor de R$ 3.947.029,84 (três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), pelo descumprimento das determinações da Diretoria da ANEEL decorrentes de fiscalização comercial periódica na Recorrente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.171, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo n° 48500.004248/2016-19, decide: (i) determinar à Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL que devolva à Celesc Distribuição S.A - CELESC-D os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor ARCELORMITTAL, recebidos em duplicidade pela transmissora; (ii) a devolução de que trata o item (i) deve se limitar ao valor regulatório estabelecido pela ANEEL, no total de R$ 46.319.191,53, (quarenta e seis milhões e trezentos e dezenove mil e cento e noventa e um reais e cinquenta e três centavos) atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013; (iii) o pagamento deve ser feito em parcela única a ser paga em 19 de março de 2018 e os valores devem ser acrescidos das atualizações e remunerações correspondentes até esta data, a saber: IPCA até fevereiro de 2018 e juros remuneratórios de 5,59% ao ano; e (iv) na impossibilidade do pagamento à vista, mantenho reservado às interessadas a prerrogativa de negociarem bilateralmente os termos de eventual parcelamento, desde que atendidas as seguintes condições: (iv-i) que tal acordo seja previamente informado à ANEEL; e (iv-ii) que a primeira parcela seja paga em 19 de março de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.221, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006278/2013-17. Interessado: Autazes Empreendimentos e Participações Ltda. Decisão: transferir de AEL Atividade Empresarial Ltda. para Autazes Empreendimentos e Participações Ltda., a titularidade do DRS-PCH nº 3.088, de 28 de novembro de 2016, referente a PCH Sacramento, com 18.400 kW de Potência Instalada, CEG PCH.PH.MG.032586-4.01, localizada no município de Sacramento, estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.222, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006279/2013-53. Interessado: Autazes Empreendimentos e Participações Ltda. Decisão: transferir de AEL Atividade Empresarial Ltda. para Autazes Empreendimentos e Participações Ltda., a titularidade do DRS-PCH nº 2.750, de 14 de outubro de 2016, referente a PCH Perdizes, com 13.250 kW de Potência Instalada, CEG PCH.PH.MG.032727-1.01, localizada no município de Perdizes, estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.197, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.000875/2016-72. Interessadas: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-086/2014-rev.2 - "Estudo de Atendimento Elétrico ao Estado de Santa Catarina: Região de Florianópolis", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.198, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 48500.005557/2016-06. Interessadas: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-067/2016-rev.0 - "Estudo de Atendimento à Região do Vale do Paraíba", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 4.220, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004561/2017-20, resolve:

I- homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Caiuá Distribuição de Energia S.A, e Plinio Honório Sartoni - ME.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Caiuá Distribuição de Energia S.A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 4.223, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004547/2017-26, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Rio Grande Energia S.A. - RGE, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela RGE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

RIO GRANDE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	CLARO S.A.	DE ALMEIDA E MENSCH - PROVEDOR DE INTERNET LTDA
MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP	SALVADOR & PAZZA LTDA.	MEGA NET PROVEDOR INTERNET LTDA.
COMNET INFORMÁTICA LTDA.	VIVA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	RAZÃOINFO INTERNET LTDA.
GW TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	CRERAL - COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CAVALCANTE & ABREU COMÉRCIO E SERV. DE INFORMÁTICA LTDA.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 4.230, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.003169/2017-63. Interessada: Tropicália Transmissora de Energia S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pelo Despacho nº 3.397, de 05 de outubro de 2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 4.232, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas por meio da Portaria nº 3.392, de 19 de dezembro de 2014 e em conformidade com o Despacho nº 1.576, de 14 de junho de 2016, que consta do Processo nº 48500.004711/2016-14 e em cumprimento à decisão concedida no Despacho do Processo Judicial nº 0028882-30.2016.4.01.3400/2ª Vara Federal em 23 de novembro de 2017, na íntegra do Despacho n. 2.634, de 30 de setembro de 2016, cujo resumo publicado no D.O. n. 190, de 03 de outubro de 2016, Seção 1, página 56, v. 153, decide:

(i) alterar na Tabela 3 do Anexo, a razão social e o CNPJ das unidades consumidoras Vale Fertilizantes S.A., distribuidora CPFL Piratininga.

Onde se lê:

TABELA 3 - LISTA DE UNIDADES CONSUMIDORAS - LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

Unidade Consumidora	CNPJ	Distribuidora
Vale Fertilizantes S.A	33.931.486/0002-11	CPFL PIRATININGA
Vale Fertilizantes S.A	33.931.486/0024-27	CPFL PIRATININGA
Vale Fertilizantes S.A	33.931.486/0003-00	CPFL PIRATININGA
Vale Fertilizantes S.A	33.931.486/0004-83	CPFL PIRATININGA

Leia-se:

TABELA 3 - LISTA DE UNIDADES CONSUMIDORAS - LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

Unidade Consumidora	CNPJ	Distribuidora
Vale Cubatão Fertilizantes LTDA Matriz	11.403.023/0001-63	CPFL PIRATININGA
Vale Cubatão Fertilizantes LTDA (CUB-1)	11.403.023/0002-44	CPFL PIRATININGA
Vale Cubatão Fertilizantes LTDA (CUB-2)	11.403.023/0003-25	CPFL PIRATININGA
Vale Cubatão Fertilizantes LTDA (CUB-3)	11.403.023/0004-06	CPFL PIRATININGA

(ii) alterar na Tabela 3 do Anexo, a distribuidora da unidade consumidora Nestlê Brasil Ltda.

Onde se lê:

TABELA 3 - LISTA DE UNIDADES CONSUMIDORAS - LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

Unidade Consumidora	CNPJ	Distribuidora
Nestlé Brasil Ltda.	60.409.075/0148-89	CPFL PAULISTA

Leia-se:

TABELA 3 - LISTA DE UNIDADES CONSUMIDORAS - LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

Unidade Consumidora	CNPJ	Distribuidora
Nestlé Brasil Ltda.	60.409.075/0148-89	CPFL LESTE PAULISTA

(iii) alterar na Tabela 4 do Anexo, a razão social da unidade consumidora Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil e incluir novo CNPJ da unidade consumidora Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A..

Onde se lê:

TABELA 4 - TARIFA TUST LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

	UC	CNPJ	SUBMERCADO	CÓDIGO ONS	TUST-CDE cativo R$/MWh	TUST-CDE livre R$/MWh
54	VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL	08.689.024/0002-92	S/SE/CO	5088	3,734	3,235

Leia-se:

TABELA 4 - TARIFA TUST LIMINAR 08 - ABRACE 2016 (0028882-30.2016.4.01.3400)

	UC	CNPJ	SUBMERCADO	CÓDIGO ONS	TUST-CDE cativo R$/MWh	TUST-CDE livre R$/MWh
54	VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.	08.689.024/0002-92 e 08.689.024/0001-01	S/SE/CO	5088	3,734	3,235

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 860, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000284/2013-13, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da USINA SANTA ADÉLIA S.A., CNPJ nº 50.376.938/0001-89, com capacidade de produção de 700 m³/dia de etanol hidratado e 680 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Santa Adélia, Rodovia SP-326, km 332, Zona Rural, Jaboticabal - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 318, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 861, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014867/2012-32, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DAMFI DESTILARIA ANTÔNIO MONTI FILHO EIRELI, CNPJ nº 17.869.587/0001-72, com capacidade de produção de 198 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Santo Antônio, S/N, Rural, Canápolis - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 339, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 862, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000200/2013-33, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da VIRGOLINO DE OLIVEIRA S. A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 49.911.589/0004-11, com capacidade de produção de 440 m³/dia de etanol hidratado e 400 m³/dia de etanol anidro, localizada na Avenida Comendador Virgolino de Oliveira, s/n, Usina Nossa Senhora Aparecida, Zona Rural, Itapira - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 508, de 28/05/2013, publicada no DOU de 29/05/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AUTORIZAÇÃO Nº 863, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013701/2012-07, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da USINA ITAPAGIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 06.059.962/0001-00, com capacidade de produção de 450 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Água Amarela, s/n, Zona Rural, Itapagipe - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 23, de 15/01/2013, publicada no DOU de 16/01/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 864, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.007039/2013-29, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da CEARÁ-MIRIM AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 20.809.373/0001-15, com capacidade de produção de 240 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Limoeiro, s/n, Zona Rural de Maxaranguape, Ceará-Mirim - RN, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Ficam revogados a Autorização ANP nº 731, de 30/09/2013, publicada no DOU de 01/10/2013, e o Despacho do Superintendente nº 687, de 13/05/2015, publicado no DOU de 14/05/2015.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 865, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000290/2013-62, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da BIOSEV S.A., CNPJ nº 15.527.906/0029-37, com capacidade de produção de 1.100 m³/dia de etanol hidratado e 1.000 m³/dia de etanol anidro, localizada na Vila Luciânia, s/n, Zona Rural, Lagoa da Prata - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 430, de 03/05/2013, publicada no DOU de 06/05/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 866, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000289/2013-38, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da BIOSEV S.A., CNPJ nº 15.527.906/0006-40, com capacidade de produção de 360 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Estrada da Água Fria, km 54, Zona Rural, Maracaju - MS, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 238, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 867, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48300.016407/1995-91, autoriza a empresa COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, CNPJ n.º 77.890.846/0001-79, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 868, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48300.016407/1995-91, autoriza a empresa COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, CNPJ n.º 77.890.846/0038-60, a operar a base de armazenamento de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) localizada no Prolongamento da Av. Paraná, s/nº - Lote F-1 Colônia Vitória - Distrito de Entre Rios - Guarapuava - PR - CEP 85.139-400, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:33:56,770; -51:28:20,670 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 164,07 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.530, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ/0026954 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO PARADA DA PRAÇA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.919.058/0001-94, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.014425/2016-10.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.531, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PRPE0184306	AUTO POSTO CENTRO RIBEIRAO LTDA	69.907.525/0001-01	48610.013085/2017-91
PRRS0184294	AUTO POSTO COMPARIN LTDA - EPP	03.533.920/0004-06	48610.014346/2017-90
PRPE0184256	AUTO POSTO JOYCE LTDA - ME	28.037.957/0001-21	48610.014212/2017-79
PRGO0184299	AUTO POSTO RENASCER EIRELI - EPP	26.356.128/0001-86	48610.014442/2017-38
PRSC0184305	AUTO POSTO SERJAO EIRELI - ME	27.573.106/0001-30	48610.014449/2017-50
PRMG0184300	BBC COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	28.469.557/0001-95	48610.013539/2017-23
PRGO0184301	BMD AUTO POSTO EIRELI - ME	27.479.592/0001-22	48610.014446/2017-16
PRRS0184304	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0078-03	48610.014448/2017-13
PRPR0184302	EASY COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	27.705.778/0001-52	48610.014447/2017-61
PRRS0184298	FBS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	27.469.041/0001-88	48610.014438/2017-70
PRAM0184307	FORMOSA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	26.037.924/0001-56	48610.008123/2017-93
PRCE0184296	IRMAOS GONDIM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA	08.315.982/0002-01	48610.013279/2017-96
PRCE0184295	MARIA AURINETE GOMES QUEIROZ - ME	20.794.032/0002-02	48610.013369/2017-87
PRBA0184291	POSTO AUTO DO PARAGUACU LTDA	27.831.709/0001-95	48610.014339/2017-98
PRMG0184293	POSTO DA NAVE LTDA	28.280.414/0001-30	48610.014435/2017-36
PRMG0184297	POSTO IRMAOS SANTOS & SANTOS LTDA - ME	23.212.669/0001-42	48610.013549/2017-69
PRMA0184292	POSTO SANTA HELENA LTDA - ME	21.585.256/0001-88	48610.014341/2017-67
PRSC0184271	R FRATTON COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	25.080.053/0001-90	48610.013276/2017-52

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.533, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48300.016407/1995-91, declara habilitada a empresa COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL, CNPJ n.º 77.890.846/0001-79, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1.534, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RS/0012465 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SELAU LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 00.408.602/0001-82, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.004630/2017-58.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.535, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº MG/0178311 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, com inscrição no CNPJ sob o nº 47.508.411/0685-40, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008047/2017-16.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.532, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SC/0086965 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao VALENTIM PEREIRA (AUTO POSTO E TRANSPORTES FLÁVIO LTDA - ME), com inscrição no CNPJ sob o nº 06.867.539/0001-29, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.012054/2016-31.

MARIA INES SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 110/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9117/2017-896.111/2016-BELLY GRANITOS EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA ME-
9118/2017-896.041/2017-CLEVERALDO GUIDOLINI GRIPPA-
9119/2017-896.134/2017-MARIANA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-
9120/2017-896.155/2017-ORTHO MINERACAO EIRELI ME-
9121/2017-896.178/2017-MINERAÇÃO BRUNELI LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 189/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9116/2017-848.266/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 303/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
820.583/2016-COMERCIO VAREJISTA DE AREIA DE ITAPIRA LTDA ME-ALVARÁ N°9115/2017-Destacado do DNPM 820.691/2012-ALVARÁ N°2323/2016-Vencimento em 14/03/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 241/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.203/2004-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°10357/2014
871.965/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°16915/2010
872.330/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°3851/2011
872.332/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°14561/2011
872.333/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°10777/2011
872.334/2010-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°10778/2011
871.837/2012-MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.- Cessionário:MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.- CPF ou CNPJ 00.592.603/0001-20- Alvará n°12641/2017
871.959/2013-AREAL BELA VISTA LTDA. EPP- Cessionário:AREAL ALIANÇA LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.445.763/0001-08- Alvará n°7242/2016
870.641/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.263.138/0001-77- Alvará n°6007/2014
870.072/2015-MINERAÇÃO VENEZA LTDA- Cessionário:QB QUARTZBLUE QUARTZITOS DO BRASIL LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.331.106/0001-70- Alvará n°3585/2015
870.115/2015-MINERAÇÃO VENEZA LTDA- Cessionário:QB QUARTZBLUE QUARTZITOS DO BRASIL LTDA ME- CPF ou CNPJ 17.331.106/0001-70- Alvará n°3595/2015
871.562/2015-MAETINGA GRANITOS LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO GUAJUMAR LTDA- CPF ou CNPJ 05.323.612/0001-39- Alvará n°1350/2016
871.829/2015-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.263.138/0001-77- Alvará n°7760/2016
872.788/2015-JONILTON GOMES PEREIRA ME- Cessionário:CAMACÃN MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 22.132.037/0001-06- Alvará n°8432/2016
873.009/2015-EMANOEL FLORISLA FERREIRA DA SILVA ME- Cessionário:NEW GRAAL CONSTRUTORA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 09.399.351/0001-91- Alvará n°12321/2016
870.027/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:EXTENSÃO SUL MINÉRIOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.915.982/0001-35- Alvará n°12366/2016
870.348/2016-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA- Cessionário:EXTENSÃO SUL MINÉRIOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.915.982/0001-35- Alvará n°12368/2016
870.870/2016-ELISMAR PEREIRA DOS SANTOS- Cessionário:JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 25.355.031/0001-96- Alvará n°11167/2016
871.468/2016-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 26.263.138/0001-77- Alvará n°11199/2016
871.480/2016-ARIANNE FREIRE SECATI SILVA- Cessionário:EMPRESA DE MINERAÇÃO BARRINHA LTDA ME- CPF ou CNPJ 27.076.439/0001-54- Alvará n°10546/2016
871.624/2016-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- Cessionário:CRISTAL MINERADORA E COMÉRCIO LTDA EPP- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°11747/2016
872.160/2016-3 S LTDA- Cessionário:ZUMBI MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 28.169.917/0001-33- Alvará n°1120/2017
872.193/2016-ANTONIO MARTINS AMORIM GUIMARÃES- Cessionário:GUIMARÃES & SOUZA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- CPF ou CNPJ 26.363.219/0001-49- Alvará n°13560/2016
872.594/2016-BRUNO ALVES DOS SANTOS- Cessionário:FLORO EXTRAÇÃO DE MINÉRIO LTDA EPP- CPF ou CNPJ 28.678.438/0001-42- Alvará n°2727/2017
872.679/2016-MARCOS FALSONI- Cessionário:MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- CPF ou CNPJ 09.248.235/0001-71- Alvará n°7394/2017
872.848/2016-MARCOS FALSONI- Cessionário:MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- CPF ou CNPJ 09.248.235/0001-71- Alvará n°7395/2017

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 147/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Naturagua Águas Minerais Indústrias e Comércio S.A. Cpf/cnpj :07.576.952/0001-05 - Processo minerário: 800379/87 - Processo de cobrança: 900892/17 Valor: R$.355.000,18

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 148/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Globest Participações Ltda - 800520/12 - Not.305/2017 - R$ 7.781,67, 800522/12 - Not.307/2017 - R$ 7.669,62
gt da Silva Eireli me - 800504/16 - Not.314/2017 - R$ 165,39
Hgn Mineração Ltda - 800212/16 - Not.312/2017 - R$ 3.930,10
Pedro Alcantes Dos Santos - 800323/14 - Not.297/2017 - R$ 7.651,87

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 149/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Divino Lopes Dos Santos - 800952/11 - Not.309/2017 - R$ 395,90
Globest Participações Ltda - 800520/12 - Not.306/2017 - R$ 3.421,30, 800522/12 - Not.308/2017 - R$ 3.421,30
gt da Silva Eireli me - 800504/16 - Not.315/2017 - R$ 3.410,61
Hgn Mineração Ltda - 800212/16 - Not.313/2017 - R$ 3.410,61
Kauê Ciriaco Barroso - 800087/14 - Not.311/2017 - R$ 395,90
Pedro Alcantes Dos Santos - 800323/14 - Not.298/2017 - R$ 6.842,62

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 103/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
896.127/2017-NUTRIGÁS S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.168/2008-VILLA RICA MINERAÇÃO S A-OF. N°2.234/2017-DNPM/ES
896.182/2014-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-OF. N°2.250/2017-DNPM/ES
896.126/2017-NUTRIGÁS S.A.-OF. N°2.225/2017-DNPM/ES
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
896.373/2015-MINERAÇÃO E SERVIÇOS PAIVA FURTADO EIRELI LTDA ME
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
896.776/2007-ELIS JOSÉ DE SOUSA
896.153/2013-CRISTIANE PAIVA FURTADO ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
896.322/2000-LUCIANO DESTEFANI FIM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.285/2004-ALTO LIBERDADE MÁRMORE E GRANITOS LTDA EPP-OF. N°2.112/2017-DNPM/ES
896.402/2014-MINERAÇÃO SARTORIO LTDA.-OF. N°2.175/2017-DNPM/ES
896.082/2016-JOAQUIM VIEIRA DE REZENDE-OF. N°2.192/2017-DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.282/1981-EMIC EMPRESA DE MINERAÇÃO IRMÃOS COSTA LTDA. ME-OF. N°0785/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.838/1989-NAIR GERARDE SOUZA- Cessionário:ASTRA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.952.674/0001-40- Alvará n°4.613/2017
896.519/2005-JOSÉ OSVANIO DE SOUZA- Cessionário:EXPRESSO TRANSPORTES GUAÇUÍ EIRELI -ME- CPF ou CNPJ 19.499.816/0001-30- Alvará n°3.663/2006
896.749/2008-SI MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:IRMÃOS CAFFEU AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.622.610/0001-00- Alvará n°3.172/2009
896.836/2008-SI MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:IRMÃOS CAFFEU AREIA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 09.622.610/0001-00- Alvará n°4.228/2009
896.067/2017-ROMULO AZEVEDO DE MENDES ME- Cessionário:ALLAN LAMBERTI RONCETE TERRAPLANAGEM ME- CPF ou CNPJ 20.373.721/0001-54- Alvará n°7.478/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
896.460/2011-AC STONE EIRELI EPP- Área de 6,77 ha para 5,20 ha-GRANITO
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
896.169/2007-MINERFAL MINÉRIOS FACCINI LTDA - Alvará N°11.202/2007
896.431/2014-MMM MEGA MINA MINERAÇÃO LTDA ME -Alvará N°2.098/2015
896.306/2015-CORBÉLIO MOACYR GUAITOLINI JÚNIOR -Alvará N°3.136/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
896.024/2003-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA.-Não aceitação de defesa administrativa apresentada pela Magnitos Magnago Granitos Ltda. contra o auto de Advertência nº 017/2014-DNPM/ES.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.603/1994-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-OF. N°2.209/2017-DNPM/ES
896.267/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME-OF. N°2.223/2017-DNPM/ES
896.060/2005-MINERAÇÃO ROCHA VIVA LTDA EPP-OF. N°2.230/2017-DNPM/ES
896.717/2009-CERAMICA LIMARTI LTDA. ME.-OF. N°2.199/2017 E 2.201/2017-DNPM/ES
896.026/2017-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-OF. N°2.210/2017-DNPM/ES
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.418/2002-MINERAÇÃO FALCHETTO LTDA - ME-VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES - Guia n° 0043/2017-50.000t/ano-GRANITO P/ BRITA- Validade:09/05/2023
896.327/2006-GRANAL MINERAÇÃO LTDA-NOVA VENÉCIA/ES - Guia n° 0044/2017-16.000t/ano-GRANITO- Validade:29/11/2023
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
896.267/2003-Mineração Vg Ltda Me- AI N°282/2017-DNPM/ES
Nega provimento a defesa apresentada(810)
896.267/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(811)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

896.267/2003-MINERAÇÃO VG LTDA ME -AI N°584/2015-DNPM/ES

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

890.511/1993-ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI EPP- ALVARÁ n° 18.533/2000 - Cessionário: ALDEIA DA BARRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S/A- CNPJ 14.483.210/0001-92

Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)

896.021/2001-BRITADOR VISTA ALEGRE LTDA. ME-OF. N°2.226/2017-DNPM/ES

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

890.041/1986-ÁGUA PEDRA AZUL S A- Fonte Boa Esperança, marca Pedra Azul, 200ml sem gás, 330ml sem gás e com gás, 510 ml sem gás e com gás, 1,5L sem gás e com gás, 5L sem gás, 10L (descartável e retornável) sem gás e 20L (retornável) sem gás; marca Pedra Azul Premium, 310 ml sem gás e 20L (retornável) sem gás; Pedra Azul Kids, 330 ml sem gás; marca Pedra Azul Sport, 510 ml sem gás. Fonte Nossa Senhora Aparecida, marca Pedra Azul, 200ml sem gás, 330ml sem gás e com gás, 510ml sem gás e com gás, 1,5L sem gás e com gás, 5L sem gás, 10L sem gás (descartável e retornável) e 20L (retornável) sem gás; marca Pedra Azul Kids, 330ml sem gás; marca Pedra Azul Sport 510ml sem gás e marca Pedra Azul Premium 20L (retornável) sem gás.- MARECHAL FLORIANO/ES

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

805.010/1974-GUARAPARI MINERAÇÃO LTDA- AI N° 416/2007 e 018/2013-DNPM/ES

896.526/1998-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA-AI N° 393/2013 a 402/2013-DNPM/ES e 321/2014 e 322/2014-DNPM/ES

896.569/2002-ÁGUA PEDRA AZUL S/A- AI N° 009/2012-DNPM/ES

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

890.578/1988-BRASITÁLIA AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°2.273/2017-DNPM/ES

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

896.526/1998-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°2.007/2013-DNPM/ES

Não conhece o recurso interposto(1837)

896.613/2001-Interposto porGRANITOS ESTRELA DO SUL LTDA ME

Fase de Licenciamento

Determina o cancelamento do Licenciamento(704)

896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-Licenciamento N°19/2010- Publicado no DOU de 26/07/2010

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°2.237/2017 DNPM/ES

896.583/2009-VG COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°2.219/2017-DNPM/ES

896.202/2010-EXTRAÇÃO DE AREIAS LIMOEIRO LTDA-OF. N°2.239/2017-DNPM/ES

896.642/2011-AREAL V. G. LTDA ME-OF. N°2.205/2017-DNPM/ES

Despacho publicado(756)

896.637/2013-CERAMICA CEMIL LTDA-Considerando que o requerimento de prorrogação do título de Licenciamento foi protocolizado intempestivamente ACATO E ADOTO por NÃO conhecer o pedido de prorrogação do registro de licença protocolizado em 16/11/2017 por intermédio da juntada de número 48420-005817/2017-14.

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)

896.132/2013-NN EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME-# Licenciamento n°060/2013- Cessionario:896.086/2015-CERÂMICA FEREGUETTI LTDA- CNPJ 00.323.013/0001-00

Nega provimento a defesa apresentada(1193)

896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 102/2017

Fase de Concessão de Lavra

Torna sem efeito exigência(659)

805.010/1974-GUARAPARI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°088/2013-DNPM/ES-DOU de 20/02/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

896.483/2005-MINERGRAN MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME - Publicado DOU de 20/11/2015, Relação n° 158/2015, Seção 1, pág. 115- Onde se lê: "Aprova o relatório de Pesquisa (317) 896.483/2005- MINERGRAN MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-GRANITO", leia-se: "Aprova o relatório Final de Pesquisa com redução de área. Área de 1.000ha para 256,51ha. Reserva medida de 1.031.913,69t e Reserva indicada de 8.044.308,43t. Substância: GRANITO"

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 129/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Antonio de Brito Filho - 806089/11, 806429/11, 806015/12, 806002/13

Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806094/15, 806095/15, 806166/15, 806168/15, 806029/16, 806030/16, 806396/12, 806605/11, 806607/11, 806221/11, 806309/10, 806720/10

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 130/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Construtora Construeng Ltda - 806240/14, 806011/15

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 193/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

866.545/2015-L.A. OLIVEIRA & CIA LTDA ME

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

867.248/2013-FLORESTA VIVA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E TERRAPLANAGEM LTDA

866.365/2014-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO

866.028/2016-E. H. C. GUILLEN & CIA LTDA

866.114/2017-RUI CÉSAR VICTÓRIA BAPTISTA

866.115/2017-ALAN HASSEM SALVATIERRA

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1002)

866.046/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

866.533/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

866.073/2009-DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- Área de 9.795,87 ha para 2.423,11 ha-Manganês

867.092/2010-DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- Área de 8.324,62 ha para 4.280,45 ha-Manganês

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

866.021/2011-MARCELIANA ALVES SCHUINDT -Alvará N°5745/2011

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

866.920/2016-PEDREIRA VALE DO CURUA EIRELI

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

866.256/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°86/2017 de 07/11/2016 - Prazo 03 anos

866.553/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°89/2017 de 29/11/2017 - Prazo 03 anos

Fase de Lavra Garimpeira

Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)

866.692/2006-EVANDRO DE SOUZA - PLG Nº 18/2007 de 16/07/2007- Vencimento em 16/07/2022

866.693/2006-EVANDRO DE SOUZA - PLG Nº 19/2007 de 16/07/2007- Vencimento em 16/07/2022

866.707/2009-SÉRGIO DE FRANÇA - PLG Nº 62/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.709/2009-SÉRGIO DE FRANÇA - PLG Nº 63/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.710/2009-SÉRGIO DE FRANÇA - PLG Nº 64/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.711/2009-SÉRGIO DE FRANÇA - PLG Nº 65/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.712/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 66/2017/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.713/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 67/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.714/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 68/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.715/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 69/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.716/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 70/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.717/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 71/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

866.718/2009-MANOEL RODRIGUES GIMENES - PLG Nº 72/2012 de 26/06/2012- Vencimento em 26/06/2022

867.015/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG Nº 55/2011 de 02/08/2011- Vencimento em 02/08/2021

867.218/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS - PLG Nº 93/2011 de 28/11/2011- Vencimento em 28/11/2021

866.499/2012-ALAIN STEPHANE RIVIERE MINERACAO - PLG Nº 105/2012 de 08/11/2012- Vencimento em 08/11/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

866.590/2017-PEDREIRA VALE DO CURUA EIRELI-Licenciamento N°78 - Prazo: 10 ano(s)

Autoriza transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1158)

867.152/2013-MARCIO NASCIMENTO

867.153/2013-MARCIO NASCIMENTO

867.177/2013-MARCIO NASCIMENTO

Nega provimento ao recurso interposto(1170)

866.895/2016-PAULO ROBERTO SOARES CAMPOS

866.896/2016-PAULO ROBERTO SOARES CAMPOS

866.897/2016-PAULO ROBERTO SOARES CAMPOS

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

867.430/2013-WALTER MANCEBO MANHÃES

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

867.177/2017-ERALDO ÉRIC DONADEL GUIMARÃES

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

866.736/2007-FOLLMANN & TIYODA LTDA EPP- Licenciamento N°:05/2008 - Prorrogado por 10 ano(s)

866.509/2009-INDÚSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS FAAT LTDA- Licenciamento N°:025/2011 - Prorrogado por 05 ano(s)

866.376/2010-KERLIN A BARALDI ME- Licenciamento N°:026/2016 - Prorrogado por 05 ano(s)

866.753/2010-MARIA EDILANIA NOGUEIRA DE LIMA ME- Licenciamento N°:094/2011 - Prorrogado por 05 ano(s)

866.104/2013-MINERADORA DO VALLE LTDA- Licenciamento N°:013/2013 - Prorrogado por 10 ano(s)

867.156/2014-CASCALHEIRA SANTA MARIA LTDA ME- Licenciamento N°:019/2016 - Prorrogado por 05 ano(s)

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 113/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

868.112/2017-ELITE MAX AMBIENTAL CENTRAL NORTE PARANAENSE DE TRA. E DISP. FINAL DE RESÍDUOS-Licenciamento N°13-2017 - Prazo: 27/06/2027 ano(s)

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 209/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

850.261/2013-M. DE A.DELGADO LTDA EPP-SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - Guia n° 005/2017-4.000 (Quatro Mil)toneladas-Minério de Cobre- Validade:26/10/2017

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

850.518/2005-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

851.517/2011-TIGRE MINERAÇÃO LTDA. ME - AI N°1145/2016

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

850.260/2006-MARABÁ ÁGUAS EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA- Fontes Tocantins, Castanheira e Marabá - Marca Nossa Água - Embalagens de 200ml (copos); 300 ml, 350 ml, 500 ml e 1500ml (garrafas descartáveis); 5 L (garrafões descartáveis) e 20 L (garrafões retornáveis)- MARABÁ/PA

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

815.959/1973-MINERAÇÃO BURITIRAMA S A- AI N° 000.577/2017-DNPM/PA; 000.744/2017-DNPM/PA;

807.426/1974-SALOBO METAIS SA.- AI N° 800/2017; 801/2017.

850.444/1979-MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.- AI N° 758/2017

851.431/1982-VALE S A- AI N° 000.768/2017-DNPM/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

850.038/1988-PARÁ PIGMENTOS S A- AI N° 000.701/2017-DNPM/PA; 000.702/2017-DNPM/PA; 000.700/2017-DNPM/PA;
850.011/1991-ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.- AI N° 000.734/2017-DNPM/PA; 000.733/2017-DNPM/PA; 000.732/2017-DNPM/PA; 000.731/2017-DNPM/PA;
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
807.426/1974-SALOBO METAIS SA.-OF. N°380/2017
850.444/1979-MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA.-OF. N°305/2017
851.431/1982-VALE S A-OF. N°379/2017

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 65/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Granistone s a Cpf/cnpj :35.034.537/0001-57 - Processo minerário: 803110/76 - Processo de cobrança: 903327/17 Valor: R$.39.231,84, Processo minerário: 805369/76 - Processo de cobrança: 903328/17 Valor: R$.64.948,28

Titular: Minapi Mineração de Brita Ltda Cpf/cnpj :17.015.050/0001-45 - Processo minerário: 803004/98 - Processo de cobrança: 903303/17 Valor: R$.17.827,80

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 66/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Leandro Felipe Santos - 803129/15 - Not.60/2017 - R$ 7.596,46, 803130/15 - Not.62/2017 - R$ 3.825,92

Luiz Alceu Maranho - 803278/14 - Not.55/2017 - R$ 7.393,96, 803279/14 - Not.57/2017 - R$ 7.899,27

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 67/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Granminas Polimentos Ltda me - 803204/15 - Not.64/2017 - R$ 3.581,65

Leandro Felipe Santos - 803129/15 - Not.61/2017 - R$ 7.163,30, 803130/15 - Not.63/2017 - R$ 7.163,30

Luiz Alceu Maranho - 803278/14 - Not.56/2017 - R$ 3.581,65, 803279/14 - Not.58/2017 - R$ 3.581,65

Promining Participacoes Ltda - 803119/15 - Not.59/2017 - R$ 3.581,65, 803213/15 - Not.65/2017 - R$ 3.581,65

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 190/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.166/2012-P J DE CARVALHO POLI
848.361/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
848.199/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
848.268/2014-BIRK REIBEL
848.351/2014-SUMMIT MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
848.109/2015-MINERAÇÃO LIMEIRA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
848.201/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
848.145/2016-JORGE MAURÍCO FREIRE MORORO
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.276/1960-EJ INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°22144015/2017/SFAM/DNPM/RN
000.276/1960-EJ INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°22144016/2017/SFAM/DNPM/RN

ROGER GARIBALDI MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHO

Revogação de Dispensa de Licitação e de Adjudicação de Imóvel
DIROFL nº 255, de 14/12/2017. PROCESSO nº 35301.010068/2007-71. ASSUNTO: Revogação de alienação direta do imóvel de propriedade do INSS que compõe o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, situado na Avenida Graça Aranha, n° 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ (SGPI nº 11952-17), através de venda direta. INTERESSADA: Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL, Gerência-Executiva Rio de Janeiro-Centro/RJ e União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União - SPU. MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 471/2016, com Adjudicação. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93 c/c Lei nº 9.702, de 17 novembro de 1998. DECISÃO: 1. Considerando o Ofício nº 64047/2017-MP, de 17 de agosto de 2017 (fls. 1.025/1.026), subscrito pelo Secretário do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no qual informa acerca da impossibilidade de aquisição do imóvel em referência, tendo em vista que o limite para movimentação e empenho da Secretaria do Patrimônio da União - SPU em 2017 para atender as despesas da ação 15NT - Aquisição de Imóveis do INSS foi utilizada, bem como as manifestações da Divisão de Patrimônio Imobiliário, às fls. 1.030, e da Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio, às fls. 1.031, REVOGO a autorização de alienação com dispensa de licitação e adjudicação do imóvel em epígrafe em favor da UNIÃO, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, CNPJ/MF nº 00.489.828/0009-02, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, definida pelo Decreto nº 8.818, de 21 de junho de 2016, pelo valor de R$ 84.851.925,86 (Oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), realizada mediante o Despacho de Autorização e de Adjudicação de Imóvel DIROFL nº 471, de 29/12/16, publicado no DOU nº 251, de 30/12/16, Seção 1, página 341. 2. Publique-se. 3. À Superintendência Regional Sudeste II (11.150), para ciência e posterior encaminhamento à Gerência-Executiva Rio de Janeiro-Centro/RJ, para as providências orientadas às fls. 1.030/1.031.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRÃO
Diretora
Substituta

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 338, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorrogação excepcional do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aprovado pela Portaria nº 84, de 24 de abril de 2013, do Ministério do Esporte (ME).

Considerando a necessidade de prorrogação do prazo para atendimento de cláusulas suspensivas nos Termos de Compromisso nº 0437260-90/2014 e nº 0437267-69/2014, firmados com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativos aos processos administrativos: nº 58701.000376/2014-19 (Deodoro - Área Norte) e nº 58701.000375/2014-66 (Deodoro - Área Sul), que por motivos alheios ao seu dever de diligência não puderam ser cumpridos no prazo previamente estabelecido; e visando à adaptação dos equipamentos para o legado da Cidade do Rio de Janeiro (Retrofit):

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente, até 19 de março de 2018, o prazo para o cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando à implantação de infraestruturas necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no âmbito dos Termos de Compromisso firmados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Mandatária da União, com o Município do Rio de Janeiro, com vistas à execução das obras do Centro Olímpico de Deodoro, no Rio de Janeiro, especificamente no que concerne às instalações da Área Norte e Área Sul e, particularmente, da necessidade de elaboração dos projetos visando a "adaptação dos equipamentos olímpicos do Complexo Esportivo de Deodoro para o legado da Cidade do Rio de Janeiro".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.144, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizadas em 06/12/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizadas em 06/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.111359/2017-48
Proponente: Instituto Internacional Correr Bem - Instituto IBC
Título: Circuito Todo Mundo Vai - 6 Edição
Registro: 02RJ068422010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.705.522/0001-42
Cidade: Méier Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.616.009,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 46651-4
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58000.011071/2016-93
Proponente: Confederação Brasileira de Esportes Radicais
Título: Sk8 Zone
Valor autorizado para captação: R$ 965.419,28
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6811 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8677-0
Período de Captação até: 10/12/2018
2 - Processo: 58701.003009/2015-40
Proponente: Associação dos Veteranos de Basquete do Estado de São Paulo
Título: GIBI - Escolas Municipais (SP) - Fase 3
Valor autorizado para captação: R$ 1.145.794,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0358 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 108406-2
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 23, do Anexo I, aprovado pelo Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, e art. 130 da Portaria Ibama nº 14, de 29 de junho de 2017, com fulcro no Processo SEI nº 02001.010958/2009-71, resolve:

Art. 1º - O art. 7º, §1º, da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 14 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º.....

§ 1º - Revogado.

§ 2º - Para os empreendimentos cujo licenciamento se realize por trechos, o VR poderá ser informado com base nos investimentos que causam impactos ambientais relativo ao trecho em análise.

....."

Art. 2º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 816, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca. (Processo 02001.004949/2005-17)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto Nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria Nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1°. Aprovar o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, localizada no estado do Amapá, constante do Processo N°. 02001.004949/2005-17.

Art. 2°. Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, impresso e em meio digital, na sede da Unidade de Conservação e no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na internet.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 443, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça e Cidadania; da Saúde; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 1.334.563.531,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "a", item "1", III, alíneas "c", itens "1" e "2", "d", item "1", e "f", item "1", e V, e § 4º, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça e Cidadania; da Saúde; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 1.334.563.531,00 (um bilhão, trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							4.451.783
		Atividades							
21 127	2029 210X	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais							4.451.783
21 127	2029 210X 0001	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Nacional							4.451.783
			F	4	2	40	0	100	4.451.783
TOTAL - FISCAL									4.451.783
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.451.783

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2077	Agropecuária Sustentável							30.000.000
		Atividades							
20 608	2077 20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário							30.000.000
20 608	2077 20ZV 0001	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional							30.000.000
			F	4	2	40	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

111		Atividades							
14 423	2065 2384	Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania							500.000
14 423	2065 2384 0001	Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania - Nacional							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							8.238.800
		Atividades							
10 303	2015 2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos							8.238.800
10 303	2015 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							8.238.800
			S	3	2	90	6	151	8.238.800
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.238.800
TOTAL - GERAL									8.238.800

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	Saneamento Básico							32.650.000
		Projetos							
10 512	2068 10GD	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)							3.650.000
10 512	2068 10GD 0001	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							3.650.000
			S	4	3	40	0	100	3.650.000
10 512	2068 10GE	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)							29.000.000
10 512	2068 10GE 0001	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - Nacional							29.000.000
			S	4	3	40	0	100	29.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									32.650.000
TOTAL - GERAL									32.650.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							987.500.000
		Atividades							
10 126	2015 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							2.500.000
10 126	2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							2.500.000
			S	4	2	90	6	151	2.500.000
10 303	2015 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							165.000.000
10 303	2015 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							165.000.000
			S	3	2	90	6	100	130.000.000
			S	3	2	90	6	151	35.000.000
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde							150.000.000
10 122	2015 4525 7282	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Média e Alta Complexidade - Nacional							150.000.000
			S	3	2	31	6	151	39.917.000
			S	3	2	31	6	188	8.500.000
			S	3	2	41	6	100	71.583.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	2	90	6	151	30.000.000
10 302	2015 8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade							670.000.000
10 302	2015 8585 0001	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Nacional							670.000.000
			S	3	1	31	6	151	8.238.800
			S	3	1	31	6	153	210.681.200
			S	3	1	41	6	153	451.080.000
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							216.400.000
		Atividades							
10 423	2065 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							216.400.000
10 423	2065 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional							216.400.000
			S	3	2	50	6	151	216.400.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.203.900.000
TOTAL - GERAL									1.203.900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							16.133.224
		Atividades							
26 784	2086 20LN	Manutenção e Operação de Terminais Hidroviários							14.723.626
26 784	2086 20LN 0010	Manutenção e Operação de Terminais Hidroviários - Na Região Norte							14.723.626
			F	3	2	90	0	100	14.723.626
26 784	2086 20LO	Manutenção e Operação de Eclusas							1.409.598
26 784	2086 20LO 0001	Manutenção e Operação de Eclusas - Nacional							1.409.598
			F	3	2	90	0	100	1.409.598
	2087	Transporte Terrestre							3.900.000
		Projetos							
26 783	2087 7V06	Adequação de Linha Férrea em Rolândia - na EF-369/PR							1.500.000
26 783	2087 7V06 4321	Adequação de Linha Férrea em Rolândia - na EF-369/PR - No Município de Rolândia - PR							1.500.000
			F	4	3	90	0	100	1.500.000
26 783	2087 7W69	Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - Avaré - SP							900.000
26 783	2087 7W69 3417	Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - Avaré - SP - No Município de Avaré - SP							900.000
			F	4	3	90	0	100	900.000
26 783	2087 7X30	Adequação de Ramal Ferroviário no Perímetro Urbano para Eliminação de Pontos Críticos em Botucatu - SP							1.500.000
26 783	2087 7X30 3451	Adequação de Ramal Ferroviário no Perímetro Urbano para Eliminação de Pontos Críticos em Botucatu - SP - No Município de Botucatu - SP							1.500.000
			F	4	3	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									20.033.224
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.033.224

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							297.659
		Atividades							
26 122	2126 210F	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil							297.659
26 122	2126 210F 0001	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil - Nacional							297.659
			F	4	2	90	0	186	297.659
TOTAL - FISCAL									297.659
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									297.659

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							8.853.412
		Atividades							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							8.853.412

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	8.853.412 8.853.412
TOTAL - FISCAL									8.853.412
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.853.412

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							25.638.653
		Atividades							
06 182	2040 8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres							25.638.653
06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional							25.638.653
			F	4	2	40	0	100	25.638.653
TOTAL - FISCAL									25.638.653
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.638.653

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							4.218.083
		Atividades							
21 606	2012 210O	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar							3.668.100
21 606	2012 210O 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar - Nacional							3.668.100
			F	3	2	90	0	100	3.668.100
21 606	2012 210W	Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais							549.983
21 606	2012 210W 0001	Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais - Nacional							549.983
			F	3	2	90	0	100	549.983
	2034	Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo							233.700
		Atividades							
21 606	2034 210Y	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais							233.700
21 606	2034 210Y 0001	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais - Nacional							233.700
			F	3	2	90	0	100	233.700
TOTAL - FISCAL									4.451.783
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.451.783

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2028	Defesa Agropecuária							8.789.000
		Atividades							
20 609	2028 214W	Implementação da Defesa Agropecuária							8.789.000
20 609	2028 214W 0001	Implementação da Defesa Agropecuária - Nacional							8.789.000
			F	3	2	90	0	100	3.200.000
			F	4	2	90	0	100	5.589.000
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							11.211.000
		Atividades							
20 122	2105 2000	Administração da Unidade							11.211.000
20 122	2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							11.211.000
			F	4	2	90	0	100	11.211.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2042	Pesquisa e Inovações para a Agropecuária							10.000.000
		Atividades							
20 572	2042 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária							7.433.212
20 572	2042 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional							7.433.212
			F	3	2	90	0	100	5.848.010
			F	4	2	90	0	100	1.585.202
20 573	2042 8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária							2.566.788
20 573	2042 8924 0001	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Nacional							2.566.788
			F	3	2	90	0	100	2.566.788
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							500.000
		Atividades							
14 423	2065 2384	Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania							500.000
14 423	2065 2384 0001	Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							3.000.000
		Atividades							
10 128	2115 6149	Residência de Profissionais de Saúde - SUS							3.000.000
10 128	2115 6149 0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS - Nacional							3.000.000
			S	3	2	90	6	151	3.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2068	Saneamento Básico							32.650.000
		Projetos							
10 511	2068 7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)							32.650.000
10 511	2068 7656 0001	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - Nacional							32.650.000
			S	4	2	40	6	100	32.650.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									32.650.000
TOTAL - GERAL									32.650.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							48.000.000
		Operações Especiais							
10 303	0909 09LP	Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS							48.000.000
10 303	0909 09LP 0001	Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS - Nacional							48.000.000
			S	5	2	90	0	151	48.000.000
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							1.011.638.800
		Atividades							
10 303	2015 20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde							130.000.000
10 303	2015 20AE 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - Nacional							121.300.000
			S	3	1	90	6	153	121.300.000
10 303	2015 20AE 0011	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Rondônia							404.000
			S	3	1	90	6	153	404.000
10 303	2015 20AE 0012	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Acre							109.900
			S	3	1	31	6	153	109.900
10 303	2015 20AE 0013	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Amazonas							750.900
			S	3	1	41	6	153	750.900
10 303	2015 20AE 0014	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Roraima							145.000
			S	3	1	90	6	153	145.000
10 303	2015 20AE 0016	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Amapá							344.000
			S	3	1	41	6	153	344.000
10 303	2015 20AE 0017	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Tocantins							210.000
			S	3	1	90	6	153	210.000
10 303	2015 20AE 0024	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte							420.000
			S	3	1	90	6	153	420.000
10 303	2015 20AE 0026	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Pernambuco							255.000
			S	3	1	41	6	153	255.000
10 303	2015 20AE 0027	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Alagoas							65.150
			S	3	1	90	6	153	65.150
10 303	2015 20AE 0028	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Sergipe							311.000
			S	3	1	90	6	153	311.000
10 303	2015 20AE 0031	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Minas Gerais							182.000
			S	3	1	90	6	153	182.000
10 303	2015 20AE 0032	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado do Espírito Santo							107.050
			S	3	1	41	6	153	107.050
10 303	2015 20AE 0035	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de São Paulo							2.521.000
			S	3	1	90	6	153	2.521.000
10 303	2015 20AE 0042	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Santa Catarina							669.800
			S	3	1	90	6	153	669.800
10 303	2015 20AE 0051	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Mato Grosso							666.200
			S	3	1	90	6	153	666.200
10 303	2015 20AE 0052	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Goiás							1.028.000
			S	3	1	90	6	153	1.028.000
10 303	2015 20AE 0053	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Distrito Federal							178.000
			S	3	1	31	6	153	178.000
10 303	2015 20AE 0054	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul							333.000
			S	3	1	41	6	153	333.000
10 302	2015 20R4	Apoio à Implementação da Rede Cegonha							9.187.000
10 302	2015 20R4 0001	Apoio à Implementação da Rede Cegonha - Nacional							9.187.000
			S	3	2	90	6	151	9.187.000
10 302	2015 20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes							7.000.000
10 302	2015 20SP 0001	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes - Nacional							7.000.000
			S	3	2	90	6	151	7.000.000
10 305	2015 20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde							59.225.000
10 305	2015 20YJ 0001	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional							59.225.000
			S	3	2	80	6	151	12.300.000
			S	3	2	90	6	151	46.925.000
10 126	2015 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)							83.000.000
10 126	2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude) - Nacional							83.000.000
			S	3	2	90	6	151	83.000.000
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							3.600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional								3.600.000
			S	3	2	90	0	151		3.600.000
10 122	2015 216O	Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação fisica de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006)								415.000
10 122	2015 216O 0001	Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação fisica de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006) - Nacional								415.000
			S	3	2	90	6	151		415.000
10 301	2015 2E79	Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)								22.400.000
10 301	2015 2E79 0001	Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB) - Nacional								22.400.000
			S	3	1	31	6	153		22.400.000
10 303	2015 4295	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas								2.000.000
10 303	2015 4295 0001	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas - Nacional								2.000.000
			S	3	2	90	6	151		2.000.000
10 303	2015 4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico								43.680.000
10 303	2015 4368 0001	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico - Nacional								43.680.000
			S	3	1	90	6	153		43.680.000
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde								51.600.000
10 122	2015 4525 0012	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Acre								4.700.000
			S	3	2	30	6	100		4.700.000
10 122	2015 4525 0015	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Pará								8.000.000
			S	3	2	31	6	151		8.000.000
10 122	2015 4525 0021	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Maranhão								2.100.000
			S	3	2	40	6	100		2.100.000
10 122	2015 4525 0022	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Piauí								2.500.000
			S	3	2	31	6	151		2.500.000
10 122	2015 4525 0023	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Ceará								6.000.000
			S	3	2	30	6	100		6.000.000
10 122	2015 4525 0024	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte								2.700.000
			S	3	2	30	6	151		2.700.000
10 122	2015 4525 0028	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Sergipe								4.000.000
			S	3	2	30	6	151		4.000.000
10 122	2015 4525 0054	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Mato Grosso do Sul								2.200.000
			S	3	2	31	6	100		2.200.000
10 122	2015 4525 0981	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Teresina - PI								3.400.000
			S	3	2	31	6	100		3.400.000
10 122	2015 4525 4201	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Londrina - PR								2.300.000
			S	3	2	40	6	100		2.300.000
10 122	2015 4525 7258	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Região Metropolitana de Manaus - No Estado do Amazonas								8.500.000
			S	3	2	30	6	188		8.500.000
10 122	2015 4525 7260	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Centro de Oncologia de Patos - No Estado da Paraíba								3.700.000
			S	3	2	30	6	100		3.700.000
10 122	2015 4525 7278	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Em Hospitais Federais - No Estado do Rio de Janeiro								1.500.000
			S	3	2	90	6	151		1.500.000
10 303	2015 4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica								218.238.800
10 303	2015 4705 0001	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - Nacional								218.238.800
			S	3	1	90	6	151		8.238.800
			S	3	1	90	6	153		210.000.000
10 302	2015 6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais								12.100.000
10 302	2015 6148 0001	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais - Nacional								12.100.000
			S	3	2	90	6	100		12.100.000
10 422	2015 6182	Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde								3.900.000
10 422	2015 6182 0001	Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde - Nacional								3.900.000
			S	3	2	90	6	151		3.900.000
10 122	2015 8287	Qualificação da Integração das Ações e Serviços de Saúde dos Entes Federativos								14.911.800
10 122	2015 8287 0001	Qualificação da Integração das Ações e Serviços de Saúde dos Entes Federativos - Nacional								14.911.800
			S	3	2	90	6	151		14.911.800
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde								48.800.000
10 302	2015 8535 0022	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Piauí								6.000.000
			S	4	2	31	6	100		6.000.000
10 302	2015 8535 0116	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Porto Velho - RO								700.000
			S	4	2	30	6	100		700.000
10 302	2015 8535 1304	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de São Gonçalo do Amarante - RN								635.000
			S	4	2	41	6	100		635.000
10 302	2015 8535 2408	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Belo Horizonte - MG								1.050.000
			S	4	2	40	6	100		1.050.000
10 302	2015 8535 3341	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ								3.850.000
			S	4	2	90	6	100		3.850.000
10 302	2015 8535 3928	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de São Paulo - SP								565.000
			S	4	2	40	6	151		565.000
10 302	2015 8535 5404	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Tangará da Serra - MT								1.440.000
			S	4	2	40	6	100		1.440.000
10 302	2015 8535 5541	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Itumbiara - GO								2.340.000
			S	4	2	40	6	100		2.340.000
10 302	2015 8535 7248	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital de Câncer (Fundação Pio XII) - Barretos - SP								350.000
			S	4	2	50	6	151		350.000

10 302	2015 8535 7494	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital do Sertão Central - Serra Talhada - PE							1.225.000
			S	4	2	30	6	151	1.225.000
10 302	2015 8535 7884	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará							2.100.000
			S	4	2	30	6	151	2.100.000
10 302	2015 8535 8010	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Reforma, Equipamentos, Material Permanente e Serviços - No Estado do Mato Grosso do Sul							535.000
			S	4	2	30	6	100	535.000
10 302	2015 8535 8026	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital de Câncer (Fundação Pio XII) - Porto Velho - RO							955.000
			S	4	2	50	6	151	955.000
10 302	2015 8535 8684	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Materno Infantil de Cachoeiro de Itapemirim - Cachoeiro de Itapemirim - ES							635.000
			S	4	2	50	6	100	635.000
10 302	2015 8535 8718	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Material Permanente, Equipamentos e sua Instalação - Hospitais Universitários Estaduais - No Estado de São Paulo							1.400.000
			S	4	2	30	6	151	1.400.000
10 302	2015 8535 8884	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Construção do Hospital da Mulher - Coari - AM							1.470.000
			S	4	2	40	6	100	1.470.000
10 302	2015 8535 8886	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aparelhamento das Unidades Estaduais de Saúde - No Estado da Paraíba							867.000
			S	4	2	30	6	151	867.000
10 302	2015 8535 8888	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Geral Dr. Antônio Pedreira de A. Martins (Hospital Buenos Aires) - Teresina - PI							630.000
			S	4	2	40	6	151	630.000
10 302	2015 8535 8894	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital do Câncer - Aracaju - SE							1.250.000
			S	4	2	30	6	151	1.250.000
10 302	2015 8535 8896	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Regional - Augustinópolis - TO							840.000
			S	4	2	30	6	151	840.000
10 302	2015 8535 8900	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital do Idoso - Recife - PE							875.000
			S	4	2	40	6	151	875.000
10 302	2015 8535 8906	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Municipal de Parelheiros - São Paulo - SP							1.030.000
			S	4	2	40	6	151	1.030.000
10 302	2015 8535 8908	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital da Criança - Araguaína - TO							1.050.000
			S	4	2	40	6	151	1.050.000
10 302	2015 8535 8914	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - Porto Alegre - RS.							1.075.000
			S	4	2	50	6	151	1.075.000
10 302	2015 8535 8916	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul (União Brasileira de Educação e Assistência) - Porto Alegre - RS							465.000
			S	4	2	50	6	151	465.000
10 302	2015 8535 8918	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aparelhamento de Unidades de Saúde - No Estado do Paraná							1.300.000
			S	4	2	30	6	151	1.300.000
10 302	2015 8535 8920	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Público Regional Norte - Palmeira das Missões - RS							380.000
			S	4	2	30	6	151	380.000
10 302	2015 8535 8922	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Reformas, Material Permanente, Equipamentos e sua Instalação - No Estado de Santa Catarina							1.560.000
			S	4	2	30	6	100	1.560.000
10 302	2015 8535 8924	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Implantação do Centro de Telemedicina - No Estado do Paraná							553.000
			S	4	2	30	6	100	553.000
10 302	2015 8535 8926	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aparelhamento do Hospital Amaral Carvalho (Fundação Doutor Amaral Carvalho) - Jaú - SP							350.000
			S	4	2	50	6	151	350.000
10 302	2015 8535 8932	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aquisição de equipamentos - No Distrito Federal							1.040.000
			S	4	2	30	6	100	1.040.000
10 302	2015 8535 8934	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Complexo Hospitalar Materno Infantil - Teresina - PI							635.000
			S	4	2	30	6	151	635.000
10 302	2015 8535 8936	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Aparelhamento de Unidades de Saúde - No Estado de Pernambuco							785.000
			S	4	2	30	6	100	785.000
10 302	2015 8535 8944	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Regional de Oncologia - Palmares - PE							1.100.000
			S	4	2	30	6	100	1.100.000
10 302	2015 8535 8946	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Reforma do Hospital Metropolitano - Santa Rita - PB							315.000
			S	3	2	40	6	151	315.000
10 302	2015 8535 8948	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Infantil - Vitória - ES							2.990.000
			S	4	2	30	6	100	2.990.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 302	2015 8535 8950	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Regional de Dourados - Dourados - MS							900.000
			S	4	2	30	6	100	900.000
10 302	2015 8535 8954	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Unidades Estaduais de Saúde na Região Metropolitana de São Paulo - No Estado de São Paulo							3.560.000
			S	4	2	30	6	151	3.560.000
10 301	2015 8577	Piso de Atenção Básica Fixo							255.681.200
10 301	2015 8577 0001	Piso de Atenção Básica Fixo - Nacional							55.681.200
			S	3	1	41	6	153	55.681.200
10 301	2015 8577 0015	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Pará							16.000.000
			S	3	1	41	6	153	16.000.000
10 301	2015 8577 0021	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Maranhão							14.000.000
			S	3	1	41	6	153	14.000.000
10 301	2015 8577 0023	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Ceará							18.000.000
			S	3	1	41	6	153	18.000.000
10 301	2015 8577 0026	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado de Pernambuco							18.000.000
			S	3	1	41	6	153	18.000.000
10 301	2015 8577 0029	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado da Bahia							30.000.000
			S	3	1	41	6	153	30.000.000
10 301	2015 8577 0031	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado de Minas Gerais							40.000.000
			S	3	1	41	6	153	40.000.000
10 301	2015 8577 0033	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Rio de Janeiro							30.000.000
			S	3	1	41	6	153	30.000.000
10 301	2015 8577 0041	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado do Paraná							21.000.000
			S	3	1	41	6	153	21.000.000
10 301	2015 8577 0042	Piso de Atenção Básica Fixo - No Estado de Santa Catarina							13.000.000
			S	3	1	41	6	153	13.000.000
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde							7.500.000
10 301	2015 8581 0211	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Manaus - AM							3.000.000
			S	4	2	40	6	100	3.000.000
10 301	2015 8581 1388	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Cajazeiras - PB							250.000
			S	4	2	40	6	100	250.000
10 301	2015 8581 7326	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Material Permanente e Equipamentos e sua Instalação - No Estado de Minas Gerais							1.600.000
			S	4	2	30	6	100	1.600.000
10 301	2015 8581 7332	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - Reforma e Aparelhamento de Unidades de Saúde - No Estado do Piauí							2.650.000
			S	4	2	30	6	100	2.650.000
10 121	2015 8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS							2.500.000
10 121	2015 8648 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional							2.500.000
			S	3	2	90	6	151	2.500.000
10 302	2015 8739	Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH							500.000
10 302	2015 8739 0001	Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH - Nacional							500.000
			S	3	2	90	6	151	500.000
10 302	2015 8761	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192							35.400.000
10 302	2015 8761 0011	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Rondônia							1.020.000
			S	3	2	31	6	151	1.020.000
10 302	2015 8761 0015	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Pará							1.900.000
			S	3	2	31	6	151	1.900.000
10 302	2015 8761 0016	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Amapá							1.200.000
			S	3	2	31	6	151	1.200.000
10 302	2015 8761 0017	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Tocantins							200.000
			S	3	2	31	6	151	200.000
10 302	2015 8761 0022	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Piauí							3.020.000
			S	3	2	31	6	151	3.020.000
10 302	2015 8761 0023	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Ceará							3.580.000
			S	3	2	31	6	151	3.580.000
10 302	2015 8761 0027	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Alagoas							500.000
			S	3	2	31	6	151	500.000
10 302	2015 8761 0028	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Sergipe							1.600.000
			S	3	2	31	6	151	1.600.000
10 302	2015 8761 0029	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado da Bahia							12.250.000
			S	3	2	31	6	151	11.730.000
			S	3	2	41	6	151	520.000
10 302	2015 8761 0031	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Minas Gerais							4.200.000
			S	3	2	31	6	151	4.200.000
10 302	2015 8761 0032	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Espírito Santo							80.000
			S	3	2	31	6	151	80.000
10 302	2015 8761 0035	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de São Paulo							380.000
			S	3	2	31	6	151	380.000
10 302	2015 8761 0041	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Paraná							1.350.000

			S	3	2	31	6	151	1.350.000
10 302	2015 8761 0043	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Rio Grande do Sul							1.800.000
			S	3	2	31	6	151	1.800.000
10 302	2015 8761 0054	Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Mato Grosso do Sul							2.320.000
			S	3	2	31	6	151	2.320.000
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							2.500.000
		Atividades							
10 423	2065 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							2.500.000
10 423	2065 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional							2.500.000
			S	4	2	90	6	151	2.500.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							17.000.000
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							15.000.000
10 122	2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							15.000.000
			S	3	2	90	6	151	8.600.000
			S	4	2	90	6	151	6.400.000
10 128	2115 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							2.000.000
10 128	2115 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							2.000.000
			S	3	2	90	6	151	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.079.138.800
TOTAL - GERAL									1.079.138.800

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							16.133.224
		Projetos							
26 784	2086 110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai							6.994.080
26 784	2086 110S 0001	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai - Nacional							6.994.080
			F	4	3	90	0	100	6.994.080
26 784	2086 123M	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins							1.575.720
26 784	2086 123M 0001	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - Nacional							1.575.720
			F	4	3	90	0	100	1.575.720
26 784	2086 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							2.269.564
26 784	2086 127G 0251	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Abaetetuba - PA							163.108
			F	4	3	90	0	100	163.108
26 784	2086 127G 0269	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Belém - PA							413.100
			F	4	3	90	0	100	413.100
26 784	2086 127G 0282	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Cametá - PA							403.650
			F	4	3	90	0	100	403.650
26 784	2086 127G 0312	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Juruti - PA							169.775
			F	4	3	90	0	100	169.775
26 784	2086 127G 0333	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Oriximiná - PA							9.691
			F	4	3	90	0	100	9.691
26 784	2086 127G 0391	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Viseu - PA							1.110.240
			F	4	3	90	0	100	1.110.240
26 784	2086 12HY	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós							1.660.200
26 784	2086 12HY 0015	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós - No Estado do Pará							1.660.200
			F	4	3	90	0	100	1.660.200
26 784	2086 13LJ	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas							120.690
26 784	2086 13LJ 0010	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas - Na Região Norte							120.690
			F	4	3	90	0	100	120.690
26 784	2086 7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul							3.512.970
26 784	2086 7M52 0043	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul - No Estado do Rio Grande do Sul							3.512.970
			F	4	3	90	0	100	3.512.970
	2087	Transporte Terrestre							3.900.000
		Projetos							
26 783	2087 1K25	Construção da Variante Ferroviária em Camaçari - na EF-431/BA							3.900.000
26 783	2087 1K25 1996	Construção da Variante Ferroviária em Camaçari - na EF-431/BA - No Município de Camaçari - BA							3.900.000
			F	4	3	90	0	100	3.900.000
TOTAL - FISCAL									20.033.224
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.033.224

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							297.659
		Atividades							
26 122	2126 210F	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil							297.659
26 122	2126 210F 0001	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil - Nacional							297.659
			F	3	2	90	0	186	297.659
TOTAL - FISCAL									297.659
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									297.659

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							8.853.412
		Atividades							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							8.853.412
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							8.853.412
			F	4	2	90	0	100	8.853.412
TOTAL - FISCAL									8.853.412
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.853.412

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							11.638.653
		Atividades							
06 182	2040 22BO	Ações de Defesa Civil							11.638.653
06 182	2040 22BO 0001	Ações de Defesa Civil - Nacional							11.638.653
			F	4	2	40	0	100	11.638.653
TOTAL - FISCAL									11.638.653
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.638.653

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais							144.000.000
		Atividades							
08 244	2019 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							144.000.000
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							57.508.501
			S	3	1	90	0	100	57.508.501
08 244	2019 8442 0030	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sudeste							49.602.499
			S	3	1	90	0	100	49.602.499
08 244	2019 8442 0040	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Sul							20.602.000
			S	3	1	90	0	100	20.602.000
08 244	2019 8442 0050	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Centro-Oeste							16.287.000
			S	3	1	90	0	100	16.287.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									144.000.000
TOTAL - GERAL									144.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 444, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	12.600.000	12.600.000
52000	Ministério da Defesa	0	0	0	7.000.000	7.000.000
	TOTAL	0	0	0	19.600.000	19.600.000

PORTARIA Nº 445, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar o valor constante do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
REDUÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
47000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	0	0	0	600.000	600.000
	TOTAL	0	0	0	600.000	600.000

ANEXO II
(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
ACRÉSCIMO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
71000	Encargos Financeiros da União	0	0	0	600.000	600.000
	TOTAL	0	0	0	600.000	600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 446, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 23.879.161,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor dos Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 23.879.161,00 (vinte e três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							7.192.728
		Atividades							
26 121	2126 20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)							2.500.000
26 121	2126 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional							2.500.000
			F	3	3	90	0	100	2.500.000
26 122	2126 8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC							4.692.728
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							4.692.728
			F	3	3	90	0	100	4.692.728
TOTAL - FISCAL									7.192.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.192.728

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							5.500.000
		Atividades							
26 122	2126 8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC							5.500.000
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							5.500.000
			F	4	3	90	0	250	1.500.000
			F	4	3	90	0	650	4.000.000
TOTAL - FISCAL									5.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2086		Transporte Aquaviário							5.571.055
		Projetos							
26 784	2086 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							5.571.055
26 784	2086 127G 0174	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Alvarães - AM							1.990.000
			F	4	3	90	0	100	1.990.000
26 784	2086 127G 0177	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Anori - AM							841.055
			F	4	3	90	0	100	841.055
26 784	2086 127G 0196	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Envira - AM							1.014.147
			F	4	3	90	0	100	1.014.147

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26 784	2086 127G 0228	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Silves - AM							1.725.853
			F	4	3	90	0	100	1.725.853
TOTAL - FISCAL									5.571.055
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.571.055

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2084	Recursos Hídricos							5.615.378
		Projetos							
18 544	2084 5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)							5.615.378
18 544	2084 5900 0020	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste							5.615.378
			F	4	3	90	0	100	5.615.378
TOTAL - FISCAL									5.615.378
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.615.378

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							4.692.728
		Projetos							
26 783	2087 11ZE	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334							4.692.728
26 783	2087 11ZE 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334 - No Estado da Bahia							4.692.728
			F	4	3	90	0	100	4.692.728
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							2.500.000
		Atividades							
26 121	2126 20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)							2.500.000
26 121	2126 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional							2.500.000
			F	4	3	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									7.192.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.192.728

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							5.500.000
		Atividades							
26 122	2126 8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC							5.500.000
26 122	2126 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional							5.500.000
			F	3	3	90	0	250	1.500.000
			F	3	3	90	0	650	4.000.000
TOTAL - FISCAL									5.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							5.571.055
		Projetos							
26 784	2086 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							3.591.027
26 784	2086 127G 0269	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Belém - PA							441.460
			F	4	3	90	0	100	441.460
26 784	2086 127G 0282	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Cametá - PA							224.465
			F	4	3	90	0	100	224.465
26 784	2086 127G 0312	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Juruti - PA							1.189.277
			F	4	3	90	0	100	1.189.277
26 784	2086 127G 0333	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Oriximiná - PA							9.972
			F	4	3	90	0	100	9.972
26 784	2086 127G 0391	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Viseu - PA							1.725.853
			F	4	3	90	0	100	1.725.853
26 784	2086 7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul							1.980.028
26 784	2086 7M52 0043	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul - No Estado do Rio Grande do Sul							1.980.028
			F	4	3	90	0	100	1.980.028
TOTAL - FISCAL									5.571.055
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.571.055

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2084	Recursos Hídricos							5.615.378
		Projetos							
18 544	2084 12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco							5.615.378
18 544	2084 12G6 0020	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco - Na Região Nordeste							5.615.378
			F	4	3	90	0	100	5.615.378
TOTAL - FISCAL									5.615.378
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.615.378

PORTARIA Nº 447, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridae Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa, e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 129.030.609,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos III, alínea "f", item "1", e IV, alínea "a", e § 4º, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa, e do Desenvolvimento Social e Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 129.030.609,00 (cento e vinte e nove milhões, trinta mil, seiscentos e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							3.500.000
		Atividades							
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							3.500.000
10 302	2015 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional							3.500.000
			S	3	2	90	6	151	3.500.000
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							19.000.000
		Atividades							
10 423	2065 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							19.000.000
10 423	2065 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional							19.000.000
			S	3	2	50	6	151	19.000.000
TOTAL - FISCAL									0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE	22.500.000
TOTAL - GERAL	22.500.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							84.246.027
		Atividades							
05 153	2058 4450	Aprestamento do Exército							36.380.514
05 153	2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional							36.380.514
			F	4	2	90	0	100	18.756.692
			F	4	2	90	0	188	17.623.822
		Projetos							
05 153	2058 14T4	Implantação do Projeto Guarani							6.377.705
05 153	2058 14T4 0001	Implantação do Projeto Guarani - Nacional							6.377.705
			F	4	3	90	0	100	6.377.705
05 153	2058 156N	Obtenção de Meios do Exército							41.487.808
05 153	2058 156N 0001	Obtenção de Meios do Exército - Nacional							41.487.808
			F	4	2	90	0	100	41.487.808
TOTAL - FISCAL									84.246.027
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									84.246.027

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							18.593.028
		Atividades							
08 243	2037 217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz							18.593.028
08 243	2037 217M 0001	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz - Nacional							18.593.028
			S	3	2	41	0	100	13.780.579
			S	3	2	41	0	150	1.955.073
			S	3	2	41	0	151	2.857.376
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.593.028
TOTAL - GERAL									18.593.028

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							3.691.554
		Atividades							
08 244	2037 2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica							695.777
08 244	2037 2B30 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Nacional							695.777
			S	4	2	90	0	151	695.777
08 244	2037 2B31	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial							2.995.777
08 244	2037 2B31 0001	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Nacional							2.995.777
			S	4	2	90	0	151	2.995.777
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.691.554
TOTAL - GERAL									3.691.554

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	PRP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							22.500.000
		Atividades							
10 303	2015 20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS							19.000.000
10 303	2015 20AH 0001	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS - Nacional							19.000.000
			S	3	2	40	6	151	6.000.000
			S	4	2	40	6	151	13.000.000
10 302	2015 20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes							3.500.000
10 302	2015 20SP 0001	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes - Nacional							3.500.000
			S	4	2	91	6	151	3.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.500.000
TOTAL - GERAL									22.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							6.377.705
		Operações Especiais							
05 722	2058 00P7	Transferência para o Desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações - SGDC							6.377.705
05 722	2058 00P7 0001	Transferência para o Desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações - SGDC - Nacional							6.377.705
			F	5	3	90	0	100	6.377.705
TOTAL - FISCAL									6.377.705
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.377.705

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							77.868.322
		Atividades							
05 153	2058 20XK	Logística Militar Terrestre							17.623.822
05 153	2058 20XK 0001	Logística Militar Terrestre - Nacional							17.623.822
			F	3	2	90	0	188	17.623.822
05 364	2058 2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia							5.059.464
05 364	2058 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional							5.059.464
			F	4	2	90	0	100	5.059.464
		Projetos							
05 153	2058 13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea							18.246.992
05 153	2058 13DB 0001	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - Nacional							18.246.992
			F	3	2	90	0	100	2.607.762
			F	4	2	90	0	100	15.639.230
05 153	2058 3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército							36.938.044
05 153	2058 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional							36.938.044
			F	4	2	90	0	100	36.938.044
TOTAL - FISCAL									77.868.322
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.868.322

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							13.729.762
		Atividades							
08 244	2012 20GD	Inclusão Produtiva Rural							13.729.762
08 244	2012 20GD 0001	Inclusão Produtiva Rural - Nacional							13.729.762
			S	3	2	90	0	100	13.729.762
	2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais							89.399
		Atividades							
08 126	2019 6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único							89.399
08 126	2019 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional							89.399
			S	3	2	90	0	151	9.348
			S	4	2	90	0	151	80.051
	2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							2.170.879
		Atividades							
08 122	2037 8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social							298.161
08 122	2037 8249 0001	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - Nacional							298.161
			S	3	2	90	0	151	298.161
08 244	2037 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS							1.872.718
08 244	2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional							1.872.718
			S	3	2	90	0	151	1.814.363
			S	4	2	90	0	151	58.355
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							5.646.627
		Atividades							
08 306	2069 2798	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional							5.646.627
08 306	2069 2798 0001	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional							5.646.627
			S	3	2	30	0	150	1.955.073
			S	3	2	30	0	151	2.749.204
			S	4	2	90	0	151	942.350
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário							647.915
		Atividades							
08 122	2122 2000	Administração da Unidade							603.761
08 122	2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							603.761
			S	3	2	90	0	100	50.817
			S	3	2	90	0	151	443.582
			S	4	2	90	0	151	109.362
08 212	2122 20IY	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome							44.154
08 212	2122 20IY 0001	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Nacional							44.154
			S	3	2	90	0	151	44.154
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									22.284.582
TOTAL - GERAL									22.284.582

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 52, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a necessidade de possibilitar a abertura de crédito suplementar, cujas programações a serem canceladas têm fonte de recursos incompatível com o objeto da suplementação pretendida, em face das vinculações legais vigentes; a possibilidade de alocação da fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, para financiar despesas com Benefícios Previdenciários Urbanos; e a consequente disponibilização da fonte 00 - Recursos Ordinários, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, a Encargos Financeiros da União e a Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							15.000.000.000
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							15.000.000.000
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional							15.000.000.000
			S	3	1	90	0	144	15.000.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							700.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)							700.000.000
28 846	0909 000K 0001	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011) - Nacional							700.000.000
			F	3	1	90	0	100	700.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							11.000.000
		Operações Especiais							
22 693	0902 009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)							11.000.000
22 693	0902 009J 0001	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) - Nacional							11.000.000
			F	3	1	90	0	100	11.000.000
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							3.180.000.000
		Operações Especiais							
20 605	2012 00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)							140.000.000
20 605	2012 00GW 0001	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							140.000.000
			F	3	1	90	0	100	140.000.000
20 605	2012 00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)							200.000.000
20 605	2012 00GZ 0001	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							200.000.000
			F	3	1	90	0	100	200.000.000
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							2.840.000.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							2.840.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.840.000.000
	2022	Combustíveis							51.300.000
		Operações Especiais							
25 754	2022 00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)							51.300.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 754	2022 00EI 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012) - Nacional	F	3	1	90	0	100	51.300.000
									51.300.000
	2024	Comércio Exterior							500.000.000
		Operações Especiais							
23 693	2024 0267	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)							500.000.000
23 693	2024 0267 0001	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000.000
									500.000.000
	2063	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência							11.000.000
		Operações Especiais							
08 242	2063 0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência - Programa Viver Sem Limites (Lei n° 12.613, de 2012)							11.000.000
08 242	2063 0E85 0001	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência - Programa Viver Sem Limites (Lei n° 12.613, de 2012) - Nacional	F	3	1	90	0	100	11.000.000
									11.000.000
	2077	Agropecuária Sustentável							5.591.700.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 00PL	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008)							6.700.000
20 605	2077 00PL 0001	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008) - Nacional	F	3	1	90	0	100	6.700.000
									6.700.000
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							3.370.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	3.370.000.000
									3.370.000.000
20 605	2077 0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)							155.000.000
20 605	2077 0298 0001	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	155.000.000
									155.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							1.900.000.000
20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.900.000.000
									1.900.000.000
20 605	2077 0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA (Lei nº 9.866, de 1999)							160.000.000
20 605	2077 0611 0001	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA (Lei nº 9.866, de 1999) - Nacional	F	3	1	90	0	100	160.000.000
									160.000.000
TOTAL - FISCAL									9.345.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.345.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2061	Previdência Social							15.000.000.000
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos							15.000.000.000
09 271	2061 0E81 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional	S	3	1	90	0	100	15.000.000.000
									15.000.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000.000.000
TOTAL - GERAL									15.000.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							700.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)							700.000.000
28 846	0909 000K 0001	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011) - Nacional	F	3	1	90	0	144	700.000.000
									700.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO II Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno							11.000.000
		Operações Especiais							
22 693	0902 009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)							11.000.000
22 693	0902 009J 0001	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) - Nacional	F	3	1	90	0	144	11.000.000
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							3.180.000.000
		Operações Especiais							
20 605	2012 00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)							140.000.000
20 605	2012 00GW 0001	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	140.000.000
20 605	2012 00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)							200.000.000
20 605	2012 00GZ 0001	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	200.000.000
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							2.840.000.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	2.840.000.000
	2022	Combustíveis							51.300.000
		Operações Especiais							
25 754	2022 00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012)							51.300.000
25 754	2022 00EI 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Álcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 12.666, de 2012) - Nacional	F	3	1	90	0	144	51.300.000
	2024	Comércio Exterior							500.000.000
		Operações Especiais							
23 693	2024 0267	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)							500.000.000
23 693	2024 0267 0001	Subvenção Econômica para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	F	3	1	90	0	144	500.000.000
	2063	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência							11.000.000
		Operações Especiais							
08 242	2063 0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência - Programa Viver Sem Limites (Lei n° 12.613, de 2012)							11.000.000
08 242	2063 0E85 0001	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência - Programa Viver Sem Limites (Lei n° 12.613, de 2012) - Nacional	F	3	1	90	0	144	11.000.000
	2077	Agropecuária Sustentável							5.591.700.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 00PL	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008)							6.700.000
20 605	2077 00PL 0001	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008) - Nacional	F	3	1	90	0	144	6.700.000
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							3.370.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	3.370.000.000
20 605	2077 0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)							155.000.000
20 605	2077 0298 0001	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	155.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							1.900.000.000
20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	F	3	1	90	0	144	1.900.000.000
20 605	2077 0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA (Lei nº 9.866, de 1999)							160.000.000
20 605	2077 0611 0001	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural - Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA (Lei nº 9.866, de 1999) - Nacional	F	3	1	90	0	144	160.000.000
TOTAL - FISCAL									9.345.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.345.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 23, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 2º, inciso III, alínea "b" da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Senhora Secretária do Patrimônio da União, publicada no DOU de 30/06/2010, e tendo em vista do disposto nos Artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro e de acordo com os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04921.000880/2017-30, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargos, que faz a sociedade empresária Torrão de Ouro Administradora de Bens e Participações Ltda., do imóvel com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), objeto da Matrícula nº 10.373, Livro nº 2, Ficha 01, do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Pedro Gomes/MS.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria será entregue ao Ministério da Defesa - Comando do Exército/9ª Região Militar, para a construção de sítio de antenas para atender o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, no município de Pedro Gomes/MS.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO SÉRGIO SOBRAL COSTA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 14 de dezembro de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0342/2017 de 11/12/2017, 0343/2017 de 11/12/2017, 0344/2017 de 12/12/2017, 0345/2017 de 12/12/2017, 0346/2017 de 13/12/2017 e 0347/2017 de 13/12/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039009797201793 Empresa: AWALI & SALEH LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: batoul kourani Data Nascimento: 01/06/1991 Passaporte: RL3070711 País: LÍBANO Mãe: issaaf kourani Pai: mustapha kourani ; Processo: 47039009923201718 Empresa: DUCATI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO SIGHINOLFI Data Nascimento: 12/09/1983 Passaporte: YA3966693 País: ITÁLIA Mãe: PAOLA DOVI Pai: GIANPIERO SIGHINOLFI ; Processo: 47039009927201798 Empresa: COLMEIA EASY SAN LTDA. - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUYANG HU Data Nascimento: 15/03/1970 Passaporte: G37138968 País: CHINA Mãe: SIDI JIANG Pai: XILONG HU ; Processo: 47039009951201727 Empresa: NIPLAN ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YILIAN LIU Data Nascimento: 29/10/1970 Passaporte: G49471629 País: CHINA Mãe: XIUHUA REN Pai: LIYU LIU; Processo: 47039009210201746 Empresa: KITE SHOP COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO DIOGO BONTEMPO GAMELAS Data Nascimento: 19/11/1981 Passaporte: N881957 País: PORTUGAL Mãe: MARIA MANUELA MAIA REDONDO BONTEMPO Pai: LUÍS ANTONIO GAMELAS DA SILVA MAIA ; Processo: 47039009415201721 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIE HUTCHINSON Data Nascimento: 23/09/1976 Passaporte: PI8139099 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JUNE HUTCHINSON Pai: JAMES HUTCHINSON ; Processo: 47039009594201705 Empresa: SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIETRO BARBON Data Nascimento: 05/04/1952 Passaporte: YA7289854 País: ITÁLIA Mãe: PONPIGLIA TASCA Pai: ANTONIO BARBON ; Processo: 47039009614201730 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUBO CAO Data Nascimento: 09/11/1971 Passaporte: G 51860029 País: CHINA Mãe: YU HUAYING Pai: CAO HONGKUAN ; Processo: 47039009998201791 Empresa: PABLO FALCAO PRODUCOES EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FANTINE RODRIGUES THO Data Nascimento: 15/02/1979 Passaporte: NXD003679 País: ALEMANHA Mãe: JEFERSON ANTUNES THO Pai: SUELY ANTUNES THO ; Processo: 47039010024201750 Empresa: INSTITUTO DE ACAO SOCIAL PELA MUSICA - IASPM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS HOMMY RAMOS AVILA Data Nascimento: 14/11/1983 Passaporte: 145430713 País: VENEZUELA Mãe: MARIA MAGALY AVILA DE RAMOS Pai: CARLOS EDUARDO RAMOS SANCHEZ.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039009601201761 Empresa: VERTICORE IT TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS MANUEL MACEDO DAS NEVES Passaporte: P574606 ; Processo: 47039009834201763 Empresa: NANSEN SA INSTRUMENTOS DE PRECISAO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNLONG JIN Passaporte: E53917434; Processo: 47039008089201735 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GEIR KRISTEN LINDAL Passaporte: 26671141 ; Processo: 47039009656201771 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICO RECKSTADT Passaporte: C23ZN02K9 ; Processo: 47039009763201707 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DENNIS MAI Passaporte: C205Z05CW ; Processo: 47039009811201759 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: até 21/06/2018 Estrangeiro: SHAI TRINCZER Passaporte: 31017233 ; Processo: 47039010006201778 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIOS KARADIMAS Passaporte: AK3531007 ; Processo: 47039010009201710 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS GEOFFREY WARING Passaporte: 516809174.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039009981201733 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW SPENCER DAVIS Passaporte: 579743656.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039008066201721 Empresa: SOUTH STAR DO BRAZIL AGENCIA MARITIMA DE CARGAS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DANAI VALLIANOU Passaporte: AK1358227 ; Processo: 47039008785201741 Empresa: BREIZHIL EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTELLE FEILLANT BORDAIS Passaporte: 11CV17083 ; Processo: 47039008912201711 Empresa: UNITONO BRASIL SOCIAL CONTACT CENTER LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER GARCIA PELLEJERO Passaporte: PAE231653 ; Processo: 47039009011201738 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JEONGSIK LEE Passaporte: M18506409.

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010136201719 Empresa: ADMINISTRADORA MM8 PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALI NEHME Data Nascimento: 10/07/1989 Passaporte: RL3521286 País: LÍBANO; Processo: 47039010133201777 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DOUWE RUDOLF SICKLER Data Nascimento: 18/04/1965 Passaporte: NYC3RDRP4 País: HOLANDA ; Processo: 47039010157201726 Empresa: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stefano Andrea Capelli Data Nascimento: 02/05/1968 Passaporte: YA3528655 País: ITÁLIA ; Processo: 47039010156201781 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADAM JOHN FLETCHER Data Nascimento: 25/03/1978 Passaporte: 533378714 País: GRÃ BRETANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010132201722 Empresa: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RONALD ROZEMA Data Nascimento: 07/04/1979 Passaporte: BYFJH23H2 País: HOLANDA ; Processo: 47039010167201761 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TORSTEIN OPSKAR Data Nascimento: 24/11/1986 Passaporte: 32807326 País: NORUEGA ; Processo: 47039010168201714 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VOLODYMYR SHARGORODSKYY Data Nascimento: 19/11/1982 Passaporte: ET620289 País: UCRÂNIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039010137201755 Empresa: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 40 Dia(s) Imigrante: LUIGI ASCHERI Data Nascimento: 17/07/1967 Passaporte: YB0162042 País: ITÁLIA ; Processo: 47039010138201708 Empresa: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 40 Dia(s) Imigrante: DOMINIQUE HUGO FERNAND HINDEN Data Nascimento: 04/12/1963 Passaporte: X3742092 País: SUIÇA ; Processo: 47039010139201744 Empresa: DENSO SISTEMAS TERMICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 40 Dia(s) Imigrante: Matteo Masera Data Nascimento: 31/08/1993 Passaporte: YA5938060 País: ITÁLIA ; Processo: 47039010141201713 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALAN LEE MAC ADAMS Data Nascimento: 10/08/1954 Passaporte: 451038901 País: EUA ; Processo: 47039010161201794 Empresa: ANOTECH ENERGY DO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JASON ERIC BRUSHETT Data Nascimento: 02/06/1974 Passaporte: GA950322 País: CANADÁ ; Processo: 47039010162201739 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARTIN KVAAL BRANDSHAUG Data Nascimento: 09/07/1985 Passaporte: 31070130 País: NORUEGA ; Processo: 47039010163201783 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TRAN CONG PHUC VINH Data Nascimento: 11/06/1981 Passaporte: C2377792 País: VIETNÃ ; Processo: 47039010180201711 Empresa: KAON DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEUNGUP PARK Data Nascimento: 05/04/1967 Passaporte: M35864190 País: CORÉIA DO SUL ; Processo: 47039010181201765 Empresa: KAON DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SANG YOUP LEE Data Nascimento: 07/02/1970 Passaporte: M39526533 País: CORÉIA DO SUL ; Processo: 47039010182201718 Empresa: KAON DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KIBONG JUN Data Nascimento: 07/01/1971 Passaporte: M87352762 País: CORÉIA DO SUL ; Processo: 47039010183201754 Empresa: KAON DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SUNGHYEN YOO Data Nascimento: 29/01/1985 Passaporte: M11807988 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003672201719 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 02/12/2019 Imigrante: EDWIN ARMADA REGALADO Data Nascimento: 27/01/1970 Passaporte: P1929377A País: FILIPINAS ; Processo: 47041003675201744 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 07/12/2018 Imigrante: ALEXANDER STRACHAN RITCHIE Data Nascimento: 08/11/1960 Passaporte: 510870752 País: INGLATERRA ; Processo: 47041003679201722 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 07/12/2018 Imigrante: DAVID HJERTO Data Nascimento: 14/04/1970 Passaporte: AC792326 País: CANADÁ.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010140201779 Empresa: YOROZU AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KUNIHIRO NISHIHARA Data Nascimento: 07/04/1960 Passaporte: TK1529743 País: JAPÃO Imigrante: KUNIHIRO NISHIHARA Data Nascimento: 07/04/1960 Passaporte: TK1529743 País: JAPÃO ; Processo: 47039010142201768 Empresa: PIPPALA CONSULTORIA EMPRESARIAL E DE SUSTENTABILIDADE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Imigrante: STÉPHANE MAURICE PIERRE MARIE PERRIER Data Nascimento: 18/09/1976 Passaporte: 16FV13253 País: FRANÇA ; Processo: 47039010149201780 Empresa: BIOCADBRAZIL FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTON NIKOLAEVICH KAUNOV Data Nascimento: 06/12/1986 Passaporte: 754087808 País: RÚSSIA ; Processo: 47039010152201701 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARTIN WALTER ANDRAE Data Nascimento: 10/04/1956 Passaporte: C4JHPHV3C País: ALEMANHA ; Processo: 47039010158201771 Empresa: MACA MINERACAO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MATTHEW BOXER Data Nascimento: 16/05/1978 Passaporte: PA1931594 País: AUSTRÁLIA ; Processo: 47039010159201715 Empresa: NIPPON PAINT TINTAS AUTOMOTIVAS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHUHEI OTAKE Data Nascimento: 24/12/1961 Passaporte: TR9272829 País: JAPÃO ; Processo: 47039010170201785 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Philippe Baeyens Data Nascimento: 24/01/1977 Passaporte: EN516987 País: BÉLGICA ; Processo: 47039010171201720 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Koen Robijns Data Nascimento: 18/01/1981 Passaporte: EM031819 País: BÉLGICA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Temporário - Com Contrato - Prorrogação - PEDIDO GERAL - APLICÁVEL SOMENTE às RN nº 01, 69, 71, 79, 81 e 121. - Prorrogação:

Processo: 47038003306201719 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Estrangeiro: PHILIPPE LÉON MODESTE GEORGES DUBOIS RNE: V304287-Z Prazo: 2 Ano(s).

Temporário - Sem Contrato - RN 72. - Prorrogação:

Processo: 47038003178201703 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Ulysis Joseph Facullo Chomapoy RNE: G191263-X Prazo: até 03/02/2018 ; Processo: 47038003408201726 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Pieter Tromp RNE: V683646-6 Prazo: até 02/06/2018 ; Processo: 47038003409201771 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Martijn Koning RNE: G273786-X Prazo: até 02/06/2018 ; Processo: 47038003436201743 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Radoslaw Osinski RNE: V501367-1 Prazo: até 31/01/2020 ; Processo: 47038003585201711 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Dhiraj Shukla RNE: G068981-U Prazo: até 02/09/2018 ; Processo: 47038003586201757 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Estrangeiro: Harindra Kodisana Prazo: até 02/09/2018 ; Processo: 47038003590201715 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Estrangeiro: Grzegorz Marek Kliber RNE: G240101-D Prazo: até 16/01/2020 ; Processo: 47038003592201712 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Carsten Ulf Diestler RNE: G271518-V Prazo: até 28/05/2019 ; Processo: 47038003594201701 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: Dirk van der Plas RNE: V478584-Y Prazo: até 28/05/2019 ; Processo: 47038003596201792 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Estrangeiro: André van Zomeren RNE: V671204-H Prazo: até 28/05/2019 ; Processo: 47038003600201712 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Abdullah Surucu RNE: G209953-F Prazo: até 26/10/2018 ; Processo: 47038003602201710 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Nikolaos Ginargyros RNE: G206345-G Prazo: até 19/07/2018 ; Processo: 47038003603201756 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Ozcan Olmez RNE: G222936-1 Prazo: até 26/10/2018 ; Processo: 47038003605201745 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Salim Aker RNE: G209878-3 Prazo: até 26/10/2018 ; Processo: 47038003609201723 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Lukasz Michal Warcholak RNE: V672559-C Prazo: até 24/01/2020 ; Processo: 47038003608201789 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Saban Kocabiyik RNE: G209762-M Prazo: até 26/10/2018 ; Processo: 47038003611201701 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Yuksel Ecevit RNE: G222949-T Prazo: até 26/10/2018 ; Processo: 47038003613201791 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Volkan Soyyigit RNE: G209929-C Prazo: até 26/10/2018 ; Processo:

47038003622201782 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Joel Ondoy Duterte RNE: V849983-5 Prazo: até 09/11/2018 ; Processo: 47038003625201716 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: EUSEBIO SEBASTIÃO PEREIRA MACHADO RNE: V948660-R Prazo: até 31/01/2018 ; Processo: 47038003626201761 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Estrangeiro: PEDRO MIGUEL LOPES RODRIGUES RNE: V843657-B Prazo: até 31/01/2018 ; Processo: 47038003631201773 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Estrangeiro: RODNEY DALE HOUSEWRIGHT RNE: V667921-2 Prazo: até 23/09/2018 ; Processo: 47038003632201718 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Estrangeiro: GAUTE JAKOBSEN RNE: V820860-4 Prazo: até 14/07/2018 ; Processo: 47038003633201762 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Estrangeiro: STIAN EGIL VEDVIK RNE: V300833-H Prazo: até 28/02/2019 ; Processo: 47038003634201715 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Estrangeiro: CARLOS MANUEL COSTA RAMOS RNE: V809983-T Prazo: até 02/04/2019 ; Processo: 47038003635201751 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Estrangeiro: KJELL OEYSTEIN BJERKE RNE: G003082-E Prazo: até 05/03/2019.

Temporário - Sem Contrato - RN 61. - Prorrogação:

Processo: 47038003033201702 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: GILFRED MARQUESES LERON RNE: G308374-T Prazo: até 05/11/2018 ; Processo: 47038002968201763 Requerente: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Estrangeiro: João Miguel Nunes Mateus Garcia RNE: G070692-Y Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003133201721 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: KATSUMI NAKAJIMA RNE: G012798-7 Prazo: até 22/01/2019; Processo: 47038003181201719 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Johan Anders Ehlin RNE: G305029-O Prazo: 1 Ano(s) Dependentes Legais: MARIA KRISTINA ELISABETH EHLIN Passaporte: 90811089, CARL FILIPH JOHAN EHLIN Passaporte: 89057485 e ELSA ANNA MARIA EHLIN Passaporte: 85478184; Processo: 47038003187201796 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Estrangeiro: TIMOTHY DAVID HARRIS RNE: G351964-D Prazo: até 09/05/2019 ; Processo: 47038003188201731 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Estrangeiro: PEDRO TIAGO CLEMENTE DE ALMEIDA RNE: G302794-0 Prazo: até 28/01/2019 ; Processo: 47038003189201785 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Estrangeiro: VASILE STOLERU RNE: G198633-S Prazo: até 28/01/2019 ; Processo: 47038003200201715 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: EDGARDO JR DAVID GABRIEL RNE: G109083-C Prazo: até 16/02/2019 ; Processo: 47038003195201732 Requerente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A Estrangeiro: JUAN CARLOS LUCIO CAMARGO RNE: G316662-S Prazo: até 29/11/2018 Dependente Legal: ESPERANZA MARTINEZ BUENROSTRO Passaporte: G13910352 ; Processo: 47038003239201724 Requerente: SOLTEC BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Estrangeiro: Ruben Molina Mellado RNE: G320931-E Prazo: até 07/01/2019 ; Processo: 47038003240201759 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Estrangeiro: VALENTIN CARTAS RNE: G328371-N Prazo: até 28/01/2019 ; Processo: 47038003246201726 Requerente: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Estrangeiro: John Bernard Hodson RNE: G333658-M Prazo: até 17/12/2018 ; Processo: 47038003249201760 Requerente: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Estrangeiro: Mark William Wise RNE: G334270-6 Prazo: até 12/01/2019 ; Processo: 47038003260201720 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: David George Johnstone RNE: G337264-N Prazo: até 02/12/2018 ; Processo: 47038003261201774 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: David Granada Gonzalez RNE: G311414-Z Prazo: até 26/11/2018 ; Processo: 47038003262201719 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Drew Lane Hatch RNE: V715937-K Prazo: até 18/11/2018 ; Processo: 47038003263201763 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Javier Ivan Ordoñez Perez RNE: G311552-N Prazo: até 27/11/2018 ; Processo: 47038003264201716 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Jose Enrique Sanchez Gutierrez RNE: V588784-D Prazo: até 26/11/2018 ; Processo: 47038003265201752 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Rodrigo Marin Quezada RNE: G311407-W Prazo: até 26/11/2018 ; Processo: 47038003267201741 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Robert Olof Lilja RNE: G307660-X Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003268201796 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Ricardo Sepulveda RNE: G307657-M Prazo: 1 Ano(s) Dependente Legal: RACHEL MARIE TAITE Passaporte: 91304838; Processo: 47038003269201731 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Peter Kronkvist RNE: G307898-0 Prazo: 1 Ano(s) Dependentes Legais: SOFIA MARTINA KRONKVIST Passaporte: 87046620, KARL SIXTEN KRONKVIST Passaporte: 91113599 e ASTRID EDIT KRONKVIST Passaporte: 91113607; Processo: 47038003273201707 Requerente: GLOBAL SERVICOS GEOFISICOS LTDA Estrangeiro: LUIS JAVIER CRUZ CACERES RNE: V809190-R Prazo: até 06/12/2018 ; Processo: 47038003278201721 Requerente: PSMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Estrangeiro: ERMANNO ZOINO RNE: G259759-I Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003285201723 Requerente: UON CONSULTORIA TECNICA LTDA Estrangeiro: CARLA MARIA OLIVEIRA DE FIGUEIREDO RNE: G090224-I Prazo: 12 Mês(es) ; Processo: 47038003307201755 Requerente: GOLDER ASSOCIATES BRASIL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Estrangeiro: DENIS FERNAND JOSEPH MILLETTE RNE: V521007-J Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003337201761 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Estrangeiro: QIANG FU RNE: G331605-G Prazo: até 07/02/2019 ; Processo: 47038003352201718 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Gilberto Olan Burelo RNE: G342535-0 Prazo: até 18/03/2019 ; Processo: 47038003354201707 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Jesus Manuel Zertuche Rodriguez RNE: G326068-Y Prazo: até 12/01/2019 ; Processo: 47038003356201798 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: Rodrigo Figueroa Salazar RNE: V853186-I Prazo: até 12/01/2019 ; Processo: 47038003413201739 Requerente: DURR BRASIL LTDA Estrangeiro: RALF JURGEN HEITZ RNE: V300689-Z Prazo: até 18/11/2018 ; Processo: 47038003441201756 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Estrangeiro: BERNHARD RUDOLF KRAEMER RNE: G331314-R Prazo: até 11/12/2018 ; Processo: 47038003451201791 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: NOBUO TAKAHASHI RNE: G334117-E Prazo: até 13/01/2019 ; Processo: 47038003510201721 Requerente: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Estrangeiro: KUN-CHENG CHANG RNE: G311395-D Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003513201765 Requerente: HYUNDAI ROTEM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRENS LTDA. Estrangeiro: CHUNKWEUN KIM RNE: G328673-7 Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003524201745 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Estrangeiro: MILTON ELIAS ALTAMIRANO VARGAS RNE: G321668-Z Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003535201725 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Estrangeiro: VLADIMIR ANGEL CHOQUE JANCO RNE: G147894-Z Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003563201742 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Estrangeiro: APOLIS JOHN NOEL HUFKIE RNE: V519426-2 Prazo: até 10/02/2019 ; Processo: 47038003589201791 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Tomas Blomander RNE: G311304-5 Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003624201771 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Per Gunnar Jorgen Larsson RNE: G308705-W Prazo: 1 Ano(s) Dependentes Legais: ULRICA ELISABETH LARSSON Passaporte: 91642746 e EBBA ANNA FELICIA LARSSON Passaporte: 91642918; Processo: 47038003627201713 Requerente: IBS INTEGRATED BUSINESS SOLUTIONS CONSULTORIA LTDA Estrangeiro: AMANDA CORVAIA ANDARA RNE: G317066-2 Prazo: 1 Ano(s) ; Processo: 47038003628201750 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: PER ANDERS NILSSON RNE: G312780-5 Prazo: até 05/12/2018 ; Processo: 47038003629201702 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: PER YNGVE TIBELL RNE: G323151-P Prazo: até 15/01/2019 Dependente Legal: EVA FRIDEBORG ELEONORA RISBERG TIBELL Passaporte: 92143713; Processo: 47038003630201729 Requerente: EMBRAER S.A. Estrangeiro: Ulla Catrine Nordqvist RNE: G312778-T Prazo: até 05/12/2018.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039009413201732 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Winfried Ernst Wilhelm Zimdahl Passaporte: C9F0563WY; Processo: 47039009073201740 Empresa: A I C E HECHER REPRESENTACOES LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ROSENDO LOJOROCH Passaporte: H521019; Processo: 47039008399201750 Empresa: CRUSOE FOODS INDUSTRIA; IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUBÉN SÁNCHEZ LOJO Passaporte: PAD745442; Processo: 47039008764201726 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUSTAVO CONESA FERNANDEZ Passaporte: PAB764642; Processo: 47039009263201767 Empresa: MAIS PVC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CENES PIERRE Passaporte: PP5092569; Processo: 47039010127201710 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICCARDO SANGUANINI Passaporte: YA1998289; Processo: 47039010128201764 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO CALVELLO Passaporte: YA3425303; Processo: 47039010129201717 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCA NATALI Passaporte: YA4881483.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038003313201711 Requerente: UHT - INVESTIMENTOS; PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. Estrangeiro: JUAN CARLOS PINO BRAVO RNE: G215883-O Prazo: 2 Ano(s); Processo: 47038003111201761 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Albert Bonarev RNE: G195350-I Prazo: até 01/10/2018 ; Processo: 47038003121201704 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Jelmhar Acuzar Rosales RNE: G380320-7 Prazo: até 03/11/2018 ; Processo: 47038003127201773 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Czar Christian Tabinas Bongon RNE: G182389-C Prazo: até 03/11/2018 ; Processo: 47038003129201762 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Paraskevas Sakkos RNE: G336637-F Prazo: até 03/11/2018 ; Processo: 47038003132201786 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Wilson Millo Lamintao RNE: G066002-O Prazo: até 03/11/2018; Processo: 47038003156201735 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Herbert Dominic Dumaran Jumamoy RNE: V649467-0 Prazo: até 09/03/2018 ; Processo: 47038003162201792 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Richard Goode Padogdog RNE: G364637-7 Prazo: até 09/03/2018; Processo: 47038003165201726 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Jimmy Policarpio Pusong Prazo: até 09/03/2018; Processo: 47038003168201760 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Junar Ongcay Gonzales RNE: G080636-1 Prazo: até 09/03/2018 ; Processo: 47038003176201714 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Panagiotis Tsampras RNE: G128591-N Prazo: até 01/07/2018 ; Processo: 47038003215201775 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Orlando Orjaliza Sarpamones Prazo: até 02/02/2020.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Em 14 de dezembro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.012372/2015-06	207424926	Visam Vigilancia e Seguranca da Amazonia Ltda	AM
2	46202.014653/2015-95	207689717	Visam Vigilancia e Seguranca da Amazonia Ltda	AM
3	46202.014655/2015-84	207689709	Visam Vigilancia e Seguranca da Amazonia Ltda	AM
4	46202.014656/2015-29	207689725	Visam Vigilancia e Seguranca da Amazonia Ltda	AM
5	46202.017148/2015-01	207992738	Visam Vigilancia e Seguranca da Amazonia Ltda	AM
6	46205.019325/2014-74	205119808	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	CE
7	46205.019326/2014-19	205119816	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	CE
8	46206.017713/2013-20	201879476	Fittipaldi Empreendimentos Imobiliarios Ltda	DF
9	46206.017714/2013-74	201879484	Fittipaldi Empreendimentos Imobiliarios Ltda	DF
10	46241.001901/2013-18	201859009	Democrata Futebol Clube	MG
11	46241.001902/2013-54	201859963	Democrata Futebol Clube	MG
12	46241.001903/2013-07	201859998	Democrata Futebol Clube	MG
13	46241.001904/2013-43	201860007	Democrata Futebol Clube	MG
14	46241.001905/2013-98	201873923	Democrata Futebol Clube	MG
15	46241.001906/2013-32	201873974	Democrata Futebol Clube	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

16	46241.001907/2013-87	201874075	Democrata Futebol Clube	MG
17	46312.001515/2016-80	209426772	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
18	46312.001518/2016-13	209417625	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
19	46312.001519/2016-68	209417676	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
20	46312.001520/2016-92	209417706	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
21	46312.001522/2016-81	209417757	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
22	46312.001524/2016-71	209417781	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
23	46312.001525/2016-15	209417803	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
24	46312.001526/2016-60	209417838	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
25	46312.001527/2016-12	209417862	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
26	46312.001528/2016-59	209417889	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
27	46312.001530/2016-28	209417935	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
28	46312.001531/2016-72	209417960	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
29	46312.001532/2016-17	209417986	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
30	46312.001536/2016-03	209422076	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
31	46312.001539/2016-39	209422122	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
32	46312.001540/2016-63	209422131	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
33	46312.001541/2016-16	209422157	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
34	46312.001542/2016-52	209422181	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
35	46312.001543/2016-05	209422190	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
36	46312.001544/2016-41	209422220	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
37	46312.001545/2016-96	209422254	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
38	46312.001548/2016-20	209422297	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
39	46312.001549/2016-74	209422319	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
40	46312.001550/2016-07	209422335	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
41	46312.001552/2016-98	209422360	Brasrafia Industria e Comercio de Embalagens Ltda	MS
42	46222.003553/2016-86	209414651	M. Fonseca & Cia. Ltda - ME	PA
43	46222.003554/2016-21	209417528	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
44	46222.003556/2016-10	209417226	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
45	46222.003558/2016-17	209411031	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
46	46222.003560/2016-88	209411058	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
47	46222.003561/2016-22	209414545	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
48	46222.003567/2016-08	209416645	M. Fonseca & Cia. Ltda ME	PA
49	46222.003764/2016-19	209224151	Marcilene de Jesus Oliveira	PA
50	46222.003766/2016-16	209224860	Marcilene de Jesus Oliveira	PA
51	46222.003768/2016-05	209224410	Marcilene de Jesus Oliveira	PA
52	46222.006497/2014-70	203001842	Sarre Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
53	46222.006498/2014-14	203001826	Sarre Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
54	46222.006500/2014-55	203001869	Sarre Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
55	46222.003153/2016-71	209327171	Terra Alta Distribuidora Ltda	PA
56	46224.002398/2014-07	7860226	Companhia Usina Sao Joao	PB
57	46085.001570/2013-58	200111507	L2C - Construcao Civil E Montagens Industriais Ltda.	PB
58	46085.001571/2013-01	200111515	L2C - Construcao Civil E Montagens Industriais Ltda.	PB
59	46085.001572/2013-47	201861305	L2C - Construcao Civil E Montagens Industriais Ltda.	PB
60	46085.001573/2013-91	200111493	L2C - Construcao Civil E Montagens Industriais Ltda.	PB
61	47533.010881/2014-26	204095841	Almar Servicos de Telefonia Ltda - ME	PR
62	47533.010879/2014-57	204095824	Almar Servicos de Telefonia Ltda ME	PR
63	47533.010880/2014-81	204095832	Almar Servicos de Telefonia Ltda ME	PR
64	47533.005589/2013-19	200864068	Carol Industria e Comercio de Sorvetes Ltda - ME	PR
65	47533.004519/2014-16	203330099	Etelmir Santa Clara	PR
66	46257.006058/2014-60	205371396	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SP
67	46257.006059/2014-12	205370331	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SP
68	46257.006060/2014-39	205371281	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SP
69	46254.003430/2015-97	206919310	Municipio de Iacanga	SP
70	46254.003431/2015-31	206919328	Municipio de Iacanga	SP
71	46254.003433/2015-21	206919344	Municipio de Iacanga	SP
72	46254.003434/2015-75	206919352	Municipio de Iacanga	SP
73	46254.003756/2015-14	207023743	Municipio de Iacanga	SP
74	46254.003914/2015-36	207205272	Municipio de Iacanga	SP
75	46254.003919/2015-69	207205329	Municipio de Iacanga	SP
76	46254.003920/2015-93	207205311	Municipio de Iacanga	SP
77	46254.003921/2015-38	207205256	Municipio de Iacanga	SP
78	46254.003922/2015-82	207205264	Municipio de Iacanga	SP
79	46262.001981/2015-17	206671385	Municipio de Maua	SP
80	46262.001983/2015-14	206670567	Municipio de Maua	SP
81	46262.001984/2015-51	206669861	Municipio de Maua	SP
82	46262.001985/2015-03	206671113	Municipio de Maua	SP
83	46262.001986/2015-40	206670672	Municipio de Maua	SP
84	46262.001987/2015-94	206670885	Municipio de Maua	SP
85	46262.001988/2015-39	206670508	Municipio de Maua	SP
86	46262.001989/2015-83	206669062	Municipio de Maua	SP
87	46472.004726/2012-16	23825456	Nelson Wilians e Advogados Associados	SP
88	46260.005198/2013-81	201668050	Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericordia de Ribeirão Preto	SP
89	46260.005200/2013-11	201710480	Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericordia de Ribeirão Preto	SP
90	46260.005201/2013-66	201710471	Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericordia de Ribeirão Preto	SP
91	46260.005202/2013-19	201710463	Sociedade Beneficente e Hospitalar Santa Casa de Misericordia de Ribeirão Preto	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.014652/2015-41	200.576.321	Visam Vigilância e Segurança da Amazônia Ltda.	AM
2	46504.001648/2011-94	506.523.896 Tret nº 506.696.057	Comercial Exportadora Rinoldi Ltda.	MG
3	46504.001649/2011-39	100.211.526 Tret nº 100.291.066	Comercial Exportadora Rinoldi Ltda.	MG
4	46241.001908/2013-21	200.171.356	Democrata Futebol Clube	MG
5	46306.000518/2010-90	100.170.358 Tret nº 100.288.855	AP Serviços Agronômicos Ltda.	MT
6	46222.004442/2012-63	506.616.801 Tret nº 506.698.025	Grupo Educacional Ideal	PA
7	46222.008450/2013-60	200.172.983 Tret nº 200.564.374	Lider Comércio e Indústria Ltda.	PA
8	46222.008451/2013-12	200.123.971 Treti nº 200.564.846	Lider Comércio e Indústria Ltda.	PA
9	46222.008452/2013-59	200.123.955 Tret nº 200.564.803	Lider Comércio e Indústria Ltda.	PA
10	46222.005237/2014-87	200.243.870	Sarre Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PA
11	46085.001574/2013-36	200.172.646	L2C Construção Civil e Montagens Industriais Ltda.	PB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12	47533.010878/2014-11	200.342.967	Almar Serviços de Telefonia Ltda. ME	PR
13	47533.013525/2014-64	200.372.211	Cap Ferrat Confecções de Malhas Ltda.- MEPR	PR
14	47533.005588/2013-66	200.108.301 Tret nº 200.421.204	Carol Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda.	PR
15	46257.006057/2014-15	200.408.551	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	SP
16	46219.004970/2013-52	200.065.505 Tret nº 200.531.263	IPEC Instituto Paulista de Educação Continuada Ltda.	SP
17	46256.001314/2015-13	200.488.848	Maria Aparecida Wagner Gasparotto ME	SP
18	46736.003117/2009-98	506.255.531	Maxtempera Tratamento Termico de Metais Ltda.	SP
19	46254.003428/2015-18	200.543.903	Município de Iacanga	SP
20	46254.003429/2015-62	200.538.918	Município de Iacanga	SP
21	46472.004725/2012-63	506.642.470	Nelson Wilians & Advogados Associados	SP

1.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.008339/2014-32	203805321	Rosilene Araújo Bezerra da Silva ME	GO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.015465/2014-74	204144850	Jag Empreendimentos Ltda	PE
2	46213.015425/2014-22	204144876	Jag Empreendimentos Ltda	PE
3	46213.015464/2014-20	204144931	Jag Empreendimentos Ltda	PE
4	46213.015451/2014-51	204144582	Jag Empreendimentos Ltda	PE
5	46213.015450/2014-14	204144574	Jag Empreendimentos Ltda	PE
6	46213.015449/2014-81	204144558	Jag Empreendimentos Ltda	PE
7	46213.015453/2014-40	204144612	Jag Empreendimentos Ltda	PE
8	46213.015423/2014-33	204144604	Jag Empreendimentos Ltda	PE
9	46213.015440/2014-71	204144647	Jag Empreendimentos Ltda	PE
10	46213.015424/2014-88	204144591	Jag Empreendimentos Ltda	PE
11	46213.015441/2014-15	204144663	Jag Empreendimentos Ltda	PE
12	46213.015463/2014-85	204144914	Jag Empreendimentos Ltda	PE
13	46213.015462/2014-31	204144906	Jag Empreendimentos Ltda	PE
14	46213.015472/2014-76	204144507	Jag Empreendimentos Ltda	PE
15	46213.015477/2014-07	204144469	Jag Empreendimentos Ltda	PE
16	46213.015484/2014-09	204144426	Jag Empreendimentos Ltda	PE
17	46213.015482/2014-10	204144434	Jag Empreendimentos Ltda	PE
18	46213.015480/2014-12	204144451	Jag Empreendimentos Ltda	PE
19	46213.015443/2014-12	204144655	Jag Empreendimentos Ltda	PE
20	46225.006464/2015-81	208563474	Pontual Serviços de Locação e Construtora Ltda.	RR

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.015426/2014-77	204144710	Jag Empreendimentos Ltda	PE
2	46213.015427/2014-11	204144779	Jag Empreendimentos Ltda	PE
3	46213.015428/2014-66	204144787	Jag Empreendimentos Ltda	PE
4	46213.015434/2014-13	204144728	Jag Empreendimentos Ltda	PE
5	46213.015435/2014-68	204144701	Jag Empreendimentos Ltda	PE
6	46213.015436/2014-11	204144621	Jag Empreendimentos Ltda	PE
7	46213.015439/2014-46	204144639	Jag Empreendimentos Ltda	PE
8	46213.015442/2014-60	204144671	Jag Empreendimentos Ltda	PE
9	46213.015444/2014-59	204144680	Jag Empreendimentos Ltda	PE
10	46213.015445/2014-01	204144698	Jag Empreendimentos Ltda	PE
11	46213.015448/2014-37	204144531	Jag Empreendimentos Ltda	PE
12	46213.015452/2014-03	204144566	Jag Empreendimentos Ltda	PE
13	46213.015454/2014-94	204144540	Jag Empreendimentos Ltda	PE
14	46213.015455/2014-39	204144868	Jag Empreendimentos Ltda	PE
15	46213.015456/2014-83	204144892	Jag Empreendimentos Ltda	PE
16	46213.015467/2014-63	204144841	Jag Empreendimentos Ltda	PE
17	46213.015468/2014-16	204144833	Jag Empreendimentos Ltda	PE
18	46213.015469/2014-52	204144825	Jag Empreendimentos Ltda	PE
19	46213.015470/2014-87	204144817	Jag Empreendimentos Ltda	PE
20	46213.015471/2014-21	204144493	Jag Empreendimentos Ltda	PE
21	46213.015478/2014-43	204144485	Jag Empreendimentos Ltda	PE
22	46213.015479/2014-98	204144477	Jag Empreendimentos Ltda	PE
23	46213.015481/2014-67	204144442	Jag Empreendimentos Ltda	PE
24	46213.015488/2014-89	204144515	Jag Empreendimentos Ltda	PE
25	46213.015489/2014-23	204144523	Jag Empreendimentos Ltda	PE
26	46736.001761/2013-16	200305832	Condor Intelligence Serviços de Vigilancia e Segurança Ltda	SP

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso I, alíneas "c" e "d" , Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:
Conhecendo e negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	47521.000156/2017-21	030430-0/048/2017	Etaplan Engenharia e Construção Ltda.	SC

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Tendo em vista a decisão judicial prolatada no Processo Judicial nº 0001765-86.2016.5.10.0019, da 19ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; a Portaria Ministerial n.º 326/2013 e a Nota Técnica n.° 464/2017/CIP/SRT/MTB, o Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RESTABELECER o registro sindical do SINDMAE/PB - Sindicato dos Motoristas e Ajudantes de Entrega do Estado da Paraíba, CNPJ 16.662.131/0001-74, processo 46224.004256/2012-12, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

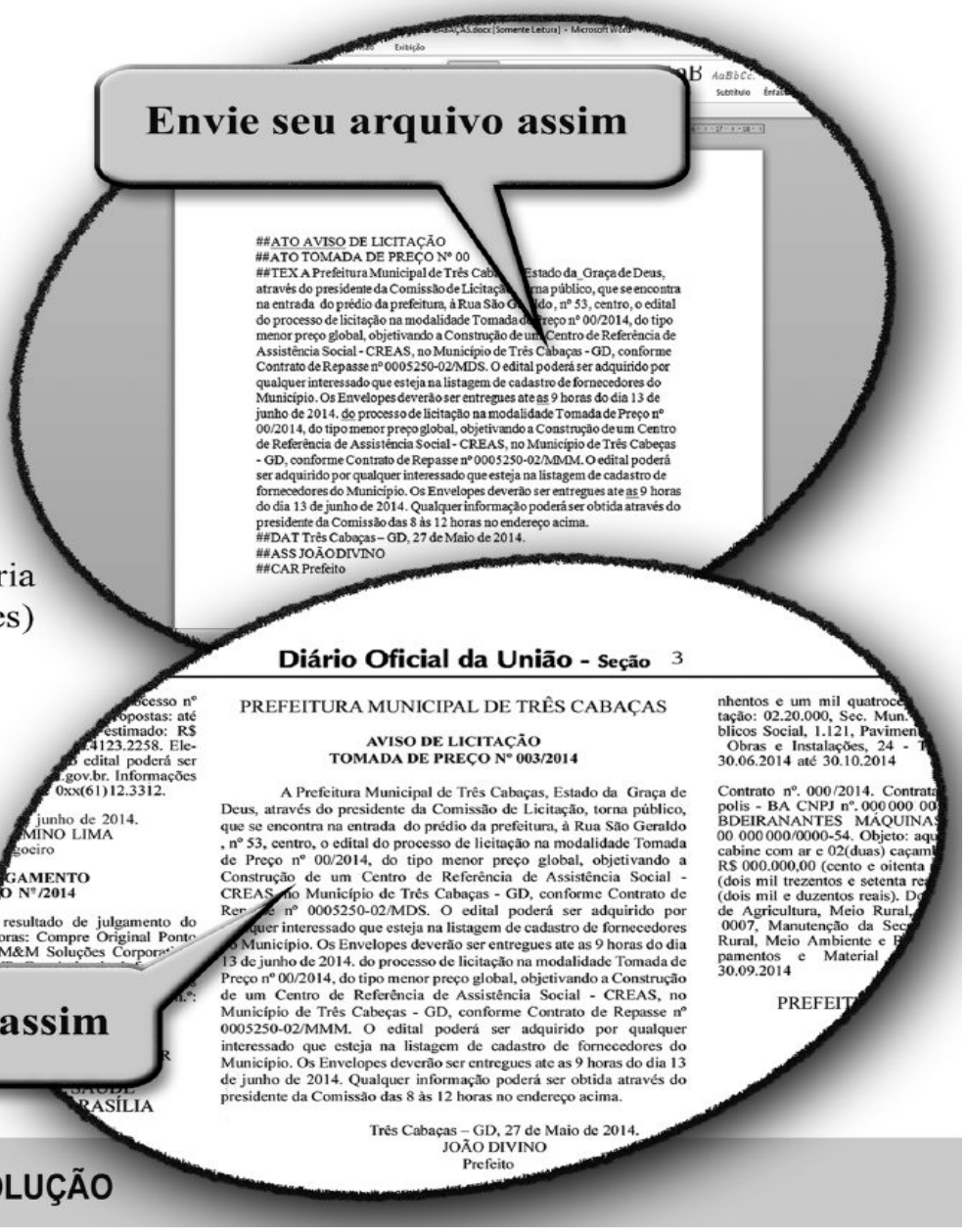
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 984, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Comitê Socioambiental Permanente no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do artigo 87, da Constituição Federal, combinados com o art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e ainda,

CONSIDERANDO a publicação das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de integração entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e suas entidades vinculadas, com vistas a uma melhor gestão ambiental; e

CONSIDERANDO que a variável ambiental deve ser objeto de gestão por parte dos empreendedores do Setor Transportes, bem como ser observada em todas as fases do empreendimento, resolve:

Art. 1° Constituir Comitê Socioambiental Permanente com o objetivo de identificar, coordenar e supervisionar as iniciativas, ações e projetos de implementação das Diretrizes Socioambientais da Pasta.

Art. 2º O Comitê Socioambiental Permanente será composto por representantes das áreas abaixo relacionadas:

I. Gabinete do Ministro - GM;

II. Secretaria-Executiva - SE;

III. Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD;

IV. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO;

V. Secretaria de Política e Integração - SPI;

VI. Secretaria de Fomento e Parcerias - SFP;

VII. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres e Aquaviários - SNTTA;

VIII. Secretaria Nacional de Aviação Civil - SNAC;

IX. Secretaria Nacional de Portos - SNP;

X. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

XI. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

XII. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

XIII. Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

XIV. Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

XV. Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.

§1º Os membros, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos e unidades, e designados pelo Presidente do Comitê.

§ 2º A participação na Comissão será considerada como prestação de serviço público relevante e não enseja remuneração adicional àquela recebida pelo agente público.

§3º Possíveis despesas havidas com os membros da Comissão Permanente, em virtude do desempenho das competências aqui definidas, serão processadas e custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades de exercício.

§4º A Consultoria Jurídica - CONJUR acompanhará as reuniões e, quando necessário, prestará assessoramento jurídico, dentro de suas competências, ao Comitê.

§5º A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI prestará o auxílio necessário, no que tange às suas atribuições.

Art. 3º A Presidência do Comitê será exercida pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Gestão Ambiental e Desapropriação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário.

§1º O Presidente do Comitê poderá editar os atos necessários para a regulamentação administrativa dos trabalhos.

§2º A critério do Presidente do Comitê, poderão ser convidados a participar dos trabalhos especialistas ou representantes de entidades relacionadas ao tema.

Art. 4º O Comitê Socioambiental Permanente apresentará ao Ministro dos Transportes Portos e Aviação Civil, até 1º de março de cada ano, um relatório anual sobre os trabalhos realizados no exercício anterior e o planejamento das ações a serem priorizadas no exercício vindouro.

Art. 5º Ficam revogadas as Portarias nº 158, de 19 de junho de 2008, e nº 117, de 12 de maio de 2010, e desconstituído o respectivo Comitê.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MTPA nº 978, de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2017, Seção 1, página 257, referente à Empresa Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., onde se lê: "art. 27, inciso XXI e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003", leia-se: "art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4.726, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos de inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. RFFSA pelo período que dispõe.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 624, de 05 de outubro de 2016, deste Ministério, tendo em vista o disposto no art. 87, da Constituição Federal de 1988,

CONSIDERANDO o Processo nº 50000.078873/2007-81, no qual consta solicitação formulada pelo inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, por meio do Ofício nº 440/INV/RFFSA/2017, de 08 de novembro de 2017, para que seja prorrogado o prazo de conclusão dos trabalhos de inventariança, nos termos do art. 13 do Decreto 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e

CONSIDERANDO o exposto no Memorando nº 150/2017/SPI, de 13 de dezembro de 2017, da Secretaria de Política e Integração - SPI/MTPA, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido na Portaria nº 533, de 29 de junho de 2017, até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00066.515905/2017-71, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 34 (RBAC nº 34), intitulado "Requisitos para drenagem de combustível e emissões de escapamento de aviões com motores a turbina", em substituição à Emenda nº 04 do referido Regulamento.

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 201, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo para abertura ao tráfego de aeródromo civil público.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso IV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXIV, da mencionada Lei, no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014, e na Portaria SAC/PR nº 236, de 16 de setembro de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.057322/2014-79, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Prorrogar, por mais 18 (dezoito) meses, a partir de 24 de dezembro de 2017, o prazo para que a sociedade empresária CENTRO EMPRESARIAL AEROESPACIAL INCORPORADORA LTDA. - C.E.A., CNPJ nº 16.945.840/0001-67, com sede social na Avenida Juscelino Kubistcheck, nº 9.150, Vila Tatetuba, São José dos Campos (SP), promova a abertura ao tráfego do aeródromo civil público denominado " Aerovale", situado no Município de Caçapava (SP).

Art. 2º A prorrogação ora concedida fica condicionada ao cumprimento das exigências constantes do Termo de Autorização previsto na Resolução nº 330, de 1º de julho de 2014.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 202, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova a autorização operacional de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.522933/2017-44, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa de Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária SEPAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PULVERIZAÇÕES AÉREAS LTDA. - EPP, CNPJ nº 90.698.002/0001-99, com sede social em São Sepé (RS).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 4, de 9 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2013, Seção 1, página 5.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 203, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.517054/2017-09, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária PLENAERO AVIAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI - EPP, CNPJ nº 27.377.494/0001-84, com sede social em Tangará da Serra (MT), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola.

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 204, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga a Decisão nº 78, de 8 de julho de 2015.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.536549/2017-29, deliberado e aprovado na 24ª Reunião Deliberativa de Diretoria, realizada em 12 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Revogar a Decisão nº 78, de 8 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2015, Seção 1, página 11, a qual autorizou a sociedade empresária JS TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 03.814.598/0001-40, atual JSTX PARTICIPAÇÕES LTDA., com sede social em Mogi das Cruzes (SP), a explorar serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi-aéreo.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.003, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa o heliponto privado a bordo da unidade CAROLINA, (9PEH).

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.561537/2017-43, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: CAROLINA (9PEH);

II - Indicativo de chamada: NS39;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E008312;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Navio sonda;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VII - Posição geográfica: Variável;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 33,40 metros;

IX - Resistência do pavimento: 12.800 quilogramas;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,20 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 4 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 3.989, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.503345/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 121-002, Revisão A (IS nº 121-002A), intitulada "Examinadores credenciados no âmbito dos operadores aéreos regidos pelo RBAC nº 121".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 3.995, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00065.564498/2017-36, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 00-006, Revisão A (IS nº 00-006A), intitulada "Procedimentos para interposição de recurso sobre indeferimento de solicitação de licença, certificado ou habilitação emitidos sob o RBAC nº 61, RBHA 63 ou RBHA 65".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 3.996, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.535092/2017-35, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 61-004, Revisão L (IS nº 61-004L), intitulada "Lista de habilitações averbadas pela ANAC nas licenças de pilotos".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 4.163, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00065.017275/2014-31, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 00-007, Revisão A (IS nº 00-007A), intitulada "Avaliação operacional de aeronaves".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES,

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.092, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções - MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.423/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.056463/2016-36, resolve:

Art. 1º Ratifica a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2017-12-6IKZ-01-00, emitido em 7 de dezembro de 2017, em favor da sociedade empresária REDEX AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 19.911.298/0001-10, determinada nos termos da decisão enviada à interessada em 11 de dezembro de 2017, por meio do Ofício nº 1852(SEI)/2017/GTCE/GOAG/SPO, com base nas seguintes características:

I - endereço da sede social: Avenida Sul, nº 990, Sala 03, Quadra 12, Lote 11, Setor A, em Querência (MT), CEP 78.643-000;

II - tipo de operador: Aeroagrícola;

III - tipo de operação: Operações Aeroagrícolas Comerciais;

IV - regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão se iniciar e se manter enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - autorização para operar, emitida pela Diretoria e publicada no DOU; e

II - registro de estabelecimento no MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 4.127, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº. 00066.527138/2017-43, resolve:

Art. 1º Alocar, nos termos dos entendimentos em vigor, 3 (três) frequências semanais para a empresa TAM Linhas Aéreas S.A., para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Alemanha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

PORTARIA Nº 4.129, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aloca frequências mistas para o México.

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº. 00066.527135/2017-18, resolve:

Art. 1º Alocar, nos termos dos entendimentos em vigor, 3 (três) frequências semanais para a empresa TAM Linhas Aéreas S.A., para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a México.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigo na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 485, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 189, de 13 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.638429/2017-68, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. para implantação da linha Natal (RN) - São Paulo (SP), com as seções a seguir:

I - De: Natal (RN), para: São Paulo (SP), Caruaru (PE), Maceió (AL), Arapiraca (AL), Aracajú (SE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP) e Campinas (SP);

II - De: João Pessoa (PB): para Recife (PE), Caruaru (PE), Maceió (AL), Arapiraca (AL), Aracajú (SE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

III - De: Caruaru (PE), para: Maceió (AL), Arapiraca (AL), Aracajú (SE), Salvador (BA) e Feira de Santana (BA);

IV - De: Recife (PE), para: Aracajú (SE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

V - De: Maceió (AL), para: Aracajú (SE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

VI - De: Arapiraca (AL), para: Aracajú (SE), Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

VII - De: Aracajú (SE), para: Salvador (BA), Feira de Santana (BA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP);

VIII - De: Salvador (BA), para: Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP); e

IX - De: Feira de Santana (BA), para: Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP) e São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 13 da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

(*)Republicada por ter saído com incorreção no texto original, publicado no DOU nº 239, de 14.12.17, Seção 1, pág. 146.

DELIBERAÇÃO Nº 486, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 190, de 13 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.462952/2016-26, delibera:

Art. 1º Aprovar o Relatório da Audiência Pública nº 010/2016, realizada no período de 21 de dezembro de 2016 a 3 de março de 2017, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições para aprimoramento dos estudos técnicos e documentos jurídicos, acerca de eventual prorrogação antecipada do prazo de vigência do Contrato de Concessão Ferroviária da Malha Paulista.

Parágrafo único. A Superintendência Finalística deverá ajustar os Estudos Técnicos e documentos jurídicos, de modo a incorporar todas as contribuições aceitas na Audiência Pública, podendo inclusive notificar a Concessionária para apresentar novas informações e/ou novos estudos, no que lhe couber.

Art. 2º Após a conclusão da análise da documentação a Superintendência Finalística e a Procuradoria-Geral da Agência deverão, respectivamente, emitir parecer técnico conclusivo e jurídico, para aprovação da Diretoria Colegiada.

Parágrafo único. Posteriormente, os autos serão encaminhados ao Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação - MTPAC e ao Tribunal de Contas da União - TCU, previamente à celebração de eventual instrumento jurídico.

Art. 3º Determinar, conforme art. 24 da Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011, que seja divulgado o Relatório Final, na sua íntegra, no endereço eletrônico da ANTT http://www.antt.gov.br/participacao_social/audiencias/010191.html.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E PARCERIAS
DEPARTAMENTO DE MARINHA MERCANTE
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 161, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, altera e dá publicidade ao cancelamento de prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e seus respectivos projetos.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VIII e IX do art. 2º e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, tendo em vista o disposto no art. 8º e art. 16 da Portaria GM nº 253, de 12 de março de 2009, e as deliberações da 36ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e respectivos projetos, pelo prazo de 360 dias:

Apoio Marítimo

I. BARU OFFSHORE NAVEGAÇÃO LTDA (CNPJ nº 14.426.327/0001-34): suplementação de recursos para a construção de 6 (seis) embarcações do tipo UT-4000, cascos ETP-038, ETP-039, ETP-040, ETP-041, ETP-042, ETP-043, anteriormente priorizada conforme o inciso V do art. 1º da Resolução CDFMM nº 160, de 29 de agosto de 2017, com valor de suplementação de R$ 1.688.090,95 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, noventa reais e noventa e cinco centavos), que correspondem a US$ 543.213,72 (quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e treze dólares norte-americanos e setenta e dois centavos), com data-base de 17 de maio de 2017, processo nº 50000.022326/2014-70.

Carga

II. ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A (CNPJ nº 07.699.082/0001-53): produção de 2 (duas) embarcações do tipo Navio Graneleiro de 95.000 TPB, com valor total de R$ 401.553.392,50 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), que correspondem a US$ 126.905.186,94 (cento e vinte e seis milhões, novecentos e cinco mil, cento e oitenta e seis dólares norte-americanos e noventa e quatro centavos), com data-base de 02 de outubro de 2017, processo nº 50000.042524/2017-01.

III. PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO (CNPJ nº 02.709.449/0001-59): suplementação de recursos para a construção de 2 (duas) embarcações do tipo Navio Petroleiro, modelo Suezmax, cascos EAS C-009 e EAS C-010, anteriormente priorizada conforme o inciso II do art. 1º da Resolução CDFMM nº 145, de 28 de dezembro de 2015, com valor de suplementação de R$ 33.657.760,71 (trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais e setenta e um centavos), que correspondem a US$ 14.786.820,45 (quatorze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos), com data-base de 16 de janeiro de 2006, processo nº 50000.041694/2015-06.

Conversão

IV. WILSON, SONS OFFSHORE S.A. (CNPJ nº 08.376.900/0001-40): conversão de 02 (duas) embarcações do tipo PSV para o tipo OSRV, denominadas "Albatroz" e "Gaivota", com valor total de R$ 29.403.930,82 (vinte e nove milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e trinta reais e oitenta e dois centavos), que correspondem a US$ 8.914.063,80 (oito milhões, novecentos e quatorze mil, sessenta e três dólares norte-americanos e oitenta centavos), com data-base 12 de junho de 2017, processo nº 50000.041775/2017-60.

Transporte de Passageiros

V. INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S.A (CNPJ nº 20.413.924/0001-27): construção de 2 (duas) embarcações do tipo Ferry Boat, com valor total de R$ 50.224.426,22 (cinquenta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), que correspondem a US$ 15.872.709,13 (quinze milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e nove dólares norte-americanos e treze centavos), com data-base de 02 de outubro de 2017, processo nº 50000.043596/2017-67.

Art. 2º Conceder prioridade de apoio financeiro do FMM às empresas brasileiras e respectivos projetos, pelo prazo de 120 dias:

Apoio Marítimo

I. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA (CNPJ nº 07.864.634/0001-31): construção de 3 (três) embarcações do tipo PSV-4.500, cascos NAV-145, NAV-146, NAV-147, anteriormente priorizada conforme o inciso I do art. 1º da Resolução CDFMM nº 159, de 8 de agosto de 2017, com valor total de R$ 507.416.199,57 (quinhentos e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos), que correspondem a US$ 144.456.015,37 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e trinta e sete centavos), com data-base de 14 de abril de 2016, processo nº 50000.116366/2016-43.

Carga

II. AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ nº 08.745.465/0001-83): construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio para Transporte de Derivados de Petróleo de 482 DWT, anteriormente priorizada conforme o inciso II do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor total de R$ 6.939.972,73 (seis milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), que correspondem a US$ 2.137.217,52 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e dezessete dólares norte-americanos e cinquenta e dois centavos), com data-base de 01 de setembro de 2016, processo nº 50000.119434/2016-26.

III. SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S.A. (CNPJ nº 08.309.960/0001-40): construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro, modelo Suezmax DP2 de 157.000 TPB, anteriormente priorizada conforme o inciso III do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor de R$ 3.177.370.186,99 (três bilhões, cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), que correspondem a US$ 981.518.036,26 (novecentos e oitenta e um milhões, quinhentos e dezoito mil, trinta e seis dólares norte-americanos e vinte e seis centavos), com data-base de 24 de agosto de 2016, processo nº 50000.118948/2016-64.

Conversão

IV. MARLIN NAVEGAÇÃO S/A (CNPJ nº 20.854.869/0001-00): conversão da embarcação "Skandi Flamengo", do tipo PSV para o tipo OSRV, anteriormente priorizada conforme o inciso IV do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor total de R$ 15.131.154,38 (quinze milhões, cento e trinta e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos), que correspondem a US$ 4.670.109,38 (quatro milhões, seiscentos e setenta mil, cento e nove dólares norte-americanos e trinta e oito centavos), com data-base de 26 de setembro de 2016, processo nº 50000.119141/2016-49.

Reparo

V. MARLIN NAVEGAÇÃO S/A (CNPJ nº 20.854.869/0001-00): reparo de 3 (três) embarcações, denominadas "Skandi Copacabana", "Skandi Flamengo" e "Skandi Leblon", anteriormente priorizado conforme o inciso IX do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor total de R$ 10.612.777,25 (dez milhões, seiscentos e doze mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos), que correspondem a US$ 3.275.548,53 (três milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito dólares norte-americanos e cinquenta e três centavos), com data-base de 27 de setembro de 2016, processo nº 50000.119140/2016-02.

Estaleiro

VI. BRASIL BASIN DRYDOCK COMPANY INVESTIMENTOS EM ESTALEIRO LTDA (CNPJ nº 25.425.193/0001-53): construção de Estaleiro de Reparos para embarcações de médio e grande porte, localizado no Município de Lucena - PB, anteriormente priorizada conforme o inciso VI do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor de R$ 2.153.271.726,42 (dois bilhões, cento e cinquenta e três milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), que correspondem a US$ 663.525.083,99 (seiscentos e sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitenta e três dólares norte-americanos e noventa e nove centavos), com data-base de 06 de setembro de 2016, processo nº 50000.119136/2016-36.

VII. ESTALEIRO NAVSHIP LTDA (CNPJ nº 07.171.021/0002-08): construção de Estaleiro de Reparos no município de São João da Barra - RJ, anteriormente priorizada conforme o inciso II do art. 1º da Resolução CDFMM nº 159, de 8 de agosto de 2017, com valor total de R$ 294.410.608,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e dez mil e seiscentos e oito reais), que correspondem a US$ 96.616.765,55 (noventa e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, setecentos e sessenta e cinco dólares norte-americanos e cinquenta e cinco centavos), com data-base de 18 de junho de 2015, processo nº 50000.028715/2015-90.

Transporte de Passageiros

VIII. INTERNACIONAL MARÍTIMA LTDA (CNPJ nº 12.539.110/0001-05): construção de 2 (duas) embarcações do tipo Catamarã, anteriormente priorizada conforme o inciso X do art. 1º da Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016, com valor total de R$ 6.463.759,46 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos) que correspondem a US$ 1.969.457,48 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete dólares norte-americanos e quarenta e oito centavos), com data-base de 27 de julho de 2016, processo nº 50000.119239/2016-04.

Art. 3º Aprovar as alterações de prioridades descritas a seguir:

Apoio à Navegação

I. CAMORIM OFFSHORE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA. (CNPJ nº 09.096.163/0001-94): alteração de projeto de 1 (uma) embarcação do tipo Rebocador LH 3000 convencional para o tipo Rebocador com propulsão tri azimutal de 45 TTE, casco ETP-045, originalmente priorizada conforme o inciso V do art. 1º da Resolução CDFMM nº 105, de 30 de novembro de 2011, com acréscimo de valor de R$ 20.239.408,52 (vinte milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), que correspondem a US$ 6.424.801,13 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e um dólares norte-americanos e treze centavos), com data-base de 03 de outubro de 2017, processo nº 50000.042537/2017-71.

Reparo

II. WILSON, SONS OFFSHORE S.A. (CNPJ nº 08.376.900/0001-40): alteração de estaleiro para reparo de 1 (uma) embarcação do tipo PSV, denominada "Tagaz", do Wilson Sons Estaleiros Ltda (CNPJ: 10.320.573/0002-37) para o Estaleiro Mauá S/A (CNPJ: 02.926.485/0001-74), sem alteração de valor em relação à prioridade anteriormente concedida por meio do inciso V do art. 1º da Resolução CDFMM nº 156, de 4 de maio de 2017, processo nº 50000.119817/2016-02.

Art. 4º Dar publicidade ao cancelamento, por decurso do prazo, das prioridades de apoio financeiro do FMM, concedidas aos postulantes e respectivos projetos, conforme as seguintes Resoluções:

I. Resolução CDFMM nº 152, de 11 de novembro de 2016:

a) SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S.A.: construção de 8 (oito) embarcações do tipo navio-tanque para produtos claros de 49.000 TPB (art. 1º, inciso I), processo nº 50000.118913/2016-25.

II. Resolução CDFMM nº 153, de 8 de dezembro de 2016:

a) BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S/A: suplementação de recursos para a construção de 3 (três) embarcações, cascos SM-11, SM-20 e SM-21 (art. 1º, inciso I), processo nº 50000.105383/2016-55.

b) AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA: construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio para Transporte de Derivados de Petróleo de 482 DWT (art. 1º, inciso II), processo nº 50000.119434/2016-26.

c) SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S/A: construção de 5 (cinco) Navios Petroleiros tipo Suezmax DP2 de 157.000 TPB para transporte de derivados escuros de petróleo (art. 1º , inciso III), processo nº 50000.118948/2016-64.

d) MARLIN NAVEGAÇÃO S/A: conversão da embarcação "Skandi Flamengo", do tipo PSV-3500 para o tipo OSRV-3250 (art. 1º, inciso IV), processo nº 50000.119141/2016-49.

e) NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA: conversão de 1 (uma) embarcação denominada "Cygnus" do tipo Rebocador para o tipo Empurrador (art. 1º, inciso V, alínea "a"), processo nº 50000.119511/2016-48.

f) BRASIL BASIN DRYDOCK COMPANY INVESTIMENTOS EM ESTALEIRO LTDA: construção de estaleiro de reparos para embarcações de médio e grande porte, localizado no Município de Lucena - PB (art. 1º, inciso VI), processo nº 50000.119136/2016-36.

g) NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA: construção de 3 (três) embarcações do tipo Barcaça Graneleira de 4.000 TPB (art. 1º, inciso VII), processo nº 50000.119523/2016-72.

h) MARLIN NAVEGAÇÃO S/A: reparo de 3 (três) embarcações (art. 1º, inciso IX), processo nº 50000.119140/2016-02.

i) INTERNACIONAL MARÍTIMA LTDA: construção de 2 (duas) embarcações do tipo Catamarã (art. 1º, inciso X), processo nº 50000.119239/2016-04.

j) PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO: suplementação de recursos para a construção de 6 (seis) embarcações, do tipo Navio Tanque Suezmax, cascos EAS-C-001, EAS-C-003, EAS-C-004, EAS-C-005, EAS-C-006, EAS-C-007 (art. 3º, inciso I), processo nº 50000.119093/2016-99.

k) PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO: suplementação de recursos para a construção de 4 (quatro) embarcações, do tipo Navio Tanque Produtos, cascos M-199, M-200, M-203, M-204 (art. 3º, inciso II), processo nº 50000.119093/2016-99.

l) PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO: suplementação de recursos para a construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio Tanque Panamax, casco EI-511 (art. 3º, inciso III), processo nº 50000.119093/2016-99.

III. Resolução CDFMM nº 159, de 8 de agosto de 2017:

a) BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA: construção de 6 (seis) embarcações do tipo PSV-4.500, cascos NAV-145, NAV-146, NAV-147, NAV-148, NAV-149 e NAV-150 (art. 1º, inciso I), processo nº 50000.116366/2016-43.

b) ESTALEIRO NAVSHIP LTDA: construção de Estaleiro de Reparos no município de São João da Barra - RJ (art. 1º, inciso II), processo nº 50000.028715/2015-90.

Art. 5º Dar publicidade ao cancelamento, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Portaria GM nº 253, de 12 de março de 2009, das prioridades de apoio financeiro do FMM concedidas por meio dos incisos VII e VIII do art. 1º da Resolução CDFMM nº 93, de 12 de maio de 2011, para o postulante e respectivos projetos:

I. PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO: construção de 64 (sessenta e quatro) embarcações do tipo Barcaça para Transporte de Etanol e 16 (dezesseis) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 1200 BHP, cascos ERT-021 a ERT-100, processo nº 50770.000508/2010-45.

Parágrafo único. Ficam mantidas as prioridades referentes à construção de 16 (dezesseis) embarcações do tipo Barcaça para Transporte de Etanol e 4 (quatro) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 1200 BHP, cascos ERT-001 a ERT-020, já entregues pelo Estaleiro e aceitos pela Postulante.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 157, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1", alínea "f", item "1" e §4º da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 2.004.950,00 (dois milhões, quatro mil, novecentos e cinquenta reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.574.950
		PROJETOS							
03 122	0581 12DN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ							1.574.950
03 122	0581 12DN 3341	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.574.950
			F	4	2	90	0	100	1.574.950
TOTAL - FISCAL									1.574.950
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.574.950

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							30.000
		PROJETOS							
03 122	0581 15B1	Construção do Edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça - Brasília II							30.000
03 122	0581 15B1 0053	Construção do Edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça - Brasília II - No Distrito Federal							30.000
			F	4	2	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							400.000
		ATIVIDADES							
03 128	0581 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							400.000
03 128	0581 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.574.950
		ATIVIDADES							
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							1.574.950
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							1.574.950
			F	3	2	90	0	100	1.500.000
			F	4	2	90	0	100	74.950
TOTAL - FISCAL									1.574.950
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.574.950

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							30.000
		PROJETOS							
03 122	0581 13C1	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF							30.000
03 122	0581 13C1 0053	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF - No Distrito Federal							30.000
			F	4	2	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							400.000
		ATIVIDADES							
03 128	0581 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento							400.000
03 128	0581 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional							400.000
			F	3	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

PORTARIA Nº 158, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (LDO 2017), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (LOA 2017), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							76.000
		ATIVIDADES							
03 301	0581 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							76.000
03 301	0581 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							76.000
			S	3	1	90	0	100	76.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									76.000
TOTAL - GERAL									76.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							20.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
03 331	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							76.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							25.000
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							25.000
			F	3	1	90	0	100	25.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							9.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							9.000
			F	3	1	90	0	100	9.000
		Operações Especiais							
03 331	0581 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							37.000
03 331	0581 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							37.000
			F	3	1	90	0	100	37.000
TOTAL - FISCAL									76.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							20.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
03 331	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 543, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 000881.2017.20.000/8, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NA JORNADA DE TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127);

resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de SOBRAL MÓVEIS & ELETRODOMÉSTICOS LTDA. - ME (CNPJ 09.015.689/0001-00, localizada na Rua Capitão Mendes, 372, centro, Itabaiana/SE, CEP 49500-000). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo dos trabalhos da Força-Tarefa instituída pela Portaria Conjunta nº 002/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 11 de abril de 2017, prorrogada pelas Portarias Conjuntas nºs 004/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 24 de julho de 2017, e 005/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 18 de outubro de 2017.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, o CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolvem:

Art. 1º Prorrogar, até o dia 18 de março de 2018, os trabalhos da Força-Tarefa instituída pela Portaria Conjunta n.º 002/2017 - MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 11 de abril de 2017, prorrogada pelas Portarias Conjuntas nºs 004/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 24 de julho de 2017, e 005/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 18 de outubro de 2017, para avaliação e diagnóstico da força de trabalho da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, abrangendo quantitativo, detalhamentos, distribuição, dimensionamento da capacidade operacional e impacto da folha de pagamento no orçamento anual de saúde.

Art. 2º Suspender os trabalhos da referida Força-Tarefa no período de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

HENRIQUE MORAES ZILLER
Controlador-Geral do Distrito Federal

JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 23, DE 13 DE DEZEBRO DE 2017

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, para apuração de fatos relacionados aos Processos Administrativos nº: 137.000.517/2016 e nº: 137.000178/2016., promovido pela Administração Regional do Guara.

BERNARDO BARBOSA MATOS
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 25, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 19 horas e 34 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial e o Ministro Bruno Dantas, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 24, referente à sessão extraordinária realizada em 22 de novembro (Regimento Interno, artigo 101).

COMUNICAÇÕES

Do Ministro Vital do Rêgo:

Proposta de realização de sessão extraordinária na próxima terça-feira, dia 12 de dezembro, às 14 horas e 30 minutos, para apreciar processo TC-034.119/2017-5, consulta formulada pelo Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Aprovada.

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-013.881/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foram autorizadas as presenças na Sala das Sessões dos advogados Poliana Oliveira Fonseca e Rogério Evangelista Santana, procuradores regularmente constituídos do SESC - Administração Regional de Minas Gerais e do SENAC - Administração Regional de Minas Gerais, respectivamente.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-005.093/2015-5 e TC-006.251/2011-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-028.990/2017-0, cujo relator é a Ministra Ana Arraes; e

TC-026.001/2016-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

O processo TC-022.853/2009-8, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, foi transferido para a pauta da sessão ordinária realizada nesta data.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-013.881/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Fábio da Costa Vilar produziu sustentação oral em nome do Serviço Social do Comércio - Administração Regional Minas Gerais e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Administração Regional Minas Gerais. Acórdão 2812.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2794 a 2810.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-009.527/2016-8 Acórdão 2811

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-013.881/2014-0 Acórdão 2812

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-015.516/2011-3 Acórdão 2813

TC-019.332/2015-7 Acórdão 2814

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição ao MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-025.761/2017-0 Acórdão 2815

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-011.877/2012-0 Acórdão 2816

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-012.901/2013-0 Acórdão 2817

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-021.085/2013-7 Acórdão 2818

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 2794 a 2806, 2808 a 2811, 2813, 2814 e 2818.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2794 a 2806 e 2808 a 2810, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 2811, 2813, 2814 e 2818, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 48/2017 Plenário
Relator Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2794/2017 - TCU Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia da instrução de peça 21 e desta deliberação ao denunciante e à Universidade Federal de Juiz de Fora, de acordo com o parecer emitido pela Secex/MG:

TC-031.984/2017-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2017 Plenário
Relator Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2795/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos

do Regimento Interno, em não conhecer da presente denúncia, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, retirar-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu arquivamento, devendo-se dar ciência desta deliberação e aos interessados.

TC-028.761/2017-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Diretório Regional do Psdb/mg - Je

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2796/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em não conhecer da presente denúncia, ante a inexistência dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, retirar-lhe a chancela de sigilo, bem como determinar o seu arquivamento, devendo-se dar ciência desta deliberação e aos interessados.

TC-036.103/2016-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC)

1.7. Representação legal: Sandro Nunes de Lima (24.693/OAB-DF) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2797/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em mandar fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

TC-025.507/2016-8 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Codevasf - Superintendência Regional de Teresina/pi - 7ª Sr; Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Piauí

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. recomendar ao Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que busque aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Saneamento Básico no estado do Piauí:

1.8.1.1. auxiliando a criação, o fortalecimento e a atuação dos órgãos e/ou entidades responsáveis pelo planejamento, prestação de serviços, regulação e fiscalização, consideradas as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade;

1.8.1.2. apoiando a confecção dos planos municipais de saneamento básico nos municípios piauienses com população acima de 50.000 habitantes em que não foram observadas iniciativas nesse sentido (Parnaíba, 150.201 habitantes; Picos, 76.749 habitantes; Piripiri, 62.695 habitantes; e Floriano, 58.892 habitantes);

1.8.2. recomendar à Fundação Nacional de Saúde Funasa que:

1.8.2.1. busque aperfeiçoar a implementação da Política Nacional de Saneamento Básico no estado do Piauí, apoiando a confecção dos planos municipais de saneamento básico nos municípios piauienses com população abaixo de 50.000 habitantes em que não foram observadas iniciativas nesse sentido;

1.8.2.2. realize diagnóstico acerca das obras de esgotamento sanitário paralisadas ou sem funcionalidade, nos municípios de Miguel Alves, Bocaina, Canto do Buriti, Palmeirais, Joaquim Pires e São João da Fronteira levantando custos e demais necessidades pertinentes para a retomada dos empreendimentos e consequente operação dos sistemas de esgotamento sanitário, comunicando ao TCU as medidas efetuadas, sem prejuízo da instauração de processo de tomada de contas especial nos casos necessários;

1.8.3. recomendar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Codevasf 7ª SR que realize diagnóstico acerca da obra de esgotamento sanitário paralisada no município de Luzilândia, levantando custos e demais necessidades pertinentes para a retomada dos empreendimentos e consequente operação do sistema de esgotamento sanitário, comunicando ao TCU as medidas efetuadas, sem prejuízo da instauração de processo de tomada de contas especial, caso necessário, bem como envide esforços no sentido de proporcionar a operação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Ilha Grande e Murici dos Portelas;

1.8.4. dar ciência às prefeituras municipais do estado do Piauí que, após 31 de dezembro de 2017, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, quando destinados a serviços de saneamento básico,

1.8.5. determinar à Secex/PI que mantenha pasta permanente com informações acerca da aplicação de recursos públicos federais em esgotamento sanitário, via transferências para municípios piauienses e para o Governo do Estado do Piauí, a fim de subsidiar a propositura e o planejamento de futuras fiscalizações;

1.8.6. determinar à Secex-PI que monitore a aplicação de recursos públicos federais na implementação de sistemas de esgotamento sanitário, tendo por base a amostra selecionada no presente levantamento, sem prejuízo dos ajustes na amostra que considerar pertinentes.

1.8.7. determinar o arquivamento do presente processo.

1.8.8. retirar a chancela de sigilo aposta aos autos.

RELAÇÃO Nº 37/2017 Plenário
Relatora Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2798/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada e não conter dados que possibilitem a identificação do autor; e em arquivar o processo.

TC-009.868/2015-1 (DENÚNCIA)

1.1. Apenso: TC 027.784/2017-7 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Classe de Assunto: VII.

1.3. Denunciante: anônimo.

1.4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2799/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com base nos arts. 169, inciso V, 234 e 235 do Regimento Interno, c/c o art. 106, §3º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 8, ao denunciante e à Agência Espacial Brasileira, para adoção das providências de sua alçada, vez que os fatos noticiados apresentam baixos risco, materialidade e relevância; e em arquivar o processo.

TC-014.568/2017-9 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Agência Espacial Brasileira.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2800/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada e não conter dados que possibilitem a identificação do autor; e em arquivar o processo.

TC-027.364/2017-8 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Anônimo.

1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (Sebrae-PE).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2801/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com base nos arts. 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno, e 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade; em considerá-la improcedente; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 6, ao denunciante e à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO); e em arquivar o processo.

TC-029.933/2017-0 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Unidade: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Rondônia (SR/DPF/RO).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2802/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 16, ao denunciante; e em arquivar o processo.

TC-031.566/2015-4 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2803/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Unidade Técnica e com fundamento nos arts. 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta denúncia e considerá-la parcialmente procedente; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 23, ao denunciante e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT e em dar ciência ao DNIT de que a falta ou a incorreção na identificação da autoridade ou do agente autuador nos autos de infração a seu cargo pode resultar na desconstituição desses documentos em caso de recurso na esfera judicial, tornando inócua a fiscalização prevista no art. 21, inciso IV, da Lei 9.503/1997 Código de Trânsito Brasileiro; e em arquivar o processo.

TC-036.514/2016-0 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 Plenário
Relator Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2804/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM em:

a) conhecer da presente denúncia, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade, sem julgamento de mérito;

b) retirar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos, consoante o disposto no art. 236, §1º, do RI/TCU;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao denunciante e à Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

TC-028.042/2017-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 44/2017 Plenário
Relator Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2805/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Denúncia a respeito de supostas práticas de má aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Fundeb, no âmbito da Prefeitura Municipal de Ubatã/BA, sob a gestão da Sra. Simeia Queiroz de Souza, Prefeita Municipal para os quadriênios 2013/2016 e 2017/2020,

Considerando o registro da Secex/BA (fl. 1, peça 4) de que os fatos denunciados dizem respeito a: (a) supressão de direitos dos professores, a exemplo do não pagamento do Piso Nacional, do Auxílio de Atividade (AC) e Regência Escolar; (b) aumento desordenado da carga horária ofertada aos "afilhados políticos", aumentando de 20 para 40 horas, onerando, de forma excessiva, a folha de pagamento, com a consequente inviabilização do pagamento do piso salarial; (c) contratação exorbitante de novos professores, quando o quadro existente já é suficiente, havendo superlotação de servidores na folha do Fundeb; (d) existência de salas com 2 professores e monitores para 5 alunos; (e) existência de professores e servidores da área de educação com laudo médico, sem ocupar a função de professor e sem serem encaminhados ao INSS, muito embora continuem recebendo pelo Fundeb; (f) existência de mais de 50 servidores ocupando cargo de monitor, o qual não foi legalmente criado; (g) excesso de comissionados na área de educação, com professores ocupando cargo de diretores, tanto na zona urbana como na zona rural, quando deveriam estar em sala de aula; (h) existência de servidores com tempo suficiente para aposentadoria que foram agraciados com cargos, onerando, assim, a folha de pagamento do Fundeb; (i) as escolas rurais praticamente não existem, posto que não há alunos suficientes, muito embora existam professores que são da zona rural e recebem seus salários normalmente;

Considerando o aspecto de a peça em questão versar sobre matéria de competência do Tribunal, referir-se a administrador ou responsável sujeito à sua jurisdição, ser redigida em linguagem clara e objetiva, conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço, e estar acompanhada de indícios concernentes às supostas irregularidades ou ilegalidades denunciadas;

Considerando, contudo, a ponderação da unidade técnica de que, embora a denúncia verse sobre recursos do Fundeb, em que a União participa com considerável parcela, os fatos apontados não são acompanhados de indícios consistentes que indiquem, efetivamente, a dilapidação de recursos públicos, sendo possível a interpretação de serem resultantes do espaço discricionário de que dispõe a Prefeita Municipal;

Considerando o acréscimo da unidade instrutiva de que, do fato aparentemente mais grave entre os denunciados, atinente ao não pagamento do Piso Nacional aos docentes, a comprovação correspondeu a notícias, veiculadas pela Internet (fls. 6/7, peça 1), acerca de greve do magistério municipal reivindicando o pagamento do referencial em questão, movimento que teve desfecho favorável aos professores, após a mediação da Promotoria local e da Associação dos Professores Licenciados da Bahia APLB, demonstrando que, se tal irregularidade existiu à época, já restou sanada (fl. 1, peça 4);

Considerando a ponderação do órgão instrutivo de que alguns outros aspectos apontados, tal como o preenchimento do cargo de diretores por professores, nem mesmo chegam a encerrar ilegalidade, inserindo-se entre os poderes e atribuições do gestor municipal (fls. 2, peça 4);

Considerando, ainda, o acréscimo da Secex/BA de que, a partir de consulta à página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia TCM/BA junto à Internet, pôde apurar que as prestações de contas da gestão da sra. Simeia Queiroz de Souza atinentes aos exercícios de 2013, 2014 e 2015 (únicas disponibilizadas naquele portal) foram julgadas regulares com ressalvas, identificando-se, nelas, que a única ressalva relativa ao Fundeb ocorreu no exercício de 2013, em função de o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb não haver sido encaminhado junto à prestação de contas, mas em data posterior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente Denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão ao denunciante e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia TCM/BA;

c) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos, alertando a Secex/BA para a necessidade de que, também em relação à instrução constante da peça 4, sejam adotadas as providências necessárias quanto à preservação da identidade do denunciante;

d) arquivar estes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

TC-005.854/2017-2 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ubatã/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secex/BA.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2806/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos, inicialmente autuados como representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades na execução de contrato celebrado pelo Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF-12), no valor de R$ 4.150,00, para a prestação de serviços de seguro de automóveis, o qual teria sido prorrogado e reajustado, em desacordo com o edital do Pregão Eletrônico 5/2015;

Considerando que, embora fundamentada nos termos do art. 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, a peça interposta possui natureza de denúncia, inclusive com a solicitação de preservação da identidade do denunciante;

Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis;

Considerando que, realizado o exame sumário nos termos do caput do art. 106 da Resolução TCU 259/2014 e com base nas premissas indicadas na Instrução Normativa TCU 63/2010, considerou-se que as supostas irregularidades apontadas nos presentes autos revestem-se de baixo risco para a unidade jurisdicionada, baixa materialidade e baixa relevância; e

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secex/PE (peça 12);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente denúncia, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU c/c o art. 103 da Resolução TCU 259/2014, e arquivar os presentes autos, após adoção das medidas indicadas no item 1.7.

TC-030.038/2017-0 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF-12)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secex/PE que altere a natureza do presente processo nos sistemas do Tribunal, de representação para denúncia, e adote as demais medidas cabíveis;

1.7.2. encaminhar, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, cópia das peças não sigilosas ao Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (CREF-12), para a adoção das providências de sua alçada quanto aos indícios de irregularidades atinentes à execução do contrato de prestação de serviços de seguro de automóveis, firmado com a empresa Sura Seguros, e ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEF);

1.7.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 12, ao denunciante, ao CREF-12 e ao CONFEF.

RELAÇÃO Nº 34/2017 Plenário
Relator Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2808/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação ao denunciante e ao Grupamento de Apoio Logístico do Comando da Aeronáutica, de acordo com o parecer emitido pela Secex/RJ:

TC-021.499/2017-9 (DENÚNCIA)

1.1. Apenso: TC-025.258/2017-6 (Solicitação).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Grupamento de Apoio Logístico do Comando da Aeronáutica MD/CA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.7. Representação legal: Dyogo César Batista Viâna Patriota, (OAB/DF 19.397), Walter Dantas Baía, (OAB/SC 6.228-B).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2809/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisitos de admissibilidade previstos no caput do referido art. 235, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

TC-030.067/2017-0 (DENÚNCIA)

1.1.oÓrgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica/Grupamento de Apoio dos Afonsos MD/CA.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4.oUnidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2017 Plenário
Relator Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2810/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 13), ao denunciante e ao Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP).

TC-022.382/2016-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Entidade: Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (Secex-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2811/2017 TCU Plenário

1. Processo nº TC 009.527/2016-8.

2. Grupo II Classe de Assunto: VII Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão: Ministério do Trabalho.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

8. Representação legal:

8.1. José Eymard Loguercio (OAB/SP 1.441-A), Karina Balduino Leite (OAB/DF 29.451) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos denúncia em desfavor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC), em face de possível irregularidade na aplicação de recursos públicos para financiar despesa com transporte, alimentação, estrutura, propaganda e contraprestação pecuniária a participantes em manifestações favoráveis ao governo federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente denúncia por atender aos requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 234 e 235 do RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar conhecimento deste acórdão ao denunciante e ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE/SC);

9.3. encaminhar cópia do presente acórdão em atenção ao que restou decidido no âmbito do TC 009.527/2016-8, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Deputado Federal Pastor Marco Feliciano;

9.4. apensar definitivamente o presente processo ao TC 020.290/2016-0, na forma dos arts. 36, 37 e 40, inciso I, todos da Resolução TCU 259/2014;

9.5.arquivar o presente processo.

10. Ata n° 25/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2811-25/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2813/2017 TCU Plenário

1. Processo TC 015.516/2011-3.

2. Grupo I Classe de Assunto: VII Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal:

8.1. Carlos Henrique da Silva Zangrando (69.863/OAB-RJ) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia sobre possíveis irregularidades verificadas na Concorrência 536/2009, tipo "melhor técnica", realizada pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., com vistas à contratação de serviços de publicidade no valor de R$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Denúncia, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa de Luis Hiroshi Sakamoto, Núbia Regina da Silva, Regiane Lúcia Lôbo Guedes, Francisco Renato Guimarães Ramos, Patrícia Maria Ribeiro de Cicco, Eliane Oliveira da Silva e Raimunda Maria Araújo Bezerra;

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis indicados abaixo, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores discriminados:

Responsável	Valor da Multa
Luis Hiroshi Sakamoto	R$ 10.000,00
Núbia Regina da Silva	R$ 5.000,00
Regiane Lúcia Lôbo Guedes	R$ 5.000,00
Francisco Renato Guimarães Ramos	R$ 5.000,00
Patrícia Maria Ribeiro de Cicco	R$ 5.000,00
Eliane Oliveira da Silva	R$ 5.000,00
Raimunda Maria Araújo Bezerra	R$ 5.000,00

9.4. determinar à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. que se abstenha de prorrogar o Contrato OC 70.769/11 celebrado com a empresa Oana publicidade Ltda., uma vez que o prazo máximo de prorrogação estabelecido pelo art. 57 da Lei 8.666/1993 foi atingido, e, caso deseje contratar a oferta de serviços de publicidade em substituição ao referido contrato, promova nova licitação.

9.5. dar ciência à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. que a ausência de justificativa escrita acerca das pontuações e a das razões que as fundamentam em cada caso, nos procedimentos licitatórios para oferta de serviços de publicidade, afronta o que dispõe o art. 11, § 4º, inciso IV, da Lei 12.232/2010;

9.6. dar ciência desta deliberação ao denunciante e à empresa Oana Publicidade Ltda.;

9.7. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público junto ao TCU para que avalie a conveniência e oportunidade de reabrir as contas da Eletrobras Amazonas Energia S.A. referentes ao exercício de 2011;

9.8. levantar o sigilos destes autos, à exceção das peças 1, 2 e 20.

10. Ata n° 25/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2813-25/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2814/2017 TCU Plenário

1. Processo TC 019.332/2015-7.

1.1. Apensos: TC-023.709/2016-2, TC-033.625/2015-8 e TC-007.236/2016-6.

2. Grupo I Classe de Assunto VII Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Seduc) e Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul (CEAE).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Denúncia na qual foram apuradas irregularidades no fornecimento de merenda escolar em escolas estaduais do Rio Grande do Sul, tendo sido constada, inclusive, a interdição de cozinhas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada de Plenário, diante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinado com o art. 268, inciso VII e § 3º, do Regimento Interno-TCU, aplicar ao Sr. José Aristides Fermino, ex-Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul, multa no valor individual de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, em atenção ao art. 214, inciso III, alínea "a", do referido Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, conforme previsto no art. 269 daquele mesmo normativo;

9.2. determinar ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul, em reiteração ao disposto na alínea "d" do Acórdão 134/2016-TCU-Plenário, que verifique a existência de outras escolas, que não as relacionadas na planilha autuada à fl. 3 da peça 13 destes autos, e que também estão oferecendo cardápio alternativo às crianças por interdição das cozinhas, a fim de acompanhar de perto a situação e cobrar agilidade na solução dos problemas junto ao Governo do Estado, na pessoa do Secretário Estadual de Educação, e/ou Coordenadores Regionais, visto ser atribuição deste Conselho monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e o cumprimento das diretrizes e objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), informando a Secex-RS, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas em cumprimento a esta determinação;

9.3. recomendar ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul que adote providências que assegurem o efetivo exercício de suas atribuições, em especial daquelas definidas no art. 25 da Lei 11.494, de 20/6/2007 e pelo art. 19 da Lei 11.947, de 16/6/2009;

9.4. dar ciência desta deliberação:

9.4.1. ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul, remetendo-lhe cópia do presente Acórdão e da planilha autuada à fl. 3 da peça 13, com vistas a lhe fornecer subsídios para as providências que deverá adotar em cumprimento ao subitem 9.2 do presente decisum;

9.4.2. aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, de modo a complementar as informações que lhes foram prestadas em cumprimento à alínea "e" do Acórdão 134/2016-TCU-Plenário, fazendo remissão, no caso desses dois destinatários, respectivamente, aos Ofícios 0074/2016-TCU/SECEX-RS e 0075/2016-TCU/SECEX-RS, ambos de 11/2/2016 (peças 19 e 20);

9.5. alertar a atual Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul de que, nos termos do art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 268, inciso VII e § 3º, do Regimento Interno-TCU, o descumprimento injustificado de decisão do TCU enseja a aplicação de multa ao responsável, independentemente de sua audiência prévia.

10. Ata n° 25/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2814-25/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2818/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-021.085/2013-7 (Sigiloso).

1.1. Apenso: TC-018.660/2012-6

2. Grupo I - Classe de assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Carlos Alves de Lima, CPF 018.070.183-50; Daniely Silva de Souza, CPF 811.707.343-91; Décio Paulo Bonilha Munhoz, CPF 310.971.540-68; Francisco Adriano Alves Castelo Branco, CPF 777.896.523-20; Francisco de Assis Pinto Bilhar Júnior, CPF 473.750.432-72; Giane Santos Almeida, CPF 004.608.563-75; José Airton de Lima, CPF 073.146.801-59; Raimundo Nonato Dias, CPF 262.660.913-72; Thais Regina da Silva Bilhar, CPF 059.162.583-05; A.P.B.J. Construções Indústria, Comércio e Serviços de Mão de Obra Ltda., CNPJ 07.405.573/0001-44; Etecon - Empresa Técnica de Construções e Consultoria Ltda., CNPJ 06.787.978/0001-21.

4. Unidade: Município de Cascavel/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar, OAB/CE 6.854; Edson Luis Monteiro Lucas, OAB/CE 18.105; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por força de determinação constante do Acórdão 62/2013 - TCU - Plenário, prolatado sobre o TC-018.660/2012-6, atinente a Representação de equipe de fiscalização, diante da constatação, durante auditoria de conformidade realizada na Prefeitura Municipal de Cascavel/CE, de indícios de irregularidades envolvendo a execução do Contrato de Repasse 330081/2010, celebrado entre aquele ente municipal e o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, com vistas à execução de pavimentação em piso intertravado de parte das Avenidas Padre Valdevino Nogueira e Chanceler Edson Queiróz, na sede daquela municipalidade, objeto cuja execução foi estimada em R$ 513.645,83 (quinhentos e treze mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), prevendo-se que o montante de R$ 493.100,00 (quatrocentos e noventa e três mil e cem reais) correria por conta de recursos federais e a parcela restante de R$ 20.545,83 (vinte mil quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) corresponderia à contrapartida,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Carlos Alves de Lima, Daniely Silva de Souza, Décio Paulo Bonilha Munhoz, Francisco Adriano Alves Castelo Branco, Francisco de Assis Pinto Bilhar Júnior, Giane Santos Almeida, José Airton de Lima, Raimundo Nonato Dias e Thais Regina da Silva Bilhar e das empresas A.P.B.J. Construções Indústria, Comércio e Serviços de Mão de Obra Ltda. e Etecon - Empresa Técnica de Construções e Consultoria Ltda., condenando-os em débito, solidariamente, pelas quantias constantes do quadro a seguir, e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até as datas dos efetivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
29/06/2012	326.925,30	02/01/2013	98.620,00	03/01/2013	35.700,44

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Antônio Carlos Alves de Lima, Daniely Silva de Souza, Décio Paulo Bonilha Munhoz, Francisco Adriano Alves Castelo Branco, Francisco de Assis Pinto Bilhar Júnior, Giane Santos Almeida, José Airton de Lima, Raimundo Nonato Dias e Thais Regina da Silva Bilhar e às empresas A.P.B.J. Construções Indústria, Comércio e Serviços de Mão de Obra Ltda. e Etecon - Empresa Técnica de Construções e Consultoria Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a fixação

do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 271 do Regimento Interno do TCU, declarar inidôneas as empresas A.P.B.J. Construções Indústria, Comércio e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 07.405.573/0001-44) e Etecon - Empresa Técnica de Construções e Consultoria Ltda. (CNPJ 06.787.978/0001-21) para participarem, pelo prazo de 3 (três) anos, de licitação que envolva recursos públicos federais; e

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92 c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 25/2017 Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2818-25/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 2807, adotado no processo TC-028.901/2016-9, constante da Relação nº 45 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2812, adotado no processo TC-013.881/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2815, adotado no processo TC-025.761/2017-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2816, adotado no processo TC-011.877/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

Acórdão nº 2817, adotado no processo TC-012.901/2013-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Os acórdãos de nº 2807, 2812, 2815, 2816 e 2817 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 20 horas e 28 minutos, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro, na Presidência, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 12 de dezembro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

ATA Nº 50, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministros Raimundo Carreiro e Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 14 horas e 37 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial e o Ministro Bruno Dantas, em férias.

ELEIÇÕES E POSSE DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO TCU

A Presidência informou que a primeira parte da sessão será destinada ao processamento das eleições de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União para o ano civil de 2018, e, em sua segunda parte, à apreciação de processos incluídos em pauta.

Convidou, então, o Ministro Walton Alencar Rodrigues para assumir a Presidência.

Processada a eleição para Presidente e encontrados na urna nove votos, todos para o Ministro Raimundo Carreiro, foi proclamado eleito Presidente do Tribunal de Contas da União, para o ano civil de 2018, o Ministro Raimundo Carreiro.

Realizada a eleição para Vice-Presidente e encontrados na urna nove votos, todos para o Ministro José Múcio Monteiro, foi proclamado eleito Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, para o ano civil de 2018, o Ministro José Múcio Monteiro.

Às 14 horas e 56 minutos, o Presidente Walton Alencar Rodrigues suspendeu a sessão ordinária e declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário destinada à posse dos eleitos.

Em seguida, os Ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro, prestaram, sucessivamente, o compromisso previsto no Regimento Interno.

Lido o termo de posse e nele colhidas as assinaturas do Presidente e dos Ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro, a Presidência declarou-os empossados nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do TCU, para exercício a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Cumprida sua finalidade, o Ministro Walton Alencar Rodrigues encerrou, às 14 horas e 59 minutos, a sessão extraordinária e convidou o Ministro Raimundo Carreiro para reassumir a Presidência da sessão ordinária.

O Presidente Raimundo Carreiro reabriu a sessão ordinária às 15 horas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 49, referente à sessão ordinária realizada em 29 de novembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 30 de novembro e 6 de dezembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 025.493/2013-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 005.160/2017-0
Interessado: Cel Engenharia Ltda /Tabocas Participacoes Empreendimentos AS/ Congresso Nacional (Vinculador)/ Transenergia Goiás S/A /J. Malucelli Energia S/A e outros
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 030.127/2017-3
Interessado: Congresso Nacional (Vinculador)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 030.310/2017-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 030.318/2017-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 030.330/2017-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 031.225/2017-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 031.499/2017-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 031.673/2017-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 032.244/2017-7
Interessado: SECEX-AL/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - ALAGOAS
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 032.836/2017-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 034.033/2017-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 034.058/2017-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 005.650/2006-7
Interessado: Mauro Celio de Almeida Marzochi, /Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/MT, Ronaldo Cezar Coelho, Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ e outros
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 015.025/2017-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas - artigo 18-A da Resolução-TCU 175/2005 e dos artigos 8 e 9 da Resolução-TCU 280/2016
Tipo do sorteio: Fiscalização de obras públicas - Ministros e Ministros-Substitutos
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 035.129/2015-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Recurso: 014.022/2008-5/R002
Recorrente: Denise Coelho Flausino
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 017.779/2008-0/R001
Recorrente: Bruna Mariana de Oliveira Lemos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 032.766/2008-6/R003
Recorrente: Wandenkolk Pasteur Goncalves
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 007.524/2010-2/R002
Recorrente: Lino Sérgio do Lago Fantuzzi
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 025.437/2010-0/R001
Recorrente: Jose Airton Cavalcanti de Morais
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 004.551/2012-5/R001
Recorrente: Marcelo Pereira Borges/Stanley Rodrigues Bastos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 006.216/2012-9/R003
Recorrente: Ricardo Felipe Valle Rego de Aragao
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 006.216/2012-9/R005
Recorrente: Marco Antônio de Araújo Fireman
Motivo do sorteio: Pedido de reexame

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 006.216/2012-9/R006
Recorrente: Fernando Antônio Dantas da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 014.145/2012-0/R001
Recorrente: Giovanni Coleman de Queiroz
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 014.145/2012-0/R002
Recorrente: EPG CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 015.209/2013-0/R001
Recorrente: Paulo Henrique Lima/ Rede de Informacoes para o Terceiro Setor - RITS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 025.407/2013-9/R001
Recorrente: Antônia Lúcia Navarro Braga
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 025.409/2013-1/R001
Recorrente: Indústria e COM de Laticínios Ideal LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 028.486/2013-7/R001
Recorrente: Tenorio & Tenorio Ltda. ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 028.486/2013-7/R002
Recorrente: José Arcanjo Pereira Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 000.372/2014-5/R001
Recorrente: Gilvandro Alves Cordovil do Nascimento
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 014.248/2014-0/R002
Recorrente: Manoel Raimundo Pantoja Araújo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 028.532/2014-7/R001
Recorrente: Odebran Construtora Ltda - EPP
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 001.719/2015-7/R001
Recorrente: Pompílio de Lourdes Canavez
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 003.016/2015-3/R001
Recorrente: José de Azevedo Dias
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 014.295/2015-6/R001
Recorrente: Rodrigo Medeiros de Lima - Procurador
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 014.295/2015-6/R002
Recorrente: José Lopes Pereira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.404/2015-0/R001
Recorrente: Carlos José Castro Marques
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 027.949/2015-0/R001
Recorrente: Rosival Lopes dos Santos
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 029.027/2015-2/R001
Recorrente: GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 029.027/2015-2/R002
Recorrente: Cássio Murilo Trovo Hidalgo
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 015.913/2016-3/R001
Recorrente: Prefeitura Municipal de Goiânia - GO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 023.480/2016-5/R001
Recorrente: Advocacia-Geral da União
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 023.480/2016-5/R002
Recorrente: Secretaria-Geral da Presidência da República
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 025.098/2016-0/R001
Recorrente: Claudinei Xavier Novato
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 026.605/2016-3/R001
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 028.309/2016-2/R001
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 034.667/2016-4/R001
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 034.667/2016-4/R002
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 035.963/2016-6/R001
Recorrente: Ministério da Saúde (Vinculador)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 035.967/2016-1/R001
Recorrente: Flavio da Silva Mota
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 035.968/2016-8/R001
Recorrente: Ministério da Saúde (Vinculador)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 005.506/2017-4/R004
Recorrente: Confederacao Nacional dos Servidores e Funcionarios Publicos das Fundacoes, Autarquias e Prefeituras Municipais - CSPM
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 005.506/2017-4/R005
Recorrente: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias - MA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 005.506/2017-4/R006
Recorrente: SINTEPP
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 011.811/2017-0/R001
Recorrente: Prefeitura Municipal de Tucano - BA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 023.055/2017-0/R001
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 024.243/2017-5/R001
Recorrente: Luiza Alves de Paiva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Remessa, ao Congresso Nacional, do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre de 2017.

Realização, em 5 de dezembro, na cidade de Fortaleza/CE, da segunda edição do Diálogo Público "Nordeste 2030 - Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável", para apresentar as conclusões obtidas no Relatório Sistêmico do Nordeste, relatado pelo Ministro José Múcio Monteiro, com a participação, além do relator, do Presidente Raimundo Carreiro, do Ministro Aroldo Cedraz e do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Participação, a convite da Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel Elias Ferreira Dodge, da cerimônia pública pelo "Dia Internacional de Combate à Corrupção", no dia 3 de dezembro, na Procuradoria-Geral da República.

Agradecimento aos Ministros e Ministros-Substitutos que pautaram na presente sessão 6 (seis) processos da lista de 23 (vinte e três) processos relevantes pendentes de primeira apreciação conclusiva apresentada pela Presidência na sessão extraordinária reservada de 22 de novembro de 2017.

Homenagem à AUFC Marcia Paula Sartori por ocasião de sua aposentadoria. Os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo, os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira também homenagearam a servidora.

Iniciadas, entre os dias 27 de novembro e 1ª de dezembro, oito fiscalizações, com destaque para o acompanhamento sistemático da execução orçamentária e dos resultados fiscais da União no 5º bimestre de 2017, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo.

Em andamento, no âmbito da Segecex, o processo de Planejamento do Controle Externo para o ano de 2018, com estimativa de conclusão em abril de 2018, quando será aprovado o Plano Diretor da Segecex para o período de abril de 2018 a março de 2019. O Presidente Raimundo Carreiro convidou os Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público a participarem.

Término da implantação, em todos os gabinetes de autoridade e demais unidades localizadas em Brasília, do modelo de impressão monocromática e colorida mediante equipamentos contratados de terceiros (outsourcing). O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho usou da palavra para parabenizar a Presidência pela iniciativa.

Distribuição da escala de férias dos Ministros e Ministros-Substitutos para o exercício de 2018, elaborada de acordo com as indicações dos respectivos Gabinetes.

Agradecimento da Presidência aos Ministros, Ministros-Substitutos, Membros do MPTCU e servidores, pela valiosa colaboração durante o ano e pela renovação da confiança pelos Senhores Ministros para mais um mandato, bem como, apresentação de balanço das atividades desenvolvidas em 2017.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Recebimento, em seu Gabinete, do TC-033.054/2017-7, relativo à representação formulada pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que questiona a legalidade da operação que estaria em vias de ser realizada entre a Caixa Econômica Federal e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), após aprovação por parte do Conselho Curador desse fundo (CCFTGS).

Do Ministro Vital do Rêgo:

Homenagem à AUFC Doralice Lima Tinoco por ocasião de sua aposentadoria. O Presidente Raimundo Carreiro e os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro, os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira também homenagearam a servidora.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Homenagem ao TEFC Zilmar José Santana por ocasião de sua aposentadoria. O Presidente Raimundo Carreiro também homenageou o servidor.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2678 a 2720.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-003.280/2015-2, TC-022.305/2017-3 e TC-023.072/2017-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-003.137/2014-7 e TC-032.231/2017-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-011.919/2015-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-000.823/2017-1 e TC-041.559/2012-6, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-015.601/2009-0, TC-029.929/2015-6 e TC-034.481/2016-8, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-026.593/2015-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-008.557/2016-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

TC-011.856/2017-3, TC-017.074/2015-0 e TC-026.133/2011-3, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-011.185/2015-5 e TC-036.228/2016-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSO TRANSFERIDO DA PAUTA DA SESSÃO RESERVADA

O processo TC-022.853/2009-8, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, foi transferido da pauta da sessão extraordinária reservada a ser realizada nesta data para a presente sessão.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-024.950/2014-9, que trata de pedido de reexame interposto pelo Dnit contra determinações destinadas à alteração de normativos da autarquia que tratam da elaboração, análise e aprovação de anteprojetos utilizados em licitações sob o regime de contratação integrada do RDC, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes e primeiro revisor, o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Já votaram a relatora e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que a acompanhou.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-012.621/2016-1, que trata de aposentadoria de magistrado com tempo de advocacia desacompanhado de contribuição previdenciária, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Vital do Rêgo. Já votaram o relator, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que acompanhou o relator, e o Ministro Walton Alencar Rodrigues, que apresentou Declaração de Voto. Na fase de discussão usaram da palavra a Ministra Ana Arraes, o Ministro Vital do Rêgo e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-008.557/2016-0, que trata de auditoria nas obras de contenção de encostas em 98 setores de risco alto e muito alto no Município de Salvador/BA, no âmbito do Fiscobras 2016, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, os Drs. Maurício Brito Passos Silva e Guilherme Teixeira Pereira produziram sustentação oral em nome Consórcio

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Concreta/ECLA e de Claudio de Oliveira Torres, respectivamente. O processo foi excluído de pauta a pedido do relator.

Na apreciação do processo TC-021.009/2017-1, que trata de embargos de declaração opostos pelo Ministério Público junto ao TCU contra decisão que deu provimento ao recurso de agravo interposto pela União para negar conhecimento à representação cujo objeto era a apuração de possíveis irregularidades no pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade aos aposentados e pensionistas das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a Presidência indeferiu o pedido de sustentação oral requerido pelo Dr. Cláudio Renato do Canto Farág, em nome da ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, tendo em vista que o parágrafo 9º do art. 168 do Regimento Interno não admite a realização de sustentação oral em embargos de declaração. Acórdão 2721.

Na apreciação do processo TC-006.550/2011-8, que trata de recurso de reconsideração interposto por Egesa Engenharia S.A. e Luiz Fernando de Pádua Fonseca contra decisão que julgou irregulares suas contas e os condenou ao ressarcimento dos danos e aplicou multa em razão de irregularidades nas obras do Contorno Ferroviário de Campo Belo/MG, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, a Presidência indeferiu o pedido de sustentação oral requerido pelo Dr. Fernando Luiz Carvalho Dantas, em nome de Luiz Fernando de Pádua Fonseca, tendo em vista que a solicitação não observou o prazo mínimo de 4 (quatro) horas antes da sessão previsto no art. 168 do Regimento Interno. Acórdão 2722.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-029.192/2016-1 (Ata nº 46/2017), que trata de auditoria operacional realizada no processo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro e revisor, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Acórdão 2723.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-014.395/2011-8 (Ata nº 18/2015), que trata de auditoria realizada na Petrobras com objetivo de avaliar as licitações para contratação de serviços de afretamento das embarcações utilizadas na exploração de petróleo e gás natural, bem como a celebração e execução dos respectivos contratos, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor, o Ministro Vital do Rêgo. Acórdão 2724.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-015.406/2009-6 (Ata nº 40/2017), que trata de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo Ministério Público junto ao TCU e instaurado por decisão deste Plenário, no âmbito de processo de prestação de contas relativas ao exercício de 2008 do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional de Goiás (Sesi/GO), cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, primeiro revisor Ministro Benjamin Zymler e segundo revisor o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Acórdão 2743.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-010.501/2016-9 (Ata nº 46/2017), que trata de pedido de reexame interposto pela Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia contra decisão que determinou a glosa financeira relativa a valores pagos a maior em contrato para implantação de sistema de abastecimento de água em Araci/BA, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e revisor, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Acórdão 2731.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-005.912/2015-6 (Ata nº 44/2017), que trata de auditoria nas obras de duplicação do Anel Viário de Fortaleza na BR-020/CE, no âmbito do Fiscobras 2017, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e revisor, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira. Acórdão 2726.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-035.229/2015-2 (Ata nº 26/2017), que trata de auditoria no Tratado Brasil-Ucrânia para cooperação no uso do veículo lançador Cyclone-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e revisor, o Ministro Aroldo Cedraz. Acórdão 2727.

ATOS NORMATIVOS APROVADOS (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-031.988/2017-2 - Relator Ministro Benjamin Zymler - Acórdão 2738

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 163, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 - "Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2017 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010".

TC-018.655/2017-3 - Relator Ministro Aroldo Cedraz - Acórdão 2741

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 164, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 - "Altera dispositivos da Decisão-Normativa TCU 126, de 10 de abril de 2013, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados relativamente à inclusão e exclusão de nomes de responsáveis condenados ao pagamento de débito ou multa pelo Tribunal de Contas da União no Cadastro informativo dos créditos não quitados do setor público federal (Cadin)".

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-021.009/2017-1 - Acórdão 2721

O Presidente Raimundo Carreiro, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-006.550/2011-8 - Acórdão 2722

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-029.192/2016-1 - Acórdão 2723

Os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Vital do Rêgo usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-014.395/2011-8 - Acórdão 2724

MINISTRA ANA ARRAES

TC-015.406/2009-6 - Acórdão 2743

O Ministro Walton Alencar Rodrigues e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-010.501/2016-9 - Acórdão 2731

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-005.912/2015-6 - Acórdão 2726

TC-035.229/2015-2 - Acórdão 2727

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-014.877/2017-1 - Acórdão 2729

Os Ministros José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria.

TC-011.389/2015-0 - Acórdão 2728

TC-022.890/2015-7 - Acórdão 2730

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-001.961/2017-9 - Acórdão 2732

TC-004.038/2011-8 - Acórdão 2733

TC-008.467/2005-9 - Acórdão 2734

TC-008.472/2008-3 - Acórdão 2735

TC-014.254/2016-6 - Acórdão 2736

TC-031.437/2017-6 - Acórdão 2737

TC-031.988/2017-2 - Acórdão 2738

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-012.727/2006-4 - Acórdão 2739

TC-015.463/2012-5 - Acórdão 2740

TC-018.655/2017-3 - Acórdão 2741

TC-023.140/2017-8 - Acórdão 2742

TC-028.596/2016-1 - Acórdão 2744

TC-029.411/2017-3 - Acórdão 2745

TC-029.993/2016-4 - Acórdão 2746

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-028.523/2015-6 - Acórdão 2747

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-003.611/2014-0 - Acórdão 2748

TC-007.651/2002-0 - Acórdão 2749

TC-014.732/2017-3 - Acórdão 2750

TC-022.853/2009-8 - Acórdão 2752

TC-028.167/2017-1 - Acórdão 2753

TC-034.031/2017-0 - Acórdão 2770

TC-019.625/2017-0 - Acórdão 2751

TC-028.563/2017-4 - Acórdão 2754

TC-028.565/2017-7 - Acórdão 2755

TC-028.569/2017-2 - Acórdão 2756

TC-028.610/2017-2 - Acórdão 2757

TC-028.617/2017-7 - Acórdão 2758

TC-028.618/2017-3 - Acórdão 2759

TC-028.619/2017-0 - Acórdão 2760

TC-028.620/2017-8 - Acórdão 2761

TC-028.627/2017-2 - Acórdão 2762

TC-028.634/2017-9 - Acórdão 2763

TC-028.651/2017-0 - Acórdão 2764

TC-028.653/2017-3 - Acórdão 2765

TC-028.661/2017-6 - Acórdão 2766

TC-028.665/2017-1 - Acórdão 2767

TC-028.669/2017-7 - Acórdão 2768

TC-028.677/2017-0 - Acórdão 2769

MINISTRA ANA ARRAES

TC-003.129/2001-6 - Acórdão 2771

TC-018.119/2010-7 - Acórdão 2772

TC-019.177/2014-3 - Acórdão 2773

TC-023.251/2009-5 - Acórdão 2774

TC-025.153/2016-1 - Acórdão 2775

TC-025.397/2017-6 - Acórdão 2776

TC-029.909/2017-1 - Acórdão 2777

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-008.368/2016-3 - Acórdão 2778

TC-014.133/2017-2 - Acórdão 2779

TC-020.378/2017-3 - Acórdão 2780

O Ministro José Múcio Monteiro usou da palavra para discutir a matéria.

TC-025.287/2017-6 - Acórdão 2781

TC-025.373/2017-0 - Acórdão 2782

TC-028.316/2017-7 - Acórdão 2783

TC-028.551/2017-6 - Acórdão 2784

MINISTRO-SUBSTITUTO weder de oliveira

TC-025.971/2015-8 - Acórdão 2785

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição ao MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-019.973/2017-9 - Acórdão 2787

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-016.602/2014-5 - Acórdão 2786

TC-020.816/2013-8 - Acórdão 2788

TC-029.058/2014-7 - Acórdão 2789

TC-029.845/2016-5 - Acórdão 2790

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-023.301/2015-5 - Acórdão 2791

Os Ministros Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO-SUBSTITUTO weder de oliveira

TC-018.240/2017-8 - Acórdão 2792

TC-030.894/2015-8 - Acórdão 2793

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Estão transcritos a seguir os acórdãos de nºs 2678 a 2720, apreciados por relação, e de nºs 2721 a 2724 e 2726 a 2793, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O número 2725 não foi usado na numeração dos acórdãos.

RELAÇÃO Nº 47/2017 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2678/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria a Zenita Luiza da Fonseca, ex-servidora da Universidade Federal de Minas Gerais, submetido à apreciação desta Corte com fundamento no artigo 71, inciso III, da CRFB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade o pagamento da parcela judicial referente a horas extras;

Considerando o entendimento adotado na Decisão 100/2002 - 2ª Câmara e pacificado no âmbito desta Corte no sentido de que a incorporação de horas extras à remuneração do servidor que passou de celetista a estatutário encontra óbice intransponível na ausência de previsão legal;

Considerando o enunciado de súmula 241 desta Corte: "*As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112, de 11-12-90, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido até então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal*";

Considerando que é possível o pagamento em razão de decisão judicial, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), apenas para evitar redução nominal dos vencimentos, a qual deve ser absorvida por aumentos concedidos à carreira;

Considerando o disposto no enunciado de súmula 276 do TCU: "*As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente*" e no enunciado de súmula 279 desta Corte: "*As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma*";

Considerando que a reestruturação da carreira da interessada já foi mais do que suficiente para a absorção da parcela, como demonstram as fichas financeiras à peça 7;

Considerando que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos por ocasião da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 241, 276 e 279, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Zenita Luiza da Fonseca e negar o seu registro, em razão da inclusão de parcela judicial decorrente de horas extras na base de cálculo dos proventos;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal de Minas Gerais, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8.

1. Processo TC-024.264/2017-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zenita Luiza da Fonseca (344.088.276-49).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.2. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe à interessada o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhe que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que a interessada cujo ato foi impugnado está ciente da presente deliberação;

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações supramencionadas.

ACÓRDÃO Nº 2679/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Emanoel Jorge de Freitas (peça 12) em face do Acórdão 3.656/2009 - 2ª Câmara (peça 4, p. 83), que julgou suas contas irregulares, condenando-o ao pagamento do débito apurado e de multa.

Considerando que o referido acórdão foi publicado no D.O.U. de 10/7/2009 e que o responsável interpôs o presente recurso em 3/8/2017;

Considerando que, com base no artigo 288, *caput*, do RITCU, é de cinco anos o prazo para a interposição do recurso de revisão, contados na forma do artigo 183, inciso IV, do RITCU (da publicação do acórdão no D.O.U.);

Considerando que o responsável foi regularmente citado, na fase de instrução, no endereço registrado na base da Receita Federal do Brasil (peças 4, p. 74-76, e 5, p. 1), momento em que poderia ter exercido seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, tendo optado, contudo, por permanecer silente;

Considerando que o alegado problema de saúde não tem o condão de estender os prazos recursais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso IV, alínea "b", §3º, e 288, *caput*, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Não conhecer do recurso de revisão interposto por Emanoel Jorge de Freitas, por ser intempestivo;

b) Dar ciência deste acórdão ao recorrente e aos demais interessados.

1. Processo TC-002.646/2009-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 020.550/2009-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.552/2009-5 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Emanoel Jorge de Freitas (431.175.202-44).

1.3. Recorrente: Emanoel Jorge de Freitas (431.175.202-44).

1.4. Entidade: Instituto Amazônia Imaginária.

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.9. Representação legal: Darlene Freitas Catete da Silva (20515/OAB-PA), representando Instituto Amazônia Imaginária e Emanoel Jorge de Freitas.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2680/2017 - TCU - Plenário

Vistos, relacionado e discutidos estes autos que versam sobre recurso de revisão (R003, peça 93) interposto pela Construtora Castanheira Ltda. contra o Acórdão 5.538/2014-TCU-2ª Câmara (peça 29) retificado por inexatidão material pelo Acórdão 2.355/2015-TCU-2ª Câmara (peça 37); Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 8.443/1992;

Considerando que não foram apresentados fatos novos, mas sim alegações jurídicas, que, cumpre ressaltar, já foram amplamente discutidas no âmbito deste processo;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, ante as razões expostas pelo Relator, por unanimidade, em não conhecer do presente recurso de revisão, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art.35 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 266 do RI/TCU, dando-se ciência da instrução de peça 94 e desta deliberação à recorrente.

1. Processo TC-033.432/2012-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Construtora Castanheira Ltda (04.885.628/0001-72); Murilo Antonio Paes Landim (046.716.861-04)

1.2. Recorrente: Construtora Castanheira Ltda (04.885.628/0001-72)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Piauí - PI

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.8. Representação legal: Odonias Leal da Luz (1406/OAB-PI) e outros, representando Construtora Castanheira Ltda.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2681/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo até 21/12/2017, para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT cumpra as determinações constantes do Acórdão 3.290/2014-TCU-Plenário, de acordo como parecer da SeinfraRod:

1. Processo TC-008.017/2015-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal:

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2682/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno/TCU, em adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Secex/RS:

1. Processo TC-017.430/2017-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Medida: dar ciência à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul - Seduc/RS sobre as seguintes impropriedades identificadas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE:

1.6.1. número de nutricionistas do quadro técnico do Setor de Alimentação Escolar incompatível com a quantidade de alunos da rede pública estadual de ensino, considerando os parâmetros numéricos mínimos de referência estabelecidos no art. 10 da Resolução CFN 465/2010;

1.6.2. inexistência de divulgação das atividades do Conselho de Alimentação Escolar por meio de comunicação oficial do estado, em desacordo com o estabelecido no art. 36, inciso IV, da Resolução FNDE n.º 26/2013;

1.6.3. ausência, em escolas da rede pública estadual de ensino, de fichas técnicas de preparo das refeições no âmbito do PNAE, podendo prejudicar a orientação no preparo das refeições previstas no cardápio, em desacordo com o disposto nos arts. 14, § 7º, da Resolução FNDE 26/2013, e 3º, inciso V, da Resolução CFN 465/2010;

1.6.4. não assinatura do Termo de Compromisso acerca do controle de qualidade da alimentação escolar constante do Anexo V da Resolução FNDE 26/2013, referido em seu art. 33, §§ 1º e 2º; e

1.6.5. ausência de justificativas da não utilização do percentual mínimo de 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios mediante Chamada Pública no ano de 2016.

ACÓRDÃO Nº 2683/2017 - TCU - Plenário

Considerando que esta representação noticiou indícios de regularidade nos Editais de Chamamento Público de Estudos Portuários, lançados em 2015, pela antiga Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), a fim de subsidiar a modelagem de arrendamentos de instalações portuárias, a serem licitados pela Administração Pública;

Considerando a análise realizada pela unidade técnica especializada, no sentido de que os respectivos editais não estão em desacordo com o art. 4º, inciso III, do Decreto 8.428/2015, ao não divulgarem as premissas ou memórias de cálculo, bem como as justificativas técnicas em virtude das quais se alcançou o valor fixado;

Considerando que, por meio da Nota Técnica 72/2015/DOUP/SEP/PR, foi demonstrado que a metodologia utilizada para fixação do valor do teto único e máximo de ressarcimento, de R$ 452.851,29, observou as disposições do Decreto 8.428/2015 e as determinações do Plenário do TCU, consignadas no Acórdão 1.155/2014-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, alínea "d", inciso III, 234, § 2º, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.720/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos (extinta)

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 45/2017 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2684/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação Cezar Augusto Carneiro Benevides, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 1.521/2013-Plenário, Sessão de 19/6/2013-Extraordinária, Ata nº 22/2013, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.231/2009-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Apensos: 018.648/2013-4 (MONITORAMENTO)

1.2. Responsáveis: Cezar Augusto Carneiro Benevides (498.962.617-68); Fernando Massamori Asato (106.592.771-15); Manoel Catarino Paes (051.554.601-15); Rosa Maria Fernandes de Barros (430.736.207-10); Sebastião Luiz de Mello (142.501.011-34) e outros responsáveis arrolados à peça 8, fls. 20/27.

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: Maria Henriqueta de Almeida (4364-B/OAB-MS), representando Sebastião Luiz de Mello; Gustavo Cortes de Lima (10969/OAB-DF), representando Rosa Maria Fernandes de Barros, Fernando Massamori Asato e Manoel Catarino Paes.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2685/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 17; 18 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-025.372/2016-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Andre Luis Pereira Nunes (459.835.500-04); Anna Cristina de Moura Cruz (636.717.783-34); Cassandra Maroni Nunes (076.412.088-35); Eduardo Fonseca de Moraes (013.493.037-12); Eliane Hirai (136.216.418-66); Gilberto Vilela de Rezende (413.145.146-87); Guilherme Estrada Rodrigues (764.708.736-34); Jose Gustavo Barbosa Villaca (024.525.664-46); Luciana Bornhausen Gonzaga (534.284.719-20); Luciano Ricardo Azevedo Roda (938.234.018-15); Patryck Araujo Carvalho (143.544.748-40); Paulo Cesar Rodrigues Simões (374.779.277-49); Paulo Eduardo Toncovitch (530.691.459-49); Samuel da Silva Cardoso (704.967.301-34); Washington Gultenberg de Moura Luke (002.750.077-23)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria do Patrimônio da União

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. julgar regulares as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação plena;

1.7.2. encaminhar à Secretaria do Patrimônio da União cópia da instrução à peça 9 e desta deliberação, cujo inteiro teor poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acórdãos; e

1.7.3. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2686/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Antônio Avelino Rocha de Neiva, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, para conceder à Codevasf a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o atendimento das determinações contidas no subitem 9.1 do Acórdão 919/2017-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-030.030/2014-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2687/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 1960/2017-Plenário, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-030.159/2016-4 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - MP

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. onde se lê no Acórdão 1960/2017-Plenário "*...9.4...no prazo de noventa os resultados dos estudos para a definição da metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, consoante determinado no item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário*", leia-se ""*...9.4...no prazo de noventa dias os resultados dos estudos para a definição da metodologia que permita a apuração objetiva do atributo da dependência das empresas estatais em relação ao ente controlador, consoante determinado no item 9.4 do Acórdão 3561/2014-TCU-Plenário*".

ACÓRDÃO Nº 2688/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 276, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; dar ciência ao Município de Ipatinga/MG de que a ausência de reabertura do prazo inicialmente estabelecido nos Chamamentos Públicos 04, 05 e 06/2017 logo após efetuadas as alterações dos respectivos instrumentos, afronta o art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, que subsidiariamente rege os referidos certames, sendo desnecessária tal reabertura apenas quando, inquestionavelmente, a alteração efetuada não afetar a formulação de propostas; em dar ciência da presente deliberação ao Município de Ipatinga/MG e ao autor da representação; e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-021.127/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: KTM - Administração e Engenharia S/A (26.279.935/0001-42)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Ipatinga - MG

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: Geraldo Luiz de Moura Tavares (31817/OAB-MG) e outros, representando KTM - Administração e Engenharia S/A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2689/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento pelo relator dos pareceres constantes dos autos e com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da presente solicitação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 232 do citado Regimento, e determinar o arquivamento deste processo com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU, dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-032.230/2017-6 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Antônio Severino Filho (364.645.114-91)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lagoa/PB

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB)

1.6. Advogados constituídos nos autos: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1663) e outros

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2690/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar a prorrogação do prazo até 29/11/2017 para disponibilização das peças relativas ao processo de prestação de contas da Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado do Ceará - Senar/CE, exercício 2016, conforme pedido formulado pelo sr. José Marcelo Castro de Carvalho, Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União - Substituto, nos termos das instruções uniformes insertas às peças 2 e 3.

1. Processo TC-032.559/2017-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União (vinculador) (26.664.015/0001-48)

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2017 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2691/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em: a) autorizar o parcelamento da multa imposta pelo item 9.5.4 do Acórdão 2.721/2015- TCU-Plenário ao Sr. Jorge de Oliveira (CPF 351.220.487-20), na forma requerida pela Sra. Palmira Conceição Coelho de Oliveira (CPF 892.561.317-49 - Mat. SIAPE 06167217), beneficiária de pensão civil e sucessora do responsável, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, e artigo 46 da Lei 8.112/1990 (com redação dada pela MP nº 2225-45/2001), a serem debitados na fonte de sua pensão civil; b) com fundamento no artigo 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 do Regimento Interno/TCU, dar quitação ao Sr. Miguel Lessa Gonçalves (CPF 349.303.967-00), em face do recolhimento da multa que lhe foi imputada por meio do item 9.5.2 do Acórdão 2.721/2015-TCU-Plenário; e c) enviar cópia da presente deliberação aos responsáveis e ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.

1. Processo TC-012.030/2003-7 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2002)

1.1. Apensos: 006.942/2003-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.2. Responsáveis: Adir dos Santos Soares (631.716.867-91); Deusdeth Gomes do Nascimento (059.877.255-34); Jorge Luis da Rocha (332.385.457-87); Jorge de Oliveira (351.220.487-20); Jose Edilberto Ramalho Leite (002.349.823-49); Leonor Vaz Caldas (336.907.827-91); Letec Servicos Tecnicos e Manutencao Equipamento Hospitalar Ltda - Me (04.366.430/0001-82); M & One Servicos Reformas de Imoveis Ltda. (04.366.424/0001-25); Maria da Gloria Guimarães (823.120.107-63); Miguel Lessa Gonçalves (349.303.967-00); Paulo César Rondinelli (367.095.307-87); Rhana Carga Internacional Ltda - Epp (28.675.775/0001-86); Sergio Luiz Cortes da Silveira (817.161.767-00); Telmo Silva Hoelz (354.119.457-04); Valdemar da Silva Fagundes (222.083.561-87); Volume Construcões e Participacões Ltda (34.265.298/0001-83)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumato-ortopedia (excluída)

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: Lays Caceres Bento da Silva (50818/OAB-DF) e outros, representando Volume Construcões e Participacões Ltda; Ana Elisa Silva Corrêa e outros, representando Deusdeth Gomes do Nascimento; Jaques Fernando Reolon (22885/OAB-DF) e outros, representando Sergio Luiz Cortes da Silveira; Helio Sylvestre Tavares Neto (127250/OAB-RJ) e outros, representando Telmo Silva Hoelz; Kamilla Vieira da Silva e outros, representando Paulo César Rondinelli; Taiana Galvanho Gomes (204.560-E/OAB-RJ), representando Paulo César Rondinelli e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth; Diego Irenaldo Alves e outros, representando Rhana Carga Internacional Ltda - Epp.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2692/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI; 43, inciso I; e 53 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234, 235 e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em: a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.6 do Acórdão 2.340/2015 - Plenário; e b) reconhecer crédito a favor da Confederação Brasileira de Tênis, no valor de R$ 19.974,13, atualizado em 20/10/2017, expedindo comunicação à entidade, nos termos da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 01/2014, orientando-a, caso seja de seu interesse, a requerer ao Ministério do Esporte a restituição do valor apurado em seu favor neste processo; e c) restituir os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP), para constituição de processo de cobrança executiva, no tocante à multa aplicada pelo item 9.2 do Acórdão 2.340/2015 - Plenário.

1. Processo TC-022.352/2012-0 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 036.264/2011-3 (DENÚNCIA).

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.8. Representação legal: Maria Carolina Freire da Silva, CPF 277.322.358-60, OAB/SP 215.143; Carlos Eduardo Alves Oliveira, OAB/SP 188.560; Walter Ramos da Costa Porto, OAB/DF 6.098); Antonio Perilo de Sousa Teixeira Neto, OAB/DF 21.359; Carlos Henrique Vieira Teixeira, OAB/DF 12.378); Adale Luciane Telles de Freitas, OAB/DF 18.453; Guilherme Augusto Fregapani, OAB/DF 34.406; Ricardo Pinto Marzola Júnior, CPF 224.266.168-06, representando Confederação Brasileira de Tênis - CBT; Walter Ramos da Costa Porto (6098/OAB-DF) e outros, representando Jorge Lacerda da Rosa; Ricardo Pinto Marzola Jr, representando Rodrigo Bueno Marzola.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2693/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "e" e art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 7º, inciso II e parágrafo único, da Instrução Normativa-TCU 63/2010 e no parecer emitido nos autos (peça 3), em conceder, excepcionalmente, a prorrogação de prazo para o envio da prestação de contas anual da Casa da Moeda do Brasil (CMB) referente ao exercício de 2016, independentemente de notificação do Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União Substituto.

1. Processo TC-031.957/2017-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Casa da Moeda do Brasil.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 58/2017 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2694/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável Francisco de Assis Germano Arruda, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.3 do Acórdão nº 648/2007 - Plenário, Sessão de 18/4/2007, Ata nº 15/2007:

Valor original da multa: R$ 30.000,00 data de origem: 18/4/2007

Valor recolhido	data	Valor recolhido	data	Valor recolhido	data
R$ 1.261,67	13/11/2014	R$ 1.261,67	30/12/2014	R$ 1.261,67	30/01/2015
R$ 1.261,67	02/03/2015	R$ 1.261,67	30/03/2015	R$ 1.261,67	30/04/2015
R$ 1.261,67	29/05/2015	R$ 1.261,67	30/06/2015	R$ 1.261,67	30/07/2015
R$ 1.261,67	28/08/2015	R$ 1.261,67	30/09/2015	R$ 1.261,67	30/10/2015
R$ 1.261,67	30/11/2015	R$ 1.261,67	30/12/2015	R$ 1.261,67	29/01/2016
R$ 1.261,67	29/02/2016	R$ 1.261,67	30/03/2016	R$ 1.261,67	29/04/2016
R$ 1.261,67	30/05/2016	R$ 1.261,67	30/06/2016	R$ 1.261,67	29/07/2016
R$ 1.261,67	30/08/2016	R$ 1.261,67	30/09/2016	R$ 1.261,67	28/10/2016
R$ 1.261,67	30/11/2016	R$ 1.261,67	29/12/2016	R$ 1.261,67	30/01/2017
R$ 1.261,67	01/03/2017	R$ 1.261,67	30/03/2017	R$ 1.261,67	02/05/2017
R$ 1.261,67	30/05/2017	R$ 1.261,67	30/06/2017	R$ 1.261,67	31/07/2017
R$ 1.261,67	30/08/2017	R$ 1.261,67	02/10/2017	R$ 1.261,67	30/10/2017
R$ 6.335,07	13/11/2017				

1. Processo TC-010.997/2004-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 020.911/2017-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.910/2017-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 014.878/2007-6 (SOLICITAÇÃO); 015.476/2009-0 (SOLICITAÇÃO); 013.065/2004-5 (REPRESENTAÇÃO); 012.062/2004-9 (SOLICITAÇÃO); 013.469/2004-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Francisco de Assis Germano Arruda (073.970.463-04); Luiz Alberto Cruz de Oliveira (059.775.095-53); Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães (000.141.923-49); Paulo Pereira Jucá (117.108.373-49); Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (070.763.984-00); Roberto Smith (270.320.438-87); Victor Samuel Cavalcante da Ponte (375.091.107-00)

1.3. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX/CE).

1.7. Representação legal: Fernando Granvile (OAB/SP 116.077); Haroldo Maia Junior; Lucas Rabêlo Campos; Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira (OAB/DF 15.229)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2695/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, i ndeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado, arquivando-se o processo após cientificar a representante e a Caixa Econômica Federal, com o envio de cópia da respectiva instrução :

1. Processo TC-032.239/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Amanda Gia Brandão Pinto (114.680.556-07)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Selog

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2696/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237, 242, incisos I e II, e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar; rejeitar a solicitação de ingresso da representante como parte, por não ter apresentado razões que justifiquem a adoção dessa medida, e expedir a determinação abaixo indicada, sugerida nos pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo após cientificar a representante e a unidade jurisdicionada, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-032.311/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Akiyama S.A. Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas (02.688.100/0001-88)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)

1.6. Representação legal: Daniele Pimenta Pardim (OAB/PR 72.881) e outros

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências que serão adotadas para a implantação de identificação biométrica nas suas agências e, no prazo de até 5 (cinco) dias após sua publicação, o envio de cópia do novo edital que vier a ser redigido para a aquisição dos sistemas e serviços relacionados a essa demanda.

ACÓRDÃO Nº 2697/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar, arquivando-a e dando ciência ao representante, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.546/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.2. Representante: E-Sales Soluções de Integração Ltda. (07.385.111/0001-02)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Aluana Ribeiro Las Cazas Ersinzon (OAB/DF 52.229)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2017 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2698/2017 - TCU - Plenário

Vistos estes embargos de declaração opostos pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal - Assejus, pela Associação dos Servidores do Tribunal Superior Eleitoral - Assertse e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF (peça 162) contra o acórdão 1.857/2017 - Plenário, que indeferiu o pedido de ingresso nos autos dessas entidades e não conheceu do pedido de reexame por elas interposto contra o acórdão 1.120/2017 - Plenário que, por sua vez, ao considerar procedente representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip com vistas a fiscalizar a concessão administrativa do reajuste de 13,23%, referente a Vantagem Pecuniária Individual (VPI), aos servidores públicos federais de órgãos que compõem o Poder Judiciário e o Ministério Público, expediu determinações a serem cumpridas por esses órgãos e pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Superior Tribunal Militar.

Considerando que a Anajustra, a Assejus, a Assertse e o Sindjus/DF tiveram suas solicitações de ingresso nos autos como interessados recusadas por meio do acórdão 1.857/2017 - Plenário;

considerando que os fundamentos adotados estão claramente expostos no corpo da deliberação contestada;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em não conhecer destes embargos de declaração; em dar ciência desta deliberação aos recorrentes; e em restituir o processo à Secretaria de Recursos para prosseguimento do feito.

1. Processo TC-014.624/2016-8 (RECURSO - REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Embargantes: Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra; Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal - Assejus, Associação dos Servidores do Tribunal Superior Eleitoral - Assertse e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF.

1.3. Unidades: Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Justiça Federal; Ministério Público da União; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11555) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2699/2017 - TCU - Plenário

Vista esta solicitação do Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União de dilação, por mais 30 (trinta) dias, do prazo para lançar no sistema e-Contas peças da prestação de contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) relativas ao exercício de 2016.

Considerando que a solicitação deriva de atraso na execução dos trabalhos, em função da necessidade de aprofundamento dos procedimentos de auditoria realizados pela Controladoria-Geral da União junto às unidades jurisdicionadas, tendo em vista o escopo negociado com o Tribunal de Contas da União;

considerando que o IFAM já concluiu a entrega do relatório de gestão e que ainda não foram vencidas as etapas da manifestação do órgão de controle interno e do pronunciamento do Ministro supervisor;

considerando que este Tribunal já concedeu 90 (noventa) dias de prorrogação de prazo, por meio do acórdão 2.489/2017 - Plenário, e que carece de fundamento o argumento da necessidade de prazo maior para aprofundamento dos procedimentos de auditoria, visto que o escopo da auditoria de gestão foi negociado previamente entre a CGU e o TCU considerando o prazo ordinário concedido pela DN TCU 156/2016 para atuação do órgão de controle interno;

considerando a proposta da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas no sentido do indeferimento da solicitação.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 7º da IN-TCU 63/2010, em indeferir o pleito e em dar ciência desta deliberação ao solicitante.

1. Processo TC-029.105/2017-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 34/2017 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2700/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) expedir quitação ao Sr. Tarcísio Estefano Rosa (CPF 299.887.729-04), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 454/2017-TCU-Plenário (peça 86);

b) encaminhar cópia da presente deliberação ao responsável.

1. Processo TC-028.642/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Aureliano Diniz Moreira (102.146.661-15); Carlos Renato do Amaral Portilho (024.542.846-18); Cleocimar Pedroso de Jesus (625.094.382-04); Dalton José de Oliveira (221.944.791-04); Francisco Paulo Almeida da Rocha (192.643.992-91); Joaquim Antônio de Carvalho Brito (111.238.264-04); José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (524.117.291-20); José da Costa Carvalho Neto (044.602.786-34); Krisjanis Figueiroa Bakuzis (658.571.431-87); Luis Carlos Guedes Pinto (050.568.707-06); Luis Hiroshi Sakamoto (098.737.591-15); Luiz Armando Crestana (197.843.090-68); Marcos Aurélio Madureira da Silva (154.695.816-91); Marcos Vinícius de Almeida Nogueira

(317.578.981-15); Maria Pedrinha de Barros (098.831.501-72); Nélisson Sérgio Hoewell (199.278.000-53); Paulo Roberto dos Santos Silveira (191.588.407-10); Radyr Gomes de Oliveira (119.281.152-68); Rodrigo Moreira (510.236.012-49); Rodrigo Vilella Ruiz (074.421.787-31); Ronaldo Ferreira Braga (075.198.183-49); Tarcísio Estefano Rosa (299.887.729-04); Tulio Neiva Rizzo (283.118.331-68); Wagner Montoro Júnior (695.120.007-68).

1.2. Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Representação legal: Maria do Socorro Gama da Silva (OAB/AM 5.365); Juliana Passos dos Santos (OAB/AM 7.815); Ana Carolina Reis Magalhães (OAB/DF 17.700); Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2701/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por Ivo de Barros Silva em face do Acórdão 259/2012-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa (peças 23, p. 28-29).

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando, in casu, que os documentos trazidos aos autos não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, uma vez que representam fatos já conhecidos e analisados, dos quais decorreram a irregularidade imputada ao recorrente;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;

Considerando que o não acolhimento do pleito relativo à realização de novas perícias ou diligências para elucidar os assuntos tratados nos autos é questão que foi expressamente enfrentada no Voto condutor da deliberação que apreciou os recursos de reconsideração interpostos por outros responsáveis contra o Acórdão 259/2012-TCU-Plenário;

Considerando que o estudo técnico supostamente realizado pela empresa Terrascience (peça 11, p. 64-109), carreado aos autos na fase de apresentação das alegações de defesa, não pode ser considerado documento novo com eficácia sobre a prova produzida, seja porque já constava dos autos, seja sobretudo por se tratar de documento apócrifo, sem a identificação e a qualificação do técnico responsável por sua elaboração;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Ivo de Barros Silva, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU; e

b) dar ciência desta decisão ao recorrente.

1. Processo TC-006.457/1999-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 002.736/2015-2 (Cobrança Executiva); 002.738/2015-5 (Cobrança Executiva); 002.737/2015-9 (Cobrança Executiva); 016.832/2015-9 (Monitoramento); 002.740/2015-0 (Cobrança Executiva); 010.021/2002-0 (Relatório de Auditoria); 014.445/1999-9 (Solicitação); 002.739/2015-1 (Cobrança Executiva); 009.676/2003-7 (Relatório de Auditoria).

1.2. Responsáveis: CEC Engenharia e Consultoria S/C Ltda (00.083.159/0001-17); Claudio Geraldo Seixas Guedes (169.218.954-91); Construtora Ikal Ltda (67.778.043/0001-73); Francisco Mariano da Silva (133.074.444-68); Hildeberto Santos Araújo (044.023.327-53); Ivo de Barros Silva (053.901.414-15); Jose Bartolomeu da Silva Ramos (036.311.332-00); Jose Gaspar Cavalcanti Uchoa (001.172.694-68); José Newton Mamede Aguiar (021.281.103-78); Telmilson Atamir Cunha (065.469.274-20).

1.3. Recorrente: Ivo de Barros Silva (053.901.414-15).

1.4. Órgão: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Daniel George de Barros Macedo (OAB/PE 21.041); Bruno Nóbrega de Andrade (OAB-PE 36.388) e outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2702/2017 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto por José Antonio Cavalcante em face do Acórdão 2.795/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito e multa (peça 30).

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;

Considerando, in casu, que entre o início do prazo do prazo prescricional e a citação do ora recorrente, transcorreram-se menos de dez anos, razão pela qual a prescrição da pretensão punitiva não merece prosperar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitidos pelo MPTCU, em:

c) não conhecer do recurso de revisão interposto pelo José Antonio Cavalcante, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU;

d) dar ciência desta decisão ao recorrente.

1. Processo TC-013.857/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Antonio Cavalcante (469.293.044-68).

1.2. Recorrente: José Antonio Cavalcante (469.293.044-68).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de São José da Tapera/AL.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: José Cícero Braga (OAB/AL 2.206)

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2703/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em:

a) prorrogar, até 15/4/2018, o prazo para atendimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão 1.712/2017-TCU-Plenário; e

b) dar ciência desta decisão à Secretaria de Orçamento Federal.

1. Processo TC-014.981/2017-3 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessada: Defensoria Pública da União - DPU.

1.2. Órgãos: Banco Central do Brasil; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Macr avaliação Governamental (Semag).

1.6. Representação legal: Maria Jose da Silva Lima e outros, representando Secretaria de Orçamento Federal - MP.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2704/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e" e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no subitem 9.2.2 do Acórdão 1.843/2017-TCU-Plenário.

1. Processo TC-033.318/2016-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Interessados: Congresso Nacional; Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda (70.073.275/0001-30); Ivaí Engenharia de Obras S.A. (76.592.542/0001-62).

1.2. Órgão: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Norte - DNIT/MT.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.6. Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605), Paulo Aristóteles Amador de Sousa e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2705/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar cumpridas as recomendações contidas nos subitens 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão 1.251/2017-TCU-Plenário, sem prejuízo de que esta Corte de Contas revise a questão em oportunidades futuras, caso entender pertinente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.327/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Virginia Bracarense Lopes; Debora Maria Cerqueira de Oliveira (OAB/DF 53.858) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2706/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 276, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa JF de Araújo Serviços de Informática ME, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);

d) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-028.131/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2707/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 276, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

e) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

f) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pelo escritório de advocacia Fialho Salles - Fialho, Canabrava, Andrade, Salles Advogados, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

g) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

h) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-032.710/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 43/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2708/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) expedir certificado de quitação à Sra. Eliete da Cunha Beleza (CPF 240.446.282-20) e à empresa Mariuá Construções Ltda. (CNPJ 03.540.153/0001-10), ante o recolhimento integral do débito solidário no valor de R$ 29.682,00 e da multa individual no valor de R$ 2.800,00, que lhes foram imputados por força do Acórdão 2.779/2011-TCU-2ª Câmara, reformado pelo Acórdão 9.434/2012-TCU-2ª Câmara, com parcelamento autorizado conforme o Acórdão 5.139/2015-TCU-2ª Câmara, de acordo com os comprovantes acostados aos autos;

b) reconhecer crédito no valor de R$ 408,38 a favor da empresa Mariuá Construções Ltda. (CNPJ 03.540.153/0001-10), decorrente do pagamento do débito e da multa efetuado a maior, conforme demonstrativos constantes às peças 149 e 150, determinando à Secex/AM que adote os procedimentos previstos na Portaria Conjunta Segecex/Segedam 1, de 28/5/2014;

c) dar ciência da presente deliberação, acompanhada do pronunciamento à peça 151, aos responsáveis;

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V e § 1º, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-031.685/2008-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eliete da Cunha Beleza (CPF 240.446.282-20) e Mariuá Construções Ltda. (CNPJ 03.540.153/0001-10).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: João Batista de Almeida (OAB/DF 2067), Américo Gorayeb Neto (OAB/AM 3.923), Vera Carla Nelson Cruz Silveira (OAB/DF 19.640), Lino José de Souza Chixaro (OAB/AM 1567) e outros;

ACÓRDÃO Nº 2709/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos do segundo monitoramento do cumprimento das determinações contidas no Acórdão 731/2015-TCU-Plenário, prolatado em processo de auditoria de conformidade realizada no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA).

Considerando que no primeiro monitoramento, julgado por meio do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário, em razão da reestruturação administrativa no âmbito do Governo Federal, as determinações e recomendações ainda não completamente implementadas foram redirecionadas ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que passaram a deter a competência de implementá-las;

Considerando que as informações prestadas pelo INSS e pelo MAPA no âmbito do presente monitoramento demonstram a evolução da implementação das medidas previstas no Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário;

Considerando que este Tribunal adotou nova sistemática de acompanhamento anual da concessão e pagamento dos benefícios trabalhistas (fiscalização contínua), com o objetivo de identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades em benefícios trabalhistas;

Considerando a proposta da SecexPrevidência de que a continuação do monitoramento do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário ocorra nos autos do processo de acompanhamento anual dos benefícios trabalhistas relativos ao exercício de 2017 (TC-020.992/2017-3);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar implementados os itens 9.3.1, 9.3.4, 9.4 e 9.5 do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário;

b) considerar parcialmente implementados os itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.3.2 do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário;

c) considerar não implementado o item 9.3.3 do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário;

d) determinar à SecexPrevidência a continuação do monitoramento dos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 1095/2016-TCU-Plenário, no âmbito do Acompanhamento dos benefícios trabalhistas (Fiscalização Contínua) relativos ao exercício de 2017, processo TC-020.992.2017-3, apensando o presente monitoramento aos referidos autos;

e) arquivar o presente processo com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-019.312/2015-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.5. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2710/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada por empresa licitante, Arch2 Arquitetura e Design Ltda., a respeito de supostas irregularidades ocorridas na Tomada de Preços 1/2017, promovida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, para reforma, modernização e readequação, com acréscimo de área, do seu edifício-sede;

Considerando que a representante se insurgiu contra a vedação ao somatório de atestados de capacidade técnica e contra a exigência de capacitação técnica em ambientes pré-determinados (subsolo, garagem, áreas de trabalho, auditório, refeitório e arquivo);

Considerando, quanto à vedação ao somatório de atestados, as justificativas constantes do item 12.7.5, "d", do edital pela complexidade do objeto licitado e os precedentes desta Corte (a exemplo dos Acórdãos 2.362/2013-Plenário e 7.105/2014- 2ª Câmara);

Considerando, no que tange à exigência de capacitação técnica em ambientes pré-determinados, que a indicação de ambientes faz parte da descrição das parcelas de maior relevância e de valor significativo da obra, que tal descrição consta adequadamente do edital, que a indicação dos ambientes se encontra devidamente motivada (item 12.7.5, alíneas "e" a "r", do edital) e que não houve contestação da Representante contra os motivos de tal exigência;

Considerando, por outro lado, a constatação da Selog quanto à indevida exigência de que na data prevista para entrega dos documentos, a Licitante devesse comprovar que possui em seu quadro permanente Responsável Técnico de nível superior (item 11.13 do edital), em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal (a exemplo do item 9.3.4 do Acórdão 1.446/2015-TCU-Plenário);

Considerando, por fim, toda a análise e as conclusões oferecidas pela unidade instrutiva (peças 13-15);

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a presente representação improcedente;

c) dar ciência ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) sobre a exigência indevida de que, na data prevista para entrega dos documentos, a Licitante já possuísse, em seu quadro permanente, Responsável Técnico de nível superior, identificada no item 11.13 do edital da Tomada de Preços 1/2017, o que afronta o entendimento deste Tribunal (Precedentes: Acórdão 1.446/2015-TCU-Plenário (Ministro Relator Augusto Sherman); Acórdão 1.447/2015-TCU-Plenário (Ministro Relator Augusto Sherman); Acórdão 1.084/2015-TCU-Plenário (Ministro Relator Benjamin Zymler); e Acórdão 3.014/2015-TCU-Plenário - Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues), com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;

d) encaminhar cópia da instrução à peça 13 e desta deliberação ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e à Representante, Arch2 Arquitetura e Design Ltda.; e

e) arquivar os presentes autos, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes motivos que justifiquem a medida.

1. Processo TC-020.805/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Arch2 Arquitetura e Design Ltda. (CNPJ 37.086.600/0001-24)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Medicina Veterinária

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Aline Pinheiro Macedo Couto (36453/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Medicina Veterinária.

RELAÇÃO Nº 33/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2711/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido (30/10/2017), para que o Ministério dos Esportes cumpra a determinação constante do Acórdão 1.103/2017 - Plenário, de acordo com o parecer da SecexEduc:

1. Processo TC-004.014/2015-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte - SE/ME.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2712/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 10 (dez) dias, a contar da notificação desta deliberação, para que o Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia apresente suas razões de justificativa em cumprimento ao disposto no subitem 9.1 do Acórdão n. 2.371/2017 - Plenário:

1. Processo TC-003.807/2011-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Andre Martins de Araujo (027.456.224-39); Construções e Comércio Camargo Correa S/A. (61.522.512/0001-02); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Antônio Ehret Garcia (820.696.201-82).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.6. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Fernando Antonio dos Santos Filho (37.934/OAB-DF) e outros, representando Construções e Comércio Camargo Correa S/A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 43/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2713/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos foram autuados inicialmente como denúncia para investigar possíveis irregularidades no 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado;

Considerando que a peça inicial noticiou irregularidades na condução do Pregão nº 6/2005 e do Pregão nº 7/2015, além de aduzir que o 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado utilizaria indevidamente as atas de registros de preços para executar obras e serviços de engenharia (construção, ampliação, adequação, reforma e restauração), entre outros questionamentos;

Considerando que, conquanto a peça exordial fosse apócrifa, o Tribunal decidiu, por meio do Acórdão 900/2016-TCU-Plenário, alterar a natureza do processo de denúncia para a de representação da unidade técnica, nos termos do art. 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, já que as questões trazidas aos autos mereciam ser investigadas;

Considerando que o aludido Acórdão 900/2016-TCU-Plenário determinou ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) que, no prazo de até 60 (sessenta) dias, se manifestasse conclusivamente sobre a existência, ou não, das supostas irregularidades noticiadas nestes autos, ficando o processo sobrestado até a remessa da referida manifestação do CCIEx;

Considerando que, na sua resposta por intermédio do Ofício 378-SCCR/CCIEx (Peça nº 17), o CCIEX informou que, em atenção ao Ofício Secex/RJ nº 944/2016, fora designada a equipe de auditoria para analisar o Pregão Eletrônico (SRP) nº 6/2015 e o Pregão Eletrônico (SRP) nº 7/2015 (Peça nº 17, p. 2), atentando especialmente para as possíveis irregularidades noticiadas na ata de registro de preços da Orion Construções e Comércio Ltda.;

Considerando que o relatório de fiscalização decorrente da Visita de Auditoria Não Programada (VANP) realizada pela 2ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (2º ICFEx) teria resultado na emissão de Nota de Auditoria encaminhada ao 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (2º GAC L), solicitando as justificativas atinentes aos quantitativos empenhados;

Considerando que, diante disso, a Secex/RJ promoveu a diligência junto à 2º ICFEx, por intermédio do CCIEx, com o intuito de obter a manifestação sobre o atendimento à solicitação veiculada pela referida Nota de Auditoria decorrente VANP no 2º GACL;

Considerando que o CCIEx apresentou, em mídia digital, a documentação referente à aludida Nota de Auditoria, além de cópia do Extrato do Parecer de Auditoria n° 036-2017/SAGEF/CCIEx, de 4 de outubro de 2017, com a análise sobre o Relatório de Auditoria Especial produzido pela 4ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (4ª ICFEx) em face da demanda inerente às contratações do 32° Batalhão de Infantaria Leve (32° BIL) junto à Orion Construção e Comércio Ltda, nos exercícios de 2014 a 2016;

Considerando que também foi acostada aos autos a cópia do Extrato do Parecer de Auditoria n° 037-2017/SAGEF/CCIEx, de 4 de outubro de 2017, com a análise sobre o Relatório de Auditoria Especial produzido pela 4ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (4ª ICFEx) em face da demanda relativa às contratações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) junto à Metsom Ltda - EPP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016;

Considerando que, ao analisar toda essa documentação, a unidade técnica anotou que as apurações levadas a efeito pelo CCIEX, a partir da Nota de Auditoria 4/2016 e em cumprimento ao Acórdão 900/2016-TCU-Plenário, teriam resultado na constatação de falhas formais sem a geração de dano ao erário, com exceção da irregularidade apontada à Peça nº 36 (p. 9) com a informação de despesa irregular na ordem de R$ 983,26;

Considerando que a Secex/RJ anotou, ainda, a adoção das providências junto à AMAN com o intuito de apurar a responsabilidade e o devido ressarcimento ao erário, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 110/2014, junto à Metsom Comercial Ltda. (Peça nº 36, p. 8-11);

Considerando, assim, que as referidas informações demonstrariam a adoção das medidas necessárias ao saneamento das falhas detectadas nos Pregões Eletrônicos nºs 6 e 7/2015, tendo também sido adotadas as providências junto à AMAN para apurar a responsabilidade e o devido ressarcimento em relação ao valor de R$ 983,26, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 110/2014, junto à Metsom Comercial Ltda.;

Considerando, pelo exposto, que, ao se constatar a procedência da presente representação, o TCU deve determinar que, no prazo de 45 dias, o CCIEx informe os resultados das recomendações expedidas a partir da Nota de Auditoria 4/2016 e dos Extratos dos Pareceres de Auditorias nºs 36 e 37-2017/SAGEF/CCIEx;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

b) levantar o sobrestamento determinado pelo item 1.7.2.1 do Acórdão 900/2016-TCU-Plenário; e

c) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-008.054/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão: 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.6. Representação legal: Bruno José de Miranda (OAB/DF 29.207), representando a Orion Construções e Reformas Ltda. - EPP.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, informe o TCU sobre o resultado final das providências adotadas em decorrência das recomendações expedidas por meio da Nota de Auditoria 4/2016 e dos Extratos dos Pareceres de Auditorias 36 e 37-2017/SAGEF/CCIEx;

1.7.2 à Secex/RJ que:

1.7.2.1 envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx); e

1.7.1.2. arquive os presentes autos, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação contida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 2714/2017 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos cuidam de representação autuada em cumprimento à determinação proferida pelo item 9.5 do Acórdão 771/2013-TCU-Plenário, ao apreciar a auditoria realizada no Município de Itarema - CE com o objetivo de verificar a aplicação, no exercício de 2009, de recursos federais repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar- PNATE, do Programa Saúde da Família-PSF, do Programa Bolsa Família-PBF e de transferências voluntárias;

Considerando que, por meio do Acórdão 1820/2017-Plenário, o TCU conheceu da presente representação, para considerá-la procedente, determinando a sua conversão em tomada de contas especial e, por conseguinte, a realização da citação solidária dos responsáveis listados no item 1.7.1.1 do referido acórdão (Marcos Robério Ribeiro Monteiro - CPF 425.502.703- 04, Daruma Construções e Empreendimentos Ltda. - CNPJ 23.568.447/0001-67, Pratika Incorporações Ltda. - CNPJ 02.868.326/0001-60, e Aja Engenharia Ltda. - CNPJ 05.218.697/0001- 95;

Considerando que a unidade técnica constatou à Peça nº 203 que, conquanto a sua instrução técnica (Peça nº 159) tivesse sugerido que, ao se converter aos autos em contas especiais, fosse realizada a citação dos responsáveis solidários arrolados item IV.1 (Marcos Robério Ribeiro Monteiro -377.885.663-49; Francisca Leoneide de Freitas Lima - 674.211.803-20; José Edson Rios Filho- 425.502.703-04); Daruma Construções e Empreendimentos Ltda.-23.568.447/0001-67; Pratika Incorporações Ltda. -02.868.326/0001-60; e Aja Engenharia Ltda. -05.218.697/0001-95), o Acórdão 771/2013-TCU-Plenário não trouxe, na relação de responsáveis solidários descritos no item 1.7.1.1, os nomes de Francisca Leoneide de Freitas Lima (CPF 674.211.803-20) e de José Edson Rios Filho (CPF 425.502.703-04), além de ter constatado que o número do CPF de Marcos Robério Ribeiro Monteiro constante no item 1.7.1.1 (CPF 425.502.703-04) não corresponde ao registrado no sistema Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Receita Federal (CPF 377.885.663-49);

Considerando que, na instrução à Peça nº 203, a Secex/CE apontou ainda que houve lacuna no Acórdão 771/2013-TCU-Plenário, por não mencionar a exclusão da Firme e Venâncio Ltda. - ME. (CNPJ 09.353.355/0001-39) e da EC de Carvalho - ME (CNPJ 08.665.901/0001-04) na correspondente relação processual, conforme sugerido no seu pronunciamento à Peça nº 159, já que teria ficado constatado nos autos que essas empresas teriam se beneficiado apenas dos recursos municipais;

Considerando, diante disso, que a unidade técnica propôs a retificação do rol de responsáveis, com a inclusão dos nomes de Francisca Leoneide de Freitas Lima (CPF 674.211.803-20) e de José Edson Rios Filho (CPF 425.502.703-04), a correção do CPF de Marcos Robério Ribeiro Monteiro, a inserção do item 1.7.4 para fazer a exclusão da responsabilidade da Firme e Venâncio Ltda.- ME. (CNPJ 09.353.355/0001-39) e da EC de Carvalho - ME (CNPJ 08.665.901/0001-04), e, por conseguinte, a renumeração dos itens 1.7.4, 1.7.5 e 1.7.6 do referido acórdão;

Considerando que, no parecer acostado à Peça nº 219, o Ministério Público junto ao TCU manifestou a sua concordância com a proposta da unidade técnica;

Considerando que, de fato, afigura-se pertinente a retificação do item 1.7.1.1 do Acórdão 771/2013-TCU-Plenário (rol de responsáveis), com a inclusão do nome de Francisca Leoneide de Freitas Lima (CPF 674.211.803-20) e de José Edson Rios Filho (CPF 425.502.703-04), a correção do CPF de Marcos Robério Ribeiro Monteiro;

Considerando, todavia, que não se mostra necessário que no acórdão retificador conste a exclusão de responsabilidade das aludidas empresas, já que elas não teriam sido sequer chamadas em audiência, nos autos deste TC-009.285/2013-0, não tendo ostentado, portanto, a condição de responsáveis;

Considerando, dessa forma, que cabe, no presente momento, retificar apenas o item 1.7.1.1 do Acórdão 771/2013-TCU-Plenário, mantendo-se inalterados aos demais itens do referido julgado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.820/2017 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Ordinária de 23/8/2017 (Ata nº 33/2017), no que concerne ao seu item 1.7.1.1, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/CE, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

a) onde se lê:

"1.7.1.1. Responsáveis solidários: Marcos Robério Ribeiro Monteiro (CPF 425.502.703-04); Daruma Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 23.568.447/0001-67); Pratika Incorporações Ltda. (CNPJ 02.868.326/0001-60) e Aja Engenharia Ltda. (CNPJ 05.218.697/0001-95), pelas seguintes irregularidades (Ocorrências e Conduta dos responsáveis):"

leia-se:

"1.7.1.1. Marcos Robério Ribeiro Monteiro (CPF 377.885.663-49); Francisca Leoneide de Freitas Lima (CPF 674.211.803-20); José Edson Rios Filho (CPF 425.502.703-04); Daruma Construções e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 23.568.447/0001-67); Pratika Incorporações Ltda. (CNPJ 02.868.326/0001-60); e Aja Engenharia Ltda. (CNPJ 05.218.697/0001-95), pelas seguintes irregularidades (Ocorrências e Conduta dos responsáveis):"

1. Processo TC-009.285/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Município de Itarema/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: Antonio Braga Neto (OAB/CE 17.713) e outros, representando Marcos Robério Ribeiro Monteiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2715/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em sintonia com a proposta da unidade técnica (Peça nª 85), em:

a) deferir as solicitações apresentadas pelos representantes legais das empresas abaixo discriminadas para conceder às respectivas empresas a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento ao item 9.2.1 do Acórdão 2.319/2017-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido:

Peça	Nome do Solicitante	OAB	Empresa
68, 71 e 75	Fernanda Ferreira Cortes e outros	160.980/RJ	IESA Óleo e Gás S/A
69	Cesar Augusto Guimarães Pereira e outros	18.662/PR	Construtora OAS S/A
70	Rui Pereira Camilo Junior e outros	111.471/SP	TECHINT Engenharia e Construção S/A
72	Claudio Coelho de Souza Timm e outros	16.885/DF	SKANSKA Brasil Ltda.
73	Adjair da Cunha dos Santos	353.060/SP	ENGEVIX Engenharia e Projetos S/A
74	Jéssica Moreira Bueno Calil	343.128/SP	GALVÃO Engenharia S/A
76	Gilberto Mendes Calasans Gomes	43.391/DF	Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A
77	José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz	106.810/RJ	MPE Montagem e Projetos Especiais S/A
78	Jean Guilherme Arnaud Deon e outros	44.764/DF	PROMOM Engenharia Ltda.
79	Thays Chrystina Munhoz de Freitas e Fernanda Leoni	251.381/SP e 330.251/SP	Mendes Junior Trading e Engenharia S/A
87 e 88	Igor Felipe Araújo de Souza e outros	41.605/DF	Construtora Norberto Odebrecht S.A.
89	Gilberto Mendes Calasans Gomes	43.391/DF	Andrade Gutierrez Engenharia S.A.

b) autorizar, desde já, a concessão de igual prazo aos demais responsáveis arrolados nos autos, caso venham a solicitar semelhante medida para o atendimento ao aludido item 9.2.1 do Acórdão 2.319/2017-TCU-Plenário;

1. Processo TC-029.988/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura.

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

1.3. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro Jose Barusco Filho (CPF 510.515.167-49); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNPJ 15.102.288/0001-82); Construtora OAS S.A. (CNPJ 14.310.577/0001-04); Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (CNPJ 61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94); Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60); Engevix Engenharia S.A. (CNPJ 00.103.582/0001-31); Iesa Óleo & Gás S.A. (CNPJ 07.248.576/0001-11); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. (CNPJ 19.394.808/0001-29); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89); Toyo Setal Empreendimentos Ltda. - SOG (CNPJ 15.563.826/0001-36); Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02); Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S.A. (CNPJ 44.023.661/0001-08); GDK S.A. (CNPJ 34.152.199/0001-95); Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

1.6. Representação legal:

1.6.1 José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810), representando MPE Montagens e Projetos Especiais S/A;

1.6.2. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Promon Engenharia Ltda.;

1.6.3. Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando U T C Engenharia S/A.;

1.6.4. Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 251.382) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S A;

1.6.5. Guilherme Ferreira Gomes Luna (OAB/SP 247.093) e outros, representando Galvão Engenharia S/A.;

1.6.6. Ruy Pereira Camilo Junior (OAB/SP 111.471) e outros, representando Techint Engenharia e Construção S/A.;

1.6.7. Camila Batista Rodrigues Costa (OAB/DF 46.475), representando Construtora OAS S.A.;

1.6.8. Pedro da Silva Machado (OAB/RJ 86.278) e outros, representando Iesa Óleo & Gás S.A;

1.6.9. Júlio Cezar Thomaz (OAB/SP 261.352-D) e outros, representando Engevix Engenharia e Projetos S/A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2716/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em parcial sintonia com a proposta da unidade técnica (Peça nª 47), em:

a) deferir parcialmente a solicitação apresentada pelo Sr. Leonardo Candido Bastos (OAB/RJ 131.474), como representante legal do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, e, diante da necessidade de se também respeitar o princípio da celeridade processual, conceder a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para o atendimento ao item 9.3 do Acórdão 2.319/2017-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido; e

b) autorizar, desde já, a concessão de igual prazo aos demais responsáveis arrolados nos autos, caso venham a solicitar semelhante medida para o atendimento ao aludido item 9.3 do Acórdão 2.319/2017-TCU-Plenário;

1. Processo TC-029.991/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura.

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

1.3. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Pedro Jose Barusco Filho (CPF 510.515.167-49); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNPJ 15.102.288/0001-82); Construtora OAS S.A. (CNPJ 14.310.577/0001-04); Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (CNPJ 61.522.512/0001-02); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94); Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60); Engevix Engenharia S.A. (CNPJ 00.103.582/0001-31); Iesa Óleo & Gás S.A. (CNPJ 07.248.576/0001-11); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. (CNPJ 19.394.808/0001-29); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89); Toyo Setal Empreendimentos Ltda. - SOG (CNPJ 15.563.826/0001-36); Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02); Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80); UTC Engenharia S.A. (CNPJ 44.023.661/0001-08); GDK S.A. (CNPJ 34.152.199/0001-95); Galvão Engenharia S.A. (CNPJ 01.340.937/0001-79).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

1.7. Representação legal: Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041), Leonardo Candido Bastos (OAB/RJ 131.474) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2717/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, de acordo com o disposto no art. 10, III, da Instrução Normativa TCU 63/2010, conjugado com o disposto na Decisão Normativa TCU 147/2015, deve constar do rol de responsáveis o membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade.

Considerando que o Sescoop/PI encontrava-se sob intervenção de seu diretório nacional e que o interventor nomeado pela entidade nacional desempenha o papel de autoridade máxima da unidade regional.

Considerando que devido ao processo de intervenção, o conselho de administração do Sescoop/PI atuou de forma apenas consultiva, tendo sido suas atribuições regimentais desempenhadas pelo Conselho Nacional do Sescoop.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas dos responsáveis relacionados a seguir regulares com ressalva, em razão das impropriedades citadas abaixo e dar-lhes quitação.

- fragilidades no acompanhamento do processo seletivo 1/2015 para contratação de pessoal;
- ausência de prévia pesquisa de preços de mercado e fracionamento de despesas para contratação de serviços;
- fragilidades na formalização de processo de dispensa de licitação.

1. Processo TC-008.417/2017-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Flodoaldo Alves de Alencar (040.436.421-72); Jose de Arimatea Costa da Silva (450.930.753-53).

1.2. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí (Sescoop/PI).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Piauí (Secex-PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí (Sescoop/PI) que:

1.7.1.1. não foram disponibilizadas, para cada responsável indicado no rol, as informações previstas no art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010, observando-se a ausência do ato formal de nomeação/designação, endereço residencial completo e endereço de correio eletrônico;

1.7.1.2. o item 9.2.3 do acórdão 699/2016-TCU-Plenário recomendou a todas as entidades do "Sistema S" que envidem esforços para a melhoria dos seus processos de controle, estudando a viabilidade da implantação de unidades de auditorias internas, sem perder de vista a autonomia regional de cada departamento, a fim de aprimorar a eficácia dos seus processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

1.7.2. dar ciência desta decisão ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí (Sescoop/PI), ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e à Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí (CGU/PI).

ACÓRDÃO Nº 2718/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em encerrar a presente auditoria no sistema Fiscalis e determinar o apensamento destes autos ao processo TC 020.456/2016-6, dando-se ciência desta deliberação ao Senac/ARRJ e ao Sesc/ARRJ.

1. Processo TC-023.807/2016-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Orlando Santos Diniz (793.078.767-20).

1.2. Entidades: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: Gabriel Ciriaco Lira (OAB/DF 47.212) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro e Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2719/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014 e na forma do art. 143, V, "c", do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em sobrestar o andamento deste processo até que se resolva a questão suscitada no agravo mencionado no Despacho do Relator, de 5/9/2017, exarado no âmbito do TC 020.456/2016-6.

1. Processo TC-003.741/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Orlando Santos Diniz (793.078.767-20).

1.2. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: Gustavo Marinho de Carvalho (OAB/SP 246.900) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2720/2017 - TCU - Plenário

Preliminarmente, registro que atuo nos autos em razão de convocação para exercer as funções de Ministro, em virtude de afastamento do Senhor Ministro Bruno Dantas, nos termos da Portaria-TCU nº 530, de 30/11/2017.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 15; 16, inciso IV; 183, parágrafo único; 235; e 237, inciso VI e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: i) prorrogar o prazo para cumprimento das determinações constantes do item 9.4 do Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário, assim como de seus respectivos subitens, por 180 (cento e oitenta) dias a partir do vencimento original; e ii) prorrogar o prazo para resposta da oitiva contida nos subitens 9.5.5, 9.5.6 e 9.5.7 do Acórdão 2.121/2017-TCU-Plenário por 45 (quarenta e cinco) dias a partir do vencimento original.

1. Processo TC-022.280/2016-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC 027.227/2017-0 (Solicitação).

1.2. Interessado: Telefônica Brasil S/A (02.558.157/0001-62).

1.3. Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.7. Representação legal: Maria Augusta Viegas e outros, representando Telefônica Brasil S/A; Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2721/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.009/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Cristina Machado da Costa e Silva (744.451.387-20).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Fazenda (vinculador); Ministério do Trabalho.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF) e outros, representando Unafisco Sindical.

8.2. Claudio Renato do Canto Farag (14.005/OAB-DF) e outros, representando Anfip Associacao Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

8.3. Araceli Alves Rodrigues (26.720/OAB-DF) e outros, representando Sind. Nac. da Insp. do Trabalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, embargos de declaração opostos pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas ao Acórdão nº 2.000/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos interessados e ao órgão jurisdicionado;

9.3. determinar à Segecex que formalize processo apartado com vistas ao planejamento e à execução de fiscalização destinada a examinar a natureza jurídica do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Aduaneira e na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho instituído pela Lei 13.464/2017, bem como a verificar a correspondente repercussão nos pagamentos a servidores ativos e a inclusão dessa parcela em aposentadorias e pensões, ficando a critério da unidade formular o modelo adequado de fiscalização a ser executado, diante do expressivo volume de beneficiários do referido bônus.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2721-50/17-P.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2722/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.550/2011-8.

1.1. Apenso: 015.279/2006-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Egesa Engenharia S/A (17.186.461/0001-01); Luiz Fernando de Pádua Fonseca (586.131.106-49).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Raquel Maria Silva Campos (OAB/MG 108.953) e outros, representando Egesa Engenharia S/A.

8.2. Fernando Luiz Carvalho Dantas (OAB/DF 22.588), representando Luiz Fernando de Pádua Fonseca.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração opostos pelo Sr. Luiz Fernando de Pádua Fonseca e pela empresa Egesa Engenharia S.A. contra o Acórdão 705/2014-TCU-Plenário, que julgou irregulares as suas contas e condenou-lhes ao ressarcimento do débito e ao recolhimento de multa, lavrado no âmbito de tomada de contas especial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 705/2014-TCU-Plenário; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2722-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2723/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.192/2016-1

2. Grupo II - Classe V - Auditoria Operacional

3. Responsáveis: Fernando Bezerra de Souza Coelho Fialho (Ministro de Minas e Energia, CPF 049.210.934-66), Romeu Donizete Rufino (diretor-geral da Aneel, CPF 143.921.601-06), Luiz Augusto Nóbrega Barroso (presidente da Empresa de Pesquisa Energética, CPF 068.345.967-80) e Wilson Pinto Ferreira Junior (presidente da Eletrobras, CPF 012.217.298-10)

4. Unidades: Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica)

8. Representação Legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esta auditoria de natureza operacional realizada no processo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso IV, da Constituição Federal, 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar à Casa Civil da Presidência da República, como órgão coordenador da atuação interinstitucional do governo, que:

9.1.1. em articulação com o Ministério de Minas e Energia, no prazo de noventa dias, regularize a aprovação dos estudos de inventário e viabilidade da implantação de empreendimentos hidrelétricos, atualmente a cargo da Agência Nacional de Energia Elétrica sem a existência de respaldo legislativo que suporte tal delegação, em vista da expiração do prazo disposto no art. 2º do Decreto 4.932/2003;

9.1.2. em articulação com os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente:

9.1.2.1. no prazo de cento e vinte dias, elabore Plano de Ação para tornar efetiva a integração entre os diferentes atores envolvidos no planejamento e coordenação dos principais empreendimentos hidrelétricos estudados no país, através da institucionalização de ferramenta voltada à realização de uma avaliação sistêmica, a exemplo da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), de forma a permitir que, na etapa decisória acerca da inclusão de determinado empreendimento no planejamento de médio/longo prazo do setor, sejam adotadas decisões estratégicas que englobem o planejamento da matriz energética, o uso da água nas bacias hidrográficas, a ocupação e uso do solo, os bens tangíveis e intangíveis a serem preservados ante o possível impacto causado pela construção de grandes usinas hidrelétricas, bem como eventuais projetos de infraestrutura alternativos;

9.1.2.2. no prazo de trezentos e sessenta dias, encaminhe informações sobre o andamento da avaliação estratégica a ser realizada, com fundamento nas ações tomadas para a efetiva integração e coordenação dos diversos atores envolvidos, no que se refere aos AHEs Jatobá, São Luiz do Tapajós, São Simão Alto, Salto Augusto Baixo e Marabá;

9.1.2.3. no prazo de cento e vinte dias, adote ações efetivas com fins de levar ao Congresso Nacional proposta de regulamentação dos meios consultivos previstos no art. 231, § 3º, da Constituição Federal de 1988;

9.2. determinar ao Ministério de Minas e Energia que, no prazo de cento e vinte dias:

9.2.1. elabore nota técnica voltada à revisão do documento "Instruções para elaboração de Estudos de Viabilidade", de 1997, de modo a estabelecer, detalhadamente, os requisitos necessários para fundamentar a alternativa ou solução definida nos aspectos técnicos e socioambientais, que resultem em um projeto completo e com a precisão e qualidade adequadas à complexidade do empreendimento, incorporando os avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas e, por meio dessas inovações normativas, adote medidas visando à mitigação de alterações relevantes entre o estudo de viabilidade e o projeto básico;

9.2.2. elabore, em articulação com a Agência Nacional de Energia Elétrica e com a Empresa de Pesquisa Energética, nota técnica voltada ao estabelecimento de procedimento contínuo e estruturado de acompanhamento do desenvolvimento dos estudos de viabilidade e inventário, definindo, detalhadamente, as atividades a serem realizadas, seus prazos e responsáveis, as informações a serem prestadas pelos interessados, as análises a serem realizadas a partir dos dados periodicamente encaminhados, entre outros aspectos relevantes;

9.2.3. elabore, em articulação com a Agência Nacional de Energia Elétrica e com a Empresa de Pesquisa Energética, nota técnica voltada ao estabelecimento, em normativo, do acesso irrestrito do Poder Concedente aos dados e estudos em andamento e da obrigatoriedade de que os desenvolvedores dos estudos de inventário e de viabilidade forneçam, tempestivamente, as informações porventura solicitadas pelos órgãos e entidades competentes, estabelecendo sanções por eventuais descumprimentos de prazo ou obstruções ao acompanhamento estatal, como a não disponibilização de informações relevantes aos projetos;

9.2.4. elabore nota técnica voltada a avaliar a incorporação das seguintes propostas:

9.2.4.1. adoção das regras definidas na Resolução CPPI 1/2016 nos leilões de concessão dos empreendimentos hidrelétricos estruturantes previstos no PDE 2015-2024, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência;

9.2.4.2. inclusão, nos processos relativos a estudos de viabilidade em curso sob a égide da Resolução-Aneel 395/1998, de informação acerca da disponibilização para consulta dos respectivos estudos, em seus despachos de aceite, garantindo ampla publicidade à informação;

9.2.4.3. estabelecimento de regras voltadas à obrigatoriedade de elaboração, por parte do responsável pelo desenvolvimento dos estudos técnicos, de relatório técnico consolidado, visando à estruturação das informações produzidas e ampliação de sua publicidade;

9.2.4.4. elaboração de ambiente virtual perene adequado à obtenção de informações técnicas acerca dos empreendimentos hidrelétricos em estudo (a exemplo dos hotsites elaborados para as AHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), ampliando a publicidade acerca das informações disponíveis; e

9.2.4.5. regulamentação da realização de encontros técnicos no âmbito de leilões de concessões de empreendimentos hidrelétricos, atentando-se para a adequação dos prazos ao nível de complexidade dos aproveitamentos, visando ampliar a publicidade acerca das informações técnicas disponíveis;

9.3. recomendar à Casa Civil da Presidência da República que, em articulação com o Ministério de Minas e Energia, avalie a conveniência e a oportunidade de promover um amplo debate acerca:

9.3.1. do modelo de estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos, com especial destaque para a modelagem atualmente vigente de transferência, do Poder Concedente a terceiros, da responsabilidade pela estruturação dos estudos técnicos que definem os principais parâmetros dos potenciais identificados, em face dos riscos inerentes à assimetria de informações em prol do desenvolvedor e à possibilidade de apresentação, pelos autores, de estudos que tragam soluções subótimas, de forma a maximizar suas possibilidades de ganho no certame da futura concessão;

9.3.2. da possibilidade de os estudos destinados à estruturação de grandes empreendimentos hidrelétricos serem executados pelo estado ou um de seus entes, de forma direta ou mediante a contratação de terceiros especializados, que seriam contratualmente impedidos de participar, direta ou indiretamente, do processo licitatório que viesse a ser deflagrado para a respectiva concessão;

9.3.3. de, na hipótese anterior e em face do déficit fiscal, os estudos serem ressarcidos diretamente ao estado ou ao ente que os executou, ou, alternativamente, serem custeados por intermédio de um fundo, a exemplo da solução concebida quando da criação do Fundo de Apoio à Estruturação de Parceiras (FAEP), referido na Lei 13.334/2016;

9.3.4. da adequação de, a persistir o atual modelo de estruturação dos estudos técnicos, ser normativamente exigida a contratação de consultoria ou auditoria independente, para realizar a avaliação dos estudos submetidos a aceite;

9.4. recomendar ao Ministério de Minas e Energia que:

9.4.1. aprimore o processo de análise dos estudos de inventário e viabilidade, de modo a incluir avaliações completas e independentes de alternativas eventualmente não contempladas nos documentos apresentados para aprovação, com base nos dados coletados ao longo dos anos de estudo, entre outras fontes de informação, incluindo a análise da adequação da solução de engenharia proposta para o caso concreto, em comparação com outras possíveis, e das condicionantes socioambientais definidas na licença prévia e na declaração de reserva de disponibilidade hídrica (DRDH) pelos respectivos órgãos competentes; e

9.4.2. se abstenha, nos futuros leilões de concessão de outorga de empreendimentos hidrelétricos de grande porte, de emitir portarias específicas com prazos inferiores aos que constam da Portaria-MME 102/2016;

9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que realize auditoria, a ser coordenada pela SeinfraElétrica, com o apoio da SecexAmbiental e da Secex-MT, para análise dos procedimentos adotados pela Funai e pelo Ibama relativamente ao licenciamento socioambiental da AHE São Luiz do Tapajós, em que sejam abordadas, entre outras, as seguintes questões:

9.5.1. planejamento elaborado pela Funai e Ibama;

9.5.2. procedimentos adotados pelas referidas entidades;

9.5.3. comparação desses procedimentos com o que se poderia chamar de procedimento padrão e com outros procedimentos reais similares realizados pelas entidades;

9.5.4. entidades e pessoas responsáveis pela execução dos procedimentos (técnicos da Funai e Ibama, empresas contratadas pela Funai e Ibama, ONG"s contratadas/conveniadas/intervenientes, etc.);

9.5.5. regularidade do eventual exercício de competências legais da Funai e do Ibama por terceiros contratados/conveniados;

9.5.6. resultados e conclusões dos referidos procedimentos;

9.5.7. levantamento da situação atual dos estudos relacionados à proteção ambiental e às áreas indígenas na área de influência da AHE São Luiz do Tapajós;

9.5.8. avaliação dos fundamentos utilizados pela Funai para indicar a existência de terra indígena e declarar a inviabilidade do projeto São Luiz do Tapajós em razão da TI Sawré Muybu;

9.5.9. compatibilidade desses procedimentos e resultados com as normas constitucionais, legais e regulamentares que incidem sobre a matéria; e

9.5.10. compatibilidade desses procedimentos e resultados com as necessidades de segurança energética do País;

9.5.11. análise das falhas eventualmente identificadas, aí incluídas aquelas já apontadas no trabalho de auditoria sob apreciação;

9.5.12. formulação de propostas de possíveis soluções procedimentais e normativas para os problemas e dificuldades identificados;

9.6. estabelecer que a auditoria determinada no item 9.5 seja distribuída, por conexão, para o relator do processo de monitoramento da segurança energética;

9.7 autorizar, desde já, a instauração de processo de monitoramento voltado à verificação do cumprimento das determinações e recomendações constantes deste acórdão;

9.8. dar ciência desta deliberação:

9.8.1. às Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados;

9.8.2. às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, do Senado Federal;

9.8.3. à Casa Civil da Presidência da República;

9.8.4. ao Ministério de Minas e Energia;

9.8.5. ao Ministério do Meio Ambiente;

9.8.6. ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;

9.8.7. à Agência Nacional de Energia Elétrica;

9.8.8. às Centrais Elétricas Brasileiras S. A.;

9.8.9. à Empresa de Pesquisa Energética;

9.8.10. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

9.8.11. à Fundação Nacional do Índio;

9.8.12. ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

9.8.13. à Fundação Cultural Palmares;

9.9. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2723-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Revisor).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2724/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.395/2011-8.

2. Grupo I, Classe de Assunto V - Auditoria de Conformidade.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72) e Maria das Graças Silva Foster (CPF 694.772.727-87).

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), ambas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233), Alexandre Eliahou Andrade Dancour (OAB/RJ 126.187), Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073), Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283), Ésio Costa Júnior (OAB 59.121), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros (procurações e substabelecimentos às peças 6, 7, 8, 32, 38 a 41 e 50).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de Conformidade realizada na Petrobras com o objetivo de verificar a regularidade das licitações para contratação de serviços de afretamento das embarcações utilizadas na exploração de petróleo e gás natural, bem como a celebração e execução dos respectivos contratos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à SecexEstataisRJ que constitua processos apartados, um para cada relatório das Comissões Internas de Apuração constituídas pela Petrobras, listados na tabela inserida nestes autos à peça 72, p. 26-28, subitem 160.1, de forma a viabilizar o aprofundamento das questões apresentadas, autorizando, desde já, com fundamento no art. 47 da Lei 8.443, de 16/7/1992, e no art. 252 do Regimento Interno doTCU, a conversão de qualquer desses processos apartados em Tomada de Contas Especial nos casos em que haja indício de dano aos cofres da Petrobras;

9.2. determinar à Petrobras para que comprove, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a implantação de controles efetivos no Sistema de Afretamento e Fretamento de Navios (SAN), relativos aos afretamentos de embarcações na modalidade Voyage Charter Party (VCP), de forma a mitigar a ocorrência das irregularidades relatadas pela SecexEstataisRJ e, em especial, que possibilitem a emissão de relatórios sobre os registros referentes aos passos da negociação previstos no subitem 6.1.3.4 do Padrão de Execução - AFRETA VCP, notadamente quanto aos dados de todas as ofertas e contraofertas, de forma a demonstrar a atuação e o ganho conseguido por cada negociador, identificando o Gerente, Coordenador ou Afretador com o qual a decisão pelo fechamento da negociação tenha sido compartilhada;

9.3. autorizar, desde já:

9.3.1. o envio, à SeinfraOperações, dos documentos que, juntados a este TC 014.395/2011-8 e listados na tabela que se segue ao subitem 160.2 da peça 72 (p. 28-29), poderão subsidiar a análise de processos em aberto naquela unidade técnica especializada;

9.3.2. a obtenção, pela SecexEstataisRJ, perante a Petrobras, do resultado dos trabalhos das comissões internas de apuração ainda em curso quando da conclusão da derradeira fase de instrução deste TC-014.395/2011-8, podendo, para tanto, a unidade técnica requerer daquela empresa estatal toda a documentação utilizada pelas ditas comissões ou por elas armazenada;

9.4. dar conhecimento desta decisão à Petrobras e ao Ministério de Minas e Energia;

9.5. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2724-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Revisor).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2726/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.912/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsáveis: Cyro da Silva Costa (436.981.403-06), Diógenes José Tavares Linhares (043.131.603-10), Eudemberg Pinheiro da Silva (413.706.783-04), Francisco de Assis Aurélio Soares (112.470.023-49), Henrique Carlos Albuquerque dos Santos (829.656.843-87), Igor Siqueira Macêdo (013.227.255-51), José Abner de Oliveira Filho (477.999.603-10), José Sérgio Fontenele de Azevedo (136.228.113-15), Leonardo Matos Freitas (051.429.599-65), Luiz Heleno Albuquerque Filho (412.853.443-91), Marcos Nogueira Pinheiro (627.644.113-91), Paulo Roberto Reis Loiola (081.217.373-20), Raimundo Osci Holanda Pinheiro (060.513.243-72), Roberto Xavier de Lima (091.405.143-15) e Valter Casimiro Silveira (564.286.341-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Ceará e Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secex/CE e SeinfraRodoviaAviação.

8. Representação Legal: Yasser de Castro Holanda (OAB/CE 14.781), Márcio Christian Pontes Cunha (OAB/CE 14.471), Anderson Lamarck Pontes Parente (OAB/CE 21.964).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria realizada pela Secex/CE, em cumprimento ao Acórdão 2.757/2016 - Plenário, prolatado nos autos do TC-026.173/2016-6, na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Ceará, bem como em entidades e órgãos do Governo do Estado do Ceará, no período compreendido entre 17/4 e 16/6/2017, nas obras de duplicação do Anel Viário de Fortaleza na BR-020/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992, realizar as audiências abaixo discriminadas, para que os responsáveis, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa pelos fatos abaixo descritos:

9.1.1. do Sr. José Abner de Oliveira Filho, por ter elaborado:

9.1.1.1. os Pareceres Técnicos da 3ª Revisão de Projeto em Fase de Obras - RPFO e da 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2) das obras do Anel Viário, sugerindo a sua aprovação, sem que houvesse a prévia análise e aprovação por parte da CGCIT/DIREX/DNIT e a aprovação da Diretoria Colegiada da Autarquia em relação aos preços unitários de serviços novos que não constam do Sicro 2, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço nº 22, de 28/12/2010 do DNIT;

9.1.1.2. o Parecer Técnico da 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2) das obras do Anel Viário, sugerindo a sua aprovação, manifestando-se pela substituição dos serviços de concreto convencional por concreto auto-adensável, de valor mais elevado, sem adequada fundamentação técnica e econômica, contrariando o disposto no art. 65, inciso II, alínea b, e no art. 12 da Lei 8.666/1993;

9.1.2. do Sr. Marcos Nogueira Pinheiro por ter concordado com o disposto no Parecer Técnico da 3ª RPFO - Parte 1 das obras do Anel Viário de Fortaleza, sugerindo a sua aprovação, sem que houvesse a prévia análise e aprovação por parte da CGCIT/DIREX/DNIT e a aprovação da Diretoria Colegiada da Autarquia em relação aos preços unitários de serviços novos que não constam do Sicro 2, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço DNIT 22/2010;

9.1.3. do Sr. Francisco de Assis Aurélio Soares por ter concordado:

9.1.3.1. com o disposto no Parecer Técnico da 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2) das obras do anel viário, sugerindo a sua aprovação, sem que houvesse a prévia análise e aprovação por parte da CGCIT/DIREX/DNIT e a aprovação da Diretoria Colegiada da Autarquia em relação aos preços unitários de serviços novos que não constam do Sicro 2, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço nº 22, de 28/12/2010 do DNIT;

9.1.3.2. com o disposto no Parecer Técnico da 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2) das obras do anel viário, sugerindo a sua aprovação, manifestando-se pela substituição dos serviços de concreto convencional por concreto auto-adensável, de valor mais elevado, sem adequada fundamentação técnica e econômica, contrariando o disposto no art. 65, inciso II, alínea b, e no art. 12 da Lei 8.666/1993;

9.1.4. do Sr. Diógenes José Tavares Linhares:

9.1.4.1. por ter aprovado os Pareceres Técnicos das 3ª RPFO - Parte 1 e 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2) e tê-los encaminhado ao DER/CE para que fossem formalizados, sem que houvesse a prévia análise e aprovação por parte da CGCIT/DIREX/DNIT e a aprovação da Diretoria Colegiada da Autarquia em relação aos preços unitários de serviços novos que não constam do Sicro 2, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço DNIT 22/2010;

9.1.4.2. por ter aprovado o Parecer Técnico da 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2), que incluiu a substituição dos serviços de concreto convencional por concreto auto-adensável, de valor mais elevado, sem adequada fundamentação técnica e econômica, contrariando o disposto no art. 65, inciso II, alínea b, e no art. 12 da Lei 8.666/1993;

9.1.5. do Sr. José Sérgio Fontenele de Azevedo por ter aceitado a formalização de aditivos ao Contrato UT 03-235/2010-00, 3ª RPFO - Parte 1 e 4ª RPFO (3ª RPFO - Parte 2), mesmo sabendo que os preços unitários de serviços novos que não constam do Sicro 2 ainda estavam pendentes de apreciação conclusiva por parte da CGCIT/DNIT, em desacordo com o disposto na Instrução de Serviço DNIT 22/2010;

9.2. encaminhar, para subsídio às suas defesas, cópia deste Acórdão e da instrução lançada pela Secex/CE aos responsáveis instados em audiência.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2726-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Revisor).

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2727/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-035.229/2015-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e Agência Espacial Brasileira - AEB.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - Secexdesen.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - Secexdesen, no período de 3/10/2016 e 10/3/2017, decorrente de Solicitação do Congresso Nacional para que o Tribunal fiscalizasse o Tratado Brasil-Ucrânia para Cooperação de Longo Prazo no Uso do Veículo Lançador Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar:

9.1.1. à Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico que averigue a efetiva aplicação dos recursos e se as obras executadas até o momento, decorrentes do Tratado Brasil-Ucrânia para Cooperação de Longo Prazo no Uso do Veículo Lançador Cyclone-4, terão algum tipo de funcionalidade e/ou retorno para a sociedade, considerando que, a depender da situação a ser delineada, poderá ser instaurada tomada de contas especial;

9.1.2. ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apresente ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento deste Acórdão, dados a respeito do estágio de desenvolvimento em que se encontram os projetos mobilizadores e estruturantes estabelecidos no Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE 2012-2021;

9.2. nos termos do art. 6º da Resolução TCU 265/2014, recomendar à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao Ministério das Relações Exteriores que atuem de forma integrada e coordenada para que, em tratados internacionais que versem sobre cooperação, aquisição e/ou investimentos em projetos que envolvam risco tecnológico de alto custo, façam constar:

9.2.1. previamente à execução de desembolsos financeiros, estudos detalhados e tecnicamente fundamentados acerca de aspectos técnicos, econômicos, financeiros, comerciais, socioambientais, político-diplomáticos e jurídicos, consoante particularidades de cada projeto, com vistas a melhor avaliar os riscos dos acordos, explicitando-os claramente aos tomadores de decisão;

9.2.2. no exame de viabilidade técnica do projeto, justificativa minudente de que a opção escolhida foi a mais vantajosa para o Estado brasileiro;

9.2.3. na análise econômico-financeira do projeto, estimativa de custo e cronograma de desembolso realísticos e coerentes com os estudos técnicos do projeto;

9.3. dar ciência deste Acórdão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, à Agência Espacial Brasileira e à Alcântara Cyclone Space.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2727-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Revisor), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2728/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.389/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (em Tomada de Contas Especial)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Saul Nunes Bemerguy (053.110.802-30)
3.2. Recorrente: Saul Nunes Bemerguy (053.110.802-30).
4. Entidade: Município de Tabatinga - AM
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
8. Representação legal :
8.1. Aniello Miranda Aufiero (1579/OAB-AM), Mario Vitor M Aufiero (8.787/OAB-AM), Celio Figueiredo de Miranda e Silva (7550/OAB-DF) e outros, representando Saul Nunes Bemerguy.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Saul Nunes Bemerguy, ex-prefeito de Tabatinga/AM, contra o Acórdão 2.770/2016 - 2º Câmara, que decidiu a Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação parcial de despesas efetuadas com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, no exercício de 2009;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 288, caput e inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia do acórdão ao recorrente, ao Município de Tabatinga/AM e à Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2728-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2729/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.877/2017-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Agnaldo Fernandes Silva (011.001.337-98); Carlos Vieira Mota (086.858.781-87); Eduardo Jorge Bastos Cortes (361.017.027-15); Elza Ferreira Noronha (400.535.041-00); Marcia Abrahão Moura (334.590.531-00); Marcos Antonio Leite da Silva (987.028.407-82); Roberto Leher (754.562.817-91); Selma Regina de Assis Lopes (045.589.348-90).
4. Órgãos/Entidades: Fundação Universidade de Brasília; Hospital Clementino Fraga Filho; Hospital Universitário de Brasília - HUB; Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira (8.043/OAB-DF) e outros, representando Virgílio Caixeta Arraes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal-Sefip, com o objetivo de avaliar os controles e o efetivo cumprimento da jornada de trabalho pelos professores e profissionais de saúde da Fundação Universidade de Brasília-FUB, do Hospital Universitário de Brasília-HUB, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho-HUCFF,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. determinar à FUB que adote, imediatamente, as medida necessárias à responsabilização dos agentes públicos que deram causa aos pagamentos realizados ao embaixador do Brasil na República Tcheca, professor Marcio Florêncio Nunes Cambraia, matrícula Siape 0402840, sem a devida contraprestação de serviços, bem como à restituição, pelo referido docente, dos valores indevidamente recebidos, desde o seu afastamento, ocorrido no ano de 1985, com acréscimos previstos na legislação pertinente, instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial;
9.2. fixar o prazo de 30 dias para que a Fundação comunique ao TCU o resultado das medidas efetivamente adotadas com vistas ao cumprimento desta determinação;
9.3. determinar, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal do Rio de Janeiro que:
9.3.1. passe a divulgar ao público, em seu sítio na *internet*, as atividades vigentes de ensino, pesquisa e extensão dos professores, em consonância com o art. 3º, caput e incisos, da Lei 12.527/2011;
9.3.2. institua norma que estabeleça parâmetros a serem observados pelas unidades acadêmicas por ocasião da definição das disciplinas que cada professor ministrará no período letivo, a fim de assegurar nível razoável de objetividade e uniformidade nesse processo decisório, em atenção aos princípios da eficiência e da isonomia;
9.3.3. estabeleça mecanismos de controle voltados ao cumprimento do disposto no art. 57 da Lei 9.394/1996, no sentido de que os docentes estão obrigados ao mínimo de oito horas semanais em sala de aula;
9.3.4. abstenha-se, imediatamente, de pagar Adicional de Plantão Hospitalar-APH antes do cumprimento da carga horária semanal fixada em lei para o cargo, em consonância com o inciso I do art. 300 da Lei 11.907/2009 e com o item 9.2.6 do Acórdão 2.602/2013-TCU-Plenário;
9.4. determinar, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Fundação Universidade de Brasília que:
9.4.1. passe a divulgar ao público, em seu sítio na *internet*, as atividades vigentes de ensino, pesquisa e extensão dos professores, em consonância com o art. 3º, caput e incisos, da Lei 12.527/2011;
9.4.2. institua norma que estabeleça parâmetros a serem observados pelas unidades acadêmicas por ocasião da definição das disciplinas que cada professor ministrará no período letivo, a fim de assegurar nível razoável de objetividade e uniformidade nesse processo decisório, em atenção aos princípios da eficiência e da isonomia;
9.4.3. estabeleça mecanismos de controle voltados ao cumprimento do disposto no art. 57 da Lei 9.394/1996, no sentido de que os docentes estão obrigados ao mínimo de oito horas semanais em sala de aula;
9.4.4. regularize a situação funcional do professor Marcio Florêncio Nunes Cambraia, com vistas a evitar futuros pagamentos indevidos;
9.5. determinar, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Hospital Universitário de Brasília que:
9.5.1. adote medidas no sentido de que a remuneração dos empregados sujeitos ao sistema de ponto eletrônico seja calculada com base nos dados de frequência nele registrados, promovendo os devidos descontos, nos casos em que os empregados deixarem de cumprir a carga horária requerida para percepção da remuneração integral;
9.5.2. institua mecanismo de controle dos lançamentos manuais no sistema de frequência, a fim de evitar excesso de lançamentos e assegurar que correspondam ao horário realmente trabalhado;
9.5.3. exija dos profissionais de saúde estatutários, vinculados à Fundação Universidade de Brasília, o cumprimento da jornada de trabalho contratual de 40 horas semanais, salvo quando duração de trabalho diversa estiver estabelecida em lei especial, em respeito ao art. 19 da Lei 8.112/1990 e aos princípios da eficiência e da isonomia;
9.5.4. abstenha-se de pagar Adicional de Plantão Hospitalar-APH sem que o beneficiário tenha cumprido a carga horária semanal do cargo, fixada em lei, em consonância com o inciso I do art. 300 da Lei 11.907/2009 e com o item 9.2.6 do Acórdão 2.602/2013-TCU-Plenário;
9.5.5. adote as medidas cabíveis com vistas a restabelecer o funcionamento do sistema de registro eletrônico de frequência para fins de pagamento de APH, em atenção ao art. 16 do Decreto 7.186/2010, c/c o art. 1º do Decreto 1.867/1996;
9.5.6. apure se as empregadas abaixo relacionadas prestaram serviço ao hospital, nos dias indicados, ante a identificação de jornada dupla simultânea, e providencie a devolução dos valores porventura pagos sem a devida contraprestação de serviço, com correção monetária, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis:
9.5.6.1. Adriana Navarro Machado, matrícula Siape 1584647, no dia 30/5/2017;
9.5.6.2. Luciana Farias de Miranda, matrícula Siape 1070299, no dia 8/5/2017; e
9.5.7. apure se os 58 empregados listados no item 94 da instrução transcrita no Relatório efetivamente prestaram serviço ao hospital ao longo do mês de maio de 2017, ante a ausência de qualquer registro de entrada ou saída dos referidos empregados no sistema eletrônico de frequência, no referido período, bem como, se for o caso, providencie a devolução dos valores indevidamente recebidos, com os acréscimos previstos na legislação pertinente, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis;
9.6. determinar, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-Ebserh que adote medidas cabíveis com vistas a assegurar, nos hospitais sob sua supervisão:
9.6.1. que a remuneração dos empregados sujeitos ao sistema de ponto eletrônico seja calculada com base nos dados de frequência nele registrados, promovendo os devidos descontos, nos casos em que os empregados deixarem de cumprir a carga horária requerida para percepção da remuneração integral;
9.6.2. o efetivo controle dos lançamentos manuais no sistema de frequência, a fim de evitar excesso de lançamentos e assegurar que correspondam ao horário realmente trabalhado;
9.7. fixar o prazo de 60 (sessenta dias) para que Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Fundação Universidade de Brasília, o Hospital Universitário de Brasília e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares-Ebserh informem ao Tribunal as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das determinações objeto dos subitens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 deste acórdão, respectivamente, bem como apresentem plano de ação, com especificação das etapas e prazos necessários à conclusão das medidas pendentes ao término do prazo ora fixado;
9.8. determinar, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que adote as medidas abaixo indicadas, fixando-lhe o prazo de 60 (sessenta dias), para que informe ao Tribunal as medidas efetivamente adotadas e apresentem plano de ação, com especificação dos responsáveis, das etapas e dos prazos necessários à conclusão das medidas pendentes ao término do prazo ora fixado:
9.8.1. adote as medidas necessárias à implementação, nas universidades federais e em seus respectivos hospitais universitários, do controle eletrônico de ponto, em substituição ao registro de frequência manual (folha de ponto), a ser utilizado por todos os servidores de que trata o art. 1º do Decreto 1.867/1996; e
9.8.2. oriente os hospitais federais no sentido de que o pagamento do Adicional de Plantão Hospitalar-APH só deve ocorrer após o cumprimento da carga horária semanal fixada em lei para o cargo, independentemente de eventual flexibilização/redução da jornada de trabalho concedida administrativamente, em consonância com o inciso I do art. 300 da Lei 11.907/2009 e com o item 9.2.6 do Acórdão 2.602/2013-TCU-Plenário;
9.9. recomendar, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Educação que oriente as Instituições Federais de Ensino Superior-IFES acerca da necessidade de:
9.9.1. divulgarem ao público, em seus respectivos sítios na internet, as atividades vigentes de ensino, pesquisa e extensão dos professores, em consonância com o art. 3º da Lei 12.527/2011; e
9.9.2. instituírem norma que estabeleça parâmetros a serem observados por suas unidades acadêmicas por ocasião da definição das disciplinas que cada professor ministrará no período letivo, a fim de assegurar nível razoável de objetividade e uniformidade nesse processo decisório, em atenção aos princípios da eficiência e da isonomia;
9.10. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações e recomendações deste acórdão.
9.11. comunicar ao Ministério das Relações Exteriores a situação de irregular acumulação de remuneração, sem prestação de serviços, do embaixador do Brasil na República Tcheca, professor da FUB Marcio Florêncio Nunes Cambraia, com o encaminhamento do relatório, voto e acórdão.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2729-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2730/2017 - TCU - Penário

1. Processo nº TC 022.890/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador)
3.2. Responsáveis: Frederico Dias Falci-ME (08.058.884/0001-47); Wellerson Valerio Moreira (689.556.426-87); WM Produções e Eventos Ltda. (10.737.964/0001-70).
4. Entidade: Município de São Geraldo do Baixio/MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).
8. Representação legal:
8.1. Saint Clair Campanha Filho (89253/OAB-MG) e outros, representando Wellerson Valerio Moreira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em decorrência da em decorrência da impugnação de despesas do Convênio 697/2009 (Siafi 704.113), celebrado com o Município de São Geraldo do Baixio/MG, que tinha por objeto incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do evento denominado *"XIX Corrida de Cavalos"*;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis as empresas WM Produções e Eventos Ltda. (10.737.964/0001-70) e Frederico Dias Falci-ME (08.058.884/0001-47), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Wellerson Valerio Moreira (689.556.426-87) e das empresas Frederico Dias Falci-ME (08.058.884/0001-47) e WM Produções e Eventos Ltda. (10.737.964/0001-70);
9.3. com fundamento nos artigos 16, § 2º, alínea "b", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenar Wellerson Valerio Moreira (689.556.426-87), em solidariedade com a empresa Frederico Dias Falci-ME (08.058.884/0001-47), ao pagamento do débito no valor histórico de R$ 30.240,00 (trinta mil duzentos e quarenta reais),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fixando- lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 8/9/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. com fundamento nos artigos 16, § 2º, alínea "b", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenar Wellerson Valerio Moreira (689.556.426-87), em solidariedade com a empresa WM Produções e Eventos Ltda. (10.737.964/0001-70), ao pagamento do débito no valor histórico de R$ 152.800,00 (cento e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), fixando- lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 8/9/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. aplicar a Wanderley Vieira de Souza (991.324.786-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar à empresa Frederico Dias Falci-ME (08.058.884/0001-47) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. aplicar à empresa WM Produções e Eventos Ltda. (10.737.964/0001-70) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.9. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2730-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2731/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.501/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Construtora Ceará Mendes Ltda. (14.752.034/0001-47).

3.2. Responsáveis: Andrevan Mercês de Sant Anna (966.613.305-97); Antonio Ayres Lima Galo (089.203.625-72); Antonio Eduardo de Matos (087.137.665-20); Bento Ribeiro Filho (154.179.304-82); Carlos Enrique Hita (121.507.545-68); Helane Mota Rocha dos Reis (895.795.505-49); Itamar Jose de Souza (046.005.145-80); João Evangelista de Figueiredo Neto (101.851.865-72); Luciane Almeida Fraga Torres (877.325.135-68); Marcus Vinícius Ferreira Bulhões (101.058.755-20); Nelson da Silva Possidio (038.696.954-04)

3.3. Recorrente: Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - Cerb (13.529.136/0001-35).

4. Órgãos: Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização em Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal: Fredie Souza Didier Junior (OAB-BA 15.484) e outros, representando Construtora Ceará Mendes Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), contra o Acórdão 501/2017-TCU-Plenário, prolatado no âmbito de auditoria realizada nas obras de implantação da 3ª etapa do projeto águas do sertão, composta pelo sistema de abastecimento de água Araci Norte, em Araci/BA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 48, da Lei 8.443/1992, do pedido de reexame interposto pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), para, no mérito:

9.1.1. revogar a medida cautelar expedida em 15/8/2016, nos termos do item 9.1 do Acórdão 501/2017-TCU-Plenário, restabelecida pelo Despacho à peça 171;

9.1.2. alterar a redação do subitem 9.2.1 do acórdão recorrido, nos seguintes termos:

"9.2.1. comprovada a formalização contratual dos quantitativos constantes da planilha PAD-01_REV-01 (anexo não digitalizável da peça 137-CT n° 02.474-DP), efetue glosa financeira, no valor de R$ 793.952,21, relativa aos valores pagos a maior no âmbito da execução do Contrato 026/2014, em decorrência de medições equivocadas nos serviços de "execução de envoltória ou berço de areia em valas", "abertura acessos e caminhos de serviços" e "desmatamento e limpeza mecanizada do terreno com trator, inclusive raspagem, juntamento e queima do material, sem cortes de árvores";

9.1.3. acrescentar o subitem 9.2.5 ao Acórdão 501/2017-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

"9.2.5. alternativamente à providência determinada no item 9.2.2 deste acórdão, facultar à empresa estadual manter os preços originalmente contratados, desde que adotados os quantitativos da planilha PAD-01_REV-01 (anexo não digitalizável da peça 137-CT n° 02.474-DP) e observando que, na hipótese de ser necessária a celebração de termos aditivos para acréscimo de quantitativos de serviços contratados com sobrepreço como apontado por esta Corte, os preços dos serviços acrescidos deverão ficar limitados aos preços de referência calculados conforme a tabela constante do Anexo I da instrução localizada na peça 182;

9.1.4. manter os demais itens do acórdão recorrido;

9.1.5. determinar à Caixa Econômica Federal, ente responsável pela fiscalização primária do empreendimento e que conta com o apoio de empresa de engenharia contratada especificamente para esse fim, que acompanhe futuras alterações quantitativas na execução da avença de maneira inversa às que são apresentadas na proposta da Cerb (peça 154, p. 23), ou seja, com incremento nos serviços com sobrepreço e supressão dos serviços com desconto, caracterizando possível "jogo de planilha" e, em se constatando novo desequilíbrio contratual em desfavor da Administração, sejam tomadas as medidas processuais cabíveis; e

9.1.6. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos responsáveis e interessados, bem como aos órgãos cientificados do acórdão recorrido.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2731-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Revisor) e Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Weder de Oliveira.

13.5. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2732/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.961/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Banco do Brasil S.a.; Caixa Econômica Federal; Conselho da Justiça Federal; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal:

8.1. Jailton Zanon da Silveira (77.366/OAB-RJ) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de auditoria, na modalidade conformidade, destinada a averiguar o cumprimento da Resolução-CJF 300/2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), e da legislação que rege a cessão de uso de espaços físicos a instituições financeiras no âmbito dos órgãos da Justiça Federal, bem como a conformidade dos pagamentos e dos procedimentos realizados para o depósito e o pagamento de precatórios (PRC) e de requisições de pequeno valor (RPV),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e aos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões que, em conjunto, formulem e apresentem ao TCU, em até 180 dias, plano de ação com vistas a:

9.1.1. identificar o falecimento de beneficiário cadastrado nos ofícios requisitórios antes da expedição da ordem bancária para pagamento de precatórios e RPV e dar ciência ao juízo competente para as providências processuais cabíveis, em atendimento das disposições do RESP 125.215-SP, e dos arts. 75, inc. VII, 110, caput, 313, inc. I, 313, §§1º e 2º, 689, caput, e 921, inc. I, da Lei 13.105/2015;

9.1.2. ajustar os formatos de numeração utilizados no cadastramento de processos judiciais, incluindo os de processos antigos que possuam outras numerações e os oriundos de tribunais de justiça estaduais, de modo a atender à Resolução-CNJ 65/2008;

9.1.3. evitar o cadastramento de ofícios requisitórios e emissão de ordens bancárias para pagamento de precatórios e RPV a pessoas sem cadastro, ou com cadastros suspensos, cancelados ou nulos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil (RFB), em razão da necessidade de individualização do credor da Fazenda Pública, nos termos do art. 10 da Lei Complementar 101/2001, e em atenção ao art. 8º, inc. IV, e 9º, inc. IV, das Resoluções-CJF 168/2011 e 405/2016, bem como as leis de diretrizes orçamentárias expedidas desde 2004;

9.2. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e aos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões que, em até 180 dias, aditem os contratos celebrados em 26/12/2014 e 27/1/2015 com a CEF e com o BB, respectivamente, para administrar os valores relativos a depósitos de precatórios e RPV, para incluir cláusula de reajuste anual dos valores, em consonância com os arts. 55, inc. III, da Lei 8.666/93, e 3º, § 1º, da Lei 10.192/2001;

9.3. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Conselho da Justiça Federal (CJF), aos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões e à Advocacia Geral da União (AGU) que, em até 180 dias, formulem e apresentem ao TCU plano de ação com vistas a viabilizar o intercâmbio de dados para o processamento dos pagamentos dos precatórios e RPV também com base na TUA-CNJ, ou apresentem solução alternativa que melhor atenda ao desempenho institucional de todos os envolvidos no processo, a fim de atuarem em consonância com os princípios da eficiência (art. 37, caput, CF/88) e da indisponibilidade do interesse público;

9.4. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Conselho da Justiça Federal (CJF) que:

9.4.1. em até 180 dias, formule e apresente ao TCU plano de ação para:

9.4.1.1. mitigar os riscos de segurança da informação associados aos procedimentos de extração, envio e inserção no Siafi, dos dados para autuação e pagamentos de precatórios e RPV, em atendimento às necessidades de controle de acesso lógico (segurança da informação), e em aderência aos princípios da limitação de acesso a ativos, controles de sistemas e autenticidade das transações, nos termos das diretrizes contidas na Resolução-CJF 006/2008, bem como no documento técnico Standards for Internal Control in the Federal Government - GAO/AIMD-00-21.3.1, novembro/1999;

9.4.1.2 integrar, padronizar e unificar as bases de dados para autuação e o pagamento de precatórios e RPV enviadas pelos Tribunais Regionais Federais ao Conselho, uma vez que a dispersão das informações implica risco de perda de integridade nas informações, bem como infringe o princípio da eficiência (art. 37, caput, CF/88) e as boas práticas sugeridas, por exemplo, nos itens APO 1.6 e 3.2 do Cobit 5;

9.4.1.3. implementar o padrão nacional de integração de sistemas de processos eletrônico, em alinhamento ao Modelo Nacional de Interoperabilidade, de modo a permitir ações voltadas à integração das bases de dados de toda a Justiça Federal, inclusive contendo medidas para prevenção de litispendência (pesquisa nas bases de dados de todos os Tribunais Regionais Federais, emissão de relatórios que facilitem a decisão dos magistrados etc), em atendimento ao princípio da eficiência (art. 37, caput, da CF/88);

9.4.2. em até 180 dias, padronize o formato dos bancos de dados recebidos dos Tribunais Regionais Federais para fins de atualização monetária dos valores de precatórios e RPV, para que contenham, no mínimo, a data base do último cálculo, o valor original referente ao último cálculo realizado e o índice de atualização monetária adotado, uma vez que a ausência dessas informações prejudica a adequada prestação de contas, nos termos do art. 70, parágrafo único, da CF/88;

9.5. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) que, em até 180 dias, de forma articulada, adotem medidas para a atualização do módulo do Siafi relativo ao cadastro de precatórios e RPV a serem pagos, a fim de permitir a classificação da natureza das ações judiciais conforme o padrão de numeração única do CNJ, tendo em vista que a utilização do padrão anterior (TUA-CJF) prejudica a detecção de litispendência;

9.6. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, a cada um dos Tribunais Regionais Federais, individualmente, que:

9.6.1. em até 180 dias, formulem e apresentem ao TCU plano de ação para a criação de Plano de Continuidade de Negócio e criação e implantação de política de geração de cópias de segurança para os dados cautelados pelo tribunal (backup e restauração), nos termos das necessidades normativas das principais áreas de negócio do órgão, inclusive a área de gestão de precatórios, observando as recomendações inseridas no item 10.5.1 da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no item DSS 6.8 do Cobit;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.6.2. em até 180 dias:

9.6.2.1. passem a efetuar o registro contábil de reembolsos de custas e honorários periciais a Tribunais de Justiça e a Seções Judiciárias como honorários periciais, de modo a refletir a real situação contábil da transação, em obediência aos art. 32, § 1º, da Resolução-CJF 305/2014, e 93 da Lei 4.320/64, aos itens 3.10 e 3.16 da NBC-TSP do CFC, à Portaria-STN 437/2012, e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

9.6.2.2. aditem ou substituam termos de cessão gratuita de uso de espaços físicos a bancos públicos porventura ainda existentes, alterando-os para termos de cessão onerosos e estipulando respectivos valores de custo, a fim de adequá-los ao art. 18, § 5º, da Lei 9.636/1998, ao art. 13, inc. VIII, do Decreto 3.725/2001, e à jurisprudência do TCU;

9.6.2.3. revisem seus dicionários de dados e esquemas de dados dos sistemas de gestão de precatórios e RPV, de modo que representem fidedignamente os respectivos conteúdos e relacionamentos, em atenção ao princípio de prestação de contas (art. 70, parágrafo único, CF/88), e à boa prática de controle interno recomendada no item APO 3.2, do Cobit 5;

9.7. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, aos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 3ª e 5ª Região que, em até 180 dias, formalizem seus termos de cessão de uso de espaços físicos com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil S/A (BB), a fim de adequá-los ao art. 13, caput, do Decreto 3.725/2001, e à jurisprudência desta Corte;

9.8. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil S/A (BB) que, em até 180 dias, apresentem ao TCU plano de ação para: g.1) garantir que o levantamento de depósitos de PRC e RPV da Justiça Federal sejam feitos apenas por pessoas legalmente autorizadas, nos termos do art. 41, § 1º c/c 43, caput, da Resolução-CJF 405/2016; g.2) prevenir levantamentos de valores de precatórios e RPV da Justiça Federal por procuradores ou representantes legais cujo mandato encontre-se inválido, nos termos do art. 682, inc. II, do Código Civil;

9.9. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, ao Banco do Brasil S/A para que, em até 180 dias, proceda à apuração dos indícios de irregularidade de pagamentos realizados a CPF e CNPJ não registrados na base de dados da receita, encaminhando-lhe a lista dos casos em que foram identificados levantamentos por CPF e CNPJ inválidos (peça 228, p. 7), bem como cópia do Ofício TRF1/Secoi 44/2017 e anexos, e do presente relatório e da deliberação proferida.

9.10. determinar, com fundamento no art. 250, inc. II, do RI/TCU, à Caixa Econômica Federal para que, em até 180 dias, proceda à apuração dos indícios de irregularidade de pagamentos realizados a CPF e CNPJ não registrados na base de dados da receita, encaminhando-lhe a lista dos casos em que foram identificados levantamentos por CPF e CNPJ inválidos (peça 228, p. 8), bem como cópia do Ofício TRF1/Secoi 44/2017 e anexos, e do presente relatório e da deliberação proferida.

9.11. recomendar, com fundamento no art. 250, inc. III, do RI/TCU, ao Conselho da Justiça Federal (CJF) que:

9.11.1. institua e faça constar em seus relatórios de gestão indicadores de desempenho institucionais para mensuração dos resultados da gestão de precatórios e RPV dos Tribunais Regionais Federais e respectivas seções judiciárias, a fim de permitir a demonstração de resultados e o acompanhamento sistêmico da atuação da Justiça Federal, informando as fontes dos dados, metodologia de coleta e processamento, devendo manter a evolução histórica dos indicadores;

9.11.2. faça constar na base de dados relativas aos pagamentos de precatórios e RPV, todos os números que já tenham sido associados a determinado processo, incluindo as numerações antigas e as seguintes, visando aderência à Resolução-CNJ 65/2000;

9.11.3. uniformize os controles relativos à estimativa orçamentária anual de despesas com RPV, a serem utilizadas por cada Tribunal Regional Federal em sua proposta orçamentária, no intuito de atribuir-lhes maior confiabilidade, prevenir a necessidade de abertura sucessiva de créditos suplementares e reduzir os riscos de atraso nos repasses, a exemplo do ocorrido de 2013 a 2015;

9.12. recomendar, com fundamento no art. 250, inc. III, do RI/TCU, a cada um dos Tribunais Regionais Federais, individualmente, que:

9.12.1. executem ações de capacitação referentes à execução das atividades de gestão de precatórios e RPV na elaboração dos planos de capacitação, a partir do mapeamento das competências técnicas dos servidores que atuam no tema, com vistas a atender ao art. 1º, inc. III, da Resolução-CNJ 240/2016 e aos princípios internacionais de controle interno, inseridos, por exemplo, no documento Standards for Internal Control in the Federal Government - GAO/AIMD-00-21.3.1, novembro/1999;

9.12.2. adicionalmente aos indicadores de desempenho a serem instituídos pelo CJF para mensuração dos resultados da gestão de precatórios e RPV nacionais, instituam índices para medição e avaliação dos resultados de suas gestões individuais de precatórios e RPV, incluindo o levantamento do desempenho de suas seções judiciárias, a fim de medir o atingimento das estratégias institucionais, facilitar a tomada de decisão e eventuais correções de rumos, bem como comunicar ao cidadão os resultados da sua atuação finalística, informando, no mínimo, as fontes dos dados, metodologia de coleta e formas de processamento, devendo manter a evolução histórica dos indicadores;

9.12.3. no processo de desenvolvimento de suas políticas de gestão de riscos, elaborarem aspectos estruturais e processuais de gerenciamento de riscos, nos moldes dos frameworks tecnicamente consolidados, a exemplo do Risk Management Assessment Framework: a Tool for Departments (Reino Unido, 2009), Coso-ERM e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2009, em atendimento ao princípio da eficiência (art. 37, caput, CF/88) e do planejamento (art. 6º, inc. I, Decreto Lei 200/1967);

9.12.4. adotem ferramentas sistêmicas de busca e aplicação automática dos índices de atualização monetária, com vistas a reduzir os riscos decorrentes do lançamento manual e majorar a eficiência do processo, em atendimento ao princípio da eficiência (art. 37, caput, CF/88);

9.13. recomendar, com fundamento no art. 250, inc. III, do RI/TCU, à Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional que faça constar nas próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias, no artigo referente aos "dados necessários à relação de débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária subsequente", informações referentes à data base do último cálculo e ao valor original na data base, visando majorar a accountability das informações, em atendimento aos princípios da publicidade e da prestação de contas (art. 37, caput, c/c art. 70, parágrafo único, CF/88);

9.14. dar ciência ao Conselho da Justiça Federal (CJF) da ausência de regulamentação, na Resolução-CJF 300/2014, da cessão de uso de espaço físico no âmbito da Justiça Federal, conforme prevê a ementa e o art. 1 da norma;

9.15. dar ciência à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de que o repasse intempestivo de recursos para a quitação de Requisições de Pequeno Valor (RPV) afronta o prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, conforme art. 17 da Lei 10.259/2001, e onera indevidamente a União em razão do pagamento de juros de mora;

9.16. dar ciência desta deliberação à SecexFazenda para informar-lhe sobre a insuficiência de controles internos adotados pelo BB e pela CEF em relação aos pagamentos de precatórios e RPV a titulares de contas judiciais, o que têm possibilitado saques por agentes com CPF/CNPJ inválidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) ou cadastrados como falecidos no SISOBI;

9.17. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público Federal (MPF) em razão dos indícios de irregularidade nos levantamentos de precatórios e RPV, consistentes na existência de registros apontando, como responsáveis pelos saques, pessoas cadastradas como falecidas no SISOBI à época dos levantamentos, para que adote providências que porventura achar necessárias.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2732-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2733/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.038/2011-8.

1.1. Apensos: 000.922/2013-7; 007.868/2015-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Acompanhamento

3. Responsáveis: Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interligações (11.387.267/0001-08); Construtora Queiroz Galvao S. A. (33.412.792/0001-60); Iesa Óleo e Gás S/A (07.248.576/0001-11); Ildefonso Colares Filho (016.554.933-53); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Valdir Lima Carreiro (017.353.909-25)

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

Carolina Bastos Lima Brum (125.073/OAB-RJ) e Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ), representando Petróleo Brasileiro S.A.;

Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27.154/OAB-DF) e Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB/DF), representando Ildefonso Colares Filho, Valdir Lima Carreiro, Iesa Óleo e Gás S.A., Construtora Queiroz Galvão S. A. e Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interligações;

Daniele de Oliveira Nunes (165.787 OAB/RJ) e Rodrigo Jansen (111.830 OAB/RJ), representando Renato de Souza Duque;

Antônio Perilo Teixeira (21.359 OAB/DF) e Henrique Araújo Costa (21.989 OAB/DF), representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização efetuada no Contrato de Tubovias de Interligações da Refinara do Nordeste - Rnest,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento art. 44, § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 273 e 274 do Regimento Interno deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a indisponibilidade de bens dos responsáveis a seguir relacionados, envolvidos com o superfaturamento de R$ 960.962.757,70 no contrato 0800.005.7000.10-2 (Tubovias Rnest), devendo esta medida alcançar os bens considerados necessários para garantir o integral ressarcimento do débito em apuração imputado a cada responsável, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas e à continuidade das operações das pessoas jurídicas:

Responsável
Construtora Queiroz Galvão S.A
Consórcio CII - Ipojuca Interligações
Renato de Souza Duque
José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Idelfonso Colares Filho
Valdir Lima Carreiro

9.1.1. para cumprimento do disposto no item anterior, bloquear primeiramente bens imóveis suficientes para saldar o débito e, caso o débito em exame seja maior, indisponibilizar posteriormente as participações societárias dos responsáveis (meras reservas financeiras) e, por último os demais ativos financeiros;

9.1.2. no caso da Construtora Queiroz Galvão S.A., afastar das medidas constritivas os bens que estejam sob a guarda de instituições financeiras, supostamente necessários à manutenção das atividades operacionais da empresa;

9.1.3. determinar à SeinfraOperações que avalie a documentação contábil apresentada pela Construtora Queiroz Galvão S.A. (peça 348) e, em processo específico para a apuração da indisponibilidade de bens da construtora, proponha, se for o caso, alterações na medida adotada no subitem anterior de modo a que as exceções à constrição de bens da empresa sejam somente no montante necessário para garantir a continuidade de suas operações;

9.1.4. no caso dos Srs. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Renato de Souza Duque e Waldir Lima Carreiro, em não havendo bens suficientes para garantir o montante integral, afastar das medidas constritivas, para cada qual, o valor equivalente a R$ 66.375,72 (doze vezes o teto máximo mensal do benefício de aposentadoria do INSS);

9.1.5. no caso do Sr. Idelfonso Colares Filho, afastar das medidas constritivas os bens que estejam sob a guarda de instituições financeiras;

9.1.6. determinar à SeinfraOperações que avalie os comprovantes de despesas apresentados pelo Sr. Idelfonso Colares Filho e, em processo específico para a apuração da indisponibilidade de bens desse responsável, proponha, se for o caso, alterações na medida adotada no subitem anterior de modo que as exceções à constrição de bens Sr. Idelfonso Colares Filho sejam somente no montante necessário para garantir a sua subsistência e de sua família, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à Advocacia-Geral da União e à Petrobras para que avaliem a conveniência de se efetuar junto ao juízo da recuperação judicial da empresa Iesa Óleo & Gás S/A o pedido de reserva de bens suficientes para garantir o ressarcimento do dano que se encontra em fase de apuração perante esta Corte de Contas, aplicando-se, por analogia, o disposto no art. 6º da Lei de Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/2005);

9.3. determinar à SeinfraOperações que as eventuais manifestações dos responsáveis acerca deste acórdão sejam processadas nos respectivos processos de indisponibilidade de bens;

9.4. manter o sigilo dos documentos referenciados à peça 221 - cadastro de informações com restrição de acesso - destes autos, que contém documentos encaminhados ao Tribunal de Contas da União pela Petrobras em razão da classificação destes documentos como sigilosos, autorizando a extensão da guarda do sigilo às partes deste processo, a fim de possibilitar-lhes a fruição dos estatutos constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão à Força-Tarefa do Ministério Público Federal no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União no Paraná, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras (GRC).

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2733-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2734/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.467/2005-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); João Adolfo Oderich (192.150.290-87); Petróleo Brasileiro S.a. (33.000.167/0001-01)

3.2. Responsáveis: Antonio Cesar Pace (317.787.399-20); Carlos Alves da Costa (038.783.092-87); Celso Garcia de Lima (932.108.178-04); Comtrac Eletrônica Ltda. (59.824.763/0001-08); Demerval Cortelleti Junior (184.314.109-49); Francisco Raymundo de Cerqueira Neto (788.184.278-49); Ivan Antunes de Souza Junior (442.914.859-72); James Hahnemann (316.368.029-15); José Eduardo de Barros Dutra (347.586.406-10); José Paulo Assis (167.249.849-04); João Adolfo Oderich (192.150.290-87); Jppa Gerenciamento e Projetos S/s Ltda. (97.133.607/0001-81); Mário Márcio Castrillon de Aquino (370.752.177-04); Oscar Tsuyoshi Tokikawa (535.856.319-91); Paulo Reback Cava (160.948.599-87); Raival de Oliveira Sales (230.796.495-91); Rubens Eduardo Medeiros Novicki (254.111.609-87); Wilson Kreft (221.785.389-91)

3.3. Recorrentes: Comtrac Eletrônica Ltda. (59.824.763/0001-08); Antonio Cesar Pace (317.787.399-20); Demerval Cortelleti Junior (184.314.109-49); Wilson Kreft (221.785.389-91); Rubens Eduardo Medeiros Novicki (254.111.609-87); João Adolfo Oderich (192.150.290-87).

4. Entidades: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Representação legal: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283), Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601), Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110), Arnaldo Faivro Busato Filho (OAB/PR 11.171), Adriano Marques Manso (OAB-RJ 114.483), Taisa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073), Alexandre Eliahou Andrade Dancour (OAB/RJ 126.187), Alexsandra Enes De Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565), Amanda César Lima (OAB/RJ 173.879), Antônio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278), Cíntia Maria Frutuoso Rafael Figueiredo (OAB/RJ 123.805), Daniel Marinho De Oliveira (OAB/RJ 113.745), Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115.408), Eduardo Luiz Ferreira Araújo De Souza (OAB/RJ 140.563), Eduardo Silva Santiago (OAB/RJ 134.133), Eduardo Valiante De Rezende (OAB/RJ 114.485) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Antônio Cesar Pace, Demerval Cortelleti Júnior, Wilson Kreft, Rubens Eduardo Medeiros Novicki, João Adolfo Oderich e pela empresa Comtrac Eletrônica Ltda. contra o Acórdão 3.006/2015-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelos Srs. Antônio Cesar Pace, Demerval Cortelleti Júnior, Wilson Kreft e Rubens Eduardo Medeiros Novicki para, no mérito, acolhê-los parcialmente;

9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. João Adolfo Oderich para, no mérito, rejeitá-lo;

9.3. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Comtrac Eletrônica Ltda., ante sua intempestividade;

9.4. alterar, com fundamento no subitem 9.1 desta deliberação, a redação do subitem 9.3 do Acórdão 3.006/2015-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

"9.3. em consequência do disposto nos subitens anteriores, alterar a redação dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.687/2012-Plenário, que passam a ter a seguinte redação:

"9.2 condenar solidariamente os responsáveis a seguir indicados ao pagamento dos valores especificados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das dívidas aos cofres da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras);

9.2.1 responsabilidade solidária da empresa Comtrac Eletrônica Ltda. e dos Srs. Antônio Cesar Pace, Demerval Cortelleti Júnior, Wilson Kreft e Rubens Eduardo Medeiros Novicki pelos seguintes valores, em consequência do superfaturamento ocorrido no Contrato 295.2.147.00-9:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
31/05/2001	8.952,35	26/12/2001	9.799,25	26/08/2002	9.799,25	28/03/2003	16.402,17
26/06/2001	8.952,35	28/01/2002	9.799,25	26/09/2002	9.799,25	30/04/2003	18.666,72
26/06/2001	5.968,24	26/02/2002	9.799,25	09/10/2002	16.116,77	27/05/2003	16.902,88
26/06/2001	2.984,12	27/03/2002	9.799,25	28/10/2002	11.326,19	27/06/2003	16.902,88
26/07/2001	8.952,35	26/04/2002	9.799,25	28/10/2002	3.303,46	29/07/2003	19.239,50
27/08/2001	9.754,48	28/05/2002	9.799,25	29/11/2002	14.629,67	01/09/2003	20.511,61
26/09/2001	9.799,25	26/06/2002	9.799,25	30/12/2002	15.827,76	03/10/2003	22.955,68
26/10/2001	9.799,25	26/07/2002	9.799,25	27/01/2003	15.545,85	29/10/2003	11.031,50
28/11/2001	9.799,25	19/07/2002	15.008,91	26/02/2003	16.402,17		

(Valor histórico total: R$ 423.727,80)

9.2.2 responsabilidade solidária da empresa Comtrac Eletrônica Ltda. e do Sr. Rubens Eduardo Medeiros Novicki pelos seguintes valores, em consequência do superfaturamento ocorrido nos aditivos 1 a 3 do Contrato 295.2.147.00-9:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
31/05/2001	122,96	26/07/2002	241,66	29/07/2003	2.552,50	01/11/2004	24.656,58
26/06/2001	219,31	19/07/2002	370,13	01/09/2003	2.721,27	10/11/2004	19.443,63
26/07/2001	220,77	26/08/2002	241,66	03/10/2003	3.045,52	26/11/2004	9.846,68
27/08/2001	240,55	26/09/2002	241,66	29/10/2003	2.642,10	27/12/2004	25.042,72
26/09/2001	241,66	09/10/2002	397,45	27/11/2003	22.808,32	30/12/2004	25.042,72
26/10/2001	241,66	28/10/2002	1.806,29	29/12/2003	24.008,90	28/01/2005	25.042,72
28/11/2001	241,66	29/11/2002	1.940,91	27/01/2004	27.220,94	07/03/2005	24.656,58
26/12/2001	241,66	30/12/2002	2.099,86	08/03/2004	27.349,63	28/03/2005	24.753,11
28/01/2002	241,66	27/01/2003	2.062,46	06/04/2004	25.758,03	25/04/2005	24.849,65
26/02/2002	241,66	26/02/2003	2.176,07	29/04/2004	25.758,03	02/06/2005	25.428,87
27/03/2002	241,66	28/03/2003	2.176,07	31/05/2004	25.758,03	04/07/2005	25.428,87
26/04/2002	241,66	30/04/2003	2.476,51	01/07/2004	25.758,04	26/07/2005	4.962,32
28/05/2002	241,66	27/05/2003	2.242,50	27/07/2004	25.758,04	26/08/2005	22.248,15
26/06/2002	241,66	27/06/2003	2.242,50	02/09/2004	28.109,96		

(Valor histórico total: R$ 574.587,83)

9.2.3 responsabilidade solidária da empresa Comtrac Eletrônica Ltda. e do Sr. João Adolfo Oderich pelos seguintes valores, em consequência do superfaturamento ocorrido nos aditivos 4 a 6 do Contrato 295.2.147.00-9:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
29/8/2005	24.936,31	7/8/2006	28.317,43	28/5/2007	29.807,59	13/5/2008	22.050,31
28/9/2005	25.801,80	30/8/2006	28.855,38	26/6/2007	31.493,50	26/5/2008	11.319,77
11/11/2005	25.801,80	9/10/2006	29.207,73	26/7/2007	31.848,43	25/6/2008	41.135,33
28/11/2005	25.801,80	31/10/2006	31.036,48	27/8/2007	32.404,35	25/7/2008	41.135,33
30/11/2005	1.863,43	24/11/2006	29.207,73	1/10/2007	32.533,55	2/9/2008	7.940,15
26/12/2005	31.857,95	2/1/2007	29.207,73	29/10/2007	10.871,08	29/8/2008	3.685,44
30/1/2006	29.062,80	5/2/2007	29.207,73	8/1/2008	17.889,33	25/8/2008	30.621,05
1/3/2006	27.106,20	12/2/2007	24.634,65	28/12/2007	67.989,76	24/9/2008	24.464,80
27/3/2006	27.106,20	6/3/2007	28.121,68	28/1/2008	42.384,92	25/9/2008	18.491,76
2/5/2006	27.106,20	2/4/2007	2.218,30	25/2/2008	43.455,99	31/10/2008	11.795,35
29/5/2006	27.944,75	5/4/2007	29.275,20	26/3/2008	43.455,99		
10/7/2006	28.317,43	3/5/2007	29.807,59	25/4/2008	48.512,43		

(Valor histórico total: R$ 1.267.090,51)

9.3 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar as seguintes multas aos responsáveis e à empresa abaixo arrolados, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo a seguir estipulado até a data do pagamento:

9.3.1 Srs. Antônio Cesar Pace, Demerval Cortelleti Junior e Wilson Kreft: multas pecuniárias individuais de R$ 7.000,00 (sete mil reais);

9.3.2. empresa Comtrac Eletrônica Ltda.: multa pecuniária de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais);

9.3.3 Sr. Rubens Eduardo Medeiros Novick: multa pecuniária de R$ 9.000,00 (nove mil reais);e

9.3.4. Sr. João Adolfo Oderich: multa pecuniária de R$ 10.000,00 (dez mil reais)";

9.5. dar ciência desta deliberação aos embargantes e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2734-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2735/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.472/2008-3.

1.1. Apensos: 005.283/2014-0; 009.232/2014-1; 019.078/2014-5; 006.109/2017-9; 017.096/2014-6; 027.972/2010-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Departamento de Polícia Federal; Ministério Público de Estado do Rio de Janeiro; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; Ministério de Minas e Energia;

3.2. Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); Construções e Comércio Camargo Correa S.A. (61.522.512/0001-02); Consórcio Refinaria Abreu e Lima (08.966.717/0001-02); Dewton Silva Carvalho (580.942.106-72); Galvão Engenharia S.A. (01.340.937/0001-79); Heleno Lira (151.074.184-49); Jorge Fernandes de Abreu (548.951.467-15); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Luís Alberto Spagnolo Junior (027.830.956-96); Luiz Gerszt (231.097.007-78); Marco Tulio Vieira Carneiro (375.043.127-20); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Otto Rocha Silva (625.709.277-91); Paulo Cézar Farah Muniz (528.388.467-87); Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01); Rogério Hungerbuhler Lopes (335.230.457-20); Salomão Doumit Bou Haya (352.428.687-91); Sandro Derenzi

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Belodi (071.888.678-01); Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04); Tais Maria da Fonseca Diniz (013.434.366-21)

3.3. Recorrentes: Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01); Consórcio Refinaria Abreu e Lima (08.966.717/0001-02).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

8.2. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ) e outros, representando Heleno Lira.

8.3. Polyanna Ferreira Silva Vilanova (19.273/OAB-DF), representando Sérgio dos Santos Arantes, Salomão Doumit Bou Haya, Rogério Hungerbuhler Lopes, Otto Rocha Silva, Marco Tulio Vieira Carneiro, Luiz Gerszt, Luís Alberto Spagnolo Junior, Jorge Fernandes de Abreu, Heleno Lira, Dewton Silva Carvalho e Petróleo Brasileiro S.A.;

8.4. João Henrique Andrade Araújo Horst (14326/OAB-PE) e outros, representando Consórcio Refinaria Abreu e Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos pela Petróleo Brasileiro S.A. e pelo Consórcio Refinaria Abreu e Lima contra o Acórdão 2.290/2013-Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos, para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. com fulcro no art. 47 da lei 8.443/1992 c/c o art. 41 da Resolução TCU 259/2014, determinar a instauração de processo apartado de tomada de contas especial, a partir da extração de cópias das peças necessárias destes autos, e determinar à SeinfraOperações que proceda à responsabilização pelo superfaturamento apontado nos autos e realize as correspondentes citações;

9.3. restituir os autos ao relator a quo para a análise das respostas às audiências determinadas pelo Acórdão nº 3.044/2008-Plenário, alertando-lhe do exíguo prazo para apreciação com vistas e evitar a prescrição da pretensão punitiva desta Corte de Contas;

9.4. cientificar o Ministro de Minas e Energia acerca da conversão destes autos em Tomada de Contas Especial, na forma do parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno do TCU; e

9.5. dar ciência desta deliberação aos recorrentes;

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2735-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2736/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.254/2016-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Alan Kardec Pinto (034.530.657-00); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Consórcio Gasvap (09.413.882/0001-91); César Ramos Rocha (363.752.091-53); Jorge Alberto Merola Faria (447.866.039-53); José Carlos Cosenza (222.066.200-49); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Marcelo Bahia Odebrecht (487.956.235-15); Márcio Faria da Silva (293.670.006-00); Odebrecht S.A. (05.144.757/0001-72); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Promon Engenharia Ltda. (61.095.923/0001-69); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Ricardo Ribeiro Pessoa (063.870.395-68); Rogério Santos de Araújo (159.916.527-91); UTC Engenharia S.A. (44.023.661/0001-08); UTC Participações S.A. (02.164.892/0001-91)

3.3. Recorrentes: UTC Participações S.A. (02.164.892/0001-91); Consórcio Gasvap (09.413.882/0001-91); UTC Engenharia S.A. (44.023.661/0001-08); Ricardo Ribeiro Pessoa (063.870.395-68); Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Promon Engenharia Ltda. (61.095.923/0001-69); Márcio Faria da Silva (293.670.006-00); Rogério Santos de Araújo (159.916.527-91); César Ramos Rocha (363.752.091-53); Odebrecht S.A. (05.144.757/0001-72); Marcelo Bahia Odebrecht (487.956.235-15).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal:

8.1. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Promon Engenharia Ltda., Odebrecht S.A., Rogério Santos de Araújo, Márcio Faria da Silva, César Ramos Rocha e Construtora Norberto Odebrecht S.A.

8.2. Mariana Barbosa Miraglia (169.443/OAB-RJ), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando UTC Engenharia S.A.

8.3. Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando UTC Participações S.A. e Ricardo Ribeiro Pessoa.

8.4. Diogo Uehbe Lima (184.564/OAB-RJ), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Marcelo Bahia Odebrecht.

8.5. Marina de Araújo Lopes (43327/OAB-DF), Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273) e outros, representando Jorge Alberto Merola Faria e Alan Kardec Pinto.

8.6. Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por UTC Participações S.A., Consórcio Gasvap, UTC Engenharia S.A., Ricardo Ribeiro Pessoa, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Promon Engenharia Ltda., Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo, César Ramos Rocha, Odebrecht S.A. e Marcelo Bahia Odebrecht contra o Acórdão 2.005/2017-Plenário, que apreciou Relatório de Auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A., a fim de verificar as obras de Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - Revap, em São José dos Campos/SP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por UTC Engenharia S.A., UTC Participações S.A., Consórcio Gasvap, Construtora Norberto Odebrecht S.A., Odebrecht S.A., Promon Engenharia Ltda., Ricardo Ribeiro Pessoa, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo, César Ramos Rocha e Marcelo Bahia Odebrecht contra o Acórdão 2.005/2017-Plenário, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2736-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2737/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.437/2017-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (21.154.877/0001-07)

4. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Minas Gerais

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) por meio da qual dá ciência a este Tribunal acerca de acórdão proferido no processo de Tomada de Contas Especial 958011,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do RITCU;

9.2. determinar à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura que, no prazo de cento e vinte dias, conclua, se ainda não o fez, a análise da prestação de contas do Convênio SEC/AJU 3.059/0/10, cujos recursos são provenientes da execução do Convênio Federal 470/2007, celebrado entre a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura (Siafi 622199), instaurando tomada de contas especial ante eventual constatação de dano ao erário ou omissão no dever de prestar contas, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992 e da IN/TCU 71/2012, informando a este Tribunal, ao final deste prazo, os resultados dessa análise;

9.3. determinar à Secex/MG que monitore o cumprimento do subitem 9.2 supra;

9.4. encaminhar à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura cópia eletrônica das peças 1 a 25 para subsidiar eventuais providências;

9.5. dar ciência desta deliberação ao representante; e

9.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, inciso I, do RITCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2737-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2738/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 031.988/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessada: Secretaria-Geral de Controle Externo - Segecex.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), formulada com o objetivo de apresentar anteprojeto de decisão normativa que disciplinará a recepção eletrônica do rol de responsáveis e das peças cuja elaboração está a cargo dos órgãos de controle interno e das autoridades supervisoras, para fins de formação de processo de contas anuais das unidades prestadoras de contas (UPC) relativos ao exercício de 2017, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 63/2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. aprovar o projeto de decisão normativa em anexo;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2738-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2739/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.727/2006-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Levantamento de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2 Responsáveis: Frederico de Queiroz Veiga (CPF 032.652.348-00), Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores (CPF 369.876.387-72), Miguel Nelson Choueri (CPF 401.759.288-00), Financial Construtora Industrial Ltda. (CNPJ 15.565.179/0001-00) e Enpress Engenharia e Comércio Ltda. (CNPJ 65.086.845/0001-97).

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado de Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal: Aline Alonso Arja de Almeida (CPF 011.703.037-65), Bruno Gurgel do Amaral Cruz Rios (OAB/DF 28.594), Cleudes Flauzino Garcia (CPF 336.541.406-10), Laís de Oliveira Costa (OAB/DF 41.250), Luiz Gustavo Pereira da Cunha (OAB/RJ nº 137.677), Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha (CPF 462.208.101-63), Marcus Edmundo de Souza Júnior (OAB/DF 29.383), Ricardo de Saboya Rocha de Miranda (OAB/DF 41.977), Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro (CPF 150.804.981-53) e Weslon Batista Prado (CPF 564.815.861-00).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria realizado na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no âmbito do Contrato TC008-EG/2005/0018, que teve por objeto a execução das obras de Reforma do Aeroporto Internacional de Corumbá-MS, englobando os serviços de recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, do balizamento noturno, da sinalização vertical

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

luminosa de pistas e do separador de água e óleo da rede coletora de drenagem;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Miguel Nelson Choueri, ex-Superintendente Regional do Sudeste da Infraero;

9.2. tornar sem efeito, de ofício, o subitem 9.4.2 do Acórdão 697/2007-TCU-Plenário, devido à consumação da prescrição da pretensão punitiva desta Corte de Contas relativamente à conduta descrita no aludido subitem;

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2739-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2740/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.463/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame de Relatório de Acompanhamento)

3. Recorrente: Collect Importação e Comércio Ltda. (53.452.157/0001-14).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Antônio Perilo de Souza Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Gabriel Ramalho Lacombe (OAB/DF 15.110); Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34406) e outros, representando Collect Importação e Comércio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 829/2016-TCU-Plenário (peça 65), que não conheceu de Pedido de Reexame interposto pela empresa norte-americana Uno Heathcare Inc., representada no Brasil pela empresa Collect Importação e Comércio Ltda., contra o Acórdão 642/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração e, no mérito, acolhê-los parcialmente, para:

9.1.1. retificar a alínea "a" da decisão embargada, para que onde se lê: "a) não conhecer o Pedido de Reexame, por intempestivo e não apresentar fatos novos", leia-se: "a) não conhecer do Pedido de Reexame, por ausência de interesse recursal";

9.1.2. prestar os esclarecimentos constantes do voto que fundamenta esta deliberação;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante, ao Departamento de Logística em Saúde e à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2740-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2741/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.655/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Advocacia-geral da União (CNPJ 26.994.558/0001-23) e Tribunal de Contas da União (CNPJ 00.414.607/0001-18).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de proposta de alteração da Decisão Normativa-TCU 126/2013, a qual dispõe sobre procedimentos a serem observados relativamente à inclusão e à exclusão de nomes de responsáveis condenados ao pagamento de débito ou multa pelo Tribunal de Contas da União no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 79 do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar o Projeto de alteração Decisão Normativa-TCU 126/2013, na forma do texto anexo;

9.2. determinar o arquivamento do processo.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2741-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2742/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.140/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de Medida Cautelar).

3. Representante: Construtora Carajás Ltda. (CNPJ 41.244.807/0001-57).

4. Unidade Jurisdicionada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco (Senac-PE).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo deste Tribunal no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representantes legais constituídos nos autos: Sr.ª Aline Cristina Sodré de Souza (RG 6.365.415-SSP/PE), representando a Administração Regional do Senac em Pernambuco (procuração à peça 22).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pela Construtora Carajás Ltda., CNPJ 41.244.807/0001-57, com base no § 1º do art. 113 da Lei 8.666, de 21/6/1993, tendo como foco a Concorrência 001/CPL/2017, realizada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco (Senac-PE), tendo por objeto a execução de reforma com acréscimo de área da unidade Senac Jaboatão dos Guararapes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, in fine, da Resolução-TCU 259, de 7/5/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45, caput, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c o art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco (Senac-PE) que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente Acórdão, adote, no âmbito da Concorrência 001/CPL/2017, as providências necessárias ao exato cumprimento à jurisprudência do TCU e aos princípios gerais de licitação, em especial àqueles relacionados à razoabilidade, à ampla competitividade dos certames e à busca de economicidade nas relações contratuais, procedendo à anulação do ato de desclassificação das empresas licitantes e dos demais atos dele decorrentes, retornando, no caso de optar pela continuidade da licitação, à fase de avaliação das propostas, dessa feita sob a ótica do entendimento jurisprudencial adotado como razões de decidir na presente Representação, informando ao TCU as medidas adotadas;

9.3. revogar a Medida Cautelar objeto do Despacho de 11/10/2017, contido na peça 23, considerando-se o julgamento de mérito da representação e as presentes determinações;

9.4. dar ciência desta deliberação à empresa representante e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco (Senac-PE);

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Presidente do Conselho Nacional do Senac, para que avalie a conveniência e a oportunidade de se inserir no Regulamento de Licitações e Contratos dessa entidade ou, ao menos, em suas minutas de edital dispositivos que contemplem o entendimento balizador da presente deliberação;

9.6. arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2742-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2743/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.406/2009-6

2. Grupo II - Classe VII - Prestação de Contas (Incidente de Uniformização de Jurisprudência).

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MPTCU.

3.2. Responsáveis: Daniel Viana (CPF 002.482.231-00), Humberto Tannus Júnior (CPF 167.058.231-00), Instituto Euvaldo Lodi (CNPJ 01.647.296/0001-08), Ismael Gonçalves Nunes (CPF 348.826.696-68), Ivan da Glória Teixeira (CPF 160.156.571-20), Jair Antônio Meneguelli (CPF 326.768.838-87), Nalva Oliveira Resende (CPF 301.830.571-04), Orizomar Araújo Siqueira (CPF 040.148.041-00), Paulo Afonso Ferreira (CPF 117.159.951-04), Paulo Vargas (CPF 037.237.201-53), Pedro Alves de Oliveira (CPF 021.568.811-20), Samuel Alves Silva (CPF 278.423.121-68), Waldyr O Dwyer (CPF 003.046.201-06) e Wilson de Oliveira (CPF 095.954.731-20).

4. Unidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de Goiás - Sesi/GO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. 1º Revisor: ministro Benjamin Zymler.

5.2. 2º Revisor: ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

8. Representação legal: Ludmila de Carvalho Menezes (OAB/GO 16.057), Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010), Dennys Cláudio Rodrigues de Carvalho (OAB/GO 20.014), Telma da Consolação Alves Mahfuz (OAB/GO 3.360) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a prestação de contas do exercício de 2008 do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional de Goiás - Sesi/GO, na qual foi suscitado incidente de uniformização de jurisprudência pelo Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 91 do Regimento Interno, 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, todos da Lei 8.443/1992, em:

9.1. acolher o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo Ministério Público junto ao TCU;

9.2. firmar entendimento de que os serviços sociais autônomos sujeitam-se a seus regulamentos próprios devidamente publicados e consubstanciados nos princípios gerais do processo licitatório, conforme Decisão 907/1997 - Plenário, e, salvo na aquisição de bens e serviços de pequeno valor, nos termos definidos naqueles regulamentos, deverão exigir comprovação da regularidade com a seguridade social tanto nas contratações decorrentes de licitação quanto nas contratações diretas, realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação;

9.3. nos termos do § 3º do art. 91 do Regimento Interno, encaminhar cópia deste acórdão à Comissão de Jurisprudência para apreciação da oportunidade e da conveniência de elaboração de enunciado de súmula sobre a matéria;

9.4. excluir da relação processual o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Jair Antônio Meneguelli;

9.5. julgar regulares as contas de Daniel Viana, Humberto Tannus Júnior, Ismael Gonçalves Nunes, Ivan da Glória Teixeira, Nalva Oliveira Resende, Orizomar Araújo Siqueira, Pedro Alves de Oliveira, Samuel Alves Silva, Waldyr O Dwyer e Wilson de Oliveira e dar-lhes quitação plena;

9.6. julgar regulares com ressalva as contas de Paulo Afonso Ferreira e Paulo Vargas e dar-lhes quitação;

9.7. dar ciência deste acórdão ao Ministério Público junto ao TCU, aos Conselhos Nacionais do Sescoop, do Senac, do Sesc, do Senai, do Senat, do Sesi e do Sest e aos Conselhos Deliberativos do Sebrae, do Senar, da Apex-Brasil e da ABDI.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2743-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (1º Revisor), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que não participou da votação: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (2º Revisor) e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2744/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.596/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Rui Vicente Oppermann (148.516.100-25) e Cláudio Parreira Ryff Moreira (258.540.700-49).

3.2. Responsáveis: Home Engenharia Ltda. (89.322.952/0001-35); José João Maria de Azevedo (199.925.050-87); Luis Roberto da Silva Macedo (293.092.980-49); Marcelo Utz Asconavieta (435.260.550-68); e Marcos José da Silva (467.903.810-15).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período compreendido entre 3/10/2016 e 4/11/2016, com o objetivo de avaliar a contratação das obras de construção do Bloco Sul do prédio do Instituto de Ciências Básicas de Saúde da referida Instituição Federal de Ensino Superior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José João Maria de Azevedo, Marcelo Utz Asconavieta, Marcos José da Silva e Luís Roberto da Silva Macedo;

9.2. aplicar aos responsáveis abaixo relacionados as multas individuais nos valores indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno-TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Função	Valor da multa (R$)
Luís Roberto da Silva Macedo	Vice-Pró-Reitor de Planejamento e Administração	7.000,00
José João Maria de Azevedo	Presidente da Comissão Permanente de Licitações	5.000,00
Marcelo Utz Asconavieta	Membro da Comissão Permanente de Licitações	3.000,00
Marcos José da Silva	Membro da Comissão Permanente de Licitações	3.000,00

9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que:

9.4.1. promova a repactuação do contrato 227/PROPLAN/NUDECON/2014, firmado com a Home Engenharia Ltda., visando à adequação dos valores do item administração local da obra, tendo em conta o período de paralisação da obra e a efetiva disponibilidade dos profissionais elencados no item 1 do Termo de Referência, encaminhando, em até 60 dias, seu resultado ao TCU; e

9.4.2. instaure processo administrativo visando à apuração da responsabilidade pelos prejuízos causados pelo atraso na execução das obras de construção do Bloco Sul do prédio do Instituto de Ciências Básicas de Saúde e pelo aditamento financeiro ao Contrato 227/2014, ambos decorrentes das falhas detectadas na elaboração do projeto estrutural do empreendimento, encaminhando, em até 120 dias, sua conclusão ao TCU;

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2744-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2745/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.411/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), enviada pelo Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado João Henrique Holanda Caldas (Deputado JHC), por meio da qual requer informações sobre o repasse das perdas comerciais da Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal) aos consumidores de energia elétrica do estado de Alagoas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, e no art. 38, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com o art. 232, inciso II, do Regimento Interno-TCU e com art. 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215, de 20/8/2008;

9.2. encaminhar, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e ao Sr. Deputado João Henrique Holanda Caldas (Deputado JHC), cópia do Acórdão 1.126/2017-TCU-Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, tendo em vista se tratar de fiscalização recente sobre a situação das distribuidoras federais, inclusive da Eletrobras Distribuição Alagoas (Ceal);

9.3. informar ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e ao Exmo. Sr. Deputado João Henrique Holanda Caldas (Deputado JHC) que a deliberação acerca da análise da privatização da Ceal, no âmbito do TC 035.911/2016-6, será a eles oportunamente encaminhada;

9.4. juntar cópia deste Acórdão ao TC 035.911/2016-6;

9.5. considerar esta Solicitação parcialmente atendida, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2745-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2746/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.993/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Daniel de Souza Dama (049.165.209-71).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor do ex-empregado Daniel de Souza Dama, técnico bancário, em razão de fraudes na concessão de empréstimo consignado para atendimento a interesses pessoais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "d"; 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e IV; e 210, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Daniel de Souza Dama e condená-lo ao pagamento da quantia especificada a seguir, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a data das efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres da Caixa Econômica Federal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

VALOR ORIGINAL (Em reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 180.447,40	27/11/2014

9.2. aplicar ao referido responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. considerar grave a infração cometida pelo responsável;

9.4. inabilitar o Sr. Daniel de Souza Dama, pelo período de 5 (cinco) anos, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal, com fulcro no que dispõe o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, se solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.8. remeter cópia do presente acórdão à Procuradoria Regional da República no estado do Paraná, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2746-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2747/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.523/2015-6.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 2014

3. Responsáveis: Ana Maria Silva Gomes (CPF 156.113.104-00); Andre Paulino Santos de Azevedo (CPF 751.151.404-97); Cristiano Claudio Davim (CPF 378.877.774-53); Daniel Henrique Bandeira do Nascimento (CPF 056.757.894-13); Edson Renovato de Oliveira Júnior (CPF 378.790.304-68); Eraldo Eudes da Nóbrega Dantas (CPF 219.577.544-00); Fernando Antonio Barreto Paiva (CPF 002.844.404-34); Fernando Virgílio de Macedo Silva (CPF 736.816.364-00); Francisco Derneval de Sá (CPF 039.450.144-68); Francisco de Assis Barbosa (CPF 188.059.814-00); George Ramalho Vieira (CPF 168.230.364-00); Getúlio Marques Ferreira (CPF 097.338.924-91); Gilberto de Andrade Costa (CPF 020.520.164-49); Hélder Cavalcanti Vieira (CPF 289.460.904-30); Itamar Manso Maciel Júnior (CPF 314.827.674-49); Jaciratan das Graças de Aguiar Ramos Filho (CPF 008.364.224-22); Joao Antonio de Oliveira Matias (CPF 020.098.724-01); Jorge Luiz Soares de Medeiros (CPF 365.846.144-68); José Rossini Araújo Braulino (CPF 305.241.054-72); João Maria Pereira dos Santos (CPF 261.045.394-91); Luiz Antonio Beserra Lacerda (CPF 155.969.664-87); Luiz Edílson Gomes (CPF 074.942.114-20); Marcelo Fernandes de Queiroz (CPF 322.551.444-68); Olinto Teonácio Neto (CPF 106.012.284-72); Orismar Carlos de Almeida (CPF 074.145.104-25); Orlando Ferreira de Melo de Faria Caldas (CPF 090.611.184-68); Rafaela de Andrade Sampaio Madruga (CPF 010.300.124-74); Ramon Cavalcanti Asfora Alves (CPF 081.955.154-60); Ronaldo de Almeida Bezerra (CPF 316.835.764-20); Sergio Luiz Alves de Franca (CPF 108.454.104-15); Vicente de Paulo Avelino Sobrinho (CPF 105.939.694-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte (Senac/RN).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Senac/RN).

8. Representação legal: Pedro Marques Homem de Siqueira (OAB/RN 1466) e Viviane Cunha Monteiro Dias (OAB/RN 7777).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio Grande do Norte (Senac/RN), relativa ao exercício de 2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Marcelo Fernandes de Queiroz (CPF 322.551.444-68), Francisco de Assis Barbosa (CPF 188.059.814-00), Cristiano Cláudio Davim (CPF 378.877.774-53), Edson Renovato de Oliveira Júnior (CPF 378.790.304-68), João Antônio de Oliveira Matias (CPF 020.098.724-01) José Rossini Araújo Braulino (CPF 305.241.054-72), Itamar Manso Maciel Júnior (CPF 314.827.674-49), Eraldo Eudes da Nóbrega Dantas (CPF 219.577.544-00), Vicente de Paulo Avelino Sobrinho (CPF 105.939.694-72), Luiz Edilson Gomes (CPF 074.942.114-20), Francisco Denerval de Sá (CPF 039.450.144-68), Orismar Carlos de Almeida (CPF 074.145.104-25), Fernando Antônio Barreto de Paiva (CPF 002.844.404-34), Jaciratan das Graças de Aguiar Ramos Filho (CPF 008.364.224-22), Orlando Ferreira de Melo de Faria Caldas (CPF 090.611.184-68), George Ramalho Vieira (CPF 168.230.364-00), Luiz Antônio Beserra Lacerda (CPF 155.969.664-87), Gilberto de Andrade Costa (CPF 020.520.164-49), Ronaldo de Almeida Bezerra (CPF 316.835.764-20), João Maria Pereira dos Santos (CPF 261.045.394-91), Olinto Teonácio Neto (CPF 106.012.284-72), Ramon Cavalcanti Asfora Alves (CPF 081.955.154-60);

9.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, as contas dos Srs. Marcelo Fernandes de Queiroz (CPF 322.551.444-68), Helder Cavalcanti Vieira (CPF 289.460.904-30) e Fernando Virgílio de Macedo Silva (CPF 736.816.364-00), em face das fragilidades nos processos seletivos de pessoal e do repasse financeiro a título de empréstimo, dando-lhes quitação;

9.3. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, as contas dos Srs.

Gilberto de Andrade Costa (CPF 020.520.164-49), Rafaela de Andrade Sampaio Madruga (CPF 010.300.124-74), Ana Maria Silva Gomes (CPF 156.113.104-00), Francisco Denerval de Sá (CPF 039.450.144-68), Luiz Edílson Gomes (CPF 074.942.114-20), Vicente de Paulo Avelino Sobrinho (CPF 105.939.694-72), Eraldo Eudes da Nóbrega Dantas (CPF 219.577.544-00), Edson Renovato de Oliveira Junior (CPF 378.790.304-68), Jorge Luiz Soares de Medeiros (CPF 365.846.144-68), João Antonio de Oliveira Martins (CPF 020.098.724-01), José Rossini Araújo Braulino (CPF 305.241.054-72), André Paulino Santos de Azevedo (CPF 751.151.404-97), Getúlio Marques Ferreira (CPF 097.338.924-91), Daniel Henrique Bandeira do Nascimento (CPF 056.757.894-13), Cristiano Claudio Davim (CPF 378.877.774-53), Ramom Cavalcanti Asfora Alves (CPF 081.955.154-60), Luiz Antônio Bezerra Lacerda (CPF 155.969.664-87), George Ramalho Vieira (CPF 168.230.364-00), João Maria Pereira dos Santos (CPF 261.045.394-91), Fernando Antônio Barreto Paiva (CPF 002.844.404-34), Orismar Carlos de Almeida (CPF 074.145.104-25), Jaciratan Graças de Aguiar Ramos Filho (CPF 008.364.224-22), Orlando Ferreira de Melo de Faria Caldas (CPF 090.611.184-68), Olinto Teonácio Neto (CPF 106.012.284-72), Itamar Manso Maciel Júnior (CPF 314.827.674-49), Francisco de Assis Barbosa (CPF 188.059.814-00), Sérgio Luiz Alves de França (CPF 108.454.104-15), Ronaldo de Almeida Bezerra (CPF 316.835.764-20), dando-lhes quitação plena;

9.4. dar ciência ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac/RN que as atas das reuniões do Conselho Regional do exercício de 2014 não contiveram informações essenciais para a boa transparência da gestão;

9.5. dar ciência da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac/RN e à Controladoria Geral da União no Rio Grande do Norte - CGU/RN;

9.6. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2747-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2748/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.611/2014-0

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Representação)

3. Embargante: João Batista Soares (CPF 686.226.438-91, ex-prefeito)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caaporã/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Annibal Peixoto Neto (OAB/PB 10.715); André Luiz Costa Gondim (OAB/PB 11.310); Marcos Antônio Souto Maior Filho (OAB/PB 13338-B); e Henrique Souto Maior (OAB/PB 13017

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos por João Batista Soares contra o Acórdão 365/2017-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2748-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2749/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.651/2002-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração - Tomada de Contas)

3. Embargante: Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 00.077.362/0002-61)

4. Unidades: Fundo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal e Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Serur e SeinfraUrbana

8. Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22885), representando Delta Engenharia Indústria e Comércio Limitada; Fábio Soares Janot (OAB/DF 10667), representando Cicero de Noronha Barros; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29760) e outros, representando Regina Célia Peres Borges; e Joao Batista de Almeida (OAB/DF 2067) e outros, representando Eduardo de Almeida França

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen), exercício de 2001, que, nesta fase processual, tratam de embargos de declaração interpostos pela Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda. em face do Acórdão 2.414/2015 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 34, § 2º, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda. para, no mérito, acolhê-los parcialmente, a fim de dar provimento parcial ao recurso de reconsideração contra o Acórdão 2.677/2013 - Plenário e conferir a seguinte nova redação aos seus itens 9.2 e 9.5:

"*9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da sociedade empresária Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda., condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 280.105,25 (duzentos e oitenta mil, cento e cinco reais e vinte e cinco centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, a partir de 22/2/2001, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor.*"´;

"*9.5. aplicar à sociedade empresária Delta Engenharia Indústria e Comércio Ltda. a multa prevista nos arts. 19, caput, e art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida importância ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento.*";

9.2. comunicar o teor desta decisão à embargante e à Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen).

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2749-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2750/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.732/2017-3

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

4. Unidades: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. (BB), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexFazenda

8. Advogados constituídos nos autos: Juliana Calixto Pereira (130.070/OAB-RJ) e outros, representando o BNDES, e Guilherme Lopes Mair (32.261/OAB-DF) e outros, representando a Caixa

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de solicitação do Congresso Nacional, formulada pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, mediante a Proposta de Fiscalização 177/2017, encaminhada pelo Ofício 136/17/CFT, de 1º/6/2017, para que este Tribunal promova: realização de fiscalização em bancos oficiais, para examinar as operações de crédito celebradas com o Grupo J&F com eventuais inobservâncias às normas e aos regulamentos aplicáveis; exame dos critérios adotados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para detectar a acumulação e a concentração econômica promovidas pelo Grupo J&F; avaliação de eventual prática de insider trading, pelo referido grupo; e verificação de ocorrência de crime contra o sistema financeiro por prática de irregularidades pelo Banco Original:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do TCU e no art. 15, § 2º, da Resolução-TCU 215/2008, em:

9.1. prorrogar, excepcionalmente, por cento e oitenta dias o prazo para atendimento integral desta solicitação;

9.2. restituir os autos à SecexFazenda para as providências cabíveis.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2750-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2751/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.625/2017-0

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessado: Adalberto Bandeira de Melo Neto (CPF 079.936.844-04)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria a Adalberto Bandeira de Melo Neto, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2751-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2752/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC- 022.853/2009-8

1.1. Apenso: TC- 010.655/2008-0

2. Grupo II - Classe de Assunto VII: Denúncia

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

4. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

5. Relator: Ministro José Mucio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação (Sefid-2)

8. Advogados constituídos nos autos: Danilo Pedrosa Pereira (OAB/RJ 97.713), Matheus Magalhães Máximo (OAB/RJ 157.357), Adriano Silva Huland (OAB/CE 17.038), David Bruxel de Vasconcelos (OAB/CE 17.218) e Rafaelo Abritta (Advogado da União - AGU)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia sobre supostas irregularidades na atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF) e a Companhia Energética do Ceará (Coelce).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, 45 e 53 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, observando o devido processo legal, adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas regulatórias pertinentes com o objetivo de:

9.2.1. regularizar, doravante, os despachos da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), considerando que a sua geração com base no art. 2º, § 2º, da Resolução Normativa - Aneel 40/2004 não se coaduna com as Resoluções - Aneel 22/2001, e suas alterações, e 433/2001; e

9.2.2. repassar aos consumidores da Companhia Energética do Ceará (Coelce) as reduções de custos que foram obtidas pela Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF) com sua operação baseada no art. 2º, § 2º, da Resolução Normativa - Aneel 40/2004 sem que tenha havido reflexos no valor normativo (VN) instituído pela Resolução - Aneel 22/2001 e suas alterações;

9.2.3. informar ao Tribunal, ao final do prazo de 90 (noventa) dias, os estudos efetuados e as medidas adotadas;

9.4. determinar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, no prazo de 90 (noventa) dias, verifique se a irregularidade identificada por este Tribunal ocorre também em outros contratos celebrados entre outras concessionárias de distribuição de energia elétrica e usinas termelétricas, informando, ao final do mencionado prazo, ao TCU as conclusões da análise e, em caso positivo, promova as medidas mencionadas no item 9.2. supra;

9.5. encaminhar cópia deste deliberação, acompanhada do voto e relatório que a fundamentam, ao denunciante, à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Consumidor e da Ordem Econômica da Procuradoria-Geral da República, à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), à Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF) e à Companhia Energética do Ceará (Coelce);

9.6. determinar o monitoramento desta deliberação pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica);

9.7. arquivar os autos.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2752-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2753/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.167/2017-1

2. Grupo I - Classe VII - Solicitação

3. Solicitante: Wagner de Campos Rosário (Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União, substituto)

4. Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta solicitação de prorrogação de prazo para a apresentação de peças referentes à prestação de contas das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras relativa ao exercício de 2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 59, inciso VI, da Resolução-TCU 259/2014 e art. 7º, caput e inciso II, da Instrução Normativa-TCU 63/2010, em:

9.1. conhecer da solicitação e conceder, em caráter excepcional, a nova prorrogação de prazo pleiteada, ficando o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União autorizado a disponibilizar, no sistema e-Contas, as peças relativas à prestação de contas das Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras até o dia 28/02/2018;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e às Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras;

9.3. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2753-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2754/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.563/2017-4

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Alexandre Correa Luiz Ferroz (CPF 849.297.667-53), Amélia Araújo (CPF 024.413.148-15), Antonio Barrionuevo Zapata (CPF 201.630.538-04), Antonio de Paiva Ferreira (CPF 238.873.466-53) e Antonio Ivo de Barros Mainardi (CPF 031.085.628-00)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Alexandre Correa Luiz Ferroz, Amélia Araújo, Antonio Barrionuevo Zapata, Antonio de Paiva Ferreira e Antonio Ivo de Barros Mainardi, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2754-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2755/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.565/2017-7
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Ailton Pessoa de Carvalho (CPF 297.237.107-06), Airton Nagel Zanghelini (CPF 248.670.989-49), Antonio Poczapski (CPF 348.662.649-34), Arthur Lobo Braga (CPF 265.003.290-15) e Carlos Alberto de Souza (CPF 245.832.359-68)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Ailton Pessoa de Carvalho, Airton Nagel Zanghelini, Antonio Poczapski, Arthur Lobo Braga e Carlos Alberto de Souza, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2755-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2756/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.569/2017-2
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessadas: Georgett Motta Cavalcante (CPF 051.270.412-00), Izaura Akemi Okabe Ito (CPF 122.362.922-87), Marcia Rosana Viegas Freire Mendes dos Reis Pinto Martins (CPF 237.288.502-25), Margarete Lucia Novo Façanha (CPF 039.743.832-04) e Maria Acidalva Rodrigues Lins (CPF 080.661.592-34)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidoras da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Georgett Motta Cavalcante, Izaura Akemi Okabe Ito, Marcia Rosana Viegas Freire Mendes dos Reis Pinto Martins, Margarete Lucia Novo Façanha e Maria Acidalva Rodrigues Lins, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às aposentadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento às inativas do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2756-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2757/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.610/2017-2
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Francisco de Assis Silva Araujo (CPF 269.441.976-34), Francisco Paulo Pinheiro (CPF 324.887.186-53), Gabriel da Silva Neto (CPF 081.165.206-87), Heroína de Souza (CPF 117.479.196-91) e Humberto Figueiredo Perdigão Junior (CPF 098.517.476-53)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Francisco de Assis Silva Araujo, Francisco Paulo Pinheiro, Gabriel da Silva Neto, Heroína de Souza e Humberto Figueiredo Perdigão Junior, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2757-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2758/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.617/2017-7
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Lisa Mara Kroehling Rodrigues (CPF 490.633.326-53), Lúcia Maria da Silveira Reis (CPF 662.257.877-04), Lúcio Passele Couto (CPF 329.113.606-30), Luisa de Marilac Bomtempo Martins (CPF 332.989.986-72) e Magaly Souza Carvalho Hamade (CPF 379.234.126-34)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Lisa Mara Kroehling Rodrigues, Lúcia Maria da Silveira Reis, Lúcio Passele Couto, Luisa de Marilac Bomtempo Martins e Magaly Souza Carvalho Hamade, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2758-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2759/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.618/2017-3
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Marco Antonio Carvalho Silva (CPF 311.294.396-15), Marco Antonio de Souza Pires (CPF 283.671.206-63), Marco Antônio Guarize (CPF 285.371.226-53), Margareth Inez Silva (CPF 500.869.106-63), Maria Angela Erthal Collier Simões (CPF 272.833.806-04) e Márcio José Gomes (CPF 208.334.156-20)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Marco Antonio Carvalho Silva, Marco Antonio de Souza Pires, Marco Antônio Guarize, Margareth Inez Silva, Maria Angela Erthal Collier Simões e Márcio José Gomes, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2759-50/17-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2760/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.619/2017-0
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessadas: Maria Beatriz Machado Magnino Santana (CPF 452.701.806-00), Maria Bernadete Machado Siqueira (CPF 382.454.776-72), Maria Clelia Pinto da Cunha Vieira (CPF 311.543.366-20), Maria Conceição Menighin (CPF 282.640.616-72), Maria Dulce de Castro Barreto Vianna (CPF 545.186.876-04) e Maria de Lourdes Zacarias Coelho (CPF 630.162.066-68)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidoras da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Maria Beatriz Machado Magnino Santana, Maria Bernadete Machado Siqueira, Maria Clelia Pinto da Cunha Vieira, Maria Conceição Menighin, Maria Dulce de Castro Barreto Vianna e Maria de Lourdes Zacarias Coelho, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às aposentadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento às inativas do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. retifique, no sistema Sisac, o nome de Maria Célia Pinto da Cunha Vieira para Maria Clelia Pinto da Cunha Vieira, conforme sistemas Siape e CPF;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2760-50/17-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2761/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.620/2017-8
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessadas: Mara Helena Resende Gomes (CPF 323.558.746-20), Maria Helena Jerônimo Pinto (CPF 191.344.366-34), Maria Lúcia Campos da Silva (CPF 487.215.656-00), Maria Lúcia Macedo Antunes (CPF 455.972.516-00), Maria Margarida Vasconcelos de Lima (CPF 445.072.676-68)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidoras da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Mara Helena Resende Gomes, Maria Helena Jerônimo Pinto, Maria Lúcia Campos da Silva, Maria Lúcia Macedo Antunes e Maria Margarida Vasconcelos de Lima, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às aposentadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento às inativas do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. retifique, no sistema Sisac, o nome de Maria Margarida Vasconcelos Lima para Maria Margarida Vasconcelos de Lima, conforme sistemas Siape e CPF;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2761-50/17-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2762/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.627/2017-2
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Pedro Onofre Fernandes (CPF 135.009.616-49), Rafael Coelho Linhares (CPF 294.610.496-68), Regina de Abreu Vianna (CPF 392.280.106-49), Reinaldo Gomes Gonçalves (CPF 391.679.686-00) e Rene Siliprandi Bozzo (CPF 526.879.968-15)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Pedro Onofre Fernandes, Rafael Coelho Linhares, Regina de Abreu Vianna, Reinaldo Gomes Gonçalves e Rene Siliprandi Bozzo, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que:

9.3.1. retifique, no sistema Sisac, o nome de Pedro Onofre Fernanades para Pedro Onofre Fernandes, conforme sistemas Siape e CPF;

9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2762-50/17-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2763/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.634/2017-9
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: Dorivaldo Salles de Oliveira (CPF 277.242.558-49), Edson Sergio Salvador (CPF 489.279.378-72), Eli Guedes da Silva (CPF 304.805.907-53), Elizabete Maria Menezes Braga Villela (CPF 048.721.558-31) e Elizabeth Vigliar (CPF 058.204.348-46)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Dorivaldo Salles de Oliveira, Edson Sergio Salvador, Eli Guedes da Silva, Elizabete Maria Menezes Braga Villela e Elizabeth Vigliar, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2763-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2764/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.651/2017-0

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: José Victor Generoso (CPF 685.729.308-25), Julio Mikio Sakuma (CPF 996.645.268-00), Luis Henrique Fanan (CPF 020.410.858-60), Luis Roberto Medeiros (CPF 344.393.236-34) e Luiz Antonio Domingues (CPF 010.700.558-16)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a José Victor Generoso, Julio Mikio Sakuma, Luis Henrique Fanan, Luis Roberto Medeiros e Luiz Antonio Domingues, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2764-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2765/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.653/2017-3

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Luiz Carlos Telles Bastos (CPF 097.524.200-87), Luiz Humberto de Biase (CPF 020.225.508-54), Luiz Tadeu da Silva (CPF 699.876.108-20), Marcelo Yampolschi (CPF 213.846.568-39) e Marcia Lemes Arai (CPF 019.586.198-17)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Luiz Carlos Telles Bastos, Luiz Humberto de Biase, Luiz Tadeu da Silva, Marcelo Yampolschi e Marcia Lemes Arai, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2765-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2766/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.661/2017-6

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Reinaldo Lauro Puglia (CPF 398.089.718-49), Saulo Abreu de Souza (CPF 067.422.704-20), Shoji Mori (CPF 901.942.928-00), Sonia Kubo (CPF 043.531.788-14) e Sonia Maria Pereira Escolastico (CPF 907.204.588-20)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Reinaldo Lauro Puglia, Saulo Abreu de Souza, Shoji Mori, Sonia Kubo e Sonia Maria Pereira Escolastico, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2766-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2767/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.665/2017-1

2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria

3. Interessados: Denes Helena Regis de Arruda (CPF 416.029.279-87), Denise da Silva Silveira (CPF 264.805.300-04), Dyrce Maria de Andrade Coelho Moreira (CPF 221.663.511-15), Edi Maria Marcon Travessini (CPF 432.839.509-20) e Edro Spigarollo (CPF 951.820.128-53)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:

9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Denes Helena Regis de Arruda, Denise da Silva Silveira, Dyrce Maria de Andrade Coelho Moreira, Edi Maria Marcon Travessini e Edro Spigarollo, ordenando o registro;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;

9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2767-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2768/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.669/2017-7
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessados: João Geraldo Lessa da Silva (CPF 301.357.457-72), João Pedro Belaque Morande (CPF 083.825.739-91), José Avelino Flor (CPF 610.046.778-04), José Elmar Kurtz (CPF 341.193.619-34) e José Otransito Sousa (CPF 222.478.239-04)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:
9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a João Geraldo Lessa da Silva, João Pedro Belaque Morande, José Avelino Flor, José Elmar Kurtz e José Otransito Sousa, ordenando o registro;
9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:
9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos aposentados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do acórdão;
9.3. determinar à Sefip que:
9.3.1. inclua, no Sisac, o código 1-1-0713-5 (Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005) relativo ao fundamento legal da aposentadoria de João Pedro Belaque Morande, conforme a Portaria nº 32/2010, publicada no DOU de 19/3/2010;
9.3.2. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.
10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2768-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2769/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.677/2017-0
2. Grupo I - Classe VI - Aposentadoria
3. Interessadas: Maria Luisa do Rego Monteiro Bomfim (CPF 481.768.429-15), Marilene da Silva Alvarenga (CPF 415.930.819-87), Marisa Soares Mondadori (CPF 365.430.550-49), Mercedes Jacinta Andrade Calazans (CPF 416.999.809-00) e Nanci Rateke Ramos (CPF 399.329.239-15)
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidoras da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, em:
9.1. considerar legais os atos de concessões de aposentadorias a Maria Luisa do Rego Monteiro Bomfim, Marilene da Silva Alvarenga, Marisa Soares Mondadori, Mercedes Jacinta Andrade Calazans e Nanci Rateke Ramos, ordenando o registro;
9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina que adote medidas para:
9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às aposentadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento às inativas do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei nº 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária;
9.2.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;
9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos indevidos, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.
10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2769-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2770/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.031/2017-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação
3. Solicitante: Wagner de Campos Rosário, Ministro de Estado Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SecexEstataisRJ
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de solicitação encaminhada pelo Ministro de Estado Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União para que o prazo para a apresentação das peças que compõem a prestação de contas da Petrobras, relativa ao exercício de 2016, seja prorrogado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU; no art. 59, inciso VI, da Resolução-TCU 259/2014 e no art. 7º, caput e parágrafo único, da Instrução Normativa-TCU 63/2010, em:
9.1. conhecer da solicitação e autorizar, em caráter excepcional, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União a disponibilizar, no sistema e-Contas, todas as peças relativas à prestação de contas da Petrobras até o dia 28/02/2018;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Petrobras;
9.3. encerrar o presente processo.
10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2770-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2771/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.129/2001-6
1.1. Apensos: TC 033.090/2010-6, TC 033.093/2010-5, TC 033.092/2010-9 e TC 033.089/2010-8.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão.
3. Recorrente: Wigberto Ferreira Tartuce (CPF 033.296.071-49).
4. Unidade: Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal - Seter/DF.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando Wigberto Ferreira Tartuce.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o recurso de revisão interposto por Wigberto Ferreira Tartuce contra o acórdão 913/2009 - Plenário.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.
10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2771-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2772/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.119/2010-7
1.1. Apensos: TC 005.221/2014-5, TC 005.223/2014-8 e TC 005.222/2014-1
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Revisão.
3. Recorrentes: Emanoel Jorge de Freitas (CPF 431.175.202-44) e Amazônia Imaginária (CNPJ 04.580.807/0001-00).
4. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Darlene Freitas Catete (OAB/PA 20.515) representando Emanoel Jorge de Freitas e Amazônia Imaginária.
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o recurso de revisão interposto por Emanoel Jorge de Freitas e pelo Instituto Amazônia Imaginária contra o acórdão 6.790/2013 - 2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.
10. Ata n° 50/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2772-50/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2773/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.177/2014-3
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Representação).
3. Recorrentes: Rocha Bressan Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 26.415.117/0001-20), Alexandre Leal Barbosa (CPF 002.749.627-99), Edílson Pereira de Sousa (CPF 740.376.503-63), Gregório Itiro Ochiai Seixas (CPF 007.621.177-02) e Gustavo Silveira Leão (CPF 940.961.121-00).
4. Unidade: Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406) e outros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame, em processo de representação, interpostos por Rocha Bressan Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., Alexandre Leal Barbosa, Gregório Itiro Ochiai Seixas, Edílson Pereira de Sousa e Gustavo Silveira Leão contra o acórdão 125/2016 - Plenário, que lhes aplicou multa ante irregularidades no pregão eletrônico 14/2013, promovido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame de Rocha Bressan Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto por Alexandre Leal Barbosa, dar-lhe provimento e tornar insubsistente a multa que lhe foi aplicada pelo acórdão recorrido;

9.3. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Gregório Itiro Ochiai Seixas, Edílson Pereira de Sousa e Gustavo Silveira Leão e negar-lhes provimento;

9.4. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao Comando do Exército.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2773-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2774/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.251/2009-5

1.1. Apensos: TC 002.900/2012-2 e TC 002.902/2012-5

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Jaime de Oliveira Rosa (CPF 044.746.785-91).

4. Unidade: Município de Piatã/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Marco Freitas de Carvalho (OAB/BA 49.782) e outros representando Jaime de Oliveira Rosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Jaime de Oliveira Rosa ao acórdão 2.201/2017 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia e ao desembargador federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região Néviton de Oliveira Batista Guedes.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2774-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2775/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.153/2016-1

1.1. Apensos: TC 026.836/2016-5, TC 029.270/2016-2, TC 028.895/2016-9, TC 028.950/2016-0, TC 030.106/2016-8, TC 028.773/2016-0 e TC 030.113/2016-4

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Unidades: Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este relatório de fiscalização de orientação centralizada - FOC coordenada pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto -SecexEducação com objetivo de avaliar as medidas adotadas pelo Governo Federal e pelas prefeituras municipais para implementar as estratégias do Plano Nacional de Educação no que concerne à sua Meta 1 (educação infantil), bem como as medidas adotadas pelos entes federativos para promover o funcionamento de creches e pré-escolas construídas com recursos federais por meio do Proinfância.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no artigo 250, incisos II e III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. determinar ao Ministério da Educação, ao Ministério do Desenvolvimento Social, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Casa Civil da Presidência da República que encaminhem ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação para implementação das recomendações abaixo indicadas, informando prazo e unidade responsável pela implementação de cada recomendação considerada conveniente e oportuna e justificativa para a não implementação de cada uma considerada não conveniente ou não oportuna:

9.1.1. ao Ministério da Educação e ao Ministério do Desenvolvimento Social que:

9.1.1.1. adaptem o Sistema Presença para que passe a monitorar também a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família com idade entre quatro e cinco anos, à luz da obrigatoriedade da universalização da pré-escola, prevista na Emenda Constitucional 59/2009;

9.1.1.2. instituam ação nos moldes do Programa BPC na Escola, efetivado por meio do cruzamento anual de dados entre o Censo Escolar e o CadÚnico, para identificar crianças de zero a cinco anos constantes daquele cadastro que não se encontrem matriculadas na rede regular de ensino, e estimulem os entes federados a promover a matrícula dessas crianças e a identificar as principais causas para sua exclusão escolar.

9.1.2. ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que:

9.1.2.1. ampliem esforços para divulgação da existência e da operacionalização do EI Manutenção, a fim de que a possibilidade de solicitação de apoio financeiro seja amplamente conhecida por gestores municipais e do Distrito Federal;

9.1.2.2. compatibilizem as solicitações de liberação financeira feitas à Secretaria do Tesouro Nacional e a execução orçamentário-financeira da ação 00OW - Apoio à Manutenção da Educação Infantil aos pedidos de apoio referentes ao EI Manutenção, de modo que transferências aos municípios sejam feitas o mais rapidamente, idealmente antes que a escola passe a receber recursos do Fundeb, sob risco de a intempestividade das transferências resultar na ineficácia da ação federal;

9.1.2.3. avaliem oportunidade e conveniência de instituir critério de priorização para atendimento de solicitações de apoio financeiro feitas no âmbito do EI Manutenção, de modo que, entre pedidos feitos em datas próximas, sejam priorizados os oriundos de municípios com menor arrecadação tributária própria, a fim de que o apoio financeiro da União se dirija preferencialmente a entes com menor capacidade de garantir o funcionamento regular das novas unidades de educação infantil.

9.1.3. ao Ministério da Educação que:

9.1.3.1. tão logo se reúna a Instância Permanente de Negociação Federativa, instituída pela Portaria MEC 619/2015, sejam deliberadas, definidas e formalizadas as responsabilidades de cada esfera de governo e as formas de cooperação interfederativa para execução das estratégias da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, tendo em vista o vencimento do prazo de cumprimento da meta de universalização da pré-escola e a obrigatoriedade constitucional de oferta dessa etapa de ensino;

9.1.3.2. expeça orientações ao Distrito Federal e aos municípios acerca do levantamento da demanda por educação infantil, indicando boas práticas e possíveis processos e instrumentos de trabalho para:

a) adequada aferição da demanda local;

b) utilização das informações aferidas para verificação do atendimento da demanda e para planejamento da expansão da oferta, à luz dos compromissos e prazos previstos na Meta 1 do Plano Nacional de Educação;

c) promoção da publicidade da relação de crianças atendidas e das listas de espera por vaga na rede pública de educação infantil, especialmente sua divulgação na rede mundial de computadores.

9.1.3.3. promova estudos e debates com os entes federados e com os atores que julgar pertinentes, a fim de propor soluções para:

a) superação de dificuldades relacionadas ao levantamento da demanda em municípios com grande extensão territorial ou de grupos populacionais específicos, como indígenas, quilombolas e populações itinerantes, de modo que todos sejam contemplados pelo levantamento;

b) dirimir ou minimizar eventuais conflitos que possam surgir entre demandantes de vagas na rede pública de educação infantil, com a publicidade das listas de atendidos e de espera.

9.1.3.4. crie rotina de trabalho para atualização periódica das informações constantes do "Mapa de Expansão das Creches", disponível no módulo público do Simec, a partir, por exemplo, das informações coletadas por meio do Plano de Ações Articuladas, a fim de que o Mapa se fortaleça enquanto instrumento de gestão e transparência;

9.1.3.5. defina e normatize critérios de priorização de pedidos de construção de novas unidades escolares do Proinfância com base em estimativa dos déficits de atendimento escolar dos municípios solicitantes, a exemplo do que foi realizado no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento;

9.1.3.6. expeça orientações ao Distrito Federal e aos municípios com a definição do conceito de busca ativa no âmbito da educação infantil, a demonstração da importância de sua implementação e a indicação das possíveis práticas e arranjos institucionais para sua efetivação, a exemplo das instruções operacionais emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social;

9.1.3.7. oriente, de modo detalhado, gestores distritais e municipais a utilizarem os registros administrativos de que dispõem, especialmente os do Cadastro Único e os da rede municipal de educação, para identificar, por meio do cruzamento de dados, crianças de zero a cinco anos que estejam fora da escola;

9.1.3.8. expeça orientações ao Distrito Federal e aos municípios para explicitar a responsabilidade destes para com a redução da desigualdade no acesso a creches, disposta na Estratégia 1.2 do PNE, com indicação da possibilidade de estabelecimento de critérios que priorizem crianças economicamente mais vulneráveis no acesso a creches públicas ou conveniadas, esclarecendo a oportunidade de se utilizar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no sentido de verificar objetivamente a renda familiar das crianças demandantes;

9.1.3.9. estude a possibilidade e a viabilidade de incentivar a articulação de oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública (Estratégia 1.7 do PNE);

9.1.3.10. estude a viabilidade de incentivar e/ou oferecer matrículas financiadas em creches e pré-escolas privadas credenciadas, nos termos do que já ocorre no ensino superior, uma vez que esse credenciamento pode agilizar a abertura de vagas na educação infantil e amenizar os custos de construção, custeio e manutenção para os entes públicos, com os cuidados necessários no credenciamento das escolas e nas exigências a cumprir para mantê-lo.

9.1.4. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que ajuste o período de vigência dos próximos ciclos do Plano de Ações Articuladas - PAR, de modo que seu início coincida com o dos mandatos municipais, a fim de que o diagnóstico das redes locais, primeira etapa do ciclo do PAR, seja feito pelos governos locais tão logo assumam seus mandatos;

9.1.5. à Casa Civil da Presidência da República que:

9.1.5.1. avalie oportunidade e conveniência de alterar os normativos que regem o Programa Bolsa Família, a fim de que ele preveja, entre suas condicionalidades, adequada frequência escolar dos beneficiários entre quatro e cinco anos de idade, tendo em vista a obrigatoriedade de universalização da pré-escola estabelecida pela Emenda Constitucional 59/2009;

9.1.5.2. envide esforços para aprovação da Lei Complementar que institui o Sistema Nacional de Educação (PLC 413/2014).

9.2. encaminhar cópia deste acórdão aos seguintes órgãos e entidades para conhecimento e adoção de medidas que entenderem adequadas: municípios auditados e aos que responderam ao questionário enviado pelo TCU, tribunais de contas estaduais e dos municípios, Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed e Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2775-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2776/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.397/2017-6

2. Grupo I - Classe V - Acompanhamento.

3. Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

4. Unidades: Secretaria de Política Econômica - SPE/MF, Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB/MF, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o acompanhamento realizado com o objetivo de avaliar a previsão de receitas e a fixação de despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 (PLOA 2018), nos termos do art. 12 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 250, inciso II, do Regimento Interno e no art. 4º da Portaria-Segecex 13/2011, em:

9.1. dar ciência à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal de que:

9.1.1. as estimativas de receitas e despesas primárias contidas no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício de 2018 se mostram compatíveis com o alcance da meta de resultado primário deficitário de R$ 159 bilhões fixada na Lei de

Diretrizes Orçamentárias da União para 2018, de acordo com as projeções efetuadas pela equipe de fiscalização do TCU, que levam em conta o Produto Interno Bruto - PIB nominal de R$ 7.121,9 bilhões, a receita primária líquida de R$ 1.239,2 bilhões e a despesa primária total de R$ 1.365,3 bilhões;

9.1.2. desde que sejam mantidos o cumprimento às regras da Emenda Constitucional 95/2016 e a proporção constante em 17,4% entre receita primária e PIB e as demais condições mencionadas no relatório, o resultado primário poderá ser superavitário a partir do exercício de 2022, no caso de o crescimento real anual do PIB ser, em média, de 3% a partir de 2018; ou a partir do exercício de 2024, no caso de o crescimento real anual do PIB ser, em média, 2% a partir de 2018;

9.1.3. no cenário mais favorável analisado pela equipe de fiscalização do TCU (com crescimento real anual médio do PIB de 3% e taxa real média de juros de 4% ao ano), a proporção da dívida líquida em relação ao PIB poderá atingir o teto de 54,82% em 2022; e, no cenário menos favorável (com crescimento real anual médio do PIB de 2% e taxa real média de juros de 5% ao ano), poderá atingir o teto de 70,37% em 2029, desde que, em ambos os casos, haja cumprimento dos limites determinados na Emenda Constitucional 95/2016, situação que requererá mudanças na dinâmica atual de crescimento das despesas obrigatórias.

9.2. determinar à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda que, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, inclua no documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Carta Magna, integrante das informações complementares aos projetos de lei orçamentária a serem elaborados a partir do exercício de 2019, todas as renúncias de receitas tributárias que vigorarão nos respectivos exercícios e demonstre que tais renúncias atendem aos requisitos previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no caso da instituição dos benefícios tributários durante os exercícios correspondentes;

9.3. determinar, ainda, à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação, realize e encaminhe a este Tribunal estudos para identificar, nas legislações relativas a programas de regularização e parcelamentos de débitos tributários, renúncias de receitas decorrentes de anistias e remissões, de acordo com o art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas à inclusão dessas desonerações tributárias no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Carta Magna;

9.4. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que:

9.4.1. monitore as medidas adotadas para cumprir a determinação do subitem 9.3, acima;

9.4.2. avalie a necessidade de reclassificar o grau de confidencialidade das peças constantes deste processo que contêm manifestação dos emissores a respeito do caráter reservado/sigiloso das informações prestadas (peças 10, 14, 18 e 21, por exemplo) e adote, se preciso, as medidas para tanto.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2776-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2777/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.909/2017-1

2. Grupo II - Classe VII - Representação.

3. Representante: Conceição Locações e Serviços Eireli - EPP (CNPJ 26.421.145/0001-50).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTAS, relatadas e discutidas as representações sobre supostas irregularidades nos editais relativos aos pregões eletrônicos 17000052, 17000053 e 17000054 - CPL/SE/SPM, promovidos pela Superintendência Estadual de Operações de São Paulo Metropolitana da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 169, inciso V, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer das representações e considerá-las improcedentes;

9.2. recomendar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que, nas licitações em que seja admitida a participação de cooperativas, exija a apresentação, como condição de aceitabilidade das propostas, de modelo de gestão operacional, bem como analise, nas contratações, as regras internas de funcionamento contidas nos atos constitutivos de sociedades cooperativas, para evitar eventual desvirtuação ou fraude, nos moldes das disposições contidas nos artigos 10, § 1º, e 11, respectivamente, da Instrução Normativa/Secretaria de Gestão MPOG 5, de 26/5/2017;

9.3. enviar cópia dos autos à Secretária de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - Seinfracom, a fim de subsidiar sua atuação;

9.4. dar ciência deste acórdão à representante e à Superintendência Estadual de Operações de São Paulo Metropolitana da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2777-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2778/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.368/2016-3.

1.1. Apenso: 009.285/2015-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Responsável: Benedito Adalberto Brunca (012.420.648-42).

4. Órgão: Ministério do Trabalho.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento para avaliar a implementação das deliberações constantes nos subitens 9.1 a 9.3 do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário, decorrente de auditoria que avaliou a situação atuarial e financeira dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1 a 9.3 do Acórdão 2.973/2016-TCU-Plenário;

9.2. conceder novo prazo de 120 dias para que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, sob coordenação da Casa Civil, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, encaminhem, a esta Corte de Contas, plano de ação que estabeleça estratégias para mitigar os riscos à sustentabilidade da previdência própria de estados, DF e municípios, prevendo, entre outros, para cada estratégia adotada: o que vai ser feito, os objetivos a serem alcançados, o responsável, como vai ser feito e prazo estimado para conclusão, considerando, inclusive, a adequação de normas que tratam do assunto, quando necessário, desmembrado, necessariamente, nos seguintes temas relativos aos RPPS:

9.2.1. qualidade das bases cadastrais e implementação do sistema integrado de dados relativos aos servidores públicos previsto na Lei 10.887/2004;

9.2.2. fidedignidade e consistência das avaliações atuariais (tanto a consistência entre os relatórios e os Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, como o uso de premissas atuariais factíveis e embasadas por estudos técnicos);

9.2.3. acompanhamento da gestão de investimento dos RPPS;

9.2.4. interlocução com os Poderes Judiciário e Legislativo para tornar mais robusto o marco legal relativo ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), com vistas a mitigar a sua obtenção por via judicial;

9.3. determinar à SecexPrevidência o monitoramento das determinações constantes do item 9.2 e seus subitens;

9.4. dar ciência da presente deliberação à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2778-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2779/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.133/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Defensoria Pública da União; Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério Público Federal; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Orçamento Federal - MP; Secretaria do Tesouro Nacional; Senado Federal (vinculador); Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União para assegurar o cumprimento do limite de gastos estabelecido pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que:

9.1.1.1. considerem o limite de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 ao elaborarem o projeto de lei de diretrizes orçamentária (PLDO) e projeto de lei orçamentária (PLOA) referentes ao exercício de 2019 e subsequentes; e

9.1.1.2. orientem os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, sob a égide do Novo Regime Fiscal, acerca das medidas necessárias a serem adotadas no período de 2018 a 2020, a fim de assegurar o cumprimento do limite individualizado de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016, sem perder, contudo, as suas capacidades operacionais de funcionamento;

9.1.2. ao Poder Executivo Federal, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional de Justiça, à Justiça do Trabalho, à Justiça Federal, à Justiça Militar da União, à Justiça Eleitoral, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério Público da União, ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Defensoria Pública da União, tendo em vista o disposto no art. 107 da EC 95/2016 c/c os arts. 24 e 25, § 6º, da Lei 13.473/2017, que adotem medidas com intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas, considerando como forma de incentivo ao compartilhamento de boas práticas para atingimento dos objetivos do Novo Regime Fiscal, e a título de exemplo, o rol descritivo de medidas de contenção de despesas, constante do Anexo II do Relatório de Auditoria;

9.2. levantar o sigilo das peças 53 e 54;

9.3. manter como sigilosas as peças 58 e 59, com fulcro no art. 23, inciso IV, da Lei 12.527/2011, c/c o art. 25, inciso V, do Decreto 7.724/2012;

9.4. determinar à Secretaria de Macroavaliação Governamental que acompanhe o impacto decorrente da Lei 13.412/2016, que aprovou o plano de carreira da Defensoria Pública da União, quando proceder à fiscalização da evolução das receitas e das despesas primárias, do resultado primário e do contingenciamento, referente ao 6º bimestre de 2017;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação às Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, às Secretarias de Controle Externo da Administração do Estado e da Fazenda Nacional e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Fundo Monetário Internacional em vista do pedido constante da peça 172;

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2780/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.378/2017-3.

1.1. Apenso: 022.621/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Procurador Marinus Marsico.

3.2. Interessado: Shire Farmacêutica Brasil Ltda. (07.898.671/0001-60).

3.3. Responsáveis: Laura Barreto Carneiro (021.685.661-27); Marco Antônio de Araújo Fireman (410.988.204-44); Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho (098.821.381-87).

4. Órgãos/Entidades: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal:

8.1. Moacyr Antônio de Pádua Junior e outros, representando Shire Farmacêutica Brasil Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades na suspensão, pelo Ministério da Saúde (MS), da Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmada entre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e a empresa Shire Farmacêutica Brasil Ltda., para a produção e transferência de tecnologia do produto denominado Fator VIII Recombinante;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do TCU, art. 48 da Lei 9.784/1999 e art. 64 do anexo XCV da Portaria de Consolidação 5/2017, à Comissão Técnica de Avaliação e ao Comitê Deliberativo, coordenados pelo Ministério da Saúde, que, no prazo de 30 (trinta) dias, realize a análise da proposta de reestruturação da PDP apresentada pela Hemobrás e pela Shire e delibere sobre a matéria, sendo que:

9.1.1. no caso de conclusão pela reestruturação da PDP, nos termos do art. 64, inciso I, do anexo XCV da Portaria de Consolidação 5/2017, a análise e a deliberação devem contemplar, entre outras questões:

9.1.1.1. a transferência do Banco de Células Mestre;

9.1.1.2. a atualização do cronograma de transferência de tecnologia, com a delimitação detalhada das responsabilidades a serem assumidas pelas partes para a consecução dos prazos estabelecidos;

9.1.1.3. os possíveis investimentos a serem realizados pela parceira privada e a demonstração da vantajosidade, econômica e técnica, da reestruturação da PDP nessa nova configuração;

9.1.1.4. a definição dos pedidos de compra mínima do medicamento ao longo da vigência da parceria, quantidade e periodicidade, de modo a mitigar a possibilidade de pleitos administrativos ou judiciais relacionados à aquisição de quantitativos mínimos por parte do Ministério da Saúde;

9.1.1.5. a resolução das pendências financeiras existentes entre a Hemobrás e a Shire Farmacêutica Brasil Ltda.; e

9.1.1.6. anuência expressa da empresa Shire às condições previstas na proposta de reestruturação;

9.1.2. no caso de conclusão pela extinção da PDP, nos termos do art. 64, inciso II, do anexo XCV da Portaria de Consolidação 5/2017, o parecer deve contemplar estudos econômicos que demonstrem a vantajosidade e o interesse público de se extinguir a parceria vigente e firmar nova parceria, considerando entre outros pontos:

9.1.2.1. os investimentos até então realizados na PDP vigente, os novos investimentos que seriam necessários e as possíveis indenizações a serem pagas pela extinção da parceria;

9.1.2.2. a comparação, entre a parceria vigente e uma possível nova parceria, dos custos operacionais e demais despesas envolvidas no processo de produção e das vantagens obtidas em cada caso;

9.1.2.3. o tempo para transferência da tecnologia, os produtos fornecidos e os preços que serão cobrados pelos medicamentos em cada configuração;

9.2. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno do TCU que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe a este Tribunal:

9.2.1. o Ofício 751/SEI/2017/SCTIE/GAB/SCTIE/MS de 29/09/2017, que cancelou a suspensão da PDP do fator VIII recombinante;

9.2.2. os termos de aditamento dos Contratos 31 e 73/2017 firmados com a Hemobrás para compra de 150 milhões de UI de fator VIII recombinante;

9.2.3. cópia digital de todo o processo licitatório aberto para aquisição do medicamento fora da PDP do fator VIII recombinante;

9.3. dar ciência ao Ministério da Saúde que:

9.3.1. continuam válidos os efeitos da medida cautelar adotada por meio do subitem 9.2 do Acórdão 2.207/2017-TCU-Plenário;

9.3.2. ao retomar o processo licitatório relativo ao Termo de Referência 3694 ou dar início a outro com o mesmo objeto, deve ser apresentada justificativa com base em pareceres jurídicos e avaliações econômico-financeiras para a realização de licitação para a compra do fator VIII recombinante fora do âmbito da parceria firmada entre a Shire e a Hemobrás, considerando, para tanto, preços e vantagens oferecidos pela Shire a exemplo do produto adicional (adição de 90% do quantitativo se adquirida a quantidade mínima), e responsabilidades da Hemobrás constantes do Contrato de Fabricação e Fornecimento, firmado entre os laboratórios público e privado, e considerando, outrossim, os demais itens de análise constantes dos arts. 54 a 57 do anexo XCV da Portaria de Consolidação 5/2017 e as responsabilidades do Ministério da Saúde, previstas no anexo da citada portaria e no Termo de Compromisso 20/2012, firmado com a Hemobrás;

9.3.3. na aprovação de parcerias de desenvolvimento produtivo, a escolha da entidade particular pelo laboratório público sem que tenham sido observados os princípios constitucionais do art. 37 da Constituição Federal de 1988, em particular os da publicidade, legalidade e moralidade, como também os princípios e as normas insculpidos nos arts. 3º, 4º, 26 e 41 da Lei 8.666/1993 contraria a jurisprudência desta Casa, a exemplo do Acórdão 1.730/2017-TCU-Plenário;

9.4. cientificar ao Ministro da Saúde que o não atendimento às determinações deste Tribunal, a exemplo do subitem 9.5.1 do Acórdão 2.207/2017-TCU-Plenário, sujeita o responsável à aplicação de multa, conforme art. 245 c/c art. 268, inciso VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2780-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2781/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.287/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: L & R Santos Construções Ltda. (07.408.234/0001-11).

4. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Maurício de Freitas Carneiro (OAB/PE 19.035) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de representação formulada pela empresa L & R Santos Construções Ltda. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no bojo da Concorrência 19/2016, cujo objeto é a ampliação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Recife da UFPE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU e com o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar objeto do Despacho de 9/10/2017, contido na peça 43, considerando-se o julgamento de mérito da representação;

9.3. dar ciência à Universidade federal de Pernambuco (UFPE) sobre a exigência de atestados de capacidade técnica em quantitativos mínimos exigidos superiores a 50% do previsto no orçamento base, identificada na Concorrência 19/2016 (Processo 23076.045753/2016-31), o que afronta a jurisprudência do TCU, a exemplo da Súmula TCU 263 e dos Acórdãos 1.851/2015, rel. Min. Benjamin Zymler; 1.842/2013, rel. Min. Ana Arraes; 244/2015, rel. Min. Bruno Dantas; e, 2.303/2015, rel. Min. José Múcio Monteiro, todos do Plenário do TCU, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras falhas semelhantes;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Representante e à UFPE; e

9.5. arquivar o presente processo com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2781-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2782/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.373/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Presidência da Câmara dos Deputados.

4. Entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BNDES Participações S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação do Congresso Nacional acerca de informações sobre processos de tomada de contas relevantes em curso que versem sobre as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPar) em financiamento de aquisição, participação acionária e conversão de debêntures de empresas da área de industrialização de alimentos cárneos e assemelhados;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso II do art. 38 da Lei 8.443/1992 e no art. 232, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 4º, inciso I, alínea "a", e 18, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer da solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 232, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar à Câmara dos Deputados, na pessoa de seu presidente, que:

9.2.1. parte da matéria relativa às operações celebradas entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Grupo J&F foi analisada nos autos do TC 007.527/2014-4, tendo sido prolatado o Acórdão 3.011/2015-TCU-Plenário, que determinou, entre outros, a autuação de processos apartados de auditoria em cada uma das operações de compra de participações acionárias pelo BNDES que teriam relação com o grupo, a saber: TC 034.930/2015-9; TC 034.931/2015-5; TC 034.932/2015-1; TC 034.935/2015-0 e TC 034.940/2015-4;

9.2.2. o TC 034.930/2015-9 foi apreciado nos termos do Acórdão 800/2017-TCU-Plenário, que determinou o apensamento ao TC 010.398/2017-1 (TCE);

9.2.3. o TC 010.398/2017-1 (TCE) foi apreciado nos termos do Acórdão 1.411/2017-TCU-Plenário, que autorizou a citação dos responsáveis, estando o processo na fase de contraditório e ampla defesa, com objetivo de examinar os indícios de irregularidades observados na condução da operação de apoio à aquisição da empresa norte-americana Swift Foods & Co. pela empresa brasileira JBS, por meio da aquisição de ações dessa última pela BNDESPar;

9.2.4. o TC 034.931/2015-5 foi apreciado nos termos do Acórdão 2.342/2017-TCU-Plenário, que determinou o apensamento ao TC 030.083/2017-6 (TCE);

9.2.5. o TC 030.083/2017-6 (TCE), em andamento, examina indícios de irregularidades relacionados ao Projeto 1821764.0001/2008, concernente à participação acionária na JBS, visando à sua capitalização, para adquirir a empresa americana National Beef Packing Co. e a divisão de carnes bovinas da Smithfield Beef Group;

9.2.6. o TC 034.940/2015-4 foi apreciado nos termos do Acórdão 1.412/2017-TCU-Plenário, que determinou o apensamento ao TC 020.213/2017-4 (TCE);

9.2.7. o TC 020.213/2017-4 (TCE), em andamento, examina indícios de irregularidades relacionados à operação de participação acionária da BNDESPar na empresa Independência Participações S.A., em cumprimento aos itens 9.2 e 9.4 do Acórdão 1412/2017-TCU-Plenário;

9.2.8. o TC 034.932/2015-1, em andamento, com previsão de conclusão para março de 2018, examina indícios de irregularidades relacionados ao Projeto 2231068.0001/2009, concernente à aquisição de debêntures da empresa JBS, visando à sua capitalização, com a finalidade de adquirir a empresa americana *Pilgrim"s Pride Corporation*.

9.2.9. o TC 034.935/2015-0, em andamento, com previsão de conclusão para março de 2018, examina indícios de irregularidades relacionados ao Projeto 1742853.0001/2008, concernente à operação de participação acionária na empresa Bertin S.A. e sua posterior incorporação pela empresa JBS;

9.2.10. o TC 036.744/2016-6, em andamento, com previsão de conclusão para março de 2018, examina possíveis irregularidades na operação de compra de debêntures, pela BNDESPar, da 2ª emissão da Marfrig Alimentos S.A., posteriormente renovada pela subscrição de debêntures da 5ª emissão da *Marfrig Global Foods* S.A;

9.2.11. o TC 030.127/2017-3, em andamento, trata de auditoria de conformidade no BNDES, com início previsto para 2018, a fim de apurar eventuais celebrações de operações de crédito com o Grupo J&F com inobservância das normas e regulamentos aplicáveis a cada caso, excetuando-se aquelas operações que já são objeto de análise por esta Corte; e

9.2.12. o TC 017.019/2017-6, em andamento, analisa operações de crédito e de aporte de capitais realizadas pelo BNDES e pela BNDESPar em favor da JBS e demais empresas do Grupo J&F;

9.3. encaminhar à solicitante, em complemento às informações acima descritas, os Acórdãos 3.011/2015-TCU-Plenário, 800/2017-TCU-Plenário, 1.411/2017-TCU-Plenário, 1.412/2017-TCU-Plenário, 1.670/2017-TCU-Plenário, 2.342/2017-TCU-Plenário;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão à Presidência da Câmara dos Deputados, ao Deputado Federal André Fufuca e à Deputada Federal Cristiane Brasil;

9.5. considerar a presente Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida, nos termos do art. 18 da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2782-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2783/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.316/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: Ilan Goldfajn, Jorge Antônio Deher Rachid, George Alberto de Aguiar Soares, Ana Paula Vitali Janes Vescovi.

4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil (Bacen); Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF); Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP); Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento realizado com o propósito de avaliar as receitas primárias, as despesas primárias impactantes, o resultado primário e o contingenciamento, referentes ao 4° bimestre de 2017, consoante o disposto no art. 3º, inciso III, da Resolução TCU 142/2001, e nas disposições da Lei 13.408/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017), da Lei 13.414/2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e da Emenda Constitucional (EC) 95/2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprida a determinação do item 9.1 do Acórdão 803/2017-TCU-Plenário;

9.2. considerar em cumprimento a recomendação do item 9.1 do Acórdão 747/2017-TCU-Plenário;

9.3. recomendar ao Banco Central do Brasil, em conjunto com a Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, a elaboração de demonstrativo mensal das discrepâncias estatísticas entre o resultado primário das empresas estatais federais "acima da linha" e "abaixo da linha", a ser publicado como anexo dos relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias, consoante o disposto no art. 11, inciso IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União de 2017, c/c a Mensagem do Projeto da Lei Orçamentária Anual da União de 2017, e no art. 41, incisos I e II, da Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovada pelo Decreto 9.035/2017;

9.4. manter o grau de sigilo "reservado" da peça 32 pelo prazo de cinco anos, a contar de 20/9/2017, com fulcro no art. 23, inciso IV, da Lei 12.527/2011, c/c o art. 25, inciso V, do Decreto 7.724/2012;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação aos Ministérios da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2783-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2784/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.551/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidades: Presidência da República; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Tribunal de Contas da União; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Público Federal; órgãos da Justiça do Trabalho; órgãos da Justiça Militar; órgãos da Justiça Federal; órgãos da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do acompanhamento, referente ao 2º quadrimestre de 2017, das determinações previstas em dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF) que dispõem sobre os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas, pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos relatórios de gestão fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2017, definidas nos arts. 54 e 55 daquele diploma legal e no art. 5º, inciso I, da Lei 10.028/2000;

9.2. considerar atendida, pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, a exigência de disponibilização no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro e encaminhamento ao TCU dos relatórios de gestão fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2017;

9.3. considerar cumpridos os limites prudencial e máximo de despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;

9.4. considerar o nível endividamento da União referente ao 2º quadrimestre de 2017 incompatível com o limite da dívida consolidada líquida constante do Projeto de Resolução do Senado 84/2007;

9.5. considerar o nível endividamento da União referente ao 2º quadrimestre de 2017 incompatível com o limite da dívida mobiliária constante do Projeto de Lei da Câmara 54/2009;

9.6. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal 48/2007, para o montante de operações de crédito contraídas e de garantias concedidas pela União;

9.7. considerar cumprida a determinação do item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal e ao Governo do Distrito Federal; e

9.9. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2784-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2785/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.971/2015-8.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (Denúncia)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea (33.665.647/0001-91)

3.2. Responsáveis: Afonso Ferreira Bernardes (076.212.052-53); Alessandro Jose Macedo Machado (576.106.225-91); Antônio Carlos Albério (002.358.652-49); Carlos Batista das Neves (512.943.978-34); Celio Moura Ferreira (033.742.703-87); Daniel Antonio Salati Marcondes (149.980.178-53); Francisco Soares da Silva (032.588.403-00); Jolindo Renno Costa (213.720.986-15); José Tadeu da Silva (720.451.168-91); João Francisco dos Anjos (068.033.262-68); Juarez Batista de Faria (129.728.511-53); Júlio Fialkoski (093.018.879-91); Leonides Alves da Silva Neto (649.724.024-15); Lucio Antonio Ivar do Sul (143.293.876-20); Marcos Motta Ferreira (327.175.716-04); Mario Varela Amorim (056.169.644-68); Paulo Laercio Vieira (110.686.804-82)

3.3. Agravante: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (33.665.647/0001-91).

4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Erlandyson Aires Neves (OAB/DF 53.128) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 220.788), representando José Tadeu da Silva..

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o agravo interposto pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) contra cautelar proferida em 27/10/2017 e confirmada pelo Plenário do TCU em 1º/11/2017.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do agravo para, no mérito, rejeitá-lo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao agravante.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2785-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2786/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.602/2014-5

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Elilde Mota de Menezes (041.485.092-00); Flávia Skrobot Barbosa Grosso (026.631.392-20); Jose Nagib da Silva Lima (112.427.952-00); Plínio Ivan Pessoa da Silva (145.889.862-87); Thomaz Afonso Queiroz Nogueira (115.834.362-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: Danielle Natália Freire de Oliveira (OAB/AM 4.206), representando José Nagib da Silva Lima

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, no período de 14/7 a 17/9/2014, tendo por objetivo verificar a regularidade, em convênios celebrados por aquele órgão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Elilde Mota de Menezes, José Nagib da Silva Lima e Plínio Ivan Pessoa da Silva, à exceção das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Elilde Mota de Menezes em relação à conduta mencionada no item 9.2 abaixo;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Elilde Mota de Menezes em relação à aprovação de pareceres técnicos precedentes à celebração do Convênio 057/2007 (Siafi 599274), os quais não identificaram irregularidades na formalização do acordo, como a ausência de projeto básico simplificado ou completo, nos termos do art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 2º, §§ 1º, 7º, 8º, e 9º, da IN-STN 1/1997;

9.3. aplicar ao Sr. Elilde Mota de Menezes, Superintendente Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Suframa no período de 1º/1/2002 a 16/2/2012, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar à Suframa que:

9.5.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 dias, plano de ação para implantação de controles nos processos de trabalho relacionados à análise das propostas de convênio, ao acompanhamento e fiscalização da sua execução, à análise da prestação de contas e à instauração e processamento de tomada de contas especial;

9.5.2. conclua, no prazo de noventa dias, a análise da prestação de contas do Convênio 179/2001 (Siafi 431912), caso a análise ainda não tenha sido concluída, informando a este Tribunal o seu resultado;

9.5.3. informe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, a situação dos Convênios 99/2007 (Siafi 597250), 131/2007 (Siafi 599873) e 038/2008 (Siafi 640340), esclarecendo, se for o caso, as razões da ausência de conclusão da análise da prestação de contas;

9.6. determinar à Secex/AM que monitore o cumprimento da determinação acima; e

9.7. encaminhar cópia da presente decisão à Suframa e aos responsáveis.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2786-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2787/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.973/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto VI: Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ntsec Solucões em Teleinformática Ltda. (09.137.728/0001-34).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Ana Flavia Rodrigues Araujo e outros, representando Ntsec Solucões em Teleinformática Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação formulada pela empresa NCT Informática Ltda. acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério da Integração Nacional (MI), relacionadas ao Pregão Eletrônico 11/2017 - SRP, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a contratação de Suporte, Atualização e Expansão da Solução de Segurança de Redes e Internet - Firewall.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 235 c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 113, §1º, da Lei 8.666/93, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no § 5º do art. 276 do Regimento Interno/TCU, revogar a medida cautelar adotada em 10/10/2017, autorizando-se o prosseguimento do Pregão Eletrônico 11/2017 - SRP;

9.3. dar ciência ao Ministério da Integração e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) das seguintes impropriedades identificadas no Pregão Eletrônico 11/2017 - SRP, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de novas ocorrência da espécie:

9.3.1. a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo serem utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referência de custos, em conformidade com a Instrução Normativa 05, de 27 de junho de 2014, em conjunto com a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1604/2017, 247/2017, 1678/2015 e 2816/2014, todos do Plenário, dentre outros;

9.3.2. previsão de remuneração de serviços por hora trabalhada, uma vez que a remuneração de serviços de tecnologia da informação deve ser adotada por resultados/atendimento de níveis de serviço, conforme disposto na Súmula TCU 269;

9.4. dar ciência da deliberação ao Ministério da Integração Nacional (MI), ao DNOCS, à representante e à representada;

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2787-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2788/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.816/2013-8.

1.1. Apenso: 025.716/2009-2

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Dulce Dirclair Huf Bais (255.224.859-49); Fls Tecnologia Ltda (03.898.466/0001-44); Hanenna Oliveira da Silva (622.633.742-72); Henôr Vatson Heler Junior (002.511.496-41); João Paulo Balsini (970.035.579-91); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20); Maria Olimpia da Silva Pereira (015.058.187-45)

3.2. Recorrentes: Dulce Dirclair Huf Bais (255.224.859-49); Henôr Vatson Heler Junior (002.511.496-41); Manoel Carlos Neri da Silva (350.306.582-20); Maria Olimpia da Silva Pereira (015.058.187-45).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Enfermagem.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Fabio Fontes Estillac Gomez (34.163/OAB-DF) e outros, representando Maria Olimpia da Silva Pereira.

8.2. Gislene Rodrigues de Macedo (32527/OAB-DF) e outros, representando Manoel Carlos Neri da Silva e Conselho Federal de Enfermagem;

8.3. Jonas Cecílio (14344/OAB-DF) e outros, representando João Paulo Balsini.

8.4. Reilos Monteiro (22612/OAB-DF) e outros, representando Dulce Dirclair Huf Bais, Lucio Mauro Stocco e Fls Tecnologia Ltda.;

8.5. Felipe Cavaignac e outros, representando Henôr Vatson Heler Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos embargos de declaração opostos por Dulce Dirclair Huf Bais, Henôr Vatson Heler Junior, Manoel Carlos Neri da Silva, Maria Olimpia da Silva Pereira e pela empresa FLS Tecnologia em face do Acórdão 2.291/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Dulce Dirclair Huf Bais, Henôr Vatson Heler Junior, Manoel Carlos Neri da Silva, Maria Olimpia da Silva Pereira e pela empresa FLS Tecnologia para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. corrigir, por erro material, nos termos da Súmula 145 da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, os itens 9.1 e 9.3 do Acórdão 2.291/2017-Plenário, Sessão de 11/10/2017, Ata nº 41/2017, conferindo-lhes a seguinte redação, mantendo-se a redação dos subitens 9.1.1 a 9.1.4:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. Henôr Vatson Heler Júnior, então Gerente de Projetos do Cofen, Dulce Dirclair Huf Bais, Presidente do Cofen no período de 23/4/2006 a 22/10/2007, Maria Olímpia da Silva Pereira, então Presidente da comissão Permanente de Licitação do Cofen, e da empresa F.L.S. Tecnologia Ltda., condenando-os em débito, consoante a seguir discriminado, e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos Srs. João Paulo Balsini, então Presidente da Comissão Especial de Licitação do Cofen, e Manoel Carlos Neri da Silva, Presidente do Cofen no período de 23/10/2007 a 22/4/2009, e aplicar a esses responsáveis, bem como à Sra. Hanenna Oliveira da Silva Marques, chefe da Divisão de Licitações e Contratos à época, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, nas quantias abaixo indicadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	*Valor da multa (R$)*
Manoel Carlos Néri da Silva	*5.000,00*
João Paulo Balsini	*5.000,00*
Hanenna Oliveira da Silva Marques	*5.000,00*

9.3. indeferir o pleito do Sr. Manoel Carlos, apresentado à peça 217 dos autos, nos termos dos arts. art. 141, § 14, e 168, §9º, do RI/TCU;

9.4. dar ciência deste acórdão aos embargantes, à Sra. Hanenna Oliveira da Silva Marques, ao Sr. João Paulo Balsini e ao Cofen.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2788-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2789/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.058/2014-7.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representantes: José Carlos Sampaio Chedeak (024.999.207-85), Coordenador-Geral de Fiscalização Direta, e Sérgio Djundi Taniguchi (157.730.268-05), Diretor de Fiscalização, ambos vinculados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/SP.

8. Representação Legal: André Carvalho Teixeira, OAB/DF 18.135; Pedro Linhares Della Nina, OAB/RJ 121.651; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, apresentada pelos Srs. José Carlos Sampaio Chedeak, Coordenador-Geral de Fiscalização Direta, e Sérgio Djundi Taniguchi, Diretor de Fiscalização, ambos vinculados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a respeito de possíveis irregularidades em aportes realizados pelo patrocinador Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), sem a correspondente contrapartida dos participantes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que o Plano de Ação encaminhado via expediente datado de 7/4/2017 (peça 225) e objeto de esclarecimentos por intermédio dos expedientes datados de 29/5/2017 (peças 234 e 235) não atende à determinação do item 9.2.2 do Acórdão 2766/2015-TCU-Plenário;

9.2. fixar, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, nos arts. 43, inciso I, e 45 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 250, inciso II, e 251 do RI/TCU, novo prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) deem cumprimento, respectivamente, às determinações constantes dos itens 9.2.2 e 9.3 do Acórdão 2766/2015-TCU-Plenário;

9.3. determinar o encaminhamento de cópia deste acórdão:

9.3.1. aos representantes;

9.3.2. ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

9.3.3. à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MP);

9.3.4. à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

9.3.5. à Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes);

9.3.6. à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;

9.3.7. à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal;

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2789-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2790/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.845/2016-5.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (em Representação).

3. Agravante: Fundação de Assistência e Previdência social do BNDES - Fapes, CNPJ 00.397.695/0001-97.

4. Unidades Jurisdicionadas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SecexPrevidência.

8. Representação legal: Luiz Carlos Malheiros França, OAB/RJ 163.989; Rodrigo Sales da Rocha Abreu, OAB/RJ 155.278; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatado e discutido o Agravo interposto pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - Fapes em oposição a medida cautelar adotada por intermédio de Despacho de 18/7/2017 e referendada pelo Plenário desta Casa na Sessão Extraordinária Pública de 19/7/2017, que determinou ao BNDES, à BNDESPAR e ao Finame que suspendessem temporariamente os pagamentos de contratos de confissão de dívida celebrados, em 27/12/2002 e em 16/11/2004, com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno, conhecer do presente Agravo, tendo em vista o preenchimento dos requisitos para tanto, sem, no contudo, conceder-lhe efeito suspensivo, tendo em vista a ausência de elementos que justifiquem tal medida;

9.2. no mérito, rejeitar o referido Agravo, mantendo a medida cautelar adotada sobre o feito em epígrafe por intermédio de Despacho de 18/7/2017 (peça 51) e referendada pelo Plenário desta Casa na Sessão Ordinária Pública de 19/7/2017 (conforme Ata 27/2017-Plenário);

9.3. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, para conhecimento:

9.3.1. à agravante;

9.3.2. ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

9.4. restituir os autos à SecexPrevidência para a continuidade de sua instrução, em especial no que se refere às providências determinadas no parágrafo 4 do Despacho constante da peça 221.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2790-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2791/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.301/2015-5.

1.1. Apenso: 021.481/2009-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Consórcio Interpar (CNPJ 10.217.884/0001-94); Setal Óleo e Gás S.A (CNPJ 07.639.071/0001-88); MPE Montagens e Projetos Especiais S.A (CNPJ 31.876.709/0001-89); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, (CNPJ 19.394.808/0001-29); Sérgio Cunha Mendes (CPF 311.654.356-91); Alberto Elísio Vilaça Gomes (CPF 245.827.196-00); Ângelo Alves Mendes (CPF 257.398.246-72); José Humberto Cruvinel Resende (CPF 112.676.076-53); Alberto Jesus Padilla Lizondo (CPF 852.154.068-04); Carlos Alberto Rodrigues (CPF 052.187.668-01); Augusto Ribeiro de Mendonça Neto (CPF: 695.037.708 - 82); Luiz Cláudio de Araújo Santoro (CPF 785.668.007-53); Jésus de Oliveira Ferreira Filho (CPF 267.605.176-87); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72); Pedro José Barusco Filho (CPF: 987.145.708-15); Paulo Roberto Costa (CPF: 302.612.879-15); Renato de Souza Duque (CPF: 510.515.167-49); Sandoval Dias Aragão (CPF: 229.203.586-34); Sérgio dos Santos Arantes (CPF: 335.417.367-04); Henrique da Silva Ferreira (CPF: 128.965.787-49); Jorge Hiroshi Furukawa (CPF: 940.462.988-04); Alexandre Pereira Cortes (CPF: 540.733.757-68); Bruno Itagyba Paravidino (CPF: 055.048.657-78).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR), Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo) e Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.;

8.2. Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (77.507/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Barusco Filho;

8.3. Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Sérgio dos Santos Arantes, Marco Tullio Jennings, Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Sandoval Dias Aragão;

8.4. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (123.041/OAB-RJ) e outros, representando Sérgio de Araújo Costa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Emerson de Souza Telles, Waldemir Correa Terra Júnior, James Hahnemann, Nayef Jamil El Borni Zeina e Rosa Akie Stankewitz.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada por meio da conversão do TC 021.481/2009-6, nos termos do Acórdão 2.166/2015-TCU-Plenário, diante dos indícios de superfaturamento, em pelo menos R$ 460.317.873,45, no Contrato 0800.0043363.08.2 (CT - 111) celebrado com o Consórcio Interpa (Mendes Júnior Trading S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. decretar cautelarmente, com fundamento no art. 44, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 273 e 274 do RITCU, pelo prazo de 01 (um) ano, a indisponibilidade dos bens dos responsáveis a seguir relacionados, devendo esta medida alcançar os bens considerados bastantes para garantir o integral ressarcimento do débito apurado nos autos, ressalvados os bens financeiros necessários ao sustento das pessoas físicas e à continuidade das operações das pessoas jurídicas, no montante de R$ 743.955.493,50 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas nos demonstrativos de débito às Peça 118 e 119:

Responsável	CPF/CNPJ
Consórcio Interpar	10.217.884/0001-94
Setal Óleo e Gás S.A	07.639.071/0001-88
MPE Montagens e Projetos Especiais S.A	31.876.709/0001-89
Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A	19.394.808/0001-29
Sérgio Cunha Mendes	311.654.356-91
Alberto Elísio Vilaça Gomes	245.827.196-00
Ângelo Alves Mendes	257.398.246-72
José Humberto Cruvinel Resende	112.676.076-53
Alberto Jesus Padilla Lizondo	852.154.068-04
Carlos Alberto Rodrigues	052.187.668-01
Luiz Cláudio de Araújo Santoro	785.668.007-53
Jésus de Oliveira Ferreira Filho	267.605.176-87
José Paulo Assis	167.249.849-04
Renato de Souza Duque	042.750.395-72
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	510.515.167-49
Paulo Roberto Costa	302.612.879-15
Pedro José Barusco Filho	987.145.708-15

9.2. considerar, como termo inicial para a contagem do prazo fixado no 9.1 deste Acórdão, a data de averbação da medida cautelar nos respectivos órgãos de registro dos bens;

9.3. determinar que a Secretaria-Geral de Controle Externo adote todas as providências necessárias à efetivação das medidas inerentes à indisponibilidade de bens determinadas neste Acórdão, em sintonia, por exemplo, com o item 9.8 do Acórdão 1.083/2017-TCU-Plenário;

9.4. determinar que a SeinfraOperações adote as seguintes medidas:

9.4.1. promova, nos termos do ar. 44, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e do art. 276, § 3º, do RITCU, a oitiva dos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas manifestações sobre a medida cautelar de indisponibilidade dos bens adotada, se assim o desejarem;

9.4.2. informe aos responsáveis relacionados no item 9.1 deste Acórdão que, no âmbito da respectiva resposta à oitiva referida no item 9.4.1 deste Acórdão, fica desde já franqueada a possibilidade de serem indicados os bens por eles considerados essenciais ao sustento das pessoas físicas e à manutenção das atividades operacionais das pessoas jurídicas, com as devidas justificativas, estando, assim, não suscetíveis ao alcance da medida cautelar, em sintonia com as mais recentes decisões do STF (v. g.: MS 34446 MC/DF);

9.4.3. constitua, com base no art. 44 da Resolução TCU nº 259, de 2014, o correspondente processo apartado especifico de "indisponibilidade de bens" (para cada responsável) com vistas a tratar das medidas processuais cabíveis para a identificação e a indisponibilidade dos respectivos bens;

9.5. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado junto ao contrato principal e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 475.299.005,58 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 118 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.5.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT - 111), em decorrência de agir em conluio com as demais licitantes e pagar vantagem indevida a agentes públicos para que atuassem, de forma omissiva ou comissiva, garantido a restrição de participação no certame àquelas empresas cartelizadas com o intuído de maximização indevida de lucros, assinando contrato com preços superestimados e com Demonstrativo de Formação de Preços sob valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 90 e 93 da Lei Geral de Licitações, e com mácula aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, da função social do contrato e da justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.2. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal; por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.5.3. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.4. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.5. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de se omitir no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da estatal, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo o direcionamento da licitação, com restrição à competitividade, e também de propor, à Diretoria Executiva, a contratação do Consórcio Interpar com proposta de preços superestimadas e sem a devida análise do Demonstrativo de Formação de Preços, que apresentava itens de valores expressivos sem o suficiente detalhamento para que pudessem ser avaliados, em condutas decisivas para a consubstanciação do superfaturamento tratado no presente processo e em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos arts. 91 e 92 da Lei Geral de Licitações;

9.5.6. Alan Kardec Pino, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por propor a realização da licitação que resultou na formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 116/2007, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

9.5.7. José Carlos Cosenza, como Gerente Executivo de Abastecimento e Refino da Petrobras, por autorizar a formalização do Contrato CT 111 com o sobrepreço e o consequente superfaturamento, conforme Documento Interno da Petrobras (DIP) nº 458/2008, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5.8. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.9. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.10. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre encargos e respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.11. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.12. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre encargos e respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.13. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A., em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.14. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG - Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Setal Óleo e Gás S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.15. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.5.16. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14 e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 268.656.487,92 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

9.6.1. Consórcio Interpar (formado pelas empresas: Setal Óleo e Gás S.A; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A), como signatário do contrato Nº 0800.0043363.08.2 (CT - 111), em decorrência de pactuar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.2. Renato de Souza Duque, como Diretor de Serviços da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.3. Pedro José Barusco Filho, como Gerente Executivo da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.4. Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petrobras, em decorrência de propor o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.5.José Paulo Assis, como Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Repar, em decorrência de autorizar e assinar o Aditivo nº 14, de forma irregular e com valores vultosos, sem a necessária justificativa dos valores cobrados acima dos preços de mercado, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.6. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, como Presidente da Petrobras, em decorrência de inobservar os deveres previstos no art. 158 da Lei nº 6.404, de 1976, por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência, além da falta de dever de cuidado, em relação à necessária apuração dos ilícitos perpetrados na estatal, por ter deixado de agir para prevenir, evitar ou impedir a prática desses ilícitos; por falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404, de 1976, e por ter atuado com conivência, imperícia, imprudência ou negligência em relação à deficiente supervisão e controle das irregularidades praticadas pelos seus subordinados, conforme apurado nos recentes elementos de prova oriundos da Operação Lava Jato;

9.6.7. Sérgio Cunha Mendes, como Diretor Vice-Presidente Executivo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.8. Alberto Elísio Vilaça Gomes, como representante da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.9. Ângelo Alves Mendes, como Diretor Vice-Presidente Corporativo da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.10. José Humberto Cruvinel Resende, como Gerente de Contratos da Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.11. Alberto Jesus Padilla Lizondo, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.12. Carlos Alberto Rodrigues, como Diretor da Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.13. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, como Controlador do Grupo Setal e Administrador da empresa SOG - Setal Óleo e Gás S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, além dos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.14. Luiz Cláudio de Araújo Santoro, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.6.15. Jésus de Oliveira Ferreira Filho, como Diretor da empresa MPE Montagens e Projetos Especiais S.A, em decorrência de praticar e conduzir atos ilícitos, com desvio de finalidade e abuso da personalidade jurídica que representava, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato de obras com sobrepreço de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

forma a maximizar indevidamente os lucros da empresa Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A, mediante formação de cartel e pagamento de propinas a agentes da estatal, em infringência aos princípios básicos dispostos no art. 37 da CF/1998, no art. 3º da Lei 8.666, de 1993, e no item 1.2 do Decreto 2.745, de 1998, e ainda aos princípios da vedação ao enriquecimento sem causa, à função social do contrato e à justa proporção entre os encargos e a respectiva contraprestação remuneratória;

9.7. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados, para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da indevida diferença entre os valores estimativos da empresa estatal e o paradigma de mercado apurado pelo TCU, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 298.987.182,57 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Aprovação
Adalberto Braga	296.720.157-04	Verificação
Cócis Alexandre dos Santos Balbino	849.274.297-68	Elaboração
Débora Braga Barros Ferreira	857.491.847-49	Elaboração
José Luiz Arantes de Moura	044.865.868-24	Elaboração
Alexandre Werner	513.463.387-87	Elaboração
Marcos Rodrigues dos Santos	386.844.707-53	Elaboração
Gildásio Fernandes Dantas	263.032.137-15	Verificação Revisão A e B

9.8. determinar que, com fulcro nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 16, § 2º, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 202, incisos I e II, e 209, §§ 5º e 6º, do RITCU, a SeinfraOperações promova a citação dos responsáveis a seguir relacionados para que, no especial e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem as suas alegações de defesa sobre as falhas consistentes no débito apurado no bojo do Aditivo nº 14, em face da diferença entre o valor contratado e o valor estimado para a contratação (sobrepreço residual), com o seu consequente impacto sobre o menor detalhamento das planilhas orçamentárias, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 176.311.823,01 (em valores históricos), atualizada monetariamente a partir das datas indicadas no demonstrativo de débito à Peça 119 até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já eventualmente ressarcidas, na forma da legislação em vigor:

NOME	CPF	ATRIBUIÇÃO
Sérgio dos Santos Arantes	335.417.367-04	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)
Sandoval Dias Aragão	229.203.586-34	Elaboração e aprovação de normas (Faixa de Variação)

9.9. sobrestar, com fundamento no art. 157, caput, do RITCU, a aplicação da medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no item 9.1 deste Acórdão em desfavor dos Srs. Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho e, também, da SOG Óleo e Gás S.A., diante da efetiva colaboração ou leniência premiada com o Ministério Público Federal, caso essa medida reste devidamente comprovada;

9.10. informar à Força-Tarefa da Operação Lava-Jato, aí incluídos os membros do Ministério Público Federal, que a manutenção do sobrestamento determinado pelo item 9.9 deste Acórdão depende da apreciação, pelo Ministério Público Federal, do compromisso firmado pelas correspondentes empresas, com as especificações das medidas de colaboração tendentes a contribuir com os respectivos processos de controle externo neste Tribunal, salientando que o TCU deliberará oportunamente sobre as possíveis sanções premiais a serem concedidas em prol das pessoas físicas colaboradoras ou das pessoas jurídicas lenientes, conforme o caso, por ocasião da análise das medidas especificadas no acordo judicial celebrado pelo Ministério Público Federal;

9.11. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, juntamente com as manifestações da SeinfraOperações acostadas às Peças 127, 128 e 129, para os responsáveis relacionados nos itens 9.1 até 9.8 deste Acórdão, com o intuito de subsidiar as correspondentes manifestações nestes autos, sem prejuízo de determinar que os aludidos responsáveis apresentem as suas defesas, em resposta à respectiva oitiva e/ou citação, acompanhadas dos subjacentes sumários, de sorte que, no respectivo sumário, o responsável faça listar objetivamente o título de cada questão essencial que ele pretende ver efetiva e necessariamente apreciada pelo TCU sobre a sua defesa, com a clara indicação de todas as páginas inerentes à cada questão essencial, na correspondente peça de defesa, em homenagem, assim, ao princípio da cooperação processual, nos termos dos arts. 6º e 15 da Lei n.º 13.105 (Código de Processo Civil), de 2015, e do art.298 do RITCU;

9.12. determinar que a SeinfraOperações promova a juntada de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos eventuais processos de tomada de contas especial autuados para a apuração de irregularidades na implantação da refinaria Abreu e Lima, em Recife - PE (PAC - 25.753.0288.1P65.0026/2009), na implantação de terminal para a ampliação da capacidade de escoamento de GLP e C5+, de 1,3 mm m3/dia para 18,0 mm m3/dia, pela construção de terminal de granéis líquidos no porto de Barra do Riacho - ES (25.785.0290.111S. 0032/2009), na modernização e adequação do sistema de produção da refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária - PR (PAC - 25.753.0288.3161.0041/2009), e na construção do COMPERJ - RJ (25.753.XXXX.XXXX.0001), para que cada Ministro-Relator do correspondente feito possa promover os estudos com o intuito de apurar as possíveis irregularidades perpetradas pelos diversos agentes públicos, no âmbito do respectivo procedimento técnico-administrativo destinado a resultar na edição da correspondente fundamentação ministerial para o posterior envio da Mensagem de Veto n.º 41, de 26/1/2010, ao Projeto de Lei nº 46, de 2009 - CN, buscando subsequentemente promover o desbloqueio orçamentário-financeiro de cada empreendimento, seja diante da ausência da necessária fundamentação técnico-administrativa para esse desbloqueio, seja diante da produção dessa fundamentação de modo descabido ou inadequado, com vistas a permitir o prosseguimento de cada um desses quatro empreendimentos maculados pela correspondente irregularidade grave, sem a observância dos procedimentos estabelecidos e das cautelas fixadas pelos arts. 9º, 94, 95, 97 e 98, entre outros, da então vigente Lei n.º 12.017 (LDO-2010), de 12/8/2009; e

9.13. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal na Operação Lava-Jato, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União na Operação Lava-Jato, ao Juiz Federal Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e adoção das medidas porventura cabíveis, informando-os sobre a possibilidade de, após a assinatura de novos acordos de leniência e/ou de colaboração premiada, notificar o TCU para que possa deliberar sobre os eventuais efeitos desses acordos no âmbito dos processos de controle externo financeiro do TCU.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2792/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.240/2017-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

4. Órgãos: Ministério do Meio Ambiente (MMA); e Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, aprovada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal (CMA), encaminhada a esta Corte pelo presidente daquela comissão, Senador Davi Alcolumbre, referente ao requerimento 27-CMA, de autoria do Senador Wellington Fagundes, para que esta Corte preste informações sobre a avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal, especificamente o cadastro ambiental rural (CAR), as cotas de reserva ambiental (CRA), o pagamento por serviços ambientais (PSA) e os planos de regularização ambiental (PRA).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 38, II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente solicitação do Congresso Nacional, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 232, III, do RI/TCU e no art. 4º, I, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. autorizar a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente a utilizar quaisquer das medidas que lhe foram formalmente delegadas para responder aos questionamentos formulados pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal;

9.3. fixar o prazo para atendimento da presente solicitação do Congresso Nacional em até 60 (sessenta) dias após prolação deste acórdão;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente que retorne os autos ao gabinete do relator pelo menos 30 (trinta) dias antes de findar o prazo fixado para atendimento da presente solicitação;

9.5. dar conhecimento desta deliberação:

9.5.1. à Secretaria-Geral de Controle Externo; e

9.5.2. à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2792-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2793/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.894/2015-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundac - Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (03.349.489/0001-08).

3.2. Responsáveis: Ana Constantina Oliveira Sarmento de Azevedo (494.647.284-34); José Tadeu da Silva (720.451.168-91).

4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal :

8.1. Joao Augusto de Lima (OAB-DF/20.264) e outros, representando o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (peça 51).

8.2. Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB-DF/28.361) e outros, representando a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (peça 45).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação apresentada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana), unidade instrutiva deste Tribunal, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), relacionadas ao contrato 41/2015, celebrado com a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), o qual tem por objeto a execução de serviços de comunicação social, no valor de R$ 6.839.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Ana Constantina Oliveira Sarmento de Azevedo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. aplicar à Sra. Ana Constantina Oliveira Sarmento de Azevedo a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Confea.

10. Ata n° 50/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/12/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2793-50/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Antes de finalizar a sessão, o Ministro Presidente Raimundo Carreiro lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado às 19 horas e 27 minutos, e que a primeira sessão ordinária de 2018, de acordo com o art. 92 do Regimento Interno, será realizada no dia 17 de janeiro.

Às 19 horas e 26 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)

MARCIA PAULA SARTORI

Subsecretária do Plenário

Aprovada em 12 de dezembro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO

Presidente

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 1.121, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 57 da Lei nº13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º - Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Órgão 29.000 - Defensoria Pública da União - referente ao exercício financeiro de 2017 com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 944, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, seção I, página 196, de 29 de setembro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ

ANEXO I

29000 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS/OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

MESES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	32.000.000	32.000.000	29.093.502	29.093.502
FEVEREIRO	20.464.227	52.464.227	29.093.502	58.187.004
MARÇO	23.800.000	76.264.227	29.093.502	87.280.506
ABRIL	23.800.000	100.064.227	28.323.747	115.604.253
MAIO	23.800.000	123.864.227	28.323.747	143.928.000
JUNHO	23.800.000	147.664.227	28.397.692	172.325.692
JULHO	23.800.000	171.464.227	28.397.692	200.723.384
AGOSTO	23.800.000	195.264.227	24.201.892	224.925.276
SETEMBRO	23.800.000	219.064.227	19.701.892	244.627.168
OUTUBRO	23.800.000	242.864.227	20.405.260	265.032.428
NOVEMBRO	29.632.098	272.496.325	20.405.260	285.437.687
DEZEMBRO	31.442.415	303.938.740	15.641.670	301.079.356

Nota 1: Esta programação poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, frustração de receita própria, sentenças, judiciais, limitação de empenho, despesas de exercícios anteriores ou créditos adicionais.

Nota 2: Inclui receita própria (fonte 157).

Nota 3: Os valores com pessoal e encargos sociais representam seus dispêndios brutos.

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 987, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item 1 da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000014432-9, RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R$ 11.235.000,00 (onze milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 11.235.000,00 (onze milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO GILMAR MENDES

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							11.235.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							11.235.000
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional							11.235.000
			F	4	2	90	0	100	11.235.000
TOTAL - FISCAL									11.235.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.235.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							11.235.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							11.235.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	F	3	2	90	0	100	11.235.000 11.235.000
TOTAL - FISCAL									11.235.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.235.000

PORTARIA Nº 988, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, no § 4º do art. 4º da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000014432-9, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							340.000
		Projetos							
02 126	0570 152B	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe							340.000
02 126	0570 152B 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe - Nacional	F	3	2	90	0	100	340.000 340.000
TOTAL - FISCAL									340.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									340.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							340.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							340.000
02 122	0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	F	3	2	90	0	100	340.000 340.000
TOTAL - FISCAL									340.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									340.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 493, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar para os fins que especifica.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no art. 45, §1º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 - Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016; no art. 4º, inciso III, alínea "a" e § 4º da Lei Orçamentária Anual - Lei n. 13.414, de 10 de janeiro de 2017 e na Portaria n. 07/SOF/MP, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar em favor do Superior Tribunal de Justiça no valor de R$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA LAURITA VAZ

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							11.800.000
		Atividades							
02 061	0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas							11.800.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 061	0568 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - Em Brasília - DF	F	4	2	90	0	100	11.800.000 11.800.000
TOTAL - FISCAL									11.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.800.000

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça							11.800.000
		Atividades							
02 131	0568 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							1.400.000
02 131	0568 2549 5664	Comunicação e Divulgação Institucional - Em Brasília - DF							1.400.000
			F	3	2	90	0	100	1.400.000
02 061	0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas							10.400.000
02 061	0568 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - Em Brasília - DF							10.400.000
			F	3	2	90	0	100	10.400.000
TOTAL - FISCAL									11.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.800.000

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 21, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre correção de erro material na Portaria CJF-POR-2017/00369 de 19 de setembro de 2017.

O Corregedor-Geral da Justiça Federal, usando de suas atribuições legais constantes no art. 8o, inc. I, da Lei n. 11.798/2008 e art. 17, inc. VIII e XVIII, e art. 21, inc. I, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, resolve:

Art. 1º Fica retificada a numeração dos artigos da Portaria CJF-POR-2017/00369, de 19 de setembro de 2017, publicada no DOU, de 25 de setembro de 2017, na forma do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. RAUL ARAÚJO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 2.328, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 026000/17-00.08 do Sistema Eletrônico de Informação-SEI, e

CONSIDERANDO a aposentadoria no cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, área ADMINISTRATIVA, especialidade ARTES GRÁFICAS, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, decorrente do Ato nº 2301, de 26 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o Ato Normativo nº 175, de 18 de março de 2016, que declarou em processo de extinção as especialidades de Artes Gráficas e de Apoio de Serviços Diversos da área Administrativa do cargo de Técnico Judiciário;

CONSIDERANDO que a Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, prevê a alteração das áreas de atividade ou especialidade dos cargos vagos, a critério da Administração;

CONSIDERANDO que não há concurso público vigente na Justiça Militar da União;

CONSIDERANDO a Informação SEPRO 0867396, resolve:

ALTERAR o cargo de provimento efetivo vago de TÉCNICO JUDICIÁRIO, área ADMINISTRATIVA, especialidade ARTES GRÁFICAS, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, área ADMINISTRATIVA, nos termos da Lei no 11.416, de 15 de dezembro de 2006 c/c artigo 6º do anexo I da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 177, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respectivas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.517/2016, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2017;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falta de previsão no planejamento para o exercício de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2017, no valor de R$221.500,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos reais) para as seguintes rubricas:
SUPLEMENTAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	221.500,00
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	1.500,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.500,00
6.3.1.3.02	SERVIÇOS	1.500,00
6.3.1.3.02.01	SERVIÇOS	1.500,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00
6.3.2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	220.000,00
6.3.2.4.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	220.000,00
6.3.2.4.01.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	220.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		221.500,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:
ANULAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	221.500,00
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	221.500,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	221.500,00
6.3.1.3.02	SERVIÇOS	221.500,00
6.3.1.3.02.03	DIÁRIAS	66.200,00
6.3.1.3.02.04	PASSAGENS	155.300,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES		221.500,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.397, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECIs, para o exercício de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 1º de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - APROVAR os Orçamentos-Programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs, para o exercício de 2018, na forma dos discriminativos anexos, os quais passam a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

CRECI 1ª Região/RJ - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	20.950.000,00
Receitas de Capital	R$	1.050.000,00
Total	R$	22.000.000,00
Despesas Correntes	R$	20.635.000,00
Despesas de Capital	R$	1.365.000,00
Total	R$	22.000.000,00

CRECI 2ª Região/SP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	111.220.000,00
Receitas de Capital	R$	88.780.000,00
Total	R$	200.000.000,00
Despesas Correntes	R$	113.135.000,00
Despesas de Capital	R$	86.865.000,00
Total	R$	220.000.000,00

CRECI 3ª Região/RS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	17.124.330,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	17.124.330,00
Despesas Correntes	R$	14.670.330,00
Despesas de Capital	R$	2.454.000,00
Total	R$	17.124.330,00

CRECI 4ª Região/MG - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	13.890.000,00
Receitas de Capital	R$	110.000,00
Total	R$	14.000.000,00
Despesas Correntes	R$	13.500.000,00
Despesas de Capital	R$	500.000,00
Total	R$	14.000.000,00

CRECI 5ª Região/GO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.940.000,00
Receitas de Capital	R$	60.000,00
Total	R$	7.000.000,00
Despesas Correntes	R$	6.824.000,00
Despesas de Capital	R$	176.000,00
Total	R$	7.000.000,00

CRECI 6ª Região/PR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	14.300.000,00
Receitas de Capital	R$	7.100.000,00
Total	R$	21.400.000,00
Despesas Correntes	R$	13.930.000,00
Despesas de Capital	R$	7.470.000,00
Total	R$	21.400.000,00

CRECI 7ª Região/PE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.966.800,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	3.966.800,00
Despesas Correntes	R$	3.946.800,00
Despesas de Capital	R$	20.000,00
Total	R$	3.966.800,00

CRECI 8ª Região/DF - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.200.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.200.000,00
Despesas Correntes	R$	5.853.000,00
Despesas de Capital	R$	347.000,00
Total	R$	6.200.000,00

CRECI 9ª Região/BA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	8.055.500,00
Receitas de Capital	R$	1.642.009,60
Total	R$	9.697.509,60
Despesas Correntes	R$	8.168.509,60
Despesas de Capital	R$	1.529.000,00
Total	R$	9.697.509,60

CRECI 11ª Região/SC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	15.687.000,00
Receitas de Capital	R$	650.000,00
Total	R$	16.337.000,00
Despesas Correntes	R$	13.070.000,00
Despesas de Capital	R$	3.267.000,00
Total	R$	16.337.000,00

CRECI 12ª Região/PA-AP - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.475.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	5.475.000,00
Despesas Correntes	R$	4.405.000,00
Despesas de Capital	R$	1.070.000,00
Total	R$	5.475.000,00

CRECI 13ª Região/ES - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	3.396.500,00
Receitas de Capital	R$	364.986,25
Total	R$	3.761.486,25
Despesas Correntes	R$	2.606.486,25
Despesas de Capital	R$	1.155.000,00
Total	R$	3.761.486,25

CRECI 14ª Região/MS - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	5.557,056,00
Receitas de Capital	R$	97.800,00
Total	R$	5.654.856,00
Despesas Correntes	R$	5.243.856,00
Despesas de Capital	R$	411.000,00
Total	R$	5.654.856,00

CRECI 15ª Região/CE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	6.334.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	6.334.000,00
Despesas Correntes	R$	6.181.000,00
Despesas de Capital	R$	153.00,00
Total	R$	6.334.000,00

CRECI 16ª Região/SE - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.800.000,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.800.000,00
Despesas Correntes	R$	1.632.500,00
Despesas de Capital	R$	167.500,00
Total	R$	1.800.000,00

CRECI 17ª Região/RN - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.628.000,00
Receitas de Capital	R$	160.000,00
Total	R$	1.788.000,00
Despesas Correntes	R$	1.393.000,00
Despesas de Capital	R$	395.000,00
Total	R$	1.788.000,00

CRECI 18ª Região/AM-RR - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.711.600,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.711.600,00
Despesas Correntes	R$	1.711.600,00
Despesas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.711.600,00

CRECI 19ª Região/MT - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.364.786,87
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	4.364.786,87
Despesas Correntes	R$	4.214.786,87
Despesas de Capital	R$	150.000,00
Total	R$	4.364.786,87

CRECI 20ª Região/MA - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.904.075,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.904.075,00
Despesas Correntes	R$	1.766.075,00
Despesas de Capital	R$	138.000,00
Total	R$	1.904.075,00

CRECI 21ª Região/PB - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	4.120.000,00
Receitas de Capital	R$	130.000,00
Total	R$	4.250.000,00
Despesas Correntes	R$	3.860.500,00
Despesas de Capital	R$	389.500,00
Total	R$	4.250.000.00

CRECI 22ª Região/AL - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.443.000,00
Receitas de Capital	R$	57.000,00
Total	R$	1.500.000,00
Despesas Correntes	R$	1.486.767,00
Despesas de Capital	R$	13.233,00
Total	R$	1.500.000,00

CRECI 23ª Região/PI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.373.877,50
Receitas de Capital	R$	10.000,00
Total	R$	1.383.877,50
Despesas Correntes	R$	1.343.877,50
Despesas de Capital	R$	40.000,00
Total	R$	1.383.877,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CRECI 24ª Região/RO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	1.115.646,00
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.1.115.646,00
Despesas Correntes	R$	1.115.646,00
Despesas de Capital	R$	0,00
Total	R$	1.115.646,00

CRECI 25ª Região/TO - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	2.000.000,00
Receitas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	2.100.000,00
Despesas Correntes	R$	2.000.000,00
Despesas de Capital	R$	100.000,00
Total	R$	2.100.000,00

CRECI 26ª Região/AC - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	423.242,31
Receitas de Capital	R$	120.000,00
Total	R$	543.242,31
Despesas Correntes	R$	421.242,31
Despesas de Capital	R$	122.000,00
Total	R$	543.242,31

RESOLUÇÃO Nº 1.398, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso regular de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão unânime adotada na Sessão Plenária realizada no dia 1º de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - APROVAR o Orçamento-Programa do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, para o exercício de 2018, na forma do discriminativo anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor Tesoureiro

ANEXO

COFECI - Proposta Orçamentária
Exercício de 2018
R E S U M O

Receitas Correntes	R$	46.981.534,20
Receitas de Capital	R$	0,00
Total	R$	46.981.534,20
Despesas Correntes	R$	39.460.000,00
Despesas de Capital	R$	7.521.534,20
Total	R$	46.981.534,20

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 252, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Premiação aos vencedores dos Trabalhos Científicos apresentados no 20º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem - CBCENF, realizado durante o período de 06 a 10 de novembro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, na extensão do uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 8º, X, da Lei 5.905/1973, promove estudos e campanhas para o aperfeiçoamento profissional, pautando suas ações no princípio da valorização e no reconhecimento aos profissionais de enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 559/2017, que regulamenta a forma de pagamento da premiação dos trabalhos científicos no âmbito do Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem - CBCENF;

CONSIDERANDO a declaração de vencedores dos Trabalhos Científicos apresentada no 20º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem - CBCENF, realizado no período de 06 a 10 de novembro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, indicada pela

Comissão Científica do 20º CBCENF, nos termos do artigo 7º do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Interno do 20º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem - CBCENF, e tudo mais que consta dos autos do PAD-Cofen nº 482/2017, decide:

Art. 1º Premiar os vencedores dos trabalhos científicos apresentados no 20º CBCENF, realizado entre os dias 06 a 10 de novembro de 2017, abaixo indicados:

EIXO 1 - Cuidado, Tecnologia e Inovação

1º e 2º LUGARES - NÃO HOUVE PREMIAÇÃO

EIXO 2 - Trabalho, Ética e Legislação Profissional

1º LUGAR - RIO GRANDE DO SUL

Trabalho Premiado: "CARGAS DE TRABALHO: PERCEPÇÕES DE ENFERMEIROS NO COTIDIANO HOSPITALAR"

Autora/Relatora: Elisa de Vargas Santos - CPF nº 006.502.740-08.

2º LUGAR - NÃO HOUVE PREMIAÇÃO

EIXO 3 - Políticas Sociais, Educação e Gestão

1º LUGAR - CEARÁ

Trabalho Premiado: "ESTILO DE VIDA MASCULINO E AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE EM ESCOLARES ADULTOS JOVENS"

Autor/Relator: Francisco Antônio da Cruz Mendonça - CPF nº 885.543.763-15.

2º LUGAR - SERGIPE:

Trabalho Premiado: "MATERNIDADE NO AMBIENTE PRISIONAL: ANÁLISE DA REALIDADE DO PRESÍDIO FEMININO DE SERGIPE"

Autora/Relatora: Karine Virlane Moreira do Nascimento - CPF nº 054.089.425-70.

Art. 2º Aos agraciados serão concedidas as premiações estabelecidas no artigo 30 do Regimento Interno do 20º CBCENF:

"O primeiro lugar de cada eixo temático receberá o Diploma de Premiação

e o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os trabalhos científicos premiados no segundo lugar receberão o Diploma de Premiação".

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.096, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro de transportes, insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Engenheiro Rodoviário (código 111-07-00).

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, que se refere em termos genéricos às atividades profissionais do engenheiro e do engenheiro agrônomo;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 1.362, de 12 de dezembro de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia;

Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002;

Considerando o art. 1° da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas para a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as da Agronomia para fins de fiscalização de seu exercício profissional, resolve:

Art. 1º Discriminar as atividades e competências profissionais do engenheiro de transportes, inserir o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional e inativar o título profissional de Engenheiro Rodoviário (código 111-07-00).

Art. 2º Compete ao engenheiro de transportes o desempenho das atividades 1 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução n° 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes a sistemas de transportes, tráfego, logística e operação nos modos rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário, aeroviário, dutoviário de produto não perigosos e não motorizado; mobilidade; e geomática aplicada às atividades de transportes, em função estritamente do enfoque e do projeto pedagógico do curso, a critério da câmara especializada.

Art. 3º As competências do engenheiro de transportes são concedidas por esta resolução sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos ao engenheiro, ao engenheiro agrônomo, ao geólogo ou engenheiro geólogo, ao geógrafo e ao meteorologista por meio de leis ou normativos específicos.

Art. 4º As atividades e competências profissionais serão concedidas em conformidade com a formação acadêmica do egresso, possibilitadas outras que sejam acrescidas na forma disposta em resolução específica.

Art. 5º O engenheiro de transportes integrará o grupo ou categoria Engenharia, modalidade Civil.

Parágrafo único. O respectivo título profissional será inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea conforme disposto no caput deste artigo e da seguinte forma:

I - título masculino: Engenheiro de Transportes;

II - título feminino: Engenheira de Transportes; e

III - título abreviado: Eng. Transp.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
Presidente do Conselho
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.169, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Disciplina responsabilidades dos médicos e laboratórios em relação aos procedimentos diagnósticos de Patologia e estabelece normas técnicas para a conservação e transporte de material biológico em relação a esses procedimentos. Disciplina, também, as condutas médicas tomadas a partir de laudos citopatológicos positivos, bem como a auditoria médica desses exames.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO que os procedimentos diagnósticos em Patologia são atos médicos complexos e devem ser executados com o conhecimento do contexto clínico que o gerou, não raro fazendo-se necessária a busca de informações complementares junto ao médico que assiste o paciente;

CONSIDERANDO o disposto no art. 28 do Decreto Federal nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013;

CONSIDERANDO que o laudo médico é de exclusiva competência do médico que executou o ato correspondente, conforme estabelece a Resolução CFM nº 813/1977;

CONSIDERANDO a dificuldade de correlações clínico-morfológicas para a execução de exames anatomopatológicos em cidades distantes do local da coleta das amostras;

CONSIDERANDO que os laudos anatomopatológicos são parte integrante do prontuário médico e que as lâminas e os blocos histológicos dos mencionados procedimentos diagnósticos são propriedade do paciente, obrigados a arquivamento por cinco anos no serviço, em conformidade com a Resolução CFM nº 1.472, de 10 de março de 1997, e o Parecer CFM nº 13/1994;

CONSIDERANDO que o chefe de serviço, supervisor ou coordenador deve possuir título de especialista, em conformidade com a Resolução CFM nº 2.114, de 8 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO as normas de publicidade médica estabelecidas pela Resolução CFM nº 1.974, de 19 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO o artigo 23 da RDC Anvisa nº 63, de 23 de novembro de 2011, que determina que o serviço de saúde deve manter disponível, segundo o seu tipo de atividade, documentação e registro referente a contratos de serviços terceirizados;

CONSIDERANDO que um laudo citopatológico positivo de qualquer etiologia (geral ou ginecológica) constitui-se diagnóstico médico, determinando condutas terapêuticas médico-cirúrgicas e, em certos casos, com retirada completa ou parcial de órgãos;

CONSIDERANDO que a revisão de diagnósticos médicos, seja a pedido de pacientes, seja como revisão em âmbito de controle/monitoramento diagnóstico, constitui-se auditoria médica;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Medicina e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e, ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho técnico e ético da Medicina;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.147/2016, que estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO o decidido na sessão plenária do dia 26 de outubro de 2017; resolve:

Art. 1º São considerados exames anatomopatológicos os procedimentos em Patologia para diagnóstico de doenças em material de biópsias, peças cirúrgicas, autópsias ou imunoistoquímica.

Parágrafo único. Os procedimentos auxiliares para a execução do exame anatomopatológico podem ser atos profissionais compartilhados com outros profissionais da área da saúde e incluem macroscopia de biópsias e peças cirúrgicas simples, processamentos técnicos, colorações e montagem de lâminas e evisceração de cadáveres.

Art. 2º São considerados laboratórios de Patologia (Anatomia Patológica) os serviços médicos que dispõem de estrutura operacional (equipamentos e pessoal técnico) para a realização de exames anatomopatológicos em sua sede.

§1º O laboratório de Patologia deve ter, investido na função de diretor técnico, um médico portador de título de especialista em Patologia, registrado no CRM da jurisdição onde o laboratório está domiciliado.

§2º O título de outras especialidades não pode substituir a titulação exigida no caput deste artigo.

§3º O laboratório multidisciplinar, que realiza exames de mais de uma especialidade médica, pode ter, investido na função de diretor técnico, um médico especialista registrado no CRM da jurisdição em que o laboratório está domiciliado, observando-se a correspondência entre a titulação e os serviços assistenciais oferecidos. (art. 9º da Resolução 2147/2016).

§4º O médico pode assumir a diretoria técnica em, no máximo, dois estabelecimentos, quer matriz ou filial.

Art. 3º O laboratório de Patologia deve ter contrato formal com os estabelecimentos que lhe encaminham exames anatomopatológicos.

Parágrafo único. Não é permitido ao médico ou ao laboratório de Patologia formalizar contratos ou acordos com estabelecimento sem diretor técnico médico registrado no CRM de sua jurisdição.

Art. 4º Para anunciar ou oferecer a realização de exames anatomopatológicos, o estabelecimento médico deve atender as condições indicadas nos artigos 2º e 3º.

Art. 5º Mediante solicitação ou consentimento do paciente, o exame anatomopatológico pode ser encaminhado para o laboratório de Patologia (Anatomia Patológica) diretamente pelo estabelecimento onde o procedimento de coleta foi realizado, desde que atendidas as seguintes condições:

I O laboratório de Patologia (Anatomia Patológica) deve estar contratualmente vinculado ao estabelecimento responsável pela coleta, ambos pertencentes à mesma jurisdição;

II Informação ao paciente sobre o destino do exame nome do laboratório que efetivamente realizará o procedimento, com endereço, telefone e nome do seu diretor técnico médico;

III Obtenção de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelo paciente, no qual constem as informações indicadas nos incisos anteriores, conforme o modelo disposto no Anexo 1 desta resolução;

§1º A transferência de material biológico para outra localidade deve ter como alvo primordial o benefício do paciente, facilitando-lhe a acessibilidade ao serviço médico que realizará seu exame, não podendo servir a interesses de ordem comercial.

§2º O paciente tem o direito de optar pela realização de seu exame em laboratório da sua escolha, devendo, nesse caso, receber orientações para que ele próprio possa providenciar esse encaminhamento, assinando um respectivo termo de responsabilidade, aplicando-se a Resolução nº 20, de 10 de abril de 2014, da Anvisa.

Art. 6º O diretor técnico médico de plano de saúde e/ou de qualquer estabelecimento que anuncia ou receba exames anatomopatológicos deve garantir a realização desses procedimentos na jurisdição em que sua instituição está registrada, aplicando-se os incisos I, II e III, do art. 5º desta Resolução.

Art. 7º Os diretores técnicos médicos das instituições que disponibilizam serviços na área de Patologia são responsáveis diretos por danos consequentes a extravios, bem como por problemas referentes a descuido na guarda, conservação, preservação e transporte das amostras, após o registro de entrada desse material no estabelecimento.

Parágrafo único. É imperiosa a observação das normas técnicas para a conservação e transporte de material biológico, conforme normatização disposta no Anexo 2 desta resolução.

Art. 8º O preenchimento das requisições de exame anatomopatológico deve expressar de forma completa e clara as informações clínicas, hipóteses diagnósticas, localização anatômica da amostra e procedimentos necessários para o detalhado estudo do caso, incluindo, quando pertinente, colorações especiais, análise de margens cirúrgicas, multiplicidade de amostras, complexidade de peça cirúrgica.

Parágrafo único. O médico requisitante é responsável pelas condições de acondicionamento e adequada fixação das amostras, até o seu encaminhamento para o laboratório de Patologia.

Art. 9º As cópias de laudos, os blocos histológicos e as lâminas deverão ser mantidos em arquivo no laboratório de Patologia que realizou o exame anatomopatológico, respeitando-se para tanto os prazos e normas estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo único. Deve ser garantida ao paciente ou a seu representante legal a retirada de blocos e lâminas de seus exames quando assim o desejarem, cabendo à instituição responsável pela guarda elaborar documento dessa entrega, a ser assinado pelo requisitante, o qual deve ser arquivado junto ao respectivo laudo.

Art. 10. É obrigatória nos laudos anatomopatológicos a assinatura e identificação clara do médico que realizou o exame da(s) amostra(s).

Parágrafo único. É vedado entregar ao paciente laudo anatomopatológico transcrito por terceiros ou com assinaturas de profissionais que não tenham participado da execução do exame.

Art. 11. Os médicos solicitantes dos procedimentos diagnósticos não podem aceitar laudos anatomopatológicos assinados por não médicos.

Parágrafo único. Excetuam-se os laudos assinados por odontólogos dentro do campo da Patologia Oral.

Art. 12. É vedado ao médico adotar condutas terapêuticas baseadas em laudos citopatológicos positivos emitidos por outros profissionais, que não por médicos citopatologistas ou patologistas.

Art. 13. O controle/monitoramento interno e/ou externo da qualidade dos laudos citopatológicos emitidos por médicos deverão ser realizados somente por médicos citopatologistas, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina.

Art. 14. Fica revogada a Resolução CFM nº 2.074/2014, publicada no DOU de 28 de julho de 2014, Seção I, p. 91-2, e as demais disposições em contrário.

Art. 15. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário Geral

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO/LOGOTIPO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE
DADOS DO PACIENTE
TERMO DE ESCLARECIMENTO, INFORMAÇÃO E CONSENTIMENTO PARA TRANSPORTE DE AMOSTRA DE MATERIAL BIOLÓGICO

Eu,_____, nº de identidade_____ ( ) paciente/ ( ) responsável (grau de parentesco _____), declaro que fui informado(a) de que a amostra do material biológico coletado para exame anatomopatológico será encaminhada, por indicação do médico assistente, para laboratório de Patologia deste município/estado, contratualmente vinculado ao estabelecimento acima indicado: Laboratório de Patologia: _____
Endereço:
_____Tel.:_____
Diretor técnico do laboratório: _____CRM_____ ( )
Fui esclarecido(a) sobre os cuidados tomados pelo estabelecimento para o manuseio, acondicionamento e transporte para conservação do material biológico até a sua entrada no laboratório de Patologia, em conformidade com o disposto na Resolução CFM nº _____/20___. ( ) Autorizo o transporte da amostra para realização da análise no laboratório de Patologia assinalado acima. ( ) Fui esclarecido(a) que poderia optar por pessoalmente encaminhar/transportar a amostra para realização do exame em outro laboratório da minha confiança. Observações:_____
Cidade, _____ de _____ 20____. Assinatura do paciente/responsável:
_____1ª testemunha e responsável pela aplicação do Termo: 1) Nome completo _____ Nº de identidade _____Assinatura_____ 2ª testemunha 2) Nome completo _____
Nº de identidade_____Assinatura_____

ANEXO II

Normatiza o acondicionamento de material humano coletado para procedimentos diagnósticos e a ser enviado por empresas transportadoras.

Dos procedimentos de transporte de material humano coletado

1 Dos recipientes para acondicionamento do material coletado

1.1 Os recipientes para acondicionamento de material coletado deverão ser tecnicamente apropriados segundo a natureza de cada material a ser transportado, dotados de mecanismos ou dispositivos tais que impeçam o extravasamento das amostras e confiram total segurança a seu transporte, evitando, portanto, que os profissionais de saúde, bem como os trabalhadores de frotas de veículos automotores e empresas que transportam objetos e coisas, entrem em contato com o material humano coletado.

1.2 As amostras deverão ser acondicionadas em recipientes rígidos, constituídos por vidro ou materiais resistentes e impermeáveis tecnicamente apropriados para tal finalidade, dotados de dispositivos pouco flexíveis e impermeáveis para fechamento sob pressão.

1.2.1 No caso das amostras de material que devem ser fixadas em lâminas, deverão ser utilizadas lâminas tecnicamente apropriadas.

1.2.2 No caso das amostras de demais materiais humanos, deverão ser utilizados recipientes rígidos tecnicamente apropriados, dotados de dispositivos de fechamento que impeçam o extravasamento do material.

1.2.3 Todo e qualquer recipiente atualmente utilizado, ou que venha a ser utilizado, para acondicionamento de material coletado com a finalidade de transporte deverá ser de tal forma seguro que impeça a exposição dos profissionais de saúde, bem como a dos trabalhadores de frotas de veículos automotores e de empresas que transportam objetos e coisas, ao contato direto com as amostras.

2 Dos recipientes de suporte (para fixação de recipientes para acondicionamento do material coletado)

2.1 Para os efeitos desta norma técnica, os recipientes de suporte serão também denominados recipientes secundários.

2.1.1 Os recipientes de suporte deverão apresentar as seguintes características, em função da natureza do material humano a ser transportado: Os recipientes para acondicionamento de amostras de sangue, líquidos corpóreos ou secreções, necessariamente, deverão ser transportados em recipientes de suporte rígidos e resistentes, não quebráveis, que permitam a fixação em posição vertical, com a extremidade de fechamento voltada para cima e, ainda, impeçam o seu tombamento nos sentidos lateral, anterior e posterior. Os recipientes de suporte deverão ser dotados de tampas, constituídas por materiais rígidos e resistentes, que constituam dispositivos de fechamento seguro.

2.1.2 As lâminas deverão ser transportadas em recipientes de suporte rígidos e resistentes, internamente dotados de dispositivos de separação de lâminas e, externamente, de dispositivos de fechamento.

2.1.3 Os recipientes para acondicionamento de amostras de demais materiais humanos deverão ser transportados em recipientes de suporte tecnicamente apropriados e seguros.

2.1.4 Na superfície externa dos recipientes de suporte, destinados ao transporte de múltiplos recipientes para acondicionamento de amostras coletadas, deverá ser indicada a natureza do material humano que está sendo transportado (sangue, líquidos, secreções, tecido humano, dentre outros) ou o tipo de recipiente que acondiciona, no caso de lâminas.

3 Dos recipientes de segurança para transporte

3.1 Para os efeitos desta norma técnica, os recipientes de segurança para transporte serão também denominados recipientes externos.

3.1.1 Os recipientes de segurança para transporte deverão conferir total segurança, evitando, portanto, que os profissionais de saúde, bem como os trabalhadores de frotas de veículos automotores e empresas que transportam objetos e coisas, entrem em contato com o material humano coletado.

3.1.2 Os recipientes de segurança para transporte, destinados à acomodação dos recipientes de suporte, obrigatoriamente serão rígidos, resistentes e impermeáveis, revestidos internamente com material liso, durável, impermeável, lavável e resistente às soluções desinfetantes e, ainda, dotados externamente de dispositivos de fechamento.

3.1.3 Os recipientes de segurança para transporte deverão ser constituídos por materiais tecnicamente apropriados, que garantam a conservação e estabilidade das amostras durante o transporte, segundo a natureza do material humano coletado.

3.1.4 Na parte externa dos recipientes de segurança para transporte deverá ser aposto o símbolo de material infectante e inscrito, com destaque, o título de identificação MATERIAL INFECTANTE, abaixo do qual, a seguinte frase de alerta: EM CASO DE DANO OU VAZAMENTO, INFORME IMEDIATAMENTE AS AUTORIDADES DE SAÚDE PÚBLICA.

3.1.5 O modelo a ser adotado está ilustrado na Figura I, parte integrante desta norma técnica.

3.1.6 Nas inscrições do símbolo de material infectante, do título de identificação e da frase de alerta deverão ser empregadas tecnologias ou recursos que possibilitem a higienização da parte externa desses recipientes e garantam a legibilidade permanente das inscrições.

3.1.7 Na parte externa dos recipientes de segurança para transporte deverá ser inscrito o desenho de seta indicativa vertical apontada para cima, de maneira a caracterizar a disposição em posição vertical, com as extremidades de fechamento voltadas para cima, dos recipientes para acondicionamento do material humano que contenham amostras de sangue, urina, fezes e outros materiais.

3.1.8 Na inscrição do desenho de que trata o item anterior, deverá ser empregada tecnologia ou recurso que possibilite a higienização da parte externa dos recipientes de segurança para transporte e garanta a legibilidade permanente dos desenhos de seta indicativa vertical.

3.1.9 Para os efeitos desta norma técnica, obrigatoriamente todos os recipientes para acondicionamento do material humano serão transportados no interior dos recipientes de segurança para transporte.

3.1.10 É vedado, em quaisquer hipóteses, transportar amostras de material humano, bem como recipientes contendo resíduos infectantes, no compartimento dianteiro dos veículos automotores para transporte.

3.1.10.1 Os recipientes de segurança para transporte que contenham em seu interior os recipientes para acondicionamento do material humano deverão ser transportados no compartimento traseiro ou em compartimento especial dos veículos automotores para transporte.

3.1.10.2 No caso de transporte de amostra única, o acondicionamento do material humano deverá ser feito em conformidade com o modelo ilustrado na Figura II, parte integrante desta norma técnica.

3.1.10.3 No recipiente de segurança para transporte ou recipiente externo do conjunto para acondicionamento de amostra única de material humano, ilustrado na Figura II, deverá ser aposto rótulo contendo os endereços do remetente e do destinatário.

4 Da remessa de material humano por meio de empresas transportadoras

4.1 Os responsáveis técnicos pelos estabelecimentos que realizam coleta de material humano para realização de testes e exames deverão adotar, para as situações em que se faça necessária a remessa de material humano por meio de empresas que transportam

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

objetos e coisas, as medidas estabelecidas nesta norma técnica, visando garantir o transporte seguro do material e a chegada deste ao destinatário em tempo hábil e condições de ser analisado.

5 Das responsabilidades do remetente

5.1 O remetente deverá entrar em contato, previamente à remessa do material, com a empresa de transporte e com o destinatário, a fim de garantir que as amostras sejam recebidas e imediatamente examinadas, e providenciar o preenchimento do Relatório de Segurança para Transporte de Material Humano, em três vias, sendo que uma deverá ser entregue à empresa transportadora, e a outra, aposta à superfície da embalagem, se possível.

5.1.1 O Relatório de Segurança para Transporte de Material Humano conterá, obrigatoriamente, informações sobre os perigos decorrentes do contato com o material transportado e orientações, claras e precisas, sobre os procedimentos que deverão ser adotados em caso de acidente, quebra ou vazamento pela embalagem. O remetente informará ao destinatário, em tempo hábil, todos os procedimentos adotados em relação ao transporte do material humano.

RESOLUÇÃO Nº 2.173, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e,

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a retirada de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, determina em seu artigo 3º que compete ao Conselho Federal de Medicina definir os critérios para diagnóstico de morte encefálica (ME);

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

CONSIDERANDO que o artigo 13 da Lei nº 9.434/1997 determina ser obrigatório para todos os estabelecimentos de saúde informar as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos das unidades federadas onde ocorrer diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos;

CONSIDERANDO que a perda completa e irreversível das funções encefálicas, definida pela cessação das atividades corticais e de tronco encefálico, caracteriza a morte encefálica e, portanto, a morte da pessoa;

CONSIDERANDO que a Resolução CFM nº 1.826/2007 dispõe sobre a legalidade e o caráter ético da suspensão dos procedimentos de suporte terapêutico quando da determinação de morte encefálica de indivíduo não doador de órgãos;

CONSIDERANDO que a comprovação da ME deve ser realizada utilizando critérios precisos, bem estabelecidos, padronizados e passíveis de ser executados por médicos em todo território nacional;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na reunião plenária de 23 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Os procedimentos para determinação de morte encefálica (ME) devem ser iniciados em todos os pacientes que apresentem coma não perceptivo, ausência de reatividade supraespinhal e apneia persistente, e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:

a) presença de lesão encefálica de causa conhecida, irreversível e capaz de causar morte encefálica;

b) ausência de fatores tratáveis que possam confundir o diagnóstico de morte encefálica;

c) tratamento e observação em hospital pelo período mínimo de seis horas. Quando a causa primária do quadro for encefalopatia hipóxico-isquêmica, esse período de tratamento e observação deverá ser de, no mínimo, 24 horas;

d) temperatura corporal (esofagiana, vesical ou retal) superior a 35°C, saturação arterial de oxigênio acima de 94% e pressão arterial sistólica maior ou igual a 100 mmHg ou pressão arterial média maior ou igual a 65mmHg para adultos, ou conforme a tabela a seguir para menores de 16 anos:

	Pressão Arterial	
Idade	Sistólica (mmHg)	PAM (mmHg)
Até 5 meses incompletos	60	43
De 5 meses a 2 anos incompletos	80	60
De 2 anos a 7 anos incompletos	85	62
De 7 a 15 anos	90	65

Art. 2º - É obrigatória a realização mínima dos seguintes procedimentos para determinação da morte encefálica:

a) dois exames clínicos que confirmem coma não perceptivo e ausência de função do tronco encefálico;

b) teste de apneia que confirme ausência de movimentos respiratórios após estimulação máxima dos centros respiratórios;

c) exame complementar que comprove ausência de atividade encefálica.

Art. 3º - O exame clínico deve demonstrar de forma inequívoca a existência das seguintes condições:

a) coma não perceptivo;

b) ausência de reatividade supraespinhal manifestada pela ausência dos reflexos fotomotor, córneo-palpebral, oculocefálico, vestíbulo-calórico e de tosse.

§ 1º Serão realizados dois exames clínicos, cada um deles por um médico diferente, especificamente capacitado a realizar esses procedimentos para a determinação de morte encefálica.

§ 2º Serão considerados especificamente capacitados médicos com no mínimo um ano de experiência no atendimento de pacientes em coma e que tenham acompanhado ou realizado pelo menos dez determinações de ME ou curso de capacitação para determinação em ME, conforme anexo III desta Resolução.

§ 3º Um dos médicos especificamente capacitados deverá ser especialista em uma das seguintes especialidades: medicina intensiva, medicina intensiva pediátrica, neurologia, neurologia pediátrica, neurocirurgia ou medicina de emergência. Na indisponibilidade de qualquer um dos especialistas anteriormente citados, o procedimento deverá ser concluído por outro médico especificamente capacitado.

§ 4º Em crianças com menos de 2 (dois) anos o intervalo mínimo de tempo entre os dois exames clínicos variará conforme a faixa etária: dos sete dias completos (recém-nato a termo) até dois meses incompletos será de 24 horas; de dois a 24 meses incompletos será de doze horas. Acima de 2 (dois) anos de idade o intervalo mínimo será de 1 (uma) hora.

Art. 4º - O teste de apneia deverá ser realizado uma única vez por um dos médicos responsáveis pelo exame clínico e deverá comprovar ausência de movimentos respiratórios na presença de hipercapnia ($PaCO_2$ superior a 55mmHg).

Parágrafo único. Nas situações clínicas que cursam com ausência de movimentos respiratórios de causas extracranianas ou farmacológicas é vedada a realização do teste de apneia, até a reversão da situação.

Art. 5º - O exame complementar deve comprovar de forma inequívoca uma das condições:

a) ausência de perfusão sanguínea encefálica ou

b) ausência de atividade metabólica encefálica ou

c) ausência de atividade elétrica encefálica.

§ 1º A escolha do exame complementar levará em consideração situação clínica e disponibilidades locais.

§ 2º Na realização do exame complementar escolhido deverá ser utilizada a metodologia específica para determinação de morte encefálica.

§ 3º O laudo do exame complementar deverá ser elaborado e assinado por médico especialista no método em situações de morte encefálica.

Art. 6º - Na presença de alterações morfológicas ou orgânicas, congênitas ou adquiridas, que impossibilitam a avaliação bilateral dos reflexos fotomotor, córneo-palpebral, oculocefálico ou vestíbulo-calórico, sendo possível o exame em um dos lados e constatada ausência de reflexos do lado sem alterações morfológicas, orgânicas, congênitas ou adquiridas, dar-se-á prosseguimento às demais etapas para determinação de morte encefálica.

Parágrafo único. A causa dessa impossibilidade deverá ser fundamentada no prontuário.

Art. 7º - As conclusões do exame clínico e o resultado do exame complementar deverão ser registrados pelos médicos examinadores no Termo de Declaração de Morte Encefálica (Anexo II) e no prontuário do paciente ao final de cada etapa.

Art. 8º - O médico assistente do paciente ou seu substituto deverá esclarecer aos familiares do paciente sobre o processo de diagnóstico de ME e os resultados de cada etapa, registrando no prontuário do paciente essas comunicações.

Art. 9º - Os médicos que determinaram o diagnóstico de ME ou médicos assistentes ou seus substitutos deverão preencher a DECLARAÇÃO DE ÓBITO definindo como data e hora da morte aquela que corresponde ao momento da conclusão do último procedimento para determinação da ME.

Parágrafo único. Nos casos de morte por causas externas a DECLARAÇÃO DE ÓBITO será de responsabilidade do médico legista, que deverá receber o relatório de encaminhamento médico e uma cópia do TERMO DE DECLARAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA.

Art. 10. - A direção técnica do hospital onde ocorrerá a determinação de ME deverá indicar os médicos especificamente capacitados para realização dos exames clínicos e complementares.

§ 1º Nenhum desses médicos poderá participar de equipe de remoção e transplante, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 9.434/1997 e no Código de Ética Médica.

§ 2º Essas indicações e suas atualizações deverão ser encaminhadas para a Central Estadual de Transplantes (CET).

Art. 11. - Na realização dos procedimentos para determinação de ME deverá ser utilizada a metodologia e as orientações especificadas no ANEXO I (MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA DETERMINAÇÃO DA MORTE ENCEFÁLICA), no ANEXO II (TERMO DE DECLARAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA) e no ANEXO III (CAPACITAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO EM MORTE ENCEFÁLICA) elaborados e atualizados quando necessários pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 12. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução CFM nº 1.480, publicada no Diário Oficial da União, seção I, p. 18227-18228, em 21 de agosto de 1997.

MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO
Presidente do Conselho
Em exercício

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-geral

ANEXO I

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA DETERMINAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA

METODOLOGIA

A morte encefálica (ME) é estabelecida pela perda definitiva e irreversível das funções do encéfalo por causa conhecida, comprovada e capaz de provocar o quadro clínico.

O diagnóstico de ME é de certeza absoluta. A determinação da ME deverá ser realizada de forma padronizada, com especificidade de 100% (nenhum falso diagnóstico de ME). Qualquer dúvida na determinação de ME impossibilita esse diagnóstico.

Os procedimentos para determinação da ME deverão ser realizados em todos os pacientes em coma não perceptivo e apneia, independentemente da condição de doador ou não de órgãos e tecidos.

Para o diagnóstico de ME é essencial que todas as seguintes condições sejam observadas:

1) Pré-requisitos

a) Presença de lesão encefálica de causa conhecida, irreversível e capaz de causar a ME;

b) Ausência de fatores tratáveis que possam confundir o diagnóstico de ME;

c) Tratamento e observação em ambiente hospitalar pelo período mínimo de seis horas. Quando a causa primária do quadro for encefalopatia hipóxico-isquêmica, esse período de tratamento e observação deverá ser de, no mínimo, 24 horas;

d) Temperatura corporal (esofagiana, vesical ou retal) superior a 35 °C, saturação arterial de oxigênio acima de 94% e pressão arterial sistólica maior ou igual a 100 mmHg ou pressão arterial média maior ou igual a 65 mmHg para adultos, ou conforme a tabela a seguir para menores de 16 anos:

	Pressão Arterial	
Idade	Sistólica (mmHg)	PAM (mmHg)
Até 5 meses incompletos	60	43
De 5 meses a 2 anos incompletos	80	60
De 2 anos a 7 anos incompletos	85	62
De 7 a 15 anos	90	65

2) Dois exames clínicos - para confirmar a presença do coma e a ausência de função do tronco encefálico em todos os seus níveis, com intervalo mínimo de acordo com a Resolução.

3) Teste de apneia - para confirmar a ausência de movimentos respiratórios após estimulação máxima dos centros respiratórios em presença de $PaCO_2$ superior a 55 mmHg.

4) Exames complementares - para confirmar a ausência de atividade encefálica, caracterizada pela falta de perfusão sanguínea encefálica, de atividade metabólica encefálica ou de atividade elétrica encefálica.

PRÉ-REQUISITOS

A. Presença de lesão encefálica de causa conhecida, irreversível e capaz de provocar quadro clínico.

O diagnóstico da lesão causadora do coma deve ser estabelecido pela avaliação clínica e confirmada por exames de neuroimagem ou por outros métodos diagnósticos. A incerteza da presença de uma lesão irreversível, ou da sua causa, impossibilita a determinação de ME. Um período mínimo de observação e tratamento intensivo em ambiente hospitalar de seis horas após o estabelecimento do coma, deverá ser respeitado. Quando a encefalopatia hipóxico-isquêmica for a causa primária do quadro, deverá ser aguardado um período mínimo de 24 horas após a parada cardiorrespiratória ou reaquecimento na hipotermia terapêutica, antes de iniciar a determinação de ME.

B. Ausência de fatores que possam confundir o quadro clínico.

Os fatores listados a seguir, quando graves e não corrigidos, podem agravar ou ocasionar coma. A equipe deverá registrar no prontuário do paciente sua análise justificada da situação e tomar medidas adequadas para correção das alterações antes de iniciar determinação de ME.

1)Distúrbio hidroeletrolítico, ácido-básico/endócrino e intoxicação exógena graves

Na presença ou suspeita de alguma dessas condições, caberá à equipe responsável pela determinação da ME definir se essas anormalidades são capazes de causar ou agravar o quadro clínico, a consequência da ME ou somática. A hipernatremia grave refratária ao tratamento não inviabiliza determinação de ME, exceto quando é a única causa do coma.

2)Hipotermia (temperatura retal, vesical ou esofagiana inferior a 35°C)

A hipotermia grave é fator confundidor na determinação de ME, pois reflexos de tronco encefálico podem desaparecer quando a temperatura corporal central é menor ou igual a 32°C.

É essencial que seja corrigida a hipotermia até alcançar temperatura corporal (esofagiana, vesical ou retal) superior a 35°C antes de iniciar-se a determinação de ME.

3) Fármacos com ação depressora do Sistema Nervoso Central (FDSNC) e bloqueadores neuromusculares (BNM)

Quando os FDSNC (fenobarbital, clonidina, dexmedetomidina, morfina e outros) e BNM forem utilizados nas condições a seguir especificadas, deverão ser tomados os seguintes cuidados antes de iniciar a determinação de ME:

a) Quando utilizados em doses terapêuticas usuais não provocam coma não perceptivo, não interferindo nos procedimentos para determinação de ME;

b) Quando utilizados em infusão contínua em pacientes com função renal e hepática normais e que não foram submetidos à hipotermia terapêutica, nas doses usuais para sedação e analgesia, será necessário aguardar um intervalo mínimo de quatro a cinco meias-vidas após a suspensão dos fármacos, antes de iniciar procedimentos para determinação de ME;

c) Quando os FDSNC e BNM forem utilizados na presença de insuficiência hepática, de insuficiência renal, e utilização de hipotermia terapêutica, ou quando há suspeita de intoxicação por uso em doses maiores que as terapêuticas usuais, ou por metabolização/eliminação comprometida, deve-se aguardar tempo maior que cinco meias-vidas do fármaco. Esse tempo deverá ser definido de acordo com a gravidade das disfunções hepáticas e renais, das doses utilizadas e do tempo de uso, para que haja certeza que ocorreu a eliminação/metabolização dos fármacos ou pela constatação que seu nível sérico se encontra na faixa terapêutica ou abaixo dela.

d) Nas condições anteriormente citadas deverá ser dada preferência a exames complementares que avaliam o fluxo sanguíneo cerebral, pois o EEG sofre significativa influência desses agentes nessas situações.

EXAME CLÍNICO

A. Coma não perceptivo.

Estado de inconsciência permanente com ausência de resposta motora supraespinhal a qualquer estimulação, particularmente dolorosa intensa em região supraorbitária, trapézio e leito ungueal dos quatro membros. A presença de atitude de descebração ou decorticação invalida o diagnóstico de ME. Poderão ser observados reflexos tendinosos profundos, movimentos de membros, atitude em opistótono ou flexão do tronco, adução/elevação de ombros, sudorese, rubor ou taquicardia, ocorrendo espontaneamente ou durante a estimulação. A presença desses sinais clínicos significa apenas a persistência de atividade medular e não invalida a determinação de ME.

B. Ausência de reflexos de tronco cerebral.

1) Ausência do reflexo fotomotor - as pupilas deverão estar fixas e sem resposta à estimulação luminosa intensa (lanterna), podendo ter contorno irregular, diâmetros variáveis ou assimétricos.

2) Ausência de reflexo córneo-palpebral - ausência de resposta de piscamento à estimulação direta do canto lateral inferior da córnea com gotejamento de soro fisiológico gelado ou algodão embebido em soro fisiológico ou água destilada.

3) Ausência do reflexo oculocefálico - ausência de desvio do(s) olho(s) durante a movimentação rápida da cabeça no sentido lateral e vertical. Não realizar em pacientes com lesão de coluna cervical suspeitada ou confirmada.

4) Ausência do reflexo vestíbulo-calórico - ausência de desvio do(s) olho(s) durante um minuto de observação, após irrigação do conduto auditivo externo com 50 a 100 ml de água fria (± 5 °C), com a cabeça colocada em posição supina e a 30°. O intervalo mínimo do exame entre ambos os lados deve ser de três minutos. Realizar otoscopia prévia para constatar a ausência de perfuração timpânica ou oclusão do conduto auditivo externo por cerume.

5) Ausência do reflexo de tosse - ausência de tosse ou bradicardia reflexa à estimulação traqueal com uma cânula de aspiração.

Na presença de alterações morfológicas ou orgânicas, congênitas ou adquiridas, que impossibilitam a avaliação bilateral dos reflexos fotomotor, córneo-palpebral, oculocefálico ou vestíbulo-calórico, sendo possível exame em um dos lados, e constatada ausência de reflexos do lado sem alterações morfológicas, orgânicas, congênitas ou adquiridas, dar-se-á prosseguimento às demais etapas para determinação de ME. A causa dessa impossibilidade deverá ser fundamentada no prontuário.

TESTE DE APNEIA

A realização do teste de apneia é obrigatória na determinação da ME. A apneia é definida pela ausência de movimentos respiratórios espontâneos, após a estimulação máxima do centro respiratório pela hipercapnia ($PaCO_2$ superior a 55 mmHg). A metodologia proposta permite a obtenção dessa estimulação máxima, prevenindo a ocorrência de hipóxia concomitante e minimizando o risco de intercorrências.

Na realização dos procedimentos de determinação de ME os pacientes devem apresentar temperatura corporal (esofagiana, vesical ou retal) superior a 35°C, saturação arterial de oxigênio acima de 94% e pressão arterial sistólica maior ou igual a 100 mmHg ou pressão arterial média maior ou igual a 65 mmHg para adultos, ou conforme a tabela a seguir para menores de 16 anos:

	Pressão Arterial	
Idade	Sistólica (mmHg)	PAM (mmHg)
Até 5 meses incompletos	60	43
De 5 meses a 2 anos incompletos	80	60
De 2 anos a 7 anos incompletos	85	62
De 7 a 15 anos	90	65

A. Técnica.

1) Ventilação com FiO_2 de 100% por, no mínimo, 10 minutos para atingir PaO_2 igual ou maior a 200 mmHg e $PaCO_2$ entre 35 e 45 mmHg.

2) Instalar oxímetro digital e colher gasometria arterial inicial (idealmente por cateterismo arterial).

3) Desconectar ventilação mecânica.

4) Estabelecer fluxo contínuo de O_2 por um cateter intratraqueal ao nível da carina (6 L/min), ou tubo T (12 L/min) ou CPAP (até 12 L/min + até 10 cm H_2O).

5) Observar a presença de qualquer movimento respiratório por oito a dez minutos. Prever elevação da $PaCO_2$ de 3 mmHg/min em adultos e de 5 mmHg/min em crianças para estimar o tempo de desconexão necessário.

6) Colher gasometria arterial final.

7) Reconectar ventilação mecânica.

B. Interrupção do teste.

Caso ocorra hipotensão (PA sistólica < 100 mmHg ou PA média < que 65 mmHg), hipoxemia significativa ou arritmia cardíaca, deverá ser colhida uma gasometria arterial e reconectado o respirador, interrompendo-se o teste. Se o $PaCO_2$ final for inferior a 56 mmHg, após a melhora da instabilidade hemodinâmica, deve-se refazer o teste.

C. Interpretação dos resultados.

1) Teste positivo (presença de apneia) - $PaCO_2$ final superior a 55 mmHg, sem movimentos respiratórios, mesmo que o teste tenha sido interrompido antes dos dez minutos previstos.

2) Teste inconclusivo - $PaCO_2$ final menor que 56 mmHg, sem movimentos respiratórios.

3) Teste negativo (ausência de apneia) - presença de movimentos respiratórios, mesmo débeis, com qualquer valor de $PaCO_2$. Atentar para o fato de que em pacientes magros ou crianças os batimentos cardíacos podem mimetizar movimentos respiratórios débeis.

D. Formas alternativas de realização do teste de apneia.

Em alguns pacientes as condições respiratórias não permitem a obtenção de uma persistente elevação da $PaCO_2$, sem hipóxia concomitante. Nessas situações, pode-se realizar teste de apneia utilizando a seguinte metodologia, que considera as alternativas para pacientes que não toleraram a desconexão do ventilador:

1) Conectar ao tubo orotraqueal uma "peça em T" acoplada a uma válvula de pressão positiva contínua em vias aéreas (CPAP - continuous positive airway pressure) com 10 cm H2O e fluxo de oxigênio a 12 L/minuto.

2) Realizar teste de apneia em equipamento específico para ventilação não invasiva, que permita conexão com fluxo de oxigênio suplementar, colocar em modo CPAP a 10 cm H2O e fluxo de oxigênio entre 10-12 L/minuto. O teste de apneia não deve ser realizado em ventiladores que não garantam fluxo de oxigênio no modo CPAP, o que resulta em hipoxemia.

EXAMES COMPLEMENTARES

O diagnóstico de ME é fundamentado na ausência de função do tronco encefálico confirmado pela falta de seus reflexos ao exame clínico e de movimentos respiratórios ao teste de apneia. É obrigatória a realização de exames complementares para demonstrar, de forma inequívoca, a ausência de perfusão sanguínea ou de atividade elétrica ou metabólica encefálica e obtenção de confirmação documental dessa situação. A escolha do exame complementar levará em consideração a situação clínica e as disponibilidades locais, devendo ser justificada no prontuário.

Os principais exames a ser executados em nosso meio são os seguintes:

1) Angiografia cerebral - após cumpridos os critérios clínicos de ME, a angiografia cerebral deverá demonstrar ausência de fluxo intracraniano. Na angiografia com estudo das artérias carótidas internas e vertebrais, essa ausência de fluxo é definida por ausência de opacificação das artérias carótidas internas, no mínimo, acima da artéria oftálmica e da artéria basilar, conforme as normas técnicas do Colégio Brasileiro de Radiologia.

2) Eletroencefalograma - constatar a presença de inatividade elétrica ou silêncio elétrico cerebral (ausência de atividade elétrica cerebral com potencial superior a 2 μV) conforme as normas técnicas da Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica.

3) Doppler Transcraniano - constatar a ausência de fluxo sanguíneo intracraniano pela presença de fluxo diástólico reverberante e pequenos picos sistólicos na fase inicial da sístole, conforme estabelecido pelo Departamento Científico de Neurossonologia da Academia Brasileira de Neurologia.

4) Cintilografia, SPECT Cerebral - ausência de perfusão ou metabolismo encefálico, conforme as normas técnicas da Sociedade Brasileira Medicina Nuclear.

A metodologia a ser utilizada na realização do exame deverá ser específica para determinação de ME e o laudo deverá ser elaborado por escrito e assinado por profissional com comprovada experiência e capacitado no exame nessa situação clínica.

Em geral, exames que detectam a presença de perfusão cerebral, como angiografia cerebral e doppler transcraniano, não são afetados pelo uso de drogas depressoras do sistema nervoso central ou distúrbios metabólicos, sendo os mais indicados quando essas situações estão presentes. A presença de perfusão sanguínea ou atividade elétrica cerebral significa a existência de atividade cerebral focal residual. Em situações de ME, a repetição desses exames após horas ou dias constatará inexoravelmente o desaparecimento dessa atividade residual. Em crianças lactentes, especialmente com fontanelas abertas e/ou suturas patentes, na encefalopatia hipóxico-isquêmica ou após craniotomias descompressivas, pode ocorrer persistência de fluxo sanguíneo intracraniano, mesmo na presença de ME, sendo eletroencefalograma o exame mais adequado para determinação de ME.

Um exame complementar compatível com ME realizado na presença de coma não perceptivo, previamente ao exame clínico e teste de apneia para determinação da ME, poderá ser utilizado como único exame complementar para essa determinação.

Outras metodologias além das citadas não têm ainda comprovação científica da sua efetividade na determinação de ME.

REPETIÇÃO DO EXAME CLÍNICO (2º EXAME)

Na repetição do exame clínico (segundo exame) por outro médico será utilizada a mesma técnica do primeiro exame. Não é necessário repetir o teste de apneia quando o resultado do primeiro teste for positivo (ausência de movimentos respiratórios na vigência de hipercapnia documentada).

O intervalo mínimo de tempo a ser observado entre 1º e 2º exame clínico é de uma hora nos pacientes com idade igual ou maior a dois anos de idade.

Nas demais faixas etárias, esse intervalo é variável, devendo ser observada a seguinte tabela:

Faixa Etária	Intervalo Mínimo (horas)
7 dias (recém-nato à termo) até 2 meses incompletos	24
De 2 a 24 meses incompletos	12
Mais de 24 meses	1

A EQUIPE MÉDICA

Nenhum médico responsável por realizar procedimentos de determinação da ME poderá participar de equipe de retirada e transplante, conforme estabelecido no artigo 3º da Lei nº 9.434/1997 e no Código de Ética Médica.

A Direção Técnica de cada hospital deverá indicar os médicos capacitados a realizar e interpretar os procedimentos e exames complementares para determinação de ME em seu hospital, conforme estabelecido no art. 3º da Resolução. Essas indicações e suas atualizações deverão ser encaminhadas para a CET.

São considerados capacitados médicos com no mínimo um ano de experiência no atendimento de pacientes em coma, que tenham acompanhado ou realizado pelo menos dez determinações de ME e realizado treinamento específico para esse fim em programa que atenda as normas determinadas pelo Conselho Federal de Medicina.

Na ausência de médico indicado pela Direção Técnica do Hospital, caberá à CET de sua Unidade Federativa indicar esse profissional e à Direção Técnica do Hospital, disponibilizar as condições necessárias para sua atuação.

COMUNICAÇÃO AOS FAMILIARES OU RESPONSÁVEL LEGAL

Os familiares do paciente ou seu responsável legal deverão ser adequadamente esclarecidos, de forma clara e inequívoca, sobre a situação crítica do paciente, o significado da ME, o modo de determiná-la e também sobre os resultados de cada uma das etapas de sua determinação. Esse esclarecimento é de responsabilidade da equipe médica assistente do paciente ou, na sua impossibilidade, da equipe de determinação da ME.

Será admitida a presença de médico de confiança da família do paciente para acompanhar os procedimentos de determinação de ME, desde que a demora no comparecimento desse profissional não inviabilize o diagnóstico. Os contatos com o médico escolhido serão de responsabilidade dos familiares ou do responsável legal. O profissional indicado deverá comparecer nos horários estabelecidos pela equipe de determinação da ME.

A decisão quanto à doação de órgãos somente deverá ser solicitada aos familiares ou responsáveis legais do paciente após o diagnóstico da ME e a comunicação da situação a eles.

FUNDAMENTOS LEGAIS

A metodologia de determinação de morte encefálica é fundamentada nas normas legais discriminadas a seguir:

1) Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

2) Lei nº 11.521, de 18 de setembro de 2007.

3) Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

4) Resolução do CFM nº 1.826, de 6 de dezembro de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Lucas FJC, Braga NIO, Silvado CES. Recomendações técnicas para o registro do eletrencefalograma na suspeita da morte encefálica. Arq Neuropsiquiatr. 1998;56(3b):697-702. doi: 10.1590/S0004-282X1998000400030.

2. Lange MC, Zétola VHF, Miranda-Alves M, Moro CHC, Silvado CE, Rodrigues DLG, et al. Diretrizes brasileiras para o uso do ultrassom transcraniano como teste diagnóstico de confirmação de morte cerebral. Arq Neuropsiquiatr. 2012 May;70(5):373-80. doi: 10.1590/S0004-282X2012000500012.

3. Lang CJ, Heckmann JG. Apnea testing for the diagnosis of brain death. Acta Neurol Scand. 2005 Dec;112(6):358-69. doi: 10.1111/j.1600-0404.2005.00527.x.

ANEXO II

TERMO DE DECLARAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA

A equipe médica que determinou a morte encefálica (ME) deverá registrar as conclusões dos exames clínicos e os resultados dos exames complementares no Termo de Declaração de Morte Encefálica (DME) ao término de cada etapa e comunicá-la ao médico assistente do paciente ou a seu substituto.

Esse termo deverá ser preenchido em duas vias.

A 1ª via deverá ser arquivada no prontuário do paciente, junto com o(s) laudo(s) de exame(s) complementar(es) utilizados na sua determinação.

A 2ª via ou cópia deverá ser encaminhada à Central Estadual de Transplantes (CET), complementarmente à notificação da ME, nos termos da Lei nº 9434/1997, art. 13.

Nos casos de morte por causa externa, uma cópia da declaração será necessariamente encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML).

A Comissão Intra-Hospitalar de Transplantes (CIHDOTT), a Organização de Procura de Órgãos (OPO) ou a CET deverão ser obrigatoriamente comunicadas nas seguintes situações:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) possível morte encefálica (início do procedimento de determinação de ME);

b) após constatação da provável ME (1º exame clínico e teste de apneia compatíveis) e;

c) após confirmação da ME (término da determinação com o 2º exame clínico e exame complementar confirmatórios).

A Declaração de Óbito (DO) deverá ser preenchida pelo médico legista nos casos de morte por causas externas (acidente, suicídio ou homicídio), confirmada ou suspeita. Nas demais situações caberá aos médicos que determinaram o diagnóstico de ME ou aos médicos assistentes ou seus substitutos preenchê-la. A data e a hora da morte a serem registradas na DO deverão ser as do último procedimento de determinação da ME, registradas no Termo de Declaração de Morte Encefálica (DME).

Constatada a ME, o médico tem autoridade ética e legal para suspender procedimentos de suporte terapêutico em uso e assim deverá proceder, exceto se doador de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano para transplante, quando deverá aguardar a retirada dos mesmos ou a recusa à doação (Resolução CFM nº 1.826/2007). Essa decisão deverá ser precedida de comunicação e esclarecimento sobre a ME aos familiares do paciente ou seu representante legal, fundamentada e registrada no prontuário.

ANEXO III

CAPACITAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO DE MORTE ENCEFÁLICA

A.Pré-requisitos médicos para ser capacitado, atendendo ao art. 3º § 2º desta Resolução:

1.Mínimo de um ano de experiência no atendimento de pacientes em coma.

B. Programação mínima do curso de capacitação:

1.Conceito de morte encefálica.

2.Fundamentos éticos e legais da determinação da morte encefálica:

a.Lei nº 9.434/1997;

b.Decreto nº 9.175/2017;

c.Resolução CFM nº 2.173/2017

d.Resolução CFM nº 1.826/2007.

3.Metodologia da determinação:

a.Pré-requisitos:

i.lesão encefálica;

ii.causas reversíveis de coma;

iii.diagnóstico diferencial.

b.Exame clínico:

i.metodologia para realização e interpretação;

ii.conduta nas exceções.

c.Teste de apneia:

i.preparo para o teste;

ii.metodologia para realização e interpretação;

iii.métodos alternativos.

d.Exame complementar:

i.escolha do método mais adequado;

ii.Doppler transcraniano;

iii.eletroencefalografia;

iv.arteriografia cerebral.

e.Conclusão da determinação:

i.Declaração de morte encefálica;

ii.Declaração de óbito.

4.Conduta pós-determinação:

a.Comunicação da morte encefálica aos familiares:

i.como informar aos familiares da situação de ME, dos resultados de cada etapa e da confirmação.

b.Retirada do suporte vital:

i.como informar aos familiares sobre a possibilidade de doação de órgãos e de retirada do suporte vital;

ii.como proceder na retirada do suporte vital aos não doadores de órgãos.

C. Metodologia de ensino:

1.Teórico-prático.

2.Duração mínima de oito horas, sendo quatro de discussão de casos clínicos.

3.Mínimo de um instrutor para cada oito alunos nas aulas práticas.

4.Suporte remoto para esclarecimentos de dúvidas por, no mínimo, três meses.

D.Instrutores:

1.Capacitação comprovada em determinação de morte encefálica há pelo menos dois anos.

2.Residência médica ou título de especialista em neurologia, neurologia pediátrica, medicina intensiva, medicina intensiva pediátrica, neurocirurgia ou medicina de emergência.

E.Coordenador:

1.Capacitação comprovada em determinação de morte encefálica há pelo menos cinco anos.

3.Residência médica ou título de especialista em neurologia, neurologia pediátrica, medicina intensiva, medicina intensiva pediátrica, neurocirurgia ou medicina de emergência.

F. Responsáveis pelo curso:

1.Gestores públicos.

2.Hospitais.

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7828/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 085/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU o apelado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de novembro de 2017. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; ANASTÁCIO KOTZIAS NETO, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9627/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 844/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ROSA AMELIA ANDRADE DANTAS, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12700/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 9070/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2288/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 191.084/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4939/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 278/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5540/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 7/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6758/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Sindicância nº 126/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Relator,

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8290/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 11/2017). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8535/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 59/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 69 e 110 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 87 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 29 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.192, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2017

Julga as Prestações de Contas anual do CFMV e dos Conselhos Regionais.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso X, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007;

Considerando os Pareceres emitidos pela Comissão de Tomada de Contas do CFMV (CTC/CFMV);

Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na 306ª Sessão Plenária Ordinária, realizada de 27 de novembro a 02 de dezembro de 2017, em Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas a seguir discriminadas:

I - Exercício 2013: CRMV-MA;

II - Exercício 2014: CRMV-MA;

III - Exercício 2016: CFMV; CRMV-AC; CRMV-AM; CRMV-MA; CRMV-MG; CRMV-MS; CRMV-MT; CRMV-PB; CRMV-PE; CRMV-PI; CRMV-PR; CRMV-RJ; CRMV-RN; CRMV-RO; CRMV-RS; CRMV-SC e CRMV-SE.

Art. 2º Julgar regular com ressalva a Prestação de Contas a seguir discriminada:

I - Exercício 2016: CRMV-TO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.196, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 4291/2017;

Considerando a decisão proferida na LVI Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 29 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-RJ que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária (ABPV) à médica veterinária Juliana da Silva Leite (CRMV-RJ nº 7681).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.197, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 4292/2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a decisão proferida na LIV Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 29 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-RJ que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Acupuntura Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Acupuntura Veterinária (ABRAVET) à médica veterinária Eliane Nishijima (CRMV-RJ nº 4163).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.198, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 5941/2017;

Considerando a decisão proferida na LIII Sessão Ordinária da Primeira Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 29 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-PR que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Acupuntura Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Acupuntura Veterinária (ABRAVET) ao médico veterinário Rodrigo Aparecido Misael Gusmão (CRMV-PR nº 3753).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 137, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2017.

O presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina , no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2017, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 284.500,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	ANULA
6.3.2.1.05.01.002	SOFTWARES	20.000,00	
6.3.1.3.02.01.026	LOC. DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIP.	12.000,00	
6.3.2.1.03.01.006	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		20.000,00
6.3.1.3.02.01.004	SERVIÇOS DE INSTRUTORES		9.000,00
6.3.1.3.02.01.017	SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS E VÍDEOS		3.000,00
6.3.1.3.02.01.002	SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA	40.000,00	
6.3.1.3.02.03.003	DIÁRIAS - COLABORADORES	30.000,00	
6.3.1.3.02.01.040	PUBLICAÇÕES TÉCNICAS	7.000,00	
6.3.1.3.02.01.018	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	10.000,00	
6.3.1.3.02.01.037	SERVIÇOS DE INTERNET	11.500,00	
6.3.1.9.01.01.002	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E REPOSIÇÕES	3.000,00	
6.3.1.6.01.01.003	DESPESAS JUDICIAIS	3.000,00	
6.3.1.3.01.01.012	MATERIAIS PARA MANUT. DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	
6.3.1.3.02.01.030	MANUTENÇÃO E CONSERV. DOS BENS IMÓVEIS	40.000,00	
6.3.1.6.01.02.001	COTA PARTE	45.000,00	
6.3.1.6.01.02.002	FIDES	5.000,00	
6.3.2.1.01.01.002	REFORMAS		234.500,00
6.3.1.3.01.01.016	MAT. DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	4.000,00	
6.3.1.3.01.01.015	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO		4.000,00
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	6.000,00	
6.3.1.3.02.01.039	ASSINATURAS	3.000,00	
6.3.1.3.01.01.019	PRÊMIOS, DIPLOMAS E MEDALHAS		6.000,00
6.3.1.3.01.01.008	MATERIAIS DE INFORMÁTICA		3.000,00
6.3.1.3.02.01.005	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	5.000,00	
6.3.1.3.02.01.032	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA		5.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO Nº 596, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, definidas pelo Decreto Lei 9.295/46, alterado pela Lei 12.249/2010, Considerando o que preceitua a Resolução CFC 1.161/09 e a Lei 4.320/64. Considerando a competência do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e respectivas modificações, bem como operações referentes a mutações patrimoniais. resolve:

Art.1º - Aprovar o Plano de Trabalho e Orçamento para o exercício financeiro de 2018, que estima receita em R$ 12.894.035,00 (Doze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e trinta e cinco Reais) e fixa a despesa em igual importância, conforme as normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64.

Art 2º - As receitas correntes estão previstas, observando o seguinte desdobramento:

Valores em Reais
RECEITAS: 12.894.035,00
6.2.1 - Receitas correntes: 12.894.035,00
6.2.1.1 Contribuições: 10.949.991,00
6.2.1.2 Exploração de bens e serviços: 225.490,00
6.2.1.3 Financeiras: 1.435.180,00
6.2.1.4 Transferências: 78.843,00
6.2.1.9 Outras receitas correntes: 204.531,00

Art. 3º - As despesas correntes, de capital e reserva de contingência orçamentária foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

DESPESAS: 12.894.035,00
6.3.1 - Despesas correntes: 11.440.067,03
6.3.1.1 Pessoal e encargos: 4.980.186,11
6.3.1.3 Uso de bens e serviços: 3.246.080,92
6.3.1.4 Financeiras: 411.449,00
6.3.1.5 Transferências correntes: 217.000,00
6.3.1.6 Tributárias e contributivas: 2.523.941,00
6.3.1.9 Outras despesas correntes: 61.410,00
6.3.2 - Despesas de capital: 1.168.000,00
6.3.2.1 Investimentos: 1.168.000,00
6.3.3 - Reserva de contingência orçamentária: 285.967,97
6.3.3.1 - Reserva de contingência orçamentária: 285.967,97

Art 4º - O Presidente fica autorizado a abrir créditos adicionais obrigatoriamente, com a indicação das fontes de recursos oriundas de anulação parcial ou total de contas, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada.

Art 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta Resolução foi aprovada pela Deliberação CFC nº 124/2017 de 24/11/2017.

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CERQUEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

DECISÃO Nº 712, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Dá posse aos conselheiros eleitos para o mandato eletivo referente ao triênio de 01/01/2018 a 31/12/2020.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO os Artigos 12 e 14 da Lei nº 5.905, de 12 de junho de 1973; CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 212 do dia 06 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 214 seção 01 páginas 162 e 163 do dia 08 de novembro de 2017; CONSIDERANDO o §1º do artigo 38 da Resolução Cofen nº 523 de 29 de setembro de 2016; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário, em sua 593ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2017 no Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, sito à Rua 38 (trinta e oito), número 645 (seiscentos e quarenta e cinco), Setor Marista, Goiânia - Goiás. decide:

Art. 1º - Ficam empossados os conselheiros eleitos para o mandato relativo ao período de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020 a saber: §1º Conselheiros Efetivos do Quadro de Enfermeiros: Ângela Cristina Bueno Vieira, Coren Goiás nº 50.537; Flúvia Pereira Amorim da Silva, Coren Goiás nº 79.284 - ENF; Ivete Santos Barreto, Coren Goiás nº 16.009; Luciana Aparecida Soares Moreira, Coren Goiás nº 191.210 - ENF e Silvio José de Queiroz, Coren Goiás nº 93.937 - ENF; §2º Conselheiros suplentes do Quadro de Enfermeiros: Danielly Silvestre Bitencourt e Castro, Coren Goiás nº 243.871 - ENF; José Antônio Oliveira Alves, Coren Goiás nº 339.329 - ENF; Lair Ferreira de Oliveira Filho, Coren Goiás nº 174.815 - ENF; Marilia Cordeiro de Sousa, Coren Goiás nº 245.205 - ENF e Viviane Ribeiro, Coren Goiás nº 87.041 - ENF. §3º Conselheiros Efetivos do Quadro de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem: João Batista Lindolfo, Coren Goiás nº 149.880 - TE; Julivan Rosa Prata, Coren Goiás nº 153.736 - TE; Marli Aparecida de Ávila, Coren Goiás nº 158.120 - TE e Ronilda de Souza Cavalcante e Silva, Coren Goiás nº 48.094 - TE; §4º Conselheiros Suplentes do Quadro de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem: Herley Silvestre de Morais, Coren Goiás nº 153.729 - TE; Iramar Alves dos Santos, Coren Goiás nº 284.161 - TE; Marines de Sousa Ribeiro, Coren Goiás nº 71.254 - TE e Nilza Maria Pires de Morais, Coren Goiás nº 163.285 - TE.

Art. 2º - O presente ato decisório entrará em vigor na data de sua assinatura; Goiânia aos 22 dias do mês de novembro do ano de 2017.

LAURA MARIA ISABEL TIAGO DE BARROS
Conselheira Empossante

DECISÃO Nº 713, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Proclama o resultado da eleição interna e dá posse aos membros da diretoria, delegado regional e seu respectivo suplente para o mandato de 01/01/2018 a 31/12/2020.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 13 e 15, inciso XIII, da Lei número 5.905, de 12 de junho de 1973; CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 523, de 29 de setembro de 2016, que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem; CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 212 do dia 06 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 214 seção 01 páginas 162 e 163 do dia 08 de novembro de 2017; CONSIDERANDO o resultado da eleição interna e posse realizada na 593ª Reunião Ordinária de Plenário ocorrida em 21 de novembro de 2017, decide:

Art. 1º - Proclamar o resultado da eleição interna para escolha dos membros da Diretoria, do Delegado Regional e seu respectivo suplente e empossá-los, para o mandato eletivo referente ao período de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma: §1º Para compor a Diretoria foram eleitos e empossados como: a) Presidente a conselheira enfermeira Ivete Santos Barreto com inscrição Coren-GO nº 16.009;

b) Secretário o conselheiro enfermeiro Silvio José de Queiroz com inscrição Coren-GO nº 93.937; c) Tesoureira a conselheira técnica de enfermagem Marli Aparecida de Ávila com inscrição Coren-GO nº 158.120; §2º Para compor o cargo de Delegada Regional e respectivo suplente foram eleitas a conselheira enfermeira Ivete Santos Barreto com inscrição Coren-GO nº 16.009 e o conselheiro enfermeiro Silvio José de Queiroz com inscrição Coren-GO nº 93.937.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º - O presente ato decisório entrará em vigor na data de sua assinatura com efeitos a partir da zero hora do dia primeiro de janeiro de 2018.

IVETE SANTOS BARRETO
Presidente do Conselho

ANGELA CRISTINA BUENO VIEIRA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 257, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a homologação do Pleito Eleitoral de 2017, para composição do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará para o Triênio 2018-2020.

A Conselheira Enfermeira de inscrição mais antiga do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO a Decisão Coren-CE nº 021/2012 que aprovou as atribuições dispostas no Regimento Interno do Coren-CE; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n° 523/2016 que aprovou o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, e dá outras providências; CONSIDERANDO a realização do pleito eleitoral de 2017, no dia 05 de novembro do corrente ano; CONSIDERANDO o resultado do pleito eleitoral de 2017, que teve como vencedora a Chapa I, do Quadro I e a Chapa I, do Quadro II e III; CONSIDERANDO o quanto decidido na 362ª Reunião Extraordinária do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, realizada no dia 14 de novembro de 2017, decide:

Art. 1º - Homologar o resultado do Pleito Eleitoral de 2017, que elegeu vencedora a Chapa I, do Quadro I e a Chapa I, do Quadro II e III, para compor o Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará para o triênio 2018/2020;

Art. 2º - A presente Decisão entra em vigor na data de sua aprovação.

REGINA CLÁUDIA FURTADO MAIA
Presidente da Sessão

ANA LÚCIA DE ASSIS
Secretária Ad Hoc

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE GOIÁS

DELIBERAÇÃO Nº 488, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa os valores dos serviços e custos de emissão de documentos devidos ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE GOIÁS (CRF/GO), no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 3.820/60 e pelo Regimento Interno deste Regional, em reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2017, e;

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás é uma Autarquia Federal, com autonomia administrativa e financeira em sua jurisdição, conferida pela Lei 3.820/60;

CONSIDERANDO a determinação contida no Of. Circ. Nº 15680-2017/PRES/CFF, datado de 1 de dezembro de 2017, de lavara do Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Dr. Walter da Silva Jorge João, conforme decidido na CDLXIV reunião Plenária do Conselho Federal de Farmácia, que os valores dos serviços e custos de emissão devidos deverão ser fixados por cada Conselho Regional de Farmácia, conforme o seu funcionamento próprio;

CONSIDERANDO os valores dos serviços e custos que já vem sendo utilizados no âmbito do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º - Fixar os valores abaixo para custos de serviços e emissão de documentos, entre outros intrínsecos ao CRF/GO e sua autonomia administrativa:

I - SERVIÇOS E EMISSÃO DE DOCUMENTOS

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
Inscrição de Pessoa Jurídica	435,81
Inscrição de Pessoa Física - nível superior	145,23
Inscrição Secundária	145,23
Inscrição Provisória Nível Superior	145,23
Inscrição de Pessoa Física - nível médio	50% do nível superior (72,62)
Inscrição de Pessoa Física - recém inscrito (1ª inscrição)	50% dos respectivos valores para nível superior e para nível médio
Transferência	145,23
Expedição ou Substituição de Carteira	87,12
Expedição ou Substituição de Cédula	87,12
Expedição de Segunda Via	87,12
Certidões/Vistos	145,23
Visto/Alteração contratual	145,23
Visto/Cancelamento de pessoa jurídica	145,23
Visto/Contrato Social	145,23
Visto/Contrato de Trabalho	145,23
Visto Provisório de Farmacêutico	145,23
Reinscrição Nível Superior	145,23
Reinscrição Nível Médio	72,62
Reinscrição Pessoa Jurídica	435,81
Certidão de Anotação - AAPF (Resolução 507 do CFF)	72,62
Registro de Diploma	90,00
Cópia de processos acima de 30 (trinta) folhas	0,30 - a contar da primeira folha
Porte de remessa e retorno dos autos	47,00 - até 180 fls (1kg); passando dessa quantia, observar a Portaria nº 19/2012 do CFF

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor à partir de 01 de janeiro de 2018;

ERNESTINA ROCHA DE SOUSA E SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria CRN-8 nº 01/2017, que dispõe sobre a concessão de diária, ajuda de custo e outros subsídios no âmbito do CRN-8.

A Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei n°6.583, de 20 de outubro de 1978, pelo Decreto n°84.444, de 30 de janeiro de 1980 e,

Considerando a necessidade de atualizar a concessão de diárias, de ajudas de custo e outros subsídios destinados ao custeio de despesas com hospedagem, alimentação e transporte, quando da participação em eventos e demais atividades a serviço do Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região, dos conselheiros, assessores, funcionários e colaboradores eventuais, resolve:

Artigo 1º - A Portaria CRN-8 nº 001/2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º - A diária será no valor de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) para território estadual e no valor de R$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) para o território interestadual.

Parágrafo Primeiro: Além do valor das diárias, como complemento do custeio de transporte urbano, será pago até R$ 310,00 (trezentos e dez reais), destinado à cobertura de deslocamentos até o local de embarque e do desembarque até o local do trabalho, hospedagem e vice-versa.

Art. 7º - Aos participantes de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões e Eventos e, outros de interesse do CRN-8, com carga horária superior a 04 horas e que tenham domicílio na sede do Conselho Regional, e desde que estas reuniões ou eventos sejam realizados também em Curitiba, independentemente destas reuniões serem internas ou externas será pago ajuda de custo no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Art. 8º - Aos participantes de Reuniões Plenárias, de Diretoria, de Comissões e Eventos e, outros de interesse do CRN-8, com carga horária de até 04 horas que tenham domicílio na sede do Conselho Regional, e desde que estas reuniões sejam realizadas também em Curitiba, independentemente destas reuniões serem internas ou externas será pago ajuda de custo no valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais).

Artigo 9º - Para a execução de atos administrativos que não importem naquelas previstas nos artigos 6º e 7º e que sejam para a execução de outras atividades de interesse do Sistema CFN/CRN, o valor máximo da ajuda de custo será de R$ 105,00 (cento e cinco reais) ao dia, limitada a concessão do benefício a R$ 210,00 (duzentos e dez reais) por semana.

Artigo 2º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do CRN-8.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

MARIA EMILIA DAUDT VON DER HEYDE
Presidente do Conselho

ALEXSANDRO WOSNIAKI
Conselheiro Secretário

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 1ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DEZEMBRO DE 2017

Altera a Resolução nº 2, de 07/11/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 10/11/2017, a fim de incluir alteração aprovada na plenária nº 1163, de 04/12/2017.

O Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, resolve:

Art. 1º Acrescentar o inciso VII ao art. 10 a Resolução nº 02/2017, com a seguinte redação:

Art. 10 (...) "VII - pagamento, por 12 (doze) meses, do plano de saúde vigente ao trabalhador aderente, a contar da data de publicação da exoneração no Diário Oficial da União."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREZA SORRENTINO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região - CRP-20 e prova seu regulamento.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIÃO - CRP-20, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em cumprimento à Resolução CFP Nº 007/16 de junho de 2016;

CONSIDERANDO que a Resolução CFP Nº 007/16, de 21 de junho de 2016, aprovada por unanimidade na APAF de maio de 2016, determinou a criação, pelos Conselhos Regionais de Psicologia, de Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos no âmbito de suas respectivas Comissões de Ética; com composição e organização a ser definida por resoluções próprias, observando os termos daquela Resolução.

CONSIDERANDO a função precípua dos Conselhos Regionais de Psicologia em zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da categoria, estabelecida pela Lei n° 5766/71, constituindo-se como importante mecanismo para que se assegure a qualidade dos serviços psicológicos prestados à sociedade;

CONSIDERANDO a necessidade de promover uma transformação das práticas da(o) psicóloga(o), em uma relação dialógica entre categoria, usuários dos serviços psicológicos e demais atores da sociedade, a fim de tratar de situações de conflito em uma lógica de acesso e promoção de justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de enfrentamento da lógica judicializante que prevalece em nossa sociedade, responsável por práticas policialescas e, por vezes, punitivas; de se restituírem possibilidades de diálogo e de se instaurarem condições para a superação e transformação de condutas profissionais conflituosas, a fim de se assegurar a qualidade dos serviços psicológicos prestados à sociedade;

CONSIDERANDO a decisão deste plenário na 72ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de julho de 2017, resolve:

Art. 1° - Criar a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos da 20ª Região - CRP-20 e aprovar seu regulamento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GIBSON ALVES DOS SANTOS
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO - COMISSÃO DE MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIÃO - CRP-20

TÍTULO I - DA COMISSÃO DE MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIÃO - CRP-20

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Art, 1° - A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos da 20ª Região - CRP-20, tendo por sede a cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, e poderá atuar em qualquer processo disciplinar-ético dentro do âmbito de competência do CRP-20.

Parágrafo Único - Na medida em que haja descentralização das atividades, poderão ser criadas Comissões nas Seções do CRP-20.

CAPÍTULO II - OBJETIVOS

Art. 2° - Conforme dispõe o Art., 2° da Resolução nº 007 do Conselho Federal de Psicologia, de 21 de junho de 2016, a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos tem por objetivos:

I - conduzir procedimentos de mediação e outros meios consensuais e restaurativos de resolução de conflitos nos processos ético-disciplinares; e

II - desenvolver programas destinados a estimular a auto composição no âmbito de atuação do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Art. 3° - A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos será composta por uma (um) Coordenadora (r), uma (um) Coordenadora (r) Adjunta (o), Apoio Técnico, Apoio Administrativo e Apoio Jurídico. Disporá de Mediadores Independentes.

§ 1° - A (O) Coordenadora (r) será uma (um) Conselheira (o) membro da Comissão de Ética indicada (o) pelo Plenário para a função, a qual poderá ser exercida cumulativamente com suas demais funções na Comissão de Ética.

§ 2° - A (O) Coordenadora (r) Adjunta (o) será um membro da Comissão de Ética indicada (o) pela Comissão de Ética e referendada (o) pelo Plenário para a função, a qual poderá ser exercida cumulativamente com suas demais funções na Comissão de Ética,

§ 3° - O Apoio Técnico será assistente técnica (o) da Comissão de Ética indicada (o) pela mesma para a função, a qual poderá ser exercida cumulativamente com suas demais funções junto à Comissão de Ética e apoio administrativo.

§ 4° - O Apoio Administrativo será assistente de administração da Comissão de Ética indicado pela mesma para a função, a qual poderá ser exercida cumulativamente com suas demais funções junto à Comissão de Ética.

§ 5° - O Apoio Jurídico será um Advogado indicado pelo Departamento Jurídico para a função, a qual poderá ser exercida cumulativamente com suas demais funções junto ao Conselho Regional de Psicologia.

§ 6° - Os Mediadores Independentes deverão cumprir os requisitos previstos no Art. 11 do Capítulo V deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA

Art. 4° - Compete à (ao) Coordenadora (r) da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos

I - representar a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos;

II - aplicar e fazer aplicar este Regulamento, delegando poderes quando necessário;

III - responder pela supervisão e coordenação das atividades técnico-administrativas da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos e das ações necessárias à realização de seus fins, delegando poderes quando necessário;

IV - planejar, em conjunto com a (o) Coordenadora (r) Adjunta (o) e com o Apoio Técnico, a reunião técnica com o mediador recém-admitido para alinhamento com o Sistema Conselhos de Psicologia;

V - acompanhar a discussão de casos de mediação e outros meios consensuais ou restaurativos, quando julgar adequado, situação em que ficará impedida (o) de se manifestar no processo ou em Plenário sobre os casos cuja discussão acompanhou;

VI - aprovar, em nome da Comissão de Ética. a conversão do procedimento em outro meio consensual ou restaurativo que não aquele em andamento, conforme §1°, art. 2°, da Resolução CFP 07/2016;

VII - apreciar, em nome da Comissão de Ética, prorrogação de prazo em mediação, conforme § 7°, art.18, do Código de Processamento Disciplinar.

VIII - propor a inclusão e a exclusão de mediadores do cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, junto ao plenário;

IX - exercer as demais atribuições necessárias ao cumprimento deste Regulamento.

Art. 5° - Compete a (ao) Coordenadora(r) Adjunta (o) da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I- auxiliar a (o) Coordenadora(r) no desempenho de suas funções;

II - substituir a (o) Coordenadora (r) em sua ausência ou impedimento, conforme designação da (o) coordenadora (r);

III - desempenhar funções que lhe sejam atribuídas pela (o) Coordenadora (r);

Art. 6º - Compete ao Apoio Técnico da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I - realizar reunião técnica com o mediador recém-admitido para alinhamento com o Sistema Conselhos de Psicologia;

II - fornecer orientações técnicas necessárias ao mediador, para a realização de sua função;

III - participar de discussões da prática da mediação e outros meios consensuais e restaurativos, quando solicitado;

IV - atuar como consultora (r) nas mediações e nos outros meios consensuais e restaurativos quando forem solicitados esclarecimentos técnicos pelas partes ou pelos mediadores quanto à atuação do Sistema Conselhos de Psicologia;

V - fornecer demais apoio técnico porventura necessário ao bom andamento das mediações e à boa execução dos programas de estímulo à auto composição.

Art. 7° - Compete ao Apoio Administrativo da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I - manter os registros e os documentos da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, resguardando o sigilo necessário;

II - zelar pelo bom andamento dos procedimentos administrados pela Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, realizando atos como pautar em plenária a admissão do mediador no cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos; receber os casos encaminhados à Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos; designar mediador para o caso dentro da lista de mediadores cadastrados; agendar data e horário para a pré-mediação e organizar a agenda de encontros de mediação e outros meios consensuais e restaurativos da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos; enviar convite às partes e seus advogados; nos casos de ofício, comunicar a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) para que designe Conselheira (o) ou Psicóloga(o) Colaboradora (r) da COF que atue como representante da denúncia; e demais atos administrativos necessários ao bom andamento das mediações e outros meios consensuais e restaurativos e à boa execução dos programas de estimulo à auto composição;

III - executar as atribuições que lhe forem conferidas ou solicitadas pela (o) Coordenadora (r), pela (o) Coordenadora (r) Adjunta (o) e pelo Apoio técnico;

IV - atestar nos autos e comunicar às partes a suspensão do prazo prescricional, enquanto o processo estiver submetido à Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos.

Art. 8°. Compete ao Apoio Jurídico da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I . fornecer orientações jurídicas necessárias ao mediador, para a realização de sua função;

II . participar de discussões da prática da mediação e outros meios consensuais e restaurativos, quando solicitado;

III . atuar como consultor nas mediações e nos outros meios consensuais e restaurativos quando forem solicitados esclarecimentos jurídicos pelas partes ou pelos mediadores;

IV. fornecer demais apoio jurídico porventura necessário ao bom andamento das mediações e à boa execução dos programas de estímulo à auto composição;

Art. 9°. As competências dos Mediadores Independentes da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos estão previstas no Art. 11 do Capítulo V deste Regulamento;

Art. 10 - Compete ao Conselho Consultivo da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, sempre que solicitado pela (o) Coordenadora (r), assessorá-la (o) nos processos de tomada de decisão e avaliação acerca do funcionamento e das ações estratégicas da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, tais como: avaliar, discutir e analisar as atividades da Comissão e auxiliar na implementação de outros meios consensuais e restaurativos de resolução de conflitos nos processos ético-disciplinares.

CAPITULO V - DOS MEDIADORES

Art. 11 - São requisitos para compor o cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I - ser pessoa capaz;

II- não estar atuando como conselheira(o), membro ou colaboradora(r) das Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização;

III - não ser servidor do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região - CRP-20;

IV.- não ter processo disciplinar-ético em andamento na Comissão de Ética do CRP-20, caso em que configurará conflito de interesses;

V - ser graduado há pelo menos 02 (dois) anos em qualquer curso de ensino superior, de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e formada em Mediação, observados ao menos os parâmetros mínimos do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo Único - Poderão ser estabelecidos, com escolas de mediação e/ou outros, acordos para o fomento de cooperação mútua no campo dos meios de solução consensual de conflitos.

Art. 12 - O processo de admissão do mediador no cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos consistirá em apresentação e análise de documentação, entrevista com uma (um) Conselheira (o) da Comissão de Ética e aprovação de seu nome em Plenário.

Parágrafo Único - O cadastro de mediadores terá prazo de validade de um ano prorrogável por mais um.

Art. 13 - Admitido no cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, o mediador assinará Termo de Responsabilidade e Sigilo.

Art. 14 - São deveres do mediador da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos:

I - observar as normas da Lei 13.140/15, da Resolução CFP nº 007, de 21 de junho de 2016, e do anexo Termo, de Referências Éticas para atuação do mediador no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, as quais fixam como princípios que devem orientar os procedimentos conduzidos pelas Câmaras de Mediação das Comissões de Ética dos Conselhos Regionais de Psicologia, os princípios da independência, imparcialidade;

II - conhecer as normativas do Sistema Conselhos de Psicologia para melhor compreensão do contexto em que se inserem as mediações que conduzirá;

III - participar dos encontros periódicos de discussão da prática da mediação e outros meios consensuais e restaurativos nos processos éticos realizados na Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos;

IV - honrar seus compromissos de datas e horários com os mediandos e com a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos;

V - realizar mediações dentro dos parâmetros éticos e normativos do Sistema Conselhos.

Art. 15 - O descumprimento injustificado dos deveres sujeitará o mediador ao desligamento do cadastro de mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, a critério da Comissão de Ética e referendado pelo Plenário, além de sujeitá-lo as normas de responsabilidade civil e criminal.

Art. 16 - A proposta justificada de desligamento do mediador é ato da(o) Coordenadora(o) da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos junto ao plenário.

Art. 17 - Na qualidade de colaboradores, os mediadores da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos poderão receber ajuda de custo e, eventualmente, diária, nos termos da regulamentação do Conselho Regional de Psicologia da 20ª, Região - CRP-20.

TÍTULO II - DO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS CONSENSUAIS E RESTAURATIVOS

CAPÍTULO I - DA MEDIAÇÃO E OUTROS MEIOS CONSENSUAIS E RESTAURATIVOS

Art. 18. - No inicio da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 19 - Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a primeira reunião de mediação.

Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

Art. 20 - As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.

Art. 21 - Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 22 - No desempenho de sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre aquelas.

Art. 23 - O procedimento de mediação será encerrado com a lavratura do seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

CAPÍTULO II - DO ESPAÇO FÍSICO DE MEDIAÇÃO

Art. 24 - As mediações se darão em salas que garantam o sigilo e permitam a horizontalidade das conversas.

Art. 25 - Ficará disponível, por meio físico ou eletrônico, toda a regulamentação CFP e CRP-20 relativa à Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, bem como os modelos de todos os documentos produzidos no procedimento de mediação, o Termo de Referências Éticas Para Atuação do Mediador no Âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia e o Termo de Responsabilidade dos mediadores.

CAPÍTULO III - DO ENCERRAMENTO DA MEDIAÇÃO

Art. 26 - O encerramento da mediação será definido em mediação, por iniciativa das partes ou do mediador ou pela realização de acordo.

§ 1° - No Termo de Encerramento (anexo V), caso a mediação seja encerrada por iniciativa das partes, não se especificará qual delas solicitou o encerramento.

§ 2° - No caso de encerramento com realização de acordo, parcial ou total, o mesmo será reduzido a termo com o auxílio do Apoio Administrativo.

§ 3° - A ausência injustificada de ao menos uma das partes a dois encontros consecutivos também ensejará o encerramento da mediação.

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO DA MEDIAÇÃO

Art. 27 - A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos elaborará, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua Implementação, instrumento de avaliação do processo das mediações, conforme orientação da Resolução CFP nº 007, de 21 de junho de 2016.

COMISSÃO DE MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS DA COMISSÃO DE ÉTICA

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO DO MEDIADOR

Eu, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no órgão profissional sob o n._____, RG n._____, CPF n._____ , abaixo firmada, assumo o compromisso de bem e fielmente, observando as disposições da Resolução 001/2017 de 05 de dezembro de 2017 do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região - CRP-20, bem como da Resolução n° 007, de 21 de junho de 2016 do Conselho Federal de Psicologia e, em especial, o "Termo de Referências Éticas para atuação do Mediador no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia" constante na seu Anexo, desempenhar a função de mediador na qualidade de colaborador, nos casos encaminhados a esta Câmara e a mim designados, reservando-me o direito de recusar a mediação por impedimento de qualquer natureza.

Declaro, portanto, neste ato, estar ciente de que tenho como deveres:

1. participar de reunião de alinhamento com o Sistema Conselhos com o Apoio Técnico da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, pela qual será apresentado ao funcionamento e normativa do Sistema Conselhos de Psicologia;

2. apropriar-me das normativas do Sistema Conselhos de Psicologia para melhor compreensão do contexto em que se inserem as mediações que conduzirei;

3. participar dos encontros periódicos de discussão da prática da mediação e outros meios consensuais e restaurativos nos processos éticos realizados na Comissão de Meias de Solução Consensual de Conflitos;

4. honrar meus compromissos de datas e horários com os mediandos e com a Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos;

5. realizar mediações dentro dos parâmetros éticos e normativos do Sistema Conselhos de Psicologia;

6. observar, na realização das mediações, os princípios da independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121500279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No que diz respeito à confidencialidade e sigilo, comprometo-me, ainda, a:

1. não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio, exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

2. não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

3. não me apropriar, para mim ou para outrem, de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

4. não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações sob quebra de sigilo das informações fornecidas.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Neste ato, declaro-me, ainda, ciente de que o desempenho desta função não gera vínculo trabalhista com o Sistema Conselhos de Psicologia e de que, na qualidade de colaborador, faço jus a ajuda de custos e, eventualmente, diária, nos termos da regulamentação do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

Manaus - AM, __ de _____ de 2017.

Assinatura:_____

ANEXO II

CARTA-CONVITE PARTES

CONVITE N° .../ANO

Prezado(a) Sr(a)._____

A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos da Comissão de Ética do CRP-20, tendo em vista o recebimento do feito abaixo identificado por meio do encaminhamento da Comissão de Ética/do Plenário/do Sr. Relator_____, na data de_____, o convida, por esta carta, a participar de encontros de mediação/conciliação/processo restaurativo objetivando restituir a possibilidade do diálogo e instaurar condições para, na medida do possível, reparar o dano eventualmente causado e restaurar os laços sociais no conflito relacionado ao seguinte feito:

PDE/PE nº _____

Esta é uma carta convite para participar de um processo de Mediação, que visa encontrar caminhos de conversa para tratar do conflito que o trouxe à Comissão de Ética do CRP-20.

Esse mesmo convite está sendo encaminhado a seu advogado, se constituído, e às demais partes do processo.

Esclarecemos que é imprescindível sua presença pessoal no processo de Mediação.

Recomendamos que compareça ao menos a este encontro, quando esclareceremos o que é e como poderá ocorrer a mediação. Ao término do encontro, poderá posicionar-se sobre o interesse ou não em participar de demais encontros de mediação.

Se tiver constituído advogado, a presença do mesmo é importante nos encontros, desde que ambos estejam de acordo com isso.

CARTA - CONVITE PARTES

VERSÃO PARA O ADVOGADO

CONVITE N° .../ANO

Prezado(a) Sr(a), _____

Esta é uma carta convite para participar de um processo de Mediação, que visa encontrar caminhos de conversa para tratar do conflito trazido à Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos.

Esse mesmo convite está sendo encaminhado a seu cliente e às demais partes e respectivos advogados do processo.

Esclarecemos que é imprescindível a presença pessoal das partes no processo de Mediação.

Seu suporte enquanto advogado, também é necessário para garantir esclarecimentos técnico-jurídicos a seu cliente.

Recomendamos que esteja presente no primeiro encontro para que tenha conhecimento do que é este processo e possa ajudar seu cliente a escolher se quer fazer parte dele sabendo do que se trata, _____

O primeiro encontro, para esclarecimentos sobre o processo de Mediação e seu início, ocorrerá no local, _____

Dia, ___/___/____

Hora _____

Esta Câmara está disponível a prestar os esclarecimentos que forem necessários pelos telefones: _____ e ou email: _____

Aguardamos presença,

Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos da Comissão de Ética do CRP-20.

Data:___/___/____

Conselheira (o) responsável (coordenadora(r) ou adjunta(o) da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos):

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO E SIGILO

1. Os mediadores se comprometem a manter sigilo com relação a todas as informações trazidas nos encontros de Mediação.

Exceção: cabe aos mediadores informar às autoridades competentes fatos que a lei exige que sejam revelados.

2. Os mediadores não poderão, de forma alguma, atuar como testemunhas em qualquer situação relacionada com as questões trazidas na Mediação.

3. As obrigações mencionadas nos itens 1 a 2 estendem-se a todas as pessoas - profissionais ou convidados dos mediandos - envolvidas no processo de Mediação.

4. Todos concordam que nada do que foi conversado ou escrito em decorrência do processo de Mediação poderá ser utilizado para produção de prova neste ou noutro processo ético ou judicial; com exceção dos acordos produzidos e assinados por todos em Mediação e daquilo que for expressamente convencionado em acordo.

5. Os mediadores, via relatório de andamento juntado ao processo, registrarão o comparecimento ou ausência dos mediandos, bem como o agendamento de outros encontros, sem prestar informações sobre o conteúdo do processo de Mediação.

6. Caso não se alcance acordo, o processo retomará andamento a partir do momento processual em que foi suspenso para encaminhamento à mediação.

7. Os mediandos estão cientes de que o processo PDE/PE n°_____ foi encaminhado à Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos da Comissão de Ética - Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos, bem como concordam em experimentar o processo de Mediação como uma forma de buscar a resolução dos conflitos em questão.

8. A ausência não justificada dos mediandos a dois encontros consecutivos implicará no encerramento do processo de Mediação.

9. Todas as pessoas envolvidas no processo de Mediação ficam cientes de que os resultados do mesmo dependem da disponibilidade de cada um em colaborar com ele.

XXX, de XXXX de 2017.

Nomes, Assinaturas e n. documento profissional de todos os participantes da Mediação.

ANEXO IV

RELATÓRIO DE ANDAMENTO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO

PDE/PE nº _____

Data	Etapa	Andamento	Ausente	Presentes	Equipes de mediação	Data Prox. Encontro

Conselheiras (os) que participaram da discussão deste caso:_____ _____

ANEXO V

ENCERRAMENTO DA MEDIAÇÃO E DEVOLUÇÃO DA CÓPIA DOS AUTOS

PDE/PE nº_____

Encerramos a mediação e devolvemos a cópia dos autos à Comissão de Ética para andamento do PDE/PE.

Motivos:

1. Critério dos mediadores e/ou dos mediandos.

2. Celebração de acordo em mediação.

3. Ausência injustificada de ao menos uma das partes a dois encontros consecutivos.

Preencher com um "X"

XXX, _____ de _____de_____

Equipe de mediação: _____ _____

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO

DELIBERAÇÃO Nº 3, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO - ESTADO DE MINAS GERAIS - CRQ-2ª REGIÃO/MG, por seu plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei 2.800 de 18 de junho de 1956, e

Considerando que é uma Autarquia Federal com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, por força do art. 2º da Lei 2.800/56, considerando a Portaria n.º 218, de 09/11/2009, do Instituto Estadual de Florestas - IEF, e a Resolução SEMAD/IEF n.º 1.658, de 17/07/2012, que fazem referência à "Emissão de Laudo Técnico para Empacotamento de Carvão Vegetal",

Considerando, ainda, a Resolução Normativa n.º 198, de 12 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Química-CFQ, resolve:

Art. 1º - Os Engenheiros Ambientais, Tecnólogos em Meio Ambiente, Tecnólogos em Gestão Ambiental, Tecnólogos em Processos Ambientais, Tecnólogos em Saneamento Ambiental e Tecnólogos em Planejamento Ambiental e que atuam nas atividades tecnológicas relacionadas ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais, cujos currículos escolares conduzam ao conhecimento de Química e, desde que devidamente inscritos no CRQ-2ª REGIÃO/MG, estão aptos para atuarem como RESPONSÁVEIS TÉCNICOS e com competência para emissão do LAUDO TÉCNICO com relação ao carvão vegetal, para obtenção do selo de origem vegetal - SOF e do selo de origem vegetal para exportação - SOFEX, junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, em atendimento às exigências legais inerentes à Resolução SEMAD/IEF n.º 1658, de 27 de julho de 2012.

Art. 2º - Esta deliberação revoga as disposições em contrário e entra em vigor na data da sua publicação.

WAGNER JOSÉ PEDERZOLI
Presidente do Conselho

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br